Ana Paula Palamartchuk

200316207

Os novos bárbaros:

escritores e comunismo no Brasil

1928-1948

Tese de Doutorado apresentada ao
Departamento de História
do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Estadual de Campinas
sob a orientação do prof. dr.
Michael McDonald Hall.

Este exemplar corresponde à redação
final da Tese de Doutorado defendida e aprovada
pela Comissão julgadora em 27 de fevereiro de 2003.

Banca:
Prof. Dr. Michael McDonald Hall (orientador)
Profa. Dra. Walnice Nogueira Galvão (membro)
Prof. Dr. Fernando Teixeira da Silva (membro)
Profa. Dra. Maria Clementina Pereira Cunha (membro)
Prof. Dr. Cláudio Henrique de Moraes Batalha (membro)
Profa. Dra. Walquíria G. Domingues Leão Rego (suplente)
Prof. Dr. Ítalo Tronca (suplente)

Janeiro, 2003

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

UNIDADE 3C
Nº CHAMADA Unicamp
P172n
V ____ EX ____
TOMBO BC/ 54930
PROC. 16.124/03
C [ ] D [X]
PREÇO R$11,00
DATA 02/08/03
Nº CPD ____

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA CENTRAL DA UNICAMP

CM00186745-6
BIB ID 296054

Palamartchuk, Ana Paula
P172n Os novos bárbaros : escritores e comunismo no Brasil (1928-1948) / Ana Paula Palamartchuk. -- Campinas, SP : [s.n.], 2003.

Orientador: Michael McDonald Hall.
Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Comunismo e intelectuais. 2. Intelectuais e política. 3. Literatura brasileira - História e crítica. 4. Escritores brasileiros - Biografia. 5. Brasil - História - 1928-1948. 6. Brasil - História - Estado Novo, 1937-1945. I. Hall, Michael M. (Michael McDonald), 1941- II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Para Má, Tata e Nina,
pelas horas em que não estávamos juntos.

Agradecimentos

Este trabalho foi concebido para a obtenção do título de doutor em História Social, financiado pela FAPESP, e representa a continuidade de uma pesquisa iniciada ainda na graduação, sob a orientação do Prof. Marco Aurélio Garcia, a quem agradeço pela generosidade e estímulo intelectuais nos meus primeiros passos como pesquisadora. Já na pós-graduação, fui recebida pelo Prof. Dr. Michael M. Hall, que me orientou desde o mestrado. Sou lhe grata por sua paciência e incentivo, sempre presentes, em nosso convívio. Sua orientação combinou o rigor da pesquisa acadêmica e a autonomia, tão necessários no trabalho intelectual. Aos professores do Departamento de História, em especial, Prof. Dr. Cláudio Batalha, Profa. Dra. Clementina Pereira Cunha e Prof. Dr. Sidney Chalhoub, que sempre estiveram dispostos a "encarar" meus textos, agradeço pelas valiosas contribuições, tanto na Banca de Qualificação, nas reuniões da Linha de Pesquisa História Social do Trabalho.

Aos meus amigos, companheiros de sala de aula e de outras histórias, Marcão, Gêisa, Maurício, Cláudia, Gino, Álvaro, Henrique, Ana, Jefferson, Léo, Yellow, Roberto, Daniel, Flávia, Mariana, Tuna, Hélio, Mila, Paulinho, Alexandre, Fernando..., obrigada pela convivência saudável que pude desfrutar junto a vocês. À Elci e à Cris, além da amizade nutrida nesses últimos 12 anos e que sempre nos manteve unidas, muitíssimo obrigada pela solidariedade e paciência de vocês que, nos momentos finais deste trabalho, foram fundamentais para a sua conclusão.

Em todos os arquivos e acervos consultados para essa pesquisa, sempre me deparei com funcionários prestativos, dedicados e atenciosos. A eles, registro aqui o meu agradecimento.

Vovó, mamãe, Lú, Ian, Ri, Nah e Marco, agradeço pela compreensão com que suportaram minhas crises de "final de tese" e pelo estímulo presente nas horas de esmorecimento. Má, Táta e Nina - o que seria de mim sem vocês! -, agradeço pela família maravilhosa que conseguimos construir a cada dia.

Resumo

O objetivo desta tese é compreender a aproximação dos escritores brasileiros com o movimento comunista, entendido como um conjunto de idéias difusas ligadas à União Soviética, à Internacional Comunista e aos partidos comunistas nacionais, entre 1928 e 1948. O recorte cronológico leva em conta, por um lado, os momentos de "eventos históricos", nos quais há maior visibilidade da aproximação dos intelectuais com o Partido Comunista do Brasil - Seção Brasileira da Internacional Comunista e, por outro, as temáticas da "cultura" que organizam as diferentes intervenções sociais dos escritores e que fornecem outros aspectos dessa aproximação mais difusa e menos orgânica. Essa abordagem permite desviar o olhar da "linha política oficial" do PCB ou da IC em relação aos escritores, direcionando-o para suas temáticas próprias como profissionais e produtores de uma literatura. Uma matriz obreirista da identidade comunista acabou se traduzindo na arrogância e na desconfiança da direção do partido em relação aos intelectuais de uma forma geral, o que resultou numa quase imobilidade vertical deles nos aparelhos de direção. Através da descrição problematizada de Astrojildo Pereira, Caio Prado Júnior, Jorge Amado e Graciliano, procura-se observar a simpatia com a qual recebiam as experiências da União Soviética, a sedução pelo comunismo, a aproximação com o Partido Comunista, as suas relações entre si e com outros intelectuais, as suas produções. Procura-se também indagar as formas como o partido os recebeu e enquadrou ao longo de duas décadas, como se posicionou face à criação intelectual e à sua intervenção política e social.

Abstract

This thesis focuses on the involvement of Brazilian writers with thecommunist movement, understood as a set of diffuse ideas related to theSoviet Union, to the Communist International and to national communist parties, between 1928 and 1948. This period encompasses crucial historical moments of the relationship between intellectuals and theCommunist Party of Brazil (Brazilian Section of the Communist International). It also permits an examination of "cultural" themes related to their social interventions that provide other diffuse and less organic aspects of this relationship. This approach allows us to avoid the official political trends of the Communist Party and the Communist International. Instead, it aims at crediting the writers as professionals and producers of a specific literature. By those years, an arrogant and distrustful attitude of the party leadership towards intellectuals in general resulted in their virtual immobilization in the directive apparatus. Through a critical description of the experiences of Astrojildo Pereira, Caio Prado Júúnior, Jorge Amado, and Graciliano Ramos, this thesis investigates their empathy towards the Soviet Union experiences,their seduction by communism, their involvement in the Communist Party,their relationship with other intellectuals, as well as their intellectual production itself. It also discusses how the Communist Party dealt with them throughout those two decades.

"Porque é já noite, os bárbaros não vem
e gente recém-chegada das fronteiras
diz que não há mais bárbaros.
Sem bárbaros o que será de nós?
Ah! eles eram uma solução." *

Konstantinos Kaváfis, Esperando os Bárbaros

* Tradução de José Paulo Paes

Sumário

Introdução 1

Capítulo 1 - Conflitos por uma herança: cultura e propaganda da Rússia Soviética 37

1.1 - A experiência como origem: breve trajetória de Astrojildo Pereira nos anos vinte 39

1.2 - A proletarização e o trabalhador intelectual 48

1.3 - Tarefa do trabalhador intelectual: o engajamento do escritor 71

Capítulo 2 - Escritores no inícios dos anos trinta: entre a ética e a estética, os debates se acirram 87

2.1 - Consagração do ensaio e da literatura como gêneros de intervenção 89

2.2 - O romance social e a emergência do povo-personagem 98

2.3 - Uma tentativa de diferenciação: o romance proletário 106

Capítulo 3 - Os escritores se comprometem: da Comissão Jurídico e Popular de Inquérito às prisões políticas 125

3.1 - A revolução bate à porta ou Alice no país das maravilhas 126

3.2 - As organizações democráticas e antifascistas e a participação dos escritores 145

3.3 - Em nome da Segurança Nacional: os escritores na mira da polícia 159

Capítulo 4 - Da Cultura Política *à* Literatura*: trajetórias* 187

4.1 - O mar morto das vidas secas: as armas da polícia política e a escrita como arma 188

4.2 - ABDE e DIP: escritores na luta por direitos 218

4.3 - A guerra e os escritores 258

4.4 - Posição e tarefas da inteligência 280

Conclusão - Zé Brasil: trabalhadores intelectuais e a estética do povo 315

Fontes e bibliografia 333

Anexo-Caderno de Imagens 345

Introdução

Por volta das 19 horas do dia 3 de fevereiro de 1947, em São Paulo, Antônio Kurlalo saiu do Bar Cacique, na esquina entre as ruas José Paulino e Ribeiro de Lima, em direção ao bonde que o levaria para a Casa Verde, onde morava. No caminho encontrou-se com Procópio Osovec, que lhe deu Cr$ 25,00. Colocado o dinheiro na carteira, onde havia mais Cr$ 350, 00, viu que o bonde chegava. Apressou-se e subiu no estribo, ao mesmo tempo em que outros 5 homens. Logo em seguida, percebeu que os 5 o cercaram e lhe roubavam a carteira.

Os homens desceram do estribo com o bonde em movimento, e foram seguidos por Antônio. Começou uma correria de "populares e militares" que gritavam: "Pega ladrão!". A poucas quadras do coração do Bom Retiro, entraram num prostíbulo. Os soldados efetuaram a prisão de quatro dos cinco ladrões que haviam roubado Antônio. Todos foram para a Delegacia de Repressão à Vadiagem, onde Antônio registrou a queixa contra o roubo. No dia seguinte, o delegado mandou alguns soldados investigarem o bordel, onde os policiais acharam a carteira da vítima, sem o dinheiro mas com alguns "papéis".

O delegado, Manoel Ribeiro da Cruz, examinou os papéis e resolveu pedir orientações para a Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública. Informou ao secretário o que havia acontecido e que entre os papéis encontrados dentro da carteira da vítima haviam 6 recibos da Sociedade Estrela Vermelha aos seus contribuintes e um recibo da secretaria de finanças do Comitê Municipal do Partido Comunista do Brasil (PCB). Conclui o documento afirmando que através dos recibos era possível dizer que a Sociedade Estrela Vermelha era uma fachada do PCB para angariar fundos para a realização das atividades comunistas e que Antônio era um dos responsáveis pela arrecadação financeira entre os estrangeiros do Bom Retiro. Da Secretaria dos Negócios de Segurança Pública, o caso foi encaminhado ao Departamento de Ordem Política e Social, que deu prosseguimento à investigação[1].

---

[1] Manoel Ribeiro da Cruz - Delegado de Repressão à Vadiagem, Correspondência enviada à Secretaria dos Negócios de Segurança Pública, 4 de fevereiro de 1947; Secretaria dos Negócios de Segurança Pública, correspondência enviada ao Departamento de Ordem Política e Social, 5 de fevereiro de 1947. DOPS, Relatório, 5 de abril de 1947 - Pront. nº 59544 - Comitê Municipal do PCB/SP - DEOPS - AESP.

Da noite para o dia, literalmente, a vítima de um roubo foi transformada em "elemento" de investigação policial. Acusação: "comunista". Além de descobrir o "credo" do cidadão, os investigadores de polícia "descobriram" que o partido comunista havia mandado confeccionar selos para serem vendidos entre o "povo" para angariar fundos - os selos eram pequenas flâmulas com a inscrição da Sociedade Estrela Vermelha na parte inferior e o desenho de uma estrela vermelha na parte central. Tentando dar continuidade à investigação, os policiais do DOPS foram procurar Antônio no endereço que havia fornecido na delegacia. Descobriram que ele havia deixado um endereço e um nome falsos. Com essas revelações, o delegado do DOPS encerrou a investigação.

Essa pequena história, relatada por investigadores de polícia, pode abrir muitas possibilidades de pesquisa sobre o cotidiano da vida de um militante comunista. Em pleno processo de "redemocratização", o cidadão, comunista que forneceu nome e endereço falsos, entrou na delegacia de polícia para reclamar por seus "direitos": que a polícia recuperasse a carteira que lhe haviam roubado. Foi uma tentativa de entrar numa delegacia pela porta da frente. Depois de anos de ilegalidade e vendo os seus companheiros de trabalho sendo presos ou censurados, sofrendo uma série de humilhações e privações que ele mesmo poderia ter sentido, entrar numa delegacia de polícia como vítima de um crime e não como criminoso dava outro significado à sua militância. No entanto, não confiou na polícia a ponto de lhes dizer o nome e endereço verdadeiros e mesmo assim tentou se constituir num espaço público como cidadão.

Se os trabalhadores eram um caso de polícia, que dirá os comunistas. Dos anos vinte, desde sua constituição em 1922, até 1945, passando por dois pequenos intervalos entre 1934-35 e 1937, em que puderam atuar um pouco masi abertamente, os "comunistas" não eram reconhecidos como cidadãos, eram "criminosos", "pregadores da revolução armada", "militantes do credo vermelho", "subversivos" e outros adjetivos já bem conhecidos. A luta pelo reconhecimento legal e institucional do partido será uma constante até os anos oitenta do século passado, quando parece se perder qualquer tentativa de ligação com a história daquele "império vermelho" chamado União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, ela mesma em franca desagregação e decadência.

O PCB como tema de pesquisa histórica vem passando, desde os anos setenta, por várias abordagens diferentes. Os primeiros estudos foram publicados no início dos anos oitenta,

durante o processo de desarticulação da ditadura militar e da repressão aos comunistas e às esquerdas. Esses estudos emergiram após a anistia política e da publicação de vários livros de memórias de antigos militantes do partido.

Para os historiadores, sociólogos ou cientistas políticos, essas memórias foram uma importante fonte de informações e de posicionamentos diferenciados em relação à "linha justa" das decisões políticas da direção do partido. Também foram importantes para a reconstituição do cotidiano dos militantes comunistas. As memórias de Leôncio Basbaum, Elias Chaves Neto, Octávio Brandão, Paulo Cavalcanti, Gregório Bezerra e as de Cristiano Cordeiro e Heitor Ferreira Lima (publicadas nos anos setenta, ainda no período de ditadura militar, sendo as duas últimas publicadas nos anos oitenta) devem ser lidas como qualquer outro tipo de documentação, não como "verdades históricas" mas como janelas que permitem ao pesquisador perceber alguns aspectos do passado e do momento em que escreviam[2]. É preciso entender que as memórias envolvem, em primeiro lugar, uma análise e uma visão a posteriori do processo em que os posicionamento de cada autor na estrutura partidária e frente às decisões políticas da direção do partido determinam os episódios retratados e as conclusões a que chegaram. Portanto, os limites dessas fontes não estão na "percepção subjetiva da experiência" como militante, como afirma Perry Anderson[3]. A questão é que, ao analisá-las, o pesquisador deverá levar em conta que são histórias contadas a partir de uma avaliação muito particular do passado do partido e do seu próprio como militante, procurando relativizar o caráter oscilante entre a negação ou a afirmação de suas participações em determinados episódios polêmicos em que se envolveram.

A mesma preocupação deve estar presente na coleta de depoimentos dos antigos militantes. E a publicação desses depoimentos, juntamente com os livros de memórias, supriram a falta de outro tipo de documentação que pudesse ser pesquisada e que abrisse novas possibilidades de investigação. Por isso, não é possível concordar com Dulce Pandolfi quando esta afirma que as

---

[2] São eles: Leôncio Basbaum, *Uma vida em seis tempos*, São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1978; Elias Chaves Neto, *Minha vida e as lutas de meu tempo*, São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1978; Octávio Brandão, *Combates e batalhas*, São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1978; Paulo Cavalcanti, *O caso eu conto como o caso foi. A luta clandestina*, Recife, Editora Guararapes, 1985; Gregório Bezerra, *Memórias: primeira parte – 1900-1945*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1979; Heitor Ferreira Lima, *Caminhos percorridos. Memórias de militância*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1982.

[3] Perry Anderson, "La Historia de los Partidos Comunistas", in: Raphael Samuel et alli, *Historia Popular y Teoría Socialista*, Barcelona, Ediciones Critica, 1984, p. 150.

obras autobiográficas "retratam muito mais a história do partido do que a trajetória do próprio indivíduo"[4].

Na fronteira entre as memórias e os trabalhos acadêmicos, encontram-se os textos escritos por antigos militantes, como os de Astrojildo Pereira, Moisés Vinhas e Nelson Werneck Sodré[5]. Com pretensões teóricas, esses textos se inserem numa luta interna do partido, na disputa por um passado que estão construindo como memória coletiva, legitimando suas ações e atitudes, conferindo identidade as suas próprias militâncias. Embasados, principalmente, na própria memória e em documentos que puderam guardar, escrevem como observadores e não como os memorialistas que deixam explícito no texto a determinação de suas experiências singulares. Logo, tais textos têm como objetivo intervir no debate sobre "história oficial" do partido.

Alguns outros textos, como o de Edgard Carone e José Antônio Segatto[6], fazem parte dessa mesma linha de publicações, com a diferença de que se servem da compilação de excertos de documentos oficiais do PCB e dos órgãos internacionais aos que esteve ligado, como o Bureau Sul-Americano e a Internacional Comunista, cujo objetivo é a produção de um manual da história do partido, talvez nos moldes dos manuais da história do PCUS, do período estalinista.

Na virada da década, com a desagregação da URSS juntamente com a aura simbólica que a envolvia, surgiu uma nova literatura sobre o PCB, essa ligada à academia, geralmente em formato monográfico, se utilizando de um outro tipo de documentação e formulando questões de caráter específico, sem preocupações de síntese macroanalíticas em relação à história do partido. Paulo Sérgio Pinheiro deu início a uma abordagem inovadora em relação à história do PCB, na qual estabeleceu como central, na análise, os debates sobre a "revolução, concebida como assalto ao poder"[7]. Ainda que muitas vezes a análise recaia sobre o PCB como um sujeito político, Pinheiro privilegia os dirigentes do partido que intervêm nesse debate e as práticas que dele decorreram.

---

[4] Dulce Pandolfi, *Camaradas e companheiros. História e memória do PCB*, Rio de Janeiro, Editora Relume Dumará, 1995.

[5] Astrojildo Pereira, *Formação do PCB: 1922-1928*, Lisboa, Prelo Editora, 1976; idem, *Construindo o PCB: 1922-1924*, São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1980; Nelson Werneck Sodré, *Contribuição à história do PCB*, São Paulo, 1984; Moisés Vinhas, *O Partidão. A luta por um partido de massas*, São Paulo, Editora Hucitec, 1982.

[6] Edgard Carone, *O PCB*, São Paulo, Difel Editora, 1982, 3 vol. José Antonio Segatto, *Breve História do PCB*, São Paulo, Editora Ciências Humanas, 1981.

[7] Paulo Sérgio Pinheiro, *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil. 1922-1935*, São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

Testificando que houve "um descompasso entre a realidade e os desejos de revolução", Pinheiro desenvolve seu argumento em torno das decisões políticas da IC, entre 1922 e 1935, e a sua recepção entre os militantes do PCB. Ao definir o papel da IC como o de "uma organização-chave que formula e planeja a estratégia e que atribui a cada partido-membro as tarefas necessárias para reforçar sua posição nacional, visando consolidar o movimento comunista internacional", Pinheiro reforça a idéia de uma organização altamente centralizada e hierarquizada, com características militares[8]. Nesse sentido, toda a argumentação do autor irá recair nos modelos que vinham da URSS e definiam a ação dos dirigentes do partido desde sua fundação até os movimentos insurrecionais de novembro de 1935, entendidos como tentativa de "assalto ao poder", cujo modelo foi o da Revolução de 1917 na Rússia, a qual era concebida como uma "operação militar"[9].

Diferentemente de Paulo Sérgio Pinheiro, que desenvolveu seu argumento em torno do "descompasso", Dulce Pandolfi, ao buscar a identidade do PCB, pretende "tratar a 'fantasia' como um aspecto da 'realidade'", naquilo que pode ser definido como a conjunção entre idéia e prática dos militantes[10]. Pandolfi vai procurar, através da história do PCB, o processo de construção de uma memória coletiva que conformar a identidade comunista. Ainda que a abordagem de Pandolfi pressuponha a existência de uma "identidade comunista" e de uma "cultura comunista", homogeneizando as experiências militantes no interior do PCB, seu estudo é indispensável para o entendimento dos códigos e da hierarquia em que se fundavam as práticas militantes.

Em um outro estudo, esse mais recente, Gildo Marçal Brandão também concebe o PCB como um "sujeito histórico", que atua no momento de "gênese e consolidação do capital no Brasil", considerado como um processo "hipertadio"[11]. O objetivo do estudo está vinculado à "história intelectual da elite política" que buscou ligar-se à classe operária. Ao afirmar que o partido atua como um "sujeito histórico", a "elite política" que ele abordou acabou reduzida às "duas almas do Partido Comunista". Essas duas almas protagonizaram a tensão dos debates entre reforma e

---

[8] Idem, *ibidem*, p. 28.
[9] Idem, *ibidem*, p. 296.
[10] Dulce Pandolfi, *op. cit.*, p. 9.
[11] Gildo Marçal Brandão, *A Esquerda positiva. As duas almas do Partido Comunista. 1920/1964*, São Paulo, Editora Hucitec, 1997, pp. 19-60.

revolução, comunismo nacional e o internacionalismo, entre os civilistas e os militaristas, entre uma visão politicista e outra insurrecional:

> "como qualquer partido brasileiro, [...] um 'partido-frente', menos pelo policlassismo e mais porque abriga em seu seio interesses e políticas distintas; ela [as conclusões que explicam o caráter do PCB como resultado da inexorabilidade da origem de classe de seus dirigentes ou da influência da Internacional Comunista, ou ainda, do totalitarismo do Estado brasileiro] mascara a existência de duas almas potencialmente incompatíveis no interior do mesmo movimento, sendo, não obstante, o instrumento ou o modo pelo qual se reproduz contínua e ampliadamente uma determinada e hegemônica concepção e modo de fazer política."[12]

Mesmo sendo possível dizer que há algo como uma "cultura comunista/pecebista", argumentocuja tendência tende a padronizar a singularidade das experiências que se reuniram no PCB; ele falha quando transforma o padrão, com suas n variáveis, em modelo. Não se trata, no entanto, em dar primazia à infinidade das experiências localizadas, seja de cada militante, organismo de base ou dos dirigentes. Nem se trata de polemizar com as teses generalizantes da ciência política ou da sociologia sobre caráter do PCB.

Esse trabalho de pesquisa procura, através da trajetória de alguns militantes, relativizar a concepção de um partido-instituição, auto-regulado e transcendente às práticas de seus militantes e dirigentes, portador de uma identidade hegemônica que permite somente a existência de conflitos nos termos internos ou os ditados pela IC, que aparecem nos debates sobre os temas clássicos: reforma e revolução; arcaico e moderno; nacional e estrangeiro; burguesia e classe operária; industrial-capitalista e feudal-agrário; etc.

Alguns dos trabalhos que tentam entender o partido como um sujeito político, como o de Brandão, são devedores do argumento de Leôncio Martins Rodrigues, que enfatiza as decisões e posicionamentos políticos traçados por seus dirigentes, militantes dos órgãos decisórios, em especial, os comitês municipais, estaduais e o nacional. Perscrutando a formação de um núcleo dirigente do partido e sua composição social, Martins Rodrigues afirma que, até o pós-guerra, grande parte desse núcleo era composto por jovens "intelectuais" oriundos de "famílias tradicionais

---

[12] Idem, *ibidem*, pp. 49-50.

decadentes dos estados pobres" do Brasil e aos operários cabia a tarefa de organizar as "células" do partido e as comissões de fábrica[13].

No pós-guerra, segundo esse autor, adere ao PCB um outro tipo de intelectual, "consagrados" no mundo da literatura, da pintura, do jornalismo, etc., que poderiam de alguma forma reciclar o antigo núcleo dirigente e dar outro acabamento à composição social do partido. Cita alguns nomes como, por exemplo, Jorge Amado, o físico Mário Schenberg, Aparício Torelli, Alina Paim, Caio Prado Júnior, Graciliano Ramos e Oscar Niemeyer. E conclui que, mesmo sendo uma nova geração de intelectuais, estes não alcançam postos de direção no partido, ou seja, não formulam sua linha política e não participam como dirigentes nas estruturas do partido (editoras, jornais, grupos teatrais, etc.). Martins afirma que a função desses intelectuais era a de "ornamento", na qual seriam os cartões de visita do partido para um público exterior e os transmissores da linha política oficial em sua área de atuação profissional[14].

Para explicar, então, a confluência de variadas tendências no interior do partido, que protagonizavam as tensões causadas por visões diferentes de "fazer política" (revolução/reforma, moderno/arcaico, etc.), Rodrigues encontra resposta não só na origem social dos grupos dirigentes, mas também na "incapacidade (ou impossibilidade)" do partido assumir uma posição definitiva no debate e na sua ação prática[15].

O recorte cronológico, no entanto, é esclarecedor do aprisionamento do argumento da tese no marco histórico, no ponto zero, no ano de 1930[16], como o ano de entrada do marxismo-leninismo no Brasil e como marco final o ano de 1956, ano do XX Congresso do PCUS, no qual Nikita Kruschev denunciou os crimes de Stálin. O marxismo-leninismo, no entanto, começou a jogar algum papel no Brasil ainda nos anos vinte, entre os dirigentes do PCB[17]. Não é objetivo desse

---

[13]Leôncio Martins Rodrigues, "O PCB: os dirigentes e a organização", in: *História Geral da Civilização Brasileira.* São Paulo, Editora DIFEL, 1981, vol. X, Tomo III- *O Brasil Republicano*, p. 385.

[14] Idem, ibidem, p. 411.

[15] Ver: Gildo Marçal Brandão, *op. cit.*, pp. 49-50.

[16] 1930 é um ano carregado de simbologias e para usá-lo como marco é preciso, ao menos, problematizá-lo. Ver, nesse sentido, Edgar S. de Decca, *1930. O silêncio dos vencidos*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1981; Alcir Lenharo, "Estado Novo, Estado Velho – Novas direções historiográficas", in: *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, USP, 1986-7, no. 35, 8-9.

[17] Edgar De Decca, Argüição na Banca de Defesa de Tese: Jorge Luiz Ferreira, *cit.*; ver também o trabalho de João Quartim de Moraes, "A influência do leninismo de Stálin no comunismo brasileiro", in: Daniel Aarão Reis Filho,

trabalho verificar a capacidade ou as possibilidades dessa influência, mas é importante ressaltar que ao localizar seu início em 1930 perde-se de vista a experiência nos anos anteriores de um grupo que se concebe como comunista, herdeiro no Brasil da experiência russo-soviética que a partir de 1928 é duramente criticada pelos "homens" da IC. E se as denuncias de Kruschev marcam um rompimento com o marxismo-leninismo no movimento comunista internacional ligado à URSS, o que dizer do debate sobre o caráter da "revolução brasileira" ocorrido no início dos anos sessenta? Ai volta à carga toda a discussão essencialmente marxista-leninista, se esta for definida como as formulações de Stálin a partir das de Lênin, qual seja: etapas da revolução, estratégias de ação e nacionalismo[18]. Portanto, a periodização de Ferreira mascara o próprio processo de constituição de um marxismo-leninismo brasileiro.

Essa, no entanto, é uma abordagem que perspectiva entender a militância no PCB, através da "cultura", da "política" e do "cotidiano". Ainda que esse tipo de abordagem pressuponha o partido como instituição, da sua análise emerge um partido fortemente crítico da modernidade[19]. O que pretendo mostrar, nas páginas que se seguem, é um fenômeno um pouco diferente dessa conclusão de Ferreira.

Quando esse autor trata das relações entre o partido e os intelectuais, reforça uma tendência à ênfase na instituição (como forma estrutural de imposição de um determinado comportamento-código) e naquilo que ele denominou de "uma tradição antiintelectual" originária das práticas do governo soviético durante os anos vinte em relação aos escritores e artistas, cuja crescente "burocratização"[20] das organizações artísticas e literárias sofreram forte intervenção do

---

História do marxismo no Brasil. O impacto das revoluções, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1991, pp. 76-80. Ainda que suas conclusões possam ser refutadas, a análise que realiza acerca do trabalho de Octávio Brandão (*Agrarismo e Industrialismo*, 1926) é uma evidência da influência do marxismo-leninismo no Brasil.

[18] Seguimos aqui os passos de Quartim de Moraes, *op. cit.*, pp. 57-63, naquilo que observou sobre as características essências do marxismo-leninismo, ou seja as formulações teóricas e políticas de Stálin.

[19] Jorge Luiz Ferreira, *op. cit.*, p. 417.

[20] Essa tradição antiintelectual foi causada não só pela "burocratização" das atividades culturais na União Soviética, ou seja, pela intervenção cada vez mais incisiva, coercitiva e totalitária do partido-estado nas questões culturais; mas também, e talvez principalmente, pela mudança de orientação do partido-estado em relação à *intelligentsia*. Durante boa parte dos anos vinte, o Estado soviético necessitava dos serviços especializados desse grupo e como forma de assegurar a sua cooperação seus privilégios foram mantidos. Com o fim da NEP e a definição de um nova linha política da IC em 1928, esses especialistas acabaram sendo definidos como um "perigoso" grupo de direita, com características ideológicas da pequeno-burquesia. Ver: Sheila Fitzpatrick, "The Soft Line on Culture and Its Enemies" e "Cultural Revolution as Class War", in: idem, *The Cultural Front. Power and Culture in Revolutionary Russia*,

partido-estado. Essa "cultura bolchevista", tradutora dessa tradição antitintelectual, exerceu forte influência entre os comunistas brasileiros e as relações que estabeleceram com os "intelectuais". Assim, os intelectuais quando dentro do partido formam um grupo (ou uma classe?) que:

> "Impedidos de alcançarem postos elevados na direção partidária, obrigados a emprestarem seus nomes para propagandear e dar prestígio à organização, convidados a financiarem o partido, com dinheiro ou cedendo casas e automóveis, artistas e escritores, no entanto, eram rejeitados, desprezados e vigiados em sua imaginação. Por mais que se esforçassem, eles tinham grandes dificuldades em permanecer no partido dos comunistas."[21]

Desde Leôncio Martins Rodrigues, passando por Antônio Canelas Rubim e Dênis de Moraes [22], a Jorge Ferreira, o argumento consensual de uma postura de rejeição da direção do partido em relação aos intelectuais e da função ornamental que adquiriram quando ingressaram legalmente no partido parte, em primeiro lugar, do pressuposto de que há uma identidade a priori entre os "intelectuais" e, em segundo lugar, que as relações entre o PCB e esses "intelectuais" eram estabelecidas sempre através da subsunção dos segundos pelo primeiro. Ao mesmo tempo, quando o argumento recorre à tradição antiintelectual bolchevista, que foi intensificada sobremaneira após 1928, por ocasião do 6° Congresso da Internacional Comunista e que resultou a linha política de "classe contra classe" [23], não explica porque alguns "intelectuais" permaneceram no partido e outros dele se aproximavam.

Não se trata, no entanto, de recorrer a uma discussão sobre a "autonomia" dos sujeitos históricos (ainda que me pareça, para os casos acima citados, importante), nem de entrar numa antiga discussão historiográfica sobre a dicotomia das análises generalizantes e os estudos de

---

Ithaca/London, Cornell University Press, 1991, pp. 91-148.

[21] Jorge Luiz Ferreira, *op. cit.*, p. 251.

[22] Respectivamente: Antônio A. Canelas Rubim, *Partido comunista, cultura e política cultural*, São Paulo, Tese de Doutoramento apresentada ao Departamento de História- FFLCH-USP, 1986; idem, "Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil", in: João Quartim de Moraes (org.), *História do Marxismo no Brasil. Volume III – Teorias. Interpretações*, São Paulo, Editora da Unicamp, 1998; Dênis de Moraes, *O imaginário vigiado. A imprensa comunista e a recepção do realismo socialista*, Rio de Janeiro, Tese de Doutoramento em Comunicação-UFRJ, 1994.

[23] Abordarei esse problema no primeiro e segundo capítulos. Ver também: Robert Paris, *La tattica "classe contro classe"*, Turino, Fondazione Luigi Einaudi, 1974; Nicholas N. Koslov e Etic D. Weitz, "Reflections on the Origens of the Third Period: Bukharin, the Comintern, and the Political Economy of Weimar Germany", *Journal of Contemporary History*, London, SAGE Publications Ltd., volume 24, n° 3, july 1989, pp. 387-410; Daniel Aarão Reis Filho, *Um revolução perdida. A história do socialismo soviético*, São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1997, pp. 113-145.

caso; mas sim de mobilizar outros recursos para responder às questões: quem eram esses intelectuais que estabeleceram relações de compromisso com o PCB? Como o comunismo foi uma influência entre os intelectuais brasileiros? Quais fenômenos surgiram dessas relações? É possível fazer generalizações tão peremptórias como as de Ferreira ou como as de Martins Rodrigues quando analisaram essas relações?

Em primeiro lugar, é preciso esclarecer que não há no Brasil uma tradição de estudos sobre os intelectuais como há na França ou na Europa de forma geral. O caso Dreyfus na França, que acabou se tornando um paradigma das principais discussões sobre os intelectuais franceses, não tem similar no Brasil. Por isso, talvez, a bibliografia francesa sobre as relações entre intelectuais, a cultura e o comunismo seja bem ampla e passível de análises nas quais as generalizações são um aspecto importante[24].

A extensa bibliografia sobre as relações entre intelectuais (escritores e artistas) e o comunismo e/ou PCF, cada qual com sua especificidade temática e perspectiva teórica, foi um dos pontos de partida para a elaboração de questões para essa pesquisa. No entanto, se em alguns momentos foi possível perceber a influência de um determinado movimento de intelectuais próximos ao PCF entre um também determinado grupo de intelectuais brasileiros, em outros a tentativa de análise comparativa se fez inútil. Não porque as ausências de aspectos possíveis de comparação não tenham revelado eles mesmos outras características importantes entre os intelectuais brasileiros, mas porque o peso da realidade brasileira, em alguns períodos e processos, sobrepujou qualquer tipo de influência externa. Essa particularidade do caso brasileiro é principalmente visível entre os anos de 1935 e 1942, quando houve uma forte intervenção (controle e estímulo) do Estado na produção cultural do país[25].

---

[24] Para uma discussão mais aprofundada sobre o caso francês ver, em especial: David Caute, *El comunismo y los intelectuales franceses. 1914-1966*, Barcelona, Oikos-Tau Ediciones, 1968; idem, *Les compagnous de route. 1917-1968*, Paris, Éditions Roberte Laffont, 1979; Herbert R. Lottman, *A rive gauche. Escritores, artistas e políticos em Paris. 1930-1950*, Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1987; Jean-Pierre A. Bernard, *Le parti communiste français et la question littéraire. 1921-1939*, Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble, 1972; Frédérique Matonti, "Les intellectuals et le Parti: le cas français", in: Michel Dreyfus *et alli*, *Le siècle des communismes*, Paris, Les Éditions de l'Atelier/Éditions Ouvrières, 2000, pp. 405-424.

[25] Angela de Castro Gomes, "O redescobrimento do Brasil", in: Lúcia Lippi de Oliveira *et alli*, *Estado Novo: ideologia e poder*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982; idem, "A construção do homem novo: o trabalhador brasileiro", in: Lúcia Lippi de Oliveira *et alli*, *op. cit.*; idem, *A invenção do trabalhismo*, São Paulo/Rio de Janeiro, Vértice/Editora Revista dos Tribunais/IUPERJ, 1988; idem, "Ideologia e trabalho no Estado Novo", in: Dulce

Podemos constatar, como Ferreira, que os comunistas se consideravam homens extraordinários porque feitos de uma"têmpera especial". No entanto, a utopia e os mitos que criaram ou se apropriaram para formar sua identidade fazem parte não só da influência de uma nova visão de mundo criada a partir da Revolução Russa e da fundação da IC, mas também de uma cultura política brasileira fundada no tema da "nação".

E aqui há outras questões a serem enfrentadas. A constituição do estado-nação emergiu, em fins dos anos vinte, como um problema central das discussões políticas como conseqüência dos vários movimentos militares (revolta do Forte de Capacabana, movimento tenentista e a Coluna Prestes) e dos movimentos de trabalhadores (greves, a constituição de sindicatos, influência do anarco-sindicalismo e do PCB, etc.). Nesse sentido, a problematização das mediações entre cultura e política se torna fundamental para o esclarecimento dos desdobramentos das próprias relações entre os comunistas e os intelectuais.

Quando, ainda durante a formulação do projeto de pesquisa, o recorte cronológico (1930-1956) foi definido, o pressuposto era o de que, acompanhando parte do caminho de Ferreira, a partir de 1930 houve uma transformação essencial na política do PCB (ligada ou não às decisões da IC e que resultará no fracasso de um projeto revolucionário em 1935) e outra no campo da cultura (em especial, nas características da produção literária: o "romance dos anos trinta", "regionalismo" e o "redescobrimento do Brasil", emergidos do movimento modernista dos anos vinte[26]). E o segundo momento, acompanhando parte da bibliografia nacional e internacional sobre

---

Pandolfi (org.), *Repensando o Estado Novo*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 1999; Elizabeth Cancelli, *O mundo da violência: a polícia na era Vargas*, Brasília, Editora da UNB, 1993; Maria Helena Capelato, "Estado Novo: novas histórias", in: Marcos Cezar de Freitas (org.), *Historiografia brasileira em perspectiva*, São Paulo, Editora Contexto/Edusp, 1998; idem, "Propaganda política e controle dos meios de comunicação", in: Dulce Pandolfi (org.), *op. cit.*; .Silvana Goulart, *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e Estado Novo*, São Paulo, Editora Marco Zero/CNPq, 1990; Maria L. Tucci Carneiro, "O fogo e os rituais da purificação: a teoria do malefício", in: *Resgate. Revista de cultura*, Campinas, Papirus Editora/Centro de Memória Unicamp, n.º 3/1991; idem, *Livros proibidos, idéias malditas. O Deops e as minorias silenciadas*, São Paulo, Editora Estação Liberdade/Secretaria do Estado da Cultura, 1997; Milton Lahuerta, *Elitismo, autonomia, populismo: os intelectuais na transi*ção dos anos 40, Campinas, Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política-IFCH-Unicamp, 1992.

[26] João Luiz Lafetá, *1930 - O Modernismo e a Crítica* (2ª edição), São Paulo, Editora Duas Cidades/Editora 34, 2000. O autor analisa o processo de transformação do "Modernismo", que deixava o "projeto estético" dos anos vinte para enfrentar os anos trinta com novos parâmetros, ainda que de continuidades, mas formulando um "projeto ideológico". Lafetá, no entanto, não cai na armadilha teleológica de que em cada um desses momentos estivesse presente ambos projetos. Ao contrário, o que ele procura demonstrar é a relevância de cada um dos projetos nos diferentes momentos, não como justaposições mas como fenômenos simultâneos conformadores de um mesmo processo de transformação

a história do comunismo, pressupunha que com o XX Congresso do PCUS (as denúncias dos crimes de Stálin) uma outra grande virada política havia ocorrido no movimento político internacional ligado ao comunismo, transformando as características das organizações partidárias e de sua militância política. Durante a pesquisa, no entanto, a documentação que foi sendo investigada acabou ajudando a redefinir o recorte cronológico. A tese, no seu conjunto, procura demonstrar as singularidades das relações dos intelectuais com o comunismo, entendido como um conjunto de idéias difusas ligadas à URSS, à IC e aos partidos comunistas nacionais, entre os anos de 1928 e 1948, datas-limites que marcam mudanças significativas na história do próprio PCB e na produção literária.

No intervalo de existência legal do PCB, entre 1945-47, a militância antes clandestina passou a se declarar comunista, organizar atividades públicas e teve que partilhar sua experiência política com centenas de recém-ingressos no partido. Nesse momento, uma visão entre os comunistas era a de que estava em pleno curso, sem possibilidades de retorno a um regime autoritário, a construção de um país democrático. Louvada por um artigo publicado de Jorge Amado, a "democracia reinante" permitia a "instalação da primeira sede legal do Partido", o Comitê Municipal do PCB de São Paulo, no dia 11 de julho de 1945, na rua da Glória[27].

Um ano depois, um advogado filiado ao partido, Luiz Werneck de Castro, impetrou um mandado de segurança contra o "Sr. Chefe de Polícia" do Distrito Federal, em nome da empresa A Tribuna Popular Editora S.A., responsável pela edição e circulação do jornal, então diário, A Tribuna Popular, ligado ao PCB e dirigido por Pedro Pomar e Agildo Barata[28]. O motivo da ação judicial era que o delegado do DF "diariamente tem apreendido milhares de exemplares do referido jornal, desrespeitando o inciso 15 do art. 122 da Constituição de 1937"[29], o qual previa "que todo cidadão tem o direito de manifestar o seu pensamento, oralmente, por escrito, impresso ou por imagens mediante as condições e nos limites prescritos por lei". Até 1942, a essa prerrogativa legal, a polícia e o sistema judiciário usaram como contraponto a Lei nº 38, de abril de 1935, que define

---

da "criação literária".

[27] Jorge Amado, "Instalação da primeira sede legal do Partido", in: idem, *Homens e coisas do Partido Comunista"*, Rio de Janeiro, Edições Horizonte, 1945, pp. 9-12.

[28] O primeiro era membro do Comitê Nacional do PCB (nos anos trinta a denominação dessa mesma instituição partidária era Comitê Central) e o segundo era dirigente do partido no Rio de Janeiro.

[29] Luiz Werneck de Castro, "Mandato de Segurança", Rio de Janeiro, 27 de julho de 1946. Pasta 3-A - Dossiê: PCB - Setor: Político - DESPS - APERJ.

"os crimes contra a ordem política e social" e através da qual todas as prisões políticas foram efetuadas e a censura se estabeleceu de forma institucional. A partir de 1942, houve certo "relaxamento" da Lei nº 38, mas suas prerrogativas não foram revogadas legalmente.

Três dias depois de A Tribuna Popular entrar com o pedido de instalação de processo contra o delegado do DF, o Comitê Estadual do PCB, do Rio de Janeiro, fez o mesmo. O advogado Sinval Palmeira pedia a revisão da decisão do delegado, que havia negado autorização para a realização de um comício, a ser realizado na Esplanada do Castelo, como ato comemorativo de encerramento da III Conferência Nacional do partido. Segundo Palmeira, a alegação do delegado era um despropósito, já que recorria ao inciso 10 do art. 122 da Constituição de 1937, no qual: "Todos têm direito de reunir-se pacificamente e sem armas. As reuniões a céu aberto podem ser submetidas à formalidade de declaração, podendo ser interditadas em caso de perigo imediato"[30]. Perguntando qual era o "perigo imediato" que causava um comício comunista, encerrou a petição.

Parecia, portanto, que os mecanismos repressivos continuavam atuantes à revelia do discurso democratizante que vinha dos homens do governo, pouco antes e depois da queda de Vargas, no final de 1945. Mesmo com a "tabuleta" na porta da sede do PCB, símbolo da legalidade e da democracia, os relatórios da polícia política continuavam a ser produzidos procurando sempre motivos para incriminar os "comunistas" e seu partido. Um desses relatórios foi produzido pelo Serviço Reservado, responsável pelas avaliações da situação de cada organização política ou sindical e que propunham medidas de ação normativa, através da Delegacia de Ordem Política e Social. Esse relatório, de 30 de maio de 1946, avaliava a "atitude maléfica de certos jornais não-comunistas [...] que cooperam para o assoberbamento cada vez mais crescente do marxismo entre nós."[31] A orientação para as atividades da polícia política em relação aos comunistas foi bastante clara:

> "Num ambiente extremamente tenso, o povo vive clamando por imediatas providências do governo, com o ânimo revoltado pela propaganda comunista, ignorante das dificuldades em que se encontram, as autoridades para dar uma solução rápida à tão difícil problema. Portanto, julgamos de necessidade uma ação mais firme contra o comunismo. A ilegalidade do

---

[30] Sinval Palmeira, "Mandato de Segurança", Rio de Janeiro, 30 de julho de 1946. Pasta 3-A - Dossiê: PCB - Setor: Político - DESPS - APERJ.

[31] Serviço Reservado/Delegacia de Ordem Política e Social, Relatório, Rio de Janeiro, 30 de maio de 1946. Pasta 3-A - Dossiê: PCB - Setor: Político - DESPS - APERJ.

PCB é um fato que terá de vir. Mas tal situação deverá ser posta em prática antes que seja demasiado tarde, isto é, antes que o PCB se torne ilegal por sua iniciativa própria. O povo está perdendo sua confiança nas autoridades."[32]

A propaganda comunista, responsável pela revolta do povo, deveria ser o alvo da ação policial, assim como a existência legal do PCB que, segundo o investigador, ganhava cada vez mais espaço. Embora sob aspectos particulares, em outras situações nas quais os militantes comunistas estiveram envolvidos nos anos trinta, lidar com a existência ilegal do partido, através de um esforço considerável para criar espaços públicos onde pudessem agir e ser "ouvidos", era uma prática entre os comunistas vinda desde a sua fundação.

Como foram criados esses espaços legais que davam voz ao partido na ilegalidade? Esses espaços, seguindo o mesmo relatório que defende a ilegalidade do partido, foram criados por jornalistas não-comunistas que estavam "assumindo atitudes liberais e de transigência para com os comunistas", publicando suas opiniões sempre desfavoráveis às medidas do governo contra a "onda bolchevista". Mas o que conhecemos daqueles que, ainda nos anos trinta, num período em que era proibido assumir a identidade comunista, foram presos, processados e censurados por serem "comunistas"? E, mais, o que dizer sobre aqueles que assentaram suas práticas numa ambigüidade criada pelo fato de serem acusados de comunistas e circularem publicamente por páginas impressas? A vasta documentação produzida pela polícia política se tornou central na busca das respostas às perguntas formuladas acima.

Para tentar entender como os militantes do partido empreenderam sua ação política e programática na sociedade, principalmente, durante o governo de Vargas, no qual os mecanismos democráticos, como hoje conhecemos (voto universal e secreto, organismos institucionais mais diretamente suscetíveis às pressões populares, liberdade de organização partidária ainda que sob vários aspectos restritivos, etc.) eram motivos de grandes polêmicas, foi preciso estabelecer um grupo social cuja intervenção fosse identificada como "comunista". E, nesse sentido, os "intelectuais comunistas" permitiriam esclarecer como através deles, idéias consideradas comunistas intervieram num determinado espaço público, construindo ao mesmo tempo um campo de identidade deles como grupo social e como porta-vozes de um grupo político-partidário.

---

[32] Idem, ibidem.

Para definir quem eram os "intelectuais comunistas" brasileiros dos anos trinta e quarenta, procurei pelos que assim se definiam ou pelos que foram assim definidos por outros intelectuais, grupos e pela polícia política (agente direto do que era ou não permitido "ser" ou "fazer") e onde atuavam. Num primeiro momento, a pesquisa seguiu por vários caminhos, os quais a consulta e investigação de vários arquivos e documentação permitissem uma abordagem mais ampla dos vários lugares sociais que ocuparam e intervieram. Chegando, então, à constatação de que uma imensidão de documentos poderia levar a pesquisa para um campo de investigação até hoje pouco explorado pela bibliografia, busquei aperfeiçoar o recorte cronológico e temático com a preocupação de permitir à investigação mergulhar e adensar os argumentos de resposta à pergunta inicialmente formulada (qual o papel dos "intelectuais comunistas" na formação e construção de um espaço público em que fossem reconhecidos como tal e que permitisse ao mesmo tempo a construção da identidade comunista ligada ao PCB) e, em segundo, de direcionar a investigação para um conjunto de fontes mais amplo que me levasse aos vários posicionamentos sociais, políticos e profissionais dos intelectuais.

Ao enfrentar a documentação a partir dessas questões, ficou claro que tentar reconstituir a trajetória dos "intelectuais comunistas" só seria possível a partir da definição de seus aspectos mais relevantes. Quais intelectuais que até os dias de hoje têm o seu passado reconstruído ligado à militância no PCB? De cara, surgiram os nomes de Jorge Amado, Graciliano Ramos, Caio Prado Júnior e Astrojildo Pereira. Além disso, seus nomes estão ligados ao PCB por um longo período, o que possibilita um acompanhamento num largo tempo de suas posições. Ao mesmo tempo, esses quatro intelectuais tiveram reconhecimento e consagração como escritores num campo específico de atuação, o cultural. Assim, trajetória é entendida como um conjunto de experiências conformadora e, ao mesmo tempo, formadora de uma visão de mundo compartilhada por alguns escritores-militantes.

Surge, então, a problematização das relações entre escritores/partido/estado. Ao mesmo tempo em que foi necessário, portanto, recorrer aos aspectos enfatizados pela história da literatura, a discussão sobre o populismo não poderia ser ignorada. Mas aqui não se trata de enveredar por uma discussão teórica pura e simplesmente e sim através de sua dimensão histórica nos aspectos que mediou as relações entre escritores/partido/estado. Nesse sentido, a ênfase recaiu sobre

um aspecto da política populista: a "cooptação" [33] dos intelectuais através da elaboração de políticas culturais oficiais do governo Vargas e da intervenção do estado na produção cultural.

Evelina Dagnino, em sua tese de doutorado, apresentou o problema das relações dos intelectuais com o estado brasileiro através do conceito de "hegemonia" de Antonio Gramsci. As conclusões de sua análise indicam a existência de um projeto político-ideológico que, em relação aos intelectuais, atingia duas frentes. Por um lado, o forte apelo feito aos intelectuais na participação da construção da "nação", entendida como o elemento de consenso, forneceu o suporte filosófico que garantiu a eles certa "dignidade" nesse projeto. Nesse sentido, a idéia de um projeto hegemônico do estado é enfatizada pela tentativa de ter sob seus auspícios diversas correntes de opinião, manipuladas através de um projeto político que concebe a sociedade como consensual. Por outro lado, os contornos relevantes que adquiriu o papel dos intelectuais nessa participação, através da consagração como produtores culturais, foram intensificados pela aquisição de certos privilégios ausentes entre outros grupos intelectuais[34].

Numa perspectiva mais histórica, Angela de Castro Gomes analisa a "invenção do trabalhismo" como a característica essencial para explicar a adesão dos trabalhadores durante o primeiro governo de Vargas, o qual é constituído por uma dupla lógica: a material (interesses) e simbólica (identidade)[35]. Ambas perspectivas apontam para a construção de uma política populista no primeiro governo Vargas pautada não pelo caráter demiúrgico do Estado (manipulação), mas pela reciprocidade de interesses.

Castro Gomes, no texto de apresentação de uma coletânea de artigos sobre Gustavo Capanema, acabou definindo "cooptação" como um aspecto essencial na prática do ministro, no primeiro governo Vargas:

> "Cooptação é, afinal, uma forma de negociar politicamente que implica o reconhecimento das virtudes e poderes daqueles com quem se está em interação, ainda que em posição de

---

[33] Fernando Teixeira e Hélio da Costa, " Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes", in: Jorge Ferreira (org.), *O populismo e sua história. Debate e crítica*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2001, p. 215.

[34] Evelina Dagnino, *State and Ideology: Nationalism in Brazil. 1930-1945*, Stanford, Tese de Doutoramento apresentada ao Departamento de Ciência Política/Universidade de Stanford, 1985, pp. 395-399.

[35] Angela de Castro Gomes, *A invenção do trabalhismo*, *op. cit.*

inferioridade. É aquela velha piada da 'velocidade' política para se afastar de local perigoso: nem tão depressa que pareça medo, nem tão devagar que pareça provocação." [36]

Num certo sentido, cooptação aparece como uma categoria mais própria à normatização das relações entre intelectuais e o estado do que propriamente um conceito capaz de exprimir a riqueza das experiências vividas pelos escritores no governo Vargas, em especial, durante o Estado Novo. A dissertação de mestrado de Milton Lahuerta procurou, com algumas diferenças em relação à assertiva de Castro Gomes, problematizar essas relações através da construção da identidade entre os próprios intelectuais, os quais viveram durante a "transição dos ano quarenta" sob o dilema entre a política e a cultura[37].

Ao caracterizar o período como fortemente marcado pela "politização" da cultura, na qual o tema do nacionalismo se apresentou como o elemento que daria unidade à ação do intelectual, como uma promessa de resolução da crise de identidade entre os intelectuais, Lahuerta objetivou demonstrar como tais elementos foram partes constitutivas de um "campo cultural" em constante transformação, tendo como resultado uma profunda e definitiva cissão entre a "família dos intelectuais" derivada das posições que separaram antagonicamente "cultura" e "política"[38].

Lahuerta se utilizou da noção de "cultura de esquerda" para definir os intelectuais de diversas correntes de pensamento que se unificaram num movimento opocisionista ao Estado Novo. Esse movimento unitário teve sua expressão máxima na realização do I Congresso Brasileiro de Escritores em janeiro de 1945, no qual, afirma o autor, as questões da organização democrática da sociedade foi vista como um novo elemento de identidade entre os intelectuais. No entanto, passado o primeiro impacto da queda de Getúlio Vargas e da constituição legal do PCB, em meados de 1945, alguns grupos se constituíram com base em temáticas de um "liberalismo de corte elitista". Assim, aquela "cultura de esquerda" que compunha a identidade entre intelectuais oposicionistas foi quebrada, resultando dela uma ação política sectária, mas "compreensível" entre os intelectuais comunistas, que passaram a primar pela salvaguarda interna como forma de proteção aos ataques que

---

[36] Idem, "Apresentação", in: idem (org.), *Capanema: o ministro e seu ministério*, Rio de Janeiro, Editora FGV/Universidade São Francisco, 2000, p. 10.
[37] Milton Lahuerta, *Elitismo, autonomia, populismo: os intelectuais na transição dos anos 40*, Campinas, Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política-IFCH-Unicamp, 1992, pp. 1-2.
[38] Idem, *ibidem*, pp. 390-392.

emergiram com a "guerra fria"[39]. Foi dessa quebra de compromissos anteriormente assumidos que a separação entre política e cultura passaria a ser a pedra angular da atuação entre os intelectuais brasileiros.

Pretendendo, no entanto, uma abordagem que reforça o imbricamento entre política e cultura, descartei o pressuposto da existência de uma "cultura de esquerda", já que esta pode mascarar os diversos projetos político-culturais em disputa por todo o período dos anos trinta, tentando mostrar que essas disputas estavam presentes antes mesmo da própria constituição da Associação Brasileira dos Escritores em 1942, sendo somente escancaradas no momento da dissensão orgânica da entidade em 1949.

Nesse sentido, a proposta desse trabalho se pauta pela reconstituição das experiências de quatro intelectuais, escritores consagrados, cada qual militante em seu gênero literário, que circularam em vários espaços institucionais ligados pelo mesmo objetivo de intervirem num projeto político-cultural. Cada um à sua maneira, se fiaram em compromissos que tanto os aproximaram como os afastaram dos projetos oficiais do PCB e do estado, durante as décadas de trinta e quarenta.

Os fios e as tramas se interligam, mediados pelas experiências que deram origem a uma colcha de retalhos, naquilo que podem significar diversidade e contradições. Mas é imperativo analisar com acuidade alguns trabalhos que se utilizam de categorias normativas, como "cooptação", ou celebrativas, como "rebeldia", para melhor problematizar as trajetórias desses escritores[40].

A trajetória de Graciliano Ramos é, em alguns estudos, apresentada como um caso de "cooptação". Os funcionários-escritores e os escritores-funcionários, segundo Sérgio Miceli, que participaram da administração federal tiveram suas trajetórias traçadas tanto pela experiência de suas origens sociais (antigas famílias dirigentes decadentes) como do processo de ampliação do "mercado de trabalho político e cultural":

> "[...] os funcionários-escritores tiveram que se sujeitar às diretrizes políticas do regime, os escritores-funcionários puderam se abrigar sob a postura de uma neutralidade benevolente em

---

[39] Idem, *ibidem*, pp. 387-389..

[40] Emprego aqui as análises de Gustavo Sorá, *Brasilianas. A casa José Olympio e a instituição do livro nacional*, Rio de Janeiro, Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social-Museu nacional-UFRJ, 1998, p. 184.

relação ao Estado o que lhes permitiu salvar muitas de suas obras do aceso das lutas políticas." [41]

Os álibis nacionalistas, tanto entre a direita como entre a esquerda, foram os salva-guardas numa experiência de participação no poder público fundada na "cooptação", no sentido de prestar seus serviços em troca de favores pessoais[42]. Que tipo de favores eram trocados? Um "poder simbólico" por um salário e algum prestígio social por estarem perto da esfera do poder?

Virando o lado da mesma moeda, há estudos que definem que a trajetória de Jorge Amado foi, durante os anos trinta, marcadamente, de "rebeldia"[43]. Marcelo Camurça, num artigo sobre a adesão de intelectuais ao PCB entre os anos de 1922 e 1960, seguindo o mesmo argumento de Miceli, afirma que, ao comparar a boêmia literária francesa do século XVIII com os intelectuais que orbitaram nos partidos comunistas do século XX, há em ambos casos que se agregaram por estarem marginalizados do campo do poder e prestígio, por isso, a postura de confronto com o "sistema dominante" e a valorização de um "estilo de vida rebelde"[44]. Essa postura tinha sua lógica, já que muitos desses intelectuais eram de "famílias tradicionais decadentes" "das camadas médias da população" do Nordeste, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. E encontraram no partido comunista um lugar para reagir à exclusão de certo prestígio social, alocando-se no estado e no aparelho burocrático do governo como forma de ascensão[45].

Há, segundo Camurça, um outro tipo de adesão, a pelo "encantamento". Foi um tipo de adesão que originou o grupo dos funcionários do partido e dos que basearam sua participação de um "ideal". Entres os intelectuais do primeiro tipo encontravam-se aqueles que apreenderam o "espírito de partido" (fidelidade rigorosa à linha política oficial e ao tarefismo) e os do segundo tipo foram aqueles que aderiram ao partido movidos por um evento histórico, como por exemplo, na Aliança Nacional Libertadora ou no período do pós-guerra, momento de exceção na história do PCB. Os primeiros vindos das camadas médias (decadentes e sem capital cultural) e os segundos que

---

[41] Sérgio Micelli, *Intelectuais e classes dirigentes no Brasil: 1920-1945*, São Paulo, Difel, 1979, p. 182.
[42] Idem, *idem*, p. 159.
[43] Marcelo A. Camurça, "Intelectualidade rebelde e militância política: adesão dos Intelectuais ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) – 1922-1960", in: *Locus. Revista de História*, Juiz de Fora, EDUFJF, vol. 4, n.° 1, 1998, pp. 65-80.
[44] Idem, ibidem, p. 66-67. O estudo de Alfredo W. B. de Almeida (*Jorge Amado: política e literatura. Um estudo sobre a trajetória intelectual de Jorge Amado*, Rio de Janeiro, Editora Campus, 1979) é um contraponto crítico do "maior escritor brasileiro do século XX.
[45] Idem, ibidem, p. 70.

emprestaram ao partido seu prestígio de escritor, artista, músico ou físico consagrado (elite econômica com sólido capital cultural)[46]. A tensão produzida pelas relações entre esses dois grupos criou no partido uma postura na qual a 'criatividade de pensamento" foi tolhida pela "Máquina do Partido": em um primeiro momento, quando são constrangidos pelas tarefas partidárias a não exercerem plenamente sua atividade intelectual (usa como exemplo um depoimento de Jorge Amado, quando afirmou quase ter deixado de ser escritor por estar tão absorvido pelas tarefas partidárias nos anos quarenta) e, em um segundo momento, quando eram impedidos ideologicamente pela doutrina oficial do partido (marxismo-leninismo e/ou realismo socialista). Sua conclusão segue o argumento de Canelas Rubim, no qual a partir do XX Congresso do PCUS houve uma tendência de afastamento dos intelectuais dos partidos e até da política[47]. Resumindo, os argumentos de Camurça pressupõem a mesma visão de que os intelectuais consagrados ao ingressarem no PCB não passaram de meros cartões de visita para um mundo exterior.

Ainda em relação aos estudos sobre Jorge Amado e Graciliano Ramos há aqueles que primam por uma discussão literária. Eduardo de Assis Duarte analisa a produção literária de Jorge Amado do "romance de estréia" (O país do carnaval, 1931) à publicação de Subterrâneos da Liberdade (1954) como pertencente a um movimento literário cuja viragem foi dada pelos ventos revolucionários de 1917, resultando um projeto literário que se mescla com um projeto político[48].

Duarte define a produção literária de Jorge Amado como "romance romanesco" para abarcar o que ele caracterizou como uma produção que combinou documento e idealização, dicção modernista e enredo tradicional, temas contemporâneos e ações heróicas. Essas características foram o resultado de um projeto que se propunha pensar a nação e o povo como binômio na criação literária[49]. No entanto, esse trabalho se ressente de um acompanhamento mais demorado nas experiências de Jorge Amado como escritor e como militante e, por isso, enfatiza a análise da obra literária.

---

[46] Idem, ibidem, p. 71-72.
[47] Idem, ibidem, p. 77.
[48] Eduardo de Assis Duarte, *Jorge Amado: romance em tempo de utopia*, Rio de Janeiro, Editora Record, 1996, pp. 17-18. A hipótese de Duarte parte do argumento de João Luiz Lafetá, explicitado no texto de Antonio Candido, "Prefácio", in: João Luiz Lafetá, *op. cit.*.
[49] Idem, *ibidem*, p. 252.

Com características semelhantes a esse tipo de análise, há um conjunto de textos sobre Graciliano Ramos[50]. Os suportes literários dessas análises foram importantes para balizar a produção literária do escritor em seu próprio contexto de criação e as temáticas que suscitaram. O acompanhamento da trajetória de Ramos nas esferas institucionais (fosse no PCB ou em organismos culturais) foram cotejados com sua produção literária na perspectiva de apreensão das origens da construção de uma memória sobre o escritor pautada pelo significado que ele próprio elaborou sobre suas experiências como preso político, como funcionário do DIP, como membro do PCB, etc.

Os principais diálogos bibliográficos estabelecidos para a reconstituição e análise das trajetórias de Jorge Amado e Graciliano Ramos foram com a história e crítica literárias. Em relação à trajetória de Caio Prado Júnior o argumento desse trabalho foi referenciado em algumas discussões sobre a importância da produção teórica do escritor, ao lado de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. Aqui, retomou-se com um sentido mais denso, o período de "redescoberta do Brasil". Caio Prado é considerado, ao lado desses outros dois escritores, como um dos fundadores de uma nova etapa na história do pensamento brasileiro[51]. Essa nova etapa, constituída nos anos trinta, caracteriza-se pela análise da formação nacional.

A contribuição de Caio Prado Júnior, segundo Bernardo Ricupero, foi a de nacionalizar o marxismo no Brasil[52]. Ao analisar a obra de Caio Prado, Ricupero apresenta como ponto central na análise da obra a "verdadeira" fusão entre a questão nacional e o marxismo[53]. Essa fusão está explicitada quando, na obra de Prado júnior, a relação entre a Colônia e a Nação não se apresenta como oposição uma a outra, nem através do corte temporal. A originalidade da obra está na interpretação de que a Nação nasce da Colônia de forma dialética[54]. O "sentido da colonização" definido por Caio Prado para interpretar a formação nacional ganha então destaque na contraposição

---

[50] Fernando Cristovão, *Graciliano Ramos: estrutura e valores de um modo de narrar*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1972. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n.° 35, 1993 - Dossiê Graciliano Ramos. Antonio Candido, *Ficção e confissão*, Rio de Janeiro, Editora 34, 1992.

[51] Antonio Candido, *Literatura e sociedade*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1965. Ver também: idem, "Prefácio", in: Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio editora, 1978.

[52] Bernardo Ricupero, *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*, São Paulo, Departamento de Ciência Política-USP/Editora 34/FAPESP, 2000.

[53] Idem, "Caio Prado Jr.: o primeiro marxista brasileiro", *Revista USP-Dossiê: Intérpretes do Brasil*, n° 38, junho/julho/agosto, 1998, p. 68.

[54] Idem, ibidem, p. 69.

a outras explicações sobre o Brasil (em Gilberto Freyre, a família patriarcal e, em Sérgio Buarque de Holanda, o aventureiro).

O tom celebrativo (originalidade, verdadeiro marxista) do texto de Ricupero incomoda um pouco, não tanto pela homenagem que sugere, mas pela idéia de que ele foi um homem à frente de seu tempo[55]. Esse pressuposto, no entanto, acabou levando Ricupero à conclusão de que as relações entre Caio Prado e o PCB foram sempre pugnadas por uma tensão entre as originais interpretações do Brasil do primeiro e o marxismo-leninismo tacanho do segundo[56]. Nesse sentido, as formulações teóricas de ambos se prestam a um cotejamento descolado das disputas políticas propriamente ditas.

Rubem Murilo Leão Rego, em sua análise sobre a obra de Caio Prado, incorre na mesma limitação [57]. Deve estar claro que os objetivos de ambos estudos não estão calcados no resgate da experiência política de Caio Prado; ao contrário, ambos buscam através da análise interna da obra caiopradiana, entender as premissas e as interpretações formuladas para entender o Brasil. Rego delimita os temas que se desdobram da questão central proposta (o sistema agrário brasileiro): a definição do capitalismo brasileiro, os significados da persistência da estrutura fundiária, os processos de expansão dessa estrutura, as relações de produção no campo e a formação das classes sociais ai presentes, o caráter e as possibilidades de transformação dessa estrutura.

Em relação a Astrojildo Pereira, numa publicação recente, há uma preocupação que se encaminha para o enfrentamento da relação entre o discurso e a ação[58]. Feijó, no entanto, nos brinda com uma excelente biografia sobre o fundador do PCB, problematizada pelo tema da formulação de uma política cultural. A análise consistente que faz no capítulo sobre as relações entre o "intelectual e o partido" descreve as tensões que envolveram uma certa perspectiva de autonomia intelectual com as normas do partido[59]. Suas conclusões irão se servir das análises sobre o "homem

---

[55] Nesse sentido, ver também: Paulo Teixeira Iumatti, *Diários políticos de Caio Prado Júnior: 1945*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1998, p. 34-36.
[56] Idem, *Caio Prado Jr..., op. cit.*, pp. 108-113.
[57] Rubem Murilo Leão Rego, *Sentimento do Brasil. Caio Prado Júnior - continuidades e mudanças no desenvolvimento da sociedade brasileira*, Campinas, Editora da Unicamp, 2000. Idem, "Caio Prado Jr.: sentimento do Brasil", *Revista USP-Dossiê: Intérpretes do Brasil*, nº 38, junho/julho/agosto, 1998, pp. 78-87.
[58] Martin Cezar Feijó, *O revolucionário cordial: Astrojildo Pereira e as origens de uma política cultural*, São Paulo, Boitempo Editorial/FAPESP, 2001.
[59] Idem, *ibidem*, pp. 85-110.

cordial" de Sérgio Buarque de Holanda, como caracterização da tipicidade de Astrojildo, ainda que um revolucionário, naquilo que sua experiência revelou em conformidade com a afetividade das relações pessoais, em detrimento das regras impostas pelas instituições (fossem elas do Estado ou do partido) e na crença de transformar o mundo, dissipar as injustiças e as desigualdades[60].

A esses trabalhos, devo parte das questões formuladas para essa tese. No entanto, o que se pretendeu, através de uma perspectiva histórica, foi reconhecer o lugar social onde esses escritores estavam produzindo suas teorias ou suas obras de ficção ou suas críticas literárias, buscando, através das reconstituição das relações que estabeleceram com o estado, com o comunismo e com outros intelectuais, entender quais projetos político-culturais formularam e quais significados deram a essas experiências.

A tese

O objetivo do primeiro capítulo é mostrar como a experiência soviética tornou-se, já nos anos vinte, um referencial fundamental na formação de alguns grupos políticos. A defesa ou a crítica severa (o meio termo parece não ter existido) à União Soviética vai ganhando contornos mais definidos durante esse período. A tomada de posição, a favor ou contra, vai ficando inadiável.

A organização de periódicos operários e anarquistas sob a responsabilidade de Astrojildo Pereira ou mesmo sua colaboração em diversos desses órgãos, nos anos dez e início dos vinte, foram atividades cuja experiência reapareceu na preparação do congresso de fundação do Partido Comunista do Brasil (março de1922). Sua iniciativa, ao editar a revista mensal Movimento Comunista, foi uma proposta de reunir os "Grupos Comunistas do Brasil". A defesa e a propagação das diretivas da Internacional Comunista seriam os pontos de unidade na formação de um único partido[61].

A experiência anterior de Astrojildo Pereira permitiu-lhe perceber que uma revista poderia ser um instrumento de propaganda, mobilização e organização. Publicada até junho de 1923, essa revista contribuiu para a realização do congresso de fundação do PCB e para a divulgação das

---

[60] Idem, *ibidem*, pp. 219-226.
[61] Astrojildo Pereira, *Formação do PCB: 1922-1928*, Lisboa, Prelo Editora, 1976, pp. 74 a 78.

idéias do partido nos primeiros meses de sua existência. Recheada de artigos sobre a organização operária e partidária, a revista ainda cedeu um grande espaço para textos sobre a Revolução Russa.

Forma-se uma literatura de propaganda política, cujo referencial é "comunista", inspirada nas vitórias dos bolcheviques na Rússia e na política da Internacional Comunista. Essa literatura materializava-se em pequenas empresas tipográficas e editoriais que formaram um pequeno circuito, congregando vários grupos. Os militantes desses grupos, sofriam diariamente perseguição policial. Com o governo Arthur Bernardes aparece uma legislação específica para a censura e para a formação de uma polícia política, cujo endurecimento com o movimento operário foi visível.

No entanto, a existência de órgãos "secretos" do governo cuja função era fornecer informações aos governantes, como práticas de uma polícia política, no Brasil, é muito anterior à 1920. Nos anos vinte e, em especial, no período da presidência de Bernardes, houve continuidade na montagem desses órgãos, que foram ganhando contornos formais, através de uma legislação específica [62] - o que, ao menos, possibilitava a existência de um debate público sobre os limites do controle do indivíduo-cidadão pelo governo.

O "perigo" de instabilidade política e, conseqüentemente, a manutenção da ordem e da segurança nacionais foram os argumentos que deram suporte a esse aparelhamento dos órgãos de censura e repressão, definindo as fronteiras entre a licenciosidade e moralidade. O item 2 acompanha o processo de "proletarização" ocorrido no interior PCB, no qual parte dos membros de sua direção foram afastados e a linha política "corrigida". Nesse processo, cristaliza-se a visão de que o trabalho intelectual é tarefa de todos os militantes comunistas e, em especial, dos membros de sua direção.

Esse processo foi concomitante à criação das várias pequenas editoras acima mencionadas, que publicavam textos teóricos de Lenin, Trotski, Stalin, Plekhanov, entre outros, assim como, textos de divulgação e de propaganda política. Girando em torno da Lux, Unitas, Pax e Marenglen - todas de São Paulo, formaram um circuito alternativo, clandestino e perseguido pela polícia política.

---

[62] Marcos Luiz Bretas, "Polícia e Polícia Política no Rio de Janeiro dos anos 1920", in: *Revista do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro*, n.° 3, outubro/1997.

A Associação Amigos da Rússia, suas atividades e os seus membros, ainda que fosse uma entidade dirigida e controlada pelo PCB, mostram o espraiamento da influência soviética entre grupos fora do partido.

Sob outra influência, surgia o Club dos Artistas Modernos, liderado por conhecidos artistas e escritores do movimento modernista. Fizeram propaganda da Rússia Soviética, encenaram peças de autores russos, organizaram exposições de objetos russos, falaram em "arte proletária" e "revolução". Mas também se preocuparam em formular definições sobre a "arte popular" e o "folclore" brasileiros. Considerados "comunistas" pela polícia política, tiveram suas vidas vigiadas, suas atividades proibidas, suas editoras fechadas e o material que publicavam, apreendido, além das prisões que tiveram que enfrentar.

A repressão justificava-se, segundo o governo, para combater os perigos da contra-revolução. Com o movimento constitucionalista de 1932 em São Paulo, qualquer manifestação ou ato público era prontamente proibido e o surgimento de qualquer movimento de oposição ao governo era colocado na ilegalidade e seus membros presos. Com a Constituição de 1934, as portas se abrem para a organização de um grande aparato de repressão e controle políticos.

Mas, ao contrário da polícia, nem todos eram considerados comunistas pelos membros da direção do PCB. Entre um documento e outro, Di Cavalcanti, Tarsila do Amaral, Osório César, Patrícia Galvão, Oswald de Andrade e Flávio de Carvalho (todos membros do Club dos Artistas Modernos), e outros membros da Associação Amigos da Rússia são citados como "intelectuais pequeno-burgueses", responsáveis por disseminarem confusão política e doutrinária entre os operários. Formou-se aqui certa tradição antiintelectual do partido, perpetuada através da postura arrogante e autoritária com que costumavam tratar esse grupo de militantes.

Astrojildo Pereira, também personagem desses documentos, talvez tenha sido o primeiro a sofrer as conseqüências dessa postura antiintelectual, sendo diversas vezes duramente criticado. Definidos como "intelectuais pequeno-burgueses", eram vistos pela direção como disseminadores de desvios ideológicos entre os operários. Essa má influência foi atribuída também a Astrojildo, chegando ao limite de sua expulsão, sendo um aspecto resultante da última torção da política da Internacional Comunista, na qual o Partido Comunista da União Soviética, a partir de 1928, redireciona sua posição, para enfrentar a crise do "terceiro período" do desenvolvimento

capitalista, que traria uma nova onda revolucionária; ao mesmo tempo em que essa nova política passou a girar em torno do problema da "construção do socialismo num só país" - tese de Stálin, na qual toda a atividade comunista dentro e fora da URSS deveria se pugnar pela defesa absoluta do único país socialista do mundo. Os desdobramentos dessa nova orientação política e o radicalismo com que foi centralizada "sob as ordens da IC" são bastante visíveis entre os comunistas brasileiros.

A publicação de um manifesto dos "trabalhadores intelectuais" em defesa do PCB aparece como elemento de identificação entre os "verdadeiros" intelectuais comunistas, no qual a assinatura parece garantir o compromisso partidário. Entretanto, "intelectual" adjetiva "trabalhador" tentando caracterizar e definir os intelectuais do PCB como aqueles ligados pela "doutrina" aos trabalhadores.

Mesmo tendo a participação no PCB vetada por sua direção, vários escritores e artistas continuaram suas atividades de propaganda da Rússia Soviética e de defesa e criação de uma "arte proletária", estabelecendo elos de ligações difusas com o movimento comunista. Os grupos políticos que foram se formando nesse período, através do debate literário, é um termômetro importante no reconhecimento da existência de uma literatura ligada aos referencias soviéticos e comunistas. Em linhas gerais, esse é o objetivo do item 3.

A oposição de outras correntes político-literárias à estes referenciais, são bastante reveladores do nascimento de uma concepção fortemente anticomunista que começava a criar raízes no meio social. No entanto, curiosamente, encontram-se unidos num debate literário que envolveu os aspectos de caracterização do "romance social".

Entramos já em 1934, período em que uma nova Constituição é promulgada e atos da polícia política parecem restringir ainda mais atividades organizadas sob a legenda "comunista". Ensaia-se tentativas de organizações políticas, como o Comitê Antiguerreiro e o Comitê Antifascista, entre os vários grupos políticos de oposição a Getúlio Vargas e que procuravam se identificar com as reivindicações populares. Participaram os modernistas do Club dos Artistas Modernos, os jornalistas da Associação Amigos da Rússia, militantes da Liga Comunista de Oposição, associações e sindicatos ligados ao Socorro Vermelho, militantes de entidades anarquistas, etc. Grupos passaram a ganhar adjetivos: "estalinistas", "trotskistas" e "anarquistas".

Entre os escritores e artistas identificados com o movimento modernista (seus precursores ou herdeiros), parte significativa procurou materializar em sua produção elementos dos debates sobre arte proletária, iniciado na Rússia pós-revolução de 1917. Longe do PCB por hostilidades mútuas, inspiraram-se em movimentos artísticos europeus e produziram a fagulha brasileira de uma série de obras publicadas pelo mundo como "literatura proletária".

Neste sentido, então, se encaminha a discussão do capítulo 2 (Escritores no início dos anos trinta: entre a ética e a estética, os debates se acirram). Os debates sobre cultura e, especificamente, sobre literatura na URSS começavam a ser acompanhados por vários escritores e artistas no Brasil. O I Congresso dos Escritores Soviéticos, ocorrido em Moscou, em 1934, é um dos marcos desse debate e é onde se define uma proposta oficial de cultura e de uma literatura socialistas. As repercussões, ainda que difusas, se fazem sentir entre os escritores brasileiros.

Na Europa, o debate sobre o papel social do intelectual parece ser retomado nos termos de Julien Benda, nos quais os intelectuais, ao se preocuparem com a política, acabam traindo sua verdadeira missão "espiritual" – defender os valores supremos da civilização. Causando grande repercussão, o livro do escritor francês causou alguma "comoção" entre os intelectuais no Brasil, entre eles, Mário de Andrade que, em 1932, publicou um artigo debatendo essas proposições. Esse debate vai se desdobrar durante toda a década de trinta e, principalmente, no período pós-guerra, na divisão entre política e arte e as relações possíveis entre elas. Não é à toa, portanto, que as controvérsias em torno da ética do intelectual se fará na oscilação entre uma posição e outra. Essa temática estará refletida, também nos debates literários, já a literatura é uma das formas de intervenção cultural que dá materialidade a essas diferentes concepções do papel do intelectual na sociedade brasileira. Sendo assim, o debate estético ganha dimensão concreta na própria feitura dos textos.

O fechamento do capítulo, aborda as poucas obras brasileiras publicadas sob a denominação de "romance proletário" (Jorge Amado, Patrícia Galvão e Oswald de Andrade) como uma tentativa de radicalização do romance social brasileiro, que buscava caracterizar o herói positivo (o proletário) na emergência de sua classe, traçado na nuança literária regionalista (Jorge Amado, Graciliano Ramos, Raquel de Queiroz, Amando Fontes). A presença de uma "literatura proletária" estrangeira se faz sentir mas de uma maneira muito pontual.

A identidade temática em torno da denúncia das desigualdades sociais era mantida entre os que já haviam se aproximado do partido e os que o estavam fazendo no momento de formação da Aliança Nacional Libertadora. Astrojildo Pereira estava terminando de escrever a série de artigos que seriam publicados, em 1935, sob o título URSS, Itália, Brasil. Mesmo estando afastado do partido, foi a forma encontrada de reconhecer publicamente as críticas que havia recebido, ao mesmo tempo em que se preocupava com sua intervenção no debate político de então, buscando, através da análise da "realidade brasileira", "solução brasileira para os problemas brasileiros". Já aqui põe na frente da discussão o caráter não democrático do estado brasileiro. [63]

Democracia aparece também como questão chave no período de constituição e funcionamento da Aliança Nacional Libertadora. E é através das reivindicações democráticas que a ANL se torna um espaço no qual intelectuais de diferentes correntes de opinião e organizações partidárias ampliaram suas atuações.

Da atividade da ANL e da brutal repressão que sofreu dois meses após ter sido fundada, surgiu uma espécie de imprensa democrática. Esta foi a forma encontrada de atuação legal dos intelectuais de oposição, entre os quais os comunistas.

O capítulo 3 (Os escritores se comprometem: da Comissão Jurídico e Popular de Inquérito à Aliança Nacional Libertadora) demonstra como os relatos de viagem à URSS foram englobados numa literatura proletária, que, no Brasil, foi considerada pela polícia política e pelos órgãos de censura como "literatura ou propaganda comunista". Partindo de uma tradição iniciada com o jornalista norte-americano, John Reed, que acompanhou a vitória dos bolcheviques no final de 1917, na Rússia e a publicação de seu livro-reportagem, Os dez dias que abalaram o mundo, no ano seguinte nos Estados Unidos, precedeu à edição, pelos anos vinte, de uma série de reportagens semelhantes. Essa tradição é retomada no início dos anos trinta mas com outras características. Agora, a publicação que se torna referência é Russie, do escritor francês Henri Barbusse. No Brasil, Osório César e Caio Prado Júnior lançam o relato de viagem, para um público mais amplo do que aquele das pequenas editoras que produziam "propaganda comunista" ou "literatura extremista". Como instrumento literário de propaganda, o de Caio Prado tenta mesclar ensaio e reportagem como máscara neutralizadora da simpatia com a qual "viu e observou" o País dos Soviets.

---

[63] Astrojildo Pereira, *URSS, Itália, Brasil*, (1ª edição RJ, 1935) São Paulo, Editora Novos Rumos, 1985, p. 131.

As publicações que possibilitam caracterizar algo que pode ser chamado de literatura comunista e proletária cujo referencial era a URSS, também foram encontradas nas bibliotecas formadas por militantes. Na grande maioria, são traduções do francês de autores russos, cujas temáticas transitavam entre economia, política interna, relações internacionais, educação, filosofia e literatura. O cruzamento dessas bibliotecas possibilitou perceber o que e quais influências teóricas sofriam os militantes comunistas brasileiros.

O segundo item retoma a discussão das relações desses escritores com os órgãos de repressão e controle político-culturais montados estrategicamente pelo governo. Vários dos escritores envolvidos nas atividades da Associação dos Amigos da Rússia, do Socorro Vermelho, do Comitê Antiguerreiro e do Club dos Artistas Modernos se reencontram, em 1934, em organizações políticas antifascistas. Assim, tratou-se de indicar como esses movimentos culminaram com a participação na ANL. Com a publicação do decreto-lei n.° 38, de abril de 1935, na verdade, mera formalidade para legitimar a ação policial contra os opocisionistas, fechou-se a ANL e os atos de coerção ganharam dimensão legal.

Ao mesmo tempo, era um período no qual o mundo editorial passava por algumas transformações. Formava-se, em torno das editoras, grupos profissionais especializados, entre os quais, numa relação direta, estavam o editor e o escritor. Essa relação possibilitou o engendramento de projetos editoriais anteriormente impensáveis. Catálogos especializados em literatura "nacional" circulavam, agora, ao lado das traduções - antes o cartão de visita de qualquer grande editora. Os gêneros literários (ficção, didáticos, direito, história, infantil, etc.) se ampliavam e se consolidavam. Através dos catálogos, foi possível perceber elementos significativos do projeto editorial de cada empresa. O aumento de editoras, dos títulos publicados e do volume total de exemplares impressos, verificado entre os anos de 1936 e 1948, revela a importância que o livro, o editor, o escritor e o público passaram a ter nesse período.

O controle político dessa produção há muito era efetuado através da importação do papel para impressão e dos órgãos de censura. Com o Estado Novo, essas atividades passaram a ser centralizadas num órgão federal, controlado diretamente pelo gabinete da presidência da República.

A relação entre o que Caio Prado Júnior, Jorge Amado, Astrojildo Pereira e Graciliano Ramos (e muitos outros) publicaram, nesse período, e os problemas que tiveram com a

polícia política, permite perceber quais as formas diretas de atuação do controle político sobre o escritor e sua produção literária e quais possibilidades tiveram e inventaram para burlar essa perseguição.

O capítulo 4(Da cultura política à literatura: trajetórias) tem como objetivo a análise da constituição de alguns periódicos e de seus respectivos conselhos editoriais, como um lugar de intervenção privilegiado pelos escritores comunistas que ainda podiam circular legalmente e que representou o clima de frente ampla de oposição ao governo e de atuação no movimento anti-fascista. Mas o discurso que aparece nessa imprensa democrática não é o de crítica direta ao governo. Os temas explicitamente políticos-partidários se pulverizam na discussão literária. E, por outro lado, a participação deles em órgãos do governo colocaram em cheque a própria legitimidade de suas obras.

A Revista Cultura. Mensário Democrático é o melhor exemplo dessa nova atitude dos escritores comunistas. Lançada em outubro de 1938, ela apresentou seu conselho diretor, formado por Afonso Schmidt, Álvaro Moreira, Monteiro Lobato, Graciliano Ramos, Oswald de Andrade e Sérgio Milliet. Entre seus membros e colaboradores encontramos alguns daqueles "trabalhadores intelectuais", como Afonso Schmidt, Eneida, Nabor Caires de Brito e Clóvis Gusmão.

Pouco antes do lançamento da Revista Cultura, foi publicada Problemas. Revista mensal de cultura. Vários membros do seu conselho diretor e alguns de seus colaboradores atuavam também na Revista Cultura. Afonso Schmidt, Nabor Caires de Brito, Oswald de Andrade e Rubem Braga são alguns dos escritores que participavam de ambas revistas. Entretanto, Problemas tinha um caráter mais partidário e parece ter sido organizada com o intuito de barrar o sucesso da Revista Cultura.

Enquanto o jornalista comunista, Nabor Caires de Brito, escrevia, em Cultura, sobre a necessidade de solidariedade com o povo espanhol pela tragédia da guerra civil; em Problemas, o escritor é mais contundente:

> "Há dois mundos e duas políticas nos dias que correm. [...] Esses dois mundos significam duas mentalidades. O espírito humano como que se dividiu, numa dessas horas grandes do

tempo, no qual a condensação das idéias políticas traça dois caminhos e ninguém pode fugir de uma definição de atitudes." [64]

A cobrança de "atitude" literária e política dos intelectuais diante dos problemas mundiais foi uma formulação constante entre os escritores comunistas e não-comunistas, ao menos é essa a indicação das leituras dos artigos de ambas revistas. Nesse debate, a relação entre estética e política aparecem através da subordinação da primeira pela segunda [65].

No segundo número da Revista Problemas, de setembro de 1937, Rubem Braga denuncia a censura que já havia se tornado uma prática corriqueira da polícia política de Vargas. As palavras, sutis e afiadas, expõem Genolino Amado como um adepto da doutrina bananista. Segundo Braga, a doutrina bananista baseia-se na desagregação social, na qual nada mais é importante a não ser plantar bananas:

> "Ai vem a primeira contradição do regime. O Estado acabou. Mas é preciso formar uma Polícia. A Polícia tem apenas um fim: evitar que alguns sujeitos mais dinâmicos plantem outras coisas: laranjas, por exemplo. Parece que, de acordo com a doutrina bananista, essa Polícia será transitória. Depois de uma ou duas gerações o espírito bananista será geral. Os homens unânimes, comerão bananas." [66]

Genolino Amado, irmão de Gilberto Amado e bacharel em Direito, teve participação expressiva na criação dos aparelhos de censura do governo de Vargas. Desde a criação da Agência Nacional, o escritor era funcionário do órgão, passando a atuar no Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em 27 de dezembro de 1939. Em setembro de 1940, Genolino Amado assumiu a chefia da Censura Cinematográfica e Teatral de São Paulo.

Para o início dos anos quarenta, outro periódico acabou se tornando mais importante, tanto pelo conteúdo quanto pelo grupo que o aglutinou. A revista Diretrizes. Política, economia e cultura, lançada em abril de 1938, era dirigida por Azevedo Amaral e secretariada por Samuel Wainer.

---

[64]Nabor Caires de Brito, "Política de dois mundos", *Problemas*, São Paulo, n. 2, 15 de setembro de 1937.

[65]Antonio Candido, idem, ibidem, p. 127.

[66]Rubem Braga, "Comunismo, bananismo e integralismo", *Problemas*, n. 2, 15 de setembro de 1937.

Azevedo Amaral, jornalista carioca que cobriu pelo Correio da Manhã a I Guerra Mundial, abre o primeiro número da revista apresentando os objetivos da publicação e do grupo que o edita:

> "[...] Em outras palavras, a política no Brasil é agora uma cousa humana e como já alguém disse 'o homem é o único objeto digno de ser estudado pelo homem'. Justifica-se portanto que Diretrizes, escrita e publicada para ser lida por homens que sabem ler, coloque no primeiro plano das suas finalidades o comentário crítico da política brasileira." [67]

Aqui, no período posterior à decretação do Estado Novo, a política aparece subordinando as questões culturais, mantendo e cristalizando a separação entre política e cultura. Mas as questões culturais, de arte e literatura, acabam reaparecendo em números posteriores.

A análise desses anos demonstra a ênfase de alguns escritores na atividade literária e jornalística prioritariamente ditas. Demonstra, também, a fluidez com a qual eram tratadas as questões culturais pela direção do PCB, já que através das atividades dos intelectuais comunistas não é possível detectar uma "política cultural" partidária. Ao mesmo tempo, revela a tendência de uma divisão ideológica no campo intelectual, o que não se revela quando falamos em mercado editorial. Esse, apesar das diferenças entre os intelectuais, incorpora as divisões internas e dá unidade material ao campo intelectual [68].

O início dos anos quarenta, por sua vez, foi pautado por outra ordem de problemas, em conseqüência da II Guerra Mundial, da posição inicial de Vargas ao lado do Eixo e do autoritarismo do Estado Novo. A análise do "romance da geração de trinta", o debate sobre a democracia e dos direitos autorais são, para este período, chaves para que se entenda as relações entre escritores, o comunismo e o estado. Os direitos e as liberdades democráticas são questões presentes na ordem-do-dia dessa intelectualidade que se coloca no campo das "forças progressistas". Um espírito de manifesto é retomado e a conclamação à formação de uma unidade intelectual em torno da luta contra o nazi-fascismo é endossada:

> "Aqueles que se ocupam das coisas do espírito, - escritores, publicistas, jornalistas, homens de pensamento e de ciência – reclamam para si os mesmos deveres de qualquer cidadão e

---

[67] Azevedo Amaral, "A política do mês", *Diretrizes*, n. 1, abril de 1938.
[68] É isso que se depreende das publicações de casas editoras como de José Olympio ou da Companhia Editora Nacional.

> colocam-se decididamente nas fileiras dos que lutam pela liberdade, certos de que ela é a condição essencial a toda e qualquer atividade intelectual. Nessa luta contra o fascismo, reconhecem que pensamento e ação devem, unidos, constituir uma só força – força que será igualmente imprescindível ao após guerra, para a qual a Carta do Atlântico oferece a todos os povos e homens livres os elementos básicos de reconstrução. Mais que nunca o momento exige unidade de pensamento e ação. Pensamento contra o fascismo. Ação contra o fascismo."[69]

Essa tentativa de intervenção intelectual nos rumos políticos do país, através do manifesto (prática que acabaria se tornando uma tradição dos intelectuais), acabou por propiciar a organização dos escritores como uma categoria específica de profissionais. É através dele que surge, no mesmo ano, a Associação Brasileira de Escritores – ABDE.

A análise da atuação dos escritores na ABDE abre muitas possibilidades de encaminhamento da pesquisa. O tempo de vida da entidade é um elemento importante, já que, funcionando de 1943 a 1955, por ela passaram nomes como os de Graciliano Ramos, Sérgio Buarque de Holanda, Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira, Afonso Schimdt, Álvaro Moreira, Jorge Amado, Raquel de Queiroz, Aníbal Machado, Artur Ramos, Astrojildo Pereira, Caio Prado Júnior, entre muitos outros. Escritores de diversas correntes literárias, partidárias e ideológicas organizados numa única entidade é uma experiência de convivência democrática que nem sempre resultou em unidade, ao ponto em que as dissensões se tornaram insuportáveis e a entidade foi dividida em duas.

Nesses momentos de vida coletiva dos escritores na ABDE os problemas de cunho profissional também ficam mais evidentes. A luta pela regulamentação dos direitos autorais aparece como questão corporativa exatamente num período em que o governo a toma como sua.

Visto como um "trabalhador intelectual", o jornalista é incorporado ao mundo corporativista de Vargas nos mesmos termos em que os signatários do manifesto dos "trabalhadores intelectuais" se apresentavam, não pela ligação explícita com o PCB, mas com a concepção de que o papel dos intelectuais era estar ligado aos problemas sociais, ao povo.

---

[69]Declaração de Princípios, *Revista Diretrizes*, junho de 1942.

A ABDE, apesar das críticas ao governo e da vigência da ditadura estadonovista, no entanto não é perseguida pela polícia política. O I Congresso Brasileiro de Escritores realizado em São Paulo, no mês de janeiro de 1945, foi um marco importante na história da entidade, já que com a Declaração de Princípios, votada por unanimidade no encerramento do congresso, houve uma clara intenção dos intelectuais em intervirem no processo político nacional.

Esse item é a janela que se abre para a discussão das relações desses escritores com os instrumentos legais do poder instituído. Os processos instaurados no Tribunal de Segurança Nacional (TSN - tribunal militar de exceção criado em setembro de 1936, para julgar civis e militares) contra eles (e a própria falta deles, no caso de Graciliano Ramos) ao serem cruzados com a participação dos escritores nos órgãos "culturais" criados a partir do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP - criado em 1939), permite entender a hierarquia dessa "comunidade cultural".

Até o 1° Congresso, realizado em São Paulo no ano de 1945, a ABDE pode conviver bem com a polícia política. Ao mesmo tempo, reuniu escritores de diferentes posições políticas como, por exemplo, Astrojildo Pereira, Manuel Bandeira ou Francisco de Assis Barbosa. O 1° Congresso foi um divisor de águas na história da entidade, já que foi aí o começo de suas atividades para um público mais amplo e, talvez por isso, de diversas disputas políticas no seu interior.

Por fim, ainda em 1945, com a anistia, a deposição de Getúlio Vargas e as eleições, intelectuais saúdam o clima pretensamente democrático no qual vive o país. A legalidade do PCB e o grande número de parlamentares que elegeu sob sua legenda, a vitória dos Aliados e o prestígio da URSS adquirido durante a guerra e de Prestes, transformado em símbolo da luta contra o Estado Novo, são alguns dos fatores de atraíram muitos intelectuais para o partido.

O intervalo de legalidade do partido, de 1945 a 1948, foi um período em que os intelectuais comunistas desdobraram suas antigas atividades (atuação jornalística e literária) numa imensidão de "tarefas partidárias". A preocupação da direção do PCB, neste período, com a organização dos intelectuais e da cultura "nacional" resultou na criação de organismos partidários ("células") específicos para escritores, artistas plásticos e intelectuais, com objetivos claros de atuação nas "empresas" jornalísticas e editoriais do partido. Todas essas atividades dos militantes comunistas nesses órgãos culturais eram dirigidas e controladas por um organismo chamado Secretaria Nacional de Educação e Propaganda.

Este é um período em que a atividade intelectual é sobreposta à militância partidária. Jorge Amado é um caso exemplar desta versatilidade de atuações: participou da direção do jornal diário Hoje, colaborou com vários artigos no jornal oficial do PCB A Classe Operária [1] e Tribuna Popular, foi deputado federal constituinte sob a legenda comunista, fez várias conferências sobre literatura e cultura, participou da criação e direção da Editorial Vitória (editora do PCB), colaborou com Problemas (revista dirigida por Carlos Marighella) e atuou na ABDE desde 1944.

Ao mesmo tempo em que as atuações dos escritores comunistas na ABDE e, em especial, de Graciliano Ramos, Jorge Amado, Caio Prado Júnior, Alina Paim, Astrojildo Pereira, Sérgio Milliet, Dalcidio Jurandir, Anibal Machado, Álvaro Moreira e Oswald de Andrade são chaves para entender a formulação de uma política de intervenção comunista na entidade e como essa formulação entende as relações com os escritores não-comunistas ou com os "não-enquadrados" na política oficial do PCB.

Depois da cassação do registro do PCB e dos mandatos dos parlamentares comunistas há um refluxo na atuação dos escritores novamente para atividades literárias. Essa atuação, entretanto, foi entremeada por atividades partidárias como a participação no movimento da paz.

As trajetórias traçadas nos capítulos que se seguem podem indicar a formulação de uma política cultural e, especificamente, literária não necessariamente organizada sob a direção do PCB. Grande parte desses escritores tematizaram, em meados dos anos quarenta, a relação entre "escritores e artistas e o partido" e o "realismo socialista". Começaram a aparecer também artigos de Lênin, Gorki e Andrei Zdhanov sobre problemas da organização da cultura socialista na URSS, sobre realismo socialista, marxismo e os intelectuais, etc.

As colaborações dos escritores comunistas têm relação direta com os artigos dos soviéticos. Mas, a versão nacional de uma cultura socialista esteve longe de desenvolver uma prática literária do realismo socialista. Os artigos fazem parte da tentativa de elaboração de um projeto cultural comunista que abarca educação, teatro, leitura para o "povo" e para o "trabalhador" e que

---

[1]Nesse jornal, Jorge Amado chegou a escrever legendas para histórias em quadrinhos desenhadas por Carlos Scliar. Ver, por exemplo, *A Classe Operária*, n. 5, 6 de abril de 1946; n. 77, 14 de junho de 1947; n. 82, 19 de julho de 1947; n. 83, 26 de julho de 1947.

começou com a Conferência do PCB para "escritores e artistas" [2]. Foi nesse período que a direção do partido se empenhou na tarefa de formulação e centralização desse trabalho "cultural". Resta saber se essa tentativa de formulação de um projeto cultural comunista enquadrou a atividade intelectual ou engendrou uma nova perspectiva de atuação política do intelectual, mais autônoma e à procura de outros espaços. E essa resposta só pode ser dada através da reconstituição das experiências compartilhadas pelos escritores no período anterior ao pós-guerra, quando esses mesmos escritores se colocaram o problema do comunismo. Vamos lá!

---

[2] Tal conferência, realizada em meados de 1945 em São Paulo, deu origem à publicação Jorge Amado, Pablo Neruda e Pedro Pomar, *O Partido Comunista e a Liberdade de Criação*, Edições Horizonte, Rio de Janeiro, 1946.

Capítulo 1
Conflitos por uma herança: cultura e propaganda da Rússia Soviética.

1.1 - A experiência como origem: breve trajetória de Astrojildo Pereira nos anos vinte.

Na noite do dia 23 de janeiro de 1931, um grupo de bacharéis, médicos, jornalistas, artistas plásticos encheu uma das salas da sede do Sindicato dos Empregados no Comércio, em São Paulo, com o objetivo de reorganizar a Associação Amigos da Rússia [AAR][1]. Abrindo a reunião, o jornalista Jaime Adour da Câmara[2] afirmou que as intenções da organização não eram políticas, mas simplesmente pugnar pelo reatamento das relações diplomáticas e comerciais entre o Brasil e a Rússia Soviética.

Nessa mesma noite, o jornalista e conhecido comunista Astrojildo Pereira[3] foi preso em sua residência, em São Paulo, à rua Silva Telles n.° 170. Foi levado pelos policiais à delegacia, onde prestou declarações sobre a "Marcha da Fome", organizada pela Confederação do Trabalho no Rio de Janeiro, negando ter tido qualquer participação em sua coordenação. Astrojildo Pereira declarou, ainda, ser "comunista militante dentro de sua profissão de jornalista, e como tal faz propaganda pela imprensa [das idéias do Partido Comunista]" [4].

---

[1] S/a, "Os amigos da Rússia... comunicam-nos", *Diário Nacional*, São Paulo, 24 de janeiro de 1931.

[2] Nascido no dia 29 de maio de 1899, em Natal (RN). Jornalista de longa data, iniciou sua profissão aos 18 anos, escrevendo para um dos grandes jornais de sua cidade natal, *A Imprensa*, cujo diretor era o pai do escritor João Câmara Cascudo. Mudou-se para o Rio de Janeiro no início da década de 1920. Em 1926, transferiu-se para São Paulo, onde dirigiu a sucursal da Agência Americana. Participou do movimento *Antropofágico*, chegando a ser o responsável pela edição do Suplemento Antropofágico, editado semanalmente pelo *Diário de São Paulo*, na segunda fase do movimento. Faleceu em Petrópolis (RJ), em março de 1964. In: Raimundo de Menezes, *Dicionário Literário Brasileiro*, Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos Editora, 1978 [doravante DLB].

[3] Astrojildo Pereira Duarte Silva nasceu em Rio Bonito (RJ), em 8 de outubro de 1890. Participou, desde a década de 1910, do movimento operário, sindical e anarquista, colaborando decisivamente em muitas publicações ligadas a esses movimentos. Foi preso pela 1ª vez em 1918, acusado de participar da organização da greve dos trabalhadores da Empresa de Transportes da Cantareira (barca entre Rio e Niterói). Participou da fundação do Partido Comunista do Brasil em 1922 e, desde então, entre aproximações e afastamentos, foi membro da agremiação partidária. Faleceu em Niterói (RJ), em 1965. Embora seu primeiro nome esteja grafado com "g" em sua certidão de nascimento, optei pela grafia usada por ele próprio. [DLB]

[4] Termo de Declarações de Astrojildo Pereira, Gabinete de Investigações, São Paulo, 23 de janeiro de 1931, Pront. N.° 44 - Astrojildo Pereira - DEOPS - AESP.

Muito antes dessa prisão e do aparecimento da AAR, no entanto, Astrojildo Pereira já havia participado ativamente do movimento anarquista, desde a década de 1910. Em 1914, foi dirigente da Confederação Operária Brasileira. Colaborando e, muitas vezes, tomando a frente nas atividades de centros operários e anarquistas, Astrojildo ajudou a organizar greves, manifestações e, principalmente, grande parte da pequena imprensa que surgia desse movimento.

Em 1917, dirigiu a revista *O Debate*, editada e publicada no Rio de Janeiro, na qual escreveu muitos artigos sobre a revolução russa, expressando sempre sua simpatia pelos bolcheviques. No mesmo ano [5], publicou, também no Rio de Janeiro, um folheto de 16 páginas, intitulado *A Revolução Russa e a Imprensa*, enfatizando a má vontade da grande imprensa brasileira e estrangeira (burguesa) para tratar dos acontecimentos na Rússia. Entre 1918 e 1919, Astrojildo dirigiu o "periódico libertário" de São Paulo, *Alba Rossa*.

Em 1919, apareceu publicado um artigo intitulado "Imprensa e a Revolução na Rússia", no jornal *Spartacus*. Nesse jornal, órgão do Partido Comunista (libertário) [6], Astrojildo era um dos principais editores ao lado de José Oiticica[7].

Astrojildo Pereira retomava assim um debate iniciado há dois anos, com a publicação do folheto citado. De conteúdo quase idênticos, ambos expressam a simpatia do autor pelos acontecimentos na Rússia e inauguravam uma forma de literatura de propaganda, na qual a polêmica em torno da Revolução Russa seria o referencial.

Ao mesmo tempo em que o jornalista polemizava com as versões em contrário publicadas na chamada "grande imprensa" ou "imprensa burguesa", cujo desafeto era visível a tudo que provinha das lutas dos trabalhadores, o conteúdo de exaltação da Revolução Russa dava o tom.

---

[5] Ao menos esse é o ano impresso no exemplar encontrado no acervo de Astrojildo Pereira - Arquivo Edgard Leuenroth [AEL] - UNICAMP.

[6] Leandro Konder, "Astrojildo Pereira: o Homem, o Militante, o Crítico", in: *Memória & História. Revista do Arquivo Histórico do Movimento Operário Brasileiro*, São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1981, n.° 1, pp. 53 e 54.

[7] José Rodrigues Leite Oiticica nasceu em Oliveira (MG), no dia 22 de julho de 1882. Foi criado em Maceió (AL), onde iniciou o curso de Direito e bacharelou-se no Rio de Janeiro. Ocupou a cátedra de Português do Colégio Pedro II, a partir de 1916. Desde então, publicou vários trabalhos sobre lingüística. Participou da imprensa anarquista, sendo preso algumas vezes. Faleceu no Rio de Janeiro, em junho de 1937. [DBL]

No entanto, não eram só os acontecimentos revolucionários na Rússia Soviética que preocupavam o dirigente anarquista. Nesse mesmo ano, um outro folheto, intitulado *A Greve da Leopoldina*[8], foi publicado sob sua autoria. A indicação na capa do folheto informa ser um dos números da *Coleção Spartacus*. Editada e impressa no Rio de Janeiro, essa coleção era dirigida pelo jornal *A Voz do Povo. Órgão da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro e do Proletariado em Geral* - impresso que, segundo Oiticica, foi o sucessor de *Spartacus* [9].

Antes, no entanto, é importante abordar a participação de Astrojildo no jornal semanal *Spartacus*, já que ele era mais do que um simples colaborador, sendo o responsável por sua redação e administração [10], além de ter seu nome nas listas publicadas de colaboradores financeiros do jornal. Além do próprio Astrojildo e de Oiticica, o jornal congregava vários nomes do movimento anarquista, como Otávio Brandão, Edgard Leuenroth e Hélio Negro.

Nos 24 números consultados do jornal [11], encontram-se inúmeros artigos que fizeram referência positiva à "revolução russa", ao "bolchevismo", ao "comunismo" e ao "anarquismo". Tais artigos, além de propagandearem os acontecimentos na Rússia, indicam a importância que seus editores e colaboradores davam a tais acontecimentos. Mais que isso, parecem ser dedicados à instrução dos operários. Num artigo intitulado "Definições: bolchevismo, anarquismo, sindicalismo", Manuel Ribeiro chamou a atenção para as diferenças e esclarece seus significados "verdadeiros" [12].

A seriedade dos artigos foi um estilo que predominou, não havendo espaço para "piadas", crônicas do cotidiano operário ou charges. A ficção não tinha lugar num jornal que se

---

[8] Imagem 1: Astrojildo Pereira, *A greve da Leopoldina*, Rio de Janeiro, 1920, Coleção Spartacus. Pront. No. 44 - Astrojildo Pereira - DEOPS - AESP. Todas as imagens estão ao final do texto, no Caderno de Imagens, cujas referencias estão nas notas em que estão indicadas.

[9] Apud: John F. Dulles, *Anarquistas e comunistas no Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1973, p. 106.

[10] Expediente, *Spartacus*, Rio de Janeiro, ano 1, n.° 1, 2 de agosto de 1919 - AEL.

[11] Do n.° 1, de 2/8/1919 ao n.° 24, de 10/01/1920 - AEL

[12] Manuel Ribeiro, "Definições: bolchevismo, anarquismo, sindicalismo", *Spartacus*, n.° 18, 29/11/1919.

propunha a ser: "Modesto, mas irredutível, todo ele se consagrará à obra imensa da revolução social dos nossos dias." [13]

Um pequeno espaço foi aberto, a partir do segundo número, para o anúncio de publicações chamadas "brochuras de propaganda". Em seis meses de circulação do jornal, os editores anunciaram a publicação de 4 dessas brochuras: Helio Negro e E. Leuenroth, *O que é maximismo ou bolchevismo - Programa Comunista*; Carlos Dias, *Luta sindicalista revolucionária - Meios e finalidades*; Astrojildo Pereira, *Ditadura Policial*; Álvaro Palmeira, *A questão social*; e s/a, *A família em regime comunista*.

Eram brochuras [14] de formato e número de páginas diferentes. Enquanto o de autoria de Astrojildo Pereira era apenas um folhetinho, um artigo de jornal transformado em folheto, o de Leuenroth tinha 128 páginas. O preço também variava: o de Astrojildo custava $ 100 e o de Leuenroth, $ 800 [15]. O sistema de vendas anunciava que os interessados deveriam procurar pelas publicações na redação do jornal. No entanto, era a venda de mão em mão que fazia distribuir e circular as publicações, fosse em reuniões, palestras, festas, comícios, enfim, nas atividades ligadas às organizações dos trabalhadores [16].

Já no jornal *A Voz do Povo*, Astrojildo inaugurou a tal *Coleção Spartacus*, com o título *A greve da Leopoldina*. A capa e contracapa do folheto indicam que o "grupo editor Spartacus" teve suas atividades suspensas e, tendo algum dinheiro em caixa, resolveu publicar uma série de brochuras. Inaugurada com um texto de Astrojildo Pereira, a série anunciava a publicação de outros números, promessa que, ao que tudo indica, não aconteceu, já que nenhum outro folheto foi localizado.

---

[13] "Explicação", *Spartacus*, n.° 1, 2/8/1919.

[14] Conto, aqui, com as informações colhidas nos anúncios do referido jornal, já que não foi possível localizar nenhuma dessas brochuras.

[15] Para referência: o preço de 1 kg de feijão era $ 300 - 1924. (Astrojildo Pereira, "Anotações", in: *Memória & História. Revista do Arquivo Histórico do Movimento Operário Brasileiro*, cit., n.° 1, pp. 103 e 104.)

[16] Só o fato de duas dessas brochuras terem sido organizadas ou editadas por entidades dos trabalhadores já indica seu público alvo e suas formas de distribuição e circulação. A brochura sobre a família no comunismo foi editada pela Liga Comunista Feminina e a sobre a questão social foi organizada pelo PCB do Encantado (bairro da cidade do Rio de Janeiro).

Mas colocava, à disposição de futuros "revendedores", o desconto de 30% sobre o preço de capa ($ 200), nas encomendas acima de 50 exemplares. O editor Astrojildo Pereira já pensava em estratégias de distribuição das publicações. Isso, ao contrário, não indicava a existência de um grande aparato logístico de funcionamento, indica apenas as dificuldades que essa "pequena imprensa" enfrentava, como a falta de dinheiro, de espaço, de maquinário, de pessoal, etc. As quais, de alguma forma, eram superadas pela persistência dos próprios militantes e escritores que faziam circular tais publicações entre os trabalhadores [17].

Outra grande dificuldade era enfrentar a polícia e a censura que acompanhava a ação da primeira. Como os trabalhadores eram um caso de polícia, todas as publicações relacionadas às suas organizações e que fossem contrárias ao governo eram logo proibidas de circular ou mesmo apreendidas. No n.° 7 de *Spartacus*, uma nota dos editores comunicou aos leitores sobre a apreensão do n.° 6. Os motivos apresentados pela polícia para que se efetuasse a apreensão são apresentados com júbilo:

> "Primeiro pregamos aqui o assassinato de Lord George; segundo pregamos diretamente a revolução imediata; terceiro usamos de linguagem desbragada contra as autoridades. [...] A apreensão de Spartacus nos orgulha. Prova que fazemos obra sã, pois apavoramos a burguesia, católica, redentora ou simplesmente cavadora."[18]

A apreensão do jornal mais que um recurso policial de censura, foi um caso para uma das unidades do Corpo de Investigação e Segurança Pública, ligado diretamente ao Chefe de Polícia da cidade do Rio de Janeiro. A partir de 1917, havia um grupo encarregado da "segurança pública" e outro da "ordem social", com a função de repressão política e de vigiar trabalhadores, anarquistas, socialistas etc. [19]

Entender a lógica e a estrutura da polícia política exatamente nesse período, no qual ela está em formação, não é tarefa das mais fáceis. Para os estados do Rio de Janeiro e de São Paulo,

---

[17] O folheto, por exemplo, de Astrojildo Pereira, *A greve da Leopoldina*, apreendido pela Delegacia de Ordem Política e Social/SP, em 1931, tem grafado o carimbo da União Operária 1° de Maio e outro da União Operária 23 de Agosto, ambas de Cruzeiro/SP.

[18] "A apreensão de Spartacus", *Spartacus*, n.° 7, 13/8/1919 - AEL.

[19] Marcos Luiz Bretas, op. cit., p. 28.

ainda que os arquivos da polícia estejam abertos ao público, as dificuldades ainda são grandes. A grande quantidade de documentação e a falta de instrumentos de pesquisa e de estudos sistemáticos fez desse tema um dos pontos de atenção dessa investigação.

Desde 1900, algumas unidades no Serviço Policial do Distrito Federal tinham a função de vigiar e reprimir a "vadiagem" e "estrangeiros perigosos". Achar a origem desses setores, muitas vezes funcionando fora do âmbito formal da polícia, não é o objetivo dessa pesquisa. Mas tentar mapear seu funcionamento ainda nos anos vinte, é necessário até para entender o funcionamento tanto da Delegacia Especial de Segurança Pública e Social/RJ (DESPS) como do Departamento de Ordem Política e Social/SP (DEOPS), a partir dos anos trinta [20].

Por enquanto, é preciso esclarecer que uma legislação para os atos de censura indica o funcionamento de uma unidade específica junto ao Serviço Policial/DF, que por sua vez ligava-se às determinações do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (MJNI) [21]. Esse funcionamento paralelo, entre os atos de "censura" e as funções de vigilância e repressão política, indica uma separação entre o controle da "moralidade" da população e o controle das atividades dos grupos que se opunham às medidas da política institucional.

A censura, nesse momento, só aparece de forma definitiva na legislação em relação às "associações públicas de divertimento e recreio, os teatros e espetáculos públicos de qualquer espécie" [22]. Sua atuação, ainda que fosse um ato policial, durante a década de 1920 e parte da década de 1930, circunscreveu-se nos limites da "normatização do espaço público dos divertimentos" [23]; enquanto que a vigilância, censura e apreensão de publicações da pequena imprensa oposicionista era um caso da "ordem social" ou de "segurança pública".

---

[20] Beatriz Kushnir, "Era proibido proibir? O DOPS, a censura e a imprensa clandestina no Brasil - do AI-5 à Anistia", *Revista Discursos Sediciosos - crime, direito e sociedade*, Rio de Janeiro, Instituto Carioca de Criminologia, ano 2, n.° 3, pp. 149-165.Maria Luiza Tucci Carneiro, *Livros proibidos, idéias malditas. O DEOPS e as minorias silenciadas*, São Paulo, Editora Estação Liberdade, 1997.

[21] Beatriz Kushnir, "20493/46, 5536/68 e 1077/70: os limites do que nos era permitido saber", mineog. Bretas, cit., p. 28.

[22] Decreto 3610, de 14/4/1900 - *Coleção de Leis do Brasil*, 1900, vol. 1, pp 439-457. Apud: Kushnir, "20493/46, 5536/68 e 1077/70...", cit.

[23] Kushnir, idem, ib., p. 70.

Mas os mecanismos da censura começavam a alcançar outros "lugares". O delegado da 4ª Delegacia Auxiliar (também responsável pela ordem social e pela segurança pública) denunciou, ao Ministério Público, o diretor responsável pela publicação do jornal diário *A Manhã*, acusando-o de publicar matéria injuriosa contra ele, afinal uma "autoridade pública". O processo foi aberto na 8ª Vara Criminal do Rio de Janeiro e não houve violência policial (apreensão do número do jornal, cancelamento de licença para publicação, empastelamento da redação ou gráfica, etc.). Houve, sem dúvida, ato de censura: a acusação baseou-se na Lei de Imprensa (Decreto 4743, de 31 de outubro de 1923), art. 317°-letra b combinado com art. 1°-linha 3ª, que proíbe publicações caluniosas ou injuriosas contra instituições e autoridades públicas [24].

Baseando-se, no entanto, nessa mesma "Lei de Imprensa", o juiz responsável pelo caso, absolveu o jornal. Parte de seu argumento, discute a "liberdade de crítica":

> "Cuidando para não confundir a liberdade de crítica com a irresponsabilidade, porque a falta de resguardo da honra individual importaria, certo, na licenciosidade moral emulada da anarquia social, como já tenho acentuado, todavia em casos dessa natureza típica não é menos de acentuar, como já o fiz alhures, que, dentro dos limites próprios, a imprensa necessita para atuação perfeita de sua finalidade social da liberdade de crítica e apreciação, porque, ao mesmo tempo que é a plasmadora e modificadora da opinião pública, a válvula de segurança da sociedade no dizer de Shoppenhauer, de forma que asfixiá-la seria tirar-lhe toda a significação social e histórica." [25]

Esse episódio amplia a perspectiva sobre o alcance da censura. Através desse processo, no qual se julga um "delito de imprensa", percebe-se como o fio que separa as definições da polícia para atos e palavras contra a moralidade dos contra as instituições e autoridades políticas e governamentais estabelecidas, é tênue. A ação de ambas instituições, "censura" e "polícia política", ainda que separadas formalmente, é sempre mediada por interesses e necessidades políticas que as une numa ação conjunta.

---

[24] Arthur Bernardes, Decreto n.° 4743 de 31 de outubro de 1923 - Regula a liberdade de imprensa e dá outras providências, *Coleção de Leis do Brasil*, 1923, vol. 15, pp. 167-176.

[25] Chrysolito Chaves de Gusmão (Juiz de Direito - 8ª Vara Criminal do Rio de Janeiro), Sentença pronunciada em 27 de novembro de 1926 e publicada na íntegra, em: *A Manhã*, 30/11/26. Fundo: Astrojildo Pereira -ASMOB - CEDEM - UNESP.

Tendo que lidar com as várias formas de controle e repressão políticas, Astrojildo Pereira conheceu seu funcionamento de perto, desde a década de 1910. Deixando parte dos seus antigos companheiros anarquistas, Astrojildo Pereira fundou e dirigiu a revista *Movimento Comunista* poucos meses antes da reunião de fundação do PCB, em 1922, evento do qual foi um dos organizadores. Esse impresso tinha como parte de seus objetivos congregar as várias organizações comunistas do país.

Ao conclamar todas essas organizações a se reunirem num partido "centralizado", propõe "organizar, sistematizar, metodizar a propaganda, a organização e a ação do proletariado" [26]. Buscava-se, com essa proposição, a hegemonia doutrinária no interior de um partido que nem havia se formado. Vê-se aqui, portanto, a articulação entre a teoria, doutrina e propaganda na tentativa de construção da identidade comunista: "Não há partido comunista possível - aliás partido verdadeiro algum - sem a base fundamental da homogeneidade doutrinária entre todos os seus aderentes" [27].

A preocupação do editor com as publicações do partido apareceu nesse mesmo artigo de maneira a intensificar o argumento da homogeneidade doutrinária:

> "Nossas publicações - É necessário que a difusão de nossas publicações seja intensificada o mais possível. Para isso, torna-se indispensável organizar, nos centros, um serviço metódico e sistemático de livros, folhetos e jornais. Nossa livraria, com as obras de fundo que possui e com as edições que vamos fazendo, deverá multiplicar-se e subdividir-se. Cada centro, cada grupo, cada jornal nosso deve ser uma espécie de sucursal da livraria central, com um camarada dirigente encarregado do serviço. Com uma direção centralizada capaz, constituirá a venda de livros não só uma apreciável fonte de renda para o partido, como principalmente um dos mais poderosos meios de propaganda e difusão das doutrinas comunistas."[28]

A afirmação de uma identidade comunista, baseada numa única organização e na homogeneidade doutrinária, passava pela escrita impressa. Portanto, a precocidade de tal publicação

---

[26] Grupo Editor, "Movimento Comunista - Apresentação", *Movimento Comunista*, n.° 1, janeiro de 1922, pp. 1 e 2. Apud: Astrojildo Pereira, *Construindo o PCB (1922-1924)*, São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1980, pp. 16 e 17.

[27] Astrojildo Pereira, "Organização e Propaganda", *Movimento Comunista*, n.° 8, julho de 1922. Apud: idem, ibidem, pp. 35.

[28] Idem, ibidem, p. 36.

(já que começou a circular três meses antes da própria fundação do partido) não significaria a importância dada às questões culturais, mas sim a eleição do impresso como instrumento fundamental de divulgação de textos teóricos e de emulação para a atividade prática [29].

A criação do jornal *A Classe Operária*, em 1925; a colaboração em grandes jornais como *A Nação* e *O País* e em outras publicações operárias, durante a década de 1920; e o lançamento da revista *Auto-crítica*, como instrumento de debate para a preparação do III Congresso do partido, em 1928, conformam a escrita impressa como o lugar privilegiado de divulgação teórica e das iniciativas do partido, no qual Astrojildo foi seu maior fomentador.

Este ligeiro retorno à década de 1910 e 1920, propôs-se retomar o início da experiência de Astrojildo Pereira, principalmente nas atividades de escritor, editor, administrador e colaborador de jornais, que se cruzaram nas atividades do movimento anarquista e, posteriormente, nas atividades de secretário-geral do PCB[30].

A contribuição de Astrojildo Pereira para a formação de uma literatura de propaganda, cujo referencial eram os acontecimentos imediatos na Rússia e cujo objetivo era construção de um partido comunista brasileiro nos moldes soviéticos, se fizeram presentes por quase duas décadas.

Diferentemente de outros militantes e outros periódicos anarquistas, que tinham sempre na literatura de ficção um instrumento a mais em sua tarefa de informar, educar e organizar os

---

[29] O argumento de que a precocidade do lançamento da revista *Movimento Comunista* demonstra a importância das questões culturais no interior do PCB, se encontra em: Ilka Maria de Oliveira, *A literatura na revolução. Contribuições literárias de Astrojildo Pereira e Alina Paim para uma política cultural do PCB nos anos 50*, Campinas, Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Teoria Literária - IEL - Unicamp, 1998, p. 3.

[30] Uma discussão sobre a formação de Astrojildo Pereira e sua trajetória no período anterior à fundação do PCB, ver: Martin Cezar Feijó, *Formação política de Astrojildo Pereira (1890-1920)*, São Paulo/Rio de Janeiro, Editora Novos Rumos/Instituto Astrojildo Pereira, 1985. Idem, "Primeira Parte: O discurso da ação", in: *O revolucionário cordial. Astrojildo Pereira e as origens de uma política cultural*, São Paulo, Boitempo Editorial/FAPESP, 2001, pp. 17-112.

trabalhadores[31], Astrojildo nunca se propôs a usar a ficção como um instrumento de propaganda, cuja forma e conteúdo serviriam aos seus objetivos políticos.

Mas, de alguma maneira, Astrojildo deveria compartilhar dos argumentos de Octávio Brandão, em um artigo publicado em *Spartacus*. Intitulado "A socialização da ciência e da arte", Brandão afirma:

> "A ciência e especialmente a arte, de uns tempos para cá, deram em ser aristocráticas, pairando lá nos seus altos cimos, desdenhando a multidão e chamando-lhe a canalha./ [...] É imprescindível que essas duas grandes manifestações do espírito humano se socializem, isto é, sigam em procura do povo, das sociedades pobres, das multidões, procurando mitigar-lhe o sofrimento [...]" [32].

A perspectiva de Brandão propõe uma arte (e porque não uma literatura?) cujo objetivo deveria amenizar o sofrimento do povo - massa inumerável e homogênea, desprovida de qualquer sentimento de felicidade. A arte, nessa abordagem, tem uma função social, que termina quando ameniza sentimentos de sofrimento.

Falta aqui um elemento importante, que na Rússia Soviética, alguns anos mais tarde, Leon Trotsky (ainda membro do governo soviético) escreveu em *Literatura e Revolução*. Logo na apresentação, que data de 29 de julho de 1924, Trotsky especifica a função para a arte:

> "Atualmente, a revolução só se reflete na arte de modo parcial, quando os artistas e os poetas, novos e antigos, deixam de considerá-la uma catástrofe exterior e, tornando-se parte do seu tecido vivente, aprendem a vê-la não de fora, mas de dentro. [...] Essa nova arte é incompatível com o pessimismo, com o ceticismo, com todas as outras formas de abatimento espiritual. Ela é realista, ativa, vitalmente coletivista e cheia de ilimitada confiança no futuro." [33]

Essa proposta indica uma forma de intervenção social da arte para transformá-lo. Ser realista, expressar a "verdade", penetrar no sentimento, mas, acima de tudo, mobilizar homens e

---

[31] Para uma análise desse aspecto nos jornais anarquistas do início do século, ver: Francisco Foot Hardman, *Nem pátria, nem patrão*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1983. Antonio Arnoni Prado e Francisco Foot Hardman (org.), *Contos Anarquistas. Antologia da prosa libertária no Brasil (1901-1935)*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1985. Claudia F. B. Leal, *Anarquismo em verso e prosa. Literatura e propaganda na imprensa libertária em São Paulo (1900-1916)*, Campinas, Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Teoria Literária - IEL - Unicamp, 1999.

[32] Octávio Brandão, "A socialização da arte e da ciência", *Spartacus*, n.° 8, setembro de 1919.

[33] Leon Trotsky, *Arte e Revolução*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1969, p. 26.

mulheres para a revolução. Usando de um instrumental teórico do debate estético, Trotski enfrenta o problema literário como um tema de elaboração política do Partido Comunista - questões que não apareciam nos escritos de Astrojildo Pereira e nem em grande parte dos impressos do PCB de então.

Os artigos de Astrojildo Pereira publicados na imprensa do período são bastante significativos nesse sentido. Talvez, por isso, a conclusão fácil de que as questões propriamente literárias e o debate estético que delas decorre, estivessem fora das preocupações de Astrojildo Pereira, o secretário-geral do PCB.

Entretanto, os recortes de jornais organizados por ele dão indícios de que o debate na imprensa dos anos vinte sobre a Semana de Arte Moderna, o movimento pau-brasil, dadaísmo, futurismo, surrealismo, crítica e análise literárias em geral era lido por ele [34]. A documentação pesquisada, no entanto, também tem seu limite. Ainda que as datas-limites das coleções sejam entre as décadas de 1910 e 1960, os recortes dos anos dez e vinte são poucos. Ainda assim, não seria possível datar com precisão a formação dessa coleção, já que Astrojildo foi várias vezes preso e teve sua casa invadida e muito material fora apreendido pela polícia. Por outro lado, a documentação de polícia [35] pesquisada possui raridades para esse mesmo período.

A trajetória de Astrojildo Pereira, no início dos anos trinta, quando a direção do PCB o afastou do posto que ocupava desde a fundação do partido e lhe designou outras atividades, no entanto, reafirma sua ligação e interesse por questões especificamente literárias e estéticas.

1.2 - A proletarização e o trabalhador intelectual

A trajetória de Astrojildo Pereira, em fins dos anos vinte, aproximou-se do debate literário, em primeiro lugar, por uma afinidade pessoal e, em segundo lugar, pelas atividades que

---

[34] Há duas coleções de recortes de jornais selecionados por Astrojildo Pereira: uma delas está separada tematicamente em duas séries, Vida Literária e Análise Literária, cada uma contendo 9 e 12 pastas, respectivamente, com aproximadamente 40 recortes cada pasta. Esta está depositada no AEL-Unicamp; da outra coleção foram pesquisadas as séries: Periódicos, Arte e Cultura e Literatura, abrangendo aproximadamente 1000 recortes (que hoje já conta com instrumento de pesquisa no Arquivo do Estado de São Paulo). A documentação original dessa segunda coleção encontra-se depositada no Fundo: Astrojildo Pereira - ASMOB - CEDEM - UNESP (Há uma cópia microfilmada no AESP).

[35] As que fazem parte do acervo do APERJ, as coleções do DOPS e DESPS, e do AESP, a coleção do DEOPS.

passou a realizar como tarefas de partido. Foi de sua responsabilidade, a fundação da Associação Amigos da Rússia [AAR]. Em meio aos recortes de jornais que organizou, há um folheto de fundação da AAR, datado em 2 de janeiro de 1927, no Rio de Janeiro, que deixa claro a qual grupo social a associação pretendia mobilizar e quais seus objetivos:

> "Destina-se a congregar em seu seio todos os elementos entusiastas da obra construtiva da Rússia Soviética, decididos a estudar e tornar conhecidas no Brasil as realizações incomparáveis da revolução proletária do grande país eslavo. [...] Pensadores, profissionais e produtores a trabalharem juntos e irmanados em uma obra admirável de estudo e divulgação. A inteligência, que não é parasitária, vai assim reconhecendo pouco a pouco que o seu lugar não é entre os 'fainéants', de todos os formatos, mas entre os proletários das cidades e dos campos, que, como produtores da riqueza, devem ser os únicos a dispor dela." [36]

A Rússia Soviética continuou sendo a referência obrigatória para os membros ou simpatizantes do partido comunista. O país dos soviets se apresentava como uma resposta prática para aqueles que imaginavam uma organização social alternativa ao liberalismo tupiniquim implantado com a República.

Para aqueles que defendiam a Rússia Soviética, a AAR indicava a função de, não só propagandear suas vitórias, mas estudá-las. O projeto de revolução proletária deveria congregar pensadores, profissionais e a "inteligência" ao lado dos "produtores", única aliança capaz de levá-lo à frente.

A expectativa de que a entidade pudesse esclarecer alguns mal-entendidos provocados por artigos noticiosos sobre a Rússia na grande imprensa, permaneceu até a sua reorganização, 4 anos depois. Em 1931, não obstante, esta expectativa é radicalizada, aparecendo num dos itens dos objetivos da entidade: "[...] c) combater, por todos os meios, o sentimento de animosidade injustificável contra o país dos soviets [...]" [37].

Mesmo não sendo uma organização exclusiva dos comunistas, a AAR sofria sua influência. Em 1931, o Bureau Sul-Americano da Internacional Comunista lançou um manifesto aos trabalhadores em defesa da União Soviética. Nesse apelo, que foi impresso no Brasil como encarte

---

[36] S/a, "Fundou-se a Associação Amigos da Rússia", 2/1/27, Pasta A2, 35 - Fundo: Astrojildo Pereira - Asmob - Cedem - UNESP.

[37] S/a, "Os amigos da Rússia... comunicam-nos", *Diário Nacional*, São Paulo, 24 de janeiro de 1931.

especial do jornal *A Classe Operária*, órgão do PCB, as indicações para os militantes incluíam a formação de "comitês pró-defesa da União Soviética", que todos os sindicatos se pronunciassem "em favor dessa defesa", que passassem a defender o plano qüinqüenal soviético e combatessem todos os tipos de imperialismo [38].

Astrojildo Pereira, no entanto, empenhou-se em transformar a organização naquilo a que se propôs: aliar a "inteligência" aos proletários. Quando da reorganização da AAR, suas atividades passam a se concentrar, não mais na cidade do Rio de Janeiro, mas em São Paulo, onde Astrojildo já residia desde o início do ano.

Os motivos da mudança de Astrojildo estão ligados à decisão dos dirigentes do partido sobre as novas funções que deveria ssumir. Desde 1922, fundação do PCB, ocupou-se do trabalho de secretário-geral. É preciso esclarecer: tal função na hierarquia dos partidos comunistas era a mais elevada, equivalente à de Lênin, na Rússia, no período da revolução de 1917.

Também não podemos esquecer que, no Brasil, o partido comunista era pequeno e havia outras organizações políticas similares. Ao mesmo tempo, era uma organização partidária de atuação restrita a algumas poucas cidades, ainda que desde sua fundação tivesse pretensões de abrangência nacional. O espaço geográfico ocupado pelos comunistas do Partido Comunista do Brasil-Secção Brasileira da Internacional Comunista concentrava-se nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

Não bastassem estas dificuldades enfrentadas, os dirigentes do PCB, Astrojildo Pereira em especial, preocupavam-se em manter a unidade política interna através de uma identidade comunista ligada a sua política oficial. Um partido pequeno, ilegal e clandestino, com poucos recursos financeiros e um programa político em elaboração, tinha ainda que enfrentar suas divergências internas e externas.

Vão se formando, sob a égide da Revolução Russa, vários outros grupos políticos que se auto-denomimam comunistas. Já em 1925, no II Congresso do PCB, a preocupação com outras agremiações políticas aparecem com intensidade. Nesse período, os que deveriam ser combatidos eram os anarquistas, grupo que disputava os mesmos espaços por eles almejados entre os operários.

---

[38] Bureau Sul-Americano da Internacional Comunista, "Em defesa da União Soviética", s/d, apud : Carone, Edgard, *O PCB. 1922 a 1943*, São Paulo, Difel, 1982, vol. 1, pp. 295 a 301.

A pequena burguesia também era lembrada mas como possível aliada do proletariado, se este pudesse conduzi-la politicamente.

Tendo adotado os estatutos da Internacional Comunista (IC), o PCB elabora seu programa político baseado numa análise na qual as condições econômicas do país eram uma mistura do capitalismo agrário com o capitalismo industrial; um país independente politicamente, dependente economicamente do imperialismo inglês. Nessa situação, os grupos sociais ligados aos interesses do capitalismo agrário eram conservadores e até mesmo retrógrados; entretanto, os grupos ligados ao capitalismo industrial poderiam realizar, inclusive, a revolução democrática burguesa. Tal revolução estaria na base das transformações políticas e econômicas necessárias ao desenvolvimento do capitalismo, capaz, por isso, de criar as condições para a revolução proletária. Tal programa apareceria, no ano seguinte, numa versão, digamos, mais analítica no livro editado por Octávio Brandão, sob pseudônimo de Fritz Mayer, *Agrarismo e Industrialismo*, cuja ênfase pode ser atribuída às discussões sobre o embate entre o imperialismo britânico e o norte-americano nas disputas por novas "colônias" e sobre o caráter da sociedade brasileira (feudal/semi-feudal) [39].

Assim, do ponto de vista internacional, o programa do II Congresso professava a luta incondicional contra qualquer forma de imperialismo e a defesa da Rússia Soviética e da revolução proletária mundial.

Entre 1928 e 1929, depois da formação do Bloco Operário e Camponês e de sua participação nas eleições estaduais de fevereiro de 1928, o III Congresso do PCB rediscutiu seu programa político. Desta vez, o PCB apresentou o caráter da formação nacional como de tipo semicolonial, cuja economia seria predominantemente agrária baseada na grande propriedade; de industrialização precária já que interesses imperialistas obstaculizam seu desenvolvimento; e, finalmente, a burguesia nacional que, ao se aliar ao imperialismo, acabava por capitular frente ao projeto de revolução democrática burguesa. Cabe enfatizar o destaque dado à pequena burguesia,

---

[39] Angelo José da Silva, "Tempo de fundadores", in: João Quartim de Moraes e Marcos Del Roio (org.), *História do marxismo no Brasil. Volume IV: Visões do Brasil*, Campinas, Editora da UNICAMP, 1995, pp. 128-138.

agora entendida como possível aliada do proletariado, mas sem condições de dirigir o processo revolucionário, que caberia ao proletariado[40].

As camadas sociais ligadas à literatura, às artes e às ciências foram colocadas entre os membros da burguesia nacional; mas os "intelectuais pobres" formariam, junto com o proletariado das cidades e dos campos, uma aliança revolucionária.

Apesar de pequeno e confuso organicamente, o PCB começava a atrair atenções de grupos sociais mais amplos. Este foi o caso de Leônidas de Rezende. Proprietário do jornal diário carioca, *A Nação*, e tendo sofrido perseguições durante os momentos de estado de sítio nos anos vinte, colocou à disposição de Astrojildo, uma coluna diária em seu jornal, experiência que duraria apenas sete meses. Revolução agrária e anti-imperialista e a política independente da classe operária, preconizadas no III Congresso, eram análises histórico-sociológicas, que buscavam dar conta da realidade social do país através do marxismo ligado à IC. Neste congresso, começa a fazer parte das resoluções políticas do Comitê Central, maior atenção a São Paulo. Tal congresso apontou a necessidade em estudar as condições sociais da cidade para, então, formular um plano de tarefas, que seria acompanhado diretamente pelo CC. Devido à radicalização das formulações políticas do partido, seguindo orientações do Bureau Político Sul Americano da IC, Astrojildo Pereira foi afastado, em uma reunião ampliada do CC, em novembro de 1930, de suas tarefas como secretário-geral[41].

Este período de existência do PCB é marcado pela influência da "nova" política da IC, que colocava na ordem do dia dos partidos comunistas ligados à ela, a responsabilidade de combater o inimigo interno e o externo - mais uma vez a busca pela identidade comunista reaparece com ênfase. O interno era o grupo de Astrojildo Pereira que era acusado de buscar equivocadamente uma aliança com os tenentistas, em especial, com Luis Carlos Prestes. Astrojildo, por esse motivo, chegou a ter um encontro com Prestes. O Bureau Sul Americano julgou que a direção do PCB errou na avaliação das condições sociais, econômicas e políticas do país e, por isso, insistia numa aliança com os tenentes, grupo que oscilava entre os interesses da pequena burguesia e da burguesia nacional. Na

---

[40] Michel Zaidan, "O grande *tournant*: o VI Congresso da Internacional Comunista", in: Daneil Aarão Reis Filho, (org.), *História do marxismo no Brasil. Volume I - O impacto das revoluções*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1991, pp. 93-102.

[41] Marcos Del Roio, *A classe operária na revolução burguesa. A política de alianças do PCB: 1928-1935*, Belo Horizonte, Editora Oficina de Livros, 1990, pp. 107-1945.

medida em que essa parte dos tenentes pertencentes à burguesia nacional se aproximava cada vez mais de grupos no poder, acabou perdendo sua perspectiva revolucionária[42].

Ao mesmo tempo, as resoluções internacionais chamavam a atenção do partido para a necessidade de radicalização das lutas dos trabalhadores. As alianças, portanto, dos proletários com outros grupos sociais não deveriam ocorrer. Era o momento de "classe contra classe". Aqui, o conflito atingia também os grupos trotskistas. Numa campanha mundial, a IC acusou Trotski, há algum tempo expulso da União Soviética, e os grupos a ele ligados de social-fascistas, inimigos da luta revolucionária tanto quanto as burguesias nacionais dos países coloniais [43].

Esse processo de busca de uma única identidade comunista chamou-se, no Brasil, de "proletarização". Por um lado, efetivar a depuração interna, afastando os membros da direção do partido, responsáveis pelos erros políticos. Por outro, iniciar campanha aberta contra os trotskistas. Segundo o BSA, ambas correntes políticas, de origem pequeno-burguesa, causaram confusão ideológica entre os operários e membros do partido; ficando proibido qualquer contato pessoal entre comunistas e trotskistas.

Nessas condições, Astrojildo Pereira foi enviado a São Paulo: primeiro, para fazer um "trabalho de massa", junto aos operários, em porta de fábricas, realizando comícios etc.; segundo, para auxiliar na tarefa de organização do deficiente partido, em São Paulo. O objetivo era sua "reabilitação" dos desvios de direita cometidos na condução política do partido.

Astrojildo chegou em São Paulo e encontrou um partido desarticulado e desmobilizado. Antigo conhecido de alguns escritores e jornalistas da cidade, Astrojildo começou a escrever para o jornal *O Homem do Povo*, *O Tempo*, e para a *Revista Nova* e a participar das reuniões do Socorro Vermelho e da Associação Amigos da Rússia.

A participação de Astrojildo nessas organizações era "tarefa de partido", assim como a organização da Editorial Marenglen. A Marenglen era uma pequena editora, cujo endereço era o número de uma caixa postal de São Paulo, que contava com Astrojildo Pereira como diretor,

---

[42] Idem, *ibidem*.

[43] Robert Paris, *La tattica "classe contro classe"*, Turino, Fundazione uigi Einaudi, 1974, pp.151-156.

Norberto Sant'Anna Cabral como gerente e alguns militantes e simpatizantes do partido como colaboradores.

Em março de 1931, a Editorial Marenglen lançou uma carta-circular comunicando sua fundação e suas primeiras publicações [44]. O projeto editorial apresentado é ambicioso, pois pretende traduzir obras ainda inéditas no país e afirmava contar com o apoio de leitores interessados em "obras modernas referentes às questões sociais, comunismo, socialismo, situação da União Soviética, etc."[45] Marx, Engels, Lênin formam a sigla da editora e, junto a eles, Stálin, Molotov, Gorki etc., são os autores escolhidos para as suas primeiras publicações.

A primeira publicação atende à uma das tarefas políticas do PCB: o combate aos trotskistas e a defesa intransigente da União Soviética. Intitulado *O que é o Plano Qüinqüenal*, o folheto não possui autor impresso, constando apenas uma apresentação dos editores. Escrita, muito provavelmente, por Astrojildo Pereira, a apresentação explica que o folheto é apenas uma "exposição popular, acessível às mais largas massas, do que vem a ser na sua essência e na sua aplicação, o famoso plano." Os editores indicaram ainda uma publicação de outra pequena editora para os leitores interessados em se aprofundarem no assunto: G. Grinko, *O Plano Quinqüenal da URSS* [46].

O livro de Grinko, um dos responsáveis pela elaboração do plano na URSS, foi editado pela Empresa Nacional Editora Lux. Desta editora, faziam parte vários jornalistas e escritores simpatizantes do comunismo em São Paulo, entre eles Afonso Schmidt, Cid Franco, Maria Lacerda de Moura e Galeão Coutinho. Diferentemente da Marenglen, a Lux buscava publicar gêneros mais literários, como o livro de autoria de Galeão Coutinho, *Câmbio a três* ou gêneros mais ensaísticos como o de Lacerda de Moura, *Civilização: elo da escravidão* [47].

A primeira editora do PCB, em São Paulo, no entanto, optou pelos folhetos como tipo predominante de seus impressos eram de fácil manuseio, pequenos, de leitura rápida e fáceis de

---

[44] Imagem 2: Reprodução de carta-circular de apresentação da editora e suas publicações. São Paulo, 20 de março de 1931 - Pront. No. 831 - Editorial Marenglen - DEOPS - AESP.

[45] Idem, ibidem.

[46] Editorial Marenglen, "Apresentação", in: *O Plano Qüinqüenal*, São Paulo, Editorial Marenglen, 1931. Pront. N.° 831 - Editorial Marenglen - DEOPS - AESP.

[47] Relatório de Investigações, 2/6/31, Delegacia de Ordem Social/SP. Pront. N.° 864 - Editorial Pax - DEOPS - AESP.

esconder. A distribuição era feita entre os próprios militantes do partido, dos sindicatos, em centros operários, em praças públicas, nas portas das fábricas, etc. A ilegalidade do PCB e sua vida clandestina obrigavam militantes procurados pela polícia a não carregar consigo nada que fosse considerado "suspeito". Já os folhetos que tematizavam o comunismo, o marxismo, o socialismo, anarquismo ou críticas ao governo eram um tipo de material sempre à mão.

Os folhetos também são de fácil leitura, com textos curtos e de linguagem mais simplificada. O público leitor esperado era o trabalhador, militante ou não, que pudesse lê-lo, de preferência em voz alta para muitos outros trabalhadores, e divulgá-lo. Visto como público homogêneo, os trabalhadores transformam-se numa massa a ser doutrinada, por isso o caráter de "documento" no qual se reveste o folheto para seus editores.

O custo de impressão do folheto, além de tudo isso, era bem mais baixo, compatível com os escassos recursos de um partido político pequeno e ligado aos interesses dos trabalhadores. Um folheto de ¼ de tablóide, de uma página e impresso somente num dos lados, cuja tiragem de 10 mil exemplares ficou aos cuidados de Astrojildo Pereira, custou-lhe 250 mil réis[48].

A carta circular, na qual a editora era apresentada, comunicava aos leitores suas futuras publicações: dois títulos de autoria de A. Lozovski, secretário geral da Internacional Sindical Vermelha (ISV), *As greves, a insurreição e as lutas pelo poder* e *Dez anos da I.S.V.*; dois títulos de Lênin, *O imperialismo, última etapa do capitalismo* e *O Estado e a Revolução*; um, de Marx e Engels, *Manifesto Comunista*; o *Programa da Internacional Comunista* e dois títulos de J. Stálin, *Dois balanços* e *Leninismo teórico e prático* [49].

O projeto editorial que começava a ser executado por Astrojildo foi interrompido pela perseguição da polícia política. Em 21 de maio de 1931, a polícia invadiu o depósito da Gráfica São Paulo, localizada na rua Augusto de Queiroz n.° 28. Esta pequena gráfica pertencia a Antônio Candeias Duarte, amigo de Astrojildo desde os anos vinte.

---

[48] Nota de Serviço n.° 5, do Estabelecimento Gráfico S. Paulo - rua Augusto de Queiroz, 28, referente a 10000 exemplares de impressos formato ¼, no valor de 250 mil réis, em nome de Astrojildo Pereira, 14/abril/1931. Pront. N.° 44 - Astrojildo Pereira - idem.

[49] Carta-circular, Editorial Marenglen, São Paulo, março de 1931. Pront. N.° 831 - Editorial Marenglen - idem.

Duarte foi encaminhado à delegacia, onde prestou declarações. Afirmou que foi procurado por Astrojildo para que sua tipografia imprimisse alguns folhetos, mas que só poderia pagar os serviços com a própria venda dos folhetos. Duarte concordou com a proposta de Astrojildo, "por serem amigos", encaminhando a impressão do folhetos *O que é o Plano Quinqüenal* e *Em marcha para o socialismo. Relatório do Comitê Central ao XVI Congresso do PC da US* nas oficinas da tipografia [50].

Da editora do PCB em São Paulo, a polícia apreendeu no depósito da Gráfica São Paulo, 500 exemplares do folheto sobre o plano qüinqüenal e páginas do livro *Em marcha para o socialismo* , além de vários pacotes com chapas de linotipo [51].

Pelas notas de venda e pelos pacotes de folhetos já endereçados apreendidos pela polícia, percebe-se o pouco alcance da editora, que se limitava a enviar impressos para, além da capital do estado, Santos, Cruzeiro e Ribeirão Preto[52].

Outras editoras funcionavam na cidade colocando à venda publicações que giravam em torno de assuntos ou de autores soviéticos. A Editoral Pax, de propriedade de Galeão Coutinho[53], em 1931, já havia publicado *Impressões de Moscou*, de Diego Hidalgo (juiz de direito espanhol) e *A Nova Rússia*, de J. Alvarez del Vayo (embaixador da Espanha no México), ambos relatos de viagens à União Soviética [54].

As primeiras publicações da Pax e a primeira da Marenglen, *O que é o Plano Qüinqüenal*, chegaram aos leitores paulistanos simultaneamente, assim como a apreensão delas pela polícia política.

---

[50] Ambos traduzidos por Astrojildo Pereira, cf. Termo de Declarações prestadas por Antônio Candeias Duarte à Superintendência de Ordem Política e Social. São Paulo, 25 de maio de 1931. Pront. N.° 831 - Editorial Marenglen - idem.

[51] "Auto de busca e apreensão", Delegacia de Ordem Social. São Paulo, 21 de maio de 1931. Pront. N.° 831 - Editorial Marenglen - idem.

[52] Pront. N.° 831 - Editorial Marenglen - idem.

[53] Salisbury Galeão Coutinho tinha, em 1931, 34 anos. Nasceu em Curral del Rei/MG. Em 1915, era redator do jornal santista, *A Tribuna*. Jornalista desde então, mudou-se para a capital, onde trabalhou na redação de vários jornais, como *A Gazeta*, *Correio Paulistano* (que depois de 1930, tornou-se o jornal *O Tempo*, ligado à Legião Revolucionária), etc.

[54] Circular da Editorial Pax, São Paulo, s/d. Pront. N.° 864 - Editorial Pax - idem.

Alguns jornais da cidade noticiaram as apreensões e não deixaram de expressar indignação ou concordância com a atitude policial. O debate pela imprensa nos fornece a dimensão da identificação de uma literatura "perigosa" ou "sediciosa" e, conseqüentemente, dos mecanismos de controle da polícia para combatê-la.

O delegado da Ordem Social, dr. Costa Ferreira, determinou as diligências e apreensões baseado na denúncia de que a "Editorial Harenglen" [sic] publicava "obras vermelhas" e "literatura comunista". Além disso, o delegado afirmava que a Superintendência de Ordem Política e Social, através do Departamento de Imprensa e Publicidade, passaria a fazer "censura prévia" às publicações "suspeitas". Teoricamente, o DIP (1931/SP) deveria ser informado, por editores e livreiros, das "obras comunistas" que comercializariam. Dessa forma, haveria uma "lista" de obras proibidas de circular, considerando "clandestina" qualquer "obra comunista" que não tivesse passado pelo crivo do departamento. Passou-se, então, a ser considerado crime até mesmo a posse de alguma dessas obras [55].

A ação policial foi questionada e a imprensa a tornou pública: a "propaganda comunista" deve ou não ser livre? O jornalista Ribas Marinho escreveu para o jornal *Praça de Santos* um artigo intitulado "Incoherencias...", no qual acusa o governo constituído após o movimento de outubro de 1930 de voltar atrás no programa político "liberal" que colocou Getúlio Vargas na presidência da República. Compara as medidas repressivas do governo com as medidas de Washington Luiz, em que nada perdia para aquela administração autoritária. Condena a atitude "pouco elegante" da polícia para com a cultura, que só se justificaria caso fosse um livro que atentasse contra a moral. Como estes não eram os casos das obras apreendidas, já que primavam por serem "científicas e políticas", nada abonava as apreensões dos livros e folhetos - atitudes semelhantes da polícia só encontradas na Itália [56].

No dia seguinte, o jornal *Folha da Manhã* publicou matéria condenando também os policiais: "Um atentado à nossa cultura". A nota de meia coluna advertia sobre as apreensões e chamava a atenção para o descabido procedimento da polícia em querer, "em pleno século XX", proibir leituras de K. Marx - autor considerado, pelo colunista, imprescindível na biblioteca de

---

[55] S/a, "Polícia deu buscas em duas typographias onde se imprimiam livros de propaganda communista", *Diário da Noite*, 22 de maio de 1931. Fundo: Astrojildo Pereira - Asmob - Cedem - UNESP.

[56] Ribas Marinho, "Incoherencias...", *Praça de Santos*, 23/5/31. Idem - ibidem.

qualquer economista ou estudioso dos "problemas políticos, sociais e econômicos". Ainda que o jornal tenha condenado a atitude da polícia e fazendo disso um fato vergonhoso para a "inteligência brasileira", afirmam-se portadores de uma ideologia capaz de vencer o comunismo [57].

O *Diário de Notícias* deu continuidade ao debate. Na segunda matéria publicada sobre o assunto, o jornal segue na mesma da linha dos já citados:

> "Se estivéssemos diante de uma diligência policial destinada a suprimir uma tipografia empregada na impressão de prospectos de propaganda revolucionária, de boletins sediciosos, de publicações, enfim, destinadas a fins claramente subversivos, não seríamos nós que viríamos contestar a legitimidade da ação policial. [...] E o que a polícia apreendeu nas duas tipografias [...] foram livros de divulgação científica de uma solução para o problema da organização da sociedade humana, utópica, irrealizável, com certeza, mas que envolve uma tese de sociologia que qualquer argumento pode apontar a um Index intolerante das autoridades policiais." [58]

O que se colocava em jogo, pelo debate dos jornais, não era a concordância ou não com a "ideologia comunista", mas o fato de poder ou não expressá-la livremente.

O jornal *Praça de Santos* radicalizou o debate, em sua segunda matéria publicada sobre o caso, acusando a atitude censória da polícia como as da Santa Fogueira da República Nova. O jornal previu, com essas amostras da polícia, um futuro no qual nem mesmo Euclides da Cunha sobreviveria às chamas da inquisição [59].

A Pax, entretanto, tinha disponível mais recursos do que a Marenglen para enfrentar a polícia e a censura. O *Diário da Noite*, jornal que iniciou o debate sobre as apreensões, publicou na íntegra a petição encaminhada pela Editorial Pax ao dr. Alcides de Almeida Ferrari, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível, Comercial e dos feitos da Fazenda do Estado de São Paulo, na qual solicitou a intimação do Delegado da Ordem Política e Social, do Secretário de Segurança Pública e do Interventor Federal no Estado para que reconhecessem a arbitrariedade e, portanto, a ilegalidade das apreensões realizadas [60].

---

[57] s/a, "Um atentado à nossa cultura", *Folha da Manhã*, 24/5/31. Idem, ibidem..

[58] S/a, "Excesso condenável", *Diário de Notícias*, 25/5/31. Idem, ibidem.

[59] s/a, "Leituras proibidas", *Praça de Santos*, 26/5/31. Idem, ibidem.

[60] "Os processos inquisitoriais da Delegacia de Ordem Social", *Diário da Noite*, 26/5/31. Cedem-Asmob-Fundo: AP. O mesmo recorte de jornal e o encaminhamento da petição, "Contra-Fé". São Paulo, 27 de maio

O jornal publicou ainda, num lugar de destaque dentro da matéria, um comunicado da Pax aos leitores, no qual reafirmava sua inconformidade com a atitude policial e que continuaria vendendo seus livros, tanto em sua sede, quanto atendendo a pedidos por telefone.

Depois de seis meses, a Pax lançou um Concurso Literário, publicado nessa mesma edição do *Diário da Noite*, cujo tema era "A Caridade", devendo o texto enviado para concurso responder às seguintes perguntas: "1. Porque existe a miséria?; 2. Resolve a caridade o problema da miséria?; 3. Seria possível a existência dos ricos, fosse a caridade totalmente abolida?; 4. Que é a caridade, altruísmo ou egoísmo?" Haveria uma premiação em dinheiro para o primeiro e segundo colocados e para os outros cinqüenta selecionados seriam oferecidas coleções completas da Série Humanitas (publicação da Pax) [61].

Deste caso, percebe-se que a cobertura de um jornal diário e de grande circulação para a época foi fundamental para a continuidade das atividades da Pax, podendo contar até com acompanhamento jurídico.

O *Diário da Noite* foi fundado em 7 de janeiro de 1925, já como parte da rede que Assis Chateaubriand foi formando em torno dos *Diários Associados*. Vários jornalistas importantes passaram pela redação do jornal, estando em sua direção Oswaldo, irmão de Chateaubriand, no início dos nos trinta. O grupo de redatores do *Diário da Noite* era composto por jornalistas que apoiaram o movimento de outubro de 1930 e as primeiras medidas de Getúlio Vargas na presidência, mudando a linha editorial para uma atitude crítica quando avaliaram o rompimento de Vargas com o programa da Aliança Liberal (coligação política que o tinha como candidato à presidência) [62].

A Editorial Merenglen, no entanto, não teve as mesmas possibilidades. Mesmo tendo mobilizado a opinião de grandes jornais de São Paulo por motivo das apreensões policiais, o proprietário da Gráfica São Paulo, Antonio Candeias Pereira, estava preso no presídio da Imigração e Astrojildo Pereira, além de estar sendo procurado pela polícia e ter perdido seu "ganha pão" com

---

de 1931. Pront. N.° 864 - Editorial Pax - idem.

[61] "Concurso Literário", *Diário da Noite*, 15/12/31. Pront. N.° 864 - Editorial Pax - idem.

[62] Nelson Werneck Sodré, *História da Imprensa no Brasil*, Rio de Janeiro, Edições Graal, 1977, p. 420. Fernando Morais, *Chatô: o rei do Brasil*, São Paulo, Editora Companhia das Letras, 1994, pp. 280 e 281.

o fechamento da editora, deveria dar explicações de suas tarefas partidárias aos órgãos dirigentes do PCB [63].

Desde que fora afastado da direção do Comitê Central (CC) do PCB, Astrojildo estava morando em São Paulo. No primeiro semestre de 1931, o Comitê Regional de São Paulo (CR-SP) incumbiu Astrojildo da montagem da Editorial Marenglen. Das orientações recebidas diretamente do CR, Astrojildo teria a responsabilidade de dirigir as edições, que seriam escolhidas junto com o CR mas com autonomia administrativa. Trabalhou na tradução, revisão, edição e impressão do folheto sobre o plano qüinqüenal e do relatório de Stálin ao XVI Congresso do PCUS. Quando o relatório entrava na gráfica, a polícia apreendeu a edição. Ainda teve tempo de recuperar o material apreendido e retomar as atividades [64].

Como o PCB, através do BSA (na pessoa cujo pseudônimo era Mário), disponibilizou, apenas e parceladamente, 1:546$000 para o início das atividades da editora, Astrojildo solicitou ao "seu velho conhecido" Duarte, crédito à Merenglen. Constituída como uma sociedade comercial, a editorial contou com a presença meteórica de três sócios. Publicou-se 5000 exemplares do folheto sobre o plano qüinqüenal e 5000 do folheto do relatório de Stálin, num custo total de 5:000$000 - valor quase três vezes maior do que o concedido pelo partido, o que lhe deixou endividado e numa situação financeira ruim [65].

Entre uma tarefa e outra da editora, Astrojildo colaborou com artigos em *O Tempo*, *O Homem do Povo* e *Revista Nova*, como maneira de divulgar as propostas do partido e, talvez, também como forma de receber algum dinheiro por suas colaborações. *O Tempo* era uma publicação diária fundada após o movimento de outubro de 1930. Com o governo de Getúlio Vargas em vias de consolidação, medidas para acelerar o processo foram colocadas em prática, como as recomposições nos governos estaduais. Em São Paulo, o novo governo passou a ocupar oficinas e redações de jornais contrários ao movimento. Este foi o caso do *Correio Paulistano*, que desde a década de 1920 era praticamente o órgão oficial do Partido Republicano Paulista (PRP). Depois do

---

[63] Astrojildo Pereira, Carta ao Comitê Regional-SP. São Paulo, 29 de julho de 1931, Pront. N.° 44 - AP - DEOPS - AESP.

[64] idem, ibidem.

[65] Astrojildo Pereira, Carta ao Bureau Político. São Paulo, 6 de janeiro de 1932, Pront. N.° 44 - idem, ibidem .

movimento de outubro, as oficinas do jornal foram expropriadas e incorporadas à Imprensa Oficial. Daí surgiu, em 1931, *O Tempo*, como órgão da Legião Revolucionária [66].

O próprio Astrojildo Pereira afirmou, em uma de suas cartas à direção do partido, que *O Tempo* era um jornal "policial e fascista" [67]. Durante algumas semanas, Astrojildo colaborou com esse jornal, assinando com o pseudônimo de "Volytom". Mesmo com liberdade para escolher sobre o que e como escrever, Astrojildo acabou sendo censurado pelo Bureau Político do Comitê Central, ao passo que nenhuma das colaborações enviadas ao jornal foram publicadas por que foram censuradas pela polícia[68].

As mesmas críticas foram feitas pelo CC às colaborações de Astrojildo no jornal *O Homem do Povo*. Desta vez, no entanto, sua colaboração passou da tentativa e se efetivou com a publicação de uma coluna sobre assuntos internacionais, denominada "Sumário do Mundo", na qual também gozava de liberdade para escrever o que lhe aprouvesse [69].

Astrojildo Pereira, depois de receber as críticas do CC, enviou-lhe uma carta na qual assumia a responsabilidade pelo "erro político" de tais colaborações. Assim, depois de ver publicado seus artigos na coluna de sua responsabilidade, durante os oito números de existência de *O Homem do Povo*, Astrojildo acusa o jornal:

> "[...] que se mostrou desde o primeiro número um órgão de confusionismo pequeno-burguês, procurando mascarar sob o disfarce do comunismo a luta que na realidade elementos da pequena-burguesia sustentam para conquistar, contra o Partido Comunista, a direção do movimento revolucionário das massas. Assim sendo, eu me desligo, desde esta data completamente da redação do aludido jornal." [70]

---

[66] Nelson Werneck Sodré, *op. cit.*, p. 433.

[67] Astrojildo Pereira, Carta ao Bureau Político do Comitê Central. São Paulo, abril de 1931, Pront. N.° 44 - AP - DEOPS - AESP.

[68] Relatório, São Paulo, 26 de abril de 1931. Vol. 1 - Pront. nº 2431 - PCB - DEOPS - AESP. Consta no relatório a seguinte composição do jornal: redação - Pedro Motta Lima e Astrojildo Pereira; na revisão - Paulo de Lacerda – chefe, Henrique Cowre; Florencio Tejeda, Antonio Ribeiro, Emilio; nas oficinas - Aldo Messina, Feliciano dos Santos, João da Costa Pimenta; Desenhista - Di Cavalcanti, Cyro de Alencar; secretário: João Câmara.

[69] Idem, ibidem.

[70] Idem, ibidem.

O editor do jornal era Álvaro Duarte e tinha como secretários de redação Patrícia Galvão (Pagu) [71] e Queirós Lima, mas o responsável pela iniciativa da publicação e pela maioria do artigos era Oswald de Andrade. O jornal teve vida curta, apenas 8 números entre março e abril de 1931. Pagu, além de secretariar a redação, era a responsável pela coluna "A Mulher do Povo" e contribuiu com algumas ilustrações.

É conhecido o caso da aversão de um grupo de estudantes da Faculdade de Direito do Largo São Francisco em relação ao jornal. Provocados por artigos de autoria de Oswald de Andrade, os estudantes invadiram a redação do jornal, que estava localizado nas proximidades da faculdade, por duas vezes; na segunda, os envolvidos, entre os quais Pagu e Oswald, foram parar na delegacia e o jornal acabou não circulando mais [72].

A bibliografia consultada afirma que *O Homem do Povo* marca a opção política de Oswald de Andrade e Pagu pelo PCB. Entretanto, as cartas de Astrojildo nos fornece uma outra versão: a direção do PCB criticava veementemente o jornal e seus responsáveis e colaboradores. O tom irônico, agressivo e quase anárquico do jornal forneceram os elementos para que a direção do PCB formulasse a opinião de que eram um grupo pequeno burguês, por isso confusos em relação à ideologia proletária (comunista). Sob a pecha "pequeno burguesa", tal qualificação acabou se estendendo para outros grupos e organizações. Essa carta, enviada a Astrojildo Pereira e assinada pelo Bureau Político do Comitê Central do PCB condenava não só o seu envolvimento com o jornal mas sim toda sua atividade em São Paulo:

> "E nesta política de colaboração com os fascistas declarados como Miguel Costa, João Alberto e outros estava envolvido também o camarada quando publicamente procurou transformar o S.V. [Socorro Vermelho] de São Paulo como órgão de colaboração e não de luta de classes, dentro do qual se encapotavam todos os contra-revolucionários como Pedro Motta Lima, Di

---

[71] Patrícia Rehder Galvão nasceu em São João da Boa Vista, interior do Estado de São Paulo, em 9 de junho de 1910. Formou-se professora primária, tendo cursado a Escola Normal do Brás e a da praça da República, na Capital. Frequentou o Conservatório Dramático e Musical de São Paulo, onde lecionava Mário de Andrade. Conhece vários nomes importantes do movimento modernista. Faleceu em Santos, no dia 13 de dezembro de 1962. In: DLB; Augusto de Campos, *Pagu: vida-obra*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1987.

[72] Maria Augusta Fonseca, *Oswald de Andrade. Biografia*, São Paulo, Secretária do Estado da Cultura, 1990, pp. 198 e 199.Maria Eugenia Boaventura, *O salão e a selva. Uma biografia ilustrada de Oswald de Andrade*, São Paulo, Editora da Unicamp e Editora Ex Libris, 1995, pp. 157 e 158. Augusto de Campos, *op. cit.*, pp. 91 a 100 e 325.

> Cavalcanti, etc. E como representante do P. no mesmo, o camarada chegou ao cúmulo de se deixar arrastar pelos lacaios imperialistas como Miguel Costa, dirigente da S. A. [Sociedade Amigos, na verdade, Associação dos Amigos] da Rússia, na qual se escondiam os elementos de todas as índoles, como os fascistas, os trotskistas, contra-revolucionários, etc." [73]

De um lado e de outro, além de Astrojildo, a AAR é acusada pela direção do PCB. Fundada em São Paulo, no dia 23 do janeiro de 1931, a AAR contou com nomes de jornalistas de grandes jornais, artistas plásticos, escritores consagrados, críticos literários, acadêmicos, etc. A amplitude política adquirida pela entidade assustava os dirigentes do PCB; junta-se a isso, a falta de confiança que tinham em Astrojildo - a pessoa que era a ligação do partido com a organização.

Em um documento do BP do CC do PCB, as cartas de auto-crítica de Astrojildo Pereira não foram aceitas, em especial no que dizia respeito à sua atuação no Socorro Vermelho - organização internacional, ligada à IC, cujo objetivo era o de auxiliar nas atividades do movimento sindical e operário.

Desde julho de 1931, Astrojildo fora secretário do Socorro Vermelho-SP. Formou sua direção com delegados de entidades que aderiram à organização, tais como a Juventude Comunista, Federação Sindical, Federação Esportiva, Comitê de Mulheres, Grupos Idiomáticos e a AAR [74].

O que incomodava a direção do partido era a participação de Galeão Coutinho como delegado da AAR no Comitê Regional do Socorro Vermelho. Astrojildo afirmou, entretanto, que Galeão Coutinho em momento algum foi contra as propostas do partido apresentadas em reuniões do SV [75].

> Galeão Coutinho, em um rascunho de artigo-resposta para um jornal paulista, afirmou: "Alguns intelectuais da Paulicéia acabam de fundar a AAR, com o declarado propósito de desfazer no espírito público temerosos preconceitos contra a URSS. A oportunidade da iniciativa é, já agora, de uma evidência incontrastável. Abram-se alguns jornais que se supõem líderes da democracia e do mais ousado liberalismo, e é de entristecer os artigos e notas que

---

[73] Bureau Político, Carta a Astrojildo Pereira. Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1931. Apud: Astrojildo Pereira, Carta ao B.P. São Paulo, 6 de janeiro de 1932, Pront. N.° 44 - AP - idem - ibidem.

[74] Astrojildo Pereira, Carta ao Bureau Político. São Paulo, 6 de janeiro de 1932, Pront. N.° 44 - AP -idem - ibidem.

[75] Idem, ibidem.

estampam, denunciando a AAR como perigosíssima 'camorra' de bolchevistas, anarquistas, mashorqueiros [sic], comunistas. Esta última palavra por si só, põe arrepios na suã dos pacatos cidadãos da Paulicéia. O pior de tudo é a reedição dos sovadíssimos lugares-comuns contra a República dos Soviets. Tudo por ouvir dizer, está claro, porque os espavoridos confrades nem mesmo se deram ao trabalho de consultar a copiosa literatura, custeada pelo capitalismo ocidental, tentando desmoralizar a Rússia moderna." [76]

Coutinho já era um jornalista reconhecido e um escritor consagrado, que circulava por vários grupos intelectuais ligados à política, ao jornalismo e à literatura. Por intermédio dele, a AAR teve grande destaque na grande imprensa paulistana. E mesmo concordando, no geral, com as orientações do PCB, Coutinho não deixou de ser tachado como "intelectual pequeno-burguês", incapaz por isso de compreender a linha política do PCB.

Mas o que seria tão perigoso aos comunistas? Os objetivos da AAR não eram os mesmos do PCB em relação à Rússia Soviética? Porque nomes como C. Azevedo Marques, Galeão Coutinho, Flávio de Carvalho, Aristides Lobo, Di Cavalcanti, Jaime Adour da Câmara, Eugenia e Alexandre Wienstein, Antonio Candeias, Livio Xavier, Pedro Motta Lima, Cid Franco, Clóvis Gusmão, Oswald de Andrade, Brito Broca, Affonso Schmidt, Oduvaldo Vianna e Mario Pedrosa [77] não eram bem-vindos ao PCB?

---

[76] Galeão Coutinho, "À propósito da Associação dos Amigos da Rússia", s/d, s/l. Pront. N.° 163 - Galeão Coutinho - DEOPS - AESP.

[77] Além desses nomes, localizei na documentação da AAR-SP, a participação de: Mary Houston, Benjamin Péret, Elsie Houston Péret, dr. Reis Perdigão, o escultor Celso Antonio, José de Oliveira Orlandi, Paulo Marzagão, Paulo de Medeiros, René de Castro,Abgail Maia, Paulo Magalhães, dr. Arne Enger, Nicolau Marotta, Maria Branca Ortega, Carlos Serpa Duarte, Olinto Silveira, Ciro Pereira de Alencar,Antonio Santos Figueiredo,Miguel de Macedo, Egberto Chaves,Manuel Prados, Paulo Torres, José Augusto Costa, Luiz Nicolau Greco, Ariovaldo Teles de Menezes, Nelson Tabajara de Oliveira, Victor de Azevedo Pinheiro, Nabor Caires de Brito, Nestor Pereira Jr, Rafael Correia de Oliveira,Paulo Pádua de Araújo, Francisco Assis Pizzelli, Plinio Rolim de Moura, Henrique Setti, Rolando Zambon, José Gavrowski, Rubens Vieira Borges, Américo Cerrutti, Anchise Vozzelli, Dacio Rolim, Tercio santos, José Sanches, Mario Dupont, Pompeu Dante Magnani, Sebastião Vargas, João Eugenio Hidalgo, Lauro A. Vieira, Alberto Severino, Antonio Araujo Ribeiro, Mario Barreto Xavier, Gastão Massari, Paulino Botelho, Bertha Abramovich, Menelique Bispo, Rodrigo Duque Estrada, João Pontes Morales, Abilio Freire Jr., Abilio de Castro Novaes, dr. Teodoro Sampaio Filho, Romeu Ribeiro Freire, Italo Benassi, Walter Garcia Lopes, José Assis Ribeiro, Fausto de Campos, Arsenio Palacios Soares, Frederico Navarro da Luz, Manuel do Carmo, Romeu Muniz Barreto, Aplecina do Carmo, R. Santos, Clovis Botelho Vieira, Frederico Del Duque, Leôncio Ribas Marinho, Trentino Zuller, Ulysses F. Machado, Amadeu Peres Bartoli, João B. S. Calvose, S. Paulo Setti. Pront. N.° 533 - Associação Amigos da Rússia - DEOPS - AESP.

O relatório do inspetor reservado, Antônio Ghioffi, ao Delegado de Ordem Social de São Paulo, pode nos fornecer algumas pistas. O inspetor afirma que por trás dos objetivos públicos da AAR, promover o intercâmbio comercial e cultural entre os dois países, estaria o de promover a propaganda comunista entre os brasileiros [78]. A identidade comunista aparece, então, na disputa pelo reconhecimento do PCB como o único partido comunista e, ligado a isso, como o representante da política da Rússia Soviética no Brasil. Mas essa não era uma questão colocada apenas para a direção do PCB.

Em carta aberta aos membros do PCB, o Comitê Regional do Rio de Janeiro da Liga Comunista de Oposição de Esquerda acusava a direção do partido de estar há muito tempo divorciada do "marxismo-leninismo". Usando como referência o livro de Lenin, *Doença infantil do comunismo*, afirmava que a direção da "fração oficial" acabou se burocratizando, por isso não conseguia dirigir o movimento revolucionário brasileiro[79]. Obviamente, não eram apenas questões nacionais ou locais que estavam em pauta nas acusações trocadas de ambos os lados.

A "fração oficial" estava num rumo equivocado, segundo a Oposição Comunista, porque se orientava pela política do PCUS e da IC - que substituíra a orientação teórica de Lênin pela de Stalin. Os rumos do movimento comunista internacional refletiam-se aqui de maneira quase direta.

Nesse sentido, nomes como o de Mario Pedrosa, Lívio Xavier e Aristides Lobo eram citados, pela direção do PCB, como representantes do trotskismo no Brasil. Lívio Xavier, além de militar na União dos Trabalhadores Gráficos, trabalhava como tradutor e cuidava de impressão de várias publicações da Editora Unitas.

No primeiro panfleto-catálogo da editora, encontram-se o livro de Lênin, *No Caminho da Insurreição*, e o de Trotsky, *A Revolução Espanhola* [80]. Eram os dois únicos títulos da seção

---

[78] Antônio Ghioffi, Relatório ao Delegado de Ordem Social. São Paulo, 27 de fevereiro de 1931. Pront. N.º 533 - Associação Amigos da Rússia - DEOPS - AESP.

[79] Comitê Regional/RJ-Liga Comunista de Oposição de Esquerda, Carta aberta aos membros do PC do Brasil. Rio, março de 1932. Folhas 358 e 359 - Processo n.º 191/Apelação n.º 15 - Nise da Silveira - Tribunal de Segurança Nacional - Arquivo Nacional.

[80] Ambos exemplares em 1ª edição, podem ser encontrados na biblioteca do Cemap-Cedem-Unesp.

"Política" do catálogo [81], demonstrando a preocupação dos editores com a discussão, já colocada pelo PCB, sobre o caráter da revolução no Brasil.

Mas não eram só estas as contribuições de Lívio Xavier à Editora Unitas, de propriedade de Salvador Cosi Pintaudi e localizada na rua 3 de dezembro, n.° 12. Jornalista dos Diários Associados, Lívio Xavier escreveu alguns artigos sobre as publicações da Unitas, no *Diário da Noite*. No dia 9 de julho de 1931, publicou duas notas: uma sobre a fundação da editora e outra sobre o livro de Lênin, *No Caminho da Insurreição*. A primeira indicava os objetivos da editora:

> "[...] que transportará e adaptará ao ambiente brasileiro tudo quanto houver na Europa e nos Estados Unidos de mais moderno com referência ao livro, quer no seu conteúdo intelectual, quer no seu aspecto artístico. Uma das finalidades da empresa será a edição de obras de sociologia, ao lado das outras formas de atividade humana reflexa no livro: literatura, ciência, arte, técnica e o próprio romance para o povo." [82]

Marenglen e Unitas têm propostas próximas: obras modernas, traduzidas, edições populares ou para o povo, mas divergem quanto aos autores. Trotski não foi publicado pela Marenglen, nem Stalin pela Unitas. Entretanto, as pretensões literárias da Unitas eram muito mais amplas. Enquanto a Marenglen propunha uma coleção de livros e folhetos sobre questões sociais, socialismo, comunismo, União Soviética; a Unitas apresentou um catálogo, cuja classificação das publicações poderia ser comparada aos de grandes editoras paulistanas [83].

O conflito não terminava por aí. Dois anos depois, Lívio Xavier escreveu a resenha do livro de Osório César, *O que é o estado proletário? Reflexões sobre a Rússia Soviética*. O argumento do "crítico" direcionava o problema para a confusão do autor entre estalinismo e marxismo. Tendo optado pelo estalinismo, afirmava Xavier, César acabou por omitir a existência de uma burocracia no Estado Soviético, a qual embotava a supremacia política do proletariado. Afirmava ainda que, se César tivesse lido *O estado e a revolução* (Lênin), não concordaria com a política de Stalin.

---

[81] Imagem 3: Reprodução do catálogo da Gráfica Editora Unitas, anexado ao relatório policial de 14 de junho de 1931. Pront. No. 821 - Gráfica Editora Unitas - DEOPS - AESP.

[82] S/a, "Empresa Editora Unitas", *Diário da Noite*. São Paulo, 9 de julho de 1931. Pront. N.° 828 - Empresa Editora Unitas - DEOPS - AESP.

[83] Gustavo Sorá, *Brasilianas. A casa José Olympio e a instituição do livro nacional*, Rio de Janeiro, Tese de Doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Museu Nacional, 1998, "Capítulo Segundo - Fazer o nome. Um editor para romances bem brasileiros."

Lívio Xavier, por fim, desqualificou até a maneira como a viagem àquele país foi realizada pelo autor:

> "Quanto às 'reflexões sobre a Rússia soviética', o livro do sr. Cesar não passa de um requentado das publicações de propaganda do plano qüinqüenal. Como em outros tempos, 'descobria-se' a América, abrindo a boca ante a estátua da Liberdade, nos tempos que correm 'descobre-se' a URSS, visitando o cadáver de Lenine e babando-se ante qualquer fábrica de caçarolas. Quando a coisa se limita à mera reprodução inconsciente de estatísticas soviéticas, sem saber-se nem sombra o que elas significam, não é isso mais que obra de turista desocupado ou de 'amigo da URSS' que espera ainda voltar a passeio." [84]

Mas não era somente o equívoco da opção pelo estalinismo de Osório César e sua atitude de turista desocupado o que Lívio Xavier tencionava atingir com suas críticas. Em 1931, o médico Osório César havia ido à Rússia, em viagem com a artista plástica Tarsila do Amaral, a qual realizaria uma exposição de suas obras no Museu de Arte Moderna de Moscou. Quando voltou, publicou um livro sobre a viagem, intitulado *Onde o proletariado dirige...* e prefaciado por Henry Barbusse, foi apreendido pela polícia e lhe causou um processo de censura.

No início de 1932, Osório César, Tarsila do Amaral, Oswald de Andrade, Di Cavalcanti, Jaime Adour Câmara e Flávio de Carvalho organizaram o Club dos Artistas Modernos. Quando Tarsila do Amaral e Osório César voltaram da Rússia Soviética, trouxeram muitos cartazes e "materiais soviéticos", com os quais organizaram uma exposição, que passou a fazer parte da decoração do Club [85].

No Club, localizado à rua Pedro Lessa n.° 2, funcionava também o Teatro da Experiência, dirigido por Flávio de Carvalho, "engenheiro civil e escultor" - assim assinava seus artigos em *O Homem do Povo*. O grupo de teatro começava a ensaiar as peças *O Homem e o cavalo* (Oswald de Andrade) e *Esperança* (Nikolaiev) - ambas ligadas pela temática da Rússia Soviética[86].

---

[84] Lívio Xavier, "Bibliografia - Osório César - O que é o estado proletário?", s/d, *Diário da Noite*.

[85] Pront. N.° 2241 - Club dos Artistas Modernos - DEOPS - AESP.

[86] Relatório do Delegado de Costumes (Costa Neto) ao Delegado de Ordem Social (Inácio Costa Ferreira). São Paulo, 28 de novembro de 1933. Pront. N.° 2241 - Club dos Artistas Modernos - DEOPS - AESP.

Não havia semana na qual não houvesse uma conferência sobre a Rússia. Tarsila do Amaral foi bastante presente nas atividades do Club, e a própria polícia reconheceu, em relatórios de investigação, suas habilidades como "propagandista do comunismo":

> "[...] Tarsila do Amaral falou no dia 29/7/33 sobre 'Arte Proletária'. Nessa conferência, Tarsila, disfarçadamente, elogiou o comunismo, apelando para os presentes a fim de que esse regime tenha curso no Brasil. Nessa mesma noite, a conferencista executou em vitrola alguns discos soviéticos que ela trouxe da Rússia. Também tinha significado algo o traje da assistência, indivíduos sem colarinho, mostrando serem operários, outros traziam gravatas vermelhas, e havia muitos estrangeiros que, no fim da conferência, faziam comentários favoráveis ao comunismo, chegando alguns até a dizer que em breve esse regime devia ser estabelecido no Brasil. [...] Inegavelmente, na sede do Clube, é feita propaganda comunista. Não é propaganda aberta e franca, mas clandestina. Quando não se realizam reuniões, as palestras só versam sobre comunismo e até os próprios empregados do bar usam trajes ou blusas idênticas aos costumes russos." [87]
>
> "Incontestavelmente, a sra. Tarsila do Amaral é a maior e mais arrojada comunista dentre todas as comunistas nacionais. É a maior porque impressiona e quase converte todos que a ouvem. É também a mais arrojada porquanto os seus parceiros procuram sempre arrabaldes e lugares ocultos para pregarem o comunismo, ao tempo em que ela se serve de salões nobres, onde sem rodeios, ensina teórica e praticamente a doutrina vermelha./ Tarsila está munida de todos os apetrechos de propaganda comunista. Seu 'museu' é extraordinário, é além das expectativas: são discos, músicas, quadros, jornais, revistas, etc. Ontem, por exemplo, expostos à curiosidade pública. [...]"[88]

Tarsila do Amaral também começava a organizar conferências pagas sobre a Rússia Soviética para angariar fundos para as atividades do Club. Tarsila participou de uma reunião desse gênero na casa de Olívia Penteado, para a qual os ingressos rapidamente acabaram [89]. E Jayme Adour Câmara participou de outra, cujo tema era "Antropologia". Realizou-se no salão do próprio Club, mas

---

[87] Informações Reservadas, agosto de 1933. Pront. N.° 2241 - Club dos Artistas Modernos - DEOPS - AESP.

[88] Informações Reservadas, 30 de agosto de 1933. Pront. N.° 1680 - Tarsila do Amaral - DEOPS - AESP.

[89] Bilhete, s/d. Pront. N.° 1680 - idem - ibidem.

ao preço de 3$000 o ingresso. De acordo com o relatório policial, Adour falou sobre Prestes, Revolução de 1930, da Rússia, do comunismo, sobre Tarsila do Amaral, sobre a polícia, sobre religião, terminando sem que o público entendesse uma só palavra [90].

Trotskistas, estalinistas, anarquistas, modernistas persistiram em ataques recíprocos em relação às respectivas propostas políticas. Nesse conflito, a Revolução Russa e a Rússia Soviética tornaram-se símbolos que extrapolavam a órbita do PCB e tornavam fluído o estabelecimento de compromissos políticos vinculados ao próprio partido e ao que a União Soviética passaria arepresentar.

A direção do PCB, portanto, tinha grandes tarefas pela frente: tornar a agremiação nacional, única capaz de dirigir a luta dos trabalhadores e a "verdadeira" herdeira das conquistas proletárias na União Soviética. Como o partido passava por um processo de unificação ideológica e política, no qual o grupo alvo eram os "intelectuais", a "proletarização", provocada pela orientação política da Internacional Comunista, acabou por afastá-los de uma possível militância no PCB.

Nas *Theses do Bureau Sul-Americano*, de final de 1933, são explícitos os critérios de adesão de intelectuais ao partido. O documento, de quase 30 páginas, em um item intitulado "A proletarização", foi bastante enfático:

> "Quanto à entrada de novos intelectuais no partido deve ficar claro que nunca o partido pode impedi-lo. Porém, deve examinar cada candidatura e prova-la seriamente do ponto de vista de sua sincera dedicação à causa do proletariado. No momento atual, quando todos os grupos feudal-burgueses de 'Oposição' tratam de aproveitar os movimentos operários em favor de seus interesses, quando os caminhos pequenos-burgueses sonham ainda com a hegemonia do movimento revolucionário das massas, a aceitação de um intelectual no partido deve exigir como condição o exame de suas ligações políticas e de sua atividade anterior . A cada um deles deve se dar um prazo durante o qual sua sincera disposição de lutar nas fileiras do PC, por sua linha política de classe. No plano do recrutamento, seria conveniente fazer disso o centro da campanha - uma porcentagem de estudantes os mais proletarizados, desde que o recrutamento geral assegure a verdadeira proletarização do partido e de sua direção." [91]

---

[90] Relatório de Investigações ao Delegado de Ordem Social, 19 de agosto de 1933. Pront. N.° 2241 - idem - ibidem.

[91] "Theses do Bureau Sul-Americano sobre a situação do Brasil e as tarefas do Partido Comunista", s/l, s/d, p. 24. Processo n.° 191/Apelação n.° 15 - Nise da Silveira - Tribunal de Segurança Nacional - Arquivo Nacional.

Portanto, o intelectual era visado antes mesmo de demonstrar algum interesse pelo partido. O medo da disputa pela "hegemonia" da direção das lutas operárias, tornou a militância do intelectual no partido uma prova de fogo. As ligações políticas e atitudes do passado seriam critérios definitivos para qualquer intelectual que tivesse alguma intenção de ingressar no PCB.

Usando de um instrumento típico dos intelectuais desde o Caso Dreyfus[92], alguns jornalistas, escritores, médicos, artistas, etc. assinaram um manifesto em defesa do PCB. Foi a maneira encontrada, tanto pelos militantes intelectuais quanto pela direção do partido, de tornar público quem eram os "intelectuais comunistas" - membros do PCB [93].

Mas a diferenciação em relação aos outros grupos não se dava somente pela publicação do referido manifesto, pois os que assinavam, autodenominavam-se "trabalhadores intelectuais". Ao mesmo tempo, os intelectuais diferenciados emprestavam um suposto prestígio social ao PCB. A expressão desse prestígio era manifesta na tentativa de inserção e intervenção entre a opinião pública, cuja intenção era modificá-la em favor dos ideais do partido e de sua direção política.

Nesse sentido, mais importante do que a avaliação política da situação nacional ou internacional contidas no manifesto, foi a ênfase dada à defesa do partido e de suas organizações anexas ou auxiliares que marcou a declaração:

> "[Os trabalhadores intelectuais] protestam contra as prisões, deportações, espancamentos e assassinatos de operários! Protestam contra o nefando 'delito do pensamento' criado pela mentalidade reacionária da República Nova! Protestam contra a guerra imperialista contra a União Soviética - pátria dos trabalhadores! Pela liberdade de ação e propaganda do Partido Comunista, Juventude Comunista, Federação Sindical Regional, Confederação Geral dos Trabalhadores e Socorro Vermelho Internacional (Seção Brasileira)! Pela liberdade de imprensa proletária revolucionária! Pelo reconhecimento da URSS! Contra o terror branco! Contra a intervenção da URSS." [94]

Foi possível datar aproximadamente o documento através do seu conteúdo.

[92] Michekl Winock, *O século dos intelectuais*, Rio de Janeiro, Editora Bertrand do Brasil, 2000, pp. 22-56.

[93] Imagem 4:"Manifesto dos Trabalhadores Intelectuais ao Povo Brasileiro", s/l, s/d. Processo n.° 191/Apelação n.° 15 - Nise da Silveira - TSN - AN e doc. 16 - Pront. N.° 1110 - Boletins e Propaganda Comunista - volume 6 - DEOPS - AESP.

[94] Idem, ibidem..

Tal comprometimento remetia aos possíveis leitores a identificação imediata entre um nome que assinou o manifesto e as idéias do PCB. O comprometimento, no entanto, não aparece só em sua forma política, mas também moral. Assim, a literatura de propaganda soviética e comunista, ainda que através de um aparato editorial de pouca circulação e de uma organização política pequena, começava a ganhar uma dimensão pública.

1.3 - Tarefa do trabalhador intelectual: o engajamento do escritor

Em 1933, o já consagrado escritor católico, Tristão de Athaíde escreveu um artigo, na véspera de natal, chamando a atenção dos leitores para os "perigos do comunismo". Athaíde dá início à sua assertiva, avaliando o movimento revolucionário iniciado com a Revolução Russa: passados os primeiros momentos de explosão revolucionária e certa efervescência na Europa, a Rússia iniciou um processo de industrialização baseado no planejamento industrial norte-americano. A revolução que seria mundial passou a ser nacional e, com isso, a burguesia tem avaliado mal a situação afirmando que a agitação bolchevique não passou de uma mera confusão causada pela guerra. Mas a burguesia está equivocada, nos diz o jornalista: a agitação comunista está apenas se transformando de ataques armados para algo bem mais sutil [95].

A discussão é dirigida aos objetivos "espúrios" dos comunistas:

> "[...] De momento, portanto, o que há, em relação à ameaça comunista, é a sua transformação de ataque militar ou mesmo político, exterior e violento, em infiltração pacífica e invisível. A tarefa da Revolução mudou. [...] É pela 'cultura' que, de momento, se busca a destruição do que resistiu à força bruta. De modo que o chamado 'bolchevismo intelectual' é que hoje representa o maior inimigo do humanismo ocidental, formado pela inteligência helênica, pela ordem latina, pela espiritualidade cristã e pela ciência moderna./ Dois aspectos principais apresenta essa forma ideológica moderna de insurreição anti-humanista: a 'revolução cultural'

[95] Tristão de Athaíde, "O bolchevismo intelectual", *O Jornal*, 24/12/1933. Pasta 75b - Fundo: Astrojildo Pereira - AEL - UNICAMP.

> francamente comunista e a desagregação cultural interna da nossa civilização./ Há quem negue que o comunismo seja uma filosofia de vida." [96]

Ainda que fosse visto como anti-humanista, o comunismo era considerado uma forma "moderna" de insurreição, mas "bárbaro" quanto aos seus objetivos, os quais, segundo Athaíde, estariam expostos em um projeto de "revolução cultural proletária" que:

> "[...] não é um complemento, é um elemento da revolução total da sociedade, com que sonham os novos bárbaros./ Esse aspecto do bolchevismo intelectual, portanto, é a face patente da revolução cultural proletária, com que o materialismo dialético pretende aniquilar todos os valores culturais, morais e espirituais da civilização greco-romano-cristã. [...] A cruzada contra o duplo bolchevismo intelectual, o latente e o patente, tem de ser contínua. E temos de empreendê-la com os olhos fitos no humanismo integral que representa não apenas o apelo profundo de toda a nossa tradição brasileira, mas ainda o ideal perfeito do verdadeiro progresso da sociedade humana." [97]

O humanismo ocidental que a revolução cultural comunista pretende destruir, é aqui expresso nos valores culturais, morais e espirituais da civilização greco-romana-cristã. E a tradição brasileira a ser resgatada seria exatamente a formação originária da nação através do catolicismo, que desde os catequizadores, civilizaram o povo bárbaro indígena. Como tal tradição, segundo ele, foi barrada pelo "laicismo artificial de 1891", restava aos católicos assumir um "realismo" restaurador[98]. Nesse sentido, origina-se tanto sua crítica ao liberalismo (capitalismo) como ao comunismo, porque ambos estão fincados numa filosofia materialista. Assim, Tristão de Athayde se aproxima do fascismo, como forma de não se ver esmagado pela burguesia nem pelo proletariado[99]. Daí uma "surpreendente" coincidência entre uma estética conservadora e a produção literária de escritores considerados "comunistas", a qual a perpassa o "social".

---

[96] idem, ibidem.

[97] idem, ibidem.

[98] Idem, "Encruzilhada", *O Jornal*, 21/03/1931. Apud: João Luiz Lafetá, *1930: a crítica e o modernismo*, São Paulo, Livraria Duas Cidades/Editora 34, 2000, pp.101.

[99] Lafetá, *ibidem*, pp. 110-111. A incorporação de vanguardas estéticas também foi uma opção do Estado fascista, na qual o realismo, não como uma estética oficial, aparece como forte tendência literária. Sobre isso, ver: Ruth Ben-Ghiat, *Fascist modernities: Italy, 1922-1945*, Berkeley, University of California Press, 2001.

A produção de um relatório de um investigador de polícia guarda desdobramentos desse movimento mais geral. Sua definição de arte parte do pressuposto de que sempre é social, porque é expressão da vida; portanto, portadora da missão "evangélica e purificadora" [100]. Foi, então, reconhecendo este valor da arte que Hiltler e Mussolini empreenderam o resgate dos valores nacionais e tradicionais; e rechaçaram determinados movimentos vanguardistas e modernistas, porque desnacionalizavam as artes, tornando-as expressão de uma "visão de mundo" empirista e anárquica. Desculpem a extensa citação, mas ela é significativa para a elaboração dos mecanismos de repressão e censura organizados pelo governo durante a década de 1930 e início da de 1940:

> "[...] temos que anotar que o grande escritor e crítico de arte Camille Mauclair (entre outros) em vários de seus artigos e livros, revela o plano oculto dos judeus-comunistas de pretenderem destruir uma das colunas mais sólidas e nobres da nossa civilização ocidental-cristã que é a arte latina. Dois são os seus principais objetivos: 1° o rebaixamento do valor dos quadros clássicos devido ao cabotino enaltecido das bombachas modernas verdadeiros bluffs, reduzindo assim ao extermínio os valores colossais das coleções ocidentais de arte clássica e sã. 2° a desorganização, o aviltamento e o embrutecimento social produzido pela arte por eles preconizado a fim de preparar o terreno para uma ação mais segura, num meio inculto, insensível e depravado. Haja vista o cunho geralmente imoral, pornográfico e depravado das manifestações artísticas, às vezes as mais insinuantes e não raro em que se revelam veladamente a tal ponto que casos há em que só um artista 'experto' poderia sentir a nuance reveladora de tais tendências e fatos como que ocultos ou latentes numa pseudo obra de arte moderna avançada. Caracterizam geralmente na crítica ou na literatura tais manifestações, o despudor, o cinismo, a ousadia e principalmente o desrespeito a tudo que manifesta tradição, ataque aos velhos, com passado de trabalho e mérito às instituições, escolas etc., que regem no princípio de disciplina, respeito, ordem e autoridade constituída." [101]

Incomoda o policial, o desrespeito às tradições e às autoridades constituídas. Tal como Athayde, o investigador tem o remédio para a moléstia, ou melhor, anomalia do comunismo que invadia o organismo social brasileiro:

---

[100] S/a, "Propaganda comunista pela arte", Relatório de Investigação na Abertura do III Salão Paulista de Belas Artes, s/l, s/d. Pront. N.° 1680 - Tarsila do Amaral - DEOPS - AESP.

[101] Idem, ibidem.

"Daí a necessidade dos governos manterem a vigilância no setor intelectual-artístico, auxiliando também a arte equilibrada e sã, que alimentará espiritualmente as multidões sofredoras e fáceis de serem empolgadas pelas promessas falazes dos extremistas. O cultivo do espírito, o convívio com a beleza (é óbvio afirmar) enobrecem e nutrem as multidões, ensinam a moral, propagam o civismo, elevam o nível da humanidade e confortam e amenizam a existência." [102]

Para o investigador, alguns escritores e artistas deveriam ser investigados com mais persistência, como Oswald de Andrade, Pagu, Tarsila do Amaral, Osório César, Galeão Coutinho, Eneida e Di Cavalcanti. Entretanto, em posição invertida, a direção do PCB também os acusa.

Em fins de 1932, em um documento do Bureau Político do Comitê Central do PCB, as críticas à atuação de Astrojildo Pereira, em São Paulo, são emendadas aos mesmos "intelectuais" citados pela polícia. As críticas do PCB, entretanto, são restritivas à atuação política deles no Socorro Vermelho, sendo qualificados como "social-fascistas" [103].

Assinada pelo C.R. do Rio de Janeiro, havia uma proposta para a I Conferência Nacional do PCB de expulsão de Astrojildo Pereira, na qual se avalia as influências recebidas por ele dos intelectuais social-fascistas. Mas o documento é mais revelador de uma visão contra o trabalho intelectual, do que propriamente a atuação política de Astrojildo, ainda que ambas estejam associadas.

Em uma de suas cartas à direção do partido, Astrojildo é muito claro quanto às suas opiniões sobre as tarefas para as quais foi designado e quais atividades estaria apto a desenvolver pelo partido:

"Direis que escrever é fácil, mas difícil é o fazer. Isto é conforme. No meu caso, porém (meu e de outros como eu), posso afirmar que o que eu sei de melhor é precisamente escrever e que é consagrando-me a esta espécie de atividade que eu poderei prestar melhores serviços ao proletariado e ao Partido. Não digo que estes serviços são ou serão melhores que os que outrem possam prestar. O que eu digo é que são os melhores <u>que eu posso prestar</u>. Digo e provo. E os camaradas também o comprovam, implicitamente, visto que não discutem nem combatem a

---

[102] Idem, ibidem.

[103] B.P do CC do PCB, "Auto-crítica da atuação de nosso partido na região de São Paulo...". Rio, 6 de novembro de 1932. Pront. N.° 1110/vol. 3 - Comunismo - DEOPS - AESP.

> linha defendida e sustentada em meus escritos. Pergunto aqui: porque e para que insistir em dar-me tarefas que eu não tenho capacidade para cumprir satisfatoriamente, quando a minha capacidade pode ser mais utilmente empregada em outras tarefas que eu melhor que outros camaradas poderei realizar?/ Mero escrevinhador de papel. Eis o que eu sou por vocação e por oficio. O meu erro principal no passado terá sido o de querer forçar a minha índole e as minhas possibilidades e ter aceitado postos e responsabilidades políticas para as quais não era suficientemente apto. [...] Vou dedicar-me exclusivamente a esta tarefa: escrever, traduzir, editar. Tarefa limitada, bem sei, mas a única que eu presumo poder realizar com acerto e proveito. Dentro destes limites, eu servirei como sempre à IC e ao Partido, modestamente, mas fielmente." [104]

A resposta da direção do PCB foi a sua expulsão do partido, com o argumento de que não poderia existir no interior de um partido comunista a tarefa especializada de "escrever". Tal tarefa, informa o documento, é de todos militantes comunistas e, em especial, de sua direção. Ao se recusar a cumprir as tarefas de agitação em portas de fábrica ou de participar de sindicatos, Astrojildo forneceu os argumentos para as críticas da direção a sua militância. Dizia o documento que não poderia haver militante comunista que pudesse escrever sobre as lutas operárias e ajudar a dirigi-las sem participar delas [105].

Assim, em 1933, quando já começava a surgir nas linhas das resoluções da Internacional Comunista a possibilidade de criação de frentes políticas contra a ameaça de guerra e contra o fascismo, o encontro e confronto entre os vários grupos de esquerda foi inevitável.

Os primeiros encontros desses grupos numa organização cujos objetivos políticos eram comuns ocorreram na formação do Comitê Anti-Guerreiro de São Paulo e datam do início de 1933. Em 8 de fevereiro, realizou-se a primeira reunião com várias organizações com o objetivo de formar

---

[104] Astrojildo Pereira, Carta ao B.P. do CC do PCB. São Paulo, 25 de janeiro de 1932. Grifos no original. Pront. N.° 44 - Astrojildo Pereira - DEOPS - AESP.

[105] PCB-CR-RJ, "A todos os camaradas do Partido Comunista do Brasil", s/l, s/d. Pront. N.° 1110/vol. 3 - Comunismo - DEOPS - AESP.

um comitê de luta contra a guerra iminente [106]. Nessa reunião, realizada na sede da União dos Trabalhadores Gráficos, foi eleita uma comissão de propaganda dirigida por Mário Pedrosa.

Alguns dias depois, na sede da União dos Operários em Fábricas de Tecidos, Largo do Belém n.° 23, realizou-se outra reunião do comitê, na qual a polícia compareceu para dispersá-la, sendo identificado Roberto Morena, secretário do comitê, que estava com prisão preventiva decretada [107]. Entre as entidades participantes, estavam o Socorro Vermelho, Federação Sindical Regional, Juventude Comunista, Sindicato dos Profissionais do Volante, Sindicato dos Trabalhadores da Light, Comitê de Mulheres de São Paulo (representado por Tarsila do Amaral) e, representando "um grupo de intelectuais", Galeão Coutinho [108].

Desde o início das atividades do comitê, a polícia combateu a sua existência e suas atividades. Num relatório reservado de 14 de março, o investigador informava que os intelectuais que pertenciam ao comitê, devido à perseguição policial, passaram a organizar o Congresso de Sociologia, que realizar-se-ia dentro em pouco [109].

Em certo sentido, o investigador tinha razão. Alguns meses depois, surgia em São Paulo, o Comitê Antifascista. Organizado basicamente pelos anarquistas, esse comitê tinha como objetivo "combater o governo e o clero", e os operários da cidade de São Paulo eram os mais indicados para fazê-lo, já que no Rio os trabalhadores estavam de mãos atadas pela polícia [110].

Com o Comitê Anti-Guerreiro proibido pela polícia, os vários grupos que o formaram passaram a atuar junto ao Comitê Antifascista. Conjuntamente, organizaram a I Jornada Antifascista, realizada no salão da Liga Lombarda. Marcada para 14 de julho, os organizadores da I Jornada se

---

[106] Relatório Reservado ao delegado de Ordem Social de São Paulo, 8 de fevereiro de 1933. Pront. N.° 37 - Aristides Lobo - DEOPS - AESP.

[107] Relatório Reservado ao delegado de Ordem Social de São Paulo, 11 de fevereiro de 1933. Pront. N.° 37 - Aristides Lobo - DEOPS - AESP.

[108] Informações reservadas. São Paulo, 10 de fevereiro de 1933. Pront. N.° 1680 - Tarsila do Amaral - DEOPS - AESP.

[109] Relatório Reservado, Boletim n.° 11/Delegacia de Ordem Social. São Paulo, 14 de março de 1933. Pront. N.° 11 - Afonso Schmidt - idem.

[110] Guarany, Relatório Reservado. São Paulo, 23 de junho de 1933. Pront. N.° 1581 - Comitê Anti-fascista - idem.

aproveitavam do aniversário da Revolução Francesa - usada como símbolo de luta pelos direitos políticos e pela liberdade [111]. Nessa noite, várias prisões foram efetuadas tanto na sede das Classes Laboriosas como na sede da Liga Lombarda, entre os quais Aristides Lobo [112].

Entre os participantes do evento, encontravam-se o Comitê Estudantil Anti-Guerreiro, PCB, Juventude Comunista, Liga Comunista Internacionalista (trotskista), Frente Negra, PSB, Edgard Loenrouth, Orestes Ristori, entre outros. Com a perseguição policial, a I Jornada Anti-fascista apenas planejou um grande evento para o dia 1° de Agosto [113]. O evento foi novamente proibido pela polícia, que feriu vários militantes e efetuou muitas prisões.

No ano de 1933, as iniciativas de formação de frente política entre os vários grupos oposicionistas acabaram servindo de ensaio para o ano seguinte. Mas, ainda em 1933, alguns episódios demonstram as dificuldades de convivência entre esses grupos. No dia 3 de novembro, na Liga Lombarda, o Comitê Anti-Guerreiro realizou uma reunião, na qual o representante da Federação dos Estudantes Comunistas acusou Mário Pedrosa e Aristides Lobo de policiais, causando um tumulto que impossibilitou a reunião de continuar [114].

Entretanto, surgiam novas diretrizes políticas da IC para os partidos latino-americanos. O PCB, em documento oficial, recolocou a avaliação da IC sobre o movimento anti-fascista e anti-guerreiro na Europa:

> "A social-democracia que cindiu a classe operária por meio da sua traição, quando por ocasião da guerra imperialista e da revolução de Outubro, em virtude das diretivas da 2ª Internacional, rejeitou em todos os países as propostas dos comunistas no sentido de ações comuns de classe; sabotou o movimento de unidade anti-fascista e anti-guerreiro organizado em Amsterdam e

---

[111] Frente Única Anti-fascista, panfleto, s/d. Pront. N.° 1581 - idem - ibidem.

[112] Informe Reservado. São Paulo, 15 de julho de 1933. Idem, ibidem. São três relatórios diferentes, sem assinatura, com a mesma data, informando os acontecimentos da noite anterior.

[113] Imagem 5: Comitê de Luta contra a Guerra, contra o Fascismo e a Reação, "Contra a guerra imperialista, o fascismo e a brutal reação policial", panfleto de convocação para o Comício em São Paulo, 1o. De agosto de 1933. Pront. No. 1110/vol. 2 - Boletins e Propaganda Comunista - DEOPS - AESP.

[114] Relatório/Delegacia de Ordem Social (DOS). São Paulo, 3 de novembro de 1933. Pront. N.° 2241 - Club dos Artistas Modernos - idem.

Paris, esforçando-se por aprofundar a cisão do proletariado em face do fascismo e da guerra."[115]

As motivações locais para a formação de uma frente ampla eram ampliadas pelas resoluções políticas da IC. Com o propósito de aproximar os escritores, principalmente os europeus, das posições políticas da IC e da defesa da URSS, organizou-se a União Internacional dos Escritores Revolucionários, que produzia e divulgava a revista *Literatura da Revolução Mundial*. A sede da organização localizava-se em Moscou, mas tinha uma filiada importante em Paris, denominada *Associação dos Escritores e Artistas Revolucionários*, a qual publicava a revista *Commune*. Esta revista, cujo primeiro número é de julho de 1933, possuía 550 sócios, entre os quais artistas plásticos, músicos, artistas de teatro e cinema, fotógrafos, escritores e arquitetos. Entre os organizadores do grupo francês encontravam-se Louis Aragon, Henri Barbusse, André Breton, Romain Rolland, Paul Eluard e René Crevel [116].

No ano anterior, Rolland e Barbusse organizaram um congresso, cujo objetivo era mobilizar escritores e artistas contra um possível ataque japonês à URSS e contra a iminência de uma segunda guerra mundial. O encontro ficou conhecido como Congresso de Amsterdam e dele participaram cerca de 2.200 delegados de diversas partes do mundo [117]. Em meados de 1933, realizou-se um segundo congresso internacional em Paris. Barbusse se encontrava também entre os organizadores deste congresso. Após alguns dias do encerramento do congresso de Paris, os organizadores dos dois congressos reuniram-se e formaram o Comitê de Luta Contra a Guerra e o Fascismo.

Na linha de frente da entidade francesa e nos dois congressos internacionais encontraram-se vários escritores e artistas de diversas tendências políticas. Entretanto, por trás de tais

---

[115] Secretariado Político (BP/PCB), "A formação do Partido sob o fogo das lutas e do cumprimento das decisões e tarefas do XIII Pleno do Comitê Executivo da IC", março de 1934. Pront. N.° 1110/vol. 2 - Boletins e Propaganda Comunista - idem.

[116] Herbert R. Lottman, *A rive gauche. Escritores, artistas e políticos em Paris. 1930-1950*, Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1987, pp. 98 e 99.

[117] Dentre os muitos participantes do Congresso, destacam-se Albert Einstein, Heinrich Mann, John Dos Passos, Theodore Dreiser, Upton Sinclair, George Bernard Shaw, Malcolm Cowley, Michael Gold, Bertrand Russell, André Gide, Paul Vaillant-Conturier. Herbert Lottman, idem, pp. 85 a 87. David Caute, *El comunismo y los intelectuales franceses. 1914-1966*, Barcelona, Oikos-Tau Ediciones, 1968, pp. 127 e 128.

iniciativas estavam os membros do PCF e alguns "enviados" de Moscou. Ao mesmo tempo em que organizavam entidades amplas de escritores e artistas pela Europa, membros do PCF e "enviados" de Moscou, em especial Willy Münzenberg e Ilia Erhenburg, tentavam estreitar cada vez mais os laços entre escritores e artistas reconhecidamente importantes e a URSS, proporcionando visitas a este país. Tais iniciativas tentavam enfrentar dois aspectos. Um deles era obter de personalidades importantes declarações de apoio à União Soviética e o segundo, conseqüentemente, era ampliar o campo de influência das idéias soviéticas e comunistas. Entre os escritores europeus, tornou-se comum a publicação de relatos de viagem à URSS.

A crise de 1929 e o seu desencadeamento, assim como a vitória do nazismo na Alemanha em 1933 e sua transformação em um movimento internacional de direita, formou o cenário que mobilizou diversos escritores e artistas em torno de um movimento anti-fascista. Nestas condições, a URSS era vista, por grande parte dos intelectuais anti-fascistas, como uma sociedade planificada e racional, que vivia os momentos de glória do Primeiro Plano Quinqüenal e por isso, imune aos percalços do capitalismo [118]. O movimento anti-fascista e a defesa da URSS aproximaram vários escritores e artistas do marxismo e do partido comunista. Isto, entretanto, não significava que todo anti-fascista era comunista e que colocasse sua produção "intelectual" a serviço da organização política da qual participava. Além disso, a participação política de escritores e artistas não era uma novidade; a novidade era de que um país considerado socialista havia se tornado um referencial importante em contraposição ao nazifascismo e, nos casos mais radicalizados, em contraposição ao próprio capitalismo.

Junta-se a isso, a realização do I Congresso dos Escritores Russos, em 1934, para o qual várias delegações de escritores de vários países compareceram como convidados. Foi nesse congresso que surgiu a formulação do "realismo socialista". Em um discurso pronunciado por M. Gorki - um dos responsáveis pela política cultural do governo soviético -, nesse congresso, apareceu a definição:

> "O realismo socialista afirma a existência como atividade e como criação. O seu objetivo primordial consiste em fazer evoluir as possibilidades do homem para que triunfe sobre a

---

[118] David Caute, *op. cit.*, pp. 129 e 130.

natureza. Quer dizer, em favor de sua própria saúde e da sua longevidade. Para viver feliz na terra, em cujos limites aspira, à medida que as suas necessidades vão crescendo, uma vasta morada para a humanidade unida numa única família." [119]

Aqui, é preciso retomar a discussão sobre o realismo, já iniciada com Trotski, no item anterior. O teórico russo marxista, G. Plekhanov - autor de trabalhos importantes sobre estética e que influenciou os teóricos da arte na Rússia pós-revolução, afirmava, tal como Trotski e Gorki, que a arte é um fenômeno social [120].

Nesse sentido, essas concepções de arte em muito se assemelham àquelas encontradas no citado relatório policial sobre atividades artísticas. Retomemos:

"[...] o papel preponderante da arte na educação dos povos e sua influência notável como agente calmante ou excitante das massas e [...] a arte é sempre social, como expressão da vida."[121]

Esse debate, que parte da definição comum de que a arte é um fenômeno social, há muito acontecia no Brasil e foi definitivamente colocado na ordem do dia pelo movimento modernista a partir de 1922.

Lidamos aqui com o movimento literário realista, o qual é assim definido pela história e teoria da literatura. Nascido alhures, como um dos fundamentos estéticos do romantismo europeu do século XIX, ganhou novos limites e possibilidades, por razões óbvias, ao reaparecer com intensidade nos debates literários do início da década de 1930, no Brasil. Entretanto, a novidade literária que se caracterizava por aqui, não rompia com a busca intencional da obra literária pela "vida", literatura entendida como expressão da experiência humana, que é a própria realidade.

As relações entre literatura, sociedade e vida ganham contornos estéticos, aos quais, na construção do romance ou do ensaio, mesclam-se proposições éticas. A atitude do escritor torna-se relevante, pois é a expressão de ambos códigos, estético e ético.

---

[119] M. Gorki, "Discurso pronunciado no I Congresso dos Escritores Soviéticos", in: *Revista Princípios*, São Paulo, n.° 9, outubro/1984.

[120] G. Plekhanov, "Relações estéticas entre a arte e a realidade", in: idem, *A arte e a vida social e Cartas sem endereço*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1969, p. 86.

[121] S/a, "Propaganda comunista pela arte", s/l, s/d. Pront. N.° 1680 - Tarsila do Amaral - Deops - Aesp.

A atitude de engajamento do escritor corresponde ao seu engajamento literário, numa relação sempre mediada pela experiência compartilhada socialmente. Entretanto, os fios que as ligam nem sempre são tão explícitos, como aparecem no artigo de Tristão de Ataíde. O humanismo que ele vê ameaçado pelos comunistas, é permeado pela atitude estética de um realismo social, que também é uma atitude ética de um movimento católico.

No início dos anos trinta, arte e literatura buscam algo mais específico na realidade social. O ponto de encontro é a nação, no qual o movimento modernista inseriu o anti-academicismo estético. Não que em períodos anteriores, arte e literatura não tematizassem a "brasilidade". O que se vislumbrava, agora, era uma retomada do tema, já nos termos da experiência modernista (seu caráter anti-acadêmico) da década anterior e da contemporânea experiência da revolução de trinta.

O livro de gravuras de Di Cavalcanti, publicado em 1932, é produzido nesse espaço. Intitulado *A realidade brasileira. 12 ensaios*, as gravuras estão marcadas pela crítica social[122]. O anti-academicismo aparece ai e na construção quase caricatural das personagens. Ao mesmo tempo, busca consagrar o ensaio como lugar de rompimento definitivo com um passado artístico preso à regras, lugar de livre criação.

No primeiro ensaio, lê-se "O esperado", sobre o qual há a gravura de uma roda formada por um militar, uma mulher, um padre, um industrial e dois personagens não identificados. No centro da roda, há uma estátua sobre a qual há um militar sem cabeça, cuja farda pertencia às tropas do Rio Grande do Sul. A estátua eqüestre é uma brincadeira com a estátua de D. Pedro I proclamando a Independência do Brasil. Getúlio Vargas é representado pelo cavaleiro sem cabeça, na mesma posição da estátua original [123], tornando explícita a interpretação de que o presidente era

---

[122] Imagem 6: Reprodução das gravuras de Di Cavalcanti, *A realidade brasileira: 12 ensaios*, São Paulo, s/e, 1932. Este livro pode ser localizado: folheto nº 102 - Série: Folhetos - DESPS - APERJ/ Ic06P162 - Fundo: Astrojildo Pereira - AEL.

[123] O período posterior à Independência do Brasil é permeado pelas várias interpretações da história do Brasil, algumas das quais usaram a imagem da referida estátua. Joaquim Manuel de Macedo, em 1867, publicou *Memórias do sobrinho do meu tio* (org. Flora Sussekind, São Paulo, Companhia das Letras, 1995), no qual o debate, em termos políticos, sobre a estátua é explicitado: " O cavaleiro, o herói, tem o braço direito alçado, mostrando ao povo a Constituição do Império, que se ostenta no ar: quererá isso dizer que a Constituição é cousa aérea, e que deve estar sempre suspensa? Não desejo caluniar o pensamento do estatuário; mas, se o pensamento foi esse, Mr. Luís Rochet é sábio." (pp. 258-59)

apenas um herói construído pelos grupos que o apoiaram e que eram esses grupos os que, em verdade, estavam no comando do país.

A crítica política aparece aqui na imagem caricatural dos grupos sociais que fizeram parte da aliança em torno da candidatura de Vargas, que após a vitória aparece sem cabeça. O segundo ensaio é o desdobramento do primeiro, cuja legenda diz: "É preciso salvar o café". Na gravura, aparecem um homem muito obeso, de óculos, sentado à mesa com um copo nas mãos; na sua frente, encostada na mesa, uma mulher com ar despreocupado e elegantemente vestida.

Até o sexto ensaio, Di Cavalcanti desdobra a idéia do primeiro ensaio. Depois da gravura sobre o café, aparecem, entre outros, um padre (muito obeso também) sentado em cima de um cofre - fazendo referência à riqueza da Igreja e outra, cuja legenda é "A família é a pedra angular da sociedade", representada pelo desenho de um banquete ou uma festa de salão. Os aspectos anti-clericais e os de crítica à família burguesa aparecem como instrumentos da crítica. No sétimo ensaio, aparece a denúncia: "A questão social continua sendo um caso de polícia." A denúncia sobre a repressão policial se aproxima, dessa forma, à posição política da direção do PCB, em relação ao governo Vargas e à outras posições que percebiam o rompimento de Vargas com o programa liberal que o levou à presidência.

Segue-se a esse ensaio, o de legenda: "Associação Amigos do Brasil", no qual as caricaturas de uma reunião entre os representantes do governo norte-americano e do governo inglês, um industrial, um proprietário de terras e um militar. A repetição desses personagens como alegoria dos grupos sociais que estavam no poder reafirma a crítica às instituições e autoridades constituídas.

O artigo de Galeão Coutinho, citado páginas antes, informa como a idéia de criação da Associação Amigos do Brasil era pública. O referido artigo, "Carta aberta a um moço bem comportado", é a resposta à duas cartas publicadas por um estudante de direito do Largo São Francisco, na qual censura e acusa como "agentes de Moscou" os responsáveis pela organização da Associação Amigos da Rússia e propõe, como contrapartida, a organização da AAB[124]. A resposta de Coutinho, "patrício mal comportado", tenciona mostrar ao estudante que sua proposta de

---

[124] Galeão Coutinho, "À propósito da Associação dos Amigos da Rússia", s/d, s/l. Pront. N.° 163 - Galeão Coutinho - DEOPS - AESP.

organização da AAB só serviria aos grupos sociais no poder (os mesmos encontrados na gravura de Di Cavalcanti).

O décimo ensaio, de certa forma, enfatiza a discussão, mostrando os mesmos personagens e inserindo um lavrador, cujo tamanho é muito menor frente aos outros - numa relação óbvia de poder.

A crítica a outros grupos intelectuais gira em torno da "brasilidade". Di Cavalcanti definiu o intelectual através da mesa, sobre a qual há a pena e o papel. Situado no céu, entre anjos, borboletas, estrelinhas e pássaros, o intelectual tem um ar mais que pensativo. A alegoria é de um diletante. No céu, esse intelectual se encontra longe da realidade, longe dos problemas sociais e, assim, incapacitado para intervir socialmente. É a crítica anti-academicista, da "arte pela arte".

Di Cavalcanti busca, com essa alegoria, chamar a atenção dos intelectuais para as coisas da "vida" e não para as coisas do "céu". Ao mesmo tempo crítica, a gravura apresenta, pelo seu oposto, a definição do papel do intelectual, na qual o seu comprometimento com os problemas sociais deve refletir-se em forma de intervenção.

Na seqüência e como conclusão, o último ensaio é o interior de uma casa popular, na qual uma mulher, em trajes muito simples, e um bebe, misturam-se aos utensílios de cozinha - cujas cumbucas e panelas que estão vazias. A legenda, "O Brasil situado no problema do mundo", e a alegoria da vida cotidiana do trabalhador em meio à miséria demonstram o sentido que Di Cavalcanti imprimiu à sua definição de intelectual, no ensaio anterior. O comprometimento do intelectual com as questões sociais não pode ser só profissão de fé, deve ser efetivo e para isso deve escolher os mais miseráveis, os mais oprimidos e explorados como personagens, os quais a situação de vida querem transformar.

Ainda que em apenas dois dos doze ensaios de Di Cavalcanti apareçam personagens populares, o tema está exposto e inserido naquele contexto já mencionado em que a arte é vista como fenômeno social.

Tarsila do Amaral, na conferência sobre "arte proletária", no Clube dos Artistas Modernos, investe a arte de sentido semelhante ao apresentado por Di Cavalcanti em seu álbum de gravuras. A conferência da artista plástica, entretanto, radicaliza o problema apresentado por Di Cavalcanti, elegendo o grupo pelo qual os intelectuais comprometidos com questões sociais deveriam,

mais que constatar sua existência, trazer para suas obras e fazer de suas obras um instrumento de intervenção na realidade[125].

Portanto, era a defesa de um realismo comprometido com um grupo social específico, no qual o personagem-herói é conhecido de antemão. Assim, as influências do debate sobre arte, na Rússia Soviética, encontraram, no Brasil, um campo fértil de experimentação, mediada pelos movimentos artísticos e literários europeus, cujo comprometimento com uma política comunista ligada à IC há muito era vivenciada. O grupo do movimento modernista que acabou aderido à uma concepção estética de arte proletária, não se inspirou no PCB, mas sim nos movimentos artísticos e literários da França.

Esse processo, ao ser hostilizado pelo pequeno PCB, afastou muitos escritores e artistas do próprio comunismo e quiçá do marxismo. Mas não afastou as possibilidades de criação do romance proletário.

O que estava posto, para militantes do PCB e intelectuais simpáticos à Revolução Russa e à União Soviética, era a necessidade do retorno à "vida", ou melhor, ao "real" que, de resto, encontrava-se em plena circulação internacional, como podemos observar entre os intelectuais franceses. Isso também se verifica na questão da "integração" entre estética e povo-multidão, cujo resultado pode ser examinado na preocupação com a propaganda.

Intimamente ligado a isso, estava em formação, no interior do PCB, "uma tradição antiintelectual" originária das práticas do governo soviético durante os anos vinte em relação aos escritores e artistas, cuja crescente "burocratização"[126] das organizações artísticas e literárias sofreram forte intervenção do partido-estado. Essa "cultura bolchevista", tradutora dessa tradição

---

[125] Relatório de Investigação-DOS, Conferência de Tarsila do Amaral - "A arte proletária". São Paulo, agosto de 1933. Pront. N.º 2241- Club dos Artistas Modernos - DEOPS - AESP.

[126] Essa tradição antiintelectual foi causada não só pela "burocratização" das atividades culturais na União Soviética, ou seja, pela intervenção cada vez mais incisiva, coercitiva e totalitária do partido-estado nas questões culturais; mas também, e talvez principalmente, pela mudança de orientação do partido-estado em relação à *intelligentsia*. Durante boa parte dos anos vinte, o Estado soviético necessitava dos serviços especializados desse grupo e como forma de assegurar a sua cooperação seus privilégios foram mantidos. Com o fim da NEP e a definição de um nova linha política da IC em 1928, esses especialistas acabaram sendo definidos como um "perigoso" grupo de direita, com características ideológicas da pequeno-burquesia. Ver: Sheila Fitzpatrick, "The Soft Line on Culture and Its Enemies" e "Cultural Revolution as Class War", in: idem, *The Front Cultural. Power and Culture in Revolutionary Russia*, Ithaca/London, Cornell University Press, pp. 91-148.

antitintelectual, exerceu forte influência entre os comunistas brasileiros e as relações que estabeleceram com os "intelectuais". Ao mesmo tempo em que foi reforçada com a política do "terceiro período", na qual os intelectuais tendiam a ser definidos como membros da pequena-burguesia e, por isso, definitivamente incapazes de formarem uma aliança para a revolução sob a hegemonia do proletariado.

Capítulo 2

Escritores no início dos anos trinta: entre a ética e a estética, os debates se acirram.

No capítulo anterior, através da trajetória de Astrojildo Pereira, tratou-se dos primeiros anos de existência do Partido Comunista do Brasil (PCB), ainda nos anos vinte, como atuava, quem eram seus militantes, qual alcance social, quais formulações políticas, que tipo de relação estabeleceu com a União Soviética, com o Partido Comunista daquele país, com a Internacional Comunista e seus órgãos internacionais.

Nesse sentido, a conclusão de que o PCB era um partido pequeno e de alcance restrito às, basicamente, cidades de São Paulo e Rio de Janeiro indicou que a aproximação de muitos intelectuais não se deu pela via orgânica, para usar uma expressão de Gramsci. Foi, a rigor, o despertar de uma simpatia pelos acontecimentos "alvissareiros" na Rússia e o surgimento da União Soviética, assim como o descontentamento com as medidas "liberais" do governo de Getúlio Vargas. E, talvez mais importante do que tudo isto, foram as relações que alguns militantes e dirigentes do PCB, em especial Astrojildo Pereira, mantiveram com esses setores intelectualizados.

No entanto, este solo fértil que permitiu uma recepção positiva entre os intelectuais também possuía uma outra substância própria ao campo da cultura e da literatura. O movimento modernista, tão estudado e possuidor de uma vasta bibliografia, em sua vertente menos conservadora, ou seja, aquela ligada à Oswald de Andrade, Raul Bopp, Sérgio Milliet, etc., forneceu elementos para o surgimento de uma literatura comprometida com as "questões sociais".

O que, portanto, se quer entender neste capítulo, em primeiro lugar, é o ambiente e o repertório literários, quem eram os sujeitos envolvidos, quais debates estavam colocados nas revistas especializadas, o que surgia como obra literária e como crítica literária. Junto à essa discussão, quais eram as maiores editoras, como funcionavam, quais eram as tiragens. Busca-se, portanto, delinear projetos literários, os quais possibilitaram a existência de uma literatura que pôde, com propriedade ou não, ser chamada de "comunista".

Em segundo lugar, trata-se de relacionar a influência dos debates literários e seus sujeitos na organização de frentes políticas, nas quais a manifestação pública de opiniões políticas revelam os compromissos com os destinos da nação assumidos por escritores e artistas, em associações explicitamente antifascistas e até mesmo na Aliança Nacional Libertadora (ANL), em 1935.

A hora era de definições, não havia espaço para meias palavras ou gestos duvidosos; comunistas, integralistas, católicos, trotskistas, liberais eram adjetivos invariavelmente utilizados por aqueles que se colocavam na esfera pública e que tinham a possibilidade de expressar suas opiniões em publicações especializadas ou de grande circulação.

Na medida em que o descobrimento da nação passava pela preocupação estética da produção literária de então, é necessário reconhecer e compreender como o repertório semântico comum das "questões sociais", ganhou contornos diferenciados que se manifestaram em conflitos de caráter estéticos e políticos.

2.1 - Consagração do ensaio e do romance como gêneros de intervenção

É possível encontrar nos trabalhos de historiadores, sociólogos e críticos da literatura a avaliação de que os anos trinta viveram uma "rotinização" das aspirações e inovações artísticas e literárias da década de 1920, em especial, das trazidas pelo movimento iniciado com a Semana de 1922. De Antonio Candido aos mais recentes trabalhos acadêmicos sobre o tema, o lugar comum é retomado e reforçado [1]. Mas impõe-se a pergunta: o que significou esta "rotinização"?

Se nos anos vinte, os intelectuais ligados ao modernismo buscavam, através do entendimento do passado colonial, entender quem eram os brasileiros e o Brasil; nos anos trinta o projeto é radicalizado a partir do sentimento generalizado entre os intelectuais de que não bastava só saber quem éramos, mas também o que seríamos.

Para responder à pergunta "o que deveríamos ou poderíamos ser como nação?" implicava, em primeiro lugar, uma reinterpretação do passado nacional - temática exaustivamente

---

[1] Antonio Candido de Mello e Souza, "A Revolução de 30 e a cultura", *Novos Estudos-Cebrap*, São Paulo, n.° 4, abril/1984, pp. 27-29. Angela de Castro Gomes, *Essa gente do Rio... Modernismo e Nacionalismo*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas Editora, 1999, pp. 28 e 29. Usa o texto de Candido acima citado para mostrar, não exatamente a "rotinização", mas sim como alguns participantes do movimento ingressaram no aparato governamental. Pedro Meira Monteiro, *A queda do aventureiro. Aventura, cordialidade e os novos tempos em* Raízes do Brasil, Campinas, Editora da Unicamp/Fapesp, 1999, pp.35-39.

debatida já nos anos vinte com o surgimento do movimento modernista, e, em segundo lugar, a elaboração de projetos do que se constituiria a nação. Nesse processo, correntes políticas foram se formando, chegando mesmo a serem formuladas no interior da crítica literária.

Segundo Candido, foram os "romancistas da geração de trinta" que inauguraram o "romance brasileiro". Com o surgimento do "romance regionalista" (norte e nordeste), tem-se a tentativa de integração nacional, enfrentando o problema das diferenças entre litoral e interior, moderno e arcaico, urbano e rural:

> "Ora, precedendo a obra dos políticos, dos economistas, dos educadores, a literatura, a seu modo colocou primeiro e encaminhou em seguida a solução do problema. A princípio, muito tímida e inconscientemente, fazendo lembrada a existência do homem rural, explorando-o como motivo de arte - motivo, por que não dizê-lo, de sabor quase exótico para o leitor das capitais. Foram as diferentes fases do regionalismo na literatura, que, oriundo, provavelmente, do indianismo e suas tendências regionais e campesinas, entrou a ponderar no romance com Bernardo Guimarães e Franklin Távora e invadiu a ficção no primeiro quarto deste século, tornando-se quase um movimento social com Monteiro Lobato." [2]

Concomitantemente, há uma valorização do "povo" e o tema do trabalhador rural aparece como "problema social" integrado à engrenagem da estrutura fundiária. Na busca pelo desmascaramento, pela crítica às injustiças sociais e de conhecer a realidade nacional ainda não "descoberta", os escritores enfatizam o aspecto documentário do romance [3].

Carlos Alberto Dória, partindo da mesma premissa de Candido, afirma que o regionalismo só prosperou no Brasil como elemento definitivo da cultura nacional a partir da integração da região na economia nacional e pela geração de escritores nordestinos publicados pelos editores cariocas. No entanto, Dória percebe um divisor de águas neste mesmo regionalismo: um que buscava na diversidade os elementos enriquecedores da nação, expresso na literatura de Jorge Amado, Graciliano Ramos e Rachel de Queirós; e outro que buscava na oposição ao nacional a singularidade

---

[2] Antonio Candido, "Poesia, documento e história", in: idem, *Brigada Ligeira e outros escritos*, São Paulo, Editora Unesp, 1992, pp. 45-46.

[3] Idem, "No aparecimento de Caetés", in: idem, *Ficção e confissão. Ensaios sobre Graciliano Ramos*, Rio de Janeiro, Editora 34, 1992, p. 96.

do regional, característico da obra de Gilberto Freyre e outros que trabalhavam com o conceito de folclore [4].

Na tentativa de desdobrar a discussão nos termos em que foram colocados no período, buscaremos, através do *Boletim de Ariel* e da *Revista Brasileira*, recuperar o debate como ele surgiu. A escolha do primeiro periódico especializado se deve por sua importância no cenário literário nacional, publicada no Rio e sendo uma revista mensal que, entre 1931 e 1938, exerceu grande atividade crítica e informativa [5] e pelos nomes que figuraram em suas páginas, tais como Gastão Cruls, Agripino Grieco, Jorge Amado, José Lins do Rego, Marques Rebelo, Oswald de Andrade, Raul Bopp, Lucia Miguel Pereira, Valdemar Cavalcanti, Tristão de Ataíde, Augusto Frederico Schmidt, Manoel Bandeira, Gilberto Amado e Rachel de Queiroz. E a escolha do segundo, ainda que fosse uma publicação de menor alcance de público, tinha pretensões, além das literárias, de análises políticas. Além disto, porque a mudança de cidade onde era editada, inicialmente no Rio e depois em São Paulo, entre 1934 e 1935, revelou os grupos literários aí envolvidos, sendo Samuel Wainer, Azevedo Amaral, Arthur Ramos, Jorge Amado, Luiz da Câmara Cascudo, Abguar Bastos, Anisio da Teixeira, etc.

Ao mesmo tempo, será preciso retomar alguns dos romances publicados no período e que, posteriormente, foram considerados exemplares para o que se chamou, como se fosse um movimento literário, "romance de trinta".

O primeiro romance de Jorge Amado, *O país do carnaval* (1931), coincide com a chamada revolução liberal e a chegada definitiva do autor ao Rio de Janeiro, num ambiente literário em que o regionalismo tornava-se tendência forte do modernismo com as publicações contíguas de *A bagaceira* e *O quinze*, de Rachel de Queiroz.

Vários estudos e autores, fazendo eco com a construção *a posteriori* do próprio autor a respeito de sua trajetória, demarcam, no entanto, a maturidade literária de Jorge Amado, a partir de 1935, com a publicação de *Jubiabá*. Mas, para os propósitos deste estudo, mais que entender o

---

[4] Carlos Alberto Dória, "Graciliano e o paradigma do papagaio", in: *Revista IEB - Dossiê Graciliano Ramos*, n.º 35, 1993, pp. 22-23.

[5] Antonio Candido, "No aparecimento de Caetés", in: idem: *Ficção e confissão. Ensaios sobre Graciliano Ramos*, Rio de Janeiro, Editora 34, 1992.

porque desta construção quase idílica de seu passado, precisamos entender como foi a recepção crítica de suas publicações.

Em relação ao primeiro romance de Jorge Amado, estão presentes alguns dos aspectos do modernismo. Já no título tem-se a carnavalização do caráter nacional que ora aparece de maneira irônica, ora de maneira pessimista. Os personagens tipificam sua interpretação sobre o povo brasileiro: Pedro Ticiano, velho jornalista, encarna a ironia como ataque às tradições da elite provinciana da Bahia e à cultura bacharelesca; Paulo Rigger seria um intelectual modernista, vivenciando a tensão causada por sua ideologia patriarcal herdada de sua origem social e sua formação burguesa adquirida na Europa. Desta forma, Jorge Amado parece compartilhar do pessimismo oriundo dos modernistas em relação ao caminho a ser seguido: Paulo Rigger, no final do romance, deixa o Brasil e volta para a Europa [6].

No prefácio à primeira edição de *O país do carnaval*, Augusto Frederico Schmidt, seu editor, compartilha da visão de Jorge Amado sobre o Brasil, expressa no romance:

> "É antes de tudo, um forte documento do que somos hoje, nós mocidade brasileira, mocidade sem solução, fechada em si mesma, perdida numa terra que nos dá a todo o momento a impressão de que sobramos, de que somos demais. [...] Seus personagens estão. E procuram. Não procuram apenas o sentido da pátria, da terra, mas procuram o sentido de si próprios. O país é apenas um ponto de referência. A pátria é sentida porque está ausente. [...] A grandeza do território e a ausência de uma raça com nitidez, com marca, a ausência de um povo para edificar e aproveitar essa herança do acaso, já nos está afligindo. É preciso, meu amigo, repetir sempre o nosso desespero pela nacionalidade, que o seu personagem, depois de tentar se integrar nela, abandona. [...] O movimento modernista [...] foi o movimento da afirmação do espírito. Mas esse movimento morreu e não nos diz hoje mais nada. Era errado desde o início, na direção que tomou. Eu vim desse movimento inteiramente. Você já não o conheceu, porque pôde analisá-lo. E só por isso, por esse pequenino nada, apartados por pouquíssimos anos não estamos na mesma geração. Há entre nós o silêncio desintegrador. O silêncio que não permite vivamos juntos as mesmas tragédias. [...] Seu personagem principal, que contém todos os

[6] Eduardo de Assis Duarte, *Jorge Amado: romance em tempo de utopia*, Rio de Janeiro, Editora Record, 1996, pp. 40-45.

outros viu uma luz, quando ia acabar. No alto da montanha, Cristo se iluminou para ele. Cristo é a chave e é a medida. [...]"

O poeta editor fornece ao escritor estreante todo o seu prestígio e, assim, essa avaliação do livro acaba dando o tom em outras críticas que apareceram posteriormente. Medeiros e Albuquerque, em artigo na revista *Vida Literária*, publicado em 1932 afirma que o livro é excelente. No mesmo ano, João Ribeiro, em artigo publicado no *Jornal do Brasil*, enfatiza o "pessimismo" encontrado no romance.

Marques Rabelo, outro renomado escritor e crítico, publicou suas impressões no *Boletim de Ariel*:

> "Coisa bem sabida, repito aqui: a característica da geração que surge é o máximo desprezo pela literatura, literatura no sentido pejorativo que atualmente se emprega. Jorge Amado [...] não foge a essa nítida característica, pois todo o seu romance é um combate aos tipos artificialmente intelectuais que acreditam na ação como consequente da cultura livresca (a pior, quase sempre sentimental, não raro mistificante) e de atitudes poéticas. [...] melhor romance do ano." [7]

Manuelito Dornellas, em nota no *Correio do Povo* (Porto Alegre), em 1931, já esboça as características singulares do romance, afirmando a presença do tema do nacionalismo, da influência do realismo pela expressão de sinceridade e, como Marques Rebelo, apresenta-o como "gênero de combate".

A idéia de que seu romance pertence à uma onda que vai avançando pela história da literatura também é concomitante à sua publicação. Heitor Marçal, em *O Bibliógrafo*, em 1932, já antecipa as comparações com o romance de Rachel de Queiroz e todos os de sua geração; ao mesmo tempo em que enfatiza a falta de preocupação em relação à forma do romance.

Estes aspectos são recorrentes entre os críticos do período. Em Octávio de Faria, em nota no jornal *A Razão*, em 1931, afirma:

> "[...] um romance de carne e de sangue, grande romance de verdade e de sentimento, que anda escandalizando os gramáticos e apavorando os defensores do pudor público, grande

---

[7] Marques Rebello, "O país do carnaval", *Boletim de Ariel*, n.º 4, janeiro/1932, p. 16.

perturbação no simplismo das classificações dos comunistas, causa de irritação para muitos, dadas as 'blagues', as faltas de bom gosto que explodem aqui e ali com a preocupação de usar palavras escandalosas e de fazer frases que são as únicas recordações que parecem ter ficado da co-autoria de 'Lenita'. [...] a falta de segurança filosófica das personagens, que discutem sem cessar todos os assuntos numa insistência que frequentemente perturba a construção do romance. [...] história apenas de uma geração 'inquieta', mas que por certos lados se parece muito com a dessa geração de 'possuídos', de 'desesperados' [...]"

E finaliza comparando *O país do carnaval* com *O quinze*, de Rachel de Queiroz. Esse permite esta comparação pelo tema da seca: no primeiro, a alma de Pedro Ticiano que seca, assim como, no segundo, a seca do norte tudo come e devasta.

Já é possível perceber as possibilidades para o reconhecimento tanto de um gênero literário especifico como literatura nacional e como o tema do nordeste se encontra na ordem do dia. Valdemar Cavalcanti, num artigo para o *Boletim de Ariel*, em meados de 1932, afirmava:

"A seca deste ano, de uma quase inédita intensidade dramática, está fornecendo material do bom para o romance nordestino. O trágico espetáculo da imigração sertaneja, com os seus aspectos de epopéia, espera pelo temperamento de escritor capaz de transformar esse elemento em bloco da desgraça humana em obra de arte. Capaz de fazer dessa harmonia da dor coletiva a massa para o grande romance 'nosso' e ao mesmo tempo universal. [...] Vale mais a seca, nesse ponto, como ação experimental de uma época calculando cronometricamente a duração de uma era social e digamos aritmeticamente a capacidade de simpatia humana de nosso povo." [8]

A seca e suas conseqüências sociais aparecem quase que como um aspecto exótico aos escritores, que podem, assim, fazer delas "material" de romance e poesia. Desta forma e nestes termos, os escritores da revista trataram do problema do "romance nordestino" [9].

O ensaio como forma de expressão da crítica literária cristaliza o repertório utilizado nas análises da ficção que ora surgia. Esse repertório aparece generalizado nas "questões sociais"

---

[8] Valdemar Cavalcanti, "A seca e o romance nordestino", *Boletim de Ariel*, n.° 10, julho/1932, p. 21.

[9] Ver, por exemplo, Saul Borges Carneiro, "A língua do nordeste", n.° 6, março/1934 e Peregrino Jr, "Apologia ao regionalismo", n.° 1, outubro/1934.

tematizadas pelo romance regionalista. *O país do carnaval* é singular neste sentido, porque é logo comparado a outros de autores do nordeste e a recorrência da afirmação da nova "geração" que surgia, tendo Jorge Amado à frente, impõe a idéia de um novo ciclo literário, como ponto de ruptura com a década de 1920 e a produção modernista daí.

O debate em torno da sociologia, segmento teórico que surgia com força no Brasil desse período, é demonstrativo de como a recepção crítica primava pelo surgimento de uma nova geração de escritores também na sociologia, reforçando a idéia da necessidade de um "novo ciclo literário". Miranda Reis, ainda em 1932, escreveu um artigo, no qual faz uma breve avaliação dos trabalhos sociológicos aparecidos nesse início de década no Brasil. Parte da visão de que, tanto na Europa como na América, tem-se vivido um mundo em crise, cuja instabilidade política e econômica em muito se agravara com os acontecimentos da Revolução de 1917 na Rússia. Desta crise, os "espíritos" tendem a solucionar a questão colocada da seguinte maneira: vivemos numa sociedade caduca e qual será a sociedade futura? Segundo ele, responder à tal questão é a tarefa dos sociólogos no Brasil e no mundo. No entanto, o que se percebe é algo bem diferente:

> "O Brasil, que já foi a terra dos poetas, é hoje, maiormente a partir da revolução de outubro, a terra dos sociólogos. 1930, 31, 32 têm sido, têm visto surgir à ufa, que nem tortulhos 'as maiores revelações sociológicas do ano'... Há os que ruminam Augusto Comte a vida inteira; há os que pregam as idéias de Sylvio Romero, idéias ele próprio declarou não serem suas, mas de Spencer, Le Play e Vacher de Lapouge (misture e mande!); há os que 'preparam à sociologia' e a batizam de católica, tal qual os comunistas (os extremos se tocam) quando descobrem uma ciência proletária; há os que, mais argutos, conseguem entender a 'sociologia' de Alberto Torres e, beneméritos, vulgarizá-la; há os que vêem fundo, os que logram ver, com os próprios olhos 'a realidade brasileira'; há, *last not least*, o sr. Pontes de Miranda...." [10]

Apesar de todas as críticas sofridas, a "sociologia" deveria se colocar o papel de modelar e formular o projeto de sociedade futura. Dois anos depois, no entanto, o livro *Evolução*

---

[10] V. Miranda Reis, "A sociologia no Brasil", *Boletim de Ariel*, n.° 12, setembro/1932, pp. 24-25.

política do Brasil, de Caio Prado Júnior, considerado de imediato um estudo sociológico, foi muito bem recebido pela revista. O autor do artigo é categórico:

> "Apesar de muito jovem, deu-nos o autor uma obra de fôlego. Não tememos afirmar que no Brasil, à exceção do *Mauá* de Marques Rebello, nada se escreveu ainda que se assemelhe. A segurança dos conceitos e a interpretação dos fatos históricos, denotam ser o autor um perfeito possuidor do método dialético-materialista, que maneja com desenvoltura. Incontestavelmente o sr. Caio Prado Júnior é um dos raros escritores nacional que assimilou perfeitamente a obra do maior gênio do século XIX, no dizer de Plakhanov, - Karl Marx." [11]

A começar pelo título do livro, *Evolução política...*, Prado Júnior define seu trabalho como uma interpretação materialista da história do Brasil e, por isso se coloca no campo teórico identificado com o marxismo.

Mas Caio Prado trabalha com a noção de classe social, buscando, segundo seu objetivo explícito, mostrar que na história do país a luta de classes sempre esteve presente. No Prefácio, adverte:

> "Quis mostrar, num livro ao alcance de todo mundo, que também na nossa história os heróis e os grandes feitos não são heróis nem grandes senão na medida em que acordam com os interesses das classes dirigentes, em cujo benefício se faz a história oficial [...]" [12]

Colocando-se em oposição ao que ele denomina história oficial, Prado Júnior se propõe interpretar a história do Brasil de um modo diferente. Em conseqüência, afirma, logo em seguida, que irá se alongar nas análises das *"revoluções da menoridade"* (a Cabanada, a Balaiada e a revolta Praieira), insistindo em fazer uma história que não seja a *glorificação das classes dirigentes*. Segundo ele, tais *revoluções* são analisadas pelos historiadores *"[...] apenas* [como] *a explosão de 'bestiais' sentimentos e paixões das massas."* [13]

---

[11] Raul Karacik, "A evolução política do Brasil", *Boletim de Ariel*, n.º 6, março/1934, pp. 158-159.

[12] Caio Prado Júnior, *Evolução Política do Brasil e outros estudos. Ensaio de Interpretação Materialista da História do Brasil*, 2a. edição, São Paulo, Editora Brasiliense, 1947, p. 7. O presente Prefácio se refere à 1a. edição (1933).

[13] idem, *ibid.*, pp. 7 e 8.

Quando analisa os momentos da *insurreição* (processo de Independência, 1822) e os sujeitos históricos envolvidos no processo, o autor explicita o que havia anunciado no Prefácio. Assim, ao mesmo tempo em que denuncia a exclusão sofrida pela maioria da população brasileira no período, incluindo os escravos, apresenta-os como sujeitos do processo:

> "São ainda as contradições de natureza étnica, resultando da posição deprimente do escravo preto, e em menor escala, do indígena, o que dá no preconceito contra todo indivíduo, mesmo livre, de cor escura. É a grande maioria da população que é atingida, e que se segue contra uma organização social que além do efeito moral, resulta para ela na exclusão de quase tudo quanto de melhor oferece a existência na colônia. A condição dos escravos é outra fonte de atritos. Não se julgue a normal e aparente quietação dos escravos (perturbada aliás pelas fugas, formação de quilombos, insurreições mesmo, por vezes) fosse expressão de um conformismo total. É uma revolta constante que lavra surdamente entre eles, e que não se manifesta mais porque a comprime todo o peso e força organizada da ordem estabelecida." [14]

Duas questões são importantes aqui e se relacionam com as interpretações posteriores do autor. Ainda que este texto tenha aberto as portas para um novo tipo de interpretação histórica no e do Brasil, já que levou em conta não só os heróis e grandes fatos das classes no poder da história oficial e colocou os negros (fossem escravos ou libertos) na condição de sujeitos históricos, trabalhando, assim, com conflitos entre classes [15], a autonomia deste sujeito histórico fica relativizada pelo pressuposto contido em sua interpretação. O autor, ao se utilizar de noções como *"marcha da história"* ou *"evolução histórica"*, avaliou que as lutas populares não vingaram, naquele período, porque o Brasil não estava preparado para elas, nem elas para o Brasil.

Ao mesmo tempo em que elegeu os setores que poderiam levar o país a uma transformação maior, argumentou a limitação política de tais setores:

---

[14] idem, *ibid.*, p. 91.

[15] Para uma discussão mais aprofundada sobre os caminhos teóricos e interpretativos abertos por Caio Prado Júnior, ver: Paulo Henrique Martinez, *A dinâmica de um pensamento crítico: Caio Prado Júnior (1928-1935)*, São Paulo, Tese de Doutoramento - Depto. História - FFLCH - USP, 1998; e Elide Rugai Bastos, "A sociologia nos anos 30", in: D'Incao, *op. cit.*, pp. 335 a 346.

"Quanto às camadas populares, elas não se encontravam politicamente maduras para fazerem prevalecer suas reivindicações; nem as condições objetivas do Brasil eram ainda favoráveis para sua libertação econômica e social." [16]

O significado de que as camadas populares não estavam *politicamente maduras* se relaciona com a interpretação que faz do passado sob a perspectiva presente de possibilidade de transformação social. Caio Prado, na sociologia, colocou em pé de igualdade as *camadas populares* e as *classes dirigentes*. Assim como ocorria na literatura de ficção, a "sociologia" inaugurada por Caio Prado fazia emergir um novo personagem na história do país.

2.2 - O romance social e a emergência do povo-personagem

O surgimento do povo-personagem como protagonista do romance social aparece na crítica literária de forma corriqueira. Agora, tentaremos entender esse aspecto através de alguns romances. Como afirmou o crítico, Carlos Alberto Dória, existe uma tendência nos estudos sobre o "romance de trinta" de tratar sua produção mais representativos desta tendência como capítulos singulares da história da literatura e materialização daquilo que foi chamado "romance social" [17]. Esta tendência confere uma dimensão externa ao próprio romance, portanto, será preciso tentar relativizar este aspecto, através da própria lógica interna da obra ficcional. Usaremos para este propósito os seguintes romances: *Caetés*, de Graciliano Ramos; *Os corumbas*, de Amando Fontes; *Menino de Engenho*, de José Lins do Rego; e *Cacau*, de Jorge Amado.

Ao mesmo tempo, o exame desses romances e sua recepção crítica nos revelam os aspectos de um projeto político no interior da própria criação, o qual redimensiona as definições da crítica e história literárias, que tende a enfatizar o "modernismo" (e suas fases) como marco inaugural,

---

[16] Caio Prado Júnior, *op. cit.*, p. 94.

[17] Carlos Alberto Dória, op. cit., p. 21.

ou seja, acima das questões políticas. Assim como, tende a despolitizar os aspectos dessa produção através da definição de quem fala, ou não, a linguagem do "Brasil Moderno".

Comecemos por Graciliano Ramos, pois em muito se assemelha ao tema de *O país do carnaval*, de Jorge Amado, no que diz respeito à influência modernista. O romance começa com uma crise moral/sentimental de João Valério (personagem principal e narrador), que de surpresa ousa beijar Luíza, esposa de Adrião, dono da Adrião Teixeira & Irmão, empresa na qual João exercia a função de guarda-livros.

O ambiente é a cidade de Palmeira dos Índios, cidade onde o autor viveu por algum tempo e foi o prefeito. Há, portanto, a caracterização de tipos daquele universo urbano (nordeste/cidade pequena e interiorana).

O romance pode ser caracterizado através de três aspectos principais. O primeiro revela a aparência da obra como crônica do cotidiano que, não obstante, se encontra sob o ângulo da verossimilhança. Outro aspecto é o tema do adultério, cujo desfecho se assemelha a *Dom Casmurro* de Machado de Assis, fim trágico, como um beco sem saída. O terceiro aspecto é a presença da dicotomia entre presente/passado, ou seja, o projeto de escrever um romance inspirado num fato histórico do século XVI (o naufrágio em costas alagoanas e dos índios caetés) e o amor do narrador-protagonista por Luiza.

O final da obra é revelador neste sentido, pois mostra que vai da autodefinição pessoal ao reconhecimento de nossas raízes nativas mais distantes, numa busca da "essência" que anula a distância entre o passado e o presente, entre o histórico e o contemporâneo. Mais que isto, na busca da identidade o contemporâneo é herdeiro do histórico; e Graciliano Ramos, ao projetar em João Valério nossas características nacionais, dando ênfase às nossa origens indígenas, aproxima-se do *Manifesto Antropofágico*, de Oswald de Andrade e de *Macunaíma*, de Mário de Andrade [18].

Retoma-se, portanto, a realidade nacional através dos recursos estéticos adensados pelo realismo e mesclados pelo naturalismo, através do uso de uma narrativa dentro da outra, uma esclarecendo a outra, assim como *A ilustre casa de Ramires*, de Eça de Queirós e *Hamlet*, de W.

---

[18] Ambos publicados em 1928.

Shakespeare [19]. Estas influências aparecem também na preocupação com a linguagem, mas aqui distanciando-se dos experimentalismos dos modernistas dos anos 20 e dos seus contemporâneos escritores nordestinos. Sua linguagem é culta e a construção do romance é elaborada em demasia, mostrando, mais uma vez, que a missão a que se propõe é estética [20].

Imediatamente após a publicação do livro, também pelo poeta-editor Augusto Frederico Schmidt, Valdemar Cavalcanti já vislumbrava o que críticos de agora repetem:

> "O realismo de Graciliano Ramos é exato na sugestão da vida e dos fatos; mas a sua capacidade de ser verdadeiro e convincente decorre da dimensão estética , caracterizada como 'rara condensação' da escrita, ou a 'densidade do descritivo'. Portanto, trata-se de uma fotografia extremamente seletiva a transfiguradora, que se resolve na capacidade de representar os aspectos significativos que constituem a 'força íntima' dos fatos, isto é, os aspectos que funcionam porque se tornaram material artisticamente estilizado." [21]

Antonio Candido, em seu livro *Ficção e confissão*, vai na mesma direção. No prefácio, afirma que Graciliano já era um romancista singular entre os 'romancistas do Nordeste', que nos anos trinta tinham conquistado a opinião literária do país [22].

A análise de Candido entende a trajetória literária de Graciliano em "etapas", na qual a experiência do autor se desdobra na "evolução" de sua obra. Em Caetés, enfatiza, em primeiro lugar, o estilo, cuja temática que contém parece um exercício do autor, uma espécie de preâmbulo. Diferencia-se dos outros romances publicados no mesmo ano do "surto nordestino", pelo cuidado com a linguagem e pelo equilíbrio do plano [23]. Estas características revelam a preocupação de Graciliano Ramos com um projeto literário de cunho mais estético, no entanto, é preciso lembrar que *Caetés* começou a ser escrito em 1925, momento de grande ascensão do movimento modernista de caráter

---

[19] José Aderaldo Castello, "Lusos & Caetés", *Revista IEB*, n.° 35/1993, pp. 36-39.

[20] Carlos Alberto Dória, op. cit., p. 27.

[21] Valdemar Cavalcanti, "O romance Caetés", *Boletim de Ariel*, n.° 3, 1933, p. 96.

[22] Antonio Candido, *Ficção e confissão,* São Paulo, Editora 34, 1992, p. 7.

[23] Idem, ibidem, pp. 13-14.

estético. Por isso, a diferenciação que põe em relevo aspectos estéticos desta obra com outras publicadas contemporaneamente diz mais sobre o momento em que ela começou a ser escrita do que quando foi publicada.

Estas são, segundo Candido e retomando outros críticos, características da ficção realista, cuja estrutura literária e concepção da vida predominam; e são também características do pós-naturalismo (pós-machado e anterior à trinta) que aparecem em outros autores como:

> "Imaginando torcer o pescoço ao que lhes parecia postiço e convencional, os sucessores adotaram a convenção de que a arte deve reproduzir o que há na vida de mais corriqueiro; e chegaram assim a um postiço avesso do que pretendiam liquidar, pressupondo na vida um máximo de pasmaceira que ela não contém, uma estagnação espiritual incompatível com a dinâmica inerente à mais rasteira das existências." [24]

Nesse romance, já se apresenta como característica predominante a descrição e a tendência à elipse psicológica, que aparecem na forma com a contenção e a síntese do estilo e no personagem-narrador, cuja narração em 1ª pessoa organiza os outros personagens, as cenas e a vida externa dependentes exclusivamente do narrador e de seu pensamento dominante: o amor por Luísa. Essa preocupação com um caso singular, um indivíduo, foi a forma encontrada, por Graciliano Ramos, de encarar a realidade.

A predominância do diálogo presta-se à síntese. Assim como o predomínio da ironia, que chega à beira do cinismo, em verdade se refere mais a um certo pessimismo ou a um realismo desencantado que foi incorporado por vários escritores no pós-naturalismo. [25]

Os escritores de Maceió, aos quais Graciliano Ramos se encontrava ligado eram José Lins do Rego, Rachel de Queiroz, Aurélio Buarque de Holanda, Valdemar Cavalcanti, Alberto Passos Guimarães, Raul Lima, Tomás de Santa Rosa, entre outros. Neste contexto e pela publicação de grande maioria das obras no Rio de Janeiro, então o principal centro editorial do país, várias leituras de Caetés emergiram.

---

[24] Idem, ibidem, pp. 14-15.

[25] Idem, ibidem, pp. 21-22.

A leitura de Santa Rosa, através da capa[26] que desenhou para a primeira edição do romance, é reveladora da identidade que possuíam os escritores e artistas da "roda literária" de Maceió. O fundo de tonalidade ocre sob João Valério (o narrador) ao centro, os índios caetés (tema) na parte superior e Luísa (o amor de sua vida) no canto inferior direito, criaram um espaço dividido em dois níveis, no qual o artista registrou o movimento do romance:

> "O narrador João Valério luta em vão para contar no nível da fantasia a história dos índios, enquanto sem querer vai construindo, no nível da realidade , o relato do que era a sua experiência de vida. O romance vivido engole o romance projetado; e os índios ficam apenas como símbolo que o final do livro revela, quando o narrador sente, e nos faz sentir, que eles estão dentro de cada um, porque são o limite selvagem de todos." [27]

A leitura é ambígua, pois os índios poderiam ser, porque pairam acima de João Valério, além do tema projetado, o símbolo da alma selvagem do narrador. Voltamos aí à busca pelo passado. O índio como aquilo que há de mais durador no caráter do povo brasileiro.

Aurélio Buarque de Holanda, em artigo para o *Boletim de Ariel*, assinala que o aspecto de *Caetés* que mais chama a atenção é a 'concisão', cujo lado negativo é expresso na falta de entusiasmo, na falta de 'vibração que arrasta o leitor para dentro da obra' [28]. Quando analisa os personagens, constata em *Caetés* uma:

> "[...] opção franca pelos simples e ignorantes, a que corresponde a rejeição dos 'sabidos', os cultos; salvo no tocante a Luísa, que embora requintada é favorecida pela visão do autor, enquanto o narrador-protagonista, João Valério, não passa de um medíocre sem relevo, tomado por duas obsessões: os índios sobre os quais quer escrever um romance, e Luísa, que desperta nele uma paixão violenta, mas sem grandeza." [29]

---

[26] Imagem 7: Reprodução da capa da 1ª edição do romance Caetés (1933), de Graciliano Ramos, assinada por Santa Rosa. In: Antonio Candido, *Ficção e confissão*, op. cit.

[27] Antonio Candido, ibidem, p. 94.

[28] Aurélio Buarque de Holanda, "Caetés", *Boletim de Ariel*, n.º 5, fevereiro/1934.

[29] Antonio Candido, *Ficção e confissão*, cit., p. 100.

Retomamos, assim, a emergência do povo-personagem como uma das principais característica do que acabou sendo chamado de romance social.

Com o romance *Menino do Engenho*, novela de memórias infantis da vida rural nordestina, de José Lins do Rego, reaparecem os mesmos termos da crítica literárias. Valdemar Cavalcanti, também em *Boletim de Ariel,* reafirma a força do realismo, tão em voga no período:

> "Do menino de engenho, posto desde cedo ao contato das mais acres realidades do mundo, sujando a sua pureza de alma com as lições de coisas da natureza abrindo caminho para os verdadeiros instintos (o sexo cresce então mais do que as pernas e os braços, para usar de uma intensa expressão do autor), pinta José Lins do Rego uma vida com muito colorido, muita força de realidade." [30]

Diz Cavalcanti que, diferenciando-se de outros romances do gênero, Lins do Rego sabe tornar o ambiente, a natureza, a força do documento, integrando-a na narrativa, não como o pano de fundo, mas como parte do "testemunho atmosférico". Ao mesmo tempo em que, como outros romances contemporâneos, retoma a vida "dos que sofrem e as gentes dessas zonas açucareiras".

Gastão Cruls, editor do *Boletim de Ariel*, usou suas palavras para receber o primeiro romance de Lins do Rego. E o fez enfatizando o estilo e a linguagem utilizados pelo autor:

> "O que mais nos agrada nesse livro é a maneira clara e despretensiosa com que tudo isso [a vida de um menino num engenho nordestino] é narrado, sem arrebiques de estilo e a preocupação dos adjetivos, sem torneio de períodos e a balofa retórica da nossa falsa literatura." [31]

Nesse sentido, ele liga-se ao segundo romance de Jorge Amado, *Cacau*. Considerado como um "documento impessoal", Eduardo de Assis Duarte afirma que tal romance expressa a meta principal de Amado: "escrever para o povo". Neste sentido, adotando uma linguagem marcada pela oralidade:

> "[...] na qual o coloquial vem a ser o grande traço distintivo de um estilo cujo fim primordial é o de recuperar as várias modalidades dos falares populares que o romance brasileiro fora até

---

[30] Valdemar Cavalcanti, "Menino de Engenho", *Boletim de Ariel*, n.º 9, junho/1932, p. 19.

[31] Gastão Crusl, "Menino de Engenho", *Boletim de Ariel*, n.º 1, outubro/1932, p. 14.

então incapaz de incorporar, ou o fizera de modo excessivamente estilizado. [...] em que a dureza da 'língua errada do povo' equivalesse, de modo isônomo e verossímil, à igual dureza das situações retratadas, para atingir, assim, a representação na narrativa." [32]

Assim, mais uma vez aproxima-se a criação literária de Amado ao experimentalismo modernista, na sua singularidade de pertencer ao movimento regionalista.

Luís da Câmara Cascudo, em *A república* (Natal), numa nota publicada em 1933, enfatiza a preocupação popular de Amado:

"[...] Livro de tese, prefixa do determinado, com a mira imóvel ante um tiro infalível. São páginas que se popularizarão porque revelam a vida hedionda de uma população esquecida dos governos e subjugada à voracidade dos coronéis e capitalistas bestiais. [...]"

Na mesma direção, Alves Ribeiro, no *Diário de Notícias* (Salvador), em 1933, afirma:

"[...] Romance, panfleto ou poema? Cacau tem um pouco de tudo isso, já se disse com acerto. Mas é, acima de tudo, um poema. Poema bárbaro e irrealizado, que nos faz meditar um pouco sobre a beleza ignorada daqueles recantos semi-lendários e daquelas almas semi-bravias. [...] Ele nos dá a conhecer um pedaço inédito do Brasil, inaugurando o ciclo de uma cultura inteiramente nova, que ainda não achara até então, a sua expressão literária, como a da cana de açúcar, por exemplo, que já nos deu tantas páginas inesquecíveis, desde as de Joaquim Nabuco às de José Lins do Rego no menino de Engenho. [...]"

João Cordeiro, em *Sudoeste* (Bahia), também em 1933, repete o mesmo repertório:

"[....] Cacau, repetimos é um livro de combate. Lendo-o, não se sente ali a piedade burguesa pelos humildes com que certos escritores procuram engodar a boa fé dos proletários. Os alugados desfilam ante os nossos olhos, levando nas faces maceradas pelo sofrimento os estigmas todos de uma revolta em estado latente. [...] o cacau encontrou enfim o seu romancista. O seu romancista e o seu poeta, porque cacau não é só romance, é também poema.. um poema de ritmo bárbaro, extraordinário e grandioso, que Santa Rosa, misto de poeta, escritor e desenhista, magicamente ilustrou."

---

[32] Eduardo de Assis Duarte, *Jorge Amado: romance em tempo de utopia*. Rio de Janeiro, Editora Record, 1996, p. 12.

Retoma-se, aqui, a leitura de Santa Rosa também para o segundo romance de Jorge Amado [33]. Tomas Santa Rosa Júnior nasceu em João Pessoa em 1909 e faleceu em 1956, em Nova Delhi. Aos 12 anos pintava estandartes religiosos. Em 1932 mudou-se para o Rio de Janeiro e, animado por Portinari, dedicou-se à pintura. Foi grande incentivador do teatro, tendo fundado o grupo 'Os comediantes'. Em 1933, já emprestava às editoras comerciais seus desenhos e ilustrações. Foi o "ilustrador oficial" dos romancistas do nordeste [34].

A crítica de Odilo Costa, para o *Jornal do Comércio*, publicada em 1933, sobre *Cacau*, é bastante significativa para demonstrar como o debate crítico estava carregado de nuanças ideológicas:

> "[...] Não comparo este livro de propósito ao *Menino de Engenho* (José Lins do Rego), a *O Quinze* e *João Miguel* (Rachel de Queiroz), aos outros livros que não se poderia aproximar da técnica de Jorge. Ali há tipos, há terra dominando os homens, há mesmo o cheiro dos banguês, dos engenhos e dos tanques, porém não existe este desespero, esta ânsia, esta vontade de sair. Não acho jeito de entrar no livro. Porque este Jorge Amado fez coisa tão pouco literária que qualquer outro não faria. Cacau não é um romance proletário: é um clamor humano de desespero. [...]"

E, para finalizar, a crítica de Octavio de Faria, mostra como a comparação no debate crítico entre as obras de Jorge Amado, *Cacau* e Amando Fontes, *Os corumbas*, possibilitou o início de um divisor de águas que durará toda a década de trinta. Comparando os dois, Octávio de Faria afirma que, quanto á temática:

> "Na verdade, a burguesia não teve sorte com nenhum dos três [inclui-se *Serafim Ponte Grande*, de Oswald de Andrade]. Mas, enquanto o sr. Amando Fontes, numa grande fidelidade à sua função de romancista, apresenta apenas o que viu, o que lhe parece ser a vida proletária em Aracaju, sem nada forçar em benefício do seu credo pessoal, os outros dois, esquecidos do

---

[33] Imagem 8: a 1ª é uma reprodução, em preto e branco, da capa da 1ª edição do romance *Cacau*, 1933, assinada por Santa Rosa. In: vários autores, *Jorge Amado: 30 anos de literatura*, São Paulo, Livraria Martins Editora, 1961; a 2ª é a reprodução de ilustração interna da 1ª edição do romance *Cacau*, 1933, assinada por Santa Rosa. In: Jorge Amado, *Fotobiografia*, Rio de Janeiro/Salvador, Edições Alumbramento/Livroarte Editora, 1986.

[34] in: vários autores, *Martins. 30 anos*, São Paulo, Livraria Martins Editora, 1967, p. 334.

papel que devem desempenhar, põem os seus romances ao serviço de uma corrente social, para denunciar com o sr. Jorge Amado, para destruir e borrar de preto com o sr. Oswald de Andrade." [35]

Aqui, tem início os confrontos causados pelas opções estéticas dos escritores, as quais ganham contorno e forte apelo ideológico. O realismo, como corrente literária quase hegemônica no período, aparece no estilo predominante de descrição do cotidiano, a qual a obra ficcional se entrega à busca da realidade da vida (José Lins do Rego com o "menino de engenho", Jorge Amado com os trabalhadores das fazendas cacaueiras, e Graciliano Ramos com os índios caetés).

A opção pela descrição da vida cotidiana dos "simples" em detrimento da burguesia não é só uma necessidade estética do realismo, é a busca ética pelo caráter do povo brasileiro. Nesse sentido, a vida cotidiana aparece na obra ficcional como metáfora da realidade nacional.

2. 3 - Uma tentativa de diferenciação: o romance proletário

Esse ambiente e repertório comuns, no qual críticos literários e escritores de ficção apoiaram suas produções, mesclados à certa simpatia gerada pelas possibilidades de transformação social que imprimiam à União Soviética, forneceram os elementos para o surgimento de uma literatura que tentava também se apoiar nos debates e na produção romanesca que lá ocorria. Retoma-se, aqui, a discussão iniciada no último item do capítulo anterior, na qual indica-se que a influência dos debates sobre a arte proletária soviética deu-se entre os nossos escritores através, principalmente, de escritores e artistas franceses que se organizaram em torno do surrealismo e do movimento antifascista ligados ao Partido Comunista Francês.

Obviamente, essa influência não foi gerada por um grupo hegemônico de escritores franceses, por isso vale a pena levar em conta como os debates estavam ocorrendo tanto na União Soviética como na França.

---

[35] Octávio de Faria, "Jorge Amado e Amando Fontes", *Boletim de Ariel*, n.º 1, outubro/1933, pp. 7-8.

As relações entre o governo soviético, os intelectuais e a produção cultural no imediato pós-revolução pautou-se pelo problema político a ser resolvido pelo novo governo: a organização do trabalho. Ao mesmo tempo, a ameaça de guerra civil, a miséria causada pelos anos de guerra e a necessidade de consolidação no poder, levaram os bolcheviques a controlarem os debates públicos de qualquer espécie, inclusive os ligados à cultura. Os intelectuais que aderiram ao novo grupo no poder colocaram-se à disposição do governo e passaram a viver em situação semelhante ao do conjunto da população urbana.

Alexandr Bogdanov (1873-1928), teórico marxista russo de importância semelhante à de G. Plekhanov e A. Lunatcharski, foi, provavelmente, o primeiro a definir teoricamente "cultura proletária" [36]. Ao lado dos social-democratas desde o início do século, o escritor russo imprimiu ao termo um significado que pensava na formação de um novo homem para a sociedade socialista. Assim, quando da revolução de outubro, viu a possibilidade real de experimentação de sua teoria. Poucos meses antes de outubro, fundou a organização cultural *Proletarskaia Kultura* (Cultura Proletária), que ficou mundialmente conhecida como Proletkult.

Em setembro de 1918, ocorreu a I Conferência Pan-Russa das Organizações Culturais Proletárias, na qual foi defendida majoritariamente uma definição de "cultura proletária" que se opunha completamente à "cultura burguesa", enquanto a primeira deve ser coletivista e monista e segunda é individualista e anárquica [37].

Até 1924, o Proletkult viveu seu momento de apogeu, contando com um número de membros semelhante ao de filiados ao Partido Comunista. Mas, desde 1921, o Proletkult enfrentou o difícil debate com Lenin que defendia a "revolução cultural" em contraposição à "cultura proletária". Este debate também foi enfrentado pelos membros da LEF (Frente dos Escritores de Esquerda) e pela

---

[36] Jutta Scherrer, "Bogdanov e Lenin: o bolchevismo na encruzilhada", in: Eric Hobsbawm, *História do marxismo. O marxismo na época da II Internacional - 2ª Parte*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1986, pp. 189-242. Vittorio Strada, "Da 'revolução cultural' ao 'realismo socialista'", in: Eric Hobsbawm, *História do marxismo. O marxismo na época da III Internacional: problemas da cultura e da ideologia*, Editora Paz e Terra, 1987, item 3 - Bogdanovo e a 'recomposição do homem'", pp. 120-129.

[37] Vittorio Strada, idem, p. 129.

RAPP (Associação dos escritores Proletários Soviéticos), onde se incluía o poeta Maiakovski, os contrutivistas e os futuristas russos.

Em 1925, a presença do então Partido Comunista Russo (bolchevique) é ainda pequena entre os intelectuais e é pequeno o controle sobre a produção cultural. Diante deste quadro, nesse mesmo ano, a reunião da Seção de Imprensa do Comitê Central definiu medidas importantes no controle da produção cultural, em especial, a literária, submentendo o Proletkult e o I Congresso dos Escritores Proletários que acabava de acontecer, às diretrizes do Comissariado para Instrução Pública, então dirigido por Lunatcharski.

A partir de 1925 e com a publicação do documento do Comitê Central, "Sobre a política do Partido no campo literário", a intervenção e controle do partido sobre o campo cultural é cada vez maior. Assim, arte e cultura na União Soviética se tornam instrumentais para a vitória da causa proletária, a qual era imaginada como inevitável. Com esse fim, a revolução cultural leninista deveria pautar-se no realismo, o qual deveria descrever a realidade e expressar claramente valores morais e políticos da nova sociedade [38]. Assim, até o I Congresso dos Escritores Soviéticos, não mais escritores proletários, em 1934, a concepção de Lênin sobre a revolução cultural será predominante e a partir de 1927, com as resoluções da Internacional Comunista, de "classe contra classe" o controle político sobre a literatura já é sentido [39].

A arte e a literatura proletárias na França aparecem de modo mais sistemático a partir de 1926. Até meados da década de 1920, as atividades do PCF concentraram-se em sua organização interna e as atividades culturais estão em segundo plano, mesmo com o jornal *L'Humanité* sob o controle do PCF desde 1920. No entanto, algumas publicações de escritores não comunistas mas próximas ao PCF, como a *Clarté* (fundada em 1919) e *Europe* (fundada em 1921), levam aos franceses a discussão sobre arte e cultura proletárias.

---

[38] Harold Swayze, *O controle político da literatura na URSS. 1946-1959*, São Paulo, Dominus Editora, 1965, p. 19.

[39] Jean-Pierre A. Bernard, *Le Parti Communiste Français et la question littéraire. 1921-1939*, Grenoble, Presses universitaires de Grenoble, 1972, p. 35.

Nestes anos, grande parte dos intelectuais próximos ou filiados ao PCF vinham de uma geração de humanistas e pacifistas que foi contra a I Guerra Mundial, alguns vinham de mais longe, tendo participado do Caso Dreyfus, ao lado de Zola, no final do século XIX.

Outro grupo, no entanto, participou do debate e influenciou de forma decisiva os escritores brasileiros. Os surrealistas, em especial, os ligados a André Breton, aproximaram-se do PCF durante a guerra de Rif, no Marrocos, em 1925. Vindos do grupo Dada, fundado pelo poeta romeno Tristan Tzara, romperam com ele em 1922 e em 1924 publicaram o *Manifesto Surrealista* assinado por Breton. Nesse período, publicavam a revista *La Révolution Surréaliste* que passou a chamar *Le Surréalisme au service de la Révolution* quando muitos de seus membros aproximaram-se do PCF.A revista *Clarté* também publicava agora artigos dos escritores surrealistas Breton, Louis Aragon, Paul Éluard e Benjamin Péret [40].

Ao ingressarem no PCF, vários surrealistas passam a militar em células de bairros e colaboram com periódicos ligados ao partido. A situação, em especial, de Breton e Paul Éluard foi ficando cada vez mais insustentável no interior do partido, que já começaram a recusar as tarefas que lhes eram designadas, como no caso de Breton quando lhe pediram que escrevesse um informe sobre a indústria petrolífera na Itália e ele se negou. Já estamos no início dos anos trinta e outros escritores, no entanto, deixam o movimento surrealista, optando pela militância exclusiva no PCF, como foi o caso de Aragon, Georges Sadoul e Pierre Unik.

Em 1933, Breton e alguns surrealistas ligados a ele foram expulsos do PCF porque se opuseram ao espírito pacifista e de frente única que inspirava o movimento Amsterdam-Pleyel [41]. Aragon e Romain Rolland, a partir daí, tornaram-se os principais intelectuais do PCF para o mundo exterior, defensores e propagandistas das medidas estalinistas. Enquanto isso, Breton aproxima-se de Trotski.

---

[40] David Caute, *El comunismo y los intelectuales franceses. 1914-1966*, Barcelona, oikos-Tau Ediciones, 1967, pp. 114-115.

[41] Ver item 3 do Capítulo 1.

A ruptura dos surrealistas franceses com a linguagem formal, ainda na década de 1920 [42], foi o elo de ligação com os escritores brasileiros, assim como artistas franceses implementaram a ruptura com o academicismo nas artes plásticas, como Picasso e Léger, influenciaram os modernistas brasileiros [43].

Ao mesmo tempo em que obras literárias soviéticas chegavam ao Brasil através das traduções francesas, espalhando pelo mundo uma certa concepção literária. O movimento dos intelectuais antifascistas da França, de alguma maneira ligado às organizações comunistas, tornava-se internacional, influenciando, como já afirmado, a criação de entidades semelhantes em outros lugares do mundo.

Entre as obras de literatura de ficção dos soviéticos traduzidas do francês e publicadas no Brasil, no começo dos anos vinte, estavam *As aventuras de Julio Juarenito*, de Ilya Ehrenburg; *A derrota*, de Alexander Fadaiev; *Os libertos: romance da Rússia contemporânea*, de Daniel Fibitch; *Cimento*, de Fedor Gladkov; *O amor em liberdade*, de Leo Goomilevski; *O soviet em Marte*, de Alexei Tolstoi e *Beco sem saída*, de V. Vieressaief.[44]

Podemos ressaltar, no entanto, a publicação de obras de Máximo Gorki, que era, então, o maior expoente da literatura soviética no país. Pela Editorial Calvino, foram publicados *Uma confissão* e *A mãe*, ambos em 1932; pela Editorial Paulista, *Os degenerados*, em 1934; pela Civilização Brasileira, *O espião*, em 1934; e pela Cultura, *Konovaloff*, em 1931. Este último romance foi publicado como parte da coleção *Biblioteca de autores russos* que a editora acabava de inaugurar, numa demonstração explícita do interesse editorial em relação a esta literatura.

---

[42] Fulvia M. L. Moretto, "Os arcanos da poesia surrealista", in: idem, *Letras francesas. Estudos de literatura*, São Paulo, Editora Unesp, 1994, pp. 88-89.

[43] Carlos Zilio, "O estilo modernista na obra de Tarsila, Di Cavalcanti e Portinari", in: idem, *A querela do Brasil. A questão da identidade da arte brasileira: a obra de Tarsila, Di Cavalcanti e Portinari*, Rio de Janeiro, Funarte, 1982, pp. 78-118.

[44] Respectivamente: tradução de Mauro Rosalvo, Rio de Janeiro, Cia. Civilização Brasileira, 1932;Tradução de Hélio de Andrade, São Paulo, Editora Sabrania, 1931. Coleção Aurora, São Paulo, Editora Unitas, 1934.Também da Coleção Aurora, São Paulo, Editora Unitas, 1933. Prefácio de Victor Serge. Tradução revista por Galeão Coutinho, São Paulo, Livraria Cultura Brasileira, 1934.Rio de Janeiro, Editora Calvino, 1933. Tradução de Alexandre Wainstein e Galeão Coutinho, São Paulo, Editorial Pax, 1931.

Entre os escritores de outras nacionalidades que se inspiraram na literatura soviética, ou assim foram considerados pela crítica brasileira, e estavam sendo publicados aqui encontramos *Passageiros de 3ª*, de Kurt Klaber; *A condição humana* e *Os conquistadores*, de André Malraux; *A filha da revolução*, de John Reed; *Feriado Romano* e *Petróleo*, de Upton Sinclair [45].

Deste último grupo, chamou a atenção da crítica literária brasileira o romance *Judeus sem dinheiro* (1930), do norte americano Michael Gold[46], cuja 1ª edição traduzida no Brasil data de 1932, que poucos anos depois se tornaria um dos principais colunistas do *Daily Worker*, jornal do Partido Comunista Americano.

A edição era da Editorial Pax e sua tradução foi feita por Cid Franco, tendo uma segunda edição organizada pela Cultura Brasileira, dois anos depois, mantendo a mesma tradução, na qual se incluiu o prefácio de Jayme de Barros.

Genolino Amado foi quem anunciou a edição brasileira do romance, em *Boletim de Ariel*. O crítico o compara a Dostoievski, pelo humanismo carregado que aparece no romance:

> "Um menino israelita criado num bairro miserável de Nova Iorque; educado na rua sórdida de East Side, convivendo com bandidos e bêbados, mulheres perdidas e crianças tuberculosas; aspirando o acre cheiro da pobreza proletária e pressentindo, desde cedo, o drama da vida que o esperava quando crescesse; esse menino desenvolve-se, briga nas ruas, rouba laranjas, vende jornais, sofre e passa fome e de tudo isso faz um grande livro, um livro de beleza e de heroísmo, que é uma redenção e uma vingança." [47]

---

[45] Respectivamente: Tradução de Galeão Coutinho, São Paulo, Editorial Pax, 1932. O primeiro numa tradução de Livio Xavier, São Paulo, Editorial Unitas, 1934 e o segundo numa tradução de Heitor Moniz, Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1935. Tradução de Newton Freitas, Rio de Janeiro, Editora Adersen, 1934. O primeiro traduzido por Afonso Várzea, Rio de Janeiro, Editora Flores e Mano, 1933 e o segundo traduzido por J. A. de Moraes, Rio de Janeiro, Minha Livraria, 1934.

[46] Michael Gold (Itzok Isaac Granich) nasceu na cidade de Nova Iorque, em 1894, numa família de imigrantes judeus. Em meados da década de 1910, colaborou com jornais socialistas como *Masses* e *Call*. Quando os EUA entraram na I Guerra Mundial, em 1917, sua posição política foi contrária, indo para o México e retornando somente no início da década de 1920. Desde então, participou de várias publicações de esquerda, chegando a fundar, com seu amigo John Sloan, *The Liberator*. Mais tarde foi membro do Partido Comunista Americano, sendo um dos mais importantes editores do jornal *Daily Worker*. Morreu em 1967. In: http://www.spartacus.schoolnet.co.uk/USAgold.htm.

[47] Genolino Amado, "Judeus sem Dinheiro", *Boletim de Ariel*, n.º 10, julho/1932, p. 4.

Dois meses depois, *Judeus sem dinheiro* reaparece nas páginas de *Boletim de Ariel*, num artigo intitulado "Literatura Proletária". Heitor Marçal comenta as leituras que acabava de fazer do romance de Gold, de Kurt Klaber (*Passageiros de 3ª*) e outra publicações "fomentadas pela Associação Russa dos Escritores Proletários". Compara-as ao romance *Uma vida*, do escritor russo do século XIX, Anton Tchecoff, afirmando que nenhum havia conseguido a força realista deste:

> "É que nenhum desses livros conseguiu o milagre operado por *Uma vida*: uma piedade muito humana por essas vidas em petição de miséria que enchem o mundo atual. Isso não importa em dizer que essa literatura operária 'livre as tradições e influências burguesas', frase que eu tomo de empréstimo a um escritor francês porque a define bem, não esteja produzindo seus frutos. O romance mesmo, quer como técnica, quer como expressão de vida, vai auferindo os seus lucros, passando de cópia à fotografia..." [48]

Mas indica, como boa literatura proletária brasileira, o romance de Lauro Palhano, *O gororoba: cenas da vida proletária no Brasil*. Esse livro, que havia sido publicado no ano anterior por uma pequena editora carioca chamada Terra do Sol, contava a história de um aprendiz de ferreiro que acaba virando jurista. Como o enredo se desenrola por várias cidades nordestinas, indo para o norte e depois para o Rio de Janeiro, possibilitou ao autor o uso do subtítulo. Ainda segundo o artigo, não havia nos "prelos indígenas" nenhuma obra desse tipo que fosse digna de leitura.

Três meses depois da publicação deste artigo, *Boletim de Ariel* publica um artigo intitulado "Literatura e Revolução", cujo motivo era o livro do russo V. Polonski, *La literatura rusa de la época revolucionaria* [49]. Logo no início, informa o leitor que o semanário parisiense *Les Nouvelles Littéraires* organizou uma enquete literária, publicada entre agosto e setembro de 1930, sobre literatura proletária ("littérature prolétarienne"), entre os escritores franceses.

Desta enquete, o crítico brasileiro destaca duas posições: a daqueles que reclamam por uma literatura burguesa e a daqueles que até se consideram *ouvrier littéraire*. Mas afirma que, entre

---

[48] Heitor Marçal, "Literatura Proletária", *Boletim de Ariel*, n.° 12, setembro/1932, p. 19.

[49] Este livro acabava de ser publicado pela Editorial España, em Madri, cuja tradução foi feita por Andrés Nin.

os que se colocam de um lado e os que se colocam do outro, nada mais fazem do que se combaterem mutuamente, um negando o outro. E, afinal, pergunta se há ou não uma literatura proletária.

Propõe uma resposta que passa, em primeiro lugar, por uma análise da literatura soviética, já que é nela que se inspiram os defensores de uma literatura proletária. No entanto, afirma que esta ainda não pode ser classificada como tal, porque:

> "Os elementos proletários na literatura crescerão à medida que o proletariado passará pela fase de aprendizagem, de *revolução cultural*, serão predominantes na fase final do período transitório, nas vésperas do regime comunista. Até lá, haverá elementos criados pelos camponeses e pela intelectualidade revolucionária." [50]

Baseado nas análises e informações de Polonski, o crítico brasileiro nos indica que, apesar da literatura soviética ainda não ser uma literatura proletária, ela já oferece novos aspectos, mesmo sem nos dizer quais são. Acrescenta a isto, o problema do acesso dos brasileiros à produção literária contemporânea, sendo que muito do que era sabido vinha da França.

Sabe-se, no entanto, agora que a tarefa dos escritores soviéticos é, "de acordo com os ensinamentos de Lenin", apoderar-se do conhecimento da literatura passada, reelabora-la nos termos da classe operária, sem artifícios e com senso crítico. Assim, entende-se a literatura como um movimento, não de rompimentos radicais, mas de sucessivas evoluções. Por fim, avalia essa literatura "comprometida":

> "Essa literatura, tão aplaudida e condenada, que é a literatura dos tempos turbulentos que vivemos, é de luta de classes, mais ou menos revolucionária. É fornecida com o rótulo de proletária pela natureza do assunto tratado. Meio proletário... Nem mesmo é feita de indivíduos saídos dele ou que o conheçam bem. Isso, principalmente, no que se refere, à nossa literatura proletária. [...] O que existe, agora, é a velha literatura burguesa, e nós, escritores comprometidos com o proletariado, a usamos a serviço da revolução proletária."

É incrível como longe do processo de proletarização ocorrido no interior do PCB, os escritores simpáticos ao comunismo e à União Soviética tentaram fazer do "romance proletário" parte da discussão estética em que estavam envolvidos.

---

[50] Idem, ibidem. Grifos meus.

De outro ângulo, a revista *Festa*, em sua segunda fase, que contava com a participação de Tristão de Ataíde, Andrade Muricy, Ronald de Carvalho, Jorge de Lima e Ribeiro Couto - expoentes da corrente literária católica, incorporava o romance regionalista em seus artigos e informes literários e enquanto há elogios aos trabalhos de José Lins do Rego, José Américo de Almeida e Lúcio Cardoso, há severas críticas ao engajamento político explícito as obras de Jorge Amado e Graciliano Ramos, consideradas carregadas de excesso de piedade e simpatia.[51]

No segundo romance de Jorge Amado, *Cacau*, delineia-se esta simpatia e este comprometimento dos quais falam as revistas *Boletim de Ariel* e *Festa*.

O lançamento de *Cacau* teve grande repercussão entre os críticos literários e, também, entre a polícia carioca que o apreendeu. Mas por intervenção direta de Oswaldo Aranha (então, Ministro do Exterior) foi liberado 24 horas depois. Além das discussões pelas quais passava a "literatura proletária" no Brasil, a apreensão do livro contribuiu com o sucesso de vendas: a primeira edição, de maio de 1933, contou com 2000 exemplares e se esgotou em um mês, tendo na segunda edição, julho-agosto de 1933, 3000 exemplares.

"Será esse um romance proletário?", com essa questão (ou dúvida?) o autor apresenta o romance. A narração do romance é entregue a um trabalhador das fazendas de cacau, de nome Sergipano. Ao investir Sergipano de habilidades literárias, Jorge Amado reafirma a missão a que se propôs em seu primeiro romance: guiar e conscientizar o *povo*, mostrando, agora, a este o caminho para fugir da ignorância e da miséria das fazendas cacaueiras. Jorge Amado, neste sentido, usa da suposta prerrogativa de *dar voz* ao *proletário*, para, no entanto, falar por eles.

Sergipano ganha habilidades literárias quando vai para o Rio de Janeiro e se torna um *operário tipógrafo*, como esclarece nas últimas páginas do romance:

> "Não é um livro bonito, de fraseado, sem repetição de palavras. É verdade que eu hoje sou operário tipógrafo, leio muito, aprendi muita coisa. [...] Demais não tive preocupação literária

---

[51] Angela de Castro Gomes, *Essa gente do Rio... Modernismo e nacionalismo*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas Editora, 1999, p. 74.

ao compor essas páginas. Procurei contar a vida dos trabalhadores das fazendas de cacau. [...] Um dia talvez eu volte às fazendas de cacau. Hoje tenho alguma coisa a ensinar." [52]

A trajetória de Sergipano, que culmina com sua ida ao Rio de Janeiro para lá tornar-se tipógrafo, o que o habilita a ensinar outros trabalhadores, inicia-se com a narração de sua infância. Aqui, a percepção do personagem indica a existência de dois mundos diferentes, os patrões e os trabalhadores, os ricos e os pobres: marcações importantes desde o início do romance, sendo paulatinamente intensificado o conflito entre esses dois mundos. Isso ocorre, muito provavelmente, não porque Sergipano tenha assim vivenciado sua infância, mas porque quando ele está escrevendo, além de ser um operário tipógrafo, já está *conscientizado* pelo autor, tendo algo a ensinar: é o operário quem vai *conscientizar* o camponês.

O pai de Sergipano era dono de uma fábrica e quando morreu a família perdeu tudo. De uma infância sem problemas e com bastante conforto, o menino, no entanto, já percebia a diminuição gradativa nos salários dos operários da fábrica de seu pai [53]. Sua percepção aprofundou-se quando, após a morte do pai, a família mudou-se para perto da vila operária *"Cu com bunda"*. Já com um pouco mais idade foi trabalhar na fábrica que fora de seu pai, sentindo um certo orgulho em ter se tornado operário. Sendo despedido, resolveu trabalhar em outra cidade, chegando à fazenda de cacau onde se desenrola a maior parte do romance.

O coroamento da percepção de um mundo injusto, já no desfecho da história, aparece no capítulo intitulado *"Consciência de Classe"*. O título já sugere muito do que Jorge Amado pretendia. Nesse ponto, revela-se para Sergipano a atitude do companheiro de trabalho nas roças de cacau, Colodino, quando o patrão mandou-o matar um outro trabalhador e este não realizou a tarefa, fugindo da fazenda. Essa atitude de Colodino foi, para Sergipano, causada por sua *consciência de classe* [54]. Algum tempo depois, Sergipano recebe uma carta de seu amigo Colodino, já instalado no Rio de Janeiro:

---

[52] Jorge Amado, *Cacau.* (1a. edição 1933) São Paulo, Livraria Martins Editora, s/d, p. 163.

[53] idem, *ibid.*, p. 105.

[54] idem, *ibid.*, pp. 160 a 162.

"[...] Venha embora pra cá, Sergipano. Aqui se aprende muito. Tem resposta para o que a gente se perguntava ahi. Eu não sei explicar direito. Você já ouviu falar em lucta de classe? Pois há lucta de classe. As classes são os coronéis e os trabalhadores. Venha que fica sabendo tudo. E um dia a gente pode voltar e ensinar para os outros. [...]" [55]

Desta forma, Sergipano irá seguir os mesmos passos de seu amigo Colodino. Há um *processo de conscientização* em ambos, processo que se realiza através da experiência na cidade e como operário, experiência externa ao processo de trabalho na fazenda. Esse processo, construído por Jorge Amado, parece indicar que se ambos continuassem na fazenda não *aprenderiam nada.*

Por isso, é coerente que, para finalizar o romance, o autor arquitete uma greve fracassada dos trabalhadores da fazenda. Mas eles são obrigados a voltar ao trabalho no dia seguinte com uma redução no valor dos salários. Logo depois, Sergipano vai embora da fazenda e se instala no Rio, onde se torna um tipógrafo. E, ao se despedir da fazenda, comenta:

"Olhei sem saudades para a casa-grande. O amor pela minha classe, pelos trabalhadores e operários, amor humano e grande mataria o amor mesquinho pela filha do patrão. Eu pensava assim e com razão." [56]

O lirismo que envolveu Sergipano, quando da sua chegada à fazenda, gerando um amor pela filha do patrão, transforma-se em amor por seus iguais, pela gente de sua *"classe"*. Mas essa transformação só pôde ocorrer quando já estava na cidade e vivenciava outras experiências. Neste ponto, há uma clara identificação entre as características do personagem-narrador construído pelo autor e a posição política do PCB. A morte do *"amor mesquinho"* pela filha do patrão pode representar a própria morte da oligarquia fazendeira, já anunciada com a chamada *"revolução de 30"* e preconizada pelo PCB, assim como o nascimento do amor por seus iguais pode representar o nascimento de um movimento de trabalhadores unidos por um ideal: acabar com a exploração que sofrem. Mas somente a consciência-operária, e não a consciência-camponesa, poderia levá-los à emancipação.

---

[55] idem, *ibid.*, p. 162.

[56] idem, *ibid.*, p. 169.

Assim, a proposta literária-emancipadora de Jorge Amado passa pela negação da exploração sofrida pelos trabalhadores, causada pelos patrões. Ou seja, neste romance, aparece uma concepção de intelectual como aquele que, além de falar sobre o povo, dá-lhe voz e o faz sujeito do processo de transformação social, ao mesmo tempo em que elege do povo os trabalhadores urbanos (operários) como sujeitos desta transformação.

É interessante notar como o crítico literário Murilo Mendes recebeu este romance de Jorge Amado. O crítico foi instigado pela publicação deste romance e pelo de Pagu, *Parque Industrial*, ambos denominados *"romance proletário"* e acabou escrevendo um artigo sobre eles no famoso *Boletim de Ariel*, em 1933. Mendes inicia o artigo tentando achar a resposta para a pergunta sobre o que poderia chamar de *"romance proletário"*, assinalando que, se um escritor tivesse realmente a pretensão de ser revolucionário, teria que se *"integrar no espírito proletário"*, já que no Brasil o proletariado ainda estava em formação. A partir daí compara o romance de Pagu com o de Jorge Amado:

> "O caso recente de Pagu é típico. 'Romance proletário', anuncia a autora no frontispício do *Parque industrial*. Houve engano. É uma reportagem impressionista, pequeno-burguesa, feita por uma pessoa que está com vontade de dar o salto mas não deu. Assiste-se à entrada da fábrica, à saída da fábrica, a encontros do filho do grande capitalista com a filha do operário, etc. Parece que para a autora o fim da revolução é resolver a questão sexual. [...] Já este livro *Cacau* tem outra consistência. O autor examina a vida dos trabalhadores de fazenda de cacau com uma visão ampla do problema, e não sacrifica o interesse humano do drama ao pitoresco. [...] Com este livro entra Jorge Amado para o 1o. team dos novos escritores brasileiros." [57]

É bem sugestivo que Murilo Mendes tenha emitido este tipo de opinião. Mendes havia participado do *"movimento modernista"*, escrevendo para várias publicações do período. A partir do início da década de 1930, Mendes se aproximou cada vez mais dos escritores católicos, juntando-se a Jorge de Lima, Tristão de Ataíde, Augusto Schmidt e Octávio de Faria. Pagu era, antes de tudo, uma crítica extremada dos costumes e da moralidade religiosa e daquelas que ela denomina de

---

[57] Murilo Mendes, "Cacau", *Boletim de Ariel*, Rio de Janeiro, 1933. Apud: MARTINS, *Jorge Amado...*, *op. cit.*, pp. 71 e 72.

burguesas, como atestam seus artigos para *O Homem do Povo* [58]. Além disso, o artigo de Murilo Mendes nos avisa que qualquer escritor que se pretendia revolucionário deveria tematizar o proletariado que se encontrava em formação.

Retomando o artigo de crítica de Octávio de Faria, no qual compara o romance de Jorge Amado, Amando Fontes e Oswald de Andrade, percebe-se uma certa homogeneidade no repertório crítico. O crítico católico cobra do autor de *Cacau* os compromissos anteriores assumidos, os de quando escreveu *O país do carnaval*, no qual mostrava a "boa fé" e a "honestidade" para melhor reconstituir a "vida". Agora, diz o crítico, faz um romance "interessado" (em oposição à honestidade do romance anterior), no qual os personagens de "cima" são sempre maus e os "de baixo" sempre bons, no qual prega a revolta contra todos os exploradores [59]

Neste mesmo número de *Boletim de Ariel*, Arnaldo Tabaya engrossa o coro das opiniões de Octávio de Faria. No entanto, vai um pouco além ao criticar o "interesse" do romancista, que aparece no romance através dos personagens ricos-maus e os pobres-bons. Afirma que o grande defeito do livro é a intenção grande demais que está por trás de cada construção, na qual a transformação das condições de vida para os pobres-bons não passa de promessa.

Quando, no entanto, diz o crítico, o autor esquece que sua intenção é produzir um romance proletário, o romance flui, é original, digno de um "grande romancista". Ainda neste mesmo número de *Boletim de Ariel*, há uma nota do crítico Valdemar Cavalcanti sobre as ilustrações de Santa Rosa para o romance de Jorge Amado. Interessante retomá-la juntamente com as gravuras impressas neste capítulo, já que ambas (crítica e ilustrações) nos permite vislumbrar a cristalização da classificação do trabalho de Amado e, ao mesmo tempo, a importância da ilustração no mundo editorial de então:

---

[58] *O Homem do Povo* foi um jornal fundado em março de 1931 por Patricia Galvão de Oswald de Andrade. Pagu além das ilustrações, cuidava da edição da coluna *A Mulher do Povo*, na qual a vida cotidiana das mulheres da aristocracia paulista, da pequena-burguesia e das católicas, agrupadas na legenda ironicamente criada "Liga das Trompas Católicas" era atacada naquilo que Pagu acreditava ilegítimo, já que eram vidas sustentadas pela exploração das mulheres pobres. Ver: Ana Paula Palamartchuk, *Ser intelectual comunista... Escritores brasileiros e o comunismo. 1920-1945*, Campinas, Dissertação de Mestrado - História - IFCH, 1997, pp. 75-77.

[59] Octávio de Faria, "Jorge Amado e Amando Fontes", cit.

"Uns desenhos, estes, que dão ao admirável ensaio de *romance proletário* do meu jovem amigo uma impressionante decoração a branco e preto. [...] no lírico descritivo de seus desenhos achamos a sugestiva dialética da poesia, que tem mais poder de comoção, junto aos leitores, do que mesmo certas manobras estratégicas do *romancista revolucionário*. A veemência da revolta, a eloqüência de panfleto que sentimos incisiva, de vez em quando, não nos impressiona mais que a doce linguagem dos traços de Santa Rosa. [...] Dessa língua áspera [linguagem do romance] é que tais desenhos foram, a cada página, uma tradução parcial maravilhosa." [60]

A importância dada às ilustrações as torna mais que mera extensão da escrita, é, como afirma o crítico, sua própria tradução. Ao mesmo tempo, Cavalcanti imprime em sua nota o tom de grupo ao juntar Jorge Amado e Santa Rosa num mesmo espectro, assim como Antonio Candido percebeu quando este analisou o romance de Graciliano Ramos, *Caetés*.

Se por um lado a crítica era o lugar de legitimação e reconhecimento como escritor de talento para o próprio mundo editorial e especializado, as ilustrações usadas nos romances e tão comuns na época integravam as estratégias de ampliação do público leitor.

Se compararmos as ilustrações já apresentadas de *Caetés*, de *Cacau* e as de *Os corumbas* e *Judeus sem dinheiro*, reproduzidas a seguir, percebemos traços comuns. Geralmente são ilustrações em ponta de pena, técnica que permite expressar um certo realismo baseado na fotografia. A idéia de fotografia casa-se perfeitamente com a idéia de romance-documento, muito próprio ao estilo literário que estava preocupado em retratar as misérias e desencontros da vida cotidiana do que chamavam de povo brasileiro, ou mesmo para aqueles que desejavam denunciar as injustiças sociais[61].

Várias estratégias eram colocadas em prática pelas editoras, as quais tinham como objetivo principal tornar o livro, em especial, o romance, mais atrativos a um público mais amplo. Além das ilustrações, que tornavam a capa dos livros mais chamativas, a reprodução fotográfica do autor literário logo numa das primeiras páginas, como a de Gold, em *Judeus sem dinheiro*, fazia parte das novas medidas adotadas pelas grandes editoras em busca do público consumidor.

---

[60] Valdemar Cavalcanti, "Santa Rosa Júnior", *Boletim de Ariel*, n.° 1, outubro/1933, p. 8, grifos meus.

[61] Imagem 9: a capa de *Os corumbas* foi reproduzida da publicação carioca da Livraria José Olympio Editora, de 1961, cuja edição é fac-similar à primeira. A capa de *Judeus sem dinheiro*, cuja assinatura é de Badanes, foi reproduzida da edição paulistana, da Livraria Cultura Brasileira em sua Coleção de Literatura Moderna, 1934.

Entretanto, nem só de romances publicados viveu o mundo literário. Quantos romances ficaram nas gavetas de seus autores ou de editores? Talvez, seja impossível saber. Mas um inesperado encontro, que só a pesquisa exaustiva com fontes primárias pode proporcionar, pode nos dar uma idéia deste mundo do livro não publicado.

Entre os anos de 1933 a 1935, aproximadamente, uma das poucas psiquiatras brasileiras e militante do partido comunista, Nise da Silveira escreveu um pequeno romance ou, ao menos, o traduziu. Sem título e sem indicações de autor, os manuscritos desta ficção permaneceram alguns anos entre seus papéis, sobre sua mesa de trabalho no Hospital Psiquiátrico Nacional do Rio de Janeiro, onde era funcionária desde 1933. Havendo uma cópia manuscrita e várias datilografadas e com anotações de revisão, a novela se apresenta como sendo de próprio punho da psiquiatra [62].

A possibilidade de ser uma tradução não é descartada, mas é questionada, em primeiro lugar, porque tal informação foi dada pela doutora num depoimento policial, sem maiores explicações ou detalhes, sendo possível ter sido uma estratégia para desviar e até mesmo enganar os policiais. Em segundo lugar, não há em lugar algum da sua documentação referência a um provável autor para a novela. E, por fim, também não existe nada que comprove a existência dos originais a serem traduzidos, fossem em qualquer outro idioma.

O enredo do romance se baseia na história de "três revolucionários internacionais" que acabavam de ser expulsos do México pelo governo "reacionário" de Portes Gil. Os três, dois homens e uma mulher, encontram-se num navio que os levará à Nova Iorque. Ao chegarem, separam-se para não chamarem a atenção da imigração e nem da polícia. Cada qual hospeda-se numa pensão barata dos bairros pobres da grande cidade, onde misturam-se desempregados, operários e imigrantes de todos os cantos do planeta.

A convivência entre eles e o retrato da miséria num dos centros do capitalismo mundial são os eixos do enredo. Não obstante, chama a atenção a escolha de Nova Iorque como o ambiente para o romance. A cidade se apresenta como uma grande ilusão aos imigrantes que chegam, já que

---

[62] Manuscrito sem título, in: Processo n.° 191/Apelação n.° 15 - Nise da Silveira - Tribunal de Segurança Nacional - Arquivo Nacional. Folhas 12 a 85.

são atraídos pela promessa de riqueza e quando chegam deparam-se com uma séria crise de desemprego - contextualizada no imediato pós-crise de 1929.

A narração cabe a um dos protagonistas, àquele que se classifica como sendo de origem pequeno-burguesa e que passa todo o romance numa crise existencial entre a luta revolucionária e a vida pequeno burguesa que levava sob as asas de seu pai, um grande negociante.

A linguagem é coloquial torna explícita a influência das recentes obras literárias oriundas do movimento modernista, e o estilo simples revela o amadorismo do autor, seja ela própria ou outrem.

Nise da Silveira havia sido uma das poucas mulheres a assinarem o manifesto dos *Trabalhadores intelectuais ao povo brasileiro*, reproduzido no capítulo anterior. Sua convivência, entre os anos de 1927 e 1931, com Otávio Brandão e Laura Brandão, na rua do Curvelo (Santa Tereza - Rio de Janeiro), onde era sua vizinha, possibilitou à médica, recém-chegada à cidade, uma aproximação com outros membros do Partido Comunista e com a teoria comunista e marxista [63].

Segundo Elvia Bezerra, no entanto, no único trabalho localizado sobre a história de Nise da Silveira neste período, Nise da Silveira tomou contato com o partido comunista e com sua política e teoria numa conferência realizada por Castro Rebelo sobre direito marítimo. Em seguida, com a amiga Lya Cavalcanti, fora a algumas reuniões do partido e, numa das quais, acabou assinando uma ficha de filiação [64].

Mas sem dúvida, foi a convivência com o casal comunista Laura e Octávio Brandão a responsável pela abertura de seu prontuário na 4ª Delegacia Auxiliar, na Secção de Ordem Social e Segurança Pública, no final de 1931, já que a casa dos Brandão era vigiada desde o Congresso do Bloco Operário e Camponês lá realizado, em 1928. Tal prontuário foi aberto com um relatório do "serviço de observação" de dois investigadores que, na época, eram denominados "auxiliares", sobre as atividades da médica e de seu marido, Mário Magalhães.

---

[63] Elvia Bezerra, *A trinca do Curvelo. Manuel bandeira, Ribeiro Couto e Nise da Silveira*, Rio de Janeiro, Editora Topbooks, 1995, pp. 135-142.

[64] Idem, ibidem, p. 143.

Neste relatório, as informações sobre a convivência do casal Magalhães com pessoas cujos nomes extrapolam em muito os do casal Brandão, são valiosas. Segundo o relatório frequentavam -se Henrique Tuñon, poeta argentino; Adão de Mendonça, médico que acompanhava Mario à editora Alba (editora responsável por publicações consideradas pela polícia "comunistas") quase todas as tardes do mês de novembro; Edgard de Castro Rebelo, professor da escola de Direito e amigo de muitos comunistas; e, além de Manuel Bandeira, seu vizinho, "um tal de Raul Bope" [65].

Neste sentido, é possível inferir sobre as relações pessoais de Nise da Silveira com membros do Partido Comunista e com escritores do movimento modernista, as quais revelam as possibilidades de militância comunista da médica. Esta afirmação pode, ainda, ser reforçada, além das suas relações pessoais e do romance encontrado entre seus documentos apreendidos pela polícia, através de sua declaração de atuação na União Feminina Brasileira, órgão fundado por mulheres comunistas, em 1933, no qual dava consultas às mulheres duas vezes por semana, em sua sede [66].

A participação de Nise da Silveira da outra dimensão à militância comunista dos anos trinta, já que ela não era uma autora consagrada, nem mesmo publica, mas que atuou junto aos escritores e à intelectualidade próxima ao comunismo, ao mesmo tempo em que se revelou uma intelectual preocupada com a teoria comunista, aspecto que será analisado no próximo capítulo.

★★★

No primeiro item abordamos a consagração do ensaio e do romance como gêneros privilegiados quando a intenção era a intervenção política, ética e estética, do escritor. No segundo, abordamos o surgimento do "romance social" e do "romance nordestino" como aqueles preocupados

---

[65] Relatório do Serviço de Observação, 4ª Delegacia Auxiliar-Secção de ordem Social e Segurança Pública, Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1931. In: - Processo n.° 191/Apelação n.° 15 - Nise da Silveira - Tribunal de Segurança Nacional - Arquivo Nacional. Folha 500.

[66] Termo de Declarações de Nise da Silveira. Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1936. Prontuário n.° 13990 - Nise Magalhães da Silveira, DESPS - Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

em tornar a vida cotidiana do "povo" e dos trabalhadores, urbanos e rurais, protagonistas de seus enredos, os quais tinham como objetivo a denúncia das condições de vida destas categorias sociais.

O último item procurou focalizar a tentativa de consagração de um gênero alternativo ao romance social e ao romance nordestino: o romance proletário. Aceito como tal pela crítica literária, mesmo que fosse para combatê-lo, tentamos demonstrar que foi através do repertório compartilhado entre os escritores, de ficção e de crítica, que deu as condições necessárias para a existência do romance proletário no Brasil, como maneira de radicalização e diferenciação com o que se publicava na época e se aproximando do ideário comunista ou, ao menos, daquilo que se passava na União Soviética, mesmo que fosse através do filtro da influ6encia que gerou em outros países da Europa, em especial da França, e dos Estados Unidos.

Assim, o próximo capítulo tratará detalhadamente da formação desta "literatura proletária" e da propaganda comunista produzida entre nós, nos anos trinta, como a publicação dos relatos de viagem para a União Soviética e a preocupação das organizações do partido Comunista com a formação de seus "quadros". Ao mesmo tempo em que abordará as atividades destes escritores simpáticos ao comunismo, desde a Comissão Jurídico e Popular de Inquérito até à Aliança Nacional Libertadora. E, por fim, como a polícia política censurou e interferiu nestas atividades e como ela pôde ser burlada.

Capítulo 3

Os escritores se comprometem: da Comissão Jurídico e Popular de Inquérito às prisões políticas.

3.1 - A revolução bate à porta ou Alice no país das maravilhas

O capítulo anterior buscou mapear a emergência da polarização ideológica nos debates da crítica literária, refletida em sua própria produção, abrangendo os escritores de várias correntes políticas; o que, no entanto, significou um mesmo quadro de repertório, no qual o redescobrimento do Brasil e a criação da identidade nacional foram os eixos centralizadores dos debates. Este item focalizará especificamente a produção escrita comprometida, por um lado, com a União Soviética e, por outro, com o PCB.

Ao separar essas produções não se pressupõe a existência de antagonismos entre elas, mas de certo paralelismo complementar. E, ao mesmo tempo, objetiva-se tratá-las de maneira diferenciada para tentar marcar os aspectos singulares de cada uma delas, já que a polícia política e alguns setores conservadores da intelectualidade as definiram como " literatura subversiva".

Ainda que a literatura simpática à União Soviética tenha sofrido alguma intervenção da censura, os documentos políticos oficiais do PCB eram considerados mais perigosos por proporem organizar os trabalhadores para a revolução no Brasil nos moldes soviéticos.

No PCB, passado o primeiro impacto do processo de "proletarização", o qual impunha euforicamente a palavra de ordem "precisam-se operários autênticos", e do afastamento de vários membros do Comitê Central, houve um declínio organizativo do partido. Em 1932, o Secretariado Sul-Americano (SSA) da IC resolveu intervir na sua reorganização e Mario Grazini e Roberto Morena, operários militantes, receberam tal missão, chefiada pelo argentino Paulino Alberdi. A este grupo juntou-se Antônio Maciel Bonfim (Miranda), que acabava de fugir da prisão na Ilha Grande por ter pertencido à Liga da Ação Revolucionária, organizada por Prestes. Da antiga direção liderada por Astrojildo Pereira, Octávio Brandão, Paulo Lacerda entre outros restava apenas Leôncio Basbaum, que nos anos vinte foi o responsável o pela estruturação e funcionamento da Juventude Comunista, tornando-se agora o Secretário-Geral do partido em São Paulo.

Uma das tarefas desta missão foi a de organizar cursos para a formação de "quadros"[1], capacitando militantes para assumirem a nova direção do partido. Miranda e o militante do Rio

[1] Uso as aspas para ressaltar a identificação de uma linguagem comum aos militantes.

Grande do Norte e recém-saído da prisão, Lauro Reginaldo da Rocha (Bangu) destacaram-se entre as duas turmas que participaram do curso, realizado em 1933. Ambos, em uma reunião do CC com o SSA, foram "cooptados" para a direção do partido, sendo Bangu escolhido como o novo secretário-geral.

Do ponto de vista interno, a "falta de quadros" era um problema a ser enfrentado por seus dirigentes ainda no início de 1935:

> "Continua a nos afligir e a constituir um sério entrave para o nosso PCB a falta de quadros. Ainda é reduzido o número de ativistas, com certa capacitação teórica e com um certo nível político, capazes de se porem à frente dos setores de trabalhos nacionais, dos Comitês Regionais, dos Comitês Locais, das células de concentração, dos organismos de massa, etc., e desempenharem satisfatoriamente estas tarefas. Porque é que ativistas bons, sinceros, trabalhadores, muitos deles tendo participado em grandes lutas, são destacados para postos de direção e, apesar do seu esforço e entusiasmo, às vezes fracassam depois de um certo tempo? A principal razão, a nosso ver, está na falta de capacitação teórica e política desses camaradas."[2]

A questão teórica se colocava em primeiro plano para o desenvolvimento das capacidades do partido, assim como antes, em 1922, Astrojildo Pereira, havia criado a revista *Movimento Comunista*. O objetivo, antes e depois, tinha profundas raízes em uma concepção leninista de partido, que veremos a seguir.

No prefácio ao "Programa de curso para ativistas", assinado por Bangu, a afirmação da urgência da retomada dos cursos "marxistas-leninistas ligados aos problemas da revolução brasileira", expressava essa preocupação em formar militantes capaezes de formulações teóricas e políticas. Os cursos deveriam ser setorizados, com um temário básico comum e temas específicos a cada setor do partido: juventude, militares, mulheres, operários, etc. Poderiam ser feitos de duas formas: os intensivos, para os dirigentes dos setores, os quais seriam afastados de suas tarefas (inclusive, a profissional), com duração de 30 dias; e os extensivos, que teriam como público-alvo a militância de "base" e seriam organizados aos domingos.

---

[2]Bangu, "Programa de curso para ativistas", Rio de Janeiro, maio de 1935 - Doc.. 254 - Série: Folhetos - DESPES - APERJ.

Em relação à questão política nacional, a "chave de ouro" dos cursos deveria ser a "revolução" e o "governo popular" a ser implementado pelo povo brasileiro. No entanto, diz o prefácio, são temas que ainda estavam sendo discutidos no partido.

O programa do curso foi dividido em sete temas, cada qual organizado em três partes: "objetivo da lição", "explicação do tema" e "perguntas de controle" e era dirigido aos militantes que coordenariam os cursos.

O primeiro tema, "Os dois mundos: capitalismo e socialismo", caracterizava-se pela exposição das "contradições do mundo atual", na qual o capitalismo vivia numa situação de crise econômica, agravando suas contradições internas e externas. Crise que, no entanto, não afetava o socialismo, já que a URSS passava por um período de grande desenvolvimento econômico e social.

A explicação do tema toma como base a divisão antagônica entre capitalismo e socialismo, sendo o segundo exemplificado pela URSS. A expressão mais corroída e em fase de maior degenerescência seria o capitalismo imperialista, que, sob crise, gerava conseqüências nefastas para as "massas" como o desemprego, elevados índices de custo de vida, redução de salários, combate velado à legislação social, alta de impostos, pauperização da pequena-burguesia. Como forma de superação da crise, o programa avaliou que os governos capitalistas recorreriam às velhas formas do protecionismo econômico, à desvalorização da moeda e à conquista de novos mercados.

Enquanto isso... A URSS passava incólume pela crise! Isso era decorrente da planificação econômica, na qual a produção estaria organizada para atender as necessidades da população, que se traduzia na concentração de investimentos na indústria e assim libertar o país da dependência da indústria imperialista. A planificação também atendia à transformação das pequenas propriedades em grandes fazendas coletivas que havia elevado consideravelmente a produção agrícola. Por fim, os Planos Qüinqüenais organizavam as metas e os objetivos gerais da economia que visava a combater a "anarquia" da produção, como ocorria nos países capitalistas. As perguntas de controle, feitas ao final do primeiro tema, são bastante simples e correspondem diretamente ao texto de explicação do tema.

O segundo tema, "Situação do Brasil", é esclarecedor da posição política oficial do PCB. A economia brasileira, de caráter semi-feudal e de dependência imperialista, estaria fincada na estrutura agrária de grandes e poucos latifúndios, monocultores, cuja produção estava direcionada

para exportação e, ao mesmo tempo, o imperialismo dominava o país porque emprestava somas altíssimas para o governo em troca da exploração de empreendimentos públicos.

A sociedade brasileira, como reflexo de sua economia, estaria sob o domínio dos latifundiários e da burguesia nacional, estando a segunda, apesar dos interesses conflitantes com o imperialismo e com o latifúndio, amarrada à estrutura fundiária e, por isso, incapaz de realizar a etapa democrática burguesa da revolução no Brasil. Tarefa, portanto, que caberia aos operários e aos camponeses. Com base em conceitos concebidos mecanicamente como "estrutura econômica e social", "modo de produção", "sistema capitalista", "sistema socialista", "classes sociais", etc., a questão política aparece como uma definição restrita e tradicional, que deveria estar voltada apenas para os problemas da revolução no Brasil.

"O caráter da revolução brasileira", título de outro tema, pretende expor que a revolução, em geral, estaria sempre subordinada às "condições e estrutura do país" e que dai derivariam seus objetivos. Como no tema anterior tratou-se das condições e estrutura do país, este tema demonstrará o caráter "democrático-burguês" da revolução no Brasil.

A tarefa da revolução no Brasil era a de "libertar o país da dominação imperialista: lutar contra o latifúndio; melhorar as condições de vida das massas; assegurar a democracia popular, etc." Com este programa, tal etapa da revolução visaria mudar a classe no poder, transformar a estrutura agrária e impor um outro regime político. No entanto, tal processo só seria vitorioso se dirigido pelos operários, em aliança com os camponeses pobres e com a pequena-burguesia urbana; ao mesmo tempo, em que o partido comunista deveria ser o dirigente hegemônico desta luta.

Em "Alianças e frente única", a política de alianças do PCB deveria priorizar a construção de um programa que salvaguardasse, em primeiro lugar, o operário, mas que levasse em consideração os interesses do campesinato, não só no momento da revolução, mas em todas as ocasiões em que houvesse a aproximação das reivindicações de ambas as classes.

O quinto tema, "Os soviets", orienta os comunistas brasileiros sobre a forma de organização dos operários e camponeses no processo revolucionário, a qual teria como modelo explícito o soviético. O tema seguinte, "O trabalho de massas", chamou a atenção para as atividades dos militantes nas "organizações de massa", como os "sindicatos, clubes, bibliotecas, comitês ou ligas camponesas, Juventude Comunista, Socorro Vermelho, etc." Esse trabalho deveria estar centrado nas

lutas cotidianas experimentadas por elas, sempre objetivando que as lutas de classes evoluíssem da simples reivindicação localizada para a transformação radical da sociedade capitalista em socialista.

O último tema, "O partido comunista", apresentava a necessidade histórica da organização comunista para a vitória dos objetivos revolucionários dos operários. Forjar a própria identidade comunista era um dos objetivos do curso, por isso não era estranho a afirmação:

> "A importância de um partido para a classe operária decorre de sua própria função: ele é o coordenador e dirigente de todo o movimento operário e popular antes da Revolução, na luta pelo poder e depois da instauração do Governo Soviético. Por isso ele é composto dos melhores elementos da classe operária, os mais combativos, os mais clarividentes, os mais dedicados. E ele é a sua vanguarda, o seu estado-maior organizado, o seu principal instrumento de luta contra o regime capitalista. [...] as tarefas do PC são: fortalecer sua organização, elevar o nível político e ideológico, consolidar suas regiões."[3]

Ao legar à militância a sua importância na construção de uma nova sociedade, a direção do partido dava elementos para a constituição de uma identidade, na qual o futuro dava forma ao presente.

Segundo esse programa de curso, os desvios políticos revistos em 1929 e em 1932 em reuniões ampliadas do Comitê Central e orientadas pelo SSA, ainda se faziam presentes e deveriam ser combatidos com todo vigor:

> "O PCB, formado com elementos vindos do anarquismo e dirigido até bem pouco tempo por elementos pequeno-burgueses, sofreu uma série de desvios que dificultaram sua formação como verdadeiro partido da classe do proletariado e guia das massas exploradas e oprimidas. Constantes desvios para a direita e para a esquerda - concepções pequeno-burguesas anti-marxistas, afastamento das massas e das suas lutas, tal é o caminho percorrido pelo nosso partido. O fracionismo e relaxamento de sua disciplina interna, o caudilhismo e mandonismo têm causado sérios prejuízos ao nosso PC retardando sua formação."[4]

Passados 5 anos, isto significava dizer que ainda havia muitos problemas de ordem política e organizativa a serem enfrentados, que eram ainda os resultados dos desvios "pequeno-burgueses" e da "incapacidade teórica, política e ideológica" do conjunto da militância do partido. Por

---

[3]Idem, *ibidem*, p. 25.
[4] Idem, *ibidem*, p. 26.

isso, nesse manual para professores comunistas, ao final de cada tema havia uma sabatina pela qual os militantes deveriam passar para provar estarem aptos teoricamente como comunistas.

A formação de escolas para militantes não foi uma originalidade dos comunistas brasileiros, mas sim formada na tradição de uma prática entre os movimentos de trabalhadores e tendências de esquerda, ainda no século XIX[5]. No Brasil, essa prática fora introduzida pelo movimento anarquista.

No PCB dos anos trinta, os cursos deveriam servir para preparar os militantes para as direções da organização. Ao mesmo tempo em que se intencionava fortalecer "teoricamente" sua militância para o enfrentamento com os grupos considerados "trotskistas" e a influência da ideologia pequeno-burguesa que invadia os movimentos populares.

Ao lado dos cursos e das reuniões do partido, as bibliotecas de alguns militantes podem ser analisadas como um bom indicador do que a militância estava lendo e saber, assim, quais as preocupações políticas se faziam presentes. Em julho de 1932, a Comissão Nacional de Agitação e Propaganda editou o primeiro número do "Boletim Interno", que procurava ressaltar, além das definições políticas já comentadas, a criação de uma "Biblioteca do Partido"[6].

Ainda em relação ao programa de curso, havia uma lista de "leituras complementares", na verdade, documentos do partido que refletiam suas definições políticas. Ao analisar esse conjunto de documentos é possível afirmar que essa "literatura oficial" era bem restrita.

Isto se confirma quando cruzamos a lista de leituras complementares do programa de curso com a biblioteca de João Raimondi, dirigente do partido em São Paulo, que fora apreendida pela polícia política. A apreensão ocorreu no dia 26 de novembro de 1936, às 21 horas, na rua da Liberdade, n. 145[7]. O militante comunista, que havia sido soldado do Exército e era o responsável pelo Comitê Militar do PCB em São Paulo[8], tinha em sua casa, entre livros e folhetos, os seguintes impressos: Karl Marx, *Salário, preço e lucro*; ____, *A gênese do capital* (SP, Nosso Livro, 1934, 173

---

[5]Jorge Luiz Ferreira, *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*, São Paulo, Tese de Doutoramento apresentada ao Depto. De História-FFLCH-USP, 1996, p. 119.

[6] Imagem 10: PCB - Seção Brasileira da IC, *Boletim Interno*, s/l, Editado pela Comissão Nacional de Agitação e Propaganda-PCB-SBIC, nº 1, julho de 1931 - doc. 43 - Pront. nº 1110 - vol. 2 - DEOPS - AESP.

[7] DEOPS, "Auto de busca e apreensão", São Paulo, 20 de novembro de 1936 - Processo n. 370/Apelação n. 147 - João Raimondi e outros - Vol. 1, Tribunal de Segurança Nacional (TSN) - Arquivo Nacional.

[8]John W. F. Dulles, *O comunismo no Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1985, pp. 36 e 37.

p.); _____, *O capital - Resumo de Carlo Cafieiro* (SP, Unitas, s/d); _____ e outros, *Capital e comunismo*; _____ e F. Engels, *Manifesto Comunista* (2a. edição, SP, Unitas, s/d); Engels, *O socialismo utópico e o socialismo científico* (SP, Unitas, 1931/RJ, Alba, 1934); _____, *Anti-Dürhing* (SP, Cultura Brasileira, 1934, 334 p.); W. I. Lênin, *El socialismo y la guerra* (há uma outra edição: México, América, 1939, 178 p.); _____, *O marxismo* (SP, s/e, 1930, 30 p.); Bukharin, *L'èconomie mundiale et l'imperialisme* (há uma edição em espanhol: Madrid, Cenit, 1930, 276 p.); K. Kautski e outros, *O marxismo* (SP, Unitas, 1933, pp. 13-81); G. Dimitrov, *La classe operaria contra el facismo*; M. Pokrovski, *Teoria da revolução proletária* (Rio, Calvino, 1934); J. Stalin, *O mundo socialista e o mundo capitalista* (SP, Caramuru, 1934); L. Trotski, *O Plano Qüinqüenal* (Unitas, 1931, 124 p.); _____, *Revolução e a contra-revolução na Alemanha* (Unitas, 1933, 448 p.); L. A. Tcheskiss, *Teoria do materialismo histórico* (Rio, Calvino, 1934, 198 p.); Andrès Nin, *Origem e caráter dos soviets* (São Paulo, Cultura, 1934); W. Molotov, *La edificion del socialismo en URSS*; Iugoulov, *Capitalismo e Socialismo*; Henrique Leone, *O sindicalismo*; D. Riazanov, *A doutrina comunista do casamento* (São Paulo, Nosso Livro, 1934); Emilio Lenoir, *Como se implantará o comunismo*; N. Duncker e outros, *Economia política marxista* (Rio, Alba, 1934); Max Hirsch, *Arrasando o socialismo* (Rio, Georgista, 1933, 127 p.); H. Dufour, *Sindicalismo e a revolução*; James Ramsay Macdonald, *Socialismo* (São Paulo, Livraria Progresso Editora, 1933, 207 p. - edição integral reproduzida de Buenos Aires, América Latina, 1933); Vorochiloff e outros, *A URSS, a Liga das Nações e a paz mundial* (SP, Nosso Livro, 1934, 142 p.); H. J. Laski, *Comunismo*; Salamin, *A emancipação da mulher na URSS*; J. Brandenbowski, *A mulher na Rússia Soviética;* Gustave Gautherout, *O mundo comunista*; F. Gladkov, *A nova terra*; Julio Alvarez Del Vayo, *A nova Rússia* (SP, Pax, 1931, 176 p.); Diego Hidalgo, *Impressões de Moscou* (SP, Pax, 1931, 141 p.); Vaillant-Conturier, *No misterioso país do Tamerlão: o socialismo na àsia central* (SP, Nosso Livro, 1934, 351 p.); Larissa Russner, *Homens e máquinas*; Max Beer, *História do socialismo e das lutas sociais* (SP, Cultura Brasileira, 1934, 2 vol.); ____, *Karl Marx, vida e obra* (Unitas, 1933, 176 p.); M. Gorki, *Lênin* (Madrid, oriente, 1928, 123 p.?); Coletânea, *Contos Soviéticos*. Entre os autores brasileiros: Raul Maia, *Dicionário da Questão Social* (SP, Caramuru, 1934, 163 p.); Orlando Ferreira, *A ilusão capitalista* (Rio, Uberaba, 1933, 168 p.); Luiz Carlos Prestes e Fernando Lacerda, *A luta contra o prestismo e a revolução agrária e anti-imperialista* (SP, Calvino, 1934); César de Campos, *Idéias*

revolucionárias e Augusto Machado, *A caminho da revolução operária e camponesa* (pseudônimo de Leôncio Basbaum/Rio, Calvino, 1934)[9].

Há, em primeiro lugar, um montante de livros de autores considerados clássicos do marxismo, mas os textos editados são versões resumidas ou trechos de obras integrais, o que pode revelar uma preocupação mais pragmática com a teoria[10]. Não se pode esquecer, no entanto, do difícil acesso às obras integrais, geralmente, para este período, encontradas apenas em francês ou inglês, sem falar no alemão e no russo. Além da dificuldade em ter acesso às traduções para o inglês e para o francês, muito poucos sabiam outro idioma. Outra dificuldade era a censura, que já vigorava com bastante rigor, problema que será tratado mais à frente.

O conjunto dos livros e livretos podem ser considerados como de divulgação do marxismo bolchevique, formado por manuais e textos curtos, com algumas exceções. Denominamos marxismo bolchevique por tratar-se de textos teóricos informados pelas preocupações do Partido Comunista da União Soviética e da Internacional Comunista, por ele dirigida. Assim, temos manuais de "economia política", de como trabalhar nos sindicatos, como se "implantará a revolução", algumas biografias como a de Lênin ou de Marx, teses e resoluções das instâncias partidárias ou, ainda, textos de divulgação dos feitos na União Soviética, alguns como forma de propaganda positiva, outros como forma de revelar como se "deve" fazer para chegar à revolução e ao socialismo (fazer como na União Soviética).

Dos títulos nacionais, encontrados na biblioteca do dirigente comunista, há dois interessantes. O livro assinado por Luiz Carlos Prestes, Fernando Lacerda e Sinani, *A luta contra o prestismo e a revolução agrária e anti-imperialista* era uma espécie de auto-crítica às formulações anteriores de Prestes, as quais a burguesia nacional seria uma aliada importante na primeira fase da

---

[9] Todas as referências entre parênteses são resultantes da consulta nos seguintes acervos: Centro de Estudos Mario Pedrosa (Cedem-Unesp), Fundo: Octávio Brandão (AEL-Unicamp), Fundo: Hermínio Sachetta (AEL-Unicamp) e na Coleção de Livros (AEL-Unicamp). Também foi usado: Edgard Carone, *O marxismo no Brasil (das origens a 1964)*, Rio de Janeiro, Dois Pontos Editora, 1986.

[10] O texto mais conhecido e publicado de K. Marx foi o *Manifesto Comunista*, escrito em conjunto com F. Engels, no ano de 1848. Para uma discussão mais pontual sobre a influência desse texto no Brasil ver: Mattos, Marcelo Badaró. "O manifesto comunista no Brasil". In: *Varia História*, Belo Horizonte, n. 22, janeiro/2000, pp. 170-182. Para um balanço geral da influência da obra de Karl Marx no Brasil, antes dos anos trinta, ver: Konder, Leandro. *A derrota da dialética*. Rio, Editora campus, 1982; _____, *A democracia e os comunistas no Brasil*, Rio, Editora Graal, 1980; Moraes Filho, Evaristo. "A proto-história do marxismo no Brasil". In: Reis Filho, Daniel Aarão [et al.]. *História do Marxismo no Brasil. O impacto das revoluções*. Vol. I, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1991, pp. 15-45.

revolução no Brasil. Neste opúsculo de 152 páginas, há uma pequena introdução de Lacerda sobre os equívocos pequeno-burgueses do "prestismo". Luiz Carlos Prestes[11] mudou-se para o Rio em 1904 e em 1909 ingressou no Colégio Militar e depois na Escola Militar, onde bacharelou-se em Ciências Físicas, Matemáticas e Engenharia Militar. Em 1921 foi promovido a primeiro-tenente e convidado a ser auxiliar de instrução na seção de Engenharia da Escola Militar, mas ao final de um ano retornou à Companhia Ferroviária, onde havia servido logo após ter se formado. Prestes participou desde o início do movimento tenentista e depois da Coluna que ficou conhecida por seu nome. Os anos seguintes a 1924, início da Coluna, seriam importantes para a aproximação do militar com os comunistas. Em 1928, Astrojildo Pereira, então secretário-geral do PCB, visitou-o na Bolívia e entregou-lhe literatura comunista. Indo morar em Buenos Aires, Prestes fez contatos com o Partido Comunista da Argentina. E em 1929 teve um encontro com Getúlio Vargas. Escreveu, em maio de 1930, o manifesto "Ao povo brasileiro", no qual reafirmava a tese do PCB de que a luta deveria ser contra o imperialismo e o latifúndio.

Acusado pelo PCB de ligações com Getúlio Vargas, Prestes se encontrava isolado tanto dos comunistas como dos tenentistas. Fez uma tentativa de aproximação com o PCB ao organizar a Liga de Ação Revolucionária, em torno do programa descrito no manifesto de maio. A resposta dos comunistas, no entanto, foi negativa e o "prestismo" passou a ser veementemente atacado. Prestes resolve ir para a União Soviética e lá passou a trabalhar e a manter relações com a Internacional Comunista. Em 1934, voltou ao Brasil com o "decreto" da IC assinado por Minuilski de seu ingresso no partido, e foi neste contexto que escreveu no livreto com Fernando Lacerda o artigo "A luta armada de 1932", como forma de assumirem publicamente a posição oficial do PCB em relação à revolução.

O texto de Augusto Machado (pseudônimo de Leôncio Basbaum[12]), *A caminho da revolução operário de camponesa*, também publicado em 1934 é comentado no programa de curso de 1935, no tema "A situação do Brasil". Basbaum, depois de ter passado por muitas dificuldades como "revolucionário profissional", inclusive pela prisão, foi acusado, em reunião do CC no início de

---

[11] Luiz Carlos Prestas nasceu em Porto Alegre (RS), em 3 de janeiro de 1898, filho do capitão do Exército Antônio Pereira Prestes e Leocádia Felizardo Prestes, professora primária.

[12] Ver carta recebida por Leôncio Basbaum de seu irmão José, a qual atribuí sua autoria ao título. In: Hersch W. Basbaum, *Cartas ao Comitê Central. História sincera de um lutador*, São Paulo, Discurso Editorial, 1999, p. 70.

1933, de "exercer influência pequeno-burguesa perniciosa sobre o Partido"[13]. Desta maneira, seu texto de elaboração política é execrado. E isto é reafirmado no programa de curso de 1935, no qual as teses para a situação nacional expõem claramente as divergências com Basbaum. Segundo o programa, Basbaum, por sua concepção pequeno-burguesa, via no imperialismo um papel progressista, porque traria para o país divisas e investimentos para a industrialização, destruindo as bases feudais. Esta concepção, segundo o programa, seria apenas um disfarce para a penetração livre do capital estrangeiro, desnacionalizando a economia nacional e por isso reacionário[14].

O texto de Basbaum tem uma estrutura claramente definida nas suas 196 páginas. A primeira parte se refere à crise econômica mundial e nacional e a sua solução, a segunda parte se refere à revolução agrária e antiimperialista. Como bom marxista da escola bolchevique, Basbaum inicia a análise pela situação econômica mostrando as características estruturais da crise, relações de produção e propriedade. Concluí que o domínio do latifúndio monocultor gerou relações de trabalho quase escravista. Usa muitas páginas para descrever as relações de trabalho no campo e como o trabalhador "livre" é, em verdade, um semi-escravo. Define, por fim, o sistema econômico brasileiro como no modelo pecebista, de semi-feudal.

Avalia a revolução de 30, denominada por ele de "outubrada de 1930" como forma de designar que foi um golpe militar que deu o poder a Getúlio Vargas. Classifica as lutas de 1932 como um conflito entre poderes oligárquicos, para ajustamento de posições e hegemonia no poder. Entretanto, todos esses movimentos políticos por "cima", apesar do apoio do "povo", não refletiu em mudanças estruturais, nem em uma saída para a crise, nem em benefícios para o conjunto da população pobre.

A solução, segundo ele, é a revolução "agrária-antiimperialista", a qual deve dirigir seus esforços para destruir o latifúndio e, com ele, os restos feudais no país. Pelos interesses análogos da burguesia nacional com o latifúndio e com o imperialismo, a única força capaz de dirigir a revolução neste objetivo é o proletariado, que deve se aliar a todas as camadas "operárias" da população. Passada esta etapa da revolução, o movimento deve transformar-se em "proletário e

---

[13]Leôncio Basbaum, *Uma vida em seis tempos*, São Paulo, Editora Alfa-ômega, 1978, p 145.

[14]Bangu, "Programa de curso para ativistas", Rio de Janeiro, maio de 1935, p. 10. Documento n. 254, Folhetos, DESPES, APERJ.

socialista"; primeiramente, através da propaganda e da persuasão, socializando e coletivizando as pequenas propriedades, transformando pequenos proprietários em operários. Em segundo lugar, essa transformação deve ocorrer através dos Soviets, formados por operários e camponeses, nos quais os operários, através do PCB, devem obter, aos poucos a hegemonia política para, assim, garantir a chegada ao socialismo.

Essa revolução, no entanto, só poderia acontecer no Brasil, quando ocorresse uma "crise profunda e aguda" do ponto de vista econômico, quando houvesse uma sólida consciência de classe entre os trabalhadores e quando houvesse um grande e forte partido comunista. Para Basbaum, essas condições ainda não estavam dadas, portanto, a revolução não batia à porta.

É a esta conclusão que o texto indicado como leitura complementar ao curso se contrapõe. O texto, entitulado sintomaticamente "O verdadeiro caminho da revolução operária e camponesa", escrito por Guilherme Ferreira, editor da *Revista Proletária*, órgão oficial de "debate" teórico do PCB[15], analisa as questões econômicas levantadas por Basbaum de maneira simplista, quase mecânica, sinal do processo de bolchevização ocorrido no PCB, além da própria inexperiência política e despreparo teórico de seus dirigentes.

Em relação à produção editorial de publicações ligadas diretamente ao marxismo-bolchevique, essa amostragem indica a existência de um circuito ilegal de produção em meados dos anos trinta. Os folhetos e opúsculos de documentos dos órgãos ligados ao comunismo bolchevique eram dirigidos para um público ligado ao PCB, comumente mimeografados (poderiam ser manuscritos, datilografados ou compostos em tipografias). A imprensa ilegal era uma preocupação para o Comitê Central, em 1935:

> "Por intermédio da imprensa ilegal (órgão central do PCB, órgãos regionais e de células, manifestos, folhetos, livros, etc.) é que o Partido transmite as suas palavras de ordem, a sua linha, o seu programa e as suas formas de organização, mantendo aceso o espírito de revolta da massa, formando opinião, focalizando problemas, instruindo, capacitando e organizando para a luta."[16]

---

[15] Há alguns números, inclusive os ns. 1 e 2, nos quais foram publicados o tal artigo, na coleção do AEL.

[16] "Imprensa e publicações ilegais", *Boletim de Agitação e Propaganda*, Rio de Janeiro, fevereiro de 1935, p. 1. PCB, Prontuário n. 1110, vol. 4, Deops-SP, AESP.

Por isso, havia uma constante orientação nos documentos do partido no sentido de que os organismos internos se esforçassem para publicar os materiais do partido. O uso dos recursos gráficos, mais ou menos sofisticados, dependia da situação econômica-financeira e da estrutura organizativa do PCB. Ao se comparar o *Boletim Interno*, de julho de 1932, com as publicações encontradas de 1935, é possível perceber diferenças nos seus aspectos gráficos. Muito provavelmente o BSA, em 1932, por sua preocupação política em reorganizar o partido, havia colocado à disposição dos dirigentes algum capital neste processo, por isso, a existência de um material editado, composto e impresso. Já em 1935, esse material era bem simples na sua editoração e mimeografado[17].

Para o público-leitor organizado no partido, era aceitável um material gráfico de poucos recursos. Mas quando se tratava de tornar alguma decisão pública, fosse uma resolução política, um manifesto ou mesmo propaganda do ideário comunista, um relato de viagem ou um documento dos órgãos da Internacional Comunista, a mesma despreocupação não poderia existir. Além disso, o público-leitor (ou ouvinte, em se tratando do grande número de analfabetos existentes no país) a ser atingido era outro e a contraposição à imprensa ilegal era inevitável:

> "A imprensa ilegal, se bem que seja de uma importância fundamental entretanto, ela sozinha, por diversos fatores, é insuficiente: não pode penetrar em amplas massas populares, fala uma linguagem, sob o ponto de vista ideológico muito mais avançada para os elementos que ainda não se aproximaram de nós e que ainda se espantam com a palavra 'comunismo'. Daí a necessidade de criarmos e aproveitarmos a imprensa legal, de massas. São os jornais, revistas, manifestos, folhetos, etc., em que se falando em linguagem 'moderada', comum, popular, dizendo tudo que precisamos dizer sem a terminologia nossa, comunista, marxista, possamos mantê-los sem provocar reação, pelo menos por largo tempo."[18]

Ainda que a preocupação fosse com um público-leitor-ouvinte, a importância que já existia com o mundo exterior ao partido e como se aproximar dele é dada pelos esforços editoriais. No início dos anos trinta, a Marenglen, organizada por Astrojildo Pereira em São Paulo, pertence a

---

[17] Imagem 11: *Boletim de Agitação e Propaganda*, Rio de Janeiro, fevereiro de 1935 - doc. 1-3 - PCB - Prontuário n. 1110, vol. 4, DEOPS - AESP. S/a, *A política de paz da URSS*, São Paulo, Comissão Regional de Agit-Prop/PCB, setembro de 1935d- doc. 5-23 - PCB - Prontuário n. 1110, vol. 4, DEOPS - AESP. Comissão de Organização Regional, "Problemas de organização intimamente ligados à preparação de novos ativistas", São Paulo, setembro de 1935 - doc. 27-38 PCB - Prontuário n. 1110, vol. 4, DEOPS - AESP.

[18] "Imprensa Legal", *Boletim de Agitação e Propaganda*, Rio de Janeiro, fevereiro de 1935, p. 1 - doc. 1-3 - PCB - Prontuário n. 1110, vol. 4, DEOPS - AESP.

essa preocupação. Mesmo não dando certo, com poucos títulos produzidos, sua experiência serviu para outras tentativas.

Essas tentativas foram dispersas, sem nenhuma organização, sem nenhuma editora que lhes fornecesse o aparato estrutural para grandes publicações. Nesse sentido, foram publicações esparsas, muito provavelmente orientadas de acordo com os ventos da linha política do partido e com as condições financeiras no período.

A Editora Unitas, de São Paulo, analisada no capítulo anterior e ainda que fosse de um grupo de intelectuais afastados do PCB e ligados ao movimento trotskista, publicou algumas obras lidas pelos comunistas do partido. A Selma Editora também publicou diversos opúsculos e livros no Rio de Janeiro. Entre elas há o livro *Memórias*, de Lenin, publicada em 1934 e traduzida por Newton Freitas, escritor e jornalista ligado ao PCB.

No prefácio às *Memórias*, o jornalista-tradutor retoma o juramento feito por Stalin de que continuaria a obra revolucionária do líder da Revolução de Outubro, revelando o início de sua influência entre os comunistas brasileiros, além de incorporar a figura de Lênin à herança do PCB.

No entanto, entramos aqui em outro terreno editorial: as publicações para o público fora do partido. Não obstante, além dessas, a Editorial Calvino foi peça chave para a divulgação de obras ligadas ao comunismo internacional e nacional, na primeira metade da década de 1930, no Brasil. Fundada no Rio de Janeiro, com uma filial em São Paulo, pertence à esta editoria várias centenas de títulos colocados em circulação no mercado editorial nacional, desde grandes livrarias à bancas de jornais e revistas[19].

Segundo o proprietário-fundador, José Calvino Filho, a editora iniciou sua atividade comercial em 1929, editando até 1932 "livros que tratassem dos problemas sociais, sem a preocupação das ideologias defendidas, [...] lançando à venda livros socialistas, fascistas, comunistas, parlamentaristas, etc. [...]", sendo que, a partir de 1934, com a decretação da Lei Segurança Nacional, a edição de livros "comunistas" foram suspensas e os que já haviam sido editados foram recolhidos ao depósito da editora, quando passou a editar apenas títulos de medicina, direito e didáticos[20]. Em

---

[19] José Calvino Filho, Termo de Declarações, 15 de maio de 1937. José Calvino Filho, Processo n. 371, TSN, Arquivo Nacional.

[20] Idem, ibidem.

que pese a desconfiança em relação ao depoimento de Calvino, tema a ser tratado mais à frente, nota-se, dentre os títulos publicados, obras que não foram preparadas com a orientação e controle dos dirigentes do PCB. Portanto, ainda que a editora tenha publicado muitas obras de divulgação de idéias comunistas, contribuindo para a sua propaganda entre os militantes do PCB e entre um público mais amplo e difuso, há pequenos indícios de participação dos comunistas, sistematicamente ou não, na elaboração do projeto editorial da Calvino.

Dentre este conjunto de títulos de divulgação do comunismo, os relatos de viagem à URSS tiveram grande circulação. Destacam-se os de Caio Prado Júnior, Osório Cesar e Maurício de Medeiros.

Retomando uma tradição iniciada com a publicação do depoimento-reportagem sobre a Revolução Russa, o célebre *Os dez dias que abalaram o mundo* (1a. Edição: 1918, EUA), escrita pelo jornalista norte-americano, John Reed, e depois, nos anos trinta, por Henri Barbusse, com o *Russie*, Maurício de Medeiros publicou *Rússia: notas de viagem, impressões, entrevistas, observações sobre o regime soviético* (Rio, Calvino Filho Editor, 1931).

Simpático, sem exageros, aos feitos bolcheviques, Medeiros descreve minuciosamente, em suas 315 páginas, as condições de vida da população moscovita, sua pobreza, seus sacrifícios e a luta para manter o regime socialista. Mas não existe nenhuma auto-censura ao descrever as dificuldades que teve para poder entrar e sair do país, assim como os problemas para circular livremente pelas cidades visitadas. A capa do livro chama a atenção pela expressão do rosto do operário que está sobre uma cidade industrial, ajudando a caracterizar a idéia, contida no livro, do desenvolvimento econômico em que vivia o país, gerado pela industrialização; sugerindo que a direção do processo fosse dos operários.

Maurício de Medeiros[21] era médico, jornalista e nos anos vinte foi deputado estadual e federal, tendo uma pequena participação nos acontecimentos que levaram Getúlio Vargas ao poder, em 1930. Jornalista desde os anos dez, escrevia sobre os mais variados temas em grandes jornais cariocas e paulistanos. O seu relato de viagem teve quatro edições no mesmo ano de sua publicação,

---

[21]Maurício de Medeiros nasceu na cidade do Rio de Janeiro a 14 de julho de 1885. Era filho de José Joaquim de Campos da Costa de Medeiros e de Maria Carolina Ribeiro de Medeiros. Faleceu no Rio de Janeiro, a 23 de junho de 1966. Membro da Academia Brasileira de Letras, eleito em 1955.

chegando à sexta edição no ano seguinte[22]. Como afirma no início do relato, as solicitações de informações sobre o país visitado foram tantas (desde convites para realizar palestras, escrever artigos para jornais, até em conversas informais), que esta curiosidade, talvez, explique a quantidade de edições do livro.

Em que pese todo o desconhecimento geral sobre editoras, títulos e números de exemplares publicados, podemos aludir alguns dados para a comparação. Em 1933, a José Olympio Editora, que estava surgindo no Rio de Janeiro, publicou 8 títulos; a Companhia Editora Nacional, empresa de grande porte em São Paulo, publicou 158, com aproximadamente 7000 exemplares cada título[23]. Por suposto, a Editorial Calvino era uma empresa de pequeno porte e por isso, deveria publicar, em média, 1000 exemplares para cada título. Talvez, então, o relato de viagem de Medeiros tenha chegado a 7000 exemplares até a sexta edição. Isto representava um grande sucesso de vendas e um grande número de leitores.

Como médico, Maurício de Medeiros enfatizou em seu relato alguns aspectos do programa de saúde pública que estava sendo colocado em prática pelo governo soviético, em especial, descreve a campanha contra o alcoolismo e a prostituição. Como conclusão afirma: "A Rússia continua a ser um grande campo de experiências".

O segundo relato de viagem publicado foi o de Osório César, *Onde o proletariado dirige: visão panorâmica da URSS* (São Paulo,1932). Tendo acabado de voltar da URSS com sua companheira, a artista plástica Tarsila do Amaral, foram presos ao desembarcarem no Rio, ela sendo solta no dia seguinte e ele lá permanecendo por um mês. Logo depois, publicou o livro, talvez como estratégia de defesa diante da polícia política e da censura que tomavam formas cada vez mais ofensivas. Nesse sentido, foi incorporado ao livro o prefácio do escritor francês, Henri Barbusse, muito conhecido entre os escritores brasileiros, o qual foi pedido pelo autor por tê-lo conhecido em sua viagem à Europa.

Numa edição mais trabalhada editorialmente que a de Medeiros, a de Osório César foi custeada por ele e/ou pelos amigos, na qual há a inscrição na contra-capa: "edição brasileira",

---

[22] Edgard Carone, *O marxismo no Brasil*, op. Cit., p. 161 e 162.

[23] Cálculo realizado com base nos dados da Tabela D - Produção de livros em São Paulo e Rio de Janeiro entre 1926 e 1950. Apud: Gustavo Sorá, *As Brasilianas*, op. Cit., p. 354.

retomando o nacionalismo do movimento modernista. É mais simpática à URSS que a anterior e revela a preocupação em tornar essa simpatia pública, ao menos para o pequeno mundo dos escritores e intelectuais, mas um mundo que tinha algum poder de pressão pela expressão pública de suas opiniões. Assim, imaginava se proteger de outras ofensivas policiais. Tal simpatia é revelada logo no início do relato: "A revolução trouxe a liberdade, o trabalho com alegria, a instrução geral e a igualdade dos homens."

A capa é assinada por Tarsila do Amaral, cujo vermelho, acima, simboliza a bandeira soviética e a cidade industrial, abaixo, que também caracteriza um país cuja preocupação principal é a industrialização. Há, também, vários desenhos de Tarsila no interior do texto, cuja proposta é facilitar o entendimento do leitor sobre um país tão longínquo. No total, há 26 imagens, entre mapas, gravuras e fotografias. E diferente de Medeiros, Osório afirma as facilidades e a liberdade que teve: "Viajamos muito, vimos muito de tudo. Nada nos foi vedado."

O relato de Caio Prado Júnior, *URSS, um mundo novo* (São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1934, Coleção Viagens III), é, apesar de ser mais curto do que os outros dois, mais ensaístico. Dividido em quatro partes, o relato discute a organização política, econômica, social e as realizações da URSS, levantando muitos aspectos positivos da experiência soviética. A estrutura do texto segue uma lógica: a explicação teórica é enfatizada em detrimento de uma suposta descrição. Ao mesmo tempo, a explicação teórica é utilizada pelo autor também como forma de justificar os problemas que encontrou naquele país.

A interpretação de Caio Prado está calcada em dois pressupostos complementares. Para afirmar que a experiência soviética não é uma tentativa de realizar um projeto utópico, o autor explicita, ao mesmo tempo, sua visão sobre a história:

> "A sociedade humana não é um conjunto de tintas que um pintor combina à vontade. É um organismo vivo que evolui de acordo com leis que podem ser cientificamente determinadas, e que não estão sujeitas ao arbítrio de doutrinadores, por mais bem intencionados que sejam. E ninguém sabe disto melhor que os bolchevistas, cujo senso prático, assente numa concepção rigorosamente objetiva e científica dos fatos sociais, e apurado por uma longa luta

revolucionária que sempre os colocou no fogo dos mais vivos e intensos embates humanos, não se deixariam levar pelas miragens de uma utopia por mais generosa que fosse." [24]

O autor utiliza a "ciência" para legitimar e comprovar a idéia da racionalização e planejamento da experiência soviética, apresentada como a forma mais avançada de organização econômica. Neste processo, o papel preponderante concedido pelo autor aos bolcheviques é justificado pelo uso dessa "ciência", definida como "ciência social" de Karl Marx, que fornece aos bolcheviques os instrumentos necessários para o conhecimento da realidade e, assim, prosseguirem a construção da sociedade socialista.

Trabalhando com o termo "organismo vivo", Caio Prado expressa o modo como vê a sociedade. Como um "corpo" que tem seus próprios mecanismos de movimento, a sociedade aparece através de uma imagem de cabeça, tronco e membros. Quem e/ou o que seria a cabeça que dirige a sociedade? No caso da URSS, a resposta está no trecho citado: os bolcheviques, já que o autor os considera herdeiros da "ciência marxista" e os mais experientes nas lutas sociais. Assim, a cabeça da URSS, os bolcheviques, têm autoridade suficiente para dirigir o "organismo vivo".

No capítulo intitulado "Organização Política", Caio Prado define a estrutura política da URSS pelos sovietes, base da sua organização social. Faz um balanço histórico da revolução de 1917 na Rússia, iniciando com Comuna de Paris (1871). Aqui, o autor valoriza os sovietes como a base da organização social na URSS. Ora, essa é a mesma estrutura utilizada por Lênin no livro *O Estado e a Revolução*.

O texto de Lênin foi escrito no exílio entre a revolução de fevereiro e a de outubro em 1917. Sendo assim, marcadamente influenciado por tais acontecimentos, os quais colocaram para os bolcheviques a questão do poder institucional. Lênin objetivou com o texto sistematizar sua leitura do livro de Marx, *A Guerra Civil em França*, no qual interpretou a Comuna de Paris. Lênin levanta como questão central o poder proletário, que se constitui pelo Estado proletário. Portanto, os temas relevantes são a ditadura do proletariado, os sovietes e o partido comunista da URSS.

Rigorosamente, o relato de Caio Prado Júnior poderia ter sido escrito sem que ele tivesse viajado para a URSS, poderia ser um artigo publicado em qualquer grande jornal do pais.

---

[24] Caio Prado Júnior, *URSS, um mundo novo* (1a. edição), São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1934, p. 58.

Caracterizando o seu relato pela impessoalidade, Caio Prado fica mais perto do ensaio como expressão literária e nisto seu relato se afasta dos anteriormente publicados. Tendo sido publicado por uma das maiores, se não a maior, empresa editorial do país no período, integrando-se na Coleção Viagens ao lado de Monteiro Lobato e já tendo publicado *Evolução Política do Brasil*, Caio Prado como escritor já nasce consagrado pelo público e pela crítica, sendo seu relato reeditado no ano seguinte.

Essa impessoalidade pode, ainda, ser observada por uma ausência. Enquanto nos outros relatos de viagem há um item para descrever a visita ao Mausoléu de Lênin (item inexoravelmente presente em todos os relatos de viagem pesquisados, dos anos trinta aos anos sessenta, nacionais e estrangeiros), no de Caio Prado este item não existe. Em Maurício de Medeiros a observação ganha um sentido mais amplo:

> "Lênin nos pratos, nas oleogravuras, nos objetos úteis, nos móveis, nas medalhas, nos brinquedos. Lênin embalsamado, a ser visitado continuamente pela furiosa multidão... Lênin substituindo as imagens de santos e sendo um nome, a cujo apelo se reúnem todos os que querem manter o regime que ele fundou. Eis uma verdadeira canonização leiga, feita por um estado materialista: o culto a Lênin!"[25]

Em Osório César: "Ai dorme o chefe da Revolução Russa. A sua fisionomia serena esboça um sorriso, dando uma impressão de que vive ainda".[26]

Ambos relato descrevem as sensações vivenciadas por seus autores na presença da imagem de Lênin. Como está estruturado o relato de Caio Prado Júnior, um item desse tipo não caberia, ficaria deslocado. Esse silêncio, portanto, revela o uso intencional do ensaio como maneira de reforçar o primado das observações "científicas" em detrimento das descrições "pessoais".

Os relatos de viagem à URSS, em seus diferentes formatos e com suas diferentes visões, contribuíram para a difusão de idéias socialistas e das esquerdas, alcançando um público leitor antes nem imaginado pela direção do PCB. Ainda que fossem pequenas iniciativas de pessoas simpatizantes com a causa soviética, socialista ou comunista, articuladas à margem da organização

---

[25]Maurício de Medeiros, *Rússia: notas de viagem, impressões, entrevistas, observações sobre o regime soviético*, Rio, Calvino Filho Editor, 1931, pp. 191-192.

[26]Osório César, *Onde o proletariado dirige: visão panorâmica da URSS*, São Paulo, s/e, 1932, p. 228.

partidária, canalizarão, um pouco mais tarde, sentimentos e ações para a constituição do próprio partido.

Importante ressalva deve ser feita: o tema da revolução reaparece nesses relatos. O tema era, no entanto, tratado por um amplo espectro de escritores, intelectuais e políticos, envolvendo também grupos interessados em intervirem nos rumos da nação. Entre os comunistas ligados ao PCB, o tema estava em permanente discussão e não havia projeto homogêneo, como já analisado. Aqui torna-se relevante as posições, inscritas nesses relatos, que tomam como paradigma a Revolução Russa. Mesmo informados e influenciados pela chamada "revolução" de 30, essas posições partem de uma avaliação na qual define o movimento de 1930, que levou Vargas ao poder, como "golpista".

No entanto, a posição de Maurício de Medeiros, ainda que simpático aos comunistas, deixa clara sua concordância com a definição de "revolução":

> "Se a Revolução de outubro venceu - e isso o deixamos demonstrado nas páginas anteriores - foi porque o ambiente brasileiro lhe foi propício. Por que? Porque, cansado do regime despótico que é o presidencialismo. Mantenha-se, na ação reconstrutora, essa mesma ânsia de libertação: respeitando as aspirações tradicionais do Brasil e o seu visceral amor à Liberdade. Os jovens revolucionários, que tomaram a vanguarda da vitória, embora nem todos tenham tido a mesma posição vanguardeira durante a longa luta contra o autoritarismo, mostram-se deslumbrados com fórmulas novas, cuja experiência vai sendo funesta, onde tem sido tentada. Outros, esquecidos de que a força motora, que os impulsionou para a vitória, foi o ideal de Liberdade, comprazem-se no sonho de uma dilatada ditadura! Creio na sinceridade de todos eles, no seu desejo de buscar a perfeição para o progresso do país. Seria, entretanto, necessário que todos meditassem sobre a exata significação das cousas e não se deixassem embalar pelos vocábulos sonoros e ocos, nem pelas inovações reacionárias, com que, no fundo, as classes sociais dominantes procuram combater o surto triunfante da democracia." [27]

Tema presente desde os anos vinte, em especial, com a fundação do PCB e com o movimento tenentista, a revolução passou a integrar-se no vocabulário nacional. O tema aparecia e reaparecia quando tratava-se da crise da dominação oligárquica e do Estado Liberal[28]. Com Getúlio

---

[27] Mauricio de Medeiros, *Outras revoluções virão...*,

[28] Marcos Del Roio, "A teoria da revolução brasileira: tentativa de particularização de uma revolução burguesa em processo". In: Moraes, João Quartim (org.). *História do marxismo no Brasil*. Vol. IV. Campinas, Editora da Unicamp, 2000, pp. 71-73.

Vargas no poder, ficou evidente para alguns setores da sociedade a incapacidade de seu governo resolver a situação e é o que afirma Maurício de Medeiros no trecho citado.

Caio Prado Júnior, ao transformar a revolução russa e a experiência soviética em "bandeira política", traz para um circuito fora do PCB o tema da revolução como um paradigma e não como um modelo a ser seguido, em contraposição à chamada "revolução de 30".

Nesse sentido, a revolução, em seus diferentes significados, passa a ser uma idéia-força capaz de aproximar e distanciar grupos sociais. E, mesmo sendo uma idéia remota, na qual a democracia é antecessora, estará presente nas lutas antifascistas e democráticas.

3.2 - As organizações democráticas e antifascistas e a participação dos escritores

Nos anos trinta, a constituição de novos movimentos sociais, anteriormente inexistentes. Os sindicatos viviam um reflorescimento, ainda que às custas da intervenção autoritária do Estado. Setores profissionais, antes dispersos, começavam a se organizar. Alguns parlamentares passavam a agir de forma institucionalizada como agentes da cidadania, muitas vezes cobrando posições do governo em relação a arbitrariedades sofridas pelos movimentos de trabalhadores, prisões de lideranças sindicais ou de escritores, jornalistas, advogados, etc. Não era o que hoje chamamos de "movimentos sociais"[29], eram pequenas iniciativas que se avolumavam para responder ao descontentamento gerado por medidas políticas, econômicas e sociais do governo de Getúlio Vargas.

Essas iniciativas tiveram início em 1933, como já demonstrado no capítulo 1, com a formação de organizações de trabalhadores e das esquerdas contra a ameaça da guerra e contra o

---

[29] Para uma análise sobre as diversas interpretações sobre os "movimentos sociais" ver, sobretudo: Dagnino, Evelina. "Cultura, cidadania e democracia. A transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana", in: _____ (org.), *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos. Novas leituras.* Belo Horizonte, Editora UFMG, 2000, pp. 61-102. Durham, Eunice Ribeiro. "Movimentos Sociais. A construção da cidadania", in: *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, outubro/1984, n. 10, pp. 24-30. Nenhum dos artigos se refere ao período aqui tratado, mas impõem questões pertinentes ao caso estudado, como por exemplo: surgimento de movimentos sociais causado pela consciência das más condições sociais de vida ou pelas necessidades materiais que não são supridas?; quais relações entre o Estado e a formação de uma sociedade civil expressa na organização de movimentos populares?; a visão estadista da política não reforça a idéia de cultura apenas como instrumento de controle e dominação social?

fascismo. Comitê Anti-fascista Brasileiro, Frente Única Anti-fascista, Comitê de Luta Contra a Guerra, contra o Fascismo e a Reação, Comitê Estudantil Anti-Guerreiro, Comitê Anti-Fascista Italiano de São Paulo, Comitê Anti-fascista Lituano de São Paulo, Federação Operária de São Paulo, Legião Cívica 5 de Julho, Grêmio Universitário Socialista, União dos Trabalhadores Gráficos, Liga Comunista, Partido Socialista Italiano, Bandeira dos 18, Grupo Itália Libera, Centro de Resistência dos Trabalhadores de São Paulo, Liga Comunista, Partido Socialista Brasileiro, Partido Comunista do Brasil, eram nomes, entre alguns outros tantos, de organizações constantemente citadas em relatórios policiais como de entidades de "fundo comunista", cujas ações tinham o objetivo de "subverter a ordem".

Talvez, os relatórios da polícia possam ajudar a conhecer o que acontecia nas ruas, fora dos gabinetes. As participações de "enviados especiais" ou, como eram qualificados na documentação da polícia, investigadores, que eram na verdade policiais infiltrados que agiam como participantes com o propósito de descrever às autoridades oficiais tudo o que se passava no interior da organização (o local, quantas pessoas estavam presentes, quem foram os oradores e qual o conteúdo de cada discurso, nome e pequena biografia de identificação dos presentes ou pelo menos dos oradores, o que aconteceu durante a atividade, etc.). A qualidade do relatório será dada pelo conhecimento prévio do policial em relação à organização e à atividade realizada. Quando eram os "inspetores" que compareciam nas atividades, sem identificação policial, "à paisana", era para vigiarem os acontecimentos chegando, por vezes, à intervenção efetiva, cujo objetivo de "manter a ordem" era institucionalizar os limites do possível.

Em novembro de 1933, 150 pessoas se reuniram na sede das Classes Laboriosas, para assistirem à Conferência Anti-integralista. Liderada por Aristides Lobo, ex-membro do PCB que pertencia agora à Liga Vermelha e à União dos Trabalhadores Gráficos (UTG), a conferência terminou por volta das 23 horas. Parte da assistência dirigiu-se à Praça da Sé, onde, a convite de Lobo cantaram a Internacional Comunista. Como estavam apenas passando por ali, indo em direção ao Parque Dom Pedro e ao Brás, onde pegariam os bondes para casa, continuaram a caminhada. Já próximos ao Parque Dom Pedro, foram perseguidos por um grupo de policiais que diziam ter algumas ordens de prisão. Em meio à confusão, uma arma foi disparada para o alto e o chefe da ação policial

disparou várias vezes. Teve início um violento tiroteio com alguns feridos e a prisão de vários "comunistas e anarquistas"[30].

Alguns meses antes, um policial que foi enviado para acompanhar uma reunião do grupo Bandeira dos 18 (em referência ao movimento que ficou conhecido como "os 18 do Forte de Capacabana", era um agrupamento de militares que participaram da Coluna Prestes e membros de outras organizações contrárias ao governo Vargas), detalhou minuciosamente a expectativa dos participantes em fundar um Partido Socialista Operário. Admitindo que tal denominação era apenas máscara para um programa comunista de propaganda para a perturbação da "ordem pública", o policial enviou o relatório ao ser chefe "reservado". Este, por sua vez, reelaborou o dito relatório, corrigiu alguns erros de português e enviou ao seu superior, diretor da Delegacia de Ordem Política[31].

No relatório enviado ao Delegado de Ordem Política foram adendadas algumas propostas de ação desta delegacia junto aos grupos "comunistas" ou "perturbadores da ordem" ou "propagandistas do credo vermelho" ou, ainda, "de elementos que se infiltram no movimento operário para fomentar a discórdia entre os trabalhadores". Uma dessas propostas era, nas palavras do policial: "A nossa principal atividade agora vai ser a intriga. Com esta arma combateremos os projetos de propaganda presentes e futuros"[32]. Essa proposta pressupunha a existência de policiais infiltrados nas organizações como agentes duplos. Mas faltava a sofisticação existente nos filmes hollywoodianos sobre espionagem.

Numa noite de fevereiro de 1934, o Teatro Municipal de Nitéroi abrigou a Conferência Anti-Guerreira. Eram aproximadamente 20 h quando o primeiro orador tomou a palavra. Das mil e duzentas pessoas presentes, segundo dados do relatório da polícia, 15 fizeram discursos. Segundo Serafim Braga, todos oradores trataram do mesmo tema:

> "[...] dizendo o seguinte: - 'Devemos lutar contra as guerras imperialistas, armadas pela burguesia. O capitalismo podre e agonizante de toda a parte se une no combate aos sovietes chineses e à União Soviética porque esta é a única pátria dos trabalhadores livres, onde não há fome, desemprego, guerra e desigualdades sociais. O Brasil, a serviço do capitalismo

---

[30]Relatório Policial sobre a Conferência Anti-Integralista, 15 de novembro de 1933. Pront. n. 37 - Aristides Lobo, DEOPS - AESP.

[31] Relatório Reservado, 28/06/1933 e 30/06/1933. Pront. n. 37 - Aristides Lobo, DEOPS - AESP.

[32] Relatório Reservado, 30/06/1933. Pront. n. 37 - Aristides Lobo, DEOPS - AESP.

americano, também se intromete na grande chacina do Chaco Boreal e da Leticia, onde lutam os capitalismo americano e inglês. As nossas fábricas guerreiras trabalham diariamente. Os flagelados e os famintos são mobilizados para servirem à causa dos plutocratas americanos. Não há dinheiro para auxiliar desempregados, mas para a guerra o governo gasta a rodo. Diante dessa odienta política e do fascismo policial que veta aos trabalhadores qualquer liberdade de ação ou de propaganda, que deve a massa de exploradores [sic] fazer? Organize-se para o combate e para a luta. Que ninguém preste qualquer auxílio, moral ou material, à guerra. À guerra sangüinária, imperialista e de rapina , devem todos opor a guerra de classes, aquela que, apoiando a União Soviética , vem libertar os trabalhadores do mundo. Essa é a única guerra justa, a que se deve apoiar e incentivar.' – Quase todos os oradores se declararam comunistas internacionais, sendo contrários à idéia de pátria, que foi conspurcada e atacada por eles. Com as mais negras imagens repudiaram o sentimento do patriotismo, inato em todo e qualquer homem, pois é consubstancial com a natureza humana. [...] Todos os oradores atacam a ditadura, o Ministério do Trabalho e a organização fascista da polícia. [...]"[33]

O chefe da Secção de Segurança Política e Social do DF, Serafim Braga enviou este relatório ao Chefe de Polícia, Filinto Müller, sobre a Conferência Anti-Guerreira. Quase dois anos depois, Serafim Braga seria conhecido na imprensa internacional como o "infame" chefe da polícia brasileira[34].

As veleidades literárias do delegado de polícia atingia as raias de um discurso que estabelece a qualidade patriótica à "natureza humana". Científico sem o ser, tal discurso rotula: patriotismo é "consubstancial" à raça humana. Num momento em que a redescoberta do Brasil e a criação da Nação estavam tão presentes, a expressão de um nacionalismo exacerbado, se não xenófobo, não é estranho.

No Teatro João Caetano, no Rio de Janeiro, em agosto de 1934, houve outra ocorrência envolvendo a polícia e o Comitê Anti-Guerreiro. O Comitê Anti-Guerreiro havia sido fechado em São Paulo pela polícia, como vimos no capítulo 1, há um ano. No entanto, no Rio

---

[33] Serafim Braga ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores , "Relatório sobre a Conferência Anti-Guereira", fevereiro de 1934, n. 2184. MJNI- Série A : Segurança Pública , cx. 75- Arquivo Nacional.

[34] Harrison George, *International Press Correspondence.* Apud: Dulles, *op. Cit.* Depois dos levantes de novembro de 1935, Serafim Braga chefiou pessoalmente todas as investigações e prisões que levaram à prisão de Luiz Carlos Prestes e centenas de outros acusados de participação na intentona. Com a prisão de Prestes, organiza-se uma campanha pela sua libertação que ganha dimensões internacionais.

realizou-se o Congresso Nacional Anti-Guerreiro, cujo encerramento foi brutalmente invadido por policiais armados que dispersaram a reunião a tiros. Calculou-se a presença de mais de 1500 pessoas, que para fugirem da violência policial e dos gases lacrimogêneos ficaram, em alguns grupos, acuados nos arredores do teatro. Filinto Müller e Serafim Braga eram os chefes da ação, devendo explicações dos acontecimentos ao ministro da justiça, Vicente Rao, que assumira o ministério em julho e a quem eram diretamente subordinados. O ministro estava sendo pressionado por todos os lados. A Secretaria da Presidência da República buscava explicações sobre os acontecimentos noticiados nos maiores jornais das grandes cidades. A Câmara dos Deputados pedia explicações públicas do ocorrido[35].

No início de outubro, houve uma paralisação entre os trabalhadores da Estrada de Ferro Central do Brasil. Vários grevistas foram presos e, no entanto, Filinto Müller negou que houvesse qualquer trabalhador preso na DESPS (Delegacia Especial de Segurança Pública e Social-RJ) em função da greve, negou também qualquer ação daquela delegacia junto aos trabalhadores paradistas[36].

No mesmo mês, o deputado federal Acyr Medeiros pede explicações ao Ministro da Justiça sobre o "ataque" da polícia na sede do Sindicato dos Padeiros, que prendeu muitos trabalhadores e fechou a entidade. O Chefe de Policia, respondeu na semana seguinte:

> "[...]Os padeiros que iniciaram greve em 26 de agosto passado, abandonando o trabalho, reuniram-se no respectivo Sindicato, de onde saiam em grupos, para atacar os transportadores de pães, promovendo desordem em vários distritos policiais, do que resultou a detenção dos mais exaltados. Mais tarde, às dez horas, desentenderam-se esses grevistas na própria sede do sindicato, desentendimento que degenerou em serio conflito, o qual se estendeu também à via pública, só então intervindo a polícia para restabelecer a ordem.[...]"[37]

Sempre em nome da "ordem" ou da "segurança nacional" a polícia justifica os mais arbitrários dos atos: proibir a liberdade de expressão, de reunião, de ir e vir. Ainda que não tenhamos

---

[35]Correspondência entre a Câmara dos Deputados, dep. João Vitaca, e o MJNI, 3 de setembro de 1934, n.1392/34. MJNI - Série A: Segurança Pública - cx. 75 - AN. Filinto Müller respondeu às solicitações de explicações, no entanto, depois de muita procura tanto na DESPES, quanto na própria correspondência do MJNI, desistimos da empreitada.

[36] Correspondência entre a Câmara dos Deputados e MJNI, 10 de outubro de 1934, n.1400/34. MJNI - Série A: Segurança Pública - cx. 75 - AN.

[37] Correspondência entre a Câmara dos Deputados, em nome de Acyr Medeiros, e MJNI, 27 de outubro de 1934 e 5 de novembro de 1934, n.1401/34. MJNI - Série A: Segurança Pública - cx. 75 - AN.

acompanhado o desfecho dos diversos episódios que envolveram várias organizações na luta por seus direitos, podemos perceber os mecanismos das organizações que lutavam pela democracia e como eram combatidas pela polícia.

O deputado Mozart Lago, em agosto de 1934, pediu informações sobre as instruções à chefatura de polícia e aos seus subordinados na execução do n. 21, do artigo 113, da Constituição: "Ninguém será preso senão em flagrante delito, ou por ordem escrita da autoridade competente, nos casos expressos em lei. A prisão ou detenção de qualquer pessoa será imediatamente comunicada ao juiz competente, que relaxará, se não for legal, e promoverá, sempre que de direito, a responsabilidade da autoridade coatora.[...]"[38]. Müller respondeu ao MJNI que já havia passado todas as instruções aos seus subordinados. No entanto, o pedido do deputado deixa claro a ilegalidade de muitas das ações policiais, deixando o "réu" *a priori* sem poder fazer uso dos instrumentos da justiça.

As prisões individuais também demonstram a ação policial em torno e "elementos suspeitos". Membro do Comitê Central do PCB, Augusto Besouchet havia desaparecido no final de 1934 depois de uma batida policial num ponto de encontro de comunistas. A Câmara dos Deputados pediu informações e o chefe de polícia informou que não havia nenhum registro de preso com aquele nome[39]. Ou ele estava preso sem registro ou ele forneceu à polícia um nome falso que não fora ainda identificado, o que eram práticas comuns quando se tratava de presos políticos.

Orozimbo da Silva Tavares, diretor do Sindicato dos Foguistas do estado do Pára foi preso no Rio de Janeiro, em novembro. Houve um pedido de informações ao MJNI, vindo da Câmara dos deputados sobre o que aconteceu. Filinto Müller responde:

> "[...] o referido indivíduo, vindo do Pára e suspeito de ser elemento agitador e propagandista de idéias subversivas, foi convidado a comparecer à Secção de Segurança Social da Delegacia Especial de Segurança Política e Social, onde prestou esclarecimentos no dia 15 de novembro, retirando-se em seguida." [40]

---

[38] Correspondência entre a Câmara dos Deputados e MJNI, 10 de agosto de 1934, n.1389/34. MJNI - Série A: Segurança Pública - cx. 75 - AN.

[39] Correspondência entre a Câmara dos Deputados e MJNI, setembro/1934, n.1398/34. MJNI - Série A: Segurança Pública - cx. 75 - AN.

[40] Correspondência entre a Câmara dos Deputados e MJNI, dezembro/1934, n.1412/34. MJNI - Série A: Segurança Pública - cx. 75 - AN.

Em novembro, os deputados Álvaro Ventura e Waldemar Reikdal enviaram um oficio ao MJNI informando sobre as ações arbitrárias e violentas da polícia contra os trabalhadores, suas organizações e "demais órgãos de sua defesa". Mas o que mais incomodou no dito oficio, foi a exigência feita pelos deputados para que se apurasse imediatamente o paradeiro do jornalista Apparício Torelly[41], seqüestrado e espancado há dias[42]. Esse episódio ficou conhecido porque toda imprensa não-governista solicitou informações e medidas das autoridades competentes.

O jornalista-humorista passou a autodenominar-se, após a Revolução Constitucionalista de 1932, Barão de Itararé para satirizar a famosa batalha que não aconteceu: os paulistas constitucionalistas concentraram-se na cidade de Itararé para barrar as tropas chefiadas pelo governo provisório de Getúlio Vargas e estas passaram pelos arredores de Itararé, ignorando os revoltosos. Logo depois, o jornalista foi detido pela 4ª Delegacia Auxiliar, acusado de "delirante atividade revolucionária" inscritas nas páginas de *A Manha*.

Em 1934, Barão de Itararé funda, em outubro, com Aníbal Machado, Pedro Mota Lima e Osvaldo Costa, o *Jornal do Povo*. O jornal publicou, em fascículos, a história do marinheiro João Cândido, líder da revolta dos marinhos de 1910. Eis a motivação do seqüestro. Alguns oficiais da Marinha, contrários à história, seqüestraram e espancaram o jornalista. Ao voltar para sua sala na redação do jornal, o jornalista pendurou uma placa: "Entre sem bater".

No mês seguinte foi a vez de outro jornalista: Pedro Mota Lima. O jornalista havia sido preso no dia 12 de dezembro de 1934 pelo tenente Fernando Pereira Cardoso; e o deputado João

---

[41] Apparício Fernando de Brinkerhoff Torelly, o Barão de Itararé, nasceu no interior de uma diligência, no Estado do Rio Grande do Sul, em um local próximo à fronteira com o Uruguai, no dia 29 de janeiro de 1895. Em 1906 matricula-se, como interno, no Colégio Nossa Senhora da Conceição, em São Leopoldo-RS, onde faz o seu primeiro jornal manuscrito, intitulado "*Capim Seco*", com tiragem de um exemplar, em 1909. Deixa o colégio após cursar o 5°. ano ginasial, em 1911. Anos depois, por pressão familiar, matricula-se na Faculdade de Medicina de Porto Alegre-RS, abandonando-a no quarto ano. "*Pontas de Cigarros*", "versos diversos" e "poemas bem humorados", o primeiro e único livro com seu nome verdadeiro, é publicado em 1916. A história profissional do Barão começou no jornal *O Globo*, ainda em 1925, quando se muda para o Rio de Janeiro. Logo a seguir, foi para o jornal *A Manhã*, de Mário Rodrigues, pai de Nelson Rodrigues, assinando a coluna "Amanhã tem mais...". Em maio de 1926, fundou seu próprio jornal, *A Manha*, no qual inovou tanto na forma como no conteúdo. Sua linha editorial desmontava a falsa seriedade dos jornais da época e durou até 1960. Era chamado o "órgão de ataque de risos", mas foi censurado e fechado várias vezes durante o Estado Novo, só voltando a circular em 1945. Faleceu, no Rio de Janeiro, em 27 de novembro de 1971. In: Leandro Konder, *Barão de* Itararé, São Paulo, Editora Brasiliense, 1983. Dicionário *Literário Brasileiro*, cit.. Ver também: www.camara.rj.gov.br e www.heliopassos.jor.br

[42] Correspondência entre a Câmara dos Deputados e MJNI, novembro/1934, n.1403/34. MJNI - Série A: Segurança Pública - cx. 75 - AN.

Vitaca (entre outros que assinaram o oficio) solicitou informações ao MJNI sobre a legalidade dessa prisão: quem ordenou e autorizou a prisão e qual a alegação usada? Em resposta, Müller foi obrigado a colocar em liberdade o jornalista[43].

Ainda através da correspondência recebida pelo MJNI, é possível perceber um outro tipo de movimentação. Há muitos comunicados, no ano de 1934, do Ministério das Relações Exteriores (MRE) com o MJNI. Essa correspondência refere-se sobretudo à entrada no país de "elementos suspeitos", investigados por autoridades policiais e de espionagem de outros países que deveriam ser vigiados no Brasil por suspeita de participação "comunista"[44]. A rede de informações entre os aparatos policiais e de repressão funcionava, via de regra, entre embaixadas. Mas, em casos mais graves, essa correspondência era diretamente realizada entre os comandos policiais[45].

Essa correspondência, mais do que fornecer indícios sobre o que poderia estar acontecendo nas ruas, nas delegacias e nos gabinetes em relação aos "suspeitos de propagandistas do crede vermelho", indica, ao longo do ano de 1934, a intensificação de tentativas de controle de algo que fora chamado de "complô" contra a "ordem e a segurança nacionais".

O surgimento de vários movimentos sociais diferenciados de outros tempos não significou o "povo nas ruas", mas trouxe a política institucional para o centro da discussão das classe médias e setores mais ou menos organizados dos trabalhadores. As várias manifestações aqui descritas reuniram milhares de pessoas, tomando como parâmetro as cidades do Rio e de São Paulo. Em que pese estarem ai o que acabei por chamar de as classe médias (profissionais liberais, escritores, jornalistas, médicos, engenheiros, cientistas, professores, etc.), ao menos lideranças do movimento de trabalhadores, geralmente, ligadas a alguma organização partidária também estavam presentes.

A despeito de toda rede policial, a qual "vigiar e punir" suspeitos comunistas ou subversivos da "ordem" era o lema, a sociedade civil de então, buscava meios de defesa. A *Gazeta*

---

[43] Correspondência entre a Câmara dos Deputados e MJNI, dezembro/1934, n.1413/34. MJNI - Série A: Segurança Pública - cx. 75 - AN.

[44] Ver, como exemplo, MJNI - Série A: Segurança Pública - cx. 75 - AN. Correspondências n. 933/34, 938/34, 978/34, 979/34, entre outras.

[45] Ver, para as relações entre Brasil-EUA, no caso dos levantes comunistas de 1935: Cancelli, Elizabeth. *A Intentona em Nova York*. Brasília, Editora UnB-Edições Humanidades, 1997.

Popular de Santos, em janeiro de 1935, informou a criação da Comissão Jurídica e Popular de Inquérito (CJPI)[46].

Toda a correspondência enviada por deputados da Câmara Federal ao MJNI, solicitando informações a respeito de ações policiais, era articulada pela oposição parlamentar, através da CJPI. Essa oposição era composta por deputados descontentes com a crescente centralização do poder nas mãos da presidência da república, que passara a governar o país via decretos-leis[47]. Além dos parlamentares, participavam da comissão, entre outros, Caio Prado Júnior, Aureliano Guimarães, Athos Ribeiro, Raul Cardoso de Melo Filho, Walfrido Prado Guimarães, Waldemar Rocha Barros, João Lúcio Bittencourt, Clóvis Amaral, Getúlio de Paula Santos, Paulo Marzagão, Cícero Ferreira de Abreu, Eneas Teixeira de Carvalho, José Pires, Pedro Bueno e Renato Werneck[48]. No que pudemos apurar, a grande maioria era de advogados que passavam a se ocupar de atos ilegais da polícia e do acompanhamento de presos e perseguidos políticos.

Em janeiro de 1935, a CJPI denunciou publicamente que centenas de trabalhadores e intelectuais estavam sendo:

> "[...] vítimas do terror branco que se espalha por todo o país, constatando que tais presos estão submetidos a um regime de torturas e incomunicabilidade. O poder judiciário, requisitando informações da polícia, está, no entanto, na impossibilidade de deferir as ordens requeridas segundo os despachos proferidos, visto que os delegados carcereiros dos presos, da ordem política e social, têm negado as inumeráveis prisões que vêm efetuando nesta capital e em todo o interior. As buscas e apreensões não têm dado resultado legal, visto que a polícia remove os presos, de um para outro lado, dificultando a ação dos advogados. [...]"[49]

Cientes de que o poder judiciário poderia intervir nas ações policiais, as autoridades do controle político visando um saneamento das idéias, buscava interceptar e dificultar a ação do judiciário, conscientes da ilegalidade de seus atos.

---

[46] Ao que parece, a CJPI citada aqui é a mesma citada por Marly Vianna, *Revolucionários de 35. Sonho e realidade*, São Paulo, Companhia das Letras, 1992, pp. 109 e 111. Mas no texto de Vianna aparece como Comitê Jurídico e Popular de Investigação. Infelizmente, a autora não cita suas fontes e por isso, não pudemos checar.

[47] Em relação à crescente centralização do poder nas mãos do presidente da república ver: Pinheiro, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão. A revolução mundial e o Brasil: 1922-1935*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991, pp. 269-286.

[48] Associação Jurídica e Popular de Inquérito, Pront. n. 262 - Deops - AESP.

[49] *Gazeta Popular*, Santos, 11 de janeiro de 1935.

Em meados de janeiro, o presidente da CJPI, em entrevista ao jornal *Diário da Noite*, por motivo da greve dos "chauffeurs e trabalhadores de auto-ônibus", afirmava que:

> "[...] o fechamento do Sindicato dos profissionais do Volante e Anexos fere arbitrariamente todos os direitos de organização sindical entre nós, como prenuncio sombrio dos preparativos da Lei Monstro confeccionada pelo ministro Vicente Rao e seus auxiliares nesta empreitada reacionária contra o povo trabalhador do Brasil."[50]

A chamada Lei Monstro só seria aprovada em abril, mas a existência de seu projeto como forma de controle legal dos dissidentes já era pública. Em dezembro de 1934, um manifesto assinado por várias organizações contrárias ao governo, bem o demonstra:

> "Ao proletariado e às massas populares de São Paulo! Trabalhadores manuais e intelectuais sem distinção de tendências políticas, credos religiosos, nacionalidade ou cor! A todos os homens de consciência livre! O crescimento da reação, da violência, de selvagens métodos fascistas, e de um governo que arma os integralistas [...]. No grave momento em que a polícia política metralha comícios populares; vareja e varre a bala os sindicatos operários, no Rio, Espírito Santo, em Minas, em São Paulo etc; prende, espanca, deporta e mata os que ousam ter idéias e defendê-las; como o bárbaro assassinato de Tobias Warschawsky, e a deportação de Deícola dos Santos, Augusto Besouchet, Henrique Covre, Ferreira Lima, Bernardo Chernizer, Natalino Rodrigues e tantos outros; no momento em que a camarilha dominante atacam os últimos restos das liberdades populares e incitam as provocações dos mercenários integralistas, - as organizações abaixo assinadas conclamam as massas populares e a todos os homens de consciência honesta a protestarem contra a reação e o fascismo, e a apoiarem a CJPI - Assembléia de Frente Única Popular, Liga Lombarda. Assinam: Comitê de Luta contra a Guerra Imperialista, a Reação e o Fascismo; Sindicato dos Empregados no Comércio de São Paulo; Socorro Vermelho do Brasil; União dos Alfaiates; Comitê das Mulheres Trabalhadoras; Legião Cívica 5 de julho; Federação da Juventude Comunista; Ala anti-fascista do Sindicato dos Condutores; PCB/Região de São Paulo; Oposição ao Sindicato dos Bancários; oposição do PSB/Secção de São paulo e Liga Comunista Internacionalista-Região de São Paulo. São Paulo, 10 de dezembro de 1934."[51]

---

[50] *Diário da Noite*, São Paulo, 16 de janeiro de 1935.
[51] Associação Jurídica e Popular de Inquérito, Pront. n. 262 - DEOPS - AESP.

Podemos perceber, também que as diversas organizações que assinam o manifesto, em que pese todas as suas diferenças políticas e ideológicas, formavam uma frente de combate para garantir direitos democráticos. A luta era travada principalmente no campo jurídico, ao lado de outros mecanismos de mobilização da opinião pública como, por exemplo, as manifestações e comícios de rua, os manifestos e noticiários na imprensa que insistiam em furar o cerco da censura.

É nesse ambiente e com lideranças desses movimentos aqui elencados que surge a Aliança Nacional Libertadora. O manifesto-programa da Aliança reivindicava o cancelamento das dívidas imperialistas, nacionalização das empresas estrangeiras, liberdade de manifestação e fim dos latifúndios. Os comunistas, juntamente com outros aliancistas, assumiram a defesa de um *desenvolvimento nacional* que vinha sendo barrado pela política imperialista de Vargas, a serviço dos EUA e da Inglaterra, apoiado pelos latifundiários brasileiros. O governo Vargas, que a princípio assumira a defesa deste *desenvolvimento nacional*, em 1934/1935 não havia conseguido implantar suas propostas iniciais de acordo com a avaliação contida no programa da Aliança. Basicamente, as propostas da ANL giravam em torno de medidas que permitissem o desenvolvimento econômico e de soberania nacional. Ao mesmo tempo podemos constatar a ausência de reivindicações sindicais e operárias.

A ANL teve papel importantíssimo na aproximação de alguns intelectuais com o PCB. Nos poucos meses de legalidade da Aliança muitos escritores e artistas se integram em suas atividades. Talvez pela quantidade de escritores e artistas na ANL, foi fundada a *Liga de Defesa da Cultura*. No manifesto de fundação da Liga aparecem vários nomes de futuros comunistas, além dos que já haviam ingressado no PCB: Rubem Braga (que pertencia também à direção nacional da ANL), Brasil Gérson (jornalista), Acrísio Viana (advogado), Sadi Garibaldi (jornalista), Genolino Amado (advogado), Benjamin Soares Cabello (jornalista), Carlos Lacerda (estudante, que na reunião de fundação da ANL propôs Luiz Carlos Prestes como presidente de honra da entidade sido por isso amplamente aplaudido), Maria Werneck de Castro (advogada), Anibal Machado (escritor), Aparício Torelli (jornalista), Santa Rosa (desenhista), Jorge Amado.

Além dos intelectuais, a ANL contou com grande participação de militares, sendo antigos membros da Coluna Prestes ou aderentes inspirados na memória deste combate.

A primeira notícia da ANL foi em janeiro de 1935, quando o deputado Gilberto Gabeira, da oposição parlamentar, fez um discurso na Câmara Federal afirmando que a luta popular pela defesa da democracia seria coordenada pela Aliança. O Diretório Nacional da ANL foi formado em março, tendo como presidente Hercolino Cascardo, comandante da Marinha de Guerra, ativo participante do movimento tenentista de 1924 e interventor do Rio Grande do Norte entre 1931 e 1932. O vice-presidente, Carlos Amorety Osório era capitão do Exército; Francisco Mangabeira, secretário-geral, era estudante de direito e ligado à União da Juventude Comunista. Os outros nomes que compunham a direção da ANL eram: Roberto Sisson (comandante da Marinha), André Trifino Corrêa, Antônio Rolemberg, José Augusto de Medeiros (capitães do Exército); Carlos da Costa Leite (major do Exército), Antônio Rodrigues Gouveia (capitão da marinha Mercante), Abguar Bastos (oposição parlamentar), Armando Leydner (deputado), Manuel Venâncio Campos da Paz (médico ligado ao PCB), Benjamim Soares Cabello (jornalista), Horácio Valadares (jornalista), Fernando Muniz Freire, Marcelo Curvelo de Mendonça e Walfrido Caldas.

Em 30 de março, a ANL foi lançada num grande evento no Teatro João Caetano, no Rio de Janeiro, do qual participaram centenas de pessoas. Nos meses seguintes, a ANL contou com a participação entusiástica de milhares de pessoas, personalidades do mundo político institucional, membros de sindicatos, escritores, intelectuais, médicos, jornalistas, membros de organizações partidárias, trabalhadores, estudantes, donas-de-casa, militares, funcionários públicos, etc. Organizaram-se várias manifestações públicas, conferências, debates, comícios, passeatas, manifestos.

Em 26 de abril, a ANL foi lançada em São Paulo e Caio Prado Júnior foi aclamado como presidente estadual, numa grande manifestação no Cassino do Parque Antártica[52]. No início do mês, no entanto, o governo federal temendo a onda de manifestações públicas pela democracia e contra suas medidas políticas, decidiu colocar em votação, no Congresso Nacional, a Lei de Segurança Nacional, aquela Lei Monstro à qual se referiu o presidente da CJPI, quando ainda estava em fase de elaboração pelo Ministro da Justiça Vicente Rao[53], em janeiro de 1935.

---

[52] Relatório de 11 de junho de 1963, Setor de Arquivos e Fichários, pasta 30-k-33, doc. 174, vol. 1 - DEOPS - AESP.

[53] Vicente Paulo Francisco Rao (São Paulo, 1892-1978). Chefe de Polícia de São Paulo em 1930 e Ministro da Justiça entre 1934 e 1937.

No dia 4 de abril, o Congresso aprovou a referida Lei, com ampla maioria dos votos. À oposição parlamentar só restava protestar e continuar pressionando os chefes do governo com base no dispositivo n. 21 do artigo n. 113 da Constituição de 1934[54]. Mas nada pode barrar a ofensiva do governo contra a ANL.

Num grande comício, no Rio de Janeiro, organizado pela ANL em comemoração ao aniversário dos combates tenentistas de 5 de julho, o esperado orador, Luiz Carlos Prestes, fez duras críticas ao governo, terminando com as frases: "Por um governo Popular Nacional Revolucionário! Todo poder à ANL!". Dois dias depois, Filinto Müller ordenou o fechamento do jornal *A Manhã*, órgão oficial da ANL e que funcionou de 24 de abril a 27 de novembro e houve muitas invasões policiais em sindicatos e muitos dirigentes foram presos.

Em São Paulo, a comemoração do 5 de julho contou com a participação de Miguel Costa, que havia acabado de aderir ao movimento aliancista, no qual discursou contra o governo e em defesa da democracia para uma multidão de 10 mil pessoas.

O discurso de Prestes foi o motivo que faltava para a grande ofensiva policial e a decretação de sua ilegalidade. O ambiente, no entanto, já havia sido preparado pelo jornal *O Globo*, que no dia 26 de junho publicou em suas duas edições diárias, um suposto plano vermelho para implantar o comunismo no Brasil[55].

No dia 11 de julho foi assinado o decreto de fechamento da ANL e Filinto Müller veio à público "esclarecer" os objetivos das tarefas da polícia dai para frente:

> "O Partido Comunista, dada a situação atual da Rússia, que se vê apertada entre duas potências – a Alemanha nazista e o Japão – entendeu oportuno não mais desdobrar as suas atividades máximas na Europa, mas deslocar , como medida necessária e imediata, o centro das agitações comunistas para a América do Sul. E, na América do Sul, o país visado escolhido, de preferência, pelos chefes do comunismo, para implantação e futura irradiação de suas doutrinas, foi o Brasil. A polícia vem acompanhando, há tempos, essa atividade extremista entre nós, e tem obtido, como melhor e mais seguras fontes de informações, as próprias diretivas do CC (Comitê Central) para o PCB. Uma dessas diretivas, traçadas em

---

[54] Imagem 12: Discurso de deputado contra a Lei Monstro, transformado em panfleto. PCB - Prontuário n. 1110, vol.2, DEOPS - AESP.

[55] *O Globo*, 26 de junho de 1935. 1a. e 2a. edições.

meados do ano de 1933, tem para nós grande importância, pois nelas vêm delineadas o plano de assalto ao Brasil. É esse, um documento de grande significação e de grande importância para nós, repito, porque nos dá a chave e a explicação de tudo quanto vem se registrando entre nós, no decorrer dos últimos dois anos, dando margem, ainda, a que possamos prever o que seria levado a termo futuramente [...]./ Tudo quanto temos assistido aqui nada mais é do que o desdobramento de um plano preconcebido e executado sob o controle absoluto da 3ª Internacional e que se encontra em linhas gerais neste valioso documento n.º 39, intitulado 'Plano de Ação Comunista'. [...]./ Os brasileiros podem, entretanto, estar perfeitamente tranqüilos, porque o governo se encontra absolutamente senhor de todos esses planos, devidamente aparelhado para prevenir qualquer perturbação da ordem e em condições de reprimir, se for o caso, violentamente, qualquer tentativa de execução deles."[56]

Assim, a ANL passou à clandestinidade, suas sedes foram fechadas e a numerosa população que a apoiara, talvez amedrontada com a ofensiva policial, nada fez. Apesar de manifestos e declarações de apoio à ANL dos mais variados setores da sociedade, o processo era irreversível. Ainda assim, a ANL continuou a funcionar, mas agora sem a participação popular, deixando aos comunistas a tarefa de manutenção ilegal da entidade.

O PCB havia manifestado seu apoio à ANL em 24 de janeiro de 1935, ou seja, logo após a sua primeira aparição pública no discurso do deputado Gilberto Gabeira na Câmara. O apoio foi publicado no órgão oficial do partido, *A Classe Operária*. Entretanto, as atividades que desencadearam a "intentona" em novembro de 1935 parecem ter pouco a ver com a organização da ANL e com seus membros, ainda que muitos fossem do PCB.

Aqui, abro um parênteses... O debate sobre a formação e as atividades da Aliança Nacional Libertadora e os levantes comunistas de novembro de 1935, no qual parecem se centrar no problema da influência do PCB como partido organizado na formação e organização da ANL, e o papel da IC na decisão da "intentona" comunista.

Nesse sentido, no início da década de noventa, três trabalhos foram publicados: Paulo Sérgio Pinheiro, *Estratégias da ilusão. A Revolução Mundial e o Brasil, 1922-1935*. (São Paulo, Companhia das Letras, 1991); Marly A. G. Vianna, *Revolucionários de 1935: sonho e realidade*.

---

[56] Entrevista de Filinto Müller, transcrita pelo DEOPS, 1935 - doc. s/n - Pasta 30-z-78 - DEOPS - AESP.

(São Paulo, Companhia das Letras, 1992); e William Waack, *Camaradas. A história secreta da revolução brasileira de 1935*. (São Paulo, Companhia das Letras, 1993). O primeiro trabalho citado, realizado por um cientista político, insere os levantes armados de 1935 no contexto mundial, no qual a Revolução Russa se torna um novo paradigma de revolução. O da historiadora Vianna trabalha com a hipótese de que a "intentona" foi um último suspiro do movimento tenentista. E o trabalho do jornalista Waack, um dos poucos brasileiros a ter acesso aos "arquivos de Moscou", pretende demonstrar a submissão do PCB, ao realizar os levantes armados, às ordens vindas da IC.

No momento em que a Aliança foi colocada na clandestinidade, o PCB se tornou uma das únicas organizações que deu continuidade ao seu trabalho ilegal. Esse movimento, no qual o PCB passou a ser a força hegemônica, culminou com os levantes armados de novembro de 1935. Por outro lado, a documentação encontrada nos arquivos de polícia política demonstra a agilidade com que foram presos vários "suspeitos" de envolvimento nos levantes e, quando abriam o inquérito para a investigação do referido crime, em muitos casos foram encontrados papéis (bilhetes, caderno de telefones, correspondência pessoal, anotações pessoais diversas, panfletos, jornais, livros). Em outros casos, um encontro com a pessoa errada na hora errada custou alguns meses ou anos de prisão.

No entanto, as autoridades policiais responsabilizaram a ANL e o PCB pelos acontecimentos. Nesse sentido, todos aqueles que a polícia suspeitasse de envolvimento com essas organizações foram presos e acusados de atividades sediciosas e exóticas. A partir daí, a caça às bruxas obteve as justificativas legais para a continuidade da grande ação repressiva contra todos os que se opusessem, pela via armada e pela arma da palavra, à ordem "constitucional".

3.3 - Em nome da Segurança Nacional: os escritores na mira da polícia

Como foi visto nos itens anteriores, antes mesmo da fundação e do fechamento da ANL, várias medidas restritivas do ponto de vista político e policial foram sendo tomadas, várias prisões ocorreram e muitas publicações foram censuradas (advertidas, apreendidas ou proibidas).

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

Filinto Müller, neste sentido, foi um personagem bastante peculiar na história da instituição da repressão policial no Brasil[57]. Sob sua orientação, na chefia de polícia do Distrito Federal, irradiava toda uma gama de tarefas para a polícia de todos os Estados.

Desde o início do governo de Getúlio Vargas, as instituições policiais passaram por várias discussões de projetos de reformulação de suas estruturas. Alguns aspectos desses projetos foram paulatinamente colocados em prática durante os anos trinta. No entanto, uma grande reforma ocorreu em 1933. A 4ª Delegacia Auxiliar, no Rio de Janeiro, foi extinta e, em seu lugar foram criadas a Diretoria Geral de Investigações (DGI) e a Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS), posteriormente Departamento de Ordem Política e Social.

A famosa 4ª Delegacia Auxiliar era a responsável pelos crimes de vadiagem, mendicância, prostituição, lenocínio, perturbação da ordem, expulsão de estrangeiros "indesejáveis". Criada em 1923 (decreto n. 16.107 - 2 de agosto), a 4a. Auxiliar possuía em sua estrutura a Seção de Ordem Pública e Social, já preparada para a repressão às manifestações de luta reivindicatória ou de oposição política da classe operária, assim como de seus dirigentes, anarquistas, comunistas ou "estrangeiros"[58]. Em São Paulo, desde 1924 havia o Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS). Foram, em verdade, as primeiras tentativas colocadas em prática para a formação de uma polícia política institucionalizada.

Alguns dados são interessantes para tentar dimensionar a concentração das atividades da polícia em relação às atividades políticas. Numa pesquisa sobre "vadiagem" no Rio de Janeiro, entre 1927 e 1936, concentrada na análise dos processos de "vadiagem" depositados no Arquivo Nacional-RJ, contabilizou que, entre os anos de 1927 e 1930, houve, em média, 25% de processos

---

[57] Há um trabalho bem interessante sobre a trajetória de Filinto Müller, cujo enfoque recaí nas relações políticas baseadas nas trocas de favores entre personalidades e o chefe da polícia do DF, assim como problematiza a constituição do arquivo de correspondência de Müller, depositado na Fundação Getúlio Vargas-RJ: Luciana Quillet Heymann, *As obrigações do poder: relações pessoais e vida publica na correspondência de Filinto Müller*, Dissertação de Mestrado, Museu Nacional/UFRJ, 1997.

[58] Para as ações da 4a. Delegacia Auxiliar, ver: Bretas, *op. cit.*; _____, *A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1997; Paulo Sérgio Pinheiro e Michael M. Hall, *A classe operária no Brasil*, São Paulo, 1979, vol. 1; P. S. Pinheiro, *Estratégias da ilusão*, op. cit., capítulo 15. A "terceira revolução" (de Getúlio Vargas); Olívia Maria Gomes da Cunha, *Intenção e gesto: política de identificação e repressão à vadiagem no Rio de Janeiro nos anos 30*, Rio de Janeiro, Tese de Doutorado apresentada so Departamento de Antropologia Social-Museu Nacional, 1998.

por "vadiagem" do total de processos instaurados na 5a. Pretoria; entre os anos de 1931 e 1933, essa média caiu para 9%; sofrendo nova elevação entre 1934 e 1935 para 20%[59].

Podemos inferir, como causa dessa queda, que os acontecimentos políticos levou as instituições policiais a manterem seus olhos sobre um outro "inimigo da nação": os dissidentes políticos. Se antes o alvo principal eram os trabalhadores, agora para toda e qualquer dissidência política existia todo um aparato institucionalizado e uma legislação que cumpria controlar e reprimir.

A DESPS cumpriu esse papel. De início sua organização era pequena, contando com um delegado, um secretário, dois auxiliares, o chefe da Seção de Segurança Pública, o chefe da Seção de Explosivos, Armas e Munições e o chefe da Seção de Arquivo-Geral. As verbas e os investigadores ficavam a critério do chefe de polícia, portanto, o funcionamento da delegacia não estava preso a critérios previamente estabelecidos, mas funcionava de acordo com os interesses políticos do momento[60].

Portanto, em 1933, já havia um órgão "especial" da polícia para o combate às dissidências políticas. Faltava apenas uma legislação que respaldasse e legitimasse suas ações violentas e repressivas, já que o Código Penal de 1890, feito às pressas logo após a Proclamação da República, e a Constituição de 1934, traziam muitas dificuldades para esse tipo de ação. Nesse sentido, surgiu em 4 de abril de 1935 a conhecida Lei Monstro, na verdade, Lei n. 38 - *Define crimes contra a ordem política e social.*

Alguns aspectos dessa lei são fundamentais para entender o processo repressivo que surgiu após os levantes de novembro de 1935. No capítulo III, da referida lei, define a "ordem política" e a "ordem social":

---

[59] Olívia Maria Gomes da Cunha, *Intenção e gesto: op. cit.* p. 426.

[60] Em que pese a inexistência de um estudo sistemático sobre a *polícia política*: as origens, o funcionamento, seus órgãos administrativos e de ação, assim como seus projetos e suas políticas, há alguns estudos que fornecem pistas importantes para a pesquisa desse tema. Sobre a polícia no governo Vargas, ver: Elizabeth Cancelli, *O mundo da violência. A polícia da era Vargas*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1993. Especificamente sobre a história e as possibilidades dos arquivos das delegacias e/ou departamentos de ordem Política e Social, ver: Beatriz Kushnir, "Pelo buraco da fechadura - O acesso à informação e as fontes: os arquivos do DOPS (RJ e SP)", in: Maria Luiza Tucci Carneiro (org.). *Minorias Silenciadas: história da censura no Brasil*. São Paulo, Edusp, 2002. pp.553-585; Antonio Luigi Negro e Alexandre Fortes, "Direita e esquerda. Fontes nacionais para a história social", Campinas, s/d, mineog.; idem e Paulo Fontes, "Trabalhadores em São Paulo: ainda um caso de polícia", in: Maria A. de Aquino, Marco A. V. Mattos e Walter C. Swensson Júnior (orgs.), *No coração das trevas: o DEOPS-SP visto por dentro*, São Paulo, Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001, pp. 157-179.

"§ 1° A ordem política, a que se refere este artigo, é a que resulta da independência, soberania e integridade territorial da União, bem como da organização e atividade dos poderes políticos, estabelecidas na Constituição da república, nas dos Estados e nas leis orgânicas respectivas. § 2° A ordem social é a estabelecida pela Constituição e pelas leis relativamente aos direitos e garantias individuais e sua proteção civil e penal: ao regime jurídico da propriedade, da família e do trabalho; à organização e funcionamento dos serviços públicos e de utilidade geral; aos direitos e deveres das pessoas de direito público para com os indivíduos e reciprocamente."[61]

Definidas de maneira tão ampla, quaisquer atos que desagradassem membros do governo, poderiam ser enquadrados nessa lei. Os crimes contra a ordem política e ordem social também se definem muito amplamente, sendo aqueles que ao "tentar, diretamente e por fato, mudar, por meios violentos, a Constituição da república, no todo ou em parte, ou a forma de governo por ela estabelecida", "incitar diretamente o ódio entre as classes sociais", "instigar as classes sociais à luta pela violência", "instigar desobediência coletiva ao cumprimento de lei de ordem pública", ou ainda promover qualquer distúrbio nos meios militares, seriam considerados inafiançáveis e punidos com reclusão celular que variavam de 1 a 10 anos.

A todo e qualquer ato de desobediência ao cumprimento da ordem pública estabelecidas em lei, enquadrou-se a "propaganda":

"Art. 25. Quando os crimes definidos nesta lei forem praticados por meio da imprensa, proceder-se-á, sem prejuízo da ação penal competente, à apreensão das respectivas edições. A ação desta medida competirá, no DF, ao Chefe de Polícia, e nos Estados e no Território do Acre, à autoridade policial de maior graduação no lugar. [...]

Art. 26. É vedado imprimir, expor à venda, vender, ou, de qualquer forma, por em circulação gravuras, livros, panfletos, boletins ou quaisquer publicações não periódicas, nacionais ou estrangeiras, em que se verifique a prática de ato definido como crime nesta lei, devendo-se apreender os exemplares sem prejuízo da ação penal competente."[62]

Apreendido o impresso "suspeito", a autoridade que determinou a ação deveria enviar um exemplar ao juiz federal da seção e o juiz julgará a legalidade da apreensão, sendo prevista a

---

[61] Lei n° 38 - de 4 de abril de 1935, *Coleção de Leis do Brasil - Actos do Poder Legislativo*, ano 1935, p 38.

[62] Idem, *ibidem*, p. 39.

defesa do responsável pelo impresso, cabendo ainda recurso na instância superior, de ambas as partes. Se após a apreensão, nenhuma reclamação for feita, o material será "inutilizado". Isso significou, na prática, atos de queimas públicas de milhares de materiais apreendidos; impossibilitando, em muitos casos, ao historiador dos dias de hoje, o conhecimento dos referidos materiais. A pena prevista era de 1 a 3 anos de prisão celular ao responsável pela publicação, por sua circulação ou até mesmo quem simplesmente possuísse um material "suspeito". Como veremos mais à frente as penas foram cumulativas e o fato de possuir algum material "subversivo" foi considerado crime contra a ordem política e social.

A Lei Monstro ainda previa a proibição de partidos, centros, agremiações ou sindicatos "que visem a subversão, pela ameaça ou violência da ordem política e social", assim como quaisquer de seus participantes ou membros seriam penalizados nas formas previstas da lei. Havia, no entanto, um artigo especial para os funcionários públicos e os professores catedráticos: em sendo processados e julgados culpados nos crimes previstos nessa lei, perderiam imediatamente o cargo, mesmo os que possuíssem cargos vitalícios.

Assim, organismos de repressão criados e leis que permitissem sua ação legal, a cidadania e as liberdades individuais passam a ser um "caso de polícia". Mas, como veremos, ainda haviam brechas e entre o que se prescrevia na lei e a ação policial havia um grande abismo. Quando a Lei Monstro, apesar de sua amplitude, não conseguiu abarcar os interesses políticos da ordem estabelecida, foi posta de lado e legislou-se de acordo com interesses políticos imediatos, como na decretação do "estado de sítio" nos moldes do "estado de guerra" em novembro de 1935. Foi o que Paulo Sérgio Pinheiro definiu brilhantemente:

> "A repressão política 'politiza' (perdoada a redundância) a luta contra o crime, transformando todos os vadios em 'ladrões, assaltantes e arrombadores', prostitutas, menores nocivos, revolucionários em potencial e criminosos 'políticos', capazes de serem utilizados pelos agitadores. Na ação policial, o regime de exceção unifica a luta contra o crime comum e o crime político, com a diferença de que, no caso do primeiro, o exame judicial continua nulo, ao passo que para o segundo o procedimento jurídico requer mais sofisticação"[63]

---

[63] Paulo Sérgio Pinheiro, *Estratégias da Ilusão...*, op. cit., p. 112.

A trajetória de Dionélio Machado, médico no Rio Grande do Sul e que já havia feito várias incursões pela literatura, é bastante elucidativa das práticas policiais cometidas em nome da lei. Quando formou-se a ANL naquele Estado, Dionélio tornou-se seu presidente e em agosto de 1935 fora preso em conseqüência das perseguições aos líderes da organização aliancista, enquadrado na Lei nº 38, artigos 25, 26 e 30. Da prisão enviou um artigo para o jornal *A Manhã*, órgão oficial da ANL, dirigido por Pedro Motta Lima. De acordo com sua avaliação, a ANL foi o primeiro grande movimento de manifestação popular:

> "[...] a Aliança operou entre nós o despertar da consciência popular revolucionária no Estado - verdadeiro milagre, tendo-se em conta o espírito da nossa gente, que passa toda sua existência de povo politicamente organizado a transitar das mãos de uns caudilhos para as de outros, anulada em suas vontades, enganada por uma demagogia desenfreada [...]." [64]

Dionélio Machado enxergou a ANL como um momento peculiar na história dos movimentos sociais no Brasil, não deixando de notar a qualidade de "inocente útil" da "nossa gente".

Pouco antes, Dionélio havia enviado os manuscritos de seu romance *Os ratos*, à Companhia Editora Nacional, propriedade de Othales Marcondes Ferreira e localizada em São Paulo. A Nacional estava organizando um concurso literário denominado Prêmio Machado de Assis, no qual o vencedor publicaria seu romance pela editora. No júri encontravam-se Gastão Cruls, Monteiro Lobato, Gilberto Amado, Agripino Grieco e, representando a editora, Moacyr Deabreu. Os favoritos do júri eram os romances de Marques Rebelo, de João Alphonsus e Érico Veríssimo. Jorge Amado era um assíduo freqüentador dos bastidores da editora e muito amigo de Veríssimo; de posse de tal informação, foi avisar o amigo das preferências do júri. Entretanto, Érico Veríssimo pediu-lhe que interviesse junto ao júri em favor de um amigo que se encontrava preso acusado de ser comunista, Dionélio Machado. Jorge Amado realizou o pedido de Érico e foram premiados pela editora: Dionélio Machado, Érico Veríssimo, Marques Rebelo e João Alphonsus [65]. Para um preso político ter um romance de sua autoria publicado por uma editora reconhecida era uma das formas de pressionar o governo e a polícia política.Este tipo de solidariedade multiplicou-se e foi a forma encontrada de criar uma espécie de "imunidade intelectual".

---

[64] *A Manhã*, 17 de outubro de 1935, p. 3.

[65] Jorge Amado, *Navegação de Cabotagem*, Rio de Janeiro, Editora Record, 1992, pp. 515 a 517. Érico Veríssimo, *Solo de Clarineta*, Porto Alegre, Editora Globo, 1974, vol. I, pp. 259 e 260.

Sob o pretexto de prender os responsáveis pelos levantes liderados por Prestes, em novembro de 1935, a polícia de todo o país iniciou uma onda de prisões talvez jamais vista em nossa história. Entre militares e civis, milhares de pessoas foram detidas para "averiguação e suspeitas de envolvimento com a intentona comunista", muitas delas saindo da prisão somente muitos anos mais tarde.

Dois dias antes da deflagração dos levantes, o jornal *Diário da Noite* publicou um manifesto intitulado: "Frente Popular pela liberdade". O tom do manifesto é de denúncia das condições econômicas e sociais da grande maioria da população brasileira, a miséria que se alastra pelo campo e a falta de alimentação nos lares dos trabalhadores. Reafirma o valor das lutas passadas por justiça e liberdade social, como a insurreição do Forte de Copacabana, em 1922 e dois anos depois o levante em São Paulo, posteriormente o movimento iniciado pela Aliança Liberal, parecia dar continuidade às idéias do movimento tenentista, por isso apoiado nas manifestações populares, Getúlio Vargas alcançou o poder.

Segue o manifesto: pouco depois o mesmo governo que havia sido colocado pelo povo, o traiu e bandeou para o lado dos "adecistas de décima hora". O projeto político liberal foi assim jogado no lixo. Fez-se a Constituição e logo após criou-se a Lei de Segurança nacional para privar qualquer cidadão do livre exercício de sua cidadania. Teve, então, início a "fascistização" do Brasil, através da qual toda e qualquer manifestação reivindicatória, fosse de operários, de mulheres ou de estudantes, foi suspensa e proibida. Não bastassem tais abusos, continua o manifesto, o governo federal iniciou a intervenção nos Estados, cujo objetivo é o controle total do poder no país, sem o menor risco de qualquer tipo de oposição.

Assinam o manifesto: gal. Miguel Costa, cel. Colombo de Mello Matos, Danton Vampré, Caio Prado Júnior, José Maria Gomes, Waldemar Rangel Belfort e Matos, Isaltino Veiga dos Santos[66].

No dia seguinte à publicação, a Delegacia de Ordem Política de São Paulo, instaurou inquérito contra Caio Prado Júnior. Procurado por policiais em sua residência em São Paulo, Caio Prado não foi encontrado, sendo informados por um empregado da casa que o mesmo se encontrava no Rio Grande do Sul. A Delegacia enviou telegrama à polícia da capital da gaúcha pedindo informações sobre o paradeiro de Caio Prado. No dia 26, a polícia do país já estava de prontidão à

[66] "Manifesto da Frente Popular pela Liberdade", *Diário da Noite*, São Paulo, 23 de novembro de 1935.

espera das rebeliões nos quartéis que poderiam ocorrer aos moldes dos acontecimentos de Natal, onde alguns militares rebelados e comunistas formavam uma junta de governo que fora rapidamente derrotada pelas forças fiéis à Getúlio Vargas.

A polícia gaúcha de prontidão responde informando que o referido acusado havia visitado Dionélio Machado, "acusado de fortes suspeitas de ligação com movimento no norte do país", que havia sido posto em liberdade há pouco tempo[67]. Imediatamente, a polícia paulistana solicitou a prisão de Caio Prado em Porto Alegre.

Na manhã do dia 27 de novembro, policiais chegaram no Novo Hotel Jung, onde havia se hospedado Caio Prado. Solicitaram a presença do acusado, ao se apresentar aos policiais foi detido e levado à Delegacia de Ordem Social. Caio Prado é registrado como advogado e em seu depoimento afirmou ter sido presidente da ANL-SP, que viajou até Porto Alegre a fim de visitar a Exposição Farroupilha e o Instituto Histórico e Geográfico. Que por recomendação do Major Lousada, conheceu o professor Tupy Caldas, o qual lhe acompanhou em várias visitas feitas na capital do Estado[68]. Quanto ao seu encontro com Dionélio Machado, Caio Prado informou, apesar não o conhecer pessoalmente, foi visitá-lo e que conversaram sobre diversos assuntos, inclusive sobre política[69].

Após o depoimento, o escritor foi detido no 1° Batalhão da Infantaria da Brigada Militar. Muito provavelmente por conhecer o Major Lousada e por sua intervenção, dois dias depois Caio Prado foi libertado. Em seu depoimento, o Major Lousada afirmou "ter tido a melhor das impressões sobre o dr. Caio Prado"[70]. Caio Prado retornou no mesmo dia para São Paulo.

Alguns dias depois, Dionélio Machado fora detido para prestar depoimentos sobre seu encontro com Caio Prado, tendo afirmado não ter tido nenhuma conversa sobre assuntos políticos

---

[67] Chefia de Polícia-Porto Alegre à Chefia de Polícia-São Paulo, Telegrama, s/d, fls. 26. Processo n° 237-a / Apelação n ° 226 - Caio Prado Júnior - Tribunal de Segurança Nacional - Arquivo Nacional.

[68] O Major Manuel Lousada era oficial da Brigada Militar-RS. Homem de grande consideração de Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul, já que lhe informava sobre as articulações políticas de Flores da Cunha, governador do estado, contra seu governo. Cf. Getúlio Vargas, *Diário*, Rio de Janeiro, Editora Siciliano/FGV, 1995, pp. 437, 449 e 455.

[69] Caio Prado Júnior, Termo de Declarações à DOS-RS, 27 de novembro de 1935, fl. 132. Processo n° 237, cit., idem, ibidem.

[70] Major Manoel Lousada, Depoimento à DOS-RS, fl. 133. Processo n° 237, idem, ibidem.

com Caio Prado e que acabara de conhecê-lo, tratando unicamente de assuntos gerais. Machado foi liberado algumas horas depois do depoimento[71].

O delegado da DOS pediu abertura de processo contra Caio Prado baseado nos artigos nº 1, 4, 19 e 20, da Lei nº 38. O inquérito foi instaurado e as investigações continuadas. Ao desembarcar em Santos, Caio Prado Júnior foi detido e levado à Superintendência de Ordem Política e Social de São Paulo, onde prestou depoimento a 3 de dezembro. O depoimento repete o que havia dito à polícia em Porto Alegre, no entanto, acrescentou várias vezes não ter conhecimento dos planos de rebelião acontecidos em Natal, Recife e Rio de Janeiro, no fim de novembro de 1935, afirmando só ter tomado conhecimento desses fatos pelos jornais.

Aqui, cabe um esclarecimento... Todas as cronologias pesquisadas sobre a vida de Caio Prado Júnior[72] informam que esteve detido entre 1935 e 1937. Até o momento, não havia nenhum trabalho biográfico de Caio Prado Júnior nos anos trinta; há um trabalho sobre o período referido que discute as obras de Prado[73], mas não contém essas informações. A documentação pesquisada nos prontuários de Caio Prado Júnior junto aos departamentos ou delegacias de ordem política e social do Rio de Janeiro e de São Paulo e o processo instaurado contra o escritor no TSN, é, para esse período truncada. Ao cruzar todas as informações contidas nessa documentação, nas quais há várias emissões de mandatos de prisão e alvarás de soltura, podemos inferir que não houve uma prisão continuada, mas sim intermitentes detenções.

No entanto, é possível que tenha ficado por um ano e meio preso, tendo sido libertado durante a "macedada", processo em que José Carlos Macedo Soares (Ministro da Justiça e dos Negócios Interiores de 3 de junho a 9 de novembro de 1937) libertou 400 presos políticos sem processo instaurado, acusados de participação nos levantes de novembro de 1935[74]. Esse processo foi acompanhado pela suspensão do "estado de guerra", que vinha sendo prorrogado pelo governo desde o ano anterior. Com a divulgação do forjado plano de insurreição comunista, o Plano Cohen,

---

[71] Dionélio Machado, Depoimento à DOS-RS, fl. 133. Idem, ibidem.

[72] In: Maria Angela D' Incao (org.), *História e Ideal. Ensaios sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo, Editora Brasiliense/Editora Unesp/Secretaria do Estado da Cultura-SP, 1989, pp. 483-493; in: Verbete: Caio Prado Júnior, www.cpdoc.fgv.br ; e Editora Brasiliense: www.editorabrasiliense.com.br

[73] Paulo Henrique Martinez, *A dinâmica de um pensamento crítico: Caio prado Júnior (1928-1935)*. Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de História-FFLCH-USP, 1998.

[74] Portanto, ao que parece a "sofisticação jurídica necessária", a qual alude Pinheiro para os presos políticos (nota 64), não existiu.

em fins de outubro, o estado de guerra foi novamente decretado. Dias antes da decretação do Estado Novo, Macedo Soares pediu demissão, assumindo o cargo Francisco Campos. No prontuário de Caio Prado Júnior da DESPS, há uma anotação de que fora posto em liberdade no dia 28 de junho de 1937[75].

Na manhã de 20 de fevereiro de 1936, a psiquiatra Nise da Silveira recebeu a visita de alguns policias que a levaram "para averiguações" à DESPS, onde prestou depoimento. A "suspeita" contra a médica se baseava no fato dela ter pertencido á União Feminina Brasileira, fato confirmado por ela, que afirmou também que atendia na sede da organização mulheres carentes duas vezes por semana. Disse não ter conhecimento de nenhuma Ala Médica Reivindicadora. Afirmou, ainda, não ter idéias comunistas. Após o depoimento foi posta em liberdade.

Quase um mês depois, em 26 de março, a médica recebeu novamente a visita de policiais no Pavilhão Griefinger, do Hospital Nacional de Psicopatas, onde morava. Foi levada à 3ª Delegacia de Polícia e junto com ela foram apreendidos todos os documentos, livros e impressos que estavam em seu quarto[76]. No mesmo dia, foi apresentada à Delegacia de Ordem Política e Social e recolhida à Sala dos Detidos como "medida de ordem e segurança política e social"[77]. De lá, foi transferida para a Casa de Detenção do Rio de Janeiro, em 3 de abril.

O *Diário Oficial* da União publicou, em 1° de abril de 1936, os decretos assinados por Getúlio Vargas de exoneração de alguns funcionários contratados pelo Ministério da Educação e Saúde Pública, "por motivo de exercerem atividades subversivas das instituições políticas e sociais". Entre os funcionários exonerados estavam: Dra. Nise Magalhães da Silveira, Dr. Maurício de Medeiros (prof. da faculdade de Medicina/Universidade do RJ), Dr. Manoel Venâncio da Campos da Paz (inspetor do Departamento de Saúde Pública), Dr. Hermes Lima (prof. da Faculdade de Direito/URJ), Dr. Edgard Castro Rebelo (prof. da Faculdade de Direito/URJ), Dr. Leônidas de Rezende (prof. da Faculdade de Direito/URJ) e o Dr. Odilon Baptista (cirurgião da Colônia de psicopatas e da Diretoria de Assistência aos Psicopatas).

---

[75] Prontuário n° 6704 - Caio Prado Júnior - DESPS - APERJ.
[76] Anotações Diversas, 26 de março de 1936. Pront. n° 13990 - Nise da Silveira - DESPS - APERJ.
[77] Idem, ibidem.

Somente 5 meses depois de ter sido presa, Nise da Silveira é chamada a dar seu depoimento na DESPS, no qual reafirmou as informações no depoimento prestado em 20 de fevereiro, detalhando apenas sua passagem pela União Feminina do Brasil. Segundo a médica, sua filiação na UFB havia durado pouco mais de um mês, neste período havia sido formada a ANL, agremiação na qual a UFB se filiou. Entretanto, afirmou nunca ter participado de nenhum comício pública da UFB ou mesmo da ANL. Quando a ANL foi posta na ilegalidade, a médica disse ter se afastado completamente de qualquer atividade tanto na UFB como na ANL, não tendo encontros com nenhum de seus membros. Declarou que todo o material impresso e os cadernos de anotações apreendidos lhe pertenciam. Declarou, ainda, não ser comunista, "sendo apenas partidária da democracia e tendo pelos problemas sociais um interesse que qualquer pessoa medianamente culta tem [...].[78]"

Os meses em que passou na casa de detenção provavelmente foram os piores de sua vida. No período de um ano e três meses em que ficou detida, Nise da Silveira foi internada 5 vezes em hospitais da cidade.

A Casa de Detenção, a Casa de Correção e a Colônia Correcional Dois Rios (Ilha Grande) foram os presídios, no Rio de Janeiro, que mais concentram os presos políticos do período, muitos deles transferidos de outros estados. Em todas elas, as condições de higiene e alimentação eram as piores possíveis.

Antes de novembro de 1935, o diretor da Casa de Correção, Major Antônio de Souza Nunes Filho, enviou um relatório ao MJNI, informando sobre as condições do presídio e as atividades que desenvolvia. Destaca-se deste relatório a referência feita aos presos políticos:

> "Ao 1° sinal de alarma quando se torna impossível abafar na 1ª hora qualquer sedição, são logo remetidas as massas de presos políticos para a célebre Sala da Capela desta penitenciaria, por não possuir o Estado uma prisão para tal fim. Na ocasião ninguém se lembra, nem mesmo sabe se esta Sala está em condições de receber indivíduos que, embora amotinados contra a instituição de seu país, em geral são homens habituados a viver ao menos na higiene. No ano de 1932, por esta prisão, sem o menor conforto, sem instalações apropriadas, passaram 284 cidadãos entre eles ex-presidentes de Estado, ex-titulares de pasta e em suma, pessoas do maior destaque social e é para o Diretor s somente para este, que os reclusos apelam para que lhes

[78] Nise Magalhães da Silveira, Termo de Declarações, 24 de agosto de 1936. Pront. n° 13990 - Nise da Silveira - DESPS - APERJ.

forneça um banho, um pouco mais de ar e de higiene, porque é no mesmo Salão por não haver outro lugar, que se colocam mesas improvisadas, grandes pranchas sobre cavaletes, para suas refeições , aliás pessimamente preparadas, porque a cozinha sendo uma só não é possível atender com solicitude ao reclamo dos mesmo. Ainda em 1932, às expensas da minguada verba do presídio, tive que fazer de última hora improvisadas instalações de banheiros, pias, etc., o que pouco ou nada valeu, pela deficiência d'água e porque esta não tivesse pressão para abastecer as caixas, dando lugar a que os políticos fossem postos para fora de suas camas, pela madrugada, a fim de se servir do chuveiro dos presos comuns, para que não ficassem privados dessa parte da higiene, maxime em se tratando do Rio de Janeiro onde o calor é escaldante. E assim os homens entram e saem e os séculos sobrepõem a séculos e nenhuma providência é tomada a respeito.[...]"[79]

Na Colônia Correcional Dois Rios, os problemas não eram muito diferentes, com o agravante de que após novembro de 1935 todas as prisões onde foram encarcerados os presos políticos estavam super-lotadas, multiplicando os problemas anteriormente já percebidos. O depoimento de Heitor Ferreira Lima é exemplar neste sentido, além de fazer notar a rede de solidariedade que se formou entre os presos políticos:

"Os recém-chegados são os primeiros a saírem em fila, escoltados, para o almoço: feijão e arroz duros e sem gosto, acompanhados de pedaço de carne-seca, com manchas arroxeadas pela podridão e pequeno pedaço de pão, também duro, servido em pratos de folhas de Flandres e colher meio enferrujada. [...] A latrina, simples buraco no chão, exalava mau cheiro. [...] os novatos são distribuídos para os diversos trabalhos: viga (corte de grossa tora de madeira, empurrada morro abaixo), lenha (corte de madeira e seu carregamento nas costas), estrada (conservação do caminho que leva ao porto de Abraão), oficinas (alfaiataria e ferraria), horta, olaria (distante quilometro e meio), marcenaria e rouparia. [...] Os presos políticos constituíam-se de ajuntamento de comunistas e simpatizantes, vivendo e atuando separadamente dos presos comuns, malandros da pior espécie. A unidade e a seriedade por nós mantidas constituíram a nossa força, não somente ante os demais presos, como também frente aos guardas e à própria diretoria, despertando essa conduta respeito e admiração. [...] Aos domingos não

[79] Major Antônio de Souza Nunes Filho – diretor da Casa de Correção, Relatório, 28 de março de 1934. Doc. 1321/A-34, Série 8: Organização Penitenciaria - Sub-série: Ocorrências envolvendo detentos, MJNI -AN.

trabalhávamos, ocupando-nos em limpar, no pátio, as 'camas', colchões, cobertores, lavando-se o alojamento sempre cheios de muquiranas [piolho de pele]."[80]

Nesta situação, além de muitos outros, também viveu Graciliano Ramos. Em 4 de março de 1936, foi demitido do cargo de Diretor da Instrução Pública de Alagoas, acusado de "atividades subversivas". No dia 14, foi preso pela polícia alagoana "em virtude de haver participado do movimento comunista irrompido no Nordeste". No início de junho, foi transferido da Casa de Detenção de Alagoas para a Colônia Correcional Dois Rios, onde permaneceu até o final do mês, sendo novamente transferido, agora para a Casa de Detenção e, depois, para a Casa de Correção[81]. Graciliano Ramos acabou percorrendo as mais importantes instituições carcerárias do país, talvez, também por isso, o livro *Memórias do Cárcere*, de sua autoria, constituí-se no melhor depoimento sobre as condições de sobrevida dos presos políticos.

A imagem, aqui reproduzida, possui uma legenda que informa: "Prisioneiros políticos brasileiros, depois da instauração da ditadura no Brasil, grande número de membros de partidos de oposição foram aprisionados. Prisioneiros Políticos em trabalho na Ilha Grande."[82] Mais do que ilustrar tudo o que foi dito até aqui sobre as prisões e os presos políticos, a imagem descreve as condições a que foram submetidos homens cuja profissão era escrever.

Jorge Amado também continuou a ter problemas com a polícia política de Vargas. No ano anterior à formação da ANL, havia publicado *Suor*. Segundo ele, é um romance que retrata "verdadeiramente" o que ele viveu no período (meados da década de 1920), quando morou numa ruela próxima ao Largo do Pelourinho [83]. Falando de seu livro de 1934 nos anos noventa, Jorge Amado se define como um *realista*, apresentando uma proposta literária que rompia com os que ele denominou *acadêmicos* e com os próprios *modernistas*. Jorge Amado desqualifica tais correntes por entender que estas não contribuíram para mudanças das condições sociais de então. Assim, *Suor* é a tentativa de apresentar uma proposta alternativa a essas correntes literárias.

---

[80] Heitor Ferreira Lima, *Caminhos percorridos. Memórias de Militância*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1982, pp. 165-167.

[81] Anotações Diversas - Pront. nº 11473 - Graciliano Ramos - DESPS - APERJ.

[82] Imagem 13:reprodução de foto, cuja legenda se refere aos prisioneiros políticos da Ilha Grande: "Prisioneiros políticos brasileiros, depois da instauração da ditadura no Brasil, grande número de membros de partidos de oposição foram aprisionados. Prisioneiros Políticos em trabalho na Ilha Grande. 5/4/38 - Agencia Fotográfica Keystone/Paris" - C. Amb. 20,2 - Acervo Fotográfico - Coleção: Astrojildo Pereira - CEDEM - UNESP.

[83] Apud: Alice Raillard, *Conversando com Jorge Amado*, Rio de Janeiro, Editora Record, 1990, p. 33.

Suor se desenrola num grande casarão, povoado por dezenas de pessoas, localizado na Ladeira do Pelourinho nº 68. O enredo, às vezes, se parece com uma coletânea de retratos do cotidiano das diversas personagens moradoras do casarão: trabalhadores do cais, operários, lavadeiras, empregadas domésticas de casas ricas, prostitutas, anarquistas, imigrantes, costureiras, malandros, vagabundos, etc. A descrição da miséria é, no entanto, uma espécie de *leitmotiv*: ratos caminhando pelos corredores escuros do casarão, o suor dos trabalhadores infestando cada canto, mulheres que lavam roupas para sobreviver, bêbados encostados nas escadas, prostitutas oferecendo seus corpos por um pouco de comida, crianças barrigudas correndo, o banheiro infestado de sujeira e insetos, os quartos cheirando a mofo, etc. O caráter escatológico do romance[84] dá vida (cheiro e movimento) aos personagens.

A questão que, no entanto, forma o enredo do romance é a luta dos inquilinos contra o proprietário do casarão. Essa luta dos inquilinos contra o dono do prédio se desenvolve num crescendo. Primeiro, são lutas individuais de moradores que não conseguem pagar o aluguel; depois as doenças causadas pela sujeira do casarão, mortes e visitas da Saúde Pública.

A Saúde Pública enviou várias vezes *"mata-mosquitos"* ao casarão, multando o proprietário que se recusava a pagar, dizendo que este era um problema dos moradores. Os casos de doenças se intensificavam e, com maior freqüência, viam-se caixões saindo da pequena porta de entrada do casarão. Jorge Amado, mostrando a miséria e a sujeira, discute o processo de desumanização dos moradores do casarão. Faz da denúncia o seu principal instrumento narrativo, mas não se livra da visão que pretende mudar tal situação de fora para dentro.

Além das doenças que a sujeira do casarão causava, os moradores conviviam com os freqüentes acidentes de trabalho dos operários. Joaquim, ajudante de pedreiro, ficou cego devido à visita do proprietário na construção onde trabalhava. O proprietário lhes ordenou maior rapidez na execução das tarefas, os operários intensificaram o trabalho e Joaquim, que pegava os tijolos no alto do andaime, se atrapalhou. Um tijolo atingiu sua testa e ele caiu de uma grande altura. Quando Álvaro Lima, operário, chegou ao casarão, viu um tumulto e quis se inteirar. Depois de lhe contarem o que havia acontecido com Joaquim, Álvaro Lima respondeu com vigor:

---

[84] Duarte, *Jorge Amado, op. cit.*, p. 63.

"- Camaradas! É preciso acabar com as explorações. Nós somos muitos, pobres, sujos, sem comida, sem casa, morando nesses quartos miseráveis. Explorados pelos ricos, que são poucos... É preciso que todos nós nos unamos, para nos defender... Para a revolução dos operários... É preciso que os operários se juntem em torno do seu partido, para acabar com as explorações... Com os governos podres e ladrões... Fazer um governo de operários e camponeses... Olhem para o caso de Joaquim [...]" [85]

Aparentemente perdido entre tantos casos de mortes e acidentes, este se liga diretamente ao desfecho do romance. Álvaro Lima é um dos organizadores de uma planejada greve da companhia de bondes, buscando adesões entre outros setores operários. Dias antes do início da greve houve uma batida policial no casarão. Levaram muitos operários. Os moradores do casarão mobilizaram-se pedindo a liberdade dos presos. Escreveram panfletos, organizaram comícios. Todos os moradores amontoaram-se como se estivessem amotinados, veio a polícia quando Álvaro Lima começou a falar para a multidão. Levou um tiro na testa...[86]

Mais uma vez uma greve fracassada encerra um romance de Jorge Amado. A derrota da greve demonstra um aparente pessimismo do autor. Entretanto, não há nos personagens-trabalhadores derrotados uma proposta alternativa de organização social, há quando muito um sentimento de solidariedade entre os que vivem na mesma situação e uma simples percepção de um mundo dividido em dois: explorados e exploradores, ricos e pobres, patrões e empregados. Este conteúdo literário significa uma visão do autor sobre o *povo*, mais exatamente, sobre os trabalhadores que ele elege, colocando-os como incapazes de elaborar um projeto alternativo de sociedade. Estes não influenciam a sociedade, estão à margem dela. Apesar de existir uma proposta alternativa, esta aparece de forma incipiente. Não foi à toa que, na frase citada acima, Álvaro Lima propôs uma união dos explorados, apenas como forma de resistência, e acaba organizando uma greve que resulta em sua trágica morte. Além disso, a construção da frase, originalmente cheia de reticências, apresenta um discurso pouco seguro do personagem-trabalhador.

Por outro lado, é o tom de denúncia o ponto mais forte deste romance e não a apresentação de uma proposta alternativa de sociedade. Denúncia de um povo que vive mal, mora

---

[85] Jorge Amado, *Suor*, (1a. edição 1934) São Paulo, Livraria Martins Editora, s/d, p. 210.
[86] idem, *ibid.*, pp. 258 a 261.

mal, come mal, trabalha por uma miséria de salário, sofre todo tipo de privações e desgraças. Em um período em que se reconhece tais setores da população como brutos e incivilizados, o seu tom é para horrorizar principalmente seus colegas de profissão que, segundo ele, ainda permaneciam fazendo apologia da riqueza ou se negavam a ver a *dura realidade do povo* que ele pretendia mostrar. Esse tom tem também como objetivo *conscientizar* o povo através de tais personagens, já que intenciona estabelecer uma certa identidade entre o retrato (o romance) e o retratado (o próprio *povo*), humanizando suas experiências de vida. Nestes termos, o autor não rompe com a visão missionária e civilizadora de grande parte da *intelectualidade* do período, propondo a este mesmo *povo* uma vida nos próprios termos do autor.

Nesse sentido, é o caráter documentário do romance, em forma de instantâneos como fotografias justapostas, que permite o tom elevado da denúncia.

Ao mesmo tempo, Jorge Amado ao *"elevar"* o trabalhador, o operário, o camponês, a prostituta, etc. à condição de protagonistas de seus romances, denunciando suas péssimas condições de vida, integra-se num projeto de transformação social próxima ao ideário comunista. Mas em *Suor* e retomando *Cacau* os desfechos não são positivos: no primeiro, a greve fracassada dos trabalhadores da fazenda e no segundo, a morte do líder da rebelião dos moradores do casarão. Isto revela a fragilidade da proposta emancipadora de Jorge Amado.

A crítica literária, por um lado, foi generosa... De outro, mordaz! Em torno de *Suor*, a crítica retomou o debate entre a esquerda e a direita literárias. *Boletim de Ariel* publicou alguns artigos sobre o novo livro de Amado. Mensário especializado em artes e literatura e nitidamente mais à esquerda se comparado ao grupo ligado a Alceu Amoroso Lima, a revista se propunha aberta às inovações[87].

O primeiro artigo tratando do novo livro de Amado publicado em *Ariel*, retrata o debate que este motivou entre a crítica. Miranda Reis, presença constante na revista, se contrapõe às opiniões contra o livro:

---

[87] Excetuando-se as questões explicitamente política-partidárias ou sobre o caráter "engajado" da literatura, é extremamente reducionista classificar os diversos periódicos literários do período entre esquerda ou direita. Angela Maria de Castro Gomes, *Essa gente do Rio... Modernismo e nacionalismo*, FGV Editora, 1999.

> "Romance realista, *Suor* dá-nos fielmente a impressão da realidade. Suja, miserável, desgraçada, essa realidade aparece-nos aí tal qual é, nua e crua, sem fantasias nem mantos diáfanos [...], a 'realidade brasileira'."[88]

O realismo de Jorge Amado é apresentado como um aspecto positivo em sua literatura. A realidade brasileira, nua e crua, segundo Reis, ofendeu muitos críticos, os quais classificaram o romance como demasiadamente exagerado.

Duas características da construção do romance de ficção foram amplamente debatidas pelos críticos. O uso constante de palavrões desagradou parte da crítica, aquela que já o havia criticado pela publicação de *Cacau*. Além da crítica conservadora que apregoava o uso de um vocabulário "culto", houve certo desconforto entre os escritores pela continuidade do uso experimental e talvez expressionista da linguagem. A linguagem coloquial, contraposta ao rigor da gramática e do vocábulo, presente nas falas dos personagens trabalhadores e populares de Jorge Amado viria a reforçar sua imagem de "escritor revolucionário", para o bem ou para o mal.

Aderbal Jurema, crítico paraibano que acabava de bacharelar-se em Direito e de publicar um livro de poemas, demarcou os termos em que deveria se realizar o debate na crítica literária:

> "A posição da crítica literária da esquerda deve ser a mais demarcada possível [...] Pensamos que no momento atual o papel da crítica revolucionária é de uma importância imprescindível: a ela estão impostos pessadíssimos e complicados encargos: tem de se ocupar em orientar, em todos os sentidos estéticos, a literatura da esquerda, principalmente numa hora em que no Brasil e no mundo a literatura reacionária procura fazer confusão na literatura de vanguarda [...]"[89]

A noção de um mundo dividido politicamente em dois, direita e esquerda, reaparece na crítica literária com força. Neste caso, é a transposição de definições político-institucionais para a criação literária, é a criação de um campo literário nos moldes da política tradicional.

No mesmo artigo de Jurema, o romance de Jorge Amado pertence ao grupo daqueles definidos como proletários. Um documentário, cuja força está em retratar, não aquilo que o autor gostaria que fosse, mas sim a vida cotidiana dos despossuídos de Salvador.

---

[88] V. de Miranda Reis, "'Suor' e a crítica", *Boletim de Ariel*, Ano III, agosto/1934, nº 11, p. 286.
[89] Aderbal Jurema, "O novo livro de Jorge Amado", *Boletim de Ariel*, nº 12, ano III, setembro/1934.

No mesmo número da *Ariel*, há uma nota assinada por Edison Carneiro, sobre o romance recém-publicado pela Unitas, *Os libertos* (Daniel Fibitch). Carneiro retoma a classificação de romance proletário que a crítica imputou ao livro. Discordando da classificação, expõe sua definição:

> "Não vejo por onde se pode chamar este romance, um romance proletário. O tema é burguês. [...] o espírito burguês é a característica de todos os tipos do livro [...] A massa, essa força anônima que impulsiona o progresso na União Soviética não existe. O trabalho produtivo não entra na linha de conta. O romance gira no mundo burguês, que poderia ter como país qualquer um menos a União Soviética."[90]

Jurema define *Suor* como um documentário, por não poder ser considerado um romance proletário, já que:

> "A luta de classes na Bahia não atingiu a situações políticas que forneçam material para um romance que reflita quadros desta luta. [...] Tipos que com o aguçamento da luta de classes poderão servir ao romancista o material para um grande romance, a exemplo de *Cimento* de Fedor Gladkov."[91]

Edison Carneiro também compara *Os libertos* com *Cimento*. No argumento de ambos, *Cimento* é o romance proletário exemplar. A comparação de ambos com o romance russo teve sua razão.

Cimento foi publicado em 1925 e foi considerado o primeiro romance proletário e o primeiro romance soviético. Algumas obras de referência atribuem a M. Gorki a grande influência de Gladkov, algumas consideram o autor de *Cimento* um seguidor de Gorki. *Cimento* narra o heróico esforço dos trabalhadores, depois da 1ª Guerra, para reconstruir o país, sair da miséria e edificar o socialismo.

A trajetória de Fiodor Vasilievich Gladkov é bastante significativa do ponto de vista de um militante exemplar. Nasceu em 21 junho de 1883, filho mais novo de uma família na vila de Chernavka, província de Saratov. Em 1895, a família mudou-se para Ekaterinodar (mais tarde, Krasnodar) em Kuban. Trabalhou em uma loja de produtos químicos e depois como aprendiz numa tipografia. Tornou-se, um pouco mais tarde, professor de uma escola primária. Em 1902, mudaram-se

---

[90] Edison Carneiro, "Os libertos", *Boletim de Ariel*, nº 12, ano III, setembro/1934.
[91] Aderbal Jurema, idem, ibidem.

novamente, e se instalaram no distrito de Stretensk na Sibéria, leste do lago Baikal. Ali, em 1904 começou a trabalhar para o Partido Social Revolucionário. Em 1905, foi incorporado ao Instituto dos Professores em Tíflis. Em 1906, torna-se membro do grupo Bolchevique e retorna a Stretensk. Em novembro 1906 é preso e exilado por quatro anos na vila de Manzurka, na província de Irkust. Após exílio, torna-se diretor de uma escola primária em Pavlovskaya, um grande vilarejo em Cossock. Em 1918, vai a Novorossiisk para reorganizar as escolas. A cidade é invadida pelo exército branco (movimento de reação ao governo bolchevique) e em agosto 1918 Gladkov se refugia numa usina de cimento. Quando os brancos foram derrotados em 1920, Gladkov torna-se o responsável pela instrução pública da cidade. Serviu no exército vermelho por um tempo curto e foi editor do jornal "Krasnoye Chernomorye". Era também diretor do Departamento Regional da Instrução Popular. Em 1921, mudou-se para Moscou, onde trabalhou como diretor de uma escola técnica e na secretária do jornal "Novy Mir", onde permaneceu até 1940. Juntou-se ao grupo literário proletário "o smithy". Em 1941 tornou-se correspondente especial para "Izvestiya". Após a guerra, 1945 a 1948 foi diretor do Instituto Literário Gorky em Moscou. Com exceção de seu romance mais famoso e traduzido para vários idiomas, *Cimento,* grande parte da obra literária do autor foi produzida e publicada nos anos quarenta e cinqüenta. Morreu, em Moscou, em 1958[92]. Portanto, ao resgatar a influência soviética, ambos críticos literários buscaram no genuíno e original para as análises das obras que estava sendo classificadas como "proletárias".

Radicalizando um pouco mais as definições no campo literário, Gilberto Amado é feroz contra o engajamento, seja da esquerda ou da direita:

> "Desejam dominar o Brasil, no momento atual, no campo das preocupações intelectuais, duas correntes absolutas e intransigentes. Visam ambas as mesmas coisas: estrangular o livre pensamento, a livre crítica. Ambas são reflexos dos acontecimentos na Europa. [...] Mas como no Brasil tudo toma um caráter simplista, como aliás em todas as tribos não diferenciadas pela cultura, essas correntes se reduzem a formas bruscas, violentamente opostas uma a outra: a corrente católica e a corrente comunista."[93]

---

[92] Nicholas Luker. *From Furmanov to Sholokhov*, Ardis, 1988. In: Encyclopedia of Soviet Writers (http://www.sovlit.com).

[93] Gilberto Amado, "A crise da livre crítica no Brasil", *Boletim de Ariel*, nº 4, janeiro de 1932.

Serão estes os termos em que se dá os debates entre os críticos. No romance seguinte de Jorge Amado, esses termos ainda reaparecem. *Jubiabá* é escrito em meio às atividades da ANL, nas quais participou ativamente principalmente como redator do jornal *A Manhã*. Este foi o primeiro romance de Jorge Amado publicado por José Olympio, que empolgado com o sucesso de vendas, reeditou todos os romances precedentes.

A história do negro Baldo, em *Jubiabá*, é exemplar. Trajetória que se encaminha do ódio racial ao ódio de classe. Baldo é aquele que consegue vencer as barreiras impostas pelas estruturas sociais, que o jogam para a malandragem, para a vagabundagem, para as lutas de capoeira, para os terreiros de candomblé. Antonio Balduino, mais conhecido como o negro Baldo, aprende sobre a vida nas ladeiras do morro onde mora:

> "Antonio Balduino ouvia e aprendia. Aquela era a sua aula proveitosa. Única escola que ele e as outras crianças do morro possuíam. Assim se educavam e escolhiam carreiras. Carreiras estranhas aquelas dos filhos do morro. E carreiras que não exigiam muita lição: malandragem, desordeiro, ladrão. Havia também outras carreiras: a escravidão das fábricas, do campo, dos ofícios proletários." [94]

Aprendeu com Zé Camarão, capoeirista e malandro, que a liberdade está em não trabalhar, está em não manter a tradição negra de servir. Com Jubiabá, pai de santo, aprendeu, através das histórias que ele lhe contava, que a liberdade estava na manutenção da tradição religiosa de seus antepassados africanos.

Depois que a tia que o criava morreu, Baldo foi morar na casa de um comendador. Persuadido por Augusta, moradora do morro, que vendia rendas à esposa do comendador, este resolveu ajudar o menino órfão. Pouco tempo, no entanto, Baldo ficou nesta casa. Manteve, desde a sua chegada, uma grande admiração por Lindinalva, filha do comendador, e uma relação conflituosa com a criada da casa, Amélia. Quando o comendador o colocou em uma escola pública, por exemplo, e logo foi expulso por malandragem, ouviu-se o comentário venenoso de Amélia de que negro é uma raça que só serve para ser escravo, não nasceu para aprender coisa alguma [95]. E foi pelos comentários venenosos de Amélia que Baldo fugiu da casa do comendador.

---

[94] Jorge Amado, *Jubiabá*. (1a. edição 1935) São Paulo, Livraria Martins Editora, s/d, p. 23.
[95] idem, *ibid.*, pp. 42 e 43.

Um dia, sentado na escada da cozinha, olhava para Lindinalva que costurava. Amélia soltou um grito, afirmando que Baldo estava olhando para as coxas da moça. Todos acreditaram em Amélia. Baldo sentiu que foi desacreditado por ser um negro e, a partir de então, começou a manifestar seu ódio contra os brancos.

Ainda criança, Baldo passou a mendigar nas ruas. Mas voltava sempre ao morro para visitar pai Jubiabá e seus outros amigos. Começou a freqüentar a *"Lanterna dos Afogados"*, bar no cais do porto, com Zé Camarão. Aprendeu a tocar violão e a fazer sambas, que eram comprados por poetas da parte rica da cidade. Além de excelente capoeirista, Baldo era um grande *boxer*, ganhando algum dinheiro com suas vitórias. A palavra malandragem passa a significar liberdade. Resolveu sair da cidade e encontrou emprego em uma fazenda de fumo. Ficou por lá algum tempo, até que uma desavença o forçou a fugir da fazenda, passando maus momentos causados pela perseguição que sofreu.

Desde que saiu da casa do comendador, apesar de todo o ódio que cultivava, Baldo não conseguia esquecer Lindinalva, aquela menina branca e sardenta. Não a esquecia e a depreciava em seus pensamentos. Vai trabalhar como lutador de boxe no circo de um antigo amigo. Mas o circo estava em péssimas condições financeiras e Baldo resolveu voltar ao morro de sua infância.

Um dia, perambulando pela cidade, encontrou Amélia que lhe contou a desgraça que havia acontecido à Lindinalva e à sua família. Ela havia noivado com o filho de um famoso deputado, engravidou e este a largou. Lindinalva teve uma menina batizada com o mesmo nome da mãe. É bem sugestivo o fim construído por Jorge Amado para a família de Lindinalva. Sua mãe, um ano após a fuga de Baldo, adoeceu e morreu. Seu pai perdeu-se com mulheres e não cuidava mais dos seus negócios. Dr. Gustavo Barreira, o noivo, conheceu Lindinalva neste período de declínio da riqueza da família, tentou ajudá-los, cuidando dos negócios do comendador. A decadência dos negócios e o esfacelamento da família do comendador foram rápidos.

Lindinalva, não tendo como sustentar a filha, foi parar em um bordel e após o parto adoeceu. Última representante de um grupo econômico e político em decadência, segundo Amado, Lindinalva agonizando é encontrada por Baldo. Poucos instantes antes do último suspiro, Lindinalva pede a Baldo que ajude a criar sua filha.

Baldo, para cumprir o pedido de Lindinalva, assume o lugar de Clarimundo na estiva. Dias depois, estoura uma greve no cais; Baldo sente-se parte daquele movimento e, quando vai participar de uma festa no candomblé de Jubiabá, sente vontade de falar para a multidão, sobe em um banco e:

> "-Meu povo, vocês não sabe nada... Eu tou pensando na minha cabeça que vocês não sabe nada... Vocês precisam ver a greve, ir para a greve. Negro faz greve, não é mais escravo. Que adianta negro rezar, negro vir cantar para Oxóssi? Os ricos manda fechar a festa de Oxóssi. Uma vez os policiais fecharam a festa de Oxalá quando ele era Oxolufã, o velho. E pai Jubiabá foi com eles, foi pra cadeia. Vocês se lembram, sim. O que é que negro pode fazer? Negro não pode fazer nada. Negro faz greve, pára tudo, pára guindastes, pára bonde, cadê luz? Só tem estrelas. Negro é a luz, é os bondes. Negro e branco pobre, tudo é escravo, mas tem tudo na mão. É só não querer, não é mais escravo. Meu povo, vamos pra greve que a greve é como um colar. Tudo junto é mesmo bonito. Cai uma conta, as outras caem também. Gente, vamos pra lá." [96]

Acaba aí o Baldo das malandragens e da vadiagem, o negro Baldo com ódio dos brancos. Começa Antonio Balduino, o grevista, o que quer libertar seus iguais da escravidão. Assim, Jubiabá, o pai de santo, acaba quando começa Antonio Balduino. Primeiramente, Baldo crê na religião pregada por Jubiabá, depois a nega para acreditar na organização e luta dos trabalhadores, tornando-se Antonio Balduino. Ou seja, Jorge Amado deu-lhe a *consciência*.

De vagabundo a trabalhador e de trabalhador passivo a grevista, eis a história de Baldo. A visão do autor revela uma valorização do trabalho como único meio de romper com a escravidão. Aquele que se organiza, que faz greve, deixa de ser escravo. Mas não é só negro que é escravo, branco pobre é também escravo e juntos, como um colar, podem se libertar. No entanto, é preciso, tal como Jorge Amado organiza o romance e suas personagens, livrar-se da mentalidade servil, ou melhor, adquirir uma *consciência* que se desdobra em sua própria noção de *consciência de classe*, que só é verdadeira se tem como perspectiva a união de todos os trabalhadores, cuja unidade encontra-se na *organização proletária* (o colar).

---

[96] Jorge Amado, *Jubiabá*, *cit.*, pp. 223 e 224.

A partir de *Jubiabá*, os romances de Amado sinalizam possibilidades de rompimento dos personagens trabalhadores com o *status quo*. Neste sentido, a releitura do passado escravista se torna central. A história da escravidão e a do herói dos escravos se transformam em mediadores na construção de um saber (*"consciência"*) do trabalhador. Em *Jubiabá* esta preocupação aparece claramente. Um dia quando pai Jubiabá foi visitar Baldo que ainda morava na casa do comendador e contou-lhe a história de Zumbi:

> "- Isso foi a um mundão de tempo... No tempo da escravidão do negro... Zumbi dos Palmares era um negro escravo. Negro escravo apanhava muito... Zumbi também apanhava. Mas lá na terra que ele tinha nascido ele não apanhava. Porque lá negro não era escravo, negro era livre, negro vivia no mato trabalhando e dançando. [...] Os brancos iam lá buscar negro. Enganavam negro que era tolo, que nunca tinha visto branco e não sabia da maldade dele. [...] Branco só queria dinheiro e pegava negro para ser escravo. Trazia negro e dava em negro com chicote. Foi assim com Zumbi dos Palmares. Mas ele era um negro valente e sabia mais que os outros. Um dia ele fugiu, juntou um bando de negro e ficou livre que nem na terra dele. Aí foi fugindo mais negro e indo pra junto de Zumbi. Foi ficando uma cidade grande de negros. E os negros começaram a se vingar dos brancos. Então os brancos mandaram soldados pra matar os negros fugidos. Mas soldado não se agüentava com os negros. Foi mais soldado. E os negros deram nos soldados. [...] Aí foi um mundão de soldados mil vezes maior que o número de negros. Mas os negros não queriam mais ser escravos e quando viu que perdiam, Zumbi pra não apanhar mais de homem branco se jogou de um morro abaixo. E os negros todos se jogaram também... Zumbi dos Palmares era um negro valente e bom. Se naquele tempo tivesse vinte igual a ele, negro não tinha sido escravo..." [97]

A citação é longa, mas é importante porque mostra a concepção de Jorge Amado sobre a escravidão e sobre os escravos. É uma reconstrução histórica da escravidão que deixa de valorizar os senhores de escravos e o próprio homem branco e que, conseqüentemente, valoriza o homem negro e escravo.

Jorge Amado traz para o seu presente um Zumbi que sabia mais que os outros negros, não era um *"tolo"*. Neste processo de reconstrução da memória de Zumbi, o autor o coloca como a própria vanguarda dos escravos na luta por sua libertação.

---

[97] idem, *Jubiabá*, *cit.*, pp. 44 e 45.

Neste sentido, a definição de uma cultura negra, que é diferente da do branco, é fundamental no desenrolar do romance. A religião, a música, a dança são as peças estratégicas para a fundamentação desta cultura negra. As lembranças da Mãe África [98] completam este quadro sugerido em forma de um mundo à parte.

A retomada do passado escravo e a busca pelos heróis populares, negros que lutaram pela liberdade como Zumbi - seu exemplo maior, não foi uma temática exclusiva de Jorge Amado. Um grupo de intelectuais engajados na construção da nação, lançavam um novo olhar sobre a história do país que se opunha à história oficial.

A publicação de *Evolução Política do Brasil* de Caio Prado Júnior, alguns anos antes, o qual já foi comentado como um dos trabalhos pioneiros que pensou a história do Brasil levando em conta não só o sistema escravista mas também os escravos, vendo-os como sujeitos históricos, é apenas um dos muitos que configuram esse grupo de intelectuais.

Edison Carneiro, em 1937, dois anos depois da publicação de *Jubiabá*, escreveu uma pequena biografia de Castro Alves e junto com ele retomou a tradição dos escravos e a luta pela abolição da escravidão. Em uma passagem desse texto, Carneiro, que pertencia ao mesmo grupo de literatos de Jorge Amado, observa a importância de Zumbi e do Quilombo de Palmares na poesia de Castro Alves:

> "O poeta não prostituía a sua 'lyra de Orpheu' e, enquanto cantava a selvagem de Palmares, deixava aos 'eunucos' a atarefa de cantar os 'marmóreos paços' dos reis e dos aristocratas. Lutando contra a escravidão, o poeta lutava ainda - e isso é elementar em economia política - pelo domínio social da burguesia, que precisava do trabalhador assalariado para se manter. E ele sempre preferiu os escravos aos senhores [...]"[99]

A importância dada à escravidão e, em especial, aos negros nos anos trinta mudou definitivamente a nossa forma de pensar a história do país. Naquele momento, essa temática adquiriu importância pelas próprias condições sociais que os negros estavam vivendo. Sua inserção no mercado de trabalho, as iniciativas de organização de luta por direitos, as histórias e tradições africanas como aspectos fundamentais na nossa conformação como nação, etc. permeavam muitos trabalhos do

---

[98] Ver, por exemplo, *Jubiabá*, p. 98.

[99] Edison Carneiro, *Castro Alves. Ensaio de Compreensão*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1937, p. 77.

período. A realização do 1° e do 2° Congressos Afro-brasileiros, realizados respectivamente em 1934 e 1937, com a participação de nomes como Gilberto Freyre, Jorge Amado, Arthur Ramos, Di Cavalcanti, Edison Carneiro entre outros, deu início a uma nova fase de estudos sobre a influência africana na cultura brasileira. O próprio livro de Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala*, publicado por Schmidt em 1933, acabou gerando um grupo de intelectuais preocupados com os aspectos que envolvem os negros no país[100].

Quando Arthur Ramos publicou *O negro brasileiro. Etnografia religiosa e psicanálise*, Edison Carneiro escreveu um artigo bastante detalhado sobre os problemas encontrados no livro recém-publicado. Nessa crítica, Carneiro informa ao leitor desavisado sobre as incorreções de Ramos em relação às denominações utilizadas nas religiões afro-brasileiras, em especial, nos candomblés da Bahia. Para finalizar o artigo, Carneiro imputa ao livro de Ramos importância igual ao do trabalho de Nina Rodrigues, pioneiro nos estudos do negro no país. Mas faz uma ressalva teórica, através da qual é possível perceber certa oposição sobre o modo de ver a experiência africana e negra no Brasil:

> "Somente os estudos das transformações econômicas a que a raça negra se submeteu e se submete ainda, no *habitat* originário e no Brasil, junto aos estudos das relações entre o homem negro e o meio natural e social, com todos os altos e baixos das ações recíprocas, pode levar à interpretação exata das concepções religiosas dos negros. A psicanálise, aqui, nada tem a fazer, - a não ser bancar a intrusa, que 'não entra nem sai'..."[101]

A referência a K. Marx é explicitada no parágrafo anterior e no seguinte informa como entende a teoria marxista e como ela deve ser aplicada nas análises dos fenômenos sociais brasileiros. Tal perspectiva teórica em conjunto com o tema do negro fizeram parte de uma visão mais geral sobre o que é ser brasileiro, ampliando a visão dos modernistas de 1922, na qual os índios ganharam lugar privilegiado. Portanto, a questão étnica e a questão proletária se entrelaçam e formam um único traço,

---

[100] Sobre as relações entre a obra de Jorge Amado e a questão do negro no Brasil ver, em especial: Ilana S. Goldstein, *Literatura e Identidade Nacional: o Brasil best seller de Jorge Amado*. São Paulo, dissertação de mestrado apresentada ao Depto. de Antropologia-USP, 2000. Sobre os estudos e a influência da cultura africana no Brasil ver: Antônio Liberac Cardoso S. Pires, *Movimentos da cultura afro-brasileira: a formação histórica da capoeira contemporânea. 1890-1950*. Campinas, tese de Doutoramento apresentada ao Depto. de História-IFCH-Unicamp, 2001.

[101] Edison Carneiro, "Nota sobre 'O negro brasileiro'", *Boletim de Ariel*, n° 7, abril de 1935.

o qual, através das obras, se intenciona incorporá-lo ás questões políticas, fazendo frente ao mito do ariano e às teorias eugênicas em voga no período.

Nesse sentido, nas páginas especializadas de literatura, o debate se realizava em torno das noção de raça, mestiçagem e nação. Muito embora, no caso do negro, a oposição às concepções de "branqueamento" fossem dificeis de serem limitadas. No entanto, essas iniciativas de colocar em relevo operários e negros, pais de santo e líderes sindicais, mestres de capoeira e quituteiras, foi combatida, principalmente pelos católicos, já que tais iniciativas rompiam com seus preceitos moralmente e socialmente aceitos como a definição da inferioridade dos negros. Por isso, ninguém melhor que Tristão de Athaíde para falar a respeito:

> "[...] contra essa falsa ilusão que em nosso Brasil se apoderou de alguns bons romancistas novos, como José Lins do Rego ou Jorge Amado, perdidos em um naturalismo bárbaro e sexual [...]"[102]

Ao "naturalismo bárbaro e sexual" anexou-se a pecha de "comunistas" para os escritores e suas obras. A despeito das acusações, o debate enveredava pelo terreno moral. Astrojildo Pereira, em uma crítica ao romance *Vertigem* do diretor de *Boletim de Ariel*, Gastão Cruls, faz a defesa dos comunistas em relação à idéia de que eles pretender destruir a instituição da família. O enredo do romance gira em torno da família carioca do médico e professor universitário, Dr. Amaral Marcondes. Segundo Astrojildo, a família vive um drama que expressa a decadência dos fundamentos da própria família como instituição. A honestidade do escritor, ao revelar toda a estrutura familiar corrompida, através de uma família burguesa modelo, demonstra o aspecto revolucionário da obra[103].

Direita, esquerda, revolucionário, comunista, católico, burguesia, proletário, entre outros, são termos usados na política institucional que passam a pertencer também ao quadro interpretativo do mundo literário. Essa justaposição, ou melhor, essa politização da literatura permitirá que os órgãos de controle político, a censura e a polícia propriamente façam uso de tais determinações para definir o permitido e o proibido do ponto de vista cultural. Assim Jorge Amado é preso em 21

---

[102] Tristão de Athaíde, "Um livro puro", 1936. Apud: Alfredo W. Berno de Almeida, *Jorge Amado: política e literatura*, Rio de Janeiro, Editora Campus, 1979, p. 106.

[103] Astrojildo Pereira, "Espelho da família burguesa", *Boletim de Ariel*, nº 7, abril de 1935.

de março de 1936 e é fichado, como tantos outros, na delegacia de polícia como "intelectual comunista"[104].

[104] Ficha de Qualificação, 21 de março de 1936, Prontuário nº 20175 - Jorge Amado - DESPS - APERJ.

Capítulo 4

Da Cultura Política *à* Literatura*: trajetórias*

"[os escritores] adestram-se em malícias invisíveis para o olho míope do censor e ubérrimas para o olho esperto do leitor. O Estado Novo nos fez sutis" G. Figueiredo, *Cobras e lagartos: rodapés de crítica literária, 1943-1945*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984, pp. 10-11.

"O Estado Novo não nos impediu de escrever; tirou-nos a vontade." Graciliano Ramos, *Memórias do Cárcere*.

4.1 - O mar morto das vidas secas: as armas da polícia política e a escrita como arma

Depois de nove dias de sua detenção (21 de março de 1936), Jorge Amado foi posto em liberdade. Antes mesmo começar a ser publicado pela "Casa José Olympio", designação dada por seu proprietário e incorporada pelos seus editados, Jorge Amado integra-se ao quadro de funcionários da editora como revisor e responsável pela propaganda dos livros editados nos jornais e nas emissoras de rádio[1]. De certa forma, Jorge Amado passou a circular livremente depois da prisão.

Em novembro de 1936, Jorge Amado procurou Juracy Magalhães, então governador do estado da Bahia, para oferecer-lhe um "negócio" em nome da Livraria José Olympio Editora. A conversa com o governador da Bahia não fora muito animadora, como afirma Jorge Amado em missiva a José Olympio. De acordo com o "propagandista", Magalhães mostrou-se interessado em realizar a compra dos livros da "Casa", mas havia um grande problema de falta de verbas na Secretária de Educação, órgão que efetuaria a compra dos livros. Diante da dúvida do governador, Jorge Amado explicou-lhe "que era uma quase obrigação dos governos inteligentes ajudar a editora, pois a nossa casa vivia exclusivamente das obras brasileiras."[2]

O apelo de Jorge Amado a um certo nacionalismo do governador cruza dois interesses distintos. O significado dado às "obras brasileiras" não se refere à formação de uma literatura nacional, esta já estabelecida no século XIX entre os nossos literatos. Jorge Amado está chamando a atenção para uma linha editorial preocupada com os "autores brasileiros", em contraposição a uma produção editorial voltada para as traduções de autores estrangeiros ou mesmo para a comercialização de livros em outros idiomas. O apelo surtiu efeito, pois como resposta Magalhães afirmou que se empenharia pessoalmente junto à Secretária de Educação. No caso do governador, o sentido dado às "obras brasileiras" insere-se numa "cultura política" posta em relevo durante o governo de Getúlio Vargas nos anos trinta, em especial, depois de 1934[3].

---

[1] Nelson Werneck Sodré, *Memória de um escritor*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1970, p. 95. Como adverte Gustavo Sorá, o termo "propaganda" empregado aqui tem o significado que lhe era atribuído na época, nada tendo a ver com o termo "publicidade" hoje empregado: "[...] *propaganda* era a palavra usada para difundir as mercadorias culturais." *op. cit.*, p. 142.

[2] Carta de Jorge Amado a José Olympio. Bahia, 27 de novembro de 1936. Coleção José Olympio - Arquivo-Museu de Literatura Brasileira - Fundação Casa de Rui Barbosa.

[3] Ver, sobretudo: Angela de Castro Gomes, *A invenção do trabalhismo*, Rio de Janeiro, IUPERJ-Vértice, 1988. pp. 205-228. E Marilena Chauí, *Brasil. Mito fundador e sociedade autoritária*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2000, pp. 11 a 29.

Alguns meses depois de ter sido solto, Jorge Amado publicou *Mar Morto* pela José Olympio Editora, com o qual ganhou o Prêmio Graça Aranha. *Mar Morto*, tem um ritmo mais doce e suave, no entanto a morte ronda todas as personagens sem que estas possam fazer algo para impedi-la de chegar. Guma protagoniza a história daqueles que vivem no cais e vivem do e no mar. Nas palavras de Amado, na apresentando o romance:

> "...Agora eu quero contar as histórias da beira do cais da Bahia. Os velhos marinheiros que remendam velas, os mestres de saveiros, os pretos tatuados, os malandros, sabem essas histórias e essas canções. [...] Vinde ouvir a história de Guma e de Lívia que é a história da vida e do amor no mar. E se ela não vos parecer bela a culpa não é dos homens rudes que a narram. É que a ouvistes da boca de um homem da terra e, dificilmente, um homem da terra entende o coração dos marinheiros." [4]

História dos trabalhadores do cais, história de Guma. Tendo seu pai morrido quando ainda era pequeno, Guma aprendeu os ofícios de marinheiro com o tio, Francisco. Passou a infância, que logo terminou, enfiado dentro do saveiro do tio. Poucas horas por dia, durante seis meses, freqüentou a escola da beira do cais. Mas logo o serviço no saveiro tomava todo seu tempo e Guma teve que deixar a escola. No último dia em que foi a escola, a professora se emocionou:

> "Da janela ela viu Guma que partia. Tinha onze anos e lá ia ele, apto para a vida como os jovens médicos e advogados aos vinte e três anos e vinte e cinco. Também ia entrar na vida, ia começar sua profissão e, no entanto, não havia festa, não havia solenidade, apenas o desafogo de não ser necessário lavar tantas vezes a sua roupa, porque para a escola era preciso ir mais limpo. Nenhuma esperança ia também naquele peito. Nenhuma idéia de grandes conquistas, de grandes descobertas, de inventos maravilhosos, de poemas eloqüentes ou doces. [...] O destino deles já estava traçado. Era a proa de um saveiro, os remos de uma canoa, quando muito as máquinas de uma navio, ideal grandioso que poucos alimentavam." [5]

E é sobre esse destino já traçado, sobre as estruturas que empurram Guma para o trabalho no saveiro e para a morte, que se desenrola o romance. Mas, também, é sobre a dicotomia entre doutores e trabalhadores que se apresenta a vida de Guma.

A professora, dona Dulce, da escola do cais chegara ainda jovem, recém-formada em uma escola normal. Cheia de esperanças em poder ajudar aqueles meninos e meninas tão

---

[4] Jorge Amado, *Mar morto*, (1a. edição 1936) São Paulo, Livraria Martins Editora, s/d, p. 6.
[5] idem, *ibid.*, p. 34.

pobres, dar-lhes alguma palavra de conforto quando morria algum pai em alguma tempestade. Mas logo percebeu sua impotência e se encheu de tristeza, tristeza em reconhecer a inutilidade de seu "conhecimento" frente à miséria. A idéia era de que só algum milagre pudesse trazer algo bom para aqueles homens e mulheres. E vivia afirmando tal idéia para o médico que também morava junto ao cais. Doutor Rodrigo ajudava sempre os moradores do cais, examinando e medicando-os gratuitamente, fazia partos, distribuía remédios, etc. Agindo assim, dr. Rodrigo pensava estar dando alguma esperança a eles.

Neste ponto, Jorge Amado nos dá a impressão de que a educação não poderia libertar um povo de sua miséria e ignorância, talvez como expressão do desencantamento pelo ideário liberal. Só o desejo consciente dos que se sentiam escravizados poderia realizar o "*milagre*" operado por Jorge Amado na conclusão do romance. Ao mesmo tempo, indica que a solidariedade daqueles que vêm da *terra* pode amenizar as dores e os sofrimentos causados pela miséria daqueles que vivem no e do mar.

Entre um carregamento e outro, Guma se apaixona por Lívia, que vem da *terra*. Sobrinha de comerciantes, Lívia foi logo envolvida pelo amor de Guma. Seus tios não concordavam com o namoro, esperavam dela um casamento que os ajudasse a ampliar a mercearia. Mesmo assim, casaram-se e Lívia, mulher da *terra*, passou a esperar por Guma todos os dias no cais. Lívia aprende, aos poucos, sem nunca se conformar, a conviver com os trágicos acidentes envolvendo os marinheiros. Muitas viúvas do mar, mulheres que se encontravam, de uma hora para outra, sem seus maridos e sem outra maneira de sustentar os filhos, tornavam-se prostitutas.

As prostitutas são personagens recorrentes nestes romances de Jorge Amado. Cada uma delas, de forma geral, possui sempre uma trágica história de vida. Jorge Amado já anuncia a tragédia que as acompanha logo em seu primeiro romance. Pedro Ticiano e Jerônimo, membros do grupo de amigos de Paulo Rigger e José Lopes, conversavam sobre as prostitutas. Pedro Ticiano argumentava que toda prostituta tem uma tragédia para contar. Chama uma prostituta que passava pela calçada para comprovar sua tese e ela lhes conta sua história:

"Tudo igual a das outras... Vivia lá em Nazaré com os pais. Cosia. Ganhava até dinheiro. Um dia, um homem rico e elegante fora passear na cidade, prometera-lhe casamento, casa

bonita, automóveis. Naquele tempo ela ainda acreditava nos homens. Depois, deixara-a perdida, odiada pela família. Viera então para a Bahia. E aí estava a sua história." [6]

Ticiano finalizou dizendo à mulher que sua tragédia poderia ter sido pior se tivesse que morrer virgem. Ironia que diz muito sobre um ponto de vista que concebe a mulher como ingênua, que caiu na conversa de um homem que se dizia rico e lhe prometia conforto financeiro. A prostituição, assim, é entendida como queda moral e pela ausência de outras opções.

Pior, talvez, seja a história de Maria de Lourdes. Ainda em *O país do carnaval*, Paulo Rigger se apaixona por uma moça, a qual ele define, perante os amigos, quando de seu noivado, como uma moça muito pobre "mas muito boa" [7]. Maria de Lourdes resolveu, então, contar-lhe que já havia se apaixonado por outro homem antes de conhecê-lo e que, neste amor do passado, havia *"se entregado"* ao outro. Surpreendido pela notícia, Paulo Rigger deixou-a em casa sem dizer uma palavra [8]. Pensou por alguns dias sobre o assunto, mas nunca mais procurou Maria de Lourdes. Puro preconceito denunciado por Jorge Amado ou apenas mais uma tragédia de uma boa moça que não soube o momento certo para se entregar? Talvez nenhuma das duas perguntas permitam respostas que expressem o significado da construção destas tragédias para Jorge Amado. Acompanhando outras histórias, pode-se chegar mais perto dos seus significados.

Outra tragédia é encontrada em *Cacau*. No vilarejo perto da fazenda de cacau, onde Sergipano trabalhava, havia uma casa de prostituição em um lugar chamado sugestivamente de *"rua da Lama"*. Lá, vivia uma menina de 13 anos, Zilda, que se prostituía desde os onze. Sua ida para a *rua da Lama* aconteceu quando ela ainda nem havia menstruado pela primeira vez e foi, então, violentada pelo filho de um coronel das redondezas [9]. No entanto, neste romance, Sergipano, tem a solução para o problema:

> "Pobres mulheres, que choravam, rezavam e se embriagavam na rua da Lama. Pobres operárias do sexo. Quando chegará o dia de vossa libertação? Quantos mananciais de carinhos perdidos, quantas boas mães e boas trabalhadoras. Pobre de vós, a quem as senhoras casadas não dão direito nem ao reino do céu. Mas os ricos não se envergonham da prostituição. Contentam-se em desprezar as infelizes. Esquecem-se de que foram eles que as lançaram ali. Eu fico pensando no dia em que a Rua da Lama se levantar,

---

[6] idem, *O país do...*, *op. cit.*, p. 52.
[7] idem, *ibid.*, p. 52.
[8] idem, *ibid.*, pp. 57 e 58.
[9] idem, *Cacau*, *op. cit.*, p. 129.

despedaçar as imagens dos santos, tomar conta das cozinhas ricas. Nesse dia até filhos elas poderão ter." [10]

Definidas como operárias do sexo, as prostitutas da *rua da Lama* ganham um lugar social. Entretanto, o autor projeta para elas, através da *"libertação"*, um outro papel, o de *"boas mães"* e *"boas trabalhadoras"*., comprovando que sua visão do processo de conscientização é marcada por normas de gênero vigentes em sua sociedade, às quais ele repunha e ritualizava.

Em *Mar Morto* há também mais uma história trágica, a de Rita. Guma é chamado para ajudar outros mestres de saveiros em uma briga com soldados. Organizaram um plano para esperar os soldados em uma rua onde se localizavam muitos bordéis. Espalharam-se pelos bordéis como se estivessem lá para se divertir. Guma entrou num quarto acompanhado de uma moça, Rita. Como estava lá só para despistar até que a briga começasse, ele puxou conversa com Rita. Depois de muita resistência, ela lhe contou que estava lá por causa de sua vergonha de ter engravidado depois de ter tido um caso com um caixeiro-viajante, quando morava em uma cidade próxima a Salvador. Guma, sentindo muita pena, aconselhou-a a sair de lá, a ir procurar emprego em outros lugares já que ela tinha apenas 16 anos. Então, chegaram os soldados e foi uma grande correria. Entraram rapidamente no quarto onde Guma estava e atiraram. Rita entrou na sua frente e a bala acertou-lhe o coração, Guma conseguiu fugir pela janela [11].

De tantas tragédias que as envolvem, as prostitutas construídas por Jorge Amado nunca estão nesta vida por que querem. Reafirmando uma visão sobre a prostituição como queda moral, Jorge Amado apresenta-a uma punição social. Sentem-se envergonhadas e desejavam uma outra vida, uma vida de mulher casada, dona de casa e mãe. Walnice N. Galvão analisa a produção literária de Jorge Amado e, em especial, a prostituta Teresa Batista [12], protagonista do romance que leva seu nome. Conclui que esta personagem é construída como o tipo ideal de prostituta do próprio machismo latino-americano - "fantasia erótica dominante em todos os povos com passado escravista." [13]

Não são estes, no entanto, os casos que encontramos nos primeiros romances de Jorge Amado, mas esses aspectos já estão aqui presentes, em germe. As prostitutas nesses romances são, na maior parte, oriundas de famílias pobres que, com muita coerência,

---

[10]idem, *ibid.*, pp. 131.
[11]idem, *Mar morto*, *op. cit.*, pp. 79 A 81.
[12]O romance de Jorge Amado que a autora analisa é *Teresa Batista cansada de guerra*, publicado em 1972.
[13]Walnice Nogueira Galvão, "Amado: respeitoso, respeitável", in: idem, *Saco de gatos. Ensaios críticos*. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1976, p. 21.

vislumbravam, através de um bom casamento de suas filhas, ascender socialmente ou melhorar as condições econômicas que as afligiam. Jorge Amado chama a atenção para uma forma encontrada pelo (seu) *povo* para romper com a situação de miséria em que viviam e aponta para o fracasso de tal forma. Jorge Amado vai, então, afirmar, através de Lívia, que existe outra forma - que não é o casamento com alguém mais rico nem a prostituição.

Então, voltemos ao enredo de *Mar Morto*... Lívia, que convivia com a possibilidade de se tornar uma viúva e de ter que viver da prostituição, mostra como Jorge Amado acha possível romper com este destino, ou melhor, como é possível adquirir uma determinada *consciência* que possibilite operar um rompimento.

Um dia uma tempestade apanhou Guma e este foi, nas palavras de Jorge Amado, se encontrar com Iemanjá. Pouco antes de morrer, Guma participou de uma greve no cais pelo aumento do valor das tabelas de carregamento. Em conjunto, os mestres de saveiros e os canoeiros, e os estivadores organizaram uma greve que foi vitoriosa para todos os trabalhadores. Dr. Rodrigo, quando tudo terminou, fez um poema afirmando que o milagre de dona Dulce havia começado.

Lívia, após a morte de Guma, decidiu que não iria se prostituir. Encheu-se de coragem e assumiu o trabalho do marido no saveiro. A greve e a atitude de Lívia transformaram a vida no cais:"Olharam e viram. Dona Dulce olhou também da janela da escola. Viu uma mulher forte que lutava. A luta era seu milagre. Começava a se realizar. [...]" [14]

Enquanto mais uma greve finaliza um romance de Jorge Amado, em que Guma, o protagonista do romance, não escapa do seu destino e nem se liberta das estruturas sociais que lhe são impostas, Lívia, ao contrário, liberta não só a si mesma como também todas as viúvas do mar do destino da prostituição. Porque Jorge Amado a escolheu para ser a que rompe com o destino da prostituição? Como Lívia é uma mulher da *terra*, ela traz consigo esta experiência que é exterior à tradição do cais e, por isso, pode rompê-la.

Também em *Cacau* e em *Jubiabá* encontra-se este mesmo movimento: experiências externas às do próprio meio vêm encontrar homens e mulheres ávidos por transformações, descontentes com a realidade de suas vidas. O significado deste movimento construído por Jorge Amado está muito relacionado, em primeiro lugar, à noção de vanguarda. Jorge Amado se apropria desta noção, encontrada no PCB e definida como vanguarda da classe

---

[14]Jorge Amado, *Mar morto*, *op. cit*, p. 201.

operária, aquela que possui os segredos da libertação do povo, que se guia e se orienta pela experiência soviética e pelos ensinamentos de uma corrente leninista - ligada à Internacional Comunista -, e que se reúne em torno dos partidos comunistas. E, em segundo lugar, se relaciona com sua noção de *povo* e de *trabalhador*, onde estes, por si próprios não têm a clareza, a consciência, a elaboração necessárias para operarem a transformação que Jorge Amado tanto insiste. Além disso, insere-se, ao definir o *povo* e o *trabalhador* dessa maneira, num movimento socialmente mais amplo que busca definir o que é verdadeiramente *nacional*. Dessa forma, Jorge Amado se pretende um daqueles autores preocupados com a "literatura nacional", da qual falava ao governador da Bahia.

Como vimos no capítulo anterior, pouco antes de Jorge Amado iniciar suas viagens de "negócios" em nome da Livraria José Olympio Editora e de ter publicado seu primeiro livro pela mesma editora (*Mar morto*), Graciliano Ramos havia sido preso em Maceió, no dia 4 de março de 1936, sob a "suspeita" de participação nos levantes comunistas de novembro de 1935. Sem acusação formalizada ou processo instaurado, Ramos é enviado ao Recife e de lá, a bordo de um navio, para o Rio de Janeiro, junto com outros 115 presos. Em agosto do mesmo ano, a José Olympio lança *Angústia*, com seu autor preso na Casa de Correção (DF).

Graciliano Ramos recebeu, no mês seguinte da publicação de *Angústia*, o Prêmio Lima Barreto promovido pela *Revista Acadêmica*. Fundada por Murilo Miranda, a *Revista Acadêmica*, publicação inicialmente pensada para um público estudantil, foi logo ganhando expressão como a *Boletim de Ariel*, cujos escritores eram praticamente os mesmos: José Lins do Rego, Artur Ramos, Rubem Braga, Carlos Lacerda, Mário de Andrade, Graciliano Ramos (depois de ser libertado), Érico Veríssimo, Portinari, Moacyr Werneck de Castro, Lúcio Rangel e Aníbal Machado.

O lançamento do novo livro de Graciliano Ramos e sua premiação deixou alguns membros do governo numa situação desconfortável. Como seria possível manter preso um autor publicado e comentado nos jornais e revistas? Aquela imunidade intelectual conquistada por Dionélio Machado depois de alguns meses de prisão, também foi conquistada por Graciliano Ramos. Em 13 de janeiro de 1937, nove meses após sua prisão em Alagoas, o escritor é posto em liberdade[15].

---

[15] Anotações Diversas, Pront. nº 11473 - Graciliano Ramos, DESPS - APERJ.

Em liberdade pelas ruas do Rio, Graciliano Ramos foi acolhido na casa de José Lins do Rego, que vivia ali com sua família desde 1935, onde atuava como funcionário público ("fiscal de imposto")[16].

Depois que Graciliano Ramos foi solto, sua esposa, Heloísa Ramos voltou a Maceió para ficar com os filhos enquanto esperava alguma definição profissional de seu marido. Durante o período em que Heloísa permaneceu em Maceió, Graciliano viveu na casa de Lins do Rego e, depois, numa pensão no Catete onde também morava Rubem Braga. Freqüentava, quase todas as tardes a Livraria José Olympio, onde encontrava muitos amigos. Numa dessas tardes, foi convidado a ir almoçar na casa de Álvaro Moreyra, que era o redator-chefe da revista *Dom Casmurro*[17].

Graciliano Ramos estava a procura de um emprego fixo ou algo que lhe possibilitasse sustentar a família no Rio de Janeiro. Enquanto isso não acontecia, sua esposa e filhos viviam em Maceió com ajuda da família de Heloísa. Mas algum dinheiro ia entrando: com Prêmio Lima Barreto (ganho com *Angústia*) receberia 2:000$000[18]. Não era muito mas também havia os direitos autorais de *Caetés*, *São Bernardo* (1934) e *Angústia*[19]. Ao mesmo tempo, preparava um livro de história infantil que seria enviado ao Ministério da Educação para um concurso lançado nesse ano.

É importante ressaltar alguns aspectos do mundo editorial no período. A Livraria José Olympio Editora chegou ao Rio em 1933 com uma pequena relação de publicações. O cartão de visitas da editora eram as *Obras Completas* de Humberto de Campos e algumas edições "sobre política" de autores como Menotti del Picchia, Octávio de Faria e Plínio Salgado, que migravam da Schmidt para comporem a *Coleção Política Contemporânea*[20]. Olympio era também amigo de Lourival Fontes, personagem fundamental na montagem dos órgãos de propaganda e de controle

---

[16] Carta de Graciliano Ramos a Heloísa Ramos. Rio de Janeiro, fevereiro de 1937. In: Graciliano Ramos, *Cartas* (edição fora de comércio), Rio de Janeiro, Editora Record, 1980, pp. 167-169. As referências à biografia de José Lindo do Rego estão in: DLB, cit.

[17] Revista de caráter literário tão importante como a *Boletim de Ariel* e *Revista Acadêmica*. Circulou entre 1936 e 1939, publicada no Rio de Janeiro, sob a direção de Álvaro Moreyra (teatrólogo).

[18] Como referência forneço o preço de capa de duas revistas literárias importantes do período: *Boletim de Ariel* - 2$000 (1937) e *Revista da Academia Paulista de Letras* - 5$000 (1940).

[19] O problema dos direitos autorais é um aspecto importante que será tratado mais à frente. No entanto, é preciso informar a completa falta de legislação sobre o assunto, assim o pagamento dos direitos pelas editoras aos seus autores era uma negociação feita entre as partes a cada nova publicação. Não existiam contratos, até porque as relações entre editor e editado, assim como em outras esferas das relações sociais, eram baseadas em trocas de favores. Ver: Gustavo Sorá, *op. cit*, pp. 192-197.

[20] Gustavo Sorá, *op. cit.*, p. 124-135.

cultural do governo Vargas, que em 1934 dirigia o recém-criado Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, ligado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Com o início da coleção *Ciclo Cana de Açúcar*, com a publicação de *Menino de Engenho* de José Lins do Rego, ainda em 1934, José Olympio inaugurava o "surto nordestino" na literatura brasileira. Conseguindo uma base de apoio entre figuras importantes no governo de Vargas, ainda que pelas relações de amizade e através de trocas de favores, José Olympio podia publicar nomes visados pela polícia política desse mesmo governo, como Graciliano Ramos e Jorge Amado. Ao mesmo tempo, havia certo interesse em ter alguns escritores "perigosos" sob seus auspícios, já que fazia parte de seu projeto de nação uma integração nacional através da literatura.

Nesse sentido, a migração de alguns escritores, como Graciliano Ramos, Jorge Amado, Rachel de Queiroz, Gilberto Freyre, entre outros, para a José Olympio trazia várias possibilidades. Uma delas era, além de ser publicado, a de pertencer a um mundo seguro das arbitrariedades da polícia política de Vargas. E, ainda que não haja dados seguros para tal afirmação, ser indicado para cargos no funcionalismo público ou em jornais que lhes permitissem dedicação mais estável à criação literária[21]. Ao mesmo tempo, formava-se em torno da livraria-editora um círculo de amizade que abria outras possibilidades de cunho profissional e financeiro. Era um pequeno mundo, onde todos se conheciam. Foi assim que Graciliano Ramos começou a escrever como crítico em diversos jornais cariocas, como *O Jornal*, *A Noite* e *Correio da Manhã*.

Ligado ao governo federal pelo cargo de "fiscal de imposto de renda", José Lins do Rego devia algumas obrigações como funcionário público. Conhecia Gustavo Capanema e foi com Graciliano entregar os originais de *A terra dos meninos pelados* para o concurso de histórias infantis do Ministério da Educação. Num dos corredores, Ramos avistou Capanema:

> "Vi lá, num corredor, o nariz e o beiço caído de s. exa. o sr. Gustavo Capanema. Zélins acha excelente a nossa desorganização, que faz com que um sujeito esteja na Colônia [Colônia Correcional Dois Rios, onde Ramos esteve preso] hoje e fale com ministros amanhã; eu acho ruim a mencionada desorganização, que pode mandar para a Colônia o sujeito que falou com o ministro."[22]

---

[21] Em carta a Heloísa Ramos, Graciliano Ramos afirmou que, em um almoço com José Olympio, este lhe falou da possibilidade de "arranjar algum emprego qualquer em São Paulo". Carta de Graciliano Ramos a Heloísa Ramos. Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1937. In: Graciliano Ramos, *Cartas*, op. cit., p. 172.

[22] Carta de Graciliano Ramos a Heloísa Ramos. São Paulo, 28 de fevereiro de 1937. In: Graciliano Ramos, *Cartas*, cit., p. 174.

Graciliano parecia estar vivendo um dilema... Mas era preciso sobreviver e criar as condições para que a família pudesse juntar-se a ele no Rio. Em um compromisso literário de José Lins do Rego, em nome da Livraria José Olympio Editora, Graciliano foi estimulado por José Américo de Almeida, Otávio Tarquínio de Souza, Manuel Bandeira, João Alphonsus Guimarães a aceitar o convite feito por Rego a acompanhá-lo na viagem a São Paulo. Era um evento de inauguração de uma grande agência de imprensa.

Em São Paulo, circulou por gabinetes do governo, pelas rodas literárias e participou de eventos com "políticos graúdos, gente da indústria e do comércio, tubarões, paulistas de quatrocentos anos"[23]. Conheceu Oswald de Andrade que lhe prometia arranjar-lhe um emprego por intermédio de Sérgio Milliet[24] - promessa que nunca se concretizou, e Mario de Andrade que confessou não ter lido *Angústia*, mas que ouvira de Milliet muitos elogios.

Graciliano já havia escrito um conto para a *Revista Acadêmica*, que foi publicada em abril daquele ano. Várias outras propostas de trabalho iam, aos poucos surgindo: escrever para a revista *Lanterna Verde*, havia um convite da revista *Sur* da Argentina e da agência de imprensa de São Paulo. Nesse período, os artigos em jornais e revistas eram pagos e variavam de 50$000 a 200$000, conforme a publicação.

Em maio, a *Revista Acadêmica* lançou um número especial dedicado a Graciliano Ramos, com artigos assinados por Mário de Andrade, Aníbal Machado, Álvaro Moreyra, Oswald de Andrade, Rubem Braga, Peregrino Júnior, Jorge Amado, Carlos Lacerda, entre outros. Murilo Mendes, diretor da *Revista*, encomendou a Cândido Portinari um retrato de Graciliano para compor a folha de rosto do número especial dedicado ao autor[25]. A partir daí, Graciliano Ramos, ainda que estigmatizado como "perseguido político" passa a circular livremente pelo campo literário, sob os auspícios do governo. Assim também foram os casos de Rachel de Queiroz e Santa Rosa, presos em abril de 1936 mas, ao contrário de Graciliano, foram soltos dias depois.

Acabou ganhando o Prêmio de Literatura Infantil do Ministério de Educação e Saúde. A obra só foi publicada em 1962, em uma coletânea intitulada *Alexandre e outros heróis*, cujo prefácio foi escrito por José Geraldo Vieira, jornalista e crítico literário. Diz o jornalista sobre *A terra dos meninos pelados*:

---

[23] Idem, ibidem, p. 175.
[24] Sérgio Milliet era diretor da Divisão de Documentação Histórica da Prefeitura de São Paulo. (DLB)
[25] Desenho a crayon e carvão sobre papel 32,5 x 27,5. In: Sérgio Miceli, *Imagens Negociadas. Retratos da elite brasileira*, São Paulo, Editora Companhia das Letras, 1996, pp. 98-99.

"Há que considerar nas páginas desta fantasia ingredientes exóticos e personagens inefáveis; aqueles, como ectoplasmas duma sessão espírita; estas, como gnomos e elfos duma composição de Perrault. Dir-se-ia que mestre Graça, de hábito casmurrão e solitário, quis montar para alguma das filhas, talvez mais para Luiza do que para Clarita, uma menagerie; ou talvez, para ele mesmo, já que todo grande escritor ou artista é, no dizer de Huizinca, um **'homo ludens'**."[26]

A história é uma fantasia para crianças, mas, aos moldes de Perrault, parece existir nela uma mensagem. A fantasia começa com a seguinte frase:

"Havia um menino diferente dos outros meninos: tinha o olho direito preto, o esquerdo azul e a cabeça pelada" [27]

Acontece que, no vilarejo onde Raimundo morava, não havia meninos iguais a ele. Todos tinham cabelo na cabeça e os dois olhos da mesma cor. Estas diferenças, entretanto, não seriam um problema para Raimundo se as outras crianças não zombassem dele; tornou-se comum chamarem-no de Raimundo Pelado. As outras crianças estranhavam o menino e não brincavam com ele. Raimundo começou a ficar muito triste e acabou imaginando uma terra onde todos fossem como ele. Um dia, então, atravessou a serra de Taquaritu e chegou ao país chamado Tatipirun. Lá tudo era diferente de onde ele viera: as árvores conversavam e tinham nome, as pedras também falavam, o rio das Sete Cabeças abria-se para quem quisesse atravessá-lo, D. Aranha que era proprietária de uma alfaiataria...

Quando Raimundo encontrou D. Laranjeira, perguntou-lhe:

"- [...] Tem a bondade de me ensinar o caminho?

- É esse mesmo. Vá seguindo sempre. Todos os caminhos são certos." [28]

Não há nada de exótico em um personagem conduzir outro afirmando que todos os caminhos são certos. Mais a frente, Raimundo encontra os meninos pelados:

"Raimundo deixou a serra de Taquaritu e chegou à beira do rio das Sete Cabeças, onde se reuniam os meninos pelados, bem uns quinhentos, alvos e escuros, grandes e pequenos, muito diferentes uns dos outros. Mas todos eram absolutamente calvos, tinham um olho preto e outro azul." [29]

---

[26]José Geraldo Vieira, "A dioptria de Alexandre", in: Graciliano Ramos, *Alexandre e outros heróis*, São Paulo, Livraria Martins Editora, 1968, p. 18.
[27] Graciliano Ramos, *ibid.*, p. 129.
[28]idem, *ibid.*, pp. 131 e 132.
[29]idem, *ibid.*, p. 132.

Ao encontrar os meninos pelados, Raimundo ficou um pouco intimidado, mas logo tornou-se amigo deles. Andou com os meninos, pulou, correu, conversou... Até que alguém propôs que fossem ouvir histórias que a Sinhá Guariba contava. Mas, antes que pudesse começar a contar alguma história, a Sinhá adormeceu. Caralâmpia, que naquele momento brincava de ser princesa, falou das terras por onde havia andado. Num lugar distante, encontrou meninos com duas cabeças, quatro olhos, a boca no peito e uma perna só; em outro lugar, encontrou meninos que nunca choravam, que tinham oito olhos, onde as árvores tinham raízes para cima e as folhas para baixo e davam frutos no chão. A conversa estava boa, mas Raimundo lembrou-se que deveria voltar para sua casa porque tinha que estudar geografia.

A história traz algo significativo para um momento no qual as diferenças eram enfatizadas e radicalizadas: comunistas *versus* integralistas, capitalistas *versus* socialistas, operários *versus* burgueses, trabalhadores *versus* patrões, etc. Graciliano Ramos, ao brincar com as diferenças fisicas dos personagens de sua história, chama a atenção para as intolerâncias reinantes no mundo em que vivia.

A história de alguns presos políticos e a perseguição que sofreram é reveladora do sistema repressivo, com base na intolerância, que agia sobre a sociedade. Muitos, como o próprio Graciliano Ramos, passaram anos lutando contra um sistema judiciário que extrapolava seus próprios limites e mantinha na cadeia pessoas que eram "suspeitas" de cumplicidade ou de propagandear o dito "credo vermelho". Isso sem falar nas dezenas de presos políticos (operários, camponeses, comerciários, soldados, marinheiros, etc.) que não possuíam relações com o mundo literário ou político, ficando à mercê do aparato repressivo montado pelo governo de Vargas.

Como vimos, depois da promulgação da Constituição, em julho de 1934, várias medidas foram tomadas do ponto de vista jurídico para a formação de uma Lei de Segurança Nacional: a decretação da Lei nº 38, a famigerada Lei Monstro, em abril de 1935; o Decreto nº 229, que dispunha sobre o fechamento da ANL, em julho de 1935, cuja base era a Lei nº 38; a decretação do "estado de sítio", em 25 de novembro de 1935, sob a alegação do "perigo comunista" após os levantes naquele mesmo mês.

Além disso, toda a organização da Delegacia Especial de Segurança Pública e Social-RJ (DESPS), das Delegacias de Ordem Política e Social ou dos Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS/DEOPS), após os levantes comunistas de novembro de 1935, intensificaram brutalmente suas atividades.

saúde, e fugiu[46]. A DESPS foi imediatamente informada, e esta informou ao TSN. Alguns dias depois o "sr. Chefe de Polícia" do DF, Filinto Müller, expediu o seu alvará de soltura[47]. Como Nise da Silveira estava sem processo formalizado, seu caso foi um dos 400 colocados em liberdade pela "macedada"[48].

A procuradoria só entrou com a denúncia junto ao TSN depois da fuga da médica, sendo que o processo já havia entrado no tribunal em 23 de dezembro de 1936. Em 27 de agosto de 1937, o procurador envia a denúncia ao juiz-presidente do TSN, no qual esclarece os motivos da acusação. Vale a pena transcrever um trecho:

> "Os dois primeiros volumes deste inquérito são constituídos de documentos apreendidos no quarto que era ocupado pela doutora Nise Magalhães da Silveira no Hospital Nacional de Psychopathas na qualidade de funcionária daquele estabelecimento. Trata-se de uma documentação conveniente [convincente, a lápis, por cima] das atividades comunistas da indiciada e de suas ligações internacionais com elementos de destaque do Partido Comunista. As cartas de fls. 108 e 116 firmadas pelo dr. Osório Thaumaturgo César – que esteve na Rússia como representante do PC do Brasil no Sétimo Congresso da Internacional Comunista – bastariam para evidenciar a importância da ação da acusada nas atividades criminosas do partido moscovita. Veja-se também a carta de fls. 112 – 1° V. – de Raul Tunon, poeta argentino, traduzida a fls. 457, e logo se evidenciará mais uma prova irretorquível da elevada função que desempenhava na propaganda subversiva a dra. Nise Magalhães da Silveira, orientadora bastante acatada, pelos adeptos do credo vermelho, no preparo doutrinário dos iniciados./ Mas, há ainda, os documentos fls. 94 a 97, 111 e 132 a 190 do 1° vol., 192 a 272 e 317 a 371 do 2° vol. apreendidos (auto de fls. 3) em poder da indiciada, por ela reconhecidos como de sua propriedade, documentos que, pela sua clareza, demonstram exuberantemente a sua atuação delitosa [sic] contra o regime e a segurança nacional./ As declarações de fls. 586 (3° vol.) de Dalino Ribeiro de Cerqueira Lima, citado na carta de Osório César a fls. 108, robustecem as provas existentes contra a acusada e esclarecem a origem da referida carta, aliás, autenticada pelo exame de fls. 362./ Entre a correspondência apreendida encontram-se

---

[46] Polícia do DF - DESPS, Ofício (informando ao TSN que a médica se encontrava foragida), agosto de 1937, vol. I - Processo de Nise da Silveira/n° 291 - Apelação n° 15 - TSN - AN.
[47] Filinto Müller, Alvará de Soltura para Nise Magalhães da Silveira, 21 de junho de 1937. Nise Magalhães da Silveira - Prontuário n° 13990 - DESPS - APERJ.
[48] Ver capítulo 3.

também várias cartas, prospectos e cartões provenientes da Rússia, todos ventilando assuntos de natureza bolchevista./ À vista do exposto esta Procuradoria vem perante V. Excia. denunciar a doutora Nise Magalhães da Silveira, qualificada a fls. 492 (3° volume) como incursa nos artigos 14 e 23 da Lei n.° 38 de 4 de abril de 1935."[1]

As provas na qual se baseiam a acusação são cartas de amigos distantes, como as de Octávio Brandão e Laura Brandão (citado na denúncia como carta de Osório César, na folha 108, mas que no processo se refere a uma carta de Laura Brandão), e documentos de organizações comunistas[2] (referentes, na denúncia aos documentos anexados ao volume II). Há ainda, analisando os documentos anexados ao processo, vários estudos médicos referentes, por exemplo, à campanha de combate à sífilis e outro de combate ao alcoolismo na União Soviética (também citados na denúncia como prova de ligação com o movimento comunista internacional). Há também vários documentos da Aliança Nacional Libertadora[3] (também citados na denúncia).

Segundo a Lei n° 38, Nise da Silveira estava sendo acusada de "incitar diretamente o ódio entre as classes sociais" e "não será tolerada a propaganda de guerra ou de processos violentos para subverter a ordem política ou social" (respectivamente, arts. 14 e 22), sendo assim sua pena deveria ser, conforme a lei, de 6 meses a três anos de prisão. O artigo 23 citado na denúncia se refere à pena do artigo 22[4].

Dez dias antes de a procuradoria fazer a denúncia da médica no TSN, portanto no dia 17 de agosto de 1937, foi anexado ao processo a procuração de Nise da Silveira para que o advogado Antonio Evaristo de Moraes a representasse no tribunal. O processo correu com Nise da Silveira já em liberdade.

Contado pouco menos de um mês após a denúncia no TSN, houve a primeira audiência com juiz. Nise da Silveira não compareceu e seu advogado, Evaristo de Moraes, informou a

---

[1] Denúncia, 27 de agosto de 1937, folhas 3 e 4, volume I - Processo de Nise da Silveira/n° 291 - Apelação n° 15 - TSN - AN.

[2] Por exemplo, os documentos "Theses do Bureau sul-americano sobre a situação no Brasil e as tarefas do Partido Comunista"; folheto da Federação da Juventude Comunista – Célula da Fábrica Jafet; folheto "Gávea Vermelha"; Folheto da Liga Communista de Oposição de Esquerda (bolchevique leninista) [trotskista]; "A voz da mulher trabalhadora" – órgão do PCB; "O governo popular nacional revolucionário e as tarefas do partido" - Plenum do CC (maio/1935). In: vol. II - Processo de Nise da Silveira/n° 291 - Apelação n° 15 - TSN - AN.

[3] Volumes I e II - Processo de Nise da Silveira/n° 291 - Apelação n° 15 - TSN - AN.

[4] Lei n° 38 - de 4 de abril de 1935, *Coleção de Leis do Brasil - Actos do Poder Legislativo*, ano 1935, pp. 37-38.

impossibilidade de sua presença por motivo de saúde. Nova audiência foi marcada para o mês seguinte e, novamente, Nise não compareceu, alegando estar com a saúde muito debilitada. O juiz, então, expediu um ofício para que se publicasse no Diário da Justiça Federal a data da nova audiência (19 de dezembro) e que era obrigatória a presença da indiciada. Caso não comparecesse, seria julgada à revelia. O juiz também determinou que seu advogado apresentasse a defesa prévia em 24 horas.

A argumentação da defesa foi a de que não era crime nenhum ler ou guardar documentos "esquerdistas", usando como exemplo uma lei que fora aprovada na década de 1920 que punia os responsáveis pela edição de jornais, revistas ou folhetos que publicassem fotos ou matérias obscenas, mas que não previa a punição àqueles que possuíssem tais materiais impressos. Alegou que os documentos encontrados no quarto da médica nada provavam em relação a sua participação no PCB ou em qualquer ato de intenção "subversiva", também não provavam a participação da ré nos levantes de 1935, fatos que levaram à criação do TSN. A defesa, ainda que reconhecesse as inclinações "esquerdistas" da ré, afirmou que nada do que lhe foi acusado pode ser provado[5].

Finalmente, no julgamento, a defesa final retomou a linha de argumentação anterior, reafirmando que, de acordo com o art. 1° da Consolidação das Leis Penais, "A interpretação por analogia ou paridade não é admissível para qualificar crimes, ou aplicar-lhes penas", assim a acusação havia cometido uma impropriedade jurídica. A acusação não mudou os termos da denúncia, reafirmando que os documentos apreendidos pertencentes à acusada "formavam o corpo de delito da propaganda subversiva realizada pela acusada infringente"[6].

Por fim, o juiz Luiz Carlos da Costa Neto, no dia 31 de janeiro de 1938, proferiu a sentença:

> "Constatando-se apenas, por parte da ré, inclinações para um ciclo de ideologias sociais, com tendências ao afastamento do regime político da Nação, sem que isso importasse num ato concreto de hostilidade ao regime, nem mesmo de propaganda que se pudesse considerar subversiva, ou incitadora de ódio entre as classes sociais./ Na verdade entre a documentação apreendida de propriedade da ré, existe larga publicação, especialmente doutrinária mas entre

---

[5] Antonio Evaristo de Moraes, "Defesa Prévia", folhas 618-621 - volume IV - Processo de Nise da Silveira/n° 291 - Apelação n° 15 - TSN - AN.

[6] Procurador do TSN, "Acusação", folhas 648-649 - volume IV - Processo de Nise da Silveira/n° 291 - Apelação n° 15 - TSN - AN.

a mesma não se encontra os boletins vermelhos em que os extremistas de novembro de 1935, pregavam a revolução e o extermínio da organização republicana./ Considerando que as provas colhidas, não são de molde a levar a justiça a condenar a acusada, mas que as suas tendências ideológicas são de molde a incompatibilizá-la com o exercício de função pública;/ absolvo a acusada Nise Magalhães da Silveira da acusação que lhe foi feita na denuncia [...]."[7]

Dessa forma, o juiz-coronel do Exército, aceitou os argumentos da defesa mas, ainda que tenha absolvido Nise da Silveira, acabou punindo-a ao proibi-la de exercer livremente sua profissão, já que a incompatibilizou com o cargo público no Hospital dos Psicopatas, para o qual prestou concurso de ingresso. A procuradoria requereu recurso do julgamento, junto ao Pleno do TSN, que foi negado por maioria dos votos, confirmando a sentença[8].

Como vimos no capítulo anterior, Caio Prado Júnior também teve problemas com a polícia política de Vargas. No mesmo mês em que foi instalado o TSN, a procuradoria da República pediu o arquivamento do processo instaurado contra o escritor[9].

Apesar disso, a polícia política não deixou de investigar e controlar a vida de Caio Prado, como atesta um informe da DESPS ao TSN, em 16 de março de 1937, que dizia o seguinte: "Elemento intelectual comunista, tendo sido presidente da ANL e membro da Comissão Jurídica e Popular de Inquérito em São Paulo. Por ter sido signatário do manifesto da Frente Popular foi preso e levado ao DOPS."[10]

No dia seguinte, chegou à DESPS/RJ um "informe confidencial" sobre o escritor vindo da DOPS/SP. Logo em seguida, no mesmo dia, foi recolhido ao Regimento da Cavalaria da Polícia Militar em São Paulo, sendo posto em liberdade horas depois. Em menos de dois meses, houve um novo mandato de prisão expedido contra o escritor. Preso novamente, foi posto em liberdade no dia 28 de junho de 1937, provavelmente no processo da "macedada", como vimos no capítulo anterior[11].

---

[7] Luiz Carlos da Costa, "Julgamento de Nise Magalhães da Silveira". Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1938 - folhas 650-653 - volume IV - Processo de Nise da Silveira/nº 291 - Apelação nº 15 - TSN - AN.

[8] Tribunal Pleno, "Julgamento de Nise Magalhães da Silveira - Apelação". Rio de Janeiro, 16 de março de 1938 - volume IV - Processo contra Nise da Silveira/nº 291 - Apelação nº 15 - TSN - AN.

[9] Observações Gerais (folha de rosto), Processo contra Caio Prado Júnior e outros/ no. 237 – 5 volumes – Apelação 72 - TSN - AN.

[10] Anotações Diversas - Rio de Janeiro, 16 de março de 1937 - Prontuário de Caio Prado Júnior/ nº 6704 - DESPS - APERJ.

[11] Idem, ibidem.

No dia 4 de agosto de 1937, a procuradoria da República faz a denúncia junto ao TSN, após realização de inquérito policial em São Paulo. O motivo foi o lançamento de um manifesto em nome de "Frente Popular pela Liberdade", publicado no *Diário da Noite*/São Paulo (23 de novembro de 1935), que vinha assinado por Caio Prado Júnior, general Miguel Costa, coronel Colombo de Mello Mattos, Danton Vampré, José Maria Gomes, Waldemar Rangel Belfort de Mattos e Isaltino Veiga dos Santos, sendo assim indiciados nos artigos 4 e 1 combinados, 19 e 20 da Lei n.° 38[12]. Os argumentos da denúncia, no entanto, extrapolam a publicação do referido manifesto:

> "A ALN, máscara de que se serviu o extremismo soviético para se implantar em nosso país, teve a cooperação entusiasta dos indiciados que, como intelectuais e homens de ação, dela fizeram, no Estado de São Paulo, vasta e eficiente propaganda penetrando em todas as camadas sociais, especialmente no meio operário, onde o programa de ação era exercido pelo auxílio e fomento de greves, criando, assim, pela confusão, ambiente propício a implantação de suas ideologias, como é a técnica comunista./ Fechada que foi a ALN, os indiciados em sinal de protesto, promoveram a idéia de uma greve geral do operariado, prometendo todo o apoio moral e material pelo fornecimento de gêneros alimentícios às famílias dos grevistas e de dinheiro, como já haviam feito por ocasião dos operários da Ítalo Brasileira e Santista./ Para isto, e para continuarem nos mesmos propósitos, de implantação comunista, passaram a se reunir nos escritórios do jornal 'A Platéia', onde aquela agremiação subversiva continuou a ter sede, clandestinamente./ Pouco antes da intentona de novembro, o seu presidente, Caio Prado Júnior, viajou para o Rio Grande do Sul entrando em contato direto com o sr. Dionélio Machado, sobre o qual a polícia daquele Estado mantinha graves suspeitas de ligação com os revoltosos do Norte do país./ Vendo sua ação cada vez mais restringida pela vigilância e ação da polícia, os acusados tentaram encobri-la criando a Frente Popular pela Liberdade, que nada mais era que a própria Aliança, no dizer das testemunhas, lançando o manifesto que se vê a fls. 50 do 1° volume do processo n.° 237, que foi por todos assinado./ Assim procedendo, incorreram eles nas penas dos arts. 4° e 1° comds., 19 e 20 da Lei n.° 38 de 4 de abril de 1935 e, por isso, se oferece a presente denuncia [...]"[13]

---

[12] doc. n° 7 (folha 138) - Processo contra Caio Prado Júnior e outros/ no. 237 – 1° volume – Apelação 72 - TSN - AN.
[13] idem, ibidem.

A classificação como "intelectuais e homens de ação" dos denunciados é reveladora não só de uma visão que expressa o "senso comum", mas também da própria polícia. De certa forma, o problema e a suspeição não vinha do fato de serem "intelectuais" mas sim "homens de ação". Assim como, no informe da polícia de São Paulo para a polícia carioca, o problema não era que Caio Prado fosse intelectual, mas sim "intelectual comunista". Podemos, então, notar que de acordo com o "senso comum" Nise da Silveira ou Patrícia Galvão poderiam ser também classificadas como intelectuais; no entanto, nos processos instaurados contra elas, não houve menção ao termo.

Nesse caso, assim como nos outros apresentados, o processo pode ser mais revelador das atividades nas quais estavam envolvidos os acusados do que os mecanismos de controle adotados pelo governo. Aqui, mostra-se "um" Caio Prado militante, envolvido com as questões políticas emergentes de uma visão revolucionária, fosse do PCB, da Liga Internacionalista, da Internacional Comunista. Mostra-se "um" Caio Prado envolvido com os operários, com o movimento sindical, com as lutas dos trabalhadores. Mostra-se "um" Caio Prado articulador de alianças políticas, negociando com personalidades de diversos setores sociais.

E é esse mesmo Caio Prado que irá escrever sua defesa prévia, enviada ao TSN em 2 de setembro de 1937. É interessante notar como Caio Prado manipula as leis e regras do judiciário, já que formado em direito, em sua defesa prévia percebemos que, mais do que ter habilidades e conhecimento jurídico, era um homem envolvido nas questões político-partidárias de seu tempo. Este texto é um documento político, no qual não há somente argumentos em sua defesa, mas também críticas severas à subserviência do judiciário aos ditames conjunturais do governo federal [14]. Transcorrido um ano, em 1/12/1938, Caio Prado foi condenou a um ano e três meses de prisão. Nesse momento, no entanto, ele já estava na França, tendo o seu processo corrido à revelia com um advogado de defesa nomeado pela OAB, Rodolpho Gastão de Sá, e depois outro contratado pela família Prado, Domingos Souza Leão.

Em algum momento, há outro processo instaurado contra Caio Prado no TSN. De acordo com o julgamento do segundo processo, que parece ser o desmembramento das acusações do primeiro, ele foi absolvido em 29 de novembro de 1938, ou seja, alguns dias antes do julgamento que

---

[14] Caio Prado Júnior, Defesa Prévia, 2 de setembro de 1937, folhas 39-41 - Idem, ibidem.

o condenou. No entanto, no dia 19 de dezembro de 1938, foram julgadas as duas apelações recorrendo das duas decisões anteriores e o julgamento de ambas apelações absolveram o escritor-advogado[15].

Mas não iremos tentar aprofundar os argumentos da acusação nem os da defesa. Interessa-nos agora entender que tipo de atividade era exercida pelo escritor. E, nesse sentido, o processo movido contra ele no TSN, nos dá pistas muito importantes.

Podemos somar às atividades desenvolvidas pelo escritor e anteriormente destacadas, como a participação no Club dos Artistas Modernos, na Comissão Jurídica e Popular de Inquérito e a organização da ANL, algumas outras que nos mostram o envolvimento com organizações de trabalhadores e político-partidárias.

O presidente do Sindicato dos Garçons de Santos, Constantino Torres, conheceu Caio Prado Júnior durante uma greve em 1934, na qual participavam além dos garçons, os padeiros, os trabalhadores na construção civil e nos veículos de transporte público. Torres, durante a greve, foi a São Paulo em busca de apoio político e financeiro para o movimento paredista, conhecendo Eduardo Maffei e o jornalista Brasil Gerson[16]. Estes lhe apresentaram ao Sr. Fonseca, comerciante e proprietário de vários imóveis na capital paulista, que ajudava financeiramente militantes do PCB. Torres e Antônio Brittes (dirigente do Sindicato dos Garçons de São Paulo) solicitaram ao Sr. Fonseca ajuda financeira para o movimento grevista de Santos; depois de argumentar que já havia

---

[15] Cruzando a documentação do prontuário de Caio Prado Júnior na DESPS/RJ e do processo instaurado contra ele no TSN, percebi a existência de dois processos : o de nº 237, que o condena a 1 ano e três meses de prisão em 1 de dezembro de 1938, cuja apelação de nº 226 o absolve em 19 de dezembro de 1938; o outro processo, de nº 342, o absolve em 29 de novembro de 1938, sendo requerida pela procuradoria apelação de nº 221, a qual confirma a absolvição do escritor, também no dia 19 de dezembro de 1938. No entanto, só existe na documentação do TSN, sob a guarda do Arquivo Nacional/RJ, o processo nº 237 e a apelação nº 221. Os indícios me levam a crer que no primeiro processo Caio Prado foi julgado pela assinatura no manifesto da Frente Popular pela Liberdade, sendo imputada aos signatários do referido manifesto a intenção de ser esta frente uma nova versão da ANL. O segundo processo, parece ter sido instaurado depois da afirmação de uma das testemunhas de que Caio Prado planejou a organização de uma greve geral a ser iniciada em Santos, como manifestação contrária ao fechamento da ANL.

[16] Eduardo Maffei era estudante do 5º ano de medicina, consta no DEOPS a seguinte descrição de sua atividade: "Eduardo Maffei – médico, atualmente no interior do Estado, ligado ao P. recebia circulares comunista da América do Norte, enviadas por Horace Davis, engenheiro norte-americano que aqui esteve em missão pedagógica, contratado pelo governo do Estado." Informe Reservado, "Lista de comunistas intelectuais", SP, 6/01/1936 - Prontuário de Afonso Schmidt/nº 11 - DEOPS - AESP . Brasil Gerson era jornalista, tendo participado, durante os anos de 1934 e 1937, em *A Platéa*, *Diário da Noite* (SP), *Gazeta Popular* (Santos), *O Imparcial* e da *Revista Proletária*. Segundo seu prontuário junto ao DEOPS, escrevia artigos de "caráter comunista" e mantinha estreitas ligações com o Partido Socialista Brasileiro. Anotações Diversas - Prontuário de Brasil Gerson/nº 3096 - DEOPS - AESP.

ajudado muito o PCB nos últimos meses, incluindo a viagem de uma delegação à URSS, só poderia contribuir com 100 mil réis. Torres foi, ainda, com Brittes, Maffei e Gerson a um sítio do Sr. Fonseca, em Santo Amaro, onde estava acontecendo uma reunião do PCB, na qual conheceu Caio Prado Júnior, que contribuiu com 500 mil réis para o movimento de Santos.

Ao mesmo tempo em que participava ativamente de diversos movimentos sociais, Caio Prado Júnior havia se inscrito, em 1934, na recém-fundada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, junto à 5ª Sub-Seção - Geografia e História. Tendo cursado direito entre 1924 e 1928, na Faculdade de Direito de São Paulo, Prado Júnior refazia o mesmo caminho dos filhos da elite brasileira, para a qual a academia era um meio preparatório e de treinamento para o exercício de funções políticas[17]. E conforme nos atesta Martinez, já aí revelava-se o interesse de Prado Júnior pela história e pela geografia[18].

Em 1935, quando viajou para o Rio Grande do Sul e fez contatos e visitas ao IHG-RS e a institutos estatísticos daquele estado[19], Prado Júnior estava levando a sério o seu curso na FFCL. Participou da revista *Geografia* e da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), não podendo terminar o curso iniciado na FFLC por ter sido preso e só reiniciando sua atuação profissional como geógrafo após 1945. A AGB fora organizada pelo francês Pierre Deffontaines, professor da cadeira de *Geografia Física e Humana*, na FFLC, que ficou conhecido por levar seus alunos ao Pico do Jaraguá[20]; talvez esse curso tenha incentivado a curiosidade da pesquisa geográfica e histórica *in loco* presente da obra de Caio Prado Júnior.

Quando foi para Paris, em 1937, de certa forma fugindo da repressão política instituída por Getúlio Vargas, Caio Prado ligou-se ao Partido Comunista Francês, logo depois indo para a fronteira da França com a Espanha para auxiliar os imigrantes espanhóis que chegavam na França

---

[17] Durante os anos vinte, essa função das faculdades de direito e de medicina começou a mesclar-se à função de ascensão social e prestígio para os filhos de grupos sociais menos abastados. Ver: Paulo Henrique Martinez, *A dinâmica de um pensamento crítico: Caio Prado Júnior (1928-1935)*, São Paulo, Tese de Doutoramento apresentada ao Depto. de História/FFLCH-USP, 1998, pp. 25-58.

[18] Idem, ibidem.

[19] Cf. depoimentos de alguns diretores, funcionários e intelectuais do RS. Processo contra Caio Prado Júnior e outros/ no. 237 – 1° volume – Apelação 72 - TSN - AN.

[20] Paulo Henrique Martinez, op. cit., pp. 218.

feridos pela Guerra Civil Espanhola[21]. Voltando em 1939 para o Brasil, começou a escrever *Formação do Brasil Contemporâneo* e deu início a um empreendimento editorial ao lado de Monteiro Lobato. Durante alguns anos, Caio Prado será um pouco mais discreto em suas atividades, retomando, a partir de 1942, a expressão pública de suas idéias e ações próximas ao PCB.

Num ambiente inóspito à liberdade de crítica, muitos escritores passam a conduzir seus discursos e ações para questões democráticas e, em alguns casos, de combate ao nazi-fascismo. Nesse sentido, algumas revistas acabaram se tornando um espaço de atuação legal, de expressão de pensamentos e idéias de escritores e intelectuais descontentes com a situação política do país.

A *Problemas. Revista Mensal de Cultura. Índice do Pensamento Democrático do Brasil* foi uma delas. Surgida em São Paulo, em agosto de 1937, foi organizada por um grupo bastante heterogêneo, tendo como diretor Arnaldo Pedroso D'Horta[22] e tendo no conselho editorial nomes como Afonso Schmidt, Alfredo Thomé, Nabor Caires de Brito, Oswald de Andrade e Rubem Braga. Sua redação foi instalada no coração da cidade de São Paulo, a rua líbero Badaró nº 345, no 2º andar, numa pequena sala de nº 10.

O primeiro número aparece com um artigo-editorial de João Mangabeira, deputado federal pela Bahia e membro do Grupo Parlamentar Pró-Liberdades Democráticas, que já havia tido vários problemas com a polícia política de Vargas, estando preso entre 1936 e 1937 e posto em liberdade com um raríssimo pedido aceito de *habeas corpus*[23]. Tendo acabado de sair da prisão, João Mangabeira escreveu um artigo intitulado "Democracia Militante", no qual faz uma análise sobre os levantes armados de novembro de 1935 e a situação política brasileira.

---

[21] Heitor Ferreira Lima, "Caio Prado e seu tempo". In: Maria Angela D'Incao (org.), *História e Ideal. Ensaios sobre Caio Prado Júnior*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1989, p. 20.

[22] Arnaldo Pedroso D'Horta (São Paulo, SP/1914 - idem/1973). Jornalista, advogado, escritor, gravador, crítico de arte. Inicia carreira no jornalismo em 1931, escrevendo para vários jornais, revistas e emissoras de rádio, como o *Correio da Manhã, Folha da Manhã, O Estado de S. Paulo* e *Revista Acadêmica* (Rio de Janeiro). Foi um dos fundadores da revista *Problemas* (São Paulo). Forma-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito da USP, em 1937 e quatro anos depois abandona a advocacia. Traduz *O Despertar da Ásia*, de I. Worsky e A. Riera, publicado em São Paulo, Editorial Pax, 1934; traduz também *No Misterioso País de Tamerlão*, de Paul Vaillant-Couturier, publicado em São Paulo, Edições Nosso Livro, 1937 e 1941. Participa da Editorial Pax, da Editora Unitas, da agência United Press International e da Dominus Editora.

[23] É interessante notar que sua prisão e, posteriormente em 1938, a sua condenação pelo TSN, não foi um ato da polícia política. Várias negociações foram feitas na lata esfera do poder, entre parlamentares desejosos de sua prisão e o presidente da República, até a tomada definitiva da decisão de prendê-lo. Ver: Getúlio Vargas, *Diários*, op. cit., vol. 1, pp. 516-517-519-541.

Partindo da idéia de que a "revolução de 1935" foi, de acordo com os 46 volumes do inquérito policial que investigou o caso, exclusivamente uma decisão militar e, ainda que sob a chefia de Prestes, declaradamente não comunista, Mangabeira afirma que o combate ao comunismo não deve esmorecer. Deve ser, no entanto, tratado de forma diferenciada, através de uma "contra-propaganda", que convença a sociedade de seu *non sense* no Brasil. Já em relação ao fascismo adverte para o perigoso objetivo no qual se baseia, de "assalto ao poder" e suas técnicas "emocionais" de mobilizar grandes massas populares a seu favor, já que as idéias lhe faltam. Por fim, contrário portanto ao comunismo ou ao fascismo, defende veementemente a "democracia militante":

> "[...] A defesa da Democracia Militante - na realização sincera dos seus princípios e na salvaguarda enérgica de suas instituições - este, entre nós, o grande problema da hora presente. Nenhum outro a ele se compara; nenhum outro com ele se nivela. E na defesa da Democracia Militante, a vanguarda cabe às esquerdas. Formam elas a linha de fogo do combate, do perigo e da glória. A Nação Brasileira não aceita os modelos internacionais - venham de Moscou ou cheguem de Roma. Quer ficar com a Democracia [...]"[24].

Longe de ser um comunista, Mangabeira era um democrata liberal, incapaz de conciliar sua visão de mundo com as arbitrariedades do governo Vargas. Durante sua prisão, foi um ardoroso defensor da ilegalidade do TSN, sendo um dos organizadores do boicote ao Tribunal. Foram organizados, através da iniciativa de vários advogados presos, Comissões Jurídicas em São Paulo e no Rio de Janeiro, onde se encontravam a grande maioria dos presos políticos do país[25].

Ao sair da prisão, Mangabeira reassumiu sua cadeira de deputado federal e lá fez um longo pronunciamento denunciando a falta de condições das penitenciarias, as atrocidades que eram cometidas contra os presos políticos e da ilegalidade do TSN.

Moacir Werneck de Castro relembrou, recentemente, que nesse período escrevera um artigo para a *Problemas* sobre a Revolução Praieira, motivado pelo relançamento do livro de Joaquim

---

[24] João Mangabeira, "Democracia Militante", in: *Problemas*, São Paulo, nº 1, agosto de 1937, p. 2.

[25] John W. F. Dulles, *O comunismo no Brasil (1935-1945)*, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1985, pp. 78-117. Ver também os documentos: Grupo Hans Litten (Socorro Vermelho do Brasil), "Aos intelectuais, especialmente aos advogados, juízes e auxiliares da justiça", São Paulo, janeiro/1936, docs. 7 e 8 - vol. 8 - Prontuário PCB/nº 1110 - DEOPS - AESP. Diretório Estadual/ANL, "Torturadores asquerosos", São Paulo, 10/03/1936, doc. 4, idem, ibidem. Roberto Sisson e outros, "Presos políticos da Detenção dirigem-se ao sr. Getúlio Vargas", Rio de Janeiro, Casa de Detenção, 29/06/1936, doc. 247, Folhetos - DESPS - APERJ. Comitê Regional/BA-PCB, "Democracia", Reproduzido pelo CR/SP-PCB, julho de 1937, doc. 3, vol. 9 - Prontuário PCB/nº 1110 - DEOPS - AESP.

Nabuco, *Um estadista do Império*. Lembrou que o boicote ao TSN, que teve como um dos organizadores João Mangabeira, serviu-se de seu artigo, usando o pressuposto do boicote dos condenados naquele movimento[26].

Castro não diz, mas relendo as páginas de *Problemas* percebemos a preocupação em driblar a censura através de artigos sobre a história de movimentos populares brasileiros ou sobre a democracia norte-americana. O artigo de Castro em *Problemas*, sobre a revolução praieira é um exemplo disso. Na introdução ao artigo, afirma:

> "A culpa das revoluções vencidas foi sempre de terem visado longe demais [...]. Ninguém lhes faz justiça nas altas rodas dos que escrevem história [...], evocando-os, reabilitando-os - é que os sensatos historiadores temem fazer obra subversiva no presente. Então o remédio é fazer de conta que eles não existiram. Os heróis da Revolução Praieira estão neste caso. Oliveira Lima, por exemplo, vê nesse movimento apenas 'a última convulsão do espírito xenófobo', [...] Caio Prado Júnior é o primeiro historiador a situar exatamente a revolução praieira, definindo-lhe, em poucos traços, os caracteres essenciais."[27]

Em primeiro lugar, Werneck chama a atenção para o como se fazia história, retomando de alguma maneira as críticas de Caio Prado Júnior em *Evolução política do Brasil* (1933), as quais a história oficial tem somente se preocupado com os grandes feitos e os grandes personagens. Em segundo lugar, há uma menção implícita aos levantes armados de novembro de 1935 liderados por Prestes. E, em terceiro lugar, em sua conclusão sobre o movimento, retoma os métodos repressivos utilizados pelo governo de então, remetendo-os aos métodos usados naquele momento pelo governo Vargas:

> "A fala do Trono, de 3 de março de 1850, congratulando-se pelo restabelecimento da ordem, dizia: 'A província de Pernambuco acha-se pacificada. Os grupos que se haviam retraído às massas foram dispersados, e seus principais chefes submeteram-se à autoridade pública'. Era também um oração fúnebre. A democracia quase sucumbe no longo marasmo que vem depois. Mas as coisas não se passam de maneira desejada pelos coveiros da democracia. Ela ressurge, ela ressurge..."[28]

---

[26] Moacir Werneck de Castro, "Relendo nabuco (II)", *Jornal da Tarde*, 3 de março de 1998.
[27] Moacir W. de Castro, "A Revolução Praieira", São Paulo, *Problemas*, 15 de setembro de 1937, ano I, nº 2, p. 35.
[28] Idem, "A Revolução Praieira (II)", São Paulo, *Problemas*, 25 de novembro de 1937, ano I, nº 4.

Werneck está publicando seu artigo exatamente no período de decretação do Estado Novo. A referência à democracia como um valor quase transcendental tem sua razão, já que o novo golpe de Vargas, em 10 de novembro, com apoio dos militares e de muitos governadores, cancelou as eleições presidenciais, fechou o congresso, outorgou uma nova Constituição e decretou estado de emergência, que, segundo Sobral Pinto, sobrepunha o poder policial ao judiciário[29].

As questões da política institucional e problemas da formação do povo brasileiro aparecem nessa revista de maneira quase contíguas, mescladas sempre pelo amálgama da produção literária. No entanto, estas eram preocupações que permeavam, além da *Problemas* (São Paulo), outras revistas do período, como vimos já com as revistas *Boletim de Ariel* (Rio de Janeiro) e *Acadêmica* (Rio de Janeiro), e a *Cultura. Mensário Democrático* (São Paulo) e *Diretrizes. Política, economia, cultura* (Rio de Janeiro).

São Paulo e Rio de Janeiro foram duas cidades importantes na constituição de um campo de produção cultural desde o século XIX. No século XX e, em especial, a partir dos anos trinta, esses centros atraiam e concentravam escritores e intelectuais das diversas regiões do país, porque eram localidades onde a produção editorial estava em franco desenvolvimento e porque eram onde se encontravam as melhores faculdades e universidades. A reconstituição desses espaços tem sido alvo de diversas pesquisas e, de alguma forma, tentei nos capítulos anteriores trazer á tona alguns elementos da formação e conformação desses meios de sociabilidades.

Para retomar questões anteriormente levantadas sobre a constituição de uma geografia literária no Rio e em São Paulo, podemos recorrer às memórias de três escritores que pertenceram aos grupos que formaram esses espaços[30]. Werneck de Castro, nascido no estado do Rio, visitou constantemente a cidade de São Paulo e lá fez muitos amigos. Numa dessas viagens, chegou à São Paulo com uma carta de apresentação de Hermes Lima (baiano que havai combatido na revolução de 1932) ao diretor da Companhia Editora Nacional, Octalles Marcondes, que tinha um cargo vago na editora com a saída de Artur Neves, que estava indo formar com caio prado Júnior a Editora Brasiliense. Não conseguiu o emprego, mas fez amizade com Monteiro Lobato, Edgar Cavalheiro,

---

[29] John W. F. Dulles, *op. cit.*, p. 142.

[30] Em que pese todo o cuidado que as análises historiográficas devam ter com as "memórias" como fonte de pesquisa - o que não é diferente para outros tipos de documentação - recorri a elas, não pela verdade que conduzem, mas pelo sentimento de pertencimento que carregam.

Flávio de Carvalho, Sérgio Milliet e Clóvis Graciano. Em outra ocasião, Werneck de Castro foi a São Paulo acompanhar o filósofo e deputado do Partido Comunista francês, Roger Garaudy, sendo recebidos no aeroporto por Caio Prado Júnior, Mario Schemberg, Villanova Artigas e Rivadávia Mendonça. A visão que construiu sobre a cidade e sobre os espaços que freqüentou traduzem os espírito de certa concorrência entre Rio e São Paulo:

> "Descubro nos meus papéis uma carta de Di Cavalcanti, dizendo-se emocionado à lembrança de velhos tempos (já então velhos!) no Rio, por causa de uma crônica que eu escrevera sobre a Lapa, como colaborador do *Correio Paulistano*. Di queixava-se: "A cidade está cada vez pior. Tudo o que você diz é comentado, julgado, falado, repisado, espalhado. Os mexericos entram pela vida da gente com a sem-cerimônia de cachorros em igreja." E concluía: "Isto é província, menino!" Ao reler essa carta do amigo Di, com seu rompante de mau humor, fico matutando se não seria o caso de a cidade cosmopolita e gigantesca de hoje ter saudade do tempo em que era considerada provinciana..." [31]

De maneira contígua à provinciana Paulicéia, a geografia literária do Rio não era muito diferente e, praticamente, se constituía no quadrilátero entre a Travessa do Ouvidor e a Cinelândia, onde se encontravam a Livraria-Editora Schmidt, a Livraria José Olympio Editora, a Editora Ariel, as redações de *Boletim de Ariel*, *Dom Casmurro*, *Revista Acadêmica*. Nesse locais, encontravam-se os intelectuais da cidade e os que para lá migravam:

> "[...] os literatos se reuniam para falar de cultura e da vida alheia, comentar livros, elaborar projetos, afirmar e desancar glórias estabelecidas os nascentes. População literária pequena, produção editorial reduzida, todos os autores se conheciam, liam-se todos os livros. Penso que naqueles idos não passávamos de uns trezentos os indivíduos que se dedicavam às letras em todo o país."[32]

É possível supor, por esses trechos aqui reproduzidos, que cada artigo publicado, cada novo acordo editorial estabelecido, cada dissensão constituída, cada grupo formado passavam rapidamente pelo conhecimento da maioria dos escritores desses periódicos - o aparecimento dos mesmos nomes em diversos conselhos editoriais pode também atestar o pequeno mundo literário em que circulavam esses escritores.

---

[31] Moacir Werneck de Castro, "São Paulo de ontem", *Jornal da Tarde*, 17 de agosto de 1999.
[32] Jorge Amado, *Navegação de Cabotagem*, op. cit., p. 24-25.

Mundo pequeno... Jorge Amado continuava suas viagens de trabalho para a José Olympio. Em abril de 1937, estava em Porto Alegre. Suas impressões do comércio livreiro não foram as melhores. Escreveu a José Olympio:

> "[...] deves ter visto o barulho que os jornais daqui fizeram com minha chegada. E, no entanto, tudo que tinha meu na praça de Porto Alegre era um exemplar de *Mar Morto*, que saiu no dia que cheguei. Isso evidentemente não é culpa da José Olympio. Mas se te cito este fato é para te mostrar que para vender livro aqui é necessário que fundes uma livraria. Não podes calcular como a Globo fecha o mercado para as outras editoras. Nas vitrines, nem um livro de ninguém sem ser da Globo. [...] Acho que aquele negócio de ter alguém para correr as livrarias não resolve." [33]

Além das negociações de venda de livros da editora com o governo do estado, Jorge Amado, ao lado de Érico Veríssimo (diretor da Editora Globo), conheceu o mercado livreiro restrito da cidade. Essas informações, passadas para o dono da José Olympio, ajudam a entender como a produção literária se restringia aos locais de publicação, exceção feita a Rio e São Paulo, onde circulavam livros de ambas cidades. A Editora Globo, dirigida por Veríssimo, especializava-se em autores estrangeiros, por isso não se colocava como concorrente à José Olympio[34].

No mês seguinte, Jorge Amado foi para a Argentina. Informou a José Olympio que estava escrevendo alguns artigos sobre "novos ficcionistas brasileiros", nos quais afirma a importância da Livraria José Olympio Editora para a "literatura nacional". Fez contatos com algumas editoras importantes como a Claridad, Tor e Sur, para as quais acabou vendendo os direitos autorais de *Jubiabá, Mar Morto* e *Suor*. Segundo Amado, no entanto, o problema dos direitos autorais na Argentina era muito sério e que conversando com alguns escritores, muitos reclamaram que as casas editoras pagavam o quanto e quando queriam. Estava também negociando alguns romances de José Lins do Rego, Rachel de Queiróz, Graciliano Ramos, Érico Veríssimo. Por fim, pediu a Olympio que lhe mande alguns exemplares de livros de sua autoria, pois os exemplares que tinha já haviam sido distribuídos. Pede também livros de outros autores:

---

[33] Carta de Jorge Amado a José Olympio. Porto Alegre, 5 de abril de 1937. Coleção José Olympio - Arquivo-Museu de Literatura Brasileira - Fundação Casa de Rui Barbosa.
[34] Carta de Érico Veríssimo a José Olympio, Porto Alegre, 22 de abril de 1937. Apud: Gustavo Sora, *op. cit.*, p. 299.

"E se quiser (os autores que interessem) mande um ou dois exemplares de cada romance e livro de contos mais interessantes, é inútil mandar Lúcio Cardoso, Gustavo Barroso, essa gente. Por falar em Lúcio, esse menino continua me fazendo um boicote danado. Isso porque me deva tanto favor, inclusive a publicação de *Maleita* por Schmidt e do infame *Salgueiro* por você. Seu José, as patadas que tenho recebido destes literatos a quem tenho ajudado (não tem um só desses filhos da puta que não me devam favores, ninguém como eu tem tido como eu capacidade de admirar e ajudar os outros como eu) me desanimam as vezes. Afinal, eu não faço concorrência a eles e hoje eles todos (TODOS) se juntaram para me fazer o mais indecente boicote que tenho visto. Enfim..."[35]

Acontecia que "essa gente" a que se refere Jorge Amado, escritores pertencentes ao movimento integralista ou ao movimento católico, estava publicando artigos de críticas aos seus romances. O interessante é notar como as relações entre os escritores eram estabelecidas. Ao mesmo tempo em que há uma imagem difundida até os dias atuais de uma grande dicotomia entre grupos literários, percebemos a presença dessas "correntes literárias ideológicas" num mesmo espaço de atuação e compartilhando as mesmas preocupações.

Além da geografia literária ser restrita, as editoras também eram e também eram poucas as revistas especializadas. Uma revista bastante interessante e ilustrativa desses espaços comuns foi a *Lanterna Verde*. Foi uma revista organizada por escritores do movimento católico e integralista, criada para ser um órgão da Sociedade Felipe D'Oliveira. A Sociedade fora fundada em 23 de agosto de 1933, no Rio, para homenagear o escritor recém-falecido e, assim como o homenageado, de certa forma, se opor à Academia Brasileira de Letras[36].

Mantida pela família Daudt d'Oliveira, a Sociedade foi composta por escritores "amigos de Felipe d'Oliveira": Álvaro Moreira[37], Ronald de Carvalho[38] (sendo substituído após sua morte em 1935, por Alceu Amoroso Lima), Rui Ribeiro Couto[39], Rodrigo Otávio Filho, Tristão da Cunha (foi substituído depois de sua morte, em 1940, por Afonso Arinos), Renato Toledo Lopes

---

[35]Carta de Jorge Amado a José Olympio. Buenos Aires, 2 de maio de 1937. Coleção José Olympio - Arquivo-Museu de Literatura Brasileira - Fundação Casa de Rui Barbosa.
[36]Angela de Castro Gomes, *Essa gente do Rio...*, op. cit., pp. 78-82.
[37] Álvaro Moreira era um dos diretores da revista *Dom Casmurro* e *Diretrizes*. Em 1937, propôs ao ministro Capanema a formação de uma Companhia de Arte Dramática.
[38] Além de escritor, foi o chefe da Casa Civil de Getúlio Vargas.
[39] Rui Ribeiro Couto era advogado, empresário e jornalista.

(substituído por manuel bandeira, quando de sua morte em 1942), Otávio Tarquínio de Souza[40], Renato de Almeida, Murilo mendes, Augusto frederico Schmidt, Assis Chateaubriand, Manoel de Abreu, Edmundo Luz Pinto, José Freitas Vale, Jacques d'Avry e João Neves da Fontoura. Nomes como Mário de Andrade, Graciliano Ramos, Gilberto Freire, Jorge Amado, Jorge de Lima e Lúcio Cardoso figuraram entre os colaboradores.

Católicos, liberais, simpatizantes do comunismo, integralistas, democratas, perseguidos pela polícia política... Frente a um grupo tão heterogêneo, só mesmo a idéia de uma organização que tivesse como elo de unidade o fato de, além da admiração e amizade cultivadas com Felipe d'Oliveira, serem "talentos indiscutíveis" e "possuidores de diferenciados recursos de poder"[41].

Talvez, como Castro Gomes mesmo afirma, isso explique a composição heterogênea da Sociedade e dos colaboradores de *Lanterna Verde*[42]. Nesse sentido, é possível reafirmar que a formação de grupos de escritores católicos, comunistas, integralistas, antifascistas ou democráticos não era assim tão explícita. Por vezes, como nesse caso da revista *Lanterna Verde* e de outras já tratadas aqui, a idéia preconcebida de grupos ideológicos ou religiosos que tinham fronteiras limitadas cai por terra.

Na verdade, o que vamos percebendo é que com as definições ideológicas preconcebidas, despolitizamos o problema, tentando descaracterizar e mesmo camuflar as relações dos escritores com o "poder", em especial, aqui, com o Estado e com as políticas do governo[43].

Segundo Paulo Godoy, a revista pagava 10$000 por artigo, mas o que valia mesmo era o prestígio de ter publicado na revista[44]. Segundo Graciliano Ramos, no entanto, a revista pagava 100$000 por artigo[45]. O que não era muito, mas ajudava a pagar o aluguel da pensão onde morava. Diferentemente de Paulo Godoy, o velho Graça não via prestígio nenhum em escrever para *Lanterna Verde*; era apenas mais um meio de sobrevivência - humana e como escritor. E como forma de sobreviver, escrevia contos para várias revistas e jornais do período.

---

[40] Nesse período, dirigia a Coleção Documentos Brasileiros, da Livraria José Olympio Editora.
[41] Angela de Castro Gomes, *Essa gente do Rio...*, op. cit., p. 95.
[42] Idem, ibidem.
[43] Devo essa conclusão a Daniel Faria (doutorando em História-IFCH-Unicamp).
[44] Angela de Castro Gomes, *Essa gente do Rio...*, op. cit., pp. 89-90.
[45] Carta de Graciliano Ramos e Heloísa Ramos. Rio de Janeiro, 11 de abril de 1937. In: Graciliano Ramos, *Cartas*, op. cit., p. 190.

Em maio de 1937, Graciliano Ramos escreve para Heloísa Ramos:

"Escrevi um conto sobre a morte de uma cachorra, um troço difícil como você vê: procurei adivinhar o que se passa na alma duma cachorra. Será que há mesmo alma em cachorro? Não me importo. O meu bicho morre desejando acordar num mundo cheio de preás. Exatamente o que todos nos desejamos. A diferença é que eu quero que eles apareçam antes do sono [...]. É a quarta história feita aqui na pensão. Nenhuma delas tem movimento, há indivíduos parados. Tento saber o que eles têm por dentro. Quando se trata de bípedes [...] embora certos bípedes sejam ocos; mas estudar o interior duma cachorra é realmente uma dificuldade quase tão grande como sondar o espírito dum literato alagoano. Referindo-me a animais de dois pés, jogo com as mãos deles, com os ouvidos, com os olhos. Agora é diferente. O mundo exterior revela-se a minha Baleia por intermédio do olfato, e eu sou um bicho de péssimo faro."[46]

Começava a surgir *Vidas Secas*... Além de "Baleia", outros contos que acabariam compondo os capítulos do volume também foram antes publicados separadamente. Muito já foi realçado que tais contos têm independência e podem ser lidos isoladamente, como afirmou Rubem Braga, "romance desmontável"[47]. Por outro lado, o romance tem seu "eixo", seus elos de ligação; percebe-se um arranjo intencional e simétrico[48]. O romance em seu conjunto, no entanto, pode ser lido como a expressão da luta diária do autor para não enlouquecer e sobreviver[49]: "É necessário que eu não endoideça, apesar da cadeia"[50].

O enredo tem início com a mudança da família sertaneja de Fabiano - sua mulher, sinha Vitória; os dois filhos do casal e a cachorra Baleia, que vivia numa situação de carência extrema causada pela seca. Transportam durante a "Mudança", os poucos pertences. Famintos e sedentos. O romance vai acompanhar a vida desses miseráveis, lutadores pela sobrevivência.

Alegoricamente, podemos pensar nas recentes experiências vividas por Graciliano Ramos. Quando escreveu para Heloísa falando do conto sobre Baleia, confessou a dificuldade em

---

[46] Carta de Graciliano Ramos e Heloísa Ramos. Rio de Janeiro, 7 de maio de 1937. In: Graciliano Ramos, *Cartas*, op. cit., pp. 194-195.

[47] Antonio Candido, *Ficção e confissão*, op. cit., p. 45.

[48] Zenir Campos Reis, "Tempos futuros". In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, nº 35, 1993, pp. 76-77.

[49] Leituras e interpretações desse romance, que enfatizam a composição estética e seus desdobramentos ou sua mensagem social de denúncia da miséria que a seca produz, são igualmente importantes.

[50] Carta de Graciliano Ramos a Heloísa Ramos. Rio de Janeiro, 7 de maio de 1937. In: Graciliano Ramos, *Cartas*, op. cit., p. 191.

conhecer a alma de uma cadela assim como era difícil saber da alma de um "literato alagoano", ele próprio. Da mesma maneira que, ao afirmar que a história não tem movimento, as cartas indicam a mesma inércia em que vivia Graciliano:

> "Ló: domingo não pude escrever. Uma crise de chateação medonha me faz mais duma semana que não consigo fabricar nada, julgo-me uma besta e não me animo a sair de casa. Passei três dias sem falar. [...] Senti-me ali um estranho. [...] Voltei cheio de tristeza, acabado, uma ruína. Esta vida vai ficando uma coisa horrivelmente chata, d. Ló. Não posso trabalhar, um horror. [...] Apesar da burrice imensa em queme acho, tenho que arranjar esta semana umas encomendas. Eu desejava que dissessem logo que isto não vale nada, que não me pedissem estes horrores. Bem, d. Ló. Você está vendo que não posso escrever. Se me curar, mandar-lhe-ei uma carta domingo." [51]

Não há aqui nenhuma intenção de análise psicanalítica do romance, nem há a tentativa de explicar o romance como "reflexo" da realidade. Há, isto sim, uma leitura do romance como um documento histórico, como uma expressão de um determinado período da sociedade, como revelador das experiências vividas pelo autor.

O capítulo "Cadeia", nesse sentido, pode ser ainda mais alegórico desse momento. Depois da família ter se estabelecido numa fazenda abandonada, o dono retorna e emprega Fabiano como capaz. Fabiano precisou ir à cidade fazer compras, parou muna bodega e bebeu uma cachaça. Foi convidado por um "soldado amarelo" para jogar cartas, perdendo todo o resto do dinheiro que possuía. Saiu da mesa, sem olhar para trás. Ficou aborrecido e na rua começou a imaginar explicações para serem dadas à sinha Vitória, quando o soldado amarelo bateu-lhe nas costas. O soldado provocou e Fabiano "xingou a mãe dele". Foi levado para a cadeia e tratado como um animal[52].

A visão do cárcere como lugar de animais e a atmosfera de injustiça serão reproduzidas, mais tarde, em *Memórias do Cárcere* [53]. E o desfecho do romance diz muito sobre suas próprias expectativas. Em *Vidas Secas*, no último capítulo "Fuga", a esperança de encontrar melhores condições de vida encerra o enredo:

---

[51] Carta de Graciliano Ramos a Heloísa Ramos. Rio de Janeiro, 7 de maio de 1937. In: Graciliano Ramos, *Cartas*, op. cit., p. 192-193.

[52] Graciliano Ramos, *Vidas secas*, 23ª edição, São Paulo, Livraria Martins Editora, 1969, pp.62-75.

[53] Para ficarmos num único exemplo: "Bicho faminto, surdo, mudo". Graciliano Ramos, *Memórias do Cárcere*, 9 edição, Rio de Janeiro/São Paulo, Editora Record/Livraria Martins editora, 1976, vol. 4 - Casa de Correção, p. 10

"Iriam para diante, alcançariam uma terra desconhecida. Fabiano estava contente e acreditava nessa terra, porque não sabia como ela era nem onde era. [...] E andavam para o Sul, metidos naquele sonho. Uma cidade grande, cheia de pessoas fortes. Os meninos em escolas, aprendendo coisas difíceis e necessárias. [...] Chagariam a uma terra desconhecida e civilizada, ficariam presos nela. E o sertão continuaria a mandar gente pra lá. [...]"[54]

Em uma das cartas à sua esposa, escreve sobre a separação a que se viam forçados, já que não havia recursos suficientes para Graciliano manter toda a família no Rio:

"Eu esperava resolver isso com calma, e como você me tinha prometido um prazo longo para tentar fixar-me aqui, fiei-me nisso e apesar de todos os aborrecimentos havia dias em que não andava muito desanimado. Mas a resolução de nos juntamos agora desorienta-me. Não há recursos para vivermos aqui. Mas você tem razão, e proponho-lhe o seguinte. Posso abandonar tudo isto e voltar para Alagoas. Será um desastre completo e chegarei ai morto de vergonha. Mas se você achar conveniente, irei dentro de uma semana. Abandonarei todos esses sonhos, sairei daqui sem me despedir de ninguém, passarei em Maceió algumas horas, escondido, e seguiremos todos para o sertão onde criaremos raízes, não falaremos em literatura nem consentiremos que os meninos peguem em livros."[55]

A idéia de voltar para Alagoas significava que havia fracassado e que todos os seus sonhos cairiam por terra. Quantos nordestinos foram para o Rio ou São Paulo tentar a vida como escritor? Quantos haviam conseguido? O que ele sonhava no Rio era um lugar ao sol, como escritor é certo, mas em condições que pudesse sustentar sua própria família. Nesse sentido, vida e obra se completam.

4.2 - ABDE e DIP: escritores na luta por direitos

---

[54] Graciliano Ramos, *Vidas secas*, op. cit., p. 172.
[55] Carta de Graciliano Ramos a Heloísa Ramos. Rio de Janeiro, 7 de maio de 1937. In: Graciliano Ramos, *Cartas*, op. cit., p. 193-194.

No dia 2 de setembro de 1937, a revista *Dom Casmurro* publicou um manifesto assinado por vários intelectuais, em defesa dos republicanos espanhóis. A Guerra Civil Espanhola passava a ser o símbolo da luta contra o nazifascismo e da defesa da república e da democracia:

> "Nós, intelectuais brasileiros, patriotas e democratas, fiéis à nossa consciência, não podemos silenciar mais ante o que se passa nas terras desgraçadas da Espanha. Esta nossa atitude tem apenas o sentido de uma pura demonstração de amor à liberdade e à cultura, tão ameaçadas pelas hordas do fascismo internacional, no país que deu ao patrimônio da humanidade figuras como Goya e Cervantes." [56]

O manifesto foi assinado por José Lins do Rego, Oswald de Andrade, Anibal Machado, Adalgisa Nery, Jorge Amado, Marques Rebelo, Graciliano Ramos, Álvaro Moreira, entre outros. Talvez, esse manifesto tenha sido um dos primeiros documentos que expressou a defesa da República Espanhola pelos escritores brasileiros.

Mas havia um sentimento entre eles que extrapolava em muito as fronteiras da Espanha. Em um artigo publicado na revista *Problemas*, dias depois da publicação do manifesto, no qual a defesa da república espanhola ganhou outras dimensões:

> "Há dois mundos e duas políticas nos dias que correm [...] Esses dois mundos significam duas mentalidades. O espírito humano como se dividiu, numa dessas horas grandes do tempo, no qual a condensação das idéias políticas traça dois caminhos e ninguém pode fugir de uma definição de atitudes. [...] mas, para ser nobre, o homem tem de projetar a sua posição individual à média das satisfações coletivas. [...] O heroísmo do povo espanhol teve o poder extraordinário de retardar a ofensiva fascista, enquanto os países democráticos arregimentavam as suas forças."[57]

Na Europa, a ameaça de uma nova guerra mundial tornava-se mais concreta, já que ocorreu o *putsch* nazista na Áustria em 1934, a guerra na Etiópia em 1935, a recuperação nazista da Renânia em 1936, a invasão japonesa na China em 1937 e estavam na véspera da ocupação alemã na Áustria e Munique, que de fato ocorreu em 1938. Dentre estes episódios que confirmavam a cada ano que passava da década de 1930 a eclosão da guerra, a Guerra Civil Espanhola tornou-se símbolo para os diversos grupos, fossem socialistas, comunistas ou democratas.

---

[56] "Os intelectuais brasileiros e a democracia espanhola", *Dom Casmurro*, Rio de Janeiro, 2 de setembro de 1937.
[57] Nabor Caires de Brito, "Política de dois mundos", *Problemas*, São Paulo, 15 de setembro de 1937, nº 2, p. 8.

Mais do que despertar a curiosidade de alguns escritores comprometidos com a luta anti-fascista e democrata, a Guerra Civil Espanhola tornou-se portadora da esperança de que uma guerra de proporções mundiais não acontecesse: esperava-se que a Espanha resistisse a Franco e barrasse a ofensiva nazi-fascista na Europa.

Os acontecimentos na França foram determinantes para o desfecho da Guerra Civil Espanhola e para o início da II Guerra Mundial. Num primeiro momento, o PCF aglutinou e tentou organizar as manifestações internacionais de apoio aos republicanos espanhóis. Em 1936 instalou-se na França, o governo de Léon Blum, um intelectual que era líder do Partido Socialista Francês. Os resultados das eleições deram vitória esmagadora para os candidatos da Frente Popular. André Malraux, que havia estudado com Blum, foi convidado pelo Ministério da Aeronáutica a ir para a Espanha saber dos republicanos se era possível a França enviar alguma ajuda militar.

Ainda que o governo francês não tenha efetivamente contribuído com os republicanos espanhóis, o caso de Malraux irradiou-se por todo o mundo. Diversos intelectuais participaram da Guerra Civil Espanhola, acompanhando as notícias pelos rádios e jornais ou até participando da guerra na frente de batalha, como soldados. Entretanto, a participação destes diversos intelectuais na guerra espanhola acabou sendo mais uma forma de pressionar os governos de outros países em defesa da República espanhola e, mais importante do que isto, formar uma coalizão de diversos governos contra a ameaça nazi-fascista.

Os estrangeiros, entre eles alguns intelectuais, eram organizados pela Brigada Internacional, que se encarregava de enviá-los para a frente de batalha. Dai resultou uma certa literatura. Os casos são conhecidos. Ernest Hemingway publicou *Por quem os sinos dobram*, misto de romance e relato de guerra, no qual o autor enfatizou a importância da participação na guerra. Através do personagem Jordan, Hemingway afirmou:

> "Malgrado toda a burocracia, ineficiência e esterilidade da luta partidária, havia lá algo do sentimento que o jovem católico experimenta na primeira comunhão. Um sentimento de consagração a um dever para com todos os oprimidos do mundo, tão difícil de definir como o de uma experiência religiosa qualquer; e no entanto, tão verdadeiro como o de quem ouve

Bach [...]. Era a integração da criatura numa fé profunda e num profundo sentimento de confraternidade entre todos os do mesmo credo." [58]

Jordan, entretanto, por pouco tempo sentiu-se assim, logo veria os horrores da guerra. Talvez, este tenha sido também o caso de George Orwell. Em seu ensaio *Recordando a Guerra Civil*, ele explica:

> "A luta da classe trabalhadora é como o crescimento de uma planta. A planta é cega e estúpida, mas sabe o bastante para continuar subindo para a luz, e fará isso a despeito de todas as dificuldades e empecilhos. Pelo que estão lutando os trabalhadores? Apenas pela vida decente que cada vez mais sabem ser tecnicamente possível. Sua consciência desse objetivo aumenta e diminui. Na Espanha, por algum tempo, as pessoas agiam conscientemente, marchando para uma direção que desejavam seguir e visando uma meta que acreditavam poder atingir. Isso explica o sentimento curiosamente alegre que a vida da Espanha do Governo apresentou nos primeiros meses da guerra. As pessoas comuns sabiam, sentiam nos próprios ossos, que a República era sua amiga e Franco o seu inimigo. Sabiam estar certas, pois lutavam por algo que o mundo lhes devia, e podia proporcionar-lhes. É preciso lembrar disso para ver a guerra civil espanhola em sua verdadeira perspectiva." [59]

As razões de Hemingway e Orwell foram, muito provavelmente, as mesmas de Nicola Chiaromonte, Lazlo Rajk, Alexei Tolstói, Anna Seghers, Jean-Richard Bloch, Antoine de Saint-Exupéry, John Dos Passos, Arthur Koestler, Gustav Regler e vários outros.

No Brasil, as manifestações de escritores em apoio aos republicanos espanhóis foram aparecendo nas revistas especializadas do período e não tinham ligações diretas com o movimento comunista, nacional ou internacional, ainda que a união Soviética tenha tentado catalisar os sentimentos em torno dos republicanos espanhóis. Nesse sentido, Osório Borba escreveu, em um artigo para a revista *Diretrizes*:

> "[...] No Brasil os agentes conscientes ou involuntários da Internacional Fascista continuam a chamar comunistas todos os que torcem pela vitória da República na Espanha e conseqüentemente a vitória da Espanha contra o invasor." [60]

---

[58] Ernest Hemingway, *Por quem os sinos dobram*, São Paulo, Editora Companhia Nacional, 1976, p. 212.
[59] George Orwell, *Lutando na Espanha e Recordando a Guerra Civil*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1967, p. 261.
[60] Osório Borba, "O bode irracional pensa...",*Diretrizes*, Rio de Janeiro, nº 4, julho/1938.

Érico Veríssimo é um exemplo de escritor cuja trajetória nunca fora alinhada ao comunismo. Mas não deixou de estar sensível à luta dos republicanos espanhóis e à luta antifascista e democrática. Em seu livro de memórias, Érico comentou este período:

> "Nunca fui partidário do ditador russo, mas achava então, e ainda acho hoje, que a presença no mundo dum país socialista militar e industrialmente forte como a Rússia soviética podia servir como elemento catalisador, obrigando as nações capitalistas a corrigir seus excessos expansionistas, monopolistas e colonialistas." [61]

Este sentimento levou o escritor a escrever em *Saga*, publicado em 1940, sobre a Guerra Civil Espanhola. O autor afirma que este foi seu pior romance, já que Vasco Bruno - protagonista do romance - após ter se envolvido em diversas atividades de responsabilidade social, chegando a ir lutar na Espanha ao lado dos republicanos, não poderia acabar se retirando das atividades políticas e ir morar no campo. O autor indica a falha do enredo:

> "Estou, porém, certo de que Vasco Bruno abandonou a vida do campo e voltou à luta, na cidade, em prol de um mundo melhor e mais justo." [62]

Mas, a esta altura, Érico não depositava esperanças na Rússia nem na Espanha Republicana; acreditava que somente Franklin Roosevelt poderia derrotar o nazi-fascismo. Da mesma maneira, Alfredo Tomé escreveu um artigo para a revista *Problemas*, com o título "O sentido da democracia norte-americana", no qual os EUA são apresentados como um país verdadeiramente democrático, único capaz de barrar o nazi-fascismo.

Mas com perspectiva da derrota do republicanos espanhóis cada vez mais certa, alguns periódicos brasileiros tentavam ainda manter sua chama acesa. A publicação do poema de Pablo Neruda, "Llegada a Madrid de la Brigada Internacional", pela *Problemas*, no seu n° 13 de novembro/dezembro de 1938, tem esse significado. Mas, talvez, o texto que mais expresse o sentimento da derrota, seja o de Emil Farhat, publicado em *Cultura*, no início de 1939, com o título "Perdão, Espanha":

> "Nós temos vergonha, Espanha, porque ficamos em nossas casas; nós temos vergonha porque só fizemos falar de ti, chorar as tuas dores e cantar as tuas vitórias; envergonhamo-nos porque

---

[61] Érico Veríssimo, *Solo de clarineta*, Porto Alegre, Editora Globo, 1972, vol. I, p. 272.
[62] idem, ibid., p. 273.

> enquanto corria o teu sangue, da nossa face apenas desciam lágrimas covardes; porque enquanto teus filhos iam vencer em Guadalajara e morrer nos campos da Catalunha, nós apenas tentávamos somar nas mesas cômodas e sobre cadeiras macias o número de teus heróis; nós também nos envergonhamos diante de tuas mulheres milicianas, porque ficamos imóveis enquanto elas marchavam, aumentando o número de teus heróis.[...] Perdão, Espanha, pelo que não fizemos por ti. Perdão também pelo que não pudemos fazer. Espanha, perdão por não termos tido nosso túmulo nas tuas trincheiras eternas"[63]

A culpa que se expressa aqui não era individual, era o sentimento de culpa de toda uma "civilização" que estava sendo derrotada pelo nazi-fascismo. A idéia de que uma "civilização" estava sendo perdida aparece em diversos artigos. Com a deflagração da guerra, no entanto, essa idéia assoberbou-se e no editorial da revista *Cultura* ela encheu-se de significação:

> "Ninguém tenha dúvida de que a tragédia que se desencadeia na Europa, representa o crepúsculo de uma civilização. O poder de destruição da guerra moderna, a desenvoltura cínica de certos povos manifesta na apreciação do que sejam os direitos e as liberdades do homem do nosso século, contribuirão para que a guerra total desencadeada pelo poder totalitário sobre a Europa, seja uma guerra que marcará as fronteiras de um novo ciclo histórico. A imagem do futuro anuvia-nos o olhar perquiridor. Há interrogações sombrias sangrando a memória de nossas emoções, porque nesta impressão de estranheza que nos afeta, diante da tragédia dessa triste contingência dos fatos consumados, somos que alheios de nós mesmos. [...]"[64]

Somou-se à formação desse, digamos, espírito democrático mas "alheio" a si mesmo, uma certa conivência frente à decretação do Estado Novo. Vejamos.

Azevedo Amaral, um dos teóricos do governo Getúlio Vargas, sistematizou as expectativas do Estado Novo em relação aos intelectuais. Compartilhando desde o início da década de 1930 a idéia de que o Brasil vivia dois grandes problemas, o desconhecimento da realidade nacional e a importação de modelos[65], Azevedo Amaral por isso, também era herdeiro do pensamento de Oliveira Viana. Crítico do liberalismo (oligarquia e caos), Azevedo Amaral colocou o problema a ser

---

[63] Emil Farhat, "Perdão, Espanha", *Cultura*, São Paulo, nº 5, fevereiro/março de 1939, p. 12.
[64] "Editorial", *Cultura*, São Paulo, nº11, setembro de 1939.
[65] Lúcia Lippi Oliveira (coordenadora), *Elite intelectual e debate político nos anos 30*, Rio de Janeiro, FGV/INL-MEC, 1980, p. 41. Angela de Castro Gomes, *A invenção do trabalhismo*. São Paulo/Rio de Janeiro, Vértice/IUPERJ, 1988, p. 209-213.

enfrentado pelas forças políticas que foram vitoriosas na revolução de 1930: a questão social e a formação da nação. A intervenção do Estado seria crucial para a restauração da "ordem" e seu papel seria o de restabelecer a "verdadeira democracia". Foi um crítico veemente da Constituição de 1934, por achá-la "uma mistura incoerente de princípios doutrinários díspares"[66].

Em um excerto de *O Estado autoritário e a realidade nacional* (1938), publicado originalmente em *Diretrizes*, Azevedo Amaral lançou as luzes para as tarefas dos intelectuais naquele momento. Parte da consideração sobre a "liberdade espiritual" no Estado autoritário; sendo este o responsável pela criação de uma consciência "coletiva" e "cívica" da Nação, a "elite espiritual" tem uma missão relevante:

> "Aos expoentes da inteligência e da cultura do país incumbe assim tornar a Nação consciente das diretrizes que lhe estão traçadas no prosseguimento da obra que é a razão de ser do Estado Novo. [...] A missão dos intelectuais é mais sutil. Emergidos da coletividade como expressões mais lúcidas do que ainda não se tornou perfeitamente consciente no espírito do povo, os intelectuais são investidos da função de retransmitir às massas, sob forma clara e compreensível, o que nelas é apenas uma idéia indecisa e uma aspiração mal definida. Assim, a elite cultural do país torna-se no Estado Novo um órgão necessariamente associado ao poder público como centro de elaboração ideológica e núcleo de irradiação do pensamento nacional que ela sublima e coordena."[67]

E, mais adiante, retomando o problema da liberdade espiritual, conclui que, conforme as tarefas que se impunham aos intelectuais, suas atividades "não podem ser sujeitas a quaisquer restrições"[68].

O papel de Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde, estava sendo fundamental para colocar em prática essa "missão intelectual" esboçada por Azevedo Amaral. Mais que um Ministro da Educação e Saúde, suas atribuições, seus planos e suas realizações, ao mesmo tempo em que era respeitado por diversos grupos de intelectuais, ia tornando-o um "ministro da

---

[66] In: DHB-FGV. Não podemos deixar de lembrar que essa mesma Constituição a qual se refere Azevedo Amaral, continha preceitos democráticos, utilizados por forças de oposição ao governo de Getúlio Vargas quando este reprimiu e perseguiu movimentos ou pessoas de oposição, ver capítulo 3.

[67] Azevedo Amaral, "A elite intelectual e o caráter evolutivo do Estado Autoritário", *Diretrizes*, Rio de Janeiro, nº 1, abril de 1938.

[68] Idem, ibidem.

cultura"[69]. Isto revela-se na atuação de Capanema em três frentes: na administração da "cultura nacional", como ideólogo da "cultura" e como "mecenas"[70]. Essa conjunção de atividades não apareceu somente na propaganda do Estado Novo, mas na incorporação de práticas consideradas populares, como a capoeira, o samba e o *foot-ball*[71].

Não é à toa, portanto, que na mesma revista na qual Azevedo Amaral é um dos diretores, encontremos artigos que tematizam esses aspectos culturais. Osório Borba, no nº 5 da revista *Diretrizes*, assinou um artigo intitulado "Foot-ball e outras coisas", no qual noticia a chegada do time brasileiro da Copa Mundial da França, que embora derrotados nas semi-finais, foram recepcionados por uma multidão de torcedores, que vibravam em torno do "herói de canelas morenas", Leônidas da Silva. Borba, no entanto, não viu com estranheza a "multidão"; chamou a atenção para outro fato:

> "Fenômeno curioso foi a adesão instantânea e geral dos intelectuais. Abalou-se bastante o velho preconceito, bem forte no Brasil, que incompatibiliza o exercício da inteligência com o da força física. Os 44 pés heróicos a que estava confiada a honra do Brasil, nos termos de um telegrama paraninfal e votivo, inspiraram artigos, discursos, poemas, ensaios por todo o Brasil. A inteligência brasileira se mobilizou para glorificar as canelas morenas e explicar o fenômeno do interesse nacional unânime pela competição."[72]

Por outro lado, essa adesão dos intelectuais é apresentada quase como uma conseqüência do que o *foot-ball* estava causado em terras brasileiras. Explicou o escritor que a empolgação da multidão de populares devia-se ao fato de verem ali, no time brasileiro, os seus representantes, "mestiços" que derrotaram de certa forma "raças superiores". Sua conclusão vai,

---

[69] Daryle Williams, "Gustavo Capanema, ministro da cultura". In: Angela de Castro Gomes (org.), *Capanema: o ministro e seu ministério*, Rio de Janeiro, FGV Editora/Universidade São Francisco, 2000, 251-269.
[70] Idem, ibidem.
[71] Ver, em especial: Letícia Vidor de Souza Reis, "A capoeira: de 'doença moral' a 'ginástica nacional'", *O mundo de pernas para o ar*, São Paulo, Publisher Brasil, 1997, pp. 23-95. Hermano Viana, "O samba da minha terra", *O mistério do samba*, Rio de Janeiro, Zahar, 1995, pp. 109-127. Leonardo Affonso de Miranda Pereira, "Do *foot-ball* ao futebol", em *Footballmania. Uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1902-1938)*, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 2000, pp. 303-345. Uso a palavra *foot-ball* para designar, como indica Pereira, o processo de nacionalização pelo qual passava o referido esporte.
[72] Osório Borba, "Foot-ball e outras coisas", *Diretrizes*, Rio de Janeiro, nº 5, agosto de 1938.

portanto, no caráter que o *foot-ball* foi adquirindo como elemento de unidade nacional, "sem decretos"[73].

No mesmo número da revista, outro artigo analisa de forma mais genérica o papel do *foot-ball* para a construção da nação. Este, de Samuel Wainer, mostra a relevância das características do "povo brasileiro" para que o *foot-ball* pudesse jogar um papel tão importante em suas vidas. Analisa um "povo" que prefere recepcionar Leônidas da Silva a discutir os problemas "nacionais", comparando a recepção que Dempsey, lutador de box, teve em Paris na mesma hora em que chegava Madame Curie da solenidade em que recebera o Prêmio Nobel Química pela Academia Sueca[74].

Passados alguns números, o debate foi retomado por Genolino Amado[75]. Num artigo intitulado "A multidão, o foot-ball e o carnaval", Amado critica os escritores, propensos a analisar "as coisas autenticamente nacionais" através de teorias importadas, por isso incapazes de entender o sentido de tais fenômenos como o *foot-ball* e o carnaval[76].

Para entender o que se passa no Brasil, Amado diferencia dois significados possíveis para multidão. O primeiro, num sentido, vulgar expressaria um aglomerado de pessoas, que via-de-regra aparece no Brasil com freqüência. O outro é quando a multidão se apresenta como "uma só alma e quase um só corpo", aí conforma-se o "povo". E é com esse sentido que analisou a participação da multidão no carnaval e no futebol:

> "[...] o 'foot-ball' e o carnaval têm o poder de criar a multidão. E talvez no carnaval ela ainda seja mais expressiva do que o 'foot-ball'./ [...] Se a multidão nossa tivesse o dom de agir assim freqüentemente, se já tivesse tido uma existência histórica por assim dizer então seria alarmante vê-la reduzida a simples multidão carnavalesca. Mas, se ela quase não aparece nas ruas, se quase não existe, se somos muito mais uma população de que um povo, devemos

---

[73] Idem, ibidem.

[74] Irène Curie, esposa de Frédéric Joliot. Ambos cientistas franceses, eram conhecidos como o casal Joliot-Curie. Seus trabalhos conjuntos sobre a radioatividade lhes valeu *o* Prêmio Nobel em 1935. É interessante notar as relações estabelecidas pelo casal na França com o Partido Comunista, nas quais ciência, teoria marxista e militância comunista se mesclaram. Ver: David Caute, *El comunismo y los intelectuales franceses. 1914-1966*, Barcelona, Oikos-Tau Ediciones, 1968, pp. 377-378. A referência à chegada de Madame Curie é citada por Wainer porque ela passou desapercebida pela multidão que esperava o lutador de box. Samuel Wainer, "Uma ratoeira para homens", *Diretrizes*, Rio de Janeiro, nº 5, agosto de 1938.

[75] Da biografia de Genolino Amado (Itaporanga-SE, 3/09/1903), interessa-nos apenas indicar suas relações com o governo de Getúlio Vargas, tendo sido chefe da Censura Teatral e Cinematográfica de São Paulo; redator-chefe do departamento de Propaganda do Rio de Janeiro e diretor da Agência Nacional. DLB.

[76] Genolino Amado, "A multidão, o foot-ball e o carnaval", *Diretrizes*, Rio de Janeiro, nº 11, fevereiro de 1939.

apreciar o carnaval que revela a presença da grande e maravilhosa força tantas vezes ausente./ Hoje, assistimos a uma gigantesca massa popular que vibra, num verdadeiro misticismo esportivo, diante dos passes ágeis de Leônidas. Assistimos a uma multidão que se fantasia para sair à rua, bamboleando o corpo. Mas não há multidões frívolas ou sabias. O que há são momentos históricos para a multidão. E a certeza de que ela existe no Brasil deve ser esperança para que venha a interpretar no futuro o destino da História." [77]

Com Amado, a multidão ganhou uma dimensão histórica, ainda que no momento só se revele nas manifestações carnavalescas ou futebolísticas.

Sabidamente um esporte estrangeiro, o *foot-ball* ganhou contornos genuinamente brasileiros, já que misturado ao samba e à capoeira acabou sendo reinventado. Um dos responsáveis por essa definição, Gilberto Freyre, comparava o *foot-ball* à formação do povo brasileiro[78].

Nascia, assim, o país do carnaval e do futebol. No entanto, não era só *Diretrizes* a revista que publicava artigos nesse sentido e não era só o futebol e o carnaval as únicas expressões "autênticas" da nação. Algumas dessas revistas retomaram também episódios históricos numa perspectiva "popular". A história do negro, da escravidão, dos movimentos abolicionistas, das rebeliões dos escravos, entre outras, tornavam-se recorrentes. Já presente na literatura de um autor como Jorge Amado, por exemplo, mas também em estudos e ensaios de sociologia ou antropologia, o negro ganha relevância quando visto na perspectiva da formação nacional.

A revista *Problemas* publicou uma série de artigos sobre os negros. Júlio Abreu Lima escreveu sobre a influência negra na religião brasileira porque havia presenciado a estranheza de um suíço que estava no Brasil e que havia participado dos festejos da igreja católica no sul da Bahia. Terminado os festejos, o suíço perguntou-lhe se aqueles rituais eram mesmo da igreja católica, tamanha era a diferença com o que via na Suíça. O autor percebe uma simbiose entre as culturas religiosas trazidas pelos escravos e a religião católica. Nessa simbiose, segundo Lima, criou-se um 'abastardamento" da religião reinante no país, causado historicamente sobretudo pela:

"[...] forte porcentagem de elementos africanos ou de origem afro; o baixo nível intelectual dos colonos portugueses; o isolamento desses conglomerados étnicos nos engenhos e fazendas; a tendência do homem inculto para as coisas misteriosas; a transplantação dos complexos

---

[77] Idem, ibidem.
[78] Para uma análise aprofundada a este respeito ver: Leonardo Affonso de Miranda Pereira, op. cit.

sexuais para se compensar nas danças rituais do mal disfarçado culto fálico nos 'candomblés' de outrora; a falta de recursos médicos, levando a todos, brancos, mulatos e negros, a apelar para o curanderismo, função em geral exercida pelos 'pais' e 'mães de terreiro'; a ignorância religiosa dos católicos, mesmo dos brancos puros, impossibilitando-os de realizar um trabalho sadio de catequese junto a seus próprios escravos e agregados; a raridade da presença do padre [...]" [79]

Ao elencar as causas desse abastardamento da "Religião Brasileira", Lima não recorre, no entanto, à medidas que proíbam os cultos como meio de "correção para essa deformação nacional". É interessante que, mesmo avaliando a religião brasileira como deformada e propondo medidas educativas para sua correção, ele incorpora o resultado desse processo por ele chamado de simbiose, reafirmando essas práticas como "Religião Brasileira".

Num artigo de Édison Carneiro sobre as condições sociais e econômicas das filhas-de-santo do candomblé baiano, conclui que ganham entre 20 a 30$000 por mês; são, na maioria, empregadas domésticas; possuem, em média, até 30 anos de idade; e poucas sabem ler. Sendo, então, "as almas simples que sustentam as religiões. São elas, aqui também, que sustentam essa grande força solidária que são os candomblés da Bahia"[80].

Retomamos o debate iniciado no capítulo 3, no qual negros e trabalhadores tornavam-se o centro das análises de diversos intelectuais e personagens de romancistas. Agora, no entanto, não se trata de uma retomada do debate iniciado em meados dos anos trinta. Trata-se de uma continuidade que leva às últimas conseqüências a experiência negra como conformadora da unidade nacional. E, como estamos acompanhando, vários grupos e correntes políticas estavam incorporados ao debate.

Dois artigos publicados demonstram bem quais eram os termos do debate. "As condições econômicas do negro brasileiro" de Naum Frankental e "Um aspecto das insurreições de

---

[79] Júlio Abreu Lima, "A influência negra na Religião Brasileira", *Problemas*, São Paulo, nº 5, janeiro de 1938.
[80] Édison Carneiro, "Condição social e econômica das filhas-de-santo", *Problemas*, São Paulo, nº 12, outubro de 1938. Ressalto aqui o aspecto "solidário" enfatizado por Carneiro, não só nas questões cotidianas da população que girava em torno dos candomblés, mas também como esconderijo de perseguidos políticos.

escravos na Baía" de Aydano do Couto Ferraz[81] foram publicados, respectivamente, em *Cultura* e *Problemas*.

Frankental afirma que, apesar da imensa contribuição de Nina Rodrigues e outros que lhe seguiram como Arthur Ramos, Édison Carneiro, Manuel Querino e Gilberto Freyre, não havia ainda nenhum estudo sobre a situação econômica dos negros. Segundo Frankental, muitos estudiosos estavam se limitando a continuar a linha de Nina Rodrigues, na qual os negros são incapazes de certos feitos por sua constituição orgânica, reiterando as teoria eugênicas que ganharam evidência na virada do século XIX para o XX.

Sua argumentação tenta romper com a teoria eugênica, afirmando que o problema das péssimas condições econômicas dos negros é o "meio" em que eles vivem, o qual não lhes propiciam o desenvolvimento de suas capacidades. Em sua conclusão, adverte para o "preconceito racial", embora não esteja em leis, estaria nas práticas das relações sociais brasileiras[82].

O artigo de Ferraz também toma como referência os estudos de Nina Rodrigues. O objetivo do autor é rever a afirmação de Nina Rodrigues, na qual 'até hoje ficaram inteiramente incompreendidas, no seu espírito e na sua significação histórica, as repetidas sublevações de escravos que em curtos intervalos se sucederam na Baía, durante a metade do século XIX"[83].

Ferraz contrapõe-se a Nina Rodrigues quando este afirmou o caráter "religioso" de tais insurreições. Ferraz questionou a definição de Rodrigues e a partir dessas questões elaborou um outro sentido para os movimentos de escravos aqui analisados:

> "Quando um fenômeno religioso deixa de ser um fenômeno econômico? Quando ele deixa de refletir as relações de uma determinada fase do agregado social? O fenômeno religioso não é mais do que um momento de cultura refletida na super-estrutura que reveste a base econômica da sociedade. As formas de produção dirigindo as manifestações do espírito." [84]

---

[81] Aydano Pedreira do Couto Ferraz, nasceu em 19/8 /1914, Salvador/BA. Falecimento em 5/8/1985, Brasília/DF. Formou-se em Direito, na Faculdade de Direito/Bahia, em 1937. Trabalhou como jornalista. Suas principais atividades foram em *O Jornal* (1939 a 1945); redator-chefe da *Tribuna Popular* (1945 a 1947); diretor de *Imprensa Popular* (1948 a 1957); diretor de *Voz Operária* (1949 a 1957); editor de *Educação e Ciências Sociais* (1957 a 1960). DHB-FGV-CPDOC. Em relação a Naum Frankental não encontrei nenhuma referência biográfica, talvez fosse algum pseudônimo.

[82] Naum Frankental, "As condições econômicas do negro brasileiro", *Cultura*, São Paulo, nº 16, julho de 1940.

[83] Nina Rodrigues. Apud: Aydano do Couto Ferraz, "Um aspecto das insurreições de escravos na Baía", *Problemas*, São Paulo, nº 12, outubro de 1938.

[84] Aydano do Couto Ferraz, ibidem.

A remissão das manifestações religiosas à "base econômica da sociedade" é uma clara referência ao marxismo leninista presente também em outras obras de autores brasileiros do período, como vimos anteriormente. Com essa análise, retiram-se as explicações biológicas do problema e aparece o termo "cultura" dando um sentido positivo a estas manifestações, invertendo o sinal das explicações eugênicas.

Três questões aparecem, em meio a muitas outras, de forma marcante nas revistas estudadas. *Boletim de Ariel* e, em menor quantidade de artigos apresentados aqui, *Dom Casmurro*, *Revista Acadêmica* e *Lanterna Verde* formaram um quadrilátero através de objetivos comuns. Revistas especializadas na produção e na crítica literária reuniram, como vimos, escritores perseguidos pela polícia política, outros comprometidos com o governo, outros ligados ao governo por cargos mas nem tão comprometidos com sua política e outros sem posicionamento fixo nessa classificação. Afirmar que eram comunistas, católicos ou integralistas pode despolitizar a discussão porque a classificação requer um posicionamento *a priori*, obscurecendo a natureza dos temas em discussão.

O que pudemos perceber, e isto está no capítulo 2, foi que a diversidade de opiniões e posicionamentos não os impediu que estabelecessem um diálogo e, conseqüentemente, um repertório e um *locus* comuns pelo qual e em que se daria o debate. A busca pelo "povo brasileiro" chega criou um discurso, também comum entre várias correntes, que mais que falar sobre ou para o povo, pretende dizer o povo[85].

Num segundo momento, já na segunda metade da década de 1930 e presente no capítulo 3, não percebemos nenhuma tentativa de rompimento, que pudesse ser classificado como rebeldia, com esse repertório e *locus* comuns. Ao contrário, houve um aprofundamento desses aspectos. Isto não significa dizer que as diferenças entre comunistas e integralistas, entre comunistas e católicos ou entre governistas e oposições desapareceram. Ao contrário, houve um acirramento nas disputas políticas.

Essa conclusão pode parecer paradoxal. Mas ao examinarmos as revistas criadas no momento da decretação do Estado Novo, o paradoxo torna-se paradigma. *Problemas: Revista mensal*

---

[85] "Não só encontramos o povo como objeto de um discurso (sobre ou para o povo) e como sujeito de um discurso (do povo), como ainda percebemos o mesmo movimento invisível [no discurso sobre e para a "nação"] de produção de uma fala que diz o povo - fala geralmente a cargo do Estado e das vanguardas político-culturais." Marilena Chauí, *O Nacional e o Popular na cultura brasileira*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1984, p. 42 e 44.

de cultura; *Cultura: Mensário Democrático;* e *Diretrizes: Política, economia, cultura* foram revistas, vistas aqui, com um perfil diferenciado das anteriormente analisadas que eram especializadas em literatura. Estas, além de nomes que assinam os artigos circularem pelas três revistas, unem-se pelas temáticas.

A começar pelo termo "cultura" que aparece no título de todas elas. Os artigos sobre literatura aparecem em todas, seja como informações sobre a produção literária, seja como crítica literária ou mesmo como reprodução de excertos de obras literárias. Mas, nelas, a literatura passa a ser um aspecto da cultura. Artigos sobre a política nacional e internacional, ensaios historiográficos, reportagens sobre as condições sociais e econômicas da população, excertos poéticos e literários, crítica literária, notícias sobre artes plásticas e arquitetura, estudos sobre psicanálise, mídia brasileira e internacional (imprensa, teatro, cinema e rádio), ensaios e artigos sobre os "intelectuais", aparecem nas três. Assim, estas temáticas formam o que eles denominaram como "cultura".

A formação do "povo brasileiro" é a linha tênue que parece unir todas num mesmo projeto: a construção da "nação". Apareceu aqui, anterior mesmo ao problema da construção da "nação", um nacionalismo expresso na busca pelo "genuinamente brasileiro", posto como "cultura nacional". Esse nacionalismo, comum a todas as correntes de pensamento como vimos, quer transformar o Brasil num país cuja unidade não seja somente as estipuladas pelos limites geográficos e linguístico. Assim, foi surgindo nas páginas dessas revistas, o Brasil do carnaval, do futebol, do povo mestiço, que tem uma história de lutas pela liberdade e de um povo que ainda está por ser formado, porque, apesar de "índole boa", é primitivo. Assim, esse nacionalismo que fala "a nação"[86] revela-se populista e não popular[87].

As diferenças e contradições visualizadas entre os artigos aqui apresentados, a expressão de oposição entre as correntes de pensamento, a visível "radicalização ideológica" vivida pelos escritores nos anos trinta, só reforça o argumento de que havia uma visão de mundo comum na

---

[86] "Num terceiro momento, porém, se regressarmos à multiplicidade das falas sobre a nação, às oposições, diferenças, antagonismo e contradições entre elas, poderemos perceber algo mais interessante: o movimento invisível que leva cada um dos discursos sobre a nação a apresentar-se como discurso para a nação e, finalmente, como discurso da nação, pretendendo não só dizer como a nação é ou deve ser, mas sobretudo pretendendo dizer a nação."Marilena Chauí, *O Nacional e o Popular na cultura brasileira*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1984, p. 42 e 44.

[87] Tentando seguir ainda os passos de Marilena Chaui, *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. 6ª ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1994, p. 124.

qual o consenso, e não a ruptura, nacionalista possibilitou a formação desses grupos e suas interlocuções.

O desenrolar desse processo, que não ocorreu sem conflitos, ajuda a explicar como por exemplo, em pleno Estado Novo era possível a publicação de um artigo de Romain Rolland, intitulado "Em defesa da democracia" ou o de Thomas Mann, "O futuro da democracia", nos quais ambos escritores europeus fazem uma veemente defesa dos direitos democráticos que estavam sendo perdidos a cada conquista de Hitler, Franco ou Mussolini[88]. A publicação de ambas na revista *Diretrizes* pode também estar ligada ao fato da saída de Azevedo Amaral da sua diretoria, que como vimos, homem de pensamento conservador e ligado ao Estado Novo[89].

Em junho de 1938, a revista *Problemas* publicou um artigo de Paulo Martins Gama, "Nacionalismo Brasileiro", no seu nº 6, que passava a trazer impresso em sua capa "Visado pela censura". Gama argumenta que um "nacionalismo defensivo" era necessário ao Brasil:

> "Nós, no Brasil, temos de lutar primeiramente contra o imperialismo fascista que tentou, em 11 de maio[90], empolgar o governo do Brasil por intermédio de seus agentes esverdeados. Não devemos perder de vista, entretanto, que a luta pela emancipação nacional se dirige contra todos os imperialismos, qualquer que seja a cor de sua bandeira. O único imperialismo que

---

[88] Romain Rolland, "Em defesa da democracia"; Thomas Mann, "O futuro da democracia", *Diretrizes*, respectivamente, nº 5, agosto de 1938 e nº 8, novembro de 1938.

[89] A saída de Azevedo Amaral parece não ter sido amigável, como atesta uma carta que enviou a Nelson Werneck Sodré: "Exatamente poucos dias após a chegada desse artigo, verifiquei fatos muito desagradáveis, que corriam por conta de meu sócio [Samuel Wainer] naquela publicação. Desliguei-me dele e dela completamente e não pude suspendê-la, porque o homenzinho, com extraordinária falta de honestidade, fizera o registro do título exclusivamente em nome dele, apesar de todas as despesas terem corrido por minha conta. resolvi imediatamente publicar outra revista. *Novas Diretrizes*, esta de minha exclusiva propriedade e direção. O primeiro n.º apareceu em 1 de novembro e logo lhe remeti dois exemplares para Campo Grande em carta registrada. Quanto ao seu artigo, que havia entregue ao meu sócio infiel para ser publicado, reclamei-o, mas ainda não pude obter a devolução do original, que aliás não foi por ele publicado em uma edição que tirou das antigas Diretrizes. Peço que me desculpe o incidente e mostre a sua indulgência remetendo-me um artigo para *Novas Diretrizes*. Infelizmente ele não chegará a tempo para o n.º de dezembro, mas será certamente publicado na edição de janeiro." Carta de Azevedo Amaral a Nelson Werneck Sodré. Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1938. Inventário: Nelson Werneck Sodré/ Série: Correspondência Recebida (32,2,10 nº 24) - Seção de Manuscritos - Biblioteca Nacional.

[90] Foi uma tentativa de golpe contra o governo de Getúlio Vargas organizado por um grupo de integralistas, em 11 de maio de 1938, e rapidamente controlado. A partir daí os integralistas juntaram às listas dos procurados pela polícia política como "inimigos da nação". Ver, sobre as prisões e condenações de integralistas: Reynaldo Pompeu de Campos, *Repressão Judicial no Estado Novo. Esquerda e Direita no banco dos réus*. Op. cit.

podemos admitir aqui é aquele imperialismo brasileiro, consistente na conquista do Brasil pelos brasileiros."[91]

Em outro artigo, publicado aproximadamente 6 meses depois, Rocha Barros, que desde a ANL mantinha ligações com o PCB em São Paulo, escreveu sobre a situação internacional, afirmando que a guerra iminente era causada não pelo fascismo, mas pelo imperialismo que se servia deste para continuar sua dominação e exploração[92]. Assim, ao lado de artigos de defesa da democracia apareceram outros que acabaram anexando à luta nacionalista o imperialismo.

No entanto, embora a retórica de Azevedo Amaral ou de Gustavo Capanema fosse de respeito à autonomia da atividade intelectual ("não podem ser sujeitas a quaisquer restrições"), nem tudo era permitido. O controle passava a ser "profissional", chegando a extremos como a incineração pública de livros de José Lins do Rego e Jorge Amado, dez dias após a decretação do Estado Novo, em frente a Escola de Aprendizes de Marinheiro. Foram apreendidos e "julgados como simpatizantes do credo comunista" cerca de 1830 exemplares de livros impressos e em perfeito estado[93].

Um dos livros de Jorge Amado incinerado em praça pública acabava de ser publicado. O enredo se inicia com algumas reportagens sobre o problema das crianças de rua de Salvador, tidas como delinqüentes. Com a primeira reportagem o jornal passa a publicar várias cartas enviadas à redação; cartas que transformaram o assunto em debate. Daí parte Jorge Amado para contar a história dos capitães da areia, nome de um grupo de meninos de rua de Salvador.

Os meninos viviam em um casarão abandonado e quase destruído, onde apenas passavam a noite. Entre o planejamento de um furto, a realização do plano, uma briga com outros meninos, uma aula de capoeira com Querido-de-Deus, uma visita de Don'Aninha - mãe de santo - ou do padre José Pedro, Jorge Amado vai apresentando as personagens. Pedro Bala, o menino que conquista pela coragem a chefia do grupo; Professor, o único que sabia ler e contava histórias de jornais e livros para os outros meninos; Gordo; Pirulito, que rezava todas as noites e tinha em seu canto um altar com várias imagens de santos; Sem-Pernas, que odiava como todos o tratavam; Volta

---

[91] Paulo Martins do Gama, "Nacionalismo Brasileiro", *Problemas*, nº 9. São Paulo, junho 1938.
[92] Alberto da Rocha Barros, "O conteúdo da próxima guerra", *Problemas*, nº 13. São Paulo, novembro/dezembro de 1938.
[93] "Ato de incineração", *O Estado da Bahia*, Salvador, 17 de dezembro de 1937. Apud: Eduardo de Assis Duarte, "Leitura e cidadania", mineo., Campinas, s/d.

Seca, que sonhava sempre em ir para o bando de Lampião; Gato; Boa-Vida: todos se sentiam irmãos e por irmãos se tratavam.

> Mas é a vida de Pedro Bala que vai, ao longo do romance, ganhando destaque. E, mais uma vez, se repete a imposição das condições sociais empurrando esses meninos para as ruas, para os assaltos: "Eles furtavam, brigavam nas ruas, xingavam nomes, derrubavam negrinhas no areal, por vezes feriam com navalha ou punhal homens e polícias. Mas, no entanto, eram bons, uns eram amigos dos outros. Se faziam tudo aquilo é que não tinham casa, nem pai, nem mãe, a vida deles era uma vida sem ter comida certa e dormindo num casarão quase sem teto. Se não fizessem aquilo morreriam de fome porque eram raras as casas que davam de comer a um, de vestir a outro. E nem toda a cidade poderia dar a todos." [94]

A frase narra um episódio em que Pirulito pensava sobre a vida que eles levavam, sobre como aquela vida não era uma opção mas uma imposição e uma questão de sobrevivência. Mas eram bons... E a bondade, a ingenuidade, a inocência infantis representam o contraponto que Jorge Amado constrói para denunciar a situação daquelas crianças, retomando sua própria humanidade. A visita a um carrossel, onde Sem-Pernas havia conseguido um trabalho temporário, de todos os capitães da areia, é exemplar neste sentido. A magia das luzes e da música que saiam do carrossel entorpeceu a todos, envolveu-os um sentimento de amor e, segundo Jorge Amado, eles se esqueceram, por um momento, que eram diferentes das outras crianças [95].

A única coisa que restava aos meninos era a liberdade que possuíam vivendo nas ruas. E esse sentimento é sempre valorizado para justificar que, apesar de tudo, não haviam sido reificados. Por isso, quase no fim do romance, todos se sentem muito ameaçados por terem sido presos em uma atividade de furto. Pedro Bala foi para o reformatório. Dora, a única menina que havia se integrado ao grupo, vai para o orfanato. Quando eles conseguem se reunir novamente, depois da prisão de vários membros do grupo, suas vidas se tornam diferentes:

> "Mas hoje não são os Capitães da Areia que estão numa bela aventura. São os condutores de bonde, negros fortes, mulatos risonhos, espanhóis e portugueses que vieram de terras distantes. São eles que levantam os braços e gritam iguais aos Capitães da Areia. A greve se soltou na

---

[94] Jorge Amado, *Capitães da areia* (1a. edição 1937) São Paulo, Livraria Martins Editora, s/d, p. 80.
[95] idem, *ibid.*, pp. 46 e 47, 58 e 59.

> cidade. É uma coisa bonita a greve, é a mais bela das aventuras. Pedro Bala tem vontade de entrar na greve, de gritar com toda a força de seu peito, de apartear os discursos. Seu pai fazia discursos numa greve, uma bala o derrubou. Ele tem sangue de grevista. Demais a vida da rua o ensinou a amar a liberdade. [...] Sabe que os grevistas lutam pela liberdade, por um pouco mais de pão, por um pouco mais de liberdade. É como uma festa aquela luta." [96]

Os organizadores da greve foram procurar os capitães da areia para que eles os ajudassem a barrar os trabalhadores que vinham de cidades vizinhas para assumir os lugares dos grevistas. Os capitães da areia cumprem a tarefa e os trabalhadores de outras cidades vão embora. Pedro Bala, possuindo uma vocação "natural" para as greves, passa a comandar brigadas de choque formadas pelos capitães da areia, e assim ele é aceito em uma "organização política ilegal", passando a viajar pelo país organizando outras brigadas de choque.

Acaba, aqui, a história dos capitães da areia e começa uma outra. O título do último capítulo, "...Uma Pátria e Uma Família", sugere os caminhos de Pedro Bala daí para frente: "Porque a revolução é uma pátria e uma família." [97] Assim como Baldo, em *Jubiabá*, Pedro Bala consegue se libertar das contingências sociais, deixando de ser um capitão da areia para se tornar um "líder da sua classe".

A despeito da imensa quantidade de textos, artigos, folhetos e livros censurados pelo governo de Getúlio Vargas e a condenação ou suspeição de vários homens e mulheres pela criação, edição, venda ou pelo simples fato de possuir algum desses documentos, impossível de reproduzir de forma panorâmica, a explicação dos mecanismos sociais que levaram a essa atitude por parte do governo, de seus órgãos de censura e de sua polícia política, merecem um olhar mais atento.

Acusado de ter criado uma obra "simpatizante do credo comunista", Jorge Amado viu seus livros serem incinerados em praça pública. Mais que um ato simbólico, o qual poderíamos como outros fazer referência aos processos de inquisição organizados pela igreja católica durante a Idade Média, este foi um ato que expressou os conflitos num mundo chamado "intelectual". A despeito de todas as iniciativas na conformação de um Brasil coeso, homogêneo, consensual, desprovido de "luta

---

[96] idem, *ibid.*, p. 191.
[97] idem, *ibid.*, p. 200.

de classes", atitudes como a censura, a prisão, a proibição de publicações, etc, revelam a força da polifonia entre os escritores.

O prontuário de Jorge Amado na DESPS-RJ foi aberto em 21 de março de 1936, sendo ai registrado como "comunista intelectual", já que em sua residência foram encontrados e apreendidos "livros de propaganda do mencionado credo político"[98]. Além dos 9 dias em que ficou detido, como conseqüência de ser um "comunista intelectual", teve ainda problemas com a polícia política um ano depois, quando ficou detido por um dia no navio Jaceguay, onde se encontrava em viagem de Estância para Porto Alegre. Quase um mês depois da referida incineração de seus livros em Salvador, foi comunicado à DESPS pela polícia de Manaus a apreensão de um caixote de livros de Jorge Amado, "reputados atentatórios à dignidade brasileira"[99]. De Porto Alegre, Jorge Amado foi para Argentina e de lá visitou, em nome da Livraria José Olympio Editora, vários outros países da América do Sul, realizando negócios em nome da editora. Viveu assim até 1942, quando voltou ao Brasil.

Apesar das manifestações policialescas de repúdio à sua obra, continuou sendo editado, sendo objeto de artigos laudatórios publicados pela crítica literária e até assinou alguns artigos que foram publicados no país.

A Livraria José Olympio Editora era o porto seguro de Jorge Amado, ainda que estivesse fora do país, nada lhe aconteceu no exterior. A livraria era também o porto seguro de vários escritores de oposição que se encontravam no Brasil, como atesta um relatório de investigação, de novembro de 1939:

> "A Livraria José Olympio tornou-se o ponto de reunião dos intelectuais esquerdistas. Nesse local, são vistos em palestras, não somente socialistas puramente intelectuais, mas elementos já sobejamente conhecidos pela ação que têm desenvolvido pela propaganda do credo comunista".[100]

No entanto, nenhuma atitude mais drástica foi tomada pela polícia política. Ao contrário, as investigações em torno da livraria continuavam a ser feitas de longe. Talvez, o que tenha

---

[98] "Anotações Diversas", 21 de março de 1936 - Pront. nº 20175 - Jorge Amado - DESPS - APERJ.
[99] Idem, 30 de dezembro de 1937 - ibidem.
[100] Relatório (S-2), Rio de Janeiro, 3 de novembro de 1939. Setor: Geral/Dossiê - DOPS - APERJ. S-2 era o código usado pela DOPS para Serviço de Informações, ver: Setor: Administração - DPS - APERJ.

permitido certa "liberdade" às edições de José Olympio e os freqüentadores da livraria fosse o grau de aproximação com Lourival Fontes e a sua declarada simpatia a Getulio Vargas.

Numa carta a Nelson Werneck Sodré, José Olympio revela bem esse grau de intimidade com o poder:

> "Nelson, [...] Você tem razão. Estou com você. Cada vez sou mais getulista e acredito nesse homem. Como também acredito que a humanidade vai ter melhores dias. A propósito mostrei sua carta ao Lourival [Fontes, então diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda]. Gostou dela e me pediu que lhe escrevesse pedindo um artigo, sobre o discurso do presidente. Esse discurso, como você bem sabia, trouxe uma certa inquietação. Foi, por isso, mal compreendido. Convém que nós que o sentimos bem o explicamos. E se não sou escritor, procuro explicá-lo nas conversas que tenho com os amigos. Você é escritor e como brasileiro consciente deve explicá-lo ao público. Quer me mandar o artigo? [...]" [101]

Não conseguimos saber se Sodré escreveu o referido artigo, nem do que se tratava o discurso aludido de Getúlio Vargas, mas são claras suas manifestações de simpatia ao presidente e a intimidade que partilhava com Lourival Fontes. Este, antes de ser o diretor do DIP, foi o responsável pelo órgão que o antecedeu, o Departamento Nacional de Propaganda [DNP].

No demonstrativo de gastos do DNP, entre outubro e dezembro de 1939, gastou-se 650:000$000. Dentre os maiores gastos estavam a Companhia Rádio Internacional do Brasil (33:131$000), Cinédia S.A.(27:776$300), Filmes Art. Nacionais (26:462$300) e a Livraria José Olympio Editora (25:800$000). Os gastos com a editora de José Olympio eram correspondentes a 500 exemplares de *Getúlio Vargas*, 1000 exemplares de *O Estado Novo* e 1600 exemplares de *Origens e transformações do materialismo histórico*. Entre outras livrarias e editoras encontramos Ariel Editora Ltda. (3:500$000) e Livraria Civilização Brasileira Editora (1:800$000)[102]. Comparando os gastos do DNP com edições de livros e impressos, percebe-se a preferência pela José Olympio.

---

[101] Carta de José Olympio a Nelson Werneck Sodré. Rio de Janeiro, 30 de junho de 1940. Inventário: Nelson Werneck Sodré/ Série: Correspondência Recebida (32,2,10 nº 97) - Seção de Manuscritos - Biblioteca Nacional.

[102] DNP, "Demonstrativo de Gastos", dezembro de 1939, doc. nº 3534/39. Sub-série: Organização e Administração dos Serviços de Informação - Série 7: Negócios Interiores - MJNI - AN. Segundo Edgard Carone, em *O marxismo no Brasil*, op. cit., encontrei a referência completa de um dos impressos: José Getúlio Monteiro Júnior, *Origens e transformações do materialismo dialético: de Marx a Stalin*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1939, 307 pp.

Dessa forma, revelam-se que as relações entre José Olympio e Lourival Fontes passavam pela amizade que nutriam um pelo outro, pelas opiniões de apoio a Getúlio Vargas que compartilhavam e pelo favorecimento de negócios realizados entre a editora e o DNP e, posteriormente, pelo DIP.

O Departamento de Imprensa e Propaganda não surgiu de um simples decreto, ele foi fruto de experiências anteriormente desenvolvidas. Em 1932, foi criado o Departamento Oficial de Propaganda (DOP), ligado ao Ministério da Educação e Saúde quando Francisco Campos ocupava a pasta ministerial. Sua finalidade era a de atingir:

> "[...] todas as camadas populares. O DOP aqui projetado terá esta finalidade. Ele deverá ser um aparelho vivaz, de grande alcance, dotado de um forte poder de irradiação e infiltração, tendo por função o esclarecimento, o preparo, a orientação, a edificação, numa palavras, a cultura de massas."[103]

Seria então um órgão ligado ao Ministério da Educação e Saúde, dirigido por Francisco Antônio Rodrigues de Sales Filho[104], cujas atribuições acima destacadas seriam realizadas nos serviços de radiodifusão e no cinema educativo. Apesar do papel limitado, o órgão já possuía aspectos do futuro DIP. Em 1934, após a promulgação da nova Constituição, o papel do DOP foi revisto e surgiu em seu lugar o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC). Ao mesmo tempo em que foram ampliadas suas atribuições, ficando ao seu cargo a Imprensa Nacional, o rádio, o cinema e a "cultura", o DPDC foi criado junto ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores (MJNI) para aproximá-lo do poder central[105].

Provisoriamente, Sales Filho ocupou o posto de diretor do órgão. O primeiro a ser convidado por Vargas para substituir Sales Filho no órgão foi Monteiro Lobato, que não aceitou alegando estar muito ocupado com as questões do petróleo nacional. Foi então convidado Lourival Fontes que assumiu o cargo prontamente[106]. Paulatinamente, o órgão tomou feições que iam além do

---

[103] Apud: Maria Helena Capelato, "Propaganda política e controle dos meios de comunicação". In: Dulce Pandolfi (org.), *Repensando o Estado Novo*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 1999, p. 172.

[104] Francisco Antônio Rodrigues de Sales Filho (militar) foi deputado federal/DF de 1912-1914, 1918-1923, 1927-1929 e 1935-1937. Antes de assumir a diretoria do DOP, foi o diretor da imprensa Nacional (1930-1932). DHBB/CPDOC/FGV.

[105] Idem, ibidem.

[106] Getúlio Vargas, *Diário*, op. cit., vol. II, respectivamente, p. 341 e 364. As referências presentes no *Diário* de Getúlio Vargas só atestam a participação direta do presidente da República na nomeação do diretor do órgão e a sua

cuidado com a propaganda do governo e da educação das "massas", passando a se ocupar também da censura aos meios de comunicação.

Durante 1938, ano seguinte ao decreto que instituiu o Estado Novo, o DPDC foi substituído pelo Departamento Nacional de Propaganda, cujos objetivos estavam pautados numa ampla reforma do antigo órgão. Chefiado por Fontes, o programa de reformas deu origem ao DIP, criado junto à presidência da República, a partir do decreto-lei nº 1915, de 27 de dezembro de 1939[107]. Lourival Fontes se manteve diretor do novo órgão e os responsáveis por suas divisões eram nomeados pessoalmente por Vargas.

Além da propaganda do governo, dos feitos de Getúlio Vargas, seus discursos e suas atividades, passaram a ser atribuições do DIP, agora de forma estruturada num único órgão, toda a censura a todos os meios de comunicação, sendo que cada divisão do DIP tinha um setor próprio de censura. Ao mesmo tempo, o DIP foi expressão cabal da tentativa de intervenção do Estado em todas as manifestações culturais.

Todos as empresas jornalísticas passaram sob o controle direto do Estado, já que, segundo o DIP, a imprensa tem uma função pública [108]. O cerceamento das opiniões, baseado sempre numa doutrina do consenso, contou também com a ajuda de inúmeros jornalistas, assim como de várias editoras de porte nacional, como foi o caso da José Olympio.

Mas a participação de escritores no governo teve sua contrapartida. Não podemos entender as nuanças dessas relações com conceitos estáticos como "cooptação" ou "resistência". Retomamos o apelo de Azevedo Amaral à elite intelectual, a ela caberia a missão de "retransmitir às massas" o que nelas está incompleto, a identidade nacional. Num país miserável, a intervenção do Estado deveria atacar a questão social e o único modo seria através da positivação do "trabalho". A inversão do sinal em relação ao "trabalho" e, conseqüentemente, à definição do "trabalhador nacional" - visto até então como "preguiçoso" - deveria passar, segundo Azevedo Amaral e outros ideólogos do Estado Novo, pela proteção integral do trabalhador pelo Estado Nacional, atendendo desde

---

preocupação em poder controlar suas atividades.

[107] O órgão foi estruturado conforme as atribuições: Divisão de Divulgação, Divisão de Radiodifusão, Divisão de Cinema e Teatro, Divisão de Turismo, Divisão de Imprensa e Serviços Auxiliares. In: Silvana Goulart, *Sob a verdade oficial. Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*, São Paulo, CNPq/Editora Marco Zero, 1990/Maria Helena Capelato, "Propaganda política e controle dos meios de comunicação", op. cit., p. 172.

[108] Maria Helena Capelato, op. cit., p. 174.

reivindicações trabalhistas (condições de trabalho: jornada, salário, férias, aposentadoria e previdência, etc; e organização sindical), às reivindicações sociais mais gerais (moradia, alimentação, educação)[109].

A organização dos trabalhadores será fundamental na criação de um consenso e um organismo que pense o trabalhador como coletividade que se sobrepõe ao indivíduo, ou melhor, uma coletividade que se pense como mais importante que o individualismo (liberalismo). O corporativismo aqui toma corpo[110]. E isso não é só uma figura de linguagem[111].

No "mundo intelectual", ou melhor, no mundo da "elite intelectual" - aquela chamada por Azevedo Amaral para a missão civilizadora do povo, o movimento é paralelo ao movimento dos trabalhadores. A existência da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais (SBAT), da Sociedade Brasileira de Compositores e Autores, do Sindicato dos Jornalistas Profissionais, já traziam para o complexo universo das relações entre "intelectuais" e Estado questões reivindicatórias de peso bastante importante.

Em primeiro lugar, o simples reconhecimento dessas organizações nos 15 anos em que Vargas governou, já atesta a importância que tiveram. Em segundo lugar, do ponto de vista prático, as reivindicações dessas organizações, assim como as reivindicações das organizações dos trabalhadores em geral (não dirigidas por comunistas), não foi prontamente atendidas. A despeito da plataforma de reformas sociais e trabalhistas que o levou ao poder em 1930, estas permaneceram no papel pelo menos até a decretação do Estado Novo. A partir daí, Vargas tentou apoiar seu governo nos trabalhadores[112].

---

[109] Angela de Castro Gomes, *A invenção do trabalhismo*, op. cit., Cap. V: "O redescobrimento do Brasil; idem, "Ideologia e trabalho no Estado Novo". In: Dulce Pandolfi, *Repensando o Estado Novo*, op. cit., pp. 61-64.

[110] Para um balanço historiográfico sobre o corporativismo entre 1930 e 1945, ver: Michael Hall, "Corporativismo e fascismo". In: Angela Araújo, *Do corporativismo ao neoliberalismo*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2002, pp. 15-17.

[111] John French afirma: "Orientado por líderes do tipo de GV, no Brasil, e de Juan Peron, na Argentina, o populismo foi responsável também pela transformação do movimento operário da região, mediante atrelamento dos sindicatos diretamente ligados ao Estado. Desse modo, os populistas promoveram uma forma de representação de interesses que geralmente se caracteriza como de natureza corporativista." in: idem. *O ABC dos operários. Conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950*, São Paulo/Editora Hucitec, São Caetano do Sul/Prefeitura, 1995, p. 5. Ver também o balanço a cerca dos usos do conceito populismo: Fernando Teixeira e Hélio da Costa, " Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes", in: Jorge Ferreira (org.). *O populismo e sua história. Debate e crítica*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2001.

[112] John French, ibidem, pp. 100-103.

No caso dos jornalistas, o decreto-lei nº 910, de 30 de novembro de 1938, dispôs sobre a regulamentação da profissão do jornalista. O decreto trouxe medidas de proteção ao "trabalhador intelectual" (jornalistas, revisores e ilustradores), em relação aos horários e às condições de trabalho nas empresas jornalísticas[113]. Estas são definidas como "aquelas que têm a seu cargo a edição de jornais, revistas, boletins, e periódicos, ou a distribuição de noticiário, e, ainda, as de radiodifusão em suas seções destinadas à transmissão de notícias e comentários."[114]

Estabeleceu-se a jornada de trabalho em 5 horas diárias, sendo que as horas-extras deveriam ser pagas como hora normal acrescidas de 25%. O decreto-lei foi uma conquista dos jornalistas mas, por outro lado, esvaziou o Sindicato. Não era ainda a regulamentação que versava sobre o exercício da profissão. Era um decreto que legislou sobre as condições de trabalho. Dois anos depois, o DIP iniciou o registro obrigatório dos jornalistas[115].

Lourival Fontes, diretor do DIP, enviou um relatório, em fins de 1942, ao presidente da República, sobre os resultados da referida lei de "proteção ao jornalista" no DF. Segundo ele, os jornalistas profissionais registrados em todo o país desde janeiro de 1940 eram 5.134. Na capital federal, havia 54 famílias que recebiam pensões de empregados falecidos; 44 empregados recebiam pensão por invalidez; 96 empregados receberam auxílio natalidade; 17 famílias receberam auxílio funeral. Os benefícios cobriam as seguintes empresas jornalísticas: *A Noite* (56 beneficiados), *Jornal do Brasil* (15), *Diário da Noite* (13), *O Jornal* (10), *Jornal do Comércio* (9), *Diário de Notícias* (8), *O Globo* (7), *Correio da Manhã* (5), *A Notícia* (3), *O Imparcial* (2), *Meio Dia* (2), *Diário Carioca* (1), *Vanguarda* (1); *A Batalha* (1), *O Malho* (9), *Vida Doméstica* (4); revista *Brazilian American* (4), revista *O Ensino* (2), *O Cruzeiro* (1), *Revista Brasileira de Engenharia* (1), *Revista das Estradas de Ferro* (1), revista *Fiscal de Legislação e Fazenda* (1), Agência Havas (5), United Press Association (2), Agência Meridional Brasileira (3), Rádio Mayrink da Veiga (6), Rádio Club do Brasil (5), Rádio Vera Cruz (5), Rádio Educadora do Brasil (2), Rádio Cruzeiro do Sul (1), Rádio Nacional (1), Rádio Tupi (1), Agência de Publicidade Rio Europa (3), Agência de Publicidade Prosjer (2), *Lux Jornal*

---

[113] Getúlio Vargas, Decreto-Lei nº 910, de 30 de novembro de 1938. In: http://www.sjsc.org.br/legislacao/lei91038.htm.

[114] Idem, ibidem.

[115] Lourival Fontes, "Jornalistas profissionais", Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1942. Relatório enviado a Getúlio Vargas - DG nº 844 - Sub-série: Correspondência Expedida (lata 187) - Série: Administração - Agencia Nacional - Arquivo Nacional.

(19), A.B.I. (3) - fazendo um total de 215 beneficiados. Foram beneficiados também 33 jornalistas com empréstimos na Caixa Econômica Federal para aquisição de casas[116]. É muito difícil avaliar a abrangência e alcance da referida lei, mas com os dados disponíveis é possível imaginar suas intenções.

Com a criação dos Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda (DEIP), o governo federal tentava estender os objetivos do DIP para os estados. A lei que criou os DEIPs foi assinada em 4 de setembro de 1940. Imediatamente, foi criado em São Paulo, tendo como diretor, o escritor e jornalista Cassiano Ricardo. No ano seguinte, Cassiano Ricardo deixou o DEIP para dirigir o jornal *A Manhã*. Em seu lugar, tomou posse o jornalista e professor de direito Cândido Mota Filho. Em seu discurso de posse, Mota Filho chamou a atenção para a função que deveria cumprir no DEIP:

> "Com vinte anos de imprensa, trabalhando como profissional e como colaborador, na direção e na redação de vários órgãos desta Capital, quero que o Departamento continue a ser uma expressão dos órgãos de publicidade de São Paulo e que esses órgãos continuem a ver em mim o velho e inseparável companheiro, quero que o departamento seja o eco saudável e construtor do esforço intelectual de S. Paulo aberto a todas as iniciativas felizes, estímulo para tudo que se faça pelo bem público./ Como professor de Direito eu não só vejo com prazer a incorporação da imprensa na atividade constitucional do Estado, como também sou levado a pautar os meus atos, dentro da mais rigorosa justiça, na defesa dos postulados legais da República, convicto, com o grande Bhering que o Direito é ainda a melhor política do poder."[117]

Fiz essa pequena digressão sobre o DIP e o DEIP-SP para tentar entender qual o papel da imprensa no governo Vargas e quais mecanismos foram utilizados nas relações entre jornalistas e Estado. Em um artigo, publicado em *O Observador Econômico e Financeiro*, apócrifo, afirmava-se a "missão social, política, educadora, instrutiva, crítica e analítica" da imprensa naqueles dias. A citação de Rui Barbosa, utilizada como desfecho do artigo, é representativa de uma concepção existente no interior do governo Vargas:

---

[116] Idem, ibidem.

[117] Cândido Mota Filho. In: "O novo Diretor Geral do DEIP", *São Paulo de ontem, hoje e de amanhã. Boletim do DEIP-SP*, São Paulo, ano 1/nº 4, 2ª quinzena de junho de 1941, pp. 28-29.

"A imprensa é a vista da nação. Por ela é que a nação acompanha o que lhe passa ao perto e ao longe, enxerga o que lhe malfazem, devassam o que ocultam e tramam, colhe o que lhe sonegam, ou roubam, percebe onde lhe alvejam, ou nodoam [sic], mede o que lhe cerceiam, ou destroem, vela pelo que lhe interessa e se acautela do que a ameaça"[118]

Esse argumento foi também utilizado em outro artigo, publicado pela mesma revista e também apócrifo, o qual faz um longo apanhado sobre as relações entre a imprensa e a propaganda. Seguindo os mesmos caminhos do artigo anterior, começa definindo o que é "liberdade" de imprensa e "até que ponto o pensamento pode ser livre". Distingue democracia de liberdade, e defende a "liberdade controlada" pelo Estado para a imprensa nacional. Nas últimas páginas, faz um longo e detalhado apanhado sobre o DIP, seu funcionamento, sua estrutura, seus objetivos e funções[119]. Desses dois artigos, provavelmente escritos por alguém da diretoria do DIP, pela riqueza de detalhes e pelas formulações políticas mais gerais coadunadas com o espírito do governo Vargas, depreende-se um projeto ambicioso que visava não só tornar a imprensa um "órgão de caráter público" da Nação e por isso deverá ficar sob o controle do Estado.

Os mecanismos da censura passaram a atuar na mesma proporção em que o Estado foi sendo centralizado nas mãos do Presidente da República. No início de seu governo, dois órgãos cuidavam do que poderia ser visto, lido ou sabido: Diretoria Geral de Publicidade, Comunicações e Transportes e a Inspetoria Geral de Polícia. A primeira era responsável pela censura política e moral dos textos teatrais e a segunda era responsável pela censura política, repressiva e de ação policial[120]. Com a Constituição de 1937 e a criação do DIP, a censura de maneira geral vai ser de responsabilidade desse novo órgão:

"Art. 2: O DIP tem por fim:

c) fazer a censura do Teatro, do Cinema, de funções recreativas e esportivas de qualquer natureza, da radiodifusão, da literatura social e política e da imprensa, quando a esta forem cominadas as penalidades previstas por lei;

---

[118] S/a, "Novos aspectos da imprensa". *O Observador Econômico e Financeiro*. Rio de Janeiro, ano VI/nº 72, janeiro de 1942, p. 82.

[119] S/a, "Imprensa e propaganda". *O Observador Econômico e Financeiro*. Rio de Janeiro, ano VI/nº 63, abril de 194, pp. 51-67.

[120] Beatriz Kushnir, *Cães de Guarda: jornalistas e censores entre o AI-5 e a Constituição de 1988*. Campinas, Tese de Doutoramento apresentada ao Dpto. de História-IFCH-Unicamp, 2002, pp.75-76.

m) proibir a entrada no Brasil de publicações estrangeiras nocivas aos interesses brasileiros, e interditar, dentro do território nacional, a edição de quaisquer publicações que ofendam ou prejudiquem o crédito do país e suas instituições ou a moral;

p) autorizar mensalmente a devolução dos depósitos efetuados pelas empresas jornalísticas para a importação de papel para a imprensa, uma vez demonstrada, a seu juízo, a eficiência e a utilidade pública dos jornais ou periódicos por elas administrados ou dirigidos;

Art. 14: Ficam transferidas para o DIP as atribuições concernentes à censura teatral e de diversões públicas, ora conferidas à Polícia Civil do Distrito Federal e a que se refere o capítulo V do Decreto Departamento de Propaganda e Difusão Cultural.

Art. 16: Fica extinta a Comissão de Censura Cinematográfica, passando suas atribuições à alçada do DIP"[121]

Não é à toa, portanto, que antes mesmo da criação do DIP e depois da decretação do Estado Novo, Luiz Vergara, secretário geral da presidência da República, tenha enviado um ofício ao chefe da censura do DNP, informando que seria enviado uma relação diária de notícias autorizadas a serem publicadas[122]. Antes, porém, o chefe de polícia tinha também suas atribuições censórias. Em março de 1936, Filinto Müller enviou um "bilhete" a todas as chefaturas de polícia do país com os dizeres:

> "Censurar com o maior rigor: I) notícias sobre febre amarela que estão sendo exploradas no estrangeiro e prejudicam o País; II) Notícias sobre Luiz Carlos Prestes; III) Os jornais *O Imparcial, Radical, Jornal da Manhã* e os outros que, como os citados, fazem sentimentalismo em torno de Prestes." [123]

No tocante à imprensa e ao jornalista, ficam esclarecidas suas prerrogativas e seus deveres, e o ambiente político em que deve trabalhar. A ABI, organização criada em 1908, com objetivo de congregar os jornalistas e promover medidas de amparo a assistência ao grupo, chegou aos anos trinta como um organização tradicional e respeitada pelas conquistas em favor de seus associados. Seu prestígio e poder simbólico barraram ações mais violentas ou truculentas da polícia

---

[121] Decreto-lei 1915, 27/12/1939 (*LEX*, 1939, pp. 666-73). Apud: Beatriz Kushnir, idem, p. 77.

[122] Luiz Vergara, Ofício ao Chefe da Censura, 18 de novembro de 1937. Sub-série: DIP - Série: Secretaria da Presidência da República - Gabinete Civil da Presidência da República - AN.

[123] Filinto Müller, "Censurar". Polícia Civil do Distrito Federal, 11 de março de 1936. A2, 35(1)-3, Fundo: Astrojildo Pereira - ASMOB - CEDEM - UNESP.

política de Vargas. Mas aqui estavam reunidos os "grandes" jornalistas, editores chefes, chefes de redação, secretários de editorias. O repórter, o revisor, aquele que escreve mas não assina as matérias, enfim o "pequeno" jornalista, que não tem seu nome estampado nas páginas da grande imprensa estavam de fora. A este grupo restou as inúmeras tentativas de organização e luta sindical, tendo como resultado, ainda que muito longe de suas expectativas e necessidades reivindicatórias, a lei sobre as condições de trabalho nas empresas jornalísticas de 1938.

Mas e aqueles que escrevem novelas, romances, crônicas, poesias, ensaios? O que a legislação diz sobre os que escrevem a prosa de ficção? O que diz sobre os que escrevem e publicam estudos antropológicos, sociológicos, geográficos, históricos, médicos, etc.?

Aparentemente, as questões relativas à profissão deste grupo de "trabalhadores intelectuais" passava por outros aspectos. No entanto, veremos que, ao contrário, a discussão sobre os "escritores" emerge exatamente da discussão da valorização do "trabalho" travado durante o governo Vargas.

Assim como toda a discussão sobre os direitos trabalhistas dos jornalistas, fossem dos "grandes" ou dos "pequenos", passava pela afirmação de sua importância naquele momento e seu papel na história do país, a dos "escritores" necessariamente também passava pela definição de suas atribuições sociais.

A revista *Diretrizes* publicou, no seu número de janeiro de 1939, um artigo de Genolino Amado, que vinha ocupando o lugar central da revista desde a saída de Azevedo Amaral, quem escrevia os editoriais[124]. O artigo, intitulado "Pela reabilitação da inteligência brasileira", constata a desvalorização sempre crescente da "inteligência" no país. Ao indicar as causas dessa desvalorização, avança na discussão sobre o papel social do intelectual:

> "[...] Fala-se muito por ai em apoio ao intelectual, em proteção ao homem de letras, em amenas recompensas aos que trabalham com o espírito. Mas isso não diminui a evidência terrível, a

---

[124] Genolino Amado (irmão de Gilberto Amado, que em 1934 foi nomeado consultor jurídico do Ministério das Relações Exteriores e em seguida tornou-se embaixador permanente, e primo de Jorge Amado) nasceu em Itaporanga (SE), em 3 de agosto de 1930. Bacharel em Direito, formado no Rio de Janeiro. Em 1928, foi chefe da Censura Teatral e Cinematográfica de São Paulo. Nos anos trinta, foi um importante chefe de redação dos Diários Associados, escrevendo colunas importantes nesses jornais. Em meados dos anos trinta, escreveu "Crônicas da Cidade Maravilhosa", transmitidas pela Rádio Mayrinc da Veiga. Escreveu peças teatrais. Foi diretor da Agência Nacional, em 1954. Foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras em 1973. In: DLB e ABL (http://www.academia.org.br/cads/32/genolino.htm).

> certeza desconsoladora de que a inteligência está cada vez mais desamparada. Porque, na verdade, não trata de resolver apenas o problema de subsistência do homem que pensa e escreve. Isso é uma cousa a bem ou mal sempre se resolveu, mesmo porque o verdadeiro pensador e escritor possui o íntimo poder de tudo sacrificar para não sacrificar-se. E não sei até se seria fecunda uma solução que só atendesse ao homem inteligente sem atender à inteligência. O problema fundamental que se apresenta não é tanto de recurso material como o de prestigio, de reconhecimento e, principalmente, de respeito moral e espiritual."[125]

Com um sinal de igualdade, Amado vai definindo "inteligência" ora como intelectual, ora como homem de letras ou homem inteligente, ora como literato, escritor ou pensador... Num parágrafo de 9 linhas, a quantidade de definições só revela a dificuldade em saber de quem se está falando. Essa falta de identidade desaparece, no entanto, quando se romantiza a prática profissional: "o verdadeiro pensador e escritor possui o íntimo poder de tudo sacrificar para não sacrificar-se". Portanto, antes dos direitos profissionais, se coloca o problema do não reconhecimento social da atividade de escrever e pensar.

Na mesma direção, em outro artigo da mesma revista, foi Emil Farhat. Discutindo as dificuldades do mercado editorial brasileiro, que ainda vendia muito autor estrangeiro, situou a responsabilidade nos autores nacionais que pensavam que "a missão do escritor é a de bobo-do-rei literário", produzindo uma literatura "sorriso da sociedade". Esse grupo de escritores, segundo Farhat, usam a literatura como convite para os "salões culturais" ou para alcançarem a imortalidade, esquecendo de pensar e propor caminhos para a "literatura nacional". Mas, ao concluir, afirma a existência de um outro grupo de escritores que busca engrandecer a literatura brasileira, escrevendo porque têm o que dizer ou por vocação ou necessidade, "para viver"[126].

Na revista *Cultura* o problema é retomado por um viés que inverte os argumentos como foi exposto por Genolino Amado. O autor, Paul Vanarden Shaw, afirmou que:

> "País algum terá uma boa civilização se não houver civilizadores civilizados. Um intelectual em farrapos, a pedir esmolas, não é um civilizados, é um mendigo; um intelectual bem compensado é uma força construtora e civilizadora sem igual.[...]"[127]

---

[125] Genolino Amado, "Pela reabilitação da inteligência", *Diretrizes*, Rio de Janeiro, nº 10, janeiro/1939.
[126] Emil Farhat, "Há quem pague para ser romancista", *Diretrizes*, Rio de Janeiro, nº 6, setembro/1938.
[127] Paul Vanorden Shaw, "O latifúndio intelectual", *Cultura*, São Paulo, nº 2, novembro de 1938.

Ou seja, enquanto as reivindicações de caráter profissional não forem atendidas, a missão social do "intelectual" não se cumprirá. Esse "intelectual" é definido pelo norte-americano como:

> "[...] uma pessoa, homem ou mulher, que, por possuir longos anos em faculdades de letras, ciências sociais ou filosóficas, impôs-se de tal forma na sociedade onde existe ou vegeta (ainda não chegou ao estágio de viver, que é convidado por jornais, clubes, grêmios e associações, escolas, faculdades e grupos interessados, a escrever artigos , monografias ou a fazer conferências, sobre assuntos sérios ou leves, mas de graça)."[128]

Segundo Shaw, no Brasil o intelectual ainda vive como no "período colonial e feudal", podendo só se afirmar profissionalmente se fosse das camadas mais ricas da sociedade. No entanto, para ele o momento da sociedade brasileira era a de uma transição do feudalismo para o capitalismo e, por isso, sendo necessário que o latifúndio intelectual fosse abolido ("O 13 de maio do intelectual brasileiro ainda há de vir [...]") para dar lugar ao "capitalismo intelectual"[129].

Numa outra revista, a recém-fundada *Moços*[130], o problema reaparece de maneira muito semelhante. O Brasil é identificado como um país feudal-latifundiário e, por isso, a literatura que aqui se produz o reflete, as forças produtivas estacionárias produzem uma massa rotineira em sua atitude política e uma camada de intelectuais submissas a essas forças. E continua na mesma linha:

> "Eu denuncio a existência de outro latifúndio no Brasil - o latifúndio literário. Um latifúndio a que nada falta para completar o seu quadro de identificação com o primeiro. Desde as expropriações em que se funda o seu caráter violento para os espíritos à mentalidade coroneleira dos senhores rurais, até o chicote do feitor e à organização da capangagem crítica. Esta compõem-se de párias humildes, forma-se dos agregados das fazendas e crias do senhor, e é a cabroeira inculta que infesta os pátios das casas grandes para defender o coronel. em via de regra, este já o aceitou num jornal, o admitiu no eito de uma revista, ou o absolveu, um dia, de algum crime praticado contra as letras. E, no final das contas, também tem lá seu prestígio

---

[128] Idem, ibidem.
[129] Idem, ibidem.
[130] *Moços. Revista mensal de literatura e crítica* lançou seu primeiro número em janeiro de 1939, na cidade de Curitiba-PR, tendo como diretores Moacir Arcoverde e Herculano Torres cruz. Dentre a lista de quase trinta nomes de seus colaboradores, destaco: Alfredo Tomé, Dias da Costa, Emil Farhat, Fernando Segismundo, Joel Silveira, Marques Rebelo, Osvaldo Peralva, Paulo Cavalcanti, Rossine Camargo Guarniere; desenhistas: Carlos Sclair, Santa Rosa.

nas editoras. E o resultado de tudo, é isto: as massas não se instruem, não se orientam, pois a ele não falta sequer este outro complemento da paisagem rural."[131]

As metáforas do período colonial e escravista usadas pelos grupos, que, de alguma forma, estavam excluídos do "mundo literário"[132], servem para expressar o caráter reivindicatório de redefinição do "intelectual" tanto do ponto de vista profissional como do seu papel social.

Em fevereiro de 1940, Jorge Amado, ainda morando no Uruguai, publicou um artigo intitulado "Problemas do livro brasileiro", através do qual almeja inserir no debate literário os problemas do mercado literário e da formação do público nacional, conjugados à situação do escritor:

> "[...] a reabilitação dos nossos escritores foi feita pelos romancistas e sociólogos modernos que, tendo conquistado público relativamente numeroso, conseguiram impor sua mercadoria e com ela auferir algum resultado financeiro, até se tornarem de certa maneira respeitados pelos editores [...] os romancistas e sociólogos conseguiram, pelo menos, o seguinte: pagamento dos 10% de comissão para o autor, edições bastante vultosas para o mercado, pagamento não mais em prestações e sim no momento da saída do livro e até adiantamento, livros que eram pagos quando o autor pensava em escrevê-los, reedições dos livros esgotados, etc." [133]

O lugar social ocupado então por Jorge Amado, firmado pela consagração literária e comercial, lhe forneceu as condições para entender o livro como mercadoria e o escritor como profissional[134]. Mais adiante, Amado percebe que os problemas do "livro brasileiro" e dos "autores nacionais" eram gerados pela política dos editores, agentes do mercado que ainda se comportavam como mecenas. Não é à toa, porém, que no período de publicação desse artigo Jorge Amado apareça no catálogo da José Olympio com pouco destaque e o livro *ABC de Castro Alves* tenha sido oferecido para a Editora Martins, que o publicou no início de 1941, sendo apreendido pela polícia. Através de recursos jurídicos, a Martins obteve autorização de sua venda alguns meses depois de seu lançamento, ficando proibido, no entanto, de ser exposto em vitrines e de ter comentários publicados[135].

---

[131] Moacir Arcoverde, "O latifúndio", *Moços*, Curitiba, nª 4, abril/maio de 1939.
[132] Uso a expressão "mundo literário", aqui, para designar os círculos de escritores e artistas que eram reconhecidos pela crítica, pelo público e pelo Estado como tais, participando de sua legitimação e hierarquia.
[133] Jorge Amado, "Problemas do livro Brasileiro", *O Observador Econômico e Financeiro*, Rio de Janeiro, nº 45, fevereiro de 1940. Apud: Alfredo Wagner Berno de Almeida, *op. cit.*, pp. 150-151.
[134] Gustavo Sora, *op. cit.*, p. 300.
[135] Idem, ibidem, pp. 301-302.

A Livraria Martins Editora foi fundada em São Paulo, em 1937. José de Barros Martins aproveitou-se de um espaço editorial ainda não ocupado na cidade, livros para o ensino superior de sociologia e filosofia. Existiam a Saraiva que era especializada em direito e a Guanabara em medicina. Seus primeiros lançamentos foram títulos de direito, passando logo em seguida a editar a Coleção Biblioteca Histórica Brasileira, dirigida por Rubens Borba (diretor da Biblioteca Municipal de São Paulo) e a Biblioteca de Ciências Sociais, dirigida por Donald Pierson (norte-americano, professor da Escola Livre de Sociologia e Política[136].

Em meados de 1942, José de Barros Martins publicou um artigo na revista *Diretrizes*, intitulado "Eu acredito no público brasileiro". Nesse artigo, Martins esboça questões sobre o papel dos editores no Brasil e a formação do público:

> "O comércio de livros é muito diferente de qualquer outro comércio. Nós, editores, temos que atender as mais variadas camadas do público. Por isso, costumo dividir o público em dois grupos: o pequeno e o grande público. Temos a obrigação e o dever de produzir para os dois públicos. É justamente isso que estou procurando fazer, nesses vinte e quatro meses de minha vida, como editor."[137]

As relações editor/público passam pelas questões do comércio e mercado de livros. Isto representa uma mudança de visão sobre o papel das editoras e seus editados em relação à José Olympio, por exemplo, que primava pelos seus autores. Em relação a estes, Martins buscou, através da "qualidade" de suas publicações, um grupo diferenciado de leitores e de autores:

> "É este um dos aspectos mais sérios do comércio editorial. O público aprecia os livros bonitos, apresentados artisticamente. No Brasil, nós podemos editar tão bem quanto em qualquer outra parte do mundo. A prova disso está nas edições em rotogravura que acabo de lançar. Refiro-me à coleção dirigida por Edgard de Cerqueira Falcão, intitulada 'Brasil pitoresco e artístico'."[138]

Em relação aos autores, este grupo foi dirigido por Sérgio Buarque de Holanda, na Coleção História do Brasil, que contava com as colaborações de Nelson Werneck Sodré, Jaime Cortesão, Otávio Tarquinio de Souza, Afonso Arinos de Melo Franco e Afonso de Taunay[139].

---

[136] Idem, ibidem, pp. 288-289.
[137] José de Barros Martins, "Eu acredito no público brasileiro", Rio de Janeiro, *Diretrizes*, nº 101, 4 de junho de 1942.
[138] Idem, ibidem.
[139] Idem, ibidem.

Se pensarmos nas três principais editoras do Brasil no período, teremos: José Olympio no Rio de janeiro, que passava a editar principalmente publicações para o governo de Getúlio Vargas; a Editora Globo, em Porto Alegre, que havia se especializado em autores estrangeiros; e a Martins, em São Paulo, que organizava suas publicações com ênfase mercadológica. Nessa divisão de tarefas, como vimos havia projetos editoriais bem definidos.

Outro aspecto a ser realçado é do aspecto gráfico dos livros. Quem os imprimia e quais relações se estabelecem com o editor, com o autor e com o público? Para responder a essas questões, a referência é Nelson Palma Travassos[140]. Em que pese toda a sua contribuição para o desenvolvimento da indústria gráfica no país, agora nos interessa perceber como o "autor" é visto pelo grande empresário:

> "Centralizando a impressão da grande maioria dos livros brasileiros em nossas oficinas, conhecendo as tiragens e sendo confidente da maioria dos editores, sabemos as causas do fenômeno [desinteresse do público pelo autor nacional]. O livro nacional não é grandemente editado porque o público não o quer. [...] Quando o autor nacional tem coisa interessante para dizer e sabe dizer essa coisa, infalivelmente é lido. Que digam o Érico Veríssimo, o poeta Menotti del Picchia, o poeta Guilherme de Almeida, o sociólogo Gilberto Freyre, o romancista José Lins do Rego, o historiador Caio Prado Júnior, isto para citar pela rama. [...] Quem faz a glória editorial do autor é o público e não o editor ou os amigos e admiradores do autor."[141]

Assim como Martins, Travassos desloca o problema do público para o autor nacional. A opinião da crítica literária de nada vale se o público não ler o livro, se não for um sucesso de vendas e não houver necessidade de reedições. O mercado editorial e a indústria gráfica, assim como o autor, são reféns do público. Nesse sentido, retomamos a discussão sobre ao autor nacional.

---

[140] Nelson Palma Travassos nasceu em São João da Boa Vista em 1903, foi diretor da *Revista dos Tribunais* nos anos vinte, em São Paulo. Fundou a Empresa Gráfica Revista dos Tribunais, em fins dos anos vinte, empresa que logo passaria a ser a gráfica mais importante do país. Através de empréstimos bancários, modernizou a empresa, passando em fins dos anos trinta e início dos anos quarenta, a ser responsável por 60% da impressão dos livros no país. Ao lado de sua capacidade empresarial no mercado editorial, Travassos escrevia regularmente sobre diferentes aspectos do livro no Brasil. DLB/Laurence Hallewell, *O Livro no Brasil: sua história*. São Paulo, T. A. Queiroz/Edusp, 1985, pp. 270-275.

[141] Nelson Palma Travassos, "O livro no Brasil", *O Estado de São Paulo*, 19 de agosto de 1943. Apud: idem, *Nos bastidores da literatura*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1944, pp. 22-23.

Num outro artigo apócrifo, publicado pelo *O Observador Econômico e Financeiro*, em setembro de 1940, o problema da profissionalização do escritor é centrada também na incapacidade do autor em "agradar" o público:

> "Num país de cultura em formação, como o nosso, e também de leitores em formação, o escritor ainda, não pode rigorosamente ser um profissional. Enquanto chega o tempo de regulamentar a profissão, que se contentem os futuros profissionais com o conhecimento de outros países. Em parte podem se queixar do público, que aprecia mais, mesmo, o produto estrangeiro, apesar de que aquele que tem maior procura seja, ainda na opinião de nossos escritores, de qualidade inferior ao nacional. Leitores não faltam; faltam autores que consigam agradar aos leitores que existem por aí." [142]

A discussão sobre a profissionalização do escritor transitou, portanto, pelo papel social do autor, pelo mercado editorial, pela indústria gráfica e pelo público, num contexto onde o corporativismo foi paulatinamente se tornando central nos discursos e medidas do Estado. Os aspectos ético-políticos, expressos no debate sobre o papel social do escritor, foi de certa maneira minado pela intervenção despolitizadora e homogeneizadora do Estado, na qual a atribuição do escritor é dada por sua função "civilizadora". O papel da revista *Cultura Política*, organizada e editada pelo DIP, foi fundamental nesse sentido. Sua própria constituição, em março de 1941, atesta a incorporação de uma prática cultural entre os escritores consolidada nos anos trinta: a criação de revistas como espaços de intervenção política. Assim, a revista pôde contar com nomes como o de Graciliano Ramos, Nelson Werneck Sodré, Gilberto Freyre e Marques Rebelo, que conviveriam com ideólogos do Estado Novo como seu diretor, Almir de Andrade, Lourival Fontes e Francisco Campos. Na verdade, *Cultura Política* foi uma aquisição de parte dos escritores que propunham uma intervenção do Estado na "cultura nacional". Assim, a consagração do escritor passava necessariamente por sua prática como agente da formação dessa cultura, dita nacional. Através dessa prática criou-se sua identidade como grupo de "escritores".

Quando as intervenções sobre literatura e autor passam pelos aspectos do mercado editorial, da indústria gráfica e do público, insere-se com força no debate a prática profissional do

---

[142] S/a, "A propriedade literária", *O Observador Econômico e Financeiro*, Rio de Janeiro, nº 56, setembro de 1940.

escritor, que se estabelece através de um código de ética. E esse código de ética foi sendo definido pelo processo de profissionalização do escritor.

Nesse contexto surgiu a Sociedade Brasileira dos Escritores, não à toa, em São Paulo, no dia 14 de março de 1942. Num momento de revisão do modernismo, no seu aniversário de 20 anos, os intelectuais de São Paulo se contrapunham aos do Rio de Janeiro, numa clara referência ao "espírito vanguardista" e modernizante da cultura bandeirante, na qual o mercado já era uma realidade. O grupo de escritores da revista *Diretrizes*, do Rio, saudaram a iniciativa e logo propuseram levá-la para a capital política do país[143]. O que aconteceu de fato alguns meses depois, ainda em 1942.

Diretrizes publicou a Declaração de Princípios da nova entidade, no seu número 102, de junho de 1942. E muito diferente de seu objetivo estatutário como veremos, a declaração de princípios tem um forte tom contrário ao nazi-fascismo e aos países que compunham o Eixo, através da qual podemos também fazer uma leitura que encontre um conteúdo de oposição ao Estado Novo:

> "A guerra atual nada mais é que o choque histórico decisivo entre as forças progressistas que visam ampliar e consolidar as liberdades democráticas, e as forças retrógradas empenhadas em manter e alargar no mundo inteiro os regimes de escravidão e opressão. Nela se decide a liberdade dos indivíduos, das nações e dos povos, pela qual lutam as Nações Unidas, contra a escravização dos indivíduos, das nações e dos povos em que estão empenhados os dirigentes do Eixo./ Este, o sentido fundamental da luta entre a Democracia e o Fascismo./ A tradição invariável da política externa do Brasil tem sido no sentido de solidariedade e apoio aos países que lutam pela sua liberdade e independência. Dentro mesmo de nossas fronteiras lutamos sempre pelas liberdades democráticas. Assim foi nos tempos coloniais, no período da Independência, na Regência, no II Reinado e na República. Nossa posição atual de unidade panamericana na repulsa ao fascismo obedece, por isso mesmo, aos imperativos de nossa tradição histórica, da qual não é possível fugir sem contrariar o próprio sentido de nossa formação./ A Nação Brasileira assumiu em face da guerra a posição reclamada pela quase totalidade de seus filhos."[144]

---

[143] Milton Lahuerta, *Elitismo, autonomia, populismo: os intelectuais na transição dos anos 40*. Campinas, Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política-IFCH-Unicamp, 1992, pp. 305-308.

[144] "Declaração de Princípios", Rio de janeiro, *Diretrizes*, nº 102, junho de 1942. Assinaram a Declaração: Abelardo da Fonseca, Abelardo Romero, Abgar Renault, Afonso Arinos de Melo Franco, Afonso Varzea, Aydano do Couto Ferraz, Alceu Marinho Rego, Álvaro Lins, Álvaro Moreyra, Alvarus, Amando Fontes, Angione Costa, Anibal Machado, Aparicio Torelly, Arthur Ramos, Astrojildo Pereira, Augusto Meyer, Augusto Rodrigues, Arquimedes de Melo Neto,

Dos nomes que assinaram a Declaração teremos um grupo que praticamente articulou as principais revistas, permitidas pela censura, especializadas em literatura e "cultura" do período, há ainda um grupo de funcionários públicos, um outro de jovens que acabavam de lançar seus primeiros trabalhos como escritor e outro que irá compor a Associação Brasileira de Escritores (ABDE). A Declaração não fazia nenhuma referência à Sociedade Brasileira de Escritores ou à ABDE, no entanto, a revista *Literatura*, dirigida por Astrojildo Pereira, no seu nº 4 (junho/1947), reproduz o referido manifesto e o indica como "uma das primeiras manifestações da organização dos escritores na luta pela democracia e contra o fascismo"[145].

A ABDE seria então fundada em 1942, com sede no Rio de Janeiro, ocupando uma das salas da sede da Associação Brasileira de Imprensa[146]. Na reunião de fundação, estiveram presentes 25 escritores de vários Estados do país, entre os quais: Graciliano Ramos, Francisco de Assis Barbosa, Otávio Tarquinio de Souza, Vinicius de Moraes, Carlos Drummond de Andrade, Astrojildo Pereira, Aurélio Buarque de Holanda, Tito Batini, Josué Montello, Marques Rebelo, Manuel Bandeira, Álvaro Lins, Dante Costa, Rodrigo Melo Franco de Andrade e José Lins Rego[147].

Aurélio Buarque de Holanda, Austregesilo de Athayde, Candido Portinari, Carlos Drummond de Andrade, Carlos Lacerda, Carlos Pontes, Costa Rego, Clovis Gusmão, Clovis Ramalhete, Dalcidio Jurandir, Dante Milano, Dias da Costa, Edison Carneiro, Emil Farhat, Esmaragdo de Freitas, Evaristo de Moraes Filho, Francisco de Assis Barbosa, Francisco Karam, Francisco Venancio Filho, Frederico Barata, Gastão Cruis, Genolino Amado, Graciliano Ramos, Guilherme Figueiredo, Hermes Lima, Homero Pires, Ivan Lins, Jayme Adour da Camâra, Jayme de Barros, Joaquim Cardoso, Jocelyn Santos, Joel Silveira, José Augusto, José Candido de Carvalho, José Cesar Borba, José Honorio Rodrigues, José Lins do Rego, Josué de Castro, Julio Paternostro, Leônidas de Rezende, Cheretine, Lindolfo Collor, Lucia Miguel Pereira, Luiz Jardim, Manuel Bandeira, Mauricio Goulart, Miguel Osorio de Almeida, Moacyr de Abreu, Moacyr Werneck, Modestino Kanto, Moesia Rolim, Mucio Leão, Murilo Mendes, Odylo Costa Filho, Orris Soares, Oscar Niemeyer, Orlando Dantas, Osorio Borba, Oswaldo Alves, Otávio Tarquinio de Souza, Paulo Medeiros e Albuquerque, Paulo Werneck, Pedro Nava, Peregrino Jr., Procópio Ferreira, Prudente de Moraes Neto, Rachel de Queiroz, Rodrigo M. F. de Andrade, Rodrigo Otavio Filho, Roquette Pinto, Rubem Braga, Samuel Wainer, Santa Rosa, Sérgio Buarque de Holanda, Teofilo de Andrade, Vianna Moog, Virgilio de Melo Franco, Vitor Espírito Santo, Vivaldo Coaracy.

[145] "Manifesto de 1942", Rio de Janeiro, *Literatura*, nº 4, junho de 1947.

[146] Não podemos deixar de ressaltar o papel da ABI neste momento. Havia a seção de imprensa junto ao DIP, cujas atribuições eram, entre outras, organizar a propaganda do governo na imprensa nacional e fazer a censura de todas as empresas jornalísticas, assim como definir o que era permitido e o que não era permitido circular na imprensa. Essas atribuições eram coordenadas e controladas pelo Conselho Nacional de Imprensa (criado pouco depois do DIP). Faziam parte desse conselho 6 membros, 3 nomeados pelo presidente da República e os demais eram indicados pela ABI e pelo Sindicato de Proprietários de Jornais e Revistas do Rio de Janeiro. DHBB/CPDOC/FGV.

[147] Imagem 15: reprodução fotográfica dos participantes da 1ª Reunião da ABDE, realizada na sede da Associação Brasileira de Imprensa, Rio de Janeiro, s/d - Foto nº 1,4 - Coleção Fotográfica - Fundo Astrojildo Pereira - ASMOB - CEDEM - UNESP.

No início de 1943, foi aprovado o estatuto da entidade e a primeira diretoria foi formada. O artigo primeiro do estatuto define as atribuições e os objetivos da organização: "defender os direitos fundamentais e zelar pelos interesses dos escritores brasileiros". Defender os direitos dos escritores significava fiscalizar e cobrar os direitos autorais, prestar assistência aos escritores "necessitados" e promover ou apoiar iniciativas que contribuíssem com o "desenvolvimento cultural do país"[148].

Os "escritores brasileiros" foram definidos como os "autores de qualquer trabalho intelectual publicado por qualquer meio e que lhes proporcione direitos autorais". A definição, assim, atravessa o valor que é atribuído pelo trabalho intelectual. Que valor é esse, como se define? Nesse caso, o trabalho intelectual nada vale enquanto estiver em páginas datilografadas dentro da gaveta do escritor. O valor que o trabalho intelectual adquire, ainda nesse caso, só é dado a partir do momento em que ele se materializa num artigo de jornal, num livro, numa palestra... Quando o trabalho intelectual se materializa, outros tipos trabalhos - especializações- tiveram que passar por ele: a revisão, a editoração, a impressão...

Entre o leitor, já que o público é relevante nesse caso pois é ele quem compra o livro, e o escritor, há o editor. Esse papel mediador do editor foi, em grande medida, regulado e controlado pelo Estado, como vimos com a Livraria José Olympio Editora. O Estado controlava a entrada de papel no país, a produção da indústria nacional de celulose e tinha a censura e a polícia política para definir o que era ou não permitido se tornar público.

O que estava em pauta era como se realizavam essas relações. Para os fins da ABDE, essas relações deveriam ser previstas em forma de lei, a qual regulamentaria o funcionamento do direito autoral.

A história do direito autoral decorre da paradoxal prerrogativa: o direito intelectual (de criação da idéia original, a "paternidade") e o de propriedade (a materialização impressa ou em domínio público da criação). É um tema que carrega desde a origem o problema da constituição do

[148] ABDE, *Estatuto*, Rio de Janeiro, ABDE, 1943, Art. 1º.

autor portador de um direito individual. Não foi à toa, portanto, que o direito autoral tal como o conhecemos hoje foi criação da Revolução Francesa[149].

No Brasil, houve alguma legislação anterior à República, de caráter localizado. A realização da Convenção de Berna (Suiça), em 1886, marcou a constituição internacional dos direitos autorais no século passado. Contando com a participação das grandes potências européias[150], a Convenção legislou sobre a proteção dos direitos dos autores sobre as suas obras científicas, artísticas e literárias. Nos anos posteriores, passou por várias revisões, sendo a última em julho de 1971, em Paris, a qual vigora até os dias de hoje.

A Convenção definiu as obras científicas, literárias e artísticas:

> "[...] abrangem todas as produções do domínio literário, científico e artístico, qualquer que seja o modo ou a forma de expressão, tais como os livros, brochuras e outros escritos; as conferências, alocuções, sermões e outras obras da mesma natureza; as obras dramáticas ou dramático-musicais; as obras coreográficas e as pantomimas; as composições musicais, com ou sem palavras, as obras cinematográficas e as expressas por processo análogo ou da cinematografia; as obras de desenho, de pintura, de arquitetura, de escultura, de gravura e de litografia; as obras fotográficas e as expressas por um processo análogo ao da fotografia; as obras de arte aplicada; as ilustrações e os mapas geográficos; os projetos, esboços e obras plásticas relativos à geografia, à topografia, à arquitetura ou às ciências." [151]

---

[149] Sobre a história do Direito Autoral, ver, entre outros: Rodrigo da Costa Cavalheiro, "História do direito autoral no Brasil e no mundo", in: http://www.unimep.br/fd/ppgd/cadernosdedireito/16_Artigo.html; Leib Soibelman, *Enciclopédia do advogado*, Rio de Janeiro, Editora Rio, 1978, p. 121; Epitácio Pessoa, *Relatório do MJNI*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1899, p. 237.; Oswaldo Santiago, *Aquarela do Direito Autoral: História - Legislação - Comentários*. Rio de Janeiro, Gráfico Mangione, 1946; Pontes de Miranda, *Direito moral do escritor*, Rio de Janeiro, Editora Alba, 1930; Alberto da Rocha Barros, *Direitos autorais dos escritores*, São Paulo, ABDE, 1946.

[150] Assinaram a Convenção de Berna, em 1886, os seguinte países: Itália, Alemanha, Espanha, Bélgica, Inglaterra, França, Suíça, Haiti e Libéria. Os países que não participaram, mas assinaram imediatamente a Convenção Internacional, foram: Japão, Mônaco e Luxemburgo. Os Estados Unidos da América previa em sua "Copyright Law" a proteção à obra quando inscrita, com todas as formalidades, na Biblioteca do Congresso de Washington. No entanto, a proteção não se dirige ao autor/criador, mas a quem fez o registro. A lei também torna obrigatória a impressão ou reimpressão da obra em oficinas situadas dentro do território americano, como uma medida protecionista à classe dos gráficos, às tipografias e às indústrias relacionadas com o ofício. Assim, os Estados Unidos não puderam aderir à Convenção de Berna. A Rússia também não assinou a Convenção, mas num período posterior à formação da URSS, em 30 de janeiro de 1925, o Comitê Central do PCUS publicou um documento de proteção aos direitos do autor, enfatizando que a proteção só seria estendida aos autores estrangeiros mediante acordo com o governo soviético. Ver: Oswaldo Santiago, *op. cit.*; Rodrigo da Costa Cavalheiro, *op. cit.*

[151] Convenção Internacional de Berna, art. 2º. In: http://www.socinpro.org.br/berna.htm.

Através da definição de "obra", estabeleceu-se a garantia de paternidade e moral do autor sobre sua obra. No entanto, determina que essa garantia só poderá ser usufruída quando a obra tiver sido fixada num suporte material. Portanto, o direito autoral se funda num direito moral (o de paternidade) e num direito de propriedade (a obra materializada). Daí surge uma teoria jurídica dualista, que discute a preponderância de um dos dois aspectos e as divergências, já que o primeiro direito não se põe em dúvida e o segundo é passível de cessão.

No Brasil, como vimos, a discussão passou também por essas duas ordens de questões. No entanto, a ABDE é formada com o objetivo de fazer valer o direito de propriedade do autor, assumindo a expressão profissional do problema. Mas o direito moral do autor, que extrapola, no Brasil, o caráter de paternidade da obra, como vimos, através do debate sobre o papel social do escritor, ganha relevância.

A primeira gestão da ABDE (1943-1944) foi presidida pelo escritor Otávio Tarquínio de Souza[152] e sua diretoria foi composta por Carlos Drummond de Andrade (vice-presidente), Álvaro Lins (1° secretário), Dante Costa (2° secretário), Marques Rebelo (tesoureiro) e os escritores Manuel Bandeira, Rodrigo M. F. de Andrade, José Lins do Rego, Astrojildo Pereira e Dinah Silveira de Queiroz compuseram o Conselho Fiscal.

No relatório da primeira gestão, Tarquínio de Souza expõe os motivos pelos quais a entidade que visava a defender os interesses dos escritores no Brasil estava ainda em fase embrionária. Segundo o relatório, existiam causas ligadas "à própria formação social brasileira desde o período colonial" e que deveriam ser debatidas com mais vagar em lugar apropriado. Para ele, no entanto, que seria mais relevante eram as incertezas e confusões em relação "às características, à função, aos deveres e aos direitos do verdadeiros escritor"[153]. Direito moral e direito de propriedade estão no cerne de seu argumento e, em certa medida, formando uma linha tênue de tensão. Vermos, á frente

---

[152] Otávio Tarquínio de Souza nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 1889. Bacharel em direito, foi advogado e professor. Funcionário de carreira do Tribunal de Contas da União, foi ao lado dessa atividade, colaborador em diversos jornais e revistas do Rio. A partir de 1939, passou a dirigir a Coleção Documentos Brasileiros da Livraria José Olympio Editora. Escreveu, até a sua morte em 1959, romances, biografias e estudos sobre a história do Brasil, sendo considerado um dos mais importantes historiadores do período. DLB.

[153] Otávio Tarquínio de Souza, "Relatório da Gestão Administrativa e Financeira referente ao exercício de 1943-1944", Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1944, pp. 1 e 2. Doc. A2,2(1)-4 - Fundo Astrojildo Pereira - CEDEM -UNESP.

que essa tensão vai sendo reforçada com o passar dos anos da entidade, chegando mesmo ao próprio rompimento da unidade formada entre os escritores, sob sua organização.

Menos que embrionária, a ABDE estava longe de ser uma organização importante dos escritores. Os sócios da entidade deveriam contribuir com Cr$ 10,00[154] por mês e com 1% da arrecadação dos direitos autorais - que seria de responsabilidade da entidade. No relatório, foi apresentado o balanço financeiro da gestão. Entre os meses de maio (1943) e janeiro (1944), arrecadou em média Cr$ 200,00 por mês. Isto significava, na prática, a contribuição de 20 sócios, já que a arrecadação dos direitos autorais de seus sócios ainda não tinha amparo legal[155].

Os direitos autorais, segundo o relatório, estavam sendo discutidos com especialistas em direito, as medidas legais a serem tomadas para que a entidade pudesse realizar sua cobrança junto às empresas jornalísticas e às editoras. Pelo estatuto, ao tornar-se sócio da entidade, o escritor passaria à ABDE os poderes sobre seus direitos autorais. Assim, um dos primeiros problemas a ser enfrentado pela diretoria era o estabelecimento de uma Tabela dos Direitos Autorais. No relatório, Tarquínio expôs aos associados as dificuldades enfrentadas pela diretoria para fixar os valores nessa tabela e que para isso, seria necessário um estudo mais aprofundado sobre todas as condições que envolvem o problema. Mas como sugestão, Tarquínio propôs 10% do preço de capa de livro publicado como um valor indicativo a ser cobrado como direito autoral. Como vimos, segundo Jorge Amado, as grandes editoras pagavam aos escritores essa porcentagem. Portanto, não havia ai nenhuma novidade.

No entanto, algumas editoras já haviam se comprometido com Associação com um aumento para 11% a taxa dos direitos autorais (esse 1% a mais iria para a ABDE, como taxa de cobrança), estavam entre elas a José Olympio (Rio de Janeiro), a Martins (São Paulo), Zelio Valverde (São Paulo, em 1939 comprou a Schmidt Editora) e Alba.

Outra grande dificuldade que a diretoria teve que enfrentar foi a formação das seções estaduais da entidade. Com exceção de São Paulo, onde o núcleo de escritores já estava formado na

---

[154] Houve uma troca de moeda em 1942 que passou de réis para cruzeiro. Como referência, tomamos o preço de capa da *Revista do Povo*, Cr $ 1,00, editada no Rio de Janeiro, com tiragem média de 10.000 exemplares.
[155] Otávio Tarquínio de Souza, "Relatório...", cit., Anexo nº 3.

Sociedade Brasileira de Escritores, apenas Minas Gerais, Ceará e Amazonas estavam formando suas respectivas diretorias.

Como podemos notar o círculo de relações da ABDE era ainda pequeno e suas atividades eram voltadas para o funcionamento cotidiano da entidade. A segunda gestão (1944-1945) vai ter outro destino, organizando o I Congresso Brasileiro de Escritores , que reuniu, em São Paulo, cerca de 380 escritores do país.

4.3 - A guerra e os escritores

O novo presidente da ABDE, Aníbal Machado[156], dirigiu os trabalhos da diretoria que foi composta por: Astrojildo Pereira, Jorge Amado, Sérgio Milliet, Francisco de Assis Barbosa, Lia Correa Dutra e Otto Lara Rezende. Nessa segunda gestão, Astrojildo Pereira torna-se um membro de destaque, organizando diversas atividades em torno da entidade, desde boletins à conferências sobre direitos autorais, tentando assim ampliar o raio de influência da organização. Será, nesses primeiros anos da ABDE, um grande articulador político.

Astrojildo desde 1938 esteve publicando artigos esparsos nas revistas especializadas de literatura e cultura. Em 1944, com a publicação de *Interpretações,* um estudo acerca da obra de Machado de Assis, foi reconhecido como um grande crítico literário. Assim, Astrojildo Pereira retornava à militância política através da literatura. Continuava afastado do PCB, mas exercia grande influência entre os escritores que giravam na órbita comunista, como Jorge Amado, Dionélio Machado, Álvaro Moreyra, Carlos Drummond de Andrade, Samuel Wainer, Rubem Braga e Eneida da Costa. Era um assíduo freqüentador da Livraria José Olympio e lá teve oportunidade de conhecer vários escritores reconhecidos e consagrados.

---

[156] Aníbal Monteiro Machado nasceu em Sabará (MG), a 9 de dezembro de 1894. Em 1919, foi nomeado promotor público na cidade de Airuoca (MG). Em 1921, tornou-se professor de História Universal no consagrado Colégio Mineiro localizado na cidade de Belo Horizonte. Ainda com certo resguardo, participou do movimento "modernista" publicando artigos em diversas revistas ligadas ao movimento. Desde então, foi um colaborador assíduo na imprensa brasileira. Em 1923, foi para o Rio de Janeiro e, depois de uma rápida passagem como delegado de polícia, tornou-se catedrático de Literatura no Colégio Pedro II. Durante a década de 1930, passou por vários empregos: no Ministério da Justiça, professor de literatura em diversos colégios particulares, voltando posteriormente para a Justiça. Foi eleito presidente da ABDE em 1944. DLB

Ao mesmo tempo em que mantinha relações com os escritores da José Olympio e escrevia seus artigos de crítica, Astrojildo trabalhava no recém-fundado Instituto Nacional do Livro (INL), na Seção de Enciclopédia e Dicionário. O INL havia sido fundado, junto ao Ministério de Educação e Saúde, em 1938[157]. No início dos anos 40, vários nomes da literatura nacional foram funcionários do Instituto ou de outros órgãos culturais do governo.

Depois do afastamento da direção central do PCB, em 1931, Astrojildo Pereira cumpriu algumas tarefas isoladas para o partido em São Paulo e Rio Grande do Sul, como vimos no primeiro capítulo. Durante o período de formação da ANL, teve algumas participações esporádicas junto a organização no Rio. Nesse mesmo período escreveu *URSS, Itália, Brasil*, cuja edição foi em grande parte financiada por ele próprio[158].

No Prefácio o autor anuncia aos leitores que se encontrava afastado das filieiras do PCB e, como conseqüência, afirma estar reduzido "aos limites de mera cogitação intelectual." Este aviso é dirigido aos próprios membros do partido, para que não o considerem um ataque às posições comunistas mas, antes, como uma tentativa de auto-crítica. O que, de resto, não funcionou, já que permaneceu afastado do PCB até o início dos anos quarenta.

Para os fins desse trabalho, vale à pena retomar o tema da democracia existente no texto, envolvido pelo contexto de frente popular e do perigo do fascismo. define democracia:

> "O fascismo na realidade não é outra coisa senão a ditadura cínica da burguesia, sem a máscara democrática, assim como a democracia outra coisa não é senão a máscara desta mesmíssima ditadura. Em ambos os casos, ditadura de classe, ditadura ao serviço do grande capital. O fascismo não se estabelece na Itália, nem noutros países, contra a democracia burguesa, mas sim contra o proletariado. Para esmagar o proletariado revolucionário, antes que este último tomasse o poder ou se consolidasse nele." [159]

---

[157] "Relatório de Investigações", 27/01/1942 - Inf. 101/S-2 - Pasta nº 5 - Setor: Geral - DOPS - APERJ.

[158] A primeira parte, sobre a URSS, é uma espécie de compilação de algumas cartas que escreveu quando esteve neste país. Tais cartas datam de 1929, com exceção da última parte que foi escrita no Brasil em 1931. A segunda parte, sobre a Itália, foi escrita no início de 1931 e a última parte, sobre o Brasil, entre novembro de 1933 e maio de 1934. O livro foi publicado em 1935 e custeado pelo próprio autor.

[159] Astrojildo Pereira, *URSS, Itália, Brasil*, São Paulo, Editora Novos Rumos, 1985, p. 97.

Entendendo democracia como um instrumento de dominação burguesa, Astrojildo não poderia deixar de concluir que o caráter do nazifascismo era capitalista. Suas posições, no entanto, não encontraram guarida no PCB. Astrojildo, então, foi "cuidar da vida": instalou-se com a família na Rua Corrêa Vasques nº 31, onde montou uma quitanda[160].

Mas, amigo de vários estudantes e intelectuais, Astrojildo reapareceu na imprensa em 1937. Num artigo assinado por Sá Pedreira[161], Astrojildo usou o pseudônimo provavelmente para despistar a polícia política. O artigo, "Organização dos trabalhadores Intelectuais", publicado na *Revista Acadêmica*, retoma os problemas enfrentados por ele quando da discussão com o Comitê Central em 1931 sobre suas tarefas partidárias, agora num contexto de desligamento do partido.

Nesse artigo, Astrojildo se insere num debate mais geral presente na revista sobre a unidade entre os intelectuais, propondo uma unidade forjada na luta contra o nazifascismo para superar as diferenças. Mais à frente, atribui ao intelectual a responsabilidade de combater a miséria e a ignorância do povo brasileiro. E, assim, retoma a questão democrática como bandeira de luta da intelectualidade comprometida:

> "na grande luta popular contra as forças de opressão econômica, política e social que esmagam o povo. Deverão tomar posição contra o imperialismo, em defesa da independência nacional; contra o latifúndio, em favor da pequena propriedade camponesa; contra a barbárie fascista, em prol das liberdades democráticas. Contra tudo que seja barreira e entrave opostos à democratização política, econômica e cultural do país; ao lado de tudo quanto contribua para o levantamento do padrão de vida da população".[162]

Influenciado, de modo difuso, pela política da Internacional Comunista, Astrojildo Pereira reformulou sua definição de democracia à luz de uma política ampla de alianças, expressa na constituição das frentes populares, para combater o nazifascismo.

A política das frentes populares foi oficialmente adotada no VII Congresso da IC, realizado em 1935, mas, como vimos, os comunistas franceses desde 1933 já haviam ensaiado e colocado em prática a nova política. A idéia era de que, com a ascensão do nazi-fascismo como um

---

[160] "Relatório de Investigações", 27/01/1942 - Inf. 101/S-2 - Pasta nº 5 - Setor: Geral - DOPS - APERJ.
[161] Milton Lahuerta, op. cit., p. 152-153.
[162] Sá Pedreira, "Organização dos Trabalhadores Intelectuais", Rio de Janeiro, *Revista Acadêmica*, nº 30, outubro de 1937. Apud: Milton Lahuerta, ibidem, p. 153.

movimento internacional de direita e as suas ameaças militares à outras nações, tornava-se prioritária a defesa da URSS da ameaça de guerra, por meio da constituição de frentes únicas antifascistas e antiimperialistas, nas quais a linha central seria a manutenção das liberdades democráticas. O fator determinante, no entanto, deve ser buscado na política externa da URSS[163].

A constituição da ANL esteve no marco dessa política conjugada com aspirações tenentistas, sob o véu da defesa da democracia. Com o fechamento da ANL e os levantes comunistas de novembro de 1935, a grande repressão que se seguiu não destruiu os aparatos organizativos do PCB[164]. Isto não significa afirmar, no entanto, que os mecanismos repressivos não tenham caído sobre a militância do partido. Interessa, agora, entender que os núcleos localizados do partido continuavam atuantes, embora sua direção central tenha sido duramente afetada.

Em uma reunião do Comitê Central do PCB, em abril de 1936, a avaliação da situação nacional era a de que a revolução brasileira ainda estava na ordem do dia, ainda que a palavra de ordem fosse a de formação de um governo democrático e popular, e Vargas é apresentado como o representante legítimo das forças nazi-fascistas no país. Ao contrário do Rio de Janeiro, onde o PCB perdeu sua capacidade de ação, a política do partido em São Paulo girava em torno da caracterização do governo federal e estadual como resultante do aprofundamento da guerra imperialista. E seguindo as orientações do Comitê Central, propôs a formação de uma frente ampla de combate à política do governo federal. As diferenças são notadas, no entanto, nas medidas políticas a serem tomadas. Enquanto no Rio, os dirigentes entendem o processo revolucionário como um problema de ordem imediata, São Paulo vislumbra as possibilidades de retomada do trabalho partidário, num processo de reconquista dos postos chaves de direção da classe operária[165].

Com uma nova onda de repressão e a prisão de Prestes o CC do PCB mudou-se para Recife e depois para Salvador. E isto possibilitou um maior afastamento político das organizações

---

[163] Dainis Karepovs, *Nos subterrâneos da luta. Um estudo sobre a cisão do PCB em 1937-1938*, São Paulo, Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História-FFLCH-USP, 1996, pp. 44-45. Para entender os desdobramentos da nova política internacional da URSS frente ao nazifascismo e seus reflexos na ação da IC, ver idem, ibidem, pp. 38-45.

[164] Revendo parte da bibliografia sobre a história do PCB, Dainis Karepovs argumenta que, com exceção dos Comitês Militares, a estrutura partidária permaneceu intacta. Idem, ibidem, "O PCB: nau sem rumo ou da guerrilha à burguesia nacional como força motriz da revolução brasileira".

[165] Idem, ibidem, pp. 65-81.

estaduais e locais do partido. Abóbora, pseudônimo de Eduardo Ribeiro Xavier, foi enviado pela direção do partido a Moscou. De lá, trouxe novas orientações políticas, as quais se resumem no abandono imediato da perspectiva revolucionária e o engajamento na formação de uma grande unidade popular, que incluísse todos os setores descontentes com o nazi-fascismo e com o governo de Vargas. A ação deveria ser orientada para a formação de frentes eleitorais, quando possível[166].

Assim, a cisão de 1937-1938 ocorrida no partido em São Paulo e que teve repercussões nacionais, foi motivada pelas divergências em relação às medidas concretas a serem tomadas pelo partido nessa nova perspectiva política. Quando a eleição presidencial foi marcada para o final do ano de 1937, a direção do partido rapidamente tentou estabelecer contatos com dirigentes políticos de outros partidos, como o tempo era de certa discrição, as primeiras conversas foram feitas em nome da ANL. Rocha Barros então procurou os partidos aliados de Armando sales Oliveira, um dos candidatos à presidência, propondo que os comunistas apoiariam esta candidatura se o candidato assumisse um compromisso em torno da defesa da anistia aos presos políticos e o reconhecimento do PCB. Armando Sales protelou sua resposta, temendo uma ofensiva das forças conservadoras que apoiavam sua candidatura, mas acabou revelando a força preponderante do PCB em São Paulo. Em contrapartida, a direção do partido não apoiaria Sales incondicionalmente, tecendo críticas públicas a vários temas de seu programa político[167].

A despeito da protelação de Armando Salles, a direção nacional do PCB acabou apoiando José Américo, candidato do governo. Os dirigentes avaliavam que essa candidatura era na verdade, uma derrota de Vargas, que se vira obrigado a apoiá-lo pressionado pela mobilização popular. O Comitê Regional de São Paulo, dirigido por Hermínio Sacchetta foi contra. Posteriormente, Sacchetta e seu grupo foram expulsos do partido acusados de trotskistas.

Essa cisão irá marcar as atividades do PCB até o final do Estado Novo. Não obstante toda a discussão interna que sucedeu o episódio, vários militantes mantiveram um posicionamento autônomo frente à direção nacional do partido. Ainda que afastado do partido, Astrojildo Pereira foi um deles.

---

[166] Idem, ibidem, pp. 110-122.
[167] Idem, ibidem, "1937: um ano conturbado...".

A difícil reconstituição da história do PCB nesse período se deve sobretudo à constante perseguição sofrida pelos militantes do partido, com prisões regulares durante todo o Estado Novo. Os vários grupos que foram se formando, nesse momento, não conseguiram reorganizar uma direção nacional.

A partir de 1937, há uma clara tentativa de reorganização nacional dos comunistas. Meses depois, entretanto, como vimos surge a dissidência nas fileiras da organização por questões de diretrizes políticas. Os dissidentes, chefiados por Herminio Saccheta (Paulo), Heitor Ferreira Lima (Barreto) e Helio Lacerda Mannes (Luiz ou Xavier), embora expulsos do PCB, conforme decisão da IC, continuaram suas atividades em nome do CC Provisório do partido, tendo conseguido ficar com uma tipografia e um mimeógrafo. Editou, com eles, vários números do jornal *A Classe Operária*, órgão oficial da organização. Outro grupo, chefiado por Bangu e Jurandir, continuou organizado, também se dizendo representante da direção do partido. Os "dissidentes" atuaram em S. Paulo, até que foram presos pela polícia, que apreendeu a tipografia, situada no Brooklin. Vários militantes foram detidos, conseguindo fugir Herminio Sacchetta. O grupo de Bangu continuou a agir na capital federal.

Em 1938, continuaram no Rio e em S. Paulo, remanescentes da "dissidência". Pouco depois foi detido Heitor Ferreira Lima e Herminio Sacchetta. A direção da "dissidência" estava dessa forma dissolvida, mas como veremos suas idéias não foram exterminadas. Com o campo mais propício, o grupo de Bangu tentou reorganizar o partido em São Paulo. Em novembro, alguns membros do grupo de Bangu estava em São Paulo.

O Comitê Regional em São Paulo foi reorganizado pelo grupo de bangu em 1939. Até maio foram todos detidos, tendo sido apreendidas máquinas datilográficas, mimeógrafos e descoberto, ainda, o depósito do material do PCB. Foram processadas 17 pessoas. Na capital federal também foram realizadas várias diligências, que culminaram com a detenção e processo de grande número de pessoas. Terminadas as penas dos dissidentes, foram todos libertados, quando passaram a editar alguns boletins.

Em São Paulo, em 1940, entre janeiro e abril, recomeçou a atividade dos "dissidentes". Novos militantes surgem nessa capital. No Rio, o grupo de Bangu teve grande atuação nesse ano. Em 16 de março de 1940, a polícia apreendeu um arquivo do PCB, com nomes e senhas de contatos em

São Paulo. A polícia do DF enviou material para São Paulo e, em abril, fez grandes diligências prendendo, inclusive, Bangu e Jurandir e encontrando vasto material de propaganda. É descoberto o crime contra a jovem Elza Fernandes, a mando de Prestes.

Em junho de 1940, fugindo da reação policial, militantes ligados a Bangu fixam-se em São Paulo. Em julho de 1940, a polícia apreendeu boletins do PCB, nos quais aparece a decisão de organizar uma União Nacional, com objetivo de reagrupar antigos democratas que lutaram na ANL. Durante todo ano, continuaram as tentativas de ligação entre os dois grupos que atuavam em São Paulo. No fim do ano, a polícia obteve a informação de uma possível fusão entre as duas alas em litígio.

Ainda no fim de 1940, o grupo de Bangu editou vários boletins, "Aos trabalhadores e ao povo", no qual alerta a população da crescente carestia de vida, "Protestemos contra o alto preço da carne", continuou na mesma linha de denuncia das medidas políticas de Getúlio Vargas que perpetuam a miséria da população trabalhadora. Em comemoração aos dez anos de governo Vargas, o PCB publicou outro boletim, "Dez anos de miséria e tirania".

No início de 1941, a polícia descobriu um grande número de comunistas na cidade, entre eles Davino Francisco dos Santos, encarregado da tipografia, que também foi apreendida. Foram apreendidos 7035 de boletins comunistas, além dos respectivos originais, balancetes do partido, documentos internos e outro. No arquivo do PCB apreendido, constatou-se um inquérito sobre as condições de vida dos trabalhadores em São Paulo. Em maio de 1941, o PCB lançou outro boletim, "Ao povo brasileiro", no qual reaparece a questão da União Nacional em torno da luta antifascista e da redemocratização do país[168].

Em janeiro de 1942, ao final de uma reunião dos chanceleres, foi anunciado o rompimento de relações do governo brasileiro com os países que compunham o Eixo. Nos meses seguintes, 19 navios brasileiros foram torpedeados, na costa do país, por submarinos dos países do Eixo. Em 31 de agosto de 1942, o governo brasileiro declarou guerra à Alemanha e ao Japão.

Como vimos, pouco antes da declaração de guerra do governo brasileiro aos países do Eixo, a revista *Diretrizes* havia publicado um manifesto de intelectuais contra o nazifascismo.

---

[168] "Relatório de Investigações sobre as atividades do PCB no Brasil", São Paulo, junho de 1943. Doc. nº 404 a 504 - Dossiê 3-c-1 - DEOPS - AESP.

Nesse contexto, Jorge Amado voltou ao Brasil, tendo acabado de publicar uma biografia de Prestes na Argentina. Motivado pela declaração de guerra do Brasil aos países do Eixo, Jorge Amado voltou ao Brasil pelo Rio Grande do Sul, lá se apresentando à polícia, achando que poderia entrar legalmente no país. Em 21 de setembro, foi detido ao se apresentar a polícia. Do Rio Grande do Sul, foi encaminhado à DESPS, no Rio de Janeiro, onde permaneceu preso por mais alguns dias, como "medida preventiva de segurança política e social", já que "o referido estando domiciliado no Uruguai, ali continuou desenvolvendo intensa campanha comunista, escrevendo artigos contra o Estado Novo e freqüentando reuniões de elementos comunistas brasileiros que se achavam exilados no Prata." Foi posto em liberdade sob a condição de permanecer em Salvador, Bahia.[169]

Jorge Amado rapidamente se reintegrou ao seu círculo de intelectuais, já que mesmo exilado não havia deixado de colaborar em jornais e revistas brasileiras. E mesmo enquanto se encontrava oficialmente exilado, circulou pelo Brasil. Aliás, houve um episódio bastante curioso que o envolveu durante o Pacto Germano-Soviético, assinado pela URSS e Alemanha, em 1939.

Em 23 de agosto de 1939, Ribbentrop (pela Alemanha) e Molotov (pela URSS) assinam um acordo militar de não agressão. O acordo caiu como uma bomba no interior do movimento antifascista internacional, mesmo sem saber dos protocolos secretos, nos quais a Polônia e sua população foram cuidadosamente dividida entre os dois países[170]. Os militantes comunistas não entenderam, os dirigentes dos partidos comunistas apressaram-se em informar as justificativas do gesto, os simpatizantes do comunismo e os democratas ficaram perplexos [171].

No Brasil, grupo de Bangu fez circular um documento entre seus militantes em 18 de setembro de 1939, no qual culpou os governos francês e inglês pelo pacto de não-agressão:

> "Quando do desmembramento e anexação da Tcheco-Eslováquia, a União Soviética insistiu novamente pela convocação de uma conferência internacional de todas as potências interessadas em manter a paz. Esta proposta foi rechaçada pelos governos inglês e francês que

---

[169] "Anotações Diversas", 21 de setembro de 1942 e 25 de setembro de 1942. Prontuário nº 20175 - Jorge Amado - DESPS - APERJ.

[170] François Furet. *O passado de uma ilusão. Ensaios sobre a idéia comunista no século XX*, São Paulo, Editora Siciliano, 1995, pp. 377 a 383.

[171] Joel Silveira e Geneton Moraes Neto, *Hitler/Stalin. O pacto maldito*, Rio de Janeiro, Editora Record, 1989. John W. F. Dulles, *O Comunismo no Brasil, op. cit.*, pp. 196 a 200.David Caute, *El comunismo y los...., op. cit.*, pp. 161 a 173. Herbert R. Lottman, *op. cit.*, pp. 185 a 187.

preferiram organizar seu próprio sistema de segurança, dando garantias a diversos países. Depois os governos inglês e francês estabeleceram as negociações de Moscou demonstrando, nos quatro meses de penosas conversações, que não queriam chegar a um pacto de ajuda mútua, mas sim obter argumentos para continuarem a negociar com Hitler, Mussolini e os militares japoneses."[172]

Assim, a direção do partido afirmava que, apesar de ter sido firmado um pacto com os nazistas, a URSS era a única interessada em uma aliança com EUA, França e Inglaterra para combater o nazifascismo. Então, argumenta em defesa do pacto de não-agressão:

"Aceitando a proposta alemã de um pacto de não agressão a URSS botou por terra todas as manobras dos provocadores de guerra. Se a Polônia está sendo esmagada pelos nazistas só pode apontar como responsáveis desse desastre seu próprio governo reacionário e os imperialistas ingleses e franceses que recusaram a única ajuda que garantiria a independência do país e a integridade de suas fronteiras. Outro aspecto. A imprensa faz uma confusão propositada sobre o alcance do pacto de não agressão teuto-soviético. Não se trata de uma aliança, trata-se apenas de um compromisso de não agressão que a URSS cumprirá enquanto for respeitada pela outra porta. E, finalmente, não há partilha da Polônia pelo Exército Vermelho." [173]

A esta altura, a opinião pública tomava como certo o início da guerra, já que os republicanos espanhóis haviam sido definitivamente derrotados e o pacto de não-agressão acabava por afirmar a assertiva. No Brasil, a confusão foi grande: logo que a notícia do pacto chegou ao Brasil, alguns afirmaram que isto só poderia ter sido invenção da *"imprensa burguesa"*. Doce ilusão rapidamente destruída pela confirmação da notícia.

Ilya Ehrenburg, escritor soviético, que poderia ser encontrado com mais facilidade em Paris do que em Moscou, já que lá estava cumprindo tarefas da IC no movimento antifascista, afirmou:

"Deixou-me aturdido o telegrama de Stalin a Ribbentrop, que continha a expressão 'amizade cimentada com sangue.'" [174]

---

[172] Bureau Político do Partido Comunista do Brasil - S.B. da IC, "A URSS e o movimento internacional", Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1939.
[173] idem, *ibid.*
[174] Ilya Ehrenburg, *Memórias*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1966, vol. IV, p. 253.

O comentário expressava a indignação dos círculos literários e artísticos europeus ligados ao movimento antifascista. Assim também ocorreu no Brasil. Jorge Amado comentou o episódio em seu romance *Os Subterrâneos da Liberdade*:

> "E fora aquela confusão nos meios intelectuais, aquele quase repentino isolamento dos comunistas e simpatizantes, aquelas acusações brutais, um ambiente tenso e desagradável."
> "Mas havia também gente honesta que não compreendia as razões e o significado do pacto Germano-Soviético e se afastava dos comunistas [...]" [175]

Mas Jorge Amado não cita sua participação no jornal *Meio-dia*, fundado por Joaquim Inojosa com dinheiro vindo da Alemanha. O impacto do acordo de não-agressão e suas conseqüências práticas no Brasil ainda carecem de atenção pelos pesquisadores. No entanto, a participação de Jorge Amado como diretor da página de "artes, ciências e letras" do jornal, que teve início em 30 de julho de 1940, causa, até hoje, certo mal-estar. Joel Silveira, em seu livro quase memorialista sobre o episódio, fornece detalhes dessa participação. Ainda que, por várias vezes, reafirme a inocência de alguns ou a ilusão de outros, chama a atenção para a política alemã no jornal. Segundo Silveira, o objetivo era exatamente trazer colaborações da esquerda, não interessava os intelectuais alinhados com o Eixo, o propósito era tornar pública aliança Berlim-Moscou[176]. No depoimento dado ao autor e publicado no livro, Jorge Amado afirmou ter participado do jornal, mas que ao tomar conhecimento da ligação deste com a embaixada alemã, retirou-se prontamente[177]. No entanto, Joel Silveira, que também colaborou com a página de cultura, afirma que Jorge Amado permaneceu pelo menos até o final de 1940 como editor.

Não importa aqui redimir ou condenar as ações dos escritores. Interessa, no entanto, perceber como o episódio repercutiu entre os escritores, fossem comunistas ou não. Érico Veríssimo comentou o episódio afirmando sua posição política em defesa da democracia e o sentimento de derrota que pairava no ar:

> "No dia anterior firmara-se em cima do cadáver da Polônia o pacto de não-agressão entre Alemanha e a Rússia soviética. Através do mundo, muitos intelectuais comunistas

---

[175] Jorge Amado, *Os Subterrâneos da Liberdade*, São Paulo, Livraria Martins Editora, 1954, volume 3, pp. 209 e 200 respectivamente.
[176] Joel Silveira, *op. cit.*, p. 405.
[177] Idem, ibidem, pp. 457-460.

abandonaram, desiludidos, o Partido, e tanto eles como centenas de escritores e artistas de tendências esquerdistas afastaram-se da URSS, permanecendo como almas penadas, numa espécie de limbo político. Alguns deles me dava a impressão de orfandade: papá Stalin morrera moralmente. Outros portavam-se exatamente como sacerdotes *defroqués*. E eram todos mal vistos pelos comunistas ortodoxos - que justificavam Stalin e seu 'realismo político' - e olhados com desconfiança tanto pelo Centro como pela Direita. [...] Mas, fosse como fosse, naquele ano de 1940 as perspectivas para os escritores não-totalitários no mundo inteiro eram negras." [178]

Veríssimo expressa um sentimento que foi comum entre os escritores. Ainda assim, as convicções democráticas e anti-fascistas foram reforçadas, causadas pelo medo do nazi-fascismo e pela iminência da guerra. Outro escritor, Graciliano Ramos, também escreveu sobre o episódio um artigo intitulado "Conversa fiada" em maio de 1940, no qual o medo e a esperança convivem simultaneamente sem estarem em harmonia:

"A vida vai-se tornando insuportável - e o morro que ali se eleva sobre as casas fronteiras perde a consistência. Realmente não nos achamos em segurança. Esse ataque à Holanda e à Bélgica perturba-nos, tira-nos o apetite. Mesquinhos, estávamos protegidos pela nossa pequenez, protegidos como ratos em tocas. Não podemos agora confiar nisso. Na rua estreita e silenciosa há sinais de ruína. As crianças que patinavam desapareceram. Será que os homens fortes irão matá-las?" [179]

Em uma carta a Nelson Werneck Sodré, Graciliano Ramos, ao comentar as manifestações populares quando dos bombardeios aos navios brasileiros, reafirma o sentimento de impotência que lhe invadia o espírito, assim como acreditava que fosse um sentimento coletivo, ao menos entre os escritores:

"[...] o pessoal das escolas saiu à rua, fizeram-se discursos diante dos jornais, houve gritos, canções patrióticas e até sambas carnavalescos. A multidão não tem discernimento: canta e berra maluquices, dá vivas e depois de algumas horas de excitação está rouca e suada. [...]. Estamos calmos, estamos calmos até demais, sem disposição para realizações notáveis. Mergulhamos suavemente numa espécie de banho morno, numa preguiça mole. Aparentemente

---

[178] Érico Veríssimo, *op. cit.*, pp. 271 e 272.

[179] Graciliano Ramos, "Conversa Fiada", maio de 1940. In: idem, *Linhas Tortas*, Rio de Janeiro, Editora Record, 1994, p. 202

não sabemos quais são os nossos inimigos. Terão na verdade os alemães torpedeado os navios? Parece que não foram eles." [180]

A oposição entre a atitude da multidão e a de um grupo de escritores reforça uma concepção que separa ambos os grupos e expressa seu desencanto com a "multidão". A multidão não tem projeto político, é desvairada, dança conforme a música e fica rouca e suada. O sentimento de impotência frente a uma multidão sem projeto, sem o agir coletivamente, se transforma em sentimento de derrota. Assim também, Graciliano Ramos concebeu a situação dos escritores e da literatura que produziram no período.

Num artigo que foi publicado em meados de 1942, numa revista literária argentina, Graciliano fez um balanço do "romance nordestino" dos anos trinta, da produção de Jorge Amado, José Lins do Rego, Rachel de Queiroz e Amado Fontes:

> "Os nossos melhores romancistas viviam na província, miúdos e isentos de ambição. Contaram o que viram, o que ouviram, sem imaginar êxitos excessivos. Subiram muito - e devem sentir-se vexados por terem sido tão sinceros. Não voltarão a tratar daquelas coisas simples. Não poderiam recordá-las. Estão longe delas, constrangidos, limitados por numerosas conveniências. Para bem dizer, estão amarrados. Certamente ninguém lhes vai mandar que lhes escrevam de uma forma ou de outra. Ou que não escrevam. Não senhor. Podem manifestar-se. Mas não se manifestam. Não conseguem recobrar a pureza e a coragem primitivas. Transformaram-se. Foram transformados. Sabem que a linguagem que adotavam não convém. Calam-se. Não tinham nenhuma disciplina, nem na gramática nem na política. Diziam às vezes coisas absurdas - e excelentes. Já não fazem isso. Pensam no que é necessário dizer. No que é vantajoso dizer. No que é possível dizer."[181]

Graciliano Ramos, ao iniciar o artigo, determinou um passado obscuro para a literatura nacional na virada do século XIX para o XX. Ligada ao academicismo, aos códigos literários estrangeiros, à linguagem "estranha", à imitação, essa literatura estava alheia dos "fatos nacionais". Então, surgiram os modernistas, que destruíram com picaretas a rigidez literária que os antecedeu. A "revolução de outubro" de 1930 cumpriria papel equivalente, destruindo preceitos.

---

[180] Graciliano Ramos, Carta a Nelson Werneck Sodré, Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1942. Inventário: Nelson Werneck Sodré/ Série: Correspondência Recebida (32,2,10 nº 78) - Seção de Manuscritos - Biblioteca Nacional.

[181] Graciliano Ramos, "Decadência do romance brasileiro", Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1941. Manuscrito - pasta: 1-1/cota: 10 - Título: crônicas, ensaios e fragmentos - Fundo: Graciliano ramos - IEB - USP.

Nesse contexto, surgiu o "romance nordestino". Primeiro com Rachel de Queiroz, em *O quinze*, as personagens aprenderam a andar e a conversar. No segundo romance, *João Miguel*, um prisioneiro é o personagem liberto de todos os esquematismos literários. Em 1936, publicou *Caminhos das pedras*, romance "demagógico, intencional e frio". Jorge Amado, em *Jubiabá*, elevou sua produção literária ao ponto mais alto. Com *Marto morto*, começou a descer a ladeira da sua criação literária, um romance que diz ao contrário do que se pretende. José Lins do Rego, autor de o Ciclo da Cana do Açúcar, perfeito nos seus cinco volumes que culmina com a publicação de *Usina*, em 1936, no qual a usina se rende ao capital estrangeiro absorvendo as economias e os valores do senhor de engenho. Ainda houve a produção de Amado Fontes, que em 1933, publicou *Os corumbas*, romance falho, mas repleto de cenas "humanas". Quando quis se corrigir, com a publicação de *Rua do Siriri*, em 1937, já se encontrava descendo a escadaria da "novela certinha, conveniente". As prostitutas da rua do Siriri não vivem como prostitutas, conversam como se fossem "senhoras". Essas personagens servem, ainda, para Graciliano Ramos como alegoria do romance nordestino:

> "Essas mulheres de Amando Fontes representam bom os nosso romances atuais, direitos, comedidos, inofensivos. Desapareceram os mocambos, os sobradões onde se alojavam os trabalhadores e vagabundos, as cadeias sujas, as bagaceiras e os canaviais, s fábricas, os saveiros, a escola da vila. E a nossa literatura começou a comportar-se, na moral e na sintaxe, como as mulheres da rua do Siriri. Baniu-se o palavrão, verdadeiro e bíblico. Afastou-se o negro. As personagens branquearam. E, timidamente, aproximaram-se da Academia."[182]

No período em que escrevia esse artigo, Graciliano Ramos foi convidado por Aníbal Machado para escrever uma novela coletiva. Além de Machado e Graciliano, escreveriam no romance Rachel de Queiroz, José Lins do Rego e Jorge Amado. No início de 1941, reuniram-se e combinaram que o romance seria escrito sem um plano de redação ou um enredo preestabelecido. Cada um escreveria a seqüência do anterior. Escolheram Jorge Amado para escrever o primeiro capítulo.

Intitulado *"Mais que branca, mais que pálida"*, o capítulo descreve a vida de um casal, Brandão e Lúcia, proprietários de uma fazenda, que recebe a visita de um antigo amigo de Brandão, Mário.

---

[182] Idem, ibidem.

Entre as primeiras cenas do romance há uma explicação sobre o passado de Brandão. Seu pai, Dr. Luís de Sousa Brandão, formado em Direito, tornou-se um reconhecido desembargador na capital brasileira. Dr. Luís sonhava que o filho seguisse a mesma carreira; no entanto, Brandão não se animava. Chegou a ingressar no curso, mas logo o abandonou para ir trabalhar em um circo.

Mas, no circo, Brandão não encontrou grande paixão. Embarcou em um navio rumo ao continente europeu e se tornou marinheiro. Brandão sentia, desde a infância, uma forte atração. O pai, a esta altura, já havia desistido de tentar convencer o filho a retomar sua carreira. Brandão passou muito tempo no mar, até conhecer Lúcia.

Lúcia havia embarcado no navio em que Brandão trabalhava. Numa noite, Brandão foi ao convés apreciar a lua e as estrelas e acabou conhecendo Lúcia. Fora amor repentino, logo resolveram se casar. Assim, Brandão retorna ao Rio de Janeiro. Ao reencontrar sua mãe, D. Elizabeth, Brandão recebeu a notícia da morte de seu pai. Decidiram, então, retomar as atividades da fazenda da família. Brandão, Lúcia e D. Elizabeth foram viver na fazenda, localizada no interior do Estado do Rio.

Brandão, por causa dos negócios da fazenda, sempre ia ao Distrito Federal. Em uma dessas vezes, encontrou-se com Mário. Brandão o conhecerá na Faculdade de Direito, nos poucos meses em que freqüentou o curso. Mário lhe contou que havia terminado o curso, que trabalhava como advogado e como sua vida havia se tornado um inferno. Casou-se com a filha de um renomado advogado mas que sua vida conjugal havia perdido a alegria. Brandão ficou comovido com a situação do amigo e o convidou para passar alguns dias na fazenda, onde poderia descansar, respirar outros ares.

O segundo capítulo, *"O mistério de Brandão (Glória)"*, foi entregue a José Lins do Rego. O capítulo é uma minuciosa descrição de Glória, esposa de Mário. Nascida loira, de olhos azuis e a pele muito clara, Glória sempre fora a *glória* da família. Seu pai realizava todos os desejos da menina acreditando ser ela uma verdadeira rainha e foi acreditando que era uma rainha que Glória tornou-se mulher. Freqüentava os bailes, as festas e as recepções da alta sociedade, era cobiçada pelos melhores "partidos" da cidade e, no entanto, já cansada da adoração de seu pai, resolveu casar com um "medíocre" advogado, Mário. Glória era ardilosa: decidiu casar-se com Mário para se ver livre da autoridade do pai. Mário, ela acreditava, não representava qualquer ameaça à sua liberdade, já que

o futuro esposo possuía um declarado sentimento de inferioridade em relação a ela. Mário resolve ir visitar o amigo na fazenda, e durante sua estadia acabou adoecendo, obrigando Brandão a enviar um telegrama à Glória, solicitando sua presença.

Graciliano Ramos escreveu o capítulo seguinte. A doença de Mário havia piorado, passando a ter uma constante febre alta e com ela vieram os delírios. Nos momentos de lucidez, Mário escrevia um diário, no qual o amigo Brandão era definido com adjetivos sórdidos, à Glória nenhum carinho ou consideração. Lúcia, no entanto, era tratado com palavras apaixonadas.

Aníbal Machado se encarregou do quarto capítulo. Como o título do capítulo já sugere, *"O mar triunfante"*, Brandão andava triste e desanimado com a vida na fazenda. Pensava na casa sempre cheia de gente (o doente, sua esposa, o médico, o padre, os fiéis que seguiam o padre, etc.) e isso aborrecia sua alma de marinheiro. Nem mesmo Lúcia, outrora dona de sua felicidade, conseguia lha dar ânimo para continuar vivendo; ao contrário, a esposa tinha se tornado misteriosa, recebendo cartas e visitas de pessoas que ele não conhecia. Então:

> "Ligou o rádio, tentou ouvir o mundo, como vinha fazendo todas as noites. Era sempre o noticiário de guerra que o atraía. As estações anunciavam novos ataques aos comboios, navios que iam para o fundo do mar. Muitos eram barcos conhecidos com os quais cruzara no oceano, perto dos quais ancorara nos portos. Tanta destruição! E os companheiros que já teriam morrido! [...] Ele mesmo, Brandão, desertara de tudo. O único talvez que abandonara a vida de marinheiro no maior momento da história do mar..." [183]

O mar e o sentimento de ter fugido de sua responsabilidade como marinheiro que defenderia os navios brasileiros, que estavam sendo atacados por navios estrangeiros. E a Europa que ardia em chamas. Brandão se punia: sou um covarde, enquanto o mundo precisa de mais um marinheiro, estou aqui escondido. Um dia, sem avisar ninguém, partiu. Seu destino era o mar, a luta. Passado algum tempo, Brandão escreveu à sua mãe e lhe explicou os motivos de sua partida:

> "Pela primeira vez na vida estou trabalhando por um ideal, eu que nunca lutei por ideal algum, que só me preocupei com a minha própria aventura. O mar tem um grande papel nessa guerra. É preciso que não passem por ele os que vêm escravizar a América. E isso depende bastante de nós que sabemos lidar com ele. Você pode imaginar como me sinto um outro homem,

---

[183]Jorge Amado et al. *Brandão entre o mar e o amor*, (1a. edição São Paulo, Livraria Martins Editora, 1942) Rio de Janeiro, Editora Record, 1981, p. 101.

> depois que tomei consciência da minha nova responsabilidade. A gente se sente menos insignificante tratando com as coisas grandiosas. O mundo de hoje está em tal situação que é uma vergonha para quem quer que seja ter de desertar dos acontecimentos. Era o que eu ia fazendo, levado por uma aventurazinha medíocre. [...] Parece que só agora começo a abrir os olhos." [184]

O tom político de Aníbal Machado vira o enredo de ponta-cabeça. Como uma brincadeira, Jorge Amado lançou elementos de um romance "água com açúcar": o protagonista conhece uma mulher pelo qual sente uma paixão arrebatadora. José Lins do Rego colocou uma pimentinha sexual no enredo: ao descrever Glória, tenta criar um triângulo amoroso. O enredo "água com açúcar" teve continuidade. Graciliano buscou, minuciosamente, a psicologia do personagem, mergulhando profundamente na personalidade de Mário. Mas é com Aníbal machado que o enredo ganha um novo rumo. O grande amor de Brandão por Lúcia transformou-se repentinamente em uma "aventurazinha medíocre", num rompante de "consciência", apronta-se para cumprir seu papel na guerra. Abandona a vida que levava para lutar por um ideal, para que a América não fosse escravizada. Não há nenhuma referência ao nazi-fascismo. Ao Eixo ou aos Aliados, à II Guerra Mundial.

Rachel de Queiroz, no entanto, trouxe de volta o protagonista à sua cidade natal. Não retoma os motivos pelos quais Brandão havia deixado a fazenda. Rachel de Queiroz afirmou, muito tempo depois, que não tendo mais o que fazer com o enredo quando recebeu o romance, matou o protagonista[185].

Entretanto, o desfecho do protagonista é bem sugestivo. Quando Brandão volta para sua cidade natal, resolveu ir ao cais contemplar o mar. Neste momento, Brandão viu um menino "pretinho" caindo no mar. Como o menino parecia estar se afogando, pulou no mar para tentar salvá-lo. Para voltar ao cais, já com o menino na mão, teve que ser ajudado e foi abatido por uma dispnéia:

> "Olhou em torno de si, talvez procurando auxílio. Alguém falou que o homem precisava de espaço para respirar, e a multidão se afastou, lentamente, uns empurrados pelos outros. Brandão perdeu de vista as caras curiosas que o espiavam, e o seu olhar foi banhado de novo

---

[184] idem, *ibid.*, p. 128.
[185] Dênis de Moraes, *O Velho Graça*, op. cit., p. 197.

pela luz sangrenta do sol que se punha. Quando a ambulância chegou, já estava morto. E o médico que lhe fechou compassivamente os olhos não reparou que apagava ao mesmo tempo um lampejo vermelho de sol que ainda brilhava nas pupilas vazias." [186]

É possível que a luz sangrenta do sol que Brandão viu no horizonte fosse a metáfora da Europa em guerra, que apagava um "lampejo vermelho", a última esperança de um mundo melhor, que havia sido inspirado na URSS. E o "pretinho", tão deslocado e menor no enredo que morre ao lado de Brandão, fosse a manifestação do branqueamento das personagens, o qual Graciliano Ramos se referiu em seu balanço sobre o "romance nordestino".

Ainda que essas possibilidades se apresentem como meras possibilidades, é preciso notar que o uso de metáforas e alegorias não era tão comum na criação literária como foi entre os escritores românticos e realistas da virada do século XIX para o XX. No entanto, era um recurso que poderia ser lançado a qualquer momento, já que a imprensa era censurada, às vezes com rigor. Um mecanismo muito usado pelos órgãos de censura do governo Vargas era o de suspender as isenções dos impostos pagos pelas empresas jornalísticas ou editoras na importação do papel. Uma espécie de censura "branca", já que esses impostos eram altíssimos e o papel nacional ainda era de qualidade bem inferior ao papel estrangeiro[187]. Em setembro de 1943, o diretor do DIP, Lourival Fontes, enviou um ofício ao inspetor da Alfândega, no qual determinou a suspensão dos "favores relativos à isenção de impostos e taxas aduaneiras para a importação de papel" à revista *Diretrizes*[188]. Não foi só *Diretrizes* quem sofreu retaliações, o mecanismo de censura branca era usado sempre que algo fosse publicado em desacordo com o que era permitido pelo governo.

Entre as editoras a censura branca também era usada. Mas a censura direta, como vimos, também foi amplamente utilizada. A Editorial Calvino, como vimos no capítulo anterior, foi

---

[186] Jorge Amado et al. *Brandão entre o mar e o amor, op. cit.*, pp. 156 e 157.

[187] O desenvolvimento do setor industrial de papel e celulose era uma das prioridades do Estado Novo e para desenvolvê-la abriu uma linha de crédito na Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, em 1942. A grande beneficiada com a abertura dessa linha de crédito foi a fábrica de papel pertencente à família Klabin, que passou a importar equipamentos mais avançados, também conseguindo isenção de impostos aduaneiros. No entanto, a Klabin só terá um papel importante na fabricação de papel nacional em fins dos anos 40. Ver: Francisco Luiz Corsi, *Estado Novo: política externa e projeto nacional*, São Paulo, Editora Unesp/FAPESP, 2000, pp. 202-203.

[188] Lourival Fontes, Ofício ao Inspetor da Alfândega, Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1943. Doc. DG-649/Lata 188 - Série: Correspondência Geral/Agência Nacional - Arquivo Nacional. Para outro exemplo, ver: Notas do DIP, 1942 - Bilhete - Pasta nº 13 - Setor: Estados - DOPS - APERJ, no qual *O Globo* foi punido com a perda da isenção de direitos para importação de papel por que publicou notícias sobras as bases americanas no Brasil.

peça importante na publicação de obras de divulgação comunista. Desde 1937, portanto antes mesmo da decretação do Estado Novo, a Calvino foi rigorosamente investigada. Em 27 de março de 1937, Filinto Müller enviou um ofício à Seção de Investigações da DESPS, solicitando a instauração de um inquérito sobre a editora, que deveria ser acompanhado de uma busca e apreensão nos seus depósitos. Segundo o ofício de Müller, a solicitação havia sido motivada por uma denúncia recebida pela Chefatura de Polícia do DF, na qual a editora era acusada de ter sob sua guarda "grande quantidade de livros de propaganda de idéias subversivas, de natureza comunista, proibidas pelo art. 26 do Decreto nº 38, de 4 de abril de 1935."[189]

Dois dias depois, uma diligência policial autuou a editora, apreendendo grande quantidade de livros "de propaganda de idéias subversivas e de natureza comunista". Num total de 20.000 exemplares apreendidos, divididos em 57 títulos diferentes, a diligência, no entanto, não efetuou a retirada dos exemplares, mas interditou o depósito, que passou a ser vigiado por turnos de grupos de policiais, 24 horas por dia[190].

Dos títulos apreendidos que foi possível identificar, destacam-se alguns "clássicos" de divulgação e vulgarização marxista, como, por exemplo: Alexandra Kolantai, *A nova mulher e a moral sexual na Rússia Soviética* (São Paulo, Pax, 1932); A. Figueiredo Pimentel, *A inspiradora de Luiz Carlos Prestes* (RJ, Calvino, 1934); Bukharin, *A luta religiosa na URSS* (RJ, Alba, 1934), Clara Zethkin, *Meus encontros com Lênin* (RJ, Calvino, 1934); D. S. Mirski, *Lenine, sua vida e sua obra* (RJ, Calvino, s/d); Edwin Hoerne, *Educação burguesa e educação proletária* (SP, Unitas, 1934); H. Dunker et alli, *História do movimento operário internacional*, 4 volumes (RJ, Alba, 1935); Iline, *O abecedário da Rússia Nova* (RJ, Calvino, 1934); John Reed, *A filha da revolução* (SP, Adersen, 1934); Krilenko, *A política soviética em material criminal* (RJ, Alba, 1934); Lênin, *O extremismo, doença infantil do comunismo* (capa de Di Cavalcanti, RJ, Calvino, 1934); L. A. Tchekiss, *Materialismo histórico em 14 lições* (Calvino, 1934); M. Pokrovski, *Teoria da revolução proletária* (Calvino, 1934); Stálin, *Os fundamentos do leninismo* (Calvino, 1934)[191].

---

[189] Filinto Müller, Ofício à DESPS, Rio de Janeiro, 27 de março de 1937. Processo nº 371/José Calvino Filho - TSN - AN.
[190] DESPS, "Auto de busca e apreensão", Rio de Janeiro, 29 de março de 1937. Idem, ibidem.
[191] Idem, ibidem.

Como confirma o depoimento de José Calvino Filho à DESPS, em 15 de maio de 1937, as obras foram editadas antes da decretação da Lei de Segurança Nacional, de abril de 1935. É interessante notar que, após a apreensão dos livros, o Gabinete de Pesquisas Científicas (órgão ligado à Polícia Civil-DF) tenha emitido um relatório sobre o material apreendido:

> "[...] uma grande quantidade de volumes editados sobre vários assuntos que dizem respeito à doutrina extremista - o comunismo - conforme evidenciam as fotografias anexas. Esses livros, de diferentes autores, tratam exclusivamente da idéia extremista e muitos deles já se achavam embalados e subscritos para serem distribuídos, pelo Correio, a vários destinos [...]"[192]

Nota-se que o relatório que confirmou o caráter "extremista-comunista" do material apreendido se baseou apenas nas fotos que um investigador tirou no depósito da Calvino[193]. Nenhum dos livros foi lido, não há nenhuma informação sobre o conteúdo dos livros. Portanto, não seria estranho encontrar, entre os livros apreendidos, algum anti-comunista. Ainda que Calvino não tenha mais editado ou publicado livros "comunistas" até aquele ano de 1937, através da lista da apreensão, pode-se notar a presença de obras de outras editoras. Isso só confirma o papel importante da editorial Calvino na distribuição dos referidos livros.

A procuradoria não conseguiu, no entanto, provar que Calvino tenha vendido ou publicado livros de caráter "comunista" depois da decretação da Lei Monstro. A defesa de Calvino foi a de que o conjunto de livros apreendidos faziam parte da massa falida da Editorial, que foi encerrada em 8 de novembro de 1934, para efeito de concordata impetrada e que após o fechamento da Editorial, passou a negociar e editar livros com a firma Calvino & Mello Ltda[194]. Diante das circunstâncias, o processo foi arquivado, em 9 de março de 1938[195].

---

[192] Gabinete de Pesquisas Científicas/Polícia Civil - DF, "Relatório", 18 de maio de 1937. Idem, ibidem.

[193] Imagem 14: reprodução fotográfica do material apreendido no depósito da Editorial Calvino, em 29/3/37 - Rua 1° de Março, 110 - Proc. N.° 371 - José Calvino Filho -TSN - Arquivo Nacional.

[194] Gabinete de Pesquisas Científicas/Polícia Civil - DF, "Relatório de investigação junto à 2ª Vara Civil-DF", 27 de dezembro de 1937. Idem, ibidem.

[195] Entre 1943 e 1944, a Editorial Calvino vai sofrer outra censura, agora por causa dos livros: Walter Mehring, *Timoshenko - Marechal do Exército Vermelho*; Bob Consedine, *Mac Arthur - uma vida empolgante a serviço da democracia*. A ordem de apreensão das biografias partiu do DIP, em 19 de março de 1943. Nas apreensões no Rio, 304 exemplares foram achados. Reservado, 19/04/43 - Pasta n° 13/Setor: Geral - DOPS - APERJ. Em São Paulo, a Superintendência de Ordem Política e Social solicitou à mesma apreensão, sendo recolhidos na capital e no interior um total de 243 exemplares. Relatório, 7/06/43 - Relatório n°142 - Prontuário n° 48252/Editorial Calvino Ltda. - DEOPS - AESP. O DIP, possivelmente, enviou orientações aos estados para a apreensão dos livros. Em Recife, um telegrama do DIP chegou, em 18/11/43, ao Delegado de Ordem Política e Social, para que fosse feita imediatamente a apreensão das

Também em 1937, a Superintendência de Ordem Política e Social-SP determinou que a Delegacia de Ordem Social de São Paulo deveria fazer uma varredura pelas livrarias, bancas de jornais e outros pontos de venda de livros para efetuar apreensões de livros "de ideologia comunista ou subversiva"[196]. Foram apreendidos 44.100 exemplares, distribuídos em 42 pontos de vendas. Além de alguns "clássicos do marxismo-leninismo" já citados anteriormente, inclusive os publicados pela Calvino, encontramos alguns volumes interessantes como *Evolução política do Brasil* e *URSS, um novo mundo*, ambos de Caio Prado Júnior; os exemplares de todas as obras de John Reed traduzidas para o português; Michael Gold, *Judeus sem dinheiro*; obras de Dostoievski; obras de Gorki; de F. Slang, *Encouraçado Potenkim*; de Stefan Zweig, *Tolstoi;* de A. Malraux, *A condição humana*. Entre os autores, poderíamos destacar Marx, Engels, Trotski, Lênin, Bukharin, Stalin, Plekhanov, Max Beer, Rosa Luxemburgo, Kautski, Losovski, Kropotkin e Malatesta.

Pela salada de autores e títulos e pela quantidade de livros apreendidos, qualquer pesquisador se sentiria estimulado em perseguir os caminhos dessa produção, sua leitura e suas influências entre os brasileiros. Infelizmente, esse não é objetivo deste trabalho. Mas, de resto, cabe ressaltar a defasagem histórica do livro de Edgard Carone, *O marxismo no Brasil*. Ainda que tenha sido uma obra pioneira, nos marcos dos anos oitenta e contando com poucas fontes documentais, sua relação de publicações do período não compreende nem a metade desses livros apreendidos[197].

Também merecem destaques os livros apreendidos na Gráfica Editora Unitas (Alameda Barão de Limeira, 113). Mais da metade do total de livros apreendidos foram retirados dessa gráfica. Os títulos vão na mesma linha dos apreendidos no depósito da Editorial Calvino e também custou um processo no TSN, que foi arquivado por falta de provas em 16 de maio de 1939[198]. Dos 25.696 exemplares apreendidos, foi enviado ao juiz do TSN responsável pelo processo contra a Unitas, um exemplar de cada título. O restante:

---

referidas biografias. Prontuário nº31262/Editora Calvino Ltda. - DEOPS - Arquivo P[ublico do Estado de Pernambuco.

[196] Delegacia de Ordem Social, "Relatório", 12 de maio de 1937 - doc. nº 1 (17 páginas) - Prontuário nº 278/Livraria Odeon - DEOPS - AESP.

[197] Edgard Carone, *op. cit.*, pp. 81 a 181.

[198] TSN, "Ofício ao Chefe de Polícia do Estado de São Paulo", maio de 1939. Prontuário nº 828/Empresa Gráfica Editora Unitas Ltda - DEOPS - AESP.

"[...] é de se supor entretanto que outro não teria sido senão o comum a ser dado a todas as obras literárias deste gênero subversivo, por não oferecer nenhuma vantagem ou utilidade a sua conservação – a incineração. [...]"[199]

Em certa concepção, era o "fogo da purificação" então utilizado para definir os limites entre o proibido e o permitido[200]. No entanto, não é possível estabelecer uma relação direta entre os processos da Inquisição, como faz Tucci Carneiro, com a censura nos anos trinta. A incineração como ato simbólico não aparece aqui. E quando aparece, como foi o caso da incineração pública de livros de Jorge Amado e José Lins do Rego, seu caráter foi punitivo e não purificador.

Nem mesmo a Editora José Olympio esteve inume aos controles da censura e da polícia política. Citamos, nesse capítulo, algumas referências de investigação policial que informam que a livraria havia se tornado um ponto de encontro de "intelectuais esquerdistas" que faziam "propagação do credo comunista"[201].

Em 1941, houve um episódio bastante constrangedor para os assíduos freqüentadores da livraria. Nas vésperas das comemorações oficiais da Independência do Brasil, a vitrine da livraria foi decorada com vários cartazes de seu novo lançamento, assim como vários exemplares do mesmo: Eugene Lyons, *Stalin, o czar de todas as Rússias*. Publicado no ano anterior nos EUA, *Stalin* não surpreendeu, pois seu conteúdo claramente anti-comunista, agradou a crítica e a direita política. Diante da vitrine, durante o horário do almoço, começou um tumulto, sendo a polícia chamada por um dos transeuntes. No momento em que o policial chegou ao local, várias pessoas tentavam depredar a vitrine, gritando brados contra a União Soviética. O gerente da livraria, Atos, foi procurado pelo policial que solicitou a retirada dos livros e cartazes da vitrine, afirmando que não haveria outro jeito para conter a multidão. Atos respondeu ao policial que a editora tinha a permissão do DIP para publicar e comercializar o tal livro, mas o policial insistiu afirmando que não haveria outra forma de manter intacta a livraria caso não fossem retirados. Então, um funcionário os retirou e colocou outros na vitrine[202].

---

[199] "Relatório ao Chefe do Arquivo Geral da Superintendência de Ordem Política e Social", 27 de dezembro de 1938. Idem, ibidem.
[200] Maria Luiza Tucci Carneiro, *Livro proibidos, idéias malditas*, op. cit., pp. 16 e 17.
[201] Relatório de Investigação, 3 de novembro de 1939. Pasta nº 5 - Setor: Geral - DOPS - APERJ.
[202] Relatório de Investigação, 5 de setembro de 1941. Boletim nº 212/Pasta nº 5 - Setor: Geral - DOPS - APERJ.

É possível destacar desse episódio, a dimensão que havia alcançado os anos de campanha anti-comunista. Os populares, sem saber que o livro era anti-comunista, ficaram indignados com aquela demonstração pública. "Uma ousadia", disse um; "Onde está a polícia que não manda retirar esses livros daí e manda colocar a bandeira do Brasil e retratos dos fundadores da República?", disse outro[203].

Em 1944, a Livraria José Olympio editora sofreu outra investigação policial. Oswald de Andrade acabava de lançar, por essa editora, o livro *Marco Zero*. Pensado como um projeto em vários volumes, Oswald de Andrade havia lançado o primeiro volume, *A revolução melancólica*, no ano anterior. A capa de Santa Rosa reforçou a reconstituição da queda do latifúndio paulista, em seus últimos suspiros durante da revolução de 32 e a modernização das cidades. Não é possível afirmar os motivos da abertura do inquérito policial em torno de *A revolução melancólica*, mas sua conclusão mereceu atenção do delegado de Segurança Social, Serafim Braga:

> "O aludido livro, de autoria do escritor Oswald de Andrade e publicado pela Editora José Olympio, é fundamentado num realismo tendencioso, escrito numa linguagem pornográfica, cujas expressões atentam contra a moral e a sociedade, apresentando-se com todas as características duma obra comunista de cunho flagrantemente materialista."[204]

Nesse momento, o Estado Novo já estava em franco declínio. A vitória dos Aliados já era certa e a continuidade de um regime ditatorial no país ficava cada vez mais difícil. Nesse sentido, os inquéritos policiais de controle político foram interrompidos pelas agitações políticas em torno das questões democráticas. Manifestos e manifestações passavam a ser recorrentes na vida do país, primeiro, em torno do apoio aos Aliados e, posteriormente, em defesa das liberdades democráticas no Brasil.

Também nesse momento foi organizado uma Caravana de Arte Moderna, que partiria de São Paulo e chegaria a Belo Horizonte. Oswald de Andrade, Luiz Martins, Arnaldo Pedroso D'Horta, Germinal Feijó, Caio Prado Júnior, Sérgio Milliet, Clóvis Graciano, Alfredo Mesquita, Rui Coelho, Nelson Nóbrega, Anita Malfati, Hilda Weber, Almeida Prado, Oswald de Andrade Filho, Lourival Gomes Machado, Paulo Emílio Sales Gomes, Maria Eugênia França, Paulo Rossi, Mário

---

[203] Idem, ibidem.

[204] Serafim Braga (Delegado de Segurança Social), "Relatório sobre *Marco Zero*", Rio de Janeiro, 8 de julho de 1944.Inf. 590-D SS/Pasta nº 5 - Setor: Geral - DOPS - APERJ.

Zanini, Rebelo Gonçalves e Alfredo Volpi integraram-se na caravana rumo a Belo Horizonte. Esses intelectuais foram realizar uma série de conferências com o objetivo de integrar os intelectuais de São Paulo com os de Minas[205]. A caravana foi uma iniciativa da ABDE-Seção São Paulo para organizar o I Congresso Brasileiro de Escritores.

4.4 - Posição e tarefas da inteligência

Entre janeiro e abril de 1944, Astrojildo Pereira escreveu um artigo intitulado "Posição e tarefas da inteligência", publicado no mesmo ano, com outros artigos, num livro, *Interpretações*. A democracia surge como questão central:

> "Em suas linhas gerais, o programa de guerra e de após-guerra traçado pelos grandes líderes das Nações Unidas é bem claro: extirpar da face da terra o nazi-nipo-fascismo e promover a reorganização do mundo sobre mais amplas bases democráticas. Mas a imensa tarefa de democratização do mundo, pelo que se depreende de documentos publicados e insofismáveis, não vai limitar-se ao puro domínio da organização política - o que equivaleria deixá-la incompleta e sujeita a toda sorte de deformações e falsificações; ela deverá assentar os seus fundamentos primordiais em nova estruturação econômica da sociedade, e além disso deverá conseqüentemente abranger os mais largos domínios da cultura. Parafraseando a célebre fórmula positivista, poder-se-ia adotar o seguinte lema para a reorganização do mundo de após-guerra: a democracia política por princípio e a democracia econômica por base; a democracia cultural por fim."[206]

Astrojildo Pereira define a democracia política como aquela na qual todos os homens têm garantida a igualdade perante a lei, tornando-se cidadãos. Isso implicaria na própria eleição livre, direta e secreta dos governantes do país em todos os níveis. A democracia econômica implicaria ao cidadão o dever de trabalhar e produzir para a "comunidade" e o direito de participar da riqueza do país[207].

---

[205] DEOPS/SP ao DEOPS/MG, "informações", maio de 1944. Dossiê 50-d-5-222 - DEOPS - AESP.
[206] Astrojildo Pereira, "Posição e tarefas da inteligência". Idem, *Interpretações*, Rio de janeiro, CEB, 1944, p. 254.
[207] Idem, *ibidem*, p. 255.

A questão central, no entanto, para Astrojildo Pereira, era a democracia cultural - tarefa principal dos intelectuais, "escritores, artistas, pensadores e homens de ciência", para o pós-guerra. A democratização da cultura que propôs estava baseada na situação da cultura do país:

> "Aí estão os meios modernos de comunicação e divulgação conferindo à palavra escrita e falada, e bem assim à imagem e ao som, um poder de penetração e influenciação [sic] entre as massas populares como não se viu nunca em nenhum período anterior da história."[208]

O primeiro passo, segundo Astrojildo, seria a liquidação do analfabetismo, organizada em uma campanha que visasse a acabar com qualquer monopólio cultural. Diante de sua preocupação, faz um balanço das correntes literárias anteriores, destacando escritores que se comprometeram com a luta do povo: Tiradentes, Castro Alves, Machado de Assis... Critica os escritores, em sua maioria, que se alhearam das lutas populares do seu tempo. E tomando como exemplo aqueles que lutaram ao lado do povo na conquista da independência e da liberdade ao longo da história do país, organizou um "programa de ação" para os intelectuais.

O "programa de ação", elencados em 10 itens, se concentra na organização dos intelectuais. Partindo do pressuposto explícito de que os intelectuais são influenciados pelos acontecimentos que os cercam e influenciam os grupos sociais que lhes estão próximos, a união em torno da luta contra o nazi-fascismo é uma tarefa imediata. Finda a guerra, as tarefas dos intelectuais deverão ser desdobradas na defesa das garantias democráticas, políticas, econômicas e culturais, organizando num esforço comum "todas as categorias de trabalhadores intelectuais" para a liquidação do analfabetismo - primeira etapa da democratização da cultura no Brasil. Simultânea à campanha contra o analfabetismo, outras atividades culturais, "mais elevadas", deveriam ser postas em prática como, por exemplo, caravanas de intelectuais pelo interior do país realizando conferências, exposições de artes plásticas, peças teatrais, exibições de filmes, festivais artísticos e científicos, etc[209].

Diante da envergadura de seu "programa de ação", Astrojildo chama a atenção dos intelectuais para um problema caro aos intelectuais desde sempre, a relação com o "povo":

> "Entre outros muitos benefícios de ordem geral decorrentes de um movimento de tamanha envergadura, não devemos esquecer o seguinte, que interessa muito particularmente aos

---

[208] Idem, *ibidem*, p. 256.
[209] Idem, *ibidem*, pp. 297-300.

> intelectuais: porem-se eles em contato direto com o povo brasileiro de todos os Estados, verificando de perto as necessidades, os interesses, os sofrimentos, as angustias, os desejos, as aspirações das massas populares que habitam este país. E isto levaria os intelectuais a descobrirem novos e puros mananciais de emoção artística e de conhecimento científico, e abriria perspectivas insuspeitáveis e imprevisíveis ao subseqüente desenvolvimento da ciência, da arte e da literatura brasileiras. O povo por seu lado viria a conhecer e ouvir os intelectuais patrícios, aprendendo a estimá-los e reconhecendo neles os 'seus' escritores, os 'seus' artistas, os 'seus' mestres, os 'seus' sábios."[210]

Portanto, Astrojildo organiza um programa de ação de (re)redescobrimento do Brasil, retomando a definição do "verdadeiro intelectual" como aquele que está diretamente ligado ao seu povo. Assim, Astrojildo também enxergou uma solução para a avaliação pessimista do romance brasileiro sistematizada por Graciliano Ramos, em "Decadência do romance brasileiro", no qual afirmou que a desvinculação dos romancistas daquilo que era seu objeto do romance os tornou "artificiais" no escrever.

Será, então, com esse programa de ação que Astrojildo se tornará um dos principais articuladores do I Congresso Brasileiro de Escritores. Às vésperas desse, numa entrevista publicada pela *Folha Carioca*, reafirmou suas propostas. Tratado pelo jornalista que o entrevistou como "uma das mais brilhantes figuras da literatura brasileira", Astrojildo expôs que, ao lado da luta pelos direitos dos escritores, estariam outras, ainda mais importantes a serem realizadas pelo Congresso, como o estabelecimento dos deveres dos escritores como cidadãos (democratização da cultura, a luta contra o fascismo, a luta pela redemocratização do país, etc.) e as questões de caráter literário (regionalismo e universalismo, a linguagem, o jornalismo, etc.). Como resultado da reunião, Astrojildo previu:

> "Sobre os resultados do congresso, já é possível prever, dada a orientação de seus organizadores, que ele marcará época na história literária e cultural do país: eu penso que os seus debates constituirão um verdadeiro balanço das forças militantes da inteligência brasileira, aos quais, ao mesmo tempo que reivindicam melhores garantias para o seu próprio trabalho, buscam estabelecer uma comunhão mais íntima de anseios e pensamentos com as grandes massas do povo brasileiro, até hoje esquecidas e órfãs dos benefícios da cultura."[211]

---

[210] Idem, *ibidem*, p. 300.
[211] Astrojildo Pereira, Entrevista, *Folha Carioca*, Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1944.

A entrevista de Astrojildo apareceu junto à de Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade e Osório Borba. No mês de dezembro, o jornal publicou ainda várias outras entrevistas às vésperas do congresso, todas na mesma linha de congratulações à iniciativa da ABDE. Portanto, é nesse clima que se realiza o I Congresso Brasileiro de Escritores.

No dia 19 de janeiro de 1945, uma sexta-feira, desembarcou do trem "Cruzeiro do Sul" em São Paulo, vindo do Rio de Janeiro, o escritor Aníbal Machado - presidente da Associação Brasileira de Escritores (ABDE), afinal faltavam apenas alguns dias para o início do I Congresso Brasileiro de Escritores, o qual deveria presidir.

Neste mesmo dia, os jornais anunciavam entusiasticamente que as tropas russas avançavam na Alemanha, já tendo ocupado algumas cidades na Silésia. A cada dia, desde a libertação da França do domínio alemão em junho de 1944, tornava-se mais próximo o fim da guerra, entretanto, ainda havia muito trabalho para os aliados no *front*. Cada vitória militar era comemorada e os dias de domínio do nazifascismo pareciam estar contados.

Fora do *front*, muitos civis se sentiam também responsáveis pelo fim da guerra e essa era uma das motivações da ABDE ao preparar o seu primeiro congresso, ao mesmo tempo em que almejava com o evento pressionar o governo brasileiro para que desse fim aos sete anos de Estado Novo. Nesse clima, meio de guerra, meio de paz, realizou-se a reunião da comissão organizadora do congresso para acertar os últimos detalhes, afinal eram esperados mais de 250 delegados de vários estados do país. Da comissão faziam parte, obviamente, o presidente da entidade; Sérgio Milliet, presidente da seção paulista e toda a sua diretoria; Dionélio Machado, presidente da seção gaúcha; Murilo Rubião [212], presidente da mineira; e Jorge Amado, presidente da baiana.

Um dia depois dos jornais brasileiros terem anunciado a rendição das tropas alemãs na Polônia, partiam do Rio de Janeiro no dia 21 de janeiro, da Central do Brasil, várias delegações estaduais. Desembarcaram, em São Paulo, no dia seguinte, na Estação da Luz, em grande festa, as delegações do Rio, Amazonas, Bahia, Pará, Maranhão, Ceará, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas, Paraíba, Sergipe e Espírito Santo, além das delegações estrangeiras e de

---

[212]Murilo Rubião nasceu em Silvestre Ferraz em 1916. Participou de diversos jornais, tornando-se um reconhecido jornalista mineiro, atuante também na rádio Inconfidência Mineira. Sua estréia literária só se deu em 1947 quando publicou o livro de contos *Os ex-mágicos*.

representantes de entidades convidadas para o Congresso. Mais tarde, chegaram as delegações do sul e de Minas Gerais.

Entre o assédio dos fãs, as delegações de escritores foram sendo recebidas na entrada do Teatro Municipal de São Paulo a partir das 15 horas. Naquela segunda-feira, 22 de janeiro, a rua que separa o teatro da filial brasileira do britânico Mappin & Webb, estava abarrotada de centenas de pessoas. Os populares que estavam à espera de seus escritores preferidos, não circulavam pelas suntuosas instalações da loja britânica que abrigava, além da joalheria e do magazine, um "chic" restaurante e salão de chá. As famílias da oligarquia cafeeira de São Paulo eram os freqüentadores do salão no período de sua inauguração, em 1911 - coincidindo com a inauguração do Vale do Anhangabaú "urbanizado" e com a fundação do Teatro Municipal. Eram, neste período, os mesmos freqüentadores do salão que ocupavam as cadeiras do Municipal.

Desde então, muito havia mudado nas imediações do Teatro e do magazine. As ruas nos dias de semana tornavam-se cada vez mais cheias e várias lojas comerciais foram se concentrando no local. E, apesar da decadência da oligarquia cafeeira, o salão do Mappin e as cadeiras do Municipal eram freqüentados por um emergente grupo de banqueiros, industriais e empresários. Assis Chateaubriand, por exemplo, ofereceu vários banquetes no restaurante do Mappin, durante a década de 1940, a vários industriais e banqueiros do Rio e de São Paulo dispostos a bancar seus projetos culturais e jornalísticos [213].

Passado algum tempo das 16 horas, horário marcado para o início das atividades do Congresso, Aníbal Machado subiu ao palco e tomou a direção dos trabalhos. Chamou, então, para compor a mesa diretora do Congresso Cristiano Cordeiro, Murilo Rubião, Otto Lara Resende, Roque Javier Laurenza, Dionélio Machado, Francisco de Assis Barbosa, Carlos da Silveira, Haddock Lobo, Jorge Amado, Mário Neme, Ernesto Feder e Sérgio Milliet. Este, na qualidade de presidente da entidade em São Paulo, declarou aberto o I Congresso Brasileiro de Escritores e apresentou o primeiro dos vários oradores[214].

---

[213] Fernando Morais, *Chatô, o rei do Brasil*, São Paulo, Cia. das Letras, 1994, ver, por exemplo, p. 499.

[214] Imagem 16: reprodução fotográfica da Sessão de Abertura do I Congresso da ABDE (mesa diretora do congresso e público), São Paulo - Teatro Municipal, 22 de janeiro de 1945 - Dossiê 50-j-58 - ABDE - DEOPS - AESP.

Preocupado com a atitude de escritores alheios à sua própria situação e à situação da cultura no país, escritores afeitos à politicagem e não às questões literárias, Milliet tenta afinar com a assistência os objetivos do Congresso:

> "[...] somos apenas escritores, e escritores desunidos, donos, por enquanto, de bem pequena parcela dessa consciência, e dessa solidariedade de classe que fazem a força dos agrupamentos profissionais e lhes outorgam a influência a que podem ter direito. [...] Eis-vos aqui em vossa terra, meus amigos, num momento grave de nossa vida, a fim de debatermos juntos questões de importância para a nossa classe. Questões éticas em primeiro lugar... éticas ainda em segundo, terceiro, e último lugares. Porquê, afinal, tudo não passa de ética. Não há vida coletiva sem código moral. [...] Se pudermos fixar em suas linhas gerais essa ética dos escritores, teremos alcançado o objetivo do Congresso."[215]

O tom é de união, de conciliação. No período de preparação do Congresso, vários escritores polemizaram em torno das questões políticas que ali seriam discutidas. Nesse processo, foram sendo formados grupos programáticos, os quais negligenciaram posturas independentes. Com isto, o congresso subsumia os escritores independentes às atuações em bloco. E era contra isso que Milliet discursava, apelando para o sentimento ético dos escritores congressistas, ainda que este fosse simpático aos comunistas.

Assim mesmo o clima era de festa e choveram aplausos ao escritor que passou a palavra a Aníbal Machado. Em seu discurso, Machado seguiu os mesmos caminhos de Milliet, apelando ao bom-senso de todos:

"- Só a comunhão nos importa."

Aplaudido, Machado continuou a "oração" e diferenciou o literato do escritor. O primeiro, afirmou, produziu literatura desinteressada, diletante, recreativa e tornou-se termo pejorativo. O segundo, é aquele "porta voz da sociedade, [...] com seus desejos, as suas cicatrizes e a respiração abafada do povo."[216] Mas, numa frase, Aníbal Machado chamou a atenção dos escritores para sua própria situação:

---

[215] Sérgio Milliet, "Discurso de Abertura do I Cong. Bras. de Escritores", in: *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores - Promovido pela ABDE*, São Paulo, 1945, p. 24.

[216] *Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores - Promovido pela ABDE*, São Paulo, 1945, p. 25.

"Emancipar economicamente o trabalhador intelectual se impõe assim como o primeiro passo antes de pô-lo em condições de dignificar a sua obra e sua vida."[217]

O problema da dignidade do escritor está neste caso diretamente ligado à regulamentação dos direitos autorais. Tema, aliás, central desde a fundação da entidade em 1942, sem, no entanto, conseguir grandes resultados legais. Mas este é um assunto programado para outro dia do congresso. Voltemos à dignidade do escritor.

Os debates do congresso, no entanto, tiveram início muito antes de Sérgio Milliet proferir seu discurso de abertura. Desde outubro de 1944, os pontos de encontro de escritores, principalmente no Rio e em São Paulo, fervilhavam nas conversas. As divergências não apareciam nas teses de direitos autorais ou nas de cultura, até questões da política internacional eram quase consensuais, e todas deveriam ser entregues à Comissão de Organização (CO) do Congresso até 15 de dezembro de 1944. Os complicadores começaram quando discutiam-se a posição dos escritores frente ao Estado Novo e à política de Vargas. Aí os ânimos se exaltavam e as convicções apaixonadas falaram mais alto.

Dito e feito... Em carta a Hélio Pellegrino, poucos dias antes do início do Congresso, Mário de Andrade, por exemplo, deixava transparecer a sua insatisfação:

> "Já sabemos de fonte certa que o filho da puta de um grande romancista pseudo-esquerdista vem atrapalhar a dignidade da inteligência brasileira propondo apoio ao governo. O caso está se tornando grave porque o homem, além de ficar na posição comodista, arrasta muita gente para o mesmo comodismo fácil e gordo. Seria uma vergonha que, segundo penso, nos afeta a todos. Em São Paulo, há um grupo consciente e coeso que repudiará isso e as palavras-de-ordem de Moscou, da mesmo forma que repudia Churchill na Grécia e as Nações Unidas... na Itália." [218]

A carta anuncia as divergências no Congresso. Mário de Andrade, ainda que tenha participado anteriormente do governo de Vargas, não mediu palavras contra a posição que era ventilada de apoio ao governo, defendida pelos comunistas.

---

[217] Idem, *ibid.*, p. 26.
[218] Apud; José Maria Cançado, *Os sapatos de orfeu. Bigrafia de Carlos Drummond de Andrade*, São Paulo, Scritta Editorial, 1993, p. 205.

A controvérsia é mais complicada do que Mário de Andrade apresenta. Mas, antes, voltemos à dignidade do escritor antes que ela acabe em pancadaria. Depois do pronunciamento de Aníbal Machado, o plenário ouviu emocionado a mensagem enviada pelo físico Albert Einstein aos congressistas. Seguiu-se, por algum tempo, a leitura de mensagens de congratulações e saudações ao Congresso. Todas recebidas com calorosos aplausos, ainda que parte da platéia estivesse perambulando pelas dependências do Municipal em busca de seu escritor predileto. A dignidade do escritor, como se fosse um jogral pré-ensaiado, aparece na mensagem de vários escritores.

O poeta e jornalista pernambucano, Álvaro Lins aposta nos resultados do Congresso:

> "[...] Dessa reunião com certeza sairá mais valorizada dignidade nosso trabalho intelectual e consciência nosso papel escritores."[219]

O tema da dignidade também aparece relacionado ao papel que pretendem estabelecer como grupo de profissionais. Ou relaciona-se com a "função social" que imaginam para si mesmos, como em Aníbal Machado:

> "É porém com orgulho senhores congressistas poder responder ao povo interessado no resultado de nossas discussões e perante os intelectuais aqui presentes de outros países que os escritores e artistas do Brasil estão capacitados de sua missão histórica; que consideramos o divórcio entre nós e o povo como a morte não do povo mas a nossa morte."[220]

A tônica, assim como se apresenta, parece ter sido preparada desde o início de sua organização. Foram unânimes as mensagens em defesa da dignidade do escritor, desde Alceu Amoroso Lima, católico convicto e membro da Academia Brasileira de Letras desde 1935, passando por João Mangabeira, a Afonso Arinos de Melo Franco. Não é necessário, no entanto, ser um leitor muito atento para entender que havia uma certa linguagem cifrada. A imprensa e as bocas ainda eram censuradas, e poucos foram os que ousaram se pronunciar contra o nazifascismo e pelo restabelecimento das liberdades democráticas no país.

Por mais irônico que possa parecer, foi de dentro do Governo mas não em seu nome, que Carlos Drummond de Andrade saudou os colegas de profissão:

---

[219] *Primeiro Congresso* [...], *op. cit.*, p. 17.
[220] idem, *ibid.*, p. 26.

"Não poderei estar presente congresso mas como delegado ABDE Rio e como trabalhador intelectual envio minha fraterna solidariedade aos esforços e iniciativas dos escritores ora reunidos para exame problemas profissionais e afirmação da consciência literária na luta mundial pela reconquista dos direitos perdidos e pelo acesso a novas liberdades."[221]

Muito provavelmente Drummond escreveu seu telegrama do prédio recém inaugurado do Ministério da Educação, o Palácio da Cultura projetado pelo arquiteto Lúcio Costa, onde ainda trabalhava. Mas já neste período, conta o declarado comunista Aydano do Couto Ferraz, que andava em conversações com o poeta mineiro sobre a possibilidade de seu ingresso no PCB. O poeta estava interessado, começou a escrever artigos com opiniões políticas e chegou até a encomendar uma edição francesa de *O Capital*, cuja leitura lhe foi um sonífero [222].

Após a leitura das mensagens de saudação ao Congresso, o professor francês Roger Bastide fez um pronunciamento. Seu discurso, proferido em francês, avaliou a guerra, a ocupação alemã na França, a Resistência francesa, o fim inevitável do nazifascismo e, de acordo com o jogral, afirmou que só a união entre os escritores, desde os católicos aos comunistas, poderia dar fim ao tempo do obscurantismo por qual passava a humanidade nas últimas décadas [223].

Foi dada, então, a palavra ao adido cultural norte-americano no Brasil, William Rex Crawford. Principalmente a partir de 1942, várias organizações culturais brasileiras iniciaram trabalhos de intercâmbio cultural com os EUA. Havia uma intenção política de, através da cultura, aproximar os americanos do Brasil e, nesse sentido, já havia a proliferação de programas culturais norte-americanos no país, fosse no rádio ou no cinema, o que despertava o interesse de ambos os lados. Além disso, não parece coincidência que esse processo político e cultural fosse paralelo aos crescentes investimentos econômicos norte-americanos no país.

Para encerrar com chave de ouro os trabalhos da sessão inaugural, foi lida a mensagem dos correspondentes brasileiros junto às tropas da FEB, assinada, entre outros, pelo escritor Rubem Braga, a qual transcrevo na íntegra como síntese de um sentimento aparentemente comum instalado no Congresso:

---

[221] idem, *ibid.*, p. 17.
[222] Cançado, *op. cit.*, pp. 181 a 183.
[223] *I Congresso Brasileiro...*, *op. cit.*, pp. 29 a 31.

"Aos companheiros do I Cong. Bras. de Escritores - Somos testemunhas do valor com que os homens do povo do Brasil - e entre eles milhares de filhos dessa terra de S. Paulo - estão lutando nas montanhas cobertas de neve da Itália. Sabemos que todos os escritores dignos do Brasil são também - cada um em seu setor, com suas armas próprias - lutadores anti-fascistas. Que o escritor brasileiro se inspire no pracinha. Que se mire na sua coragem; no ânimo duro com que aceita um revés; na paciência com que espera; na presteza com que ajuda um companheiro; na decisão com que ataca; na obstinação com que resiste. Homens como esses pracinhas são filhos de um povo que bem merece uma vida digna. Não há vida realmente digna onde não há liberdade e justiça social. Temos a certeza de que o escritor brasileiro conhece e aceita a sua responsabilidade na conquista e na defesa das condições que permitem isso. Saudamos o congresso fazendo votos para que ele seja útil na defesa dos direitos dos escritores e, mais ainda, na defesa dos direitos comuns a todos os homens. - Itália, janeiro de 1945 - Egídio Squeff, Joel Silveira, Raul de Castro Brandão, Rubem Braga."[224]

Com o encerramento da sessão inaugural, muitos escritores foram para os locais onde estavam hospedados. Jorge Amado, recém-chegado em São Paulo, havia alugado um apartamento na avenida São João, a alguns quarteirões do Teatro e da Biblioteca municipais, e recebeu vários amigos participantes do congresso. Outros foram para o *coffee break* nos bares próximos ao Municipal, alguns arriscaram o restaurante do Mappin. Mas a maioria ficou nas redondezas, pois ainda haveria atividade relativa ao congresso naquele dia, no auditório da Biblioteca Municipal, na rua Xavier de Toledo, a dois quarteirões do Teatro Municipal.

A primeira sessão plenária do Congresso ocorreu ainda naquele dia, às 21 horas. Sérgio Milliet dirigiu-se à mesa e deu início aos trabalhos. Foi, então, formada uma comissão de trabalho, a qual se encarregou de realizar o credenciamento dos delegados, distribuir suas respectivas credenciais e nomear, em plenária, as cinco comissões de teses do congresso. Essa é a parte do evento mais burocrática, mas não menos importante. A divisão temática das comissões assim como os seus membros trazem consigo o que era esperado como resultado do congresso.

Todas as comissões foram formadas através indicação das delegações estaduais, sendo inicialmente pensadas para conter treze membros, passaram a ser constituídas por quinze delegados.

---

[224] idem, *ibid.*, pp. 15 e 16.

A comissão que avaliaria as teses relativas aos direitos autorais foi chamada de "A" e teve como presidente o conhecido jurista e poeta Paulo Mendes de Almeida. O jornalista baiano Homero Pires presidiu a comissão "B" - de cultura e assuntos gerais. A comissão de assuntos de teatro, rádio, imprensa e cinema foi presidida pelo humorista Aparício Torelly, conhecido desde a década de 1930 como Barão de Itararé e como comunista de carteirinha.

Na comissão de assuntos políticos encontramos praticamente todos os nomes diretamente envolvidos na própria organização do congresso: Alberto Passos Guimarães, Jorge Amado, Astrojildo Pereira, Osório Borba, Eduardo do Prado Kelly, Jair Rebelo Horta, Carlos Drummond de Andrade (que não compareceu ao evento), Moacir Werneck de Castro, Carlos Lacerda, Caio Prado Júnior, Paulo Emílio Sales Gomes, Dionélio Machado, Arnon de Melo, Fritz Teixeira de Sales e Raul Riff.

E, por fim, foi nomeada a comissão de redação e coordenação, encarregada entre outras tarefas de dar a redação final às teses aprovadas em plenário e coordenar todos os trabalhos das respectivas comissões.

Depois da plenária, naquela noite, Jorge Amado convidou alguns companheiros comunistas para uma rápida reunião. Seriam necessários alguns ajustes na atuação dos comunistas no congresso, principalmente entre os comunistas membros das comissões. A reunião fora marcada. Saindo da Biblioteca, Jorge Amado se embrenha por algumas ruelas em redor e encontra Pedro Pomar.

O paraense Pedro Pomar havia chegado ao Rio de Janeiro em 1941 em companhia de João Amazonas. Nos primeiros anos de estadia no Rio, ganhou a vida como pintor de paredes. Ambos eram militantes comunistas desde meados da década de 1930 e, em 1942, com a antiga direção do PCB completamente esfacelada, participaram da Comissão Nacional de Organização Provisória - CNOP -, cujo objetivo era o de reorganizar o partido nacionalmente, sendo provisoriamente a sua coordenação nacional. Com o jornalista e economista Amarílio Vasconcelos e com um antigo militante baiano da Juventude Comunista, Maurício Grabois, a CNOP ganhou vida e incorporou outros membros como João Amazonas e Pedro Pomar.

Em agosto de 1943, a CNOP organizou o que ficou conhecido como a Conferência da Mantiqueira. Dela participaram 14 militantes e como alguns deles se sentiam autorizados pelo

Bureau Sul-Americano, antigo órgão ligado à recém extinta Internacional Comunista, resolveram iniciar a reorganização do partido. Foi eleito um Comitê Nacional, para o qual Luís Carlos Prestes, sem estar presente, foi nomeado secretário-geral, cargo de maior importância na hierarquia comunista.

A política de "união nacional", aprovada na conferência, posicionava os comunistas ao lado de Getúlio Vargas na luta contra o nazifascismo. Mas não foi bem aceita, assim como não eram bem aceitos os membros do novo comitê nacional, graças à cissão ocorrida no interior do partido por ocasião do apoio a José Américo, candidato do governo às eleições que não ocorreram em 1937. Não necessariamente ligados ao grupo liderado por Sacchetta, contrários ao apoio e expulsos do partido como trotskistas, haviam outros que ainda militavam na Bahia, em São Paulo e no Rio de Janeiro que não concordaram com o apoio a José Américo, nem com a realização da conferência, muito menos com suas resoluções políticas. Esses descontentes afirmavam que o grupo que compunha a CNOP eram pessoas que até então estavam nas margens do partido ou eram recém ingressos sem a experiência necessária para qualificá-los para tamanha tarefa.

Se essa posição política caiu como uma bomba entre os grupos que faziam oposição ferrenha ao Estado Novo, também foi um certo alívio para os que discretamente circulavam pelos periódicos governistas ou pelos seus aparelhos administrativos. Ainda que a divisão não tenha sido assim tão rasa, pois vários interesses locais também se encontravam em jogo, não é de se admirar que alguém como Jorge Amado tantas vezes preso pelo Estado Novo, tendo até seus livros queimados em praça pública, pudesse defender a CNOP e suas posições políticas com vigor e entusiasmo.

A conversa com Pedro Pomar fora rápida, afinal ele era procurado pela polícia política de Vargas e aquele era um encontro clandestino. Não havendo muito o que contar sobre o congresso, já que nada de muito especial havia sido discutido, Jorge Amado recebeu a ordem de Pomar para que insistisse num acordo com outros escritores, entre eles Carlos Lacerda, para que a posição política do congresso fosse a mais próxima possível da resolução da Conferência da Mantiqueira, a "união nacional". Ainda assim acertaram mais alguns detalhes sobre o número dos possíveis votos que a posição comunista poderia ganhar na plenária e os membros comunistas nomeados para as comissões. Pomar despediu-se rapidamente e desapareceu pelas ruas do centro. Em seu apartamento, Jorge Amado recebeu a escritora Alina Paim (membro da comissão de direitos autorais), Dionélio Machado

(além de membro da mesa diretora do congresso, membro da comissão de assuntos político), Dalcídio Jurandir (membro da comissão de cultura e assuntos gerais), Oswald de Andrade, Aparício Torelly e Vinícius de Morais (os três membros da comissão de teatro, imprensa, rádio e cinema), e Moacir Werneck de Castro e Raul Riff (também membros da comissão de assuntos políticos juntamente com Jorge Amado).

Acertou-se que todos se empenhariam ao máximo para que a posição de "união nacional" fosse ganhando adeptos entre os delegados não-comunistas, fizeram até uma lista dos possíveis adeptos e dividiram-se neste trabalho, ficando Jorge Amado com a tarefa de conversar com Carlos Lacerda, o mais decidido contra a posição comunista. Trabalharam também nos argumentos para que algumas das teses enviadas pelos comunistas pudessem ter parecer favorável nas comissões [225].

No dia seguinte, às 14 horas foram iniciadas as primeiras reuniões das comissões, no Centro do Professorado Paulista. A tarde foi cansativa. As tantas teses foram primeiramente separadas pela mesa diretora do congresso "pela natureza do assunto" [226], e distribuídas pelas comissões que lhes cabiam tematicamente. Enquanto isso, nas comissões temáticas ocorriam as eleições para presidente, secretário e relatores - cada membro das comissões tinha uma tarefa muito específica, mas ficava garantido aos autores das teses que mais de um membro leria cada tese.

Chegando as teses nas respectivas comissões, foram distribuídas entre os relatores. Os trabalhos das comissões foram encerrados, já que os relatores deveriam ler as teses para, no dia seguinte pela manhã, apresentarem os primeiros relatórios, que ainda deveriam ser aprovados pelo conjunto da comissão. Só assim, de acordo com o regimento, poderiam as teses chegarem a ser debatidas em plenário.

Mas isso tudo estava acontecendo com 70, no máximo 75 pessoas de um congresso com mais de 250 escritores. E como o dia havia sido livre para o restante dos delegados, por volta das oito horas da noite - horário em que se encerraram as atividades das comissões -, compareceram ao Teatro Colombo para assistirem à peça *Hoffman* de Alfredo Mesquita, cuja renda seria revertida

---

[225] A reunião no apartamento de Jorge Amado é uma inferência, é uma possibilidade mediada pelo cruzamento de outras informações. Ver, sobretudo: Jorge Amado, *Navegação de Cabotagem*, *op. cit.*, pp. 19-20.
[226] Regimento Interno do I Cong. Bras. de Escr., *op. cit.*, Cap. II, Art. 30.

em beneficio do congresso. A encenação ficaria por conta do Grupo Experimental de Teatro, fundado e dirigido pelo autor da peça [227]. Alfredo Mesquita, paulistano nascido em 1907, cursou a Faculdade de Direito e a de Ciências e Letras durante a década de 1930. Foi também neste período, em 1936, que estreou no Teatro Municipal de São Paulo com a peça *Noite de São Paulo*. No ano seguinte ganhou o prêmio do Departamento Municipal de Cultura, na categoria drama.

Mas, muito provavelmente, a mesa diretora e os membros das comissões não estavam lá para prestigiar a peça e o Grupo Experimental de Teatro. Estes deveriam estar em alguma das festas, nas quais "a intelectualidade e a sociedade paulistanas homenageavam os ilustres participantes desse I Congresso, convidando-os às suas casas, oferecendo-lhes lautos jantares e animados coquetéis". Ao menos é isso que Zélia Gattai nos faz acreditar [228]. Jorge Amado, aquele que daí a alguns meses se tornaria marido de Zélia, no entanto, arrisca uma lembrança mais picante:

> "Fora das plenárias e das comissões era a festa e que festa! Ininterrupta, delirante, as rédeas soltas. Coquetéis [...], festinhas, danças improvisadas, bate-coxas animados, comilanças, beberanças e, acima de tudo, a boa fodilhança: como se fodeu nesse Congresso, inimaginável! Vinicius de Morais, galã de cinema, ia de mão em mão, melhor dito de xoxota em xoxota. Tampouco posso me queixar."[229]

Entre uma lembrança e outra, que de resto podemos imaginar não ter sido nem uma coisa nem outra nos extremos, as festas foram fatos anunciados publicamente pelos jornais, apesar da censura ainda vigente.

No dia seguinte, quarta-feira às oito da manhã, enquanto os membros das comissões e os da mesa preparavam seus pareceres para a reunião nas comissões, dois ônibus lotados de escritores partiam da livraria Brasiliense de propriedade de Caio Prado Júnior, na rua Dom José de Barros, em direção ao norte da cidade. Os delegados visitaram o Horto Florestal, único do tipo na América Latina naquele período, recobria quase toda a Serra da Cantareira; hoje, reduzido a uma pequena área no início da descida da Serra [230].

---

[227] *O Estado de São Paulo*, 19 de janeiro de 1945. No entanto, no *Dicionário Literário Brasileiro*, org. Raimundo de Menezes, Rio de Janeiro, LTC, 1969, p. 443, essa peça não consta de sua bibliografia.
[228] Zélia Gattai, *Senhora dona do baile*, Rio de Janeiro, Editora Record, 1984, p. 29.
[229] Jorge Amado, *Navegação de cabotagem*, Rio de Janeiro, Editora Record, 1992, p. 20.
[230] Os delegados foram recebidos pelo diretor do Serviço Florestal do Estado, Arnaldo Araújo Jordão. *OESP*, 25 de janeiro de 1945.

Às 14 horas, teve início a segunda plenária do Congresso no Centro do Professorado Paulista-CPP. Na primeira parte, já tendo iniciado a apresentação dos primeiros relatórios de trabalho das comissões temáticas, percebeu-se que as comissões pouco puderam produzir sem terem nenhum relatório conclusivo possível de ser apresentado ao plenário.

No entanto, o dia não passou em brancas nuvens. Lá pelas tantas, depois de várias desculpas dos relatores das comissões, Wilson Martins, que contava com 24 anos e acabara de se formar Faculdade de Direito do Paraná pediu a palavra e solicitou que a mesa providenciasse cópias dos relatórios globais ao conjunto dos delegados. Em seguida, Clóvis Ramalhete, da comissão de direitos autorais, declarou que havia participado da reunião da comissão, pois achava que todos os assuntos apresentados na comissão deveriam ir para as plenárias. O debate começou a esquentar, já que vários congressistas concordavam com Ramalhete.

A cantilena tinha seus motivos. O Regimento Interno do Congresso estabelecia que a tese que tivesse parecer negativo na comissão, não seria mencionada na plenária. Era uma espécie de funil que controlava o que seria debatido pelo conjunto dos delegados. Carlos Lacerda apoiou o regimento, mas pediu que os membros das comissões fossem mais "liberais" ao interpretar o Regimento Interno. O ensaísta Fernando de Azevedo, fundador e diretor da Companhia Editora Nacional, pediu que regimento fosse respeitado e que as comissões fossem soberanas. Do fundo do auditório, ouviu-se um princípio de vaia.

Sérgio Milliet tentou acalmar os ânimos avisando da impossibilidade de ter cópia dos relatórios globais a todos os congressistas, porque não havia estrutura nem dinheiro. Joracy Camargo, membro da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais e, no congresso, da comissão de Teatro, imprensa, rádio e cinema, tentou ler a proposta de Fernando de Azevedo. Quando acabou seu tempo, a mesa pediu que ele encerrasse. Continuou e ouviu sonoros "cala boca!" da platéia, principiando um tumulto que o fez calar.

O jornalista comunista Pedro Motta Lima tentou encaminhar a discussão para outro aspecto:

"Não podemos dar ao País um espetáculo que não corresponda aos sentimentos democráticos do nosso povo. Então, nós não podemos admitir que haja outro poder soberano que não o do Plenário do nosso Congresso."[231]

Seguiram-se, então, várias intervenções em defesa da soberania da plenária do congresso. Quando já se encerrava a discussão, o humorista e jornalista Aparício Torelly pediu a palavra:

"O Congresso é soberano e a comissão não o é. Isso seria delegar à minoria (da qual faço parte) um poder soberano, em desacordo com os princípios democráticos. De maneira que, como presidente de uma dessas comissões, abdico desde já desta autoridade soberana, para transferi-la ao Congresso, porquê a ele me pertence."[232]

Para organizar os debates, Aníbal Machado suspendeu a plenária para que as propostas de mudança do regimento pudessem ser sistematizadas para entrarem em processo de votação.

Carlos Lacerda, Fernando de Azevedo e Martins de Almeida (proprietário da Livraria martins Editora) elaboraram uma proposta conjunta: "Propomos que todas as conclusões das comissões sejam submetidas à discussão e aprovação em plenário."[233] Mais três propostas foram apresentadas, todas modificando o regimento nos mesmos termos usados por Lacerda. Uma destas propostas foi apresentada pelo escritor comunista Milton Pedrosa, à revelia de Jorge Amado, que havia feito um acordo com Carlos Lacerda em nome dos comunistas do congresso para apoiar sua proposta, a qual foi aprovada por unanimidade (nem Pedrosa votou em sua proposta).

Mas ainda havia outras formas previstas no regimento em que o controle político do congresso ficava com a mesa e com as próprias comissões. O art. 19° do regimento estabelecia: "Ficam terminantemente proibidas moções, congratulações e quaisquer outras manifestações de apreço, homenagem, felicitações, solidariedade, etc. de caráter pessoal, partidário ou religioso"[234]. Tal artigo significava um acordo prévio entre as correntes político-partidárias participantes do congresso. Mais que isso, estabelecia o consenso (da direção da entidade e das correntes político-partidárias) como norma de conduta para aprovação das propostas em plenário.

---

[231] *I Cong. Bras....*, *op. cit.*, p. 47.
[232] idem, *ibid.*, p. 49.
[233] idem, p. 50.
[234] idem, p. 13.

Reforça-se essa idéia também no dispositivo que não permite que as propostas sejam apresentadas diretamente em plenário, tendo estas que passar necessariamente pela aprovação da mesa diretora do congresso. Ao que parece, tudo que fosse aprovado teria que passar por acordos de bastidores, recurso indispensável para as correntes político-partidárias que tentavam obter a hegemonia na direção da entidade.

Resolvida a contenda regimental, que na verdade era um mecanismo para barrar manifestações de grupos organizados, teve início a apresentação dos relatórios da "Comissão de cultura", que rapidamente foi encerrada, pois as outras comissões não estavam preparadas para apresentação de todos os pareceres já que o regimento acabava de ser mudado. A terceira sessão plenária foi convocada para às 20 horas do mesmo dia, no mesmo lugar.

À noite, antes da apresentação dos trabalhos das comissões, foi aprovada a proposta do escritor português Jayme Cortesão, a qual formava uma comissão com Antônio Amorim, Jayme de Moraes, Artur Ramos, Sérgio Buarque de Holanda e José Honório Rodrigues, que se encarregaria de organizar a Sociedade Luso-Afro-Brasileira, cujos objetivos seriam o de estudar e defender o "patrimônio cultural" comum destas tradições, iniciativa que não se realizou. A "Comissão de cultura", então, passou a coordenar o restante dos trabalhos noturnos. Sérgio Buarque de Holanda apresentou o parecer negativo da tese de Ernesto Heli da Selva, concluindo que de acordo com o art. 19º do regimento "o Congresso não deve tomar conhecimento da tese". O argumento de Holanda, baseado no regimento, diz respeito ao trecho conclusivo da tese:

> "Sugerimos a este Congresso dirigir a S. Excia., o Sr. Presidente da República, primeiro anti-fascista da República Democrática do Brasil, a afirmativa da nossa solidariedade pela sua atividade que vem calando fundo em nossa mentalidade de anti-fascistas conseqüentes..."[235]

A tese foi vaiada e ficou como um exemplo do uso do artigo 19º do regimento. Entre as teses apresentadas, votadas, aprovadas ou rejeitas desta noite, algumas foram interessantes e, na sua grande maioria foram aprovadas por consenso. Entretanto, as questões ligadas à formação de um sistema público e gratuito de ensino, ou as propostas de formação de bibliotecas nos bairros afastados dos centros urbanos, ou, ainda, as de bibliotecas ambulantes, tiveram suas conclusões práticas reduzidas ao encaminhamento às "autoridades competentes" - o que significava enviar as propostas

---

[235] idem, p. 61.

aos governos federal, estadual ou municipal conforme o caráter de cada proposta ou, em última instância, o que talvez desse no mesmo, tornaram-se letra morta na ata do congresso.

Lá pelas tantas, quando o plenário começava a ficar sonolento, Pompeu de Souza apresentou o parecer da tese "A linguagem, a liberdade e a evolução" de Álvaro Faria. O parecer afirma que é um bom estudo das formas como a linguagem pode ser utilizada pelo poder público contra os interesses da maioria e propõe que a tese seja publicada nos anais do congresso. De súbito, levantou-se Aurélio Buarque de Holanda, afirmando que a publicação daquele trabalho "doutrinário" seria um precedente perigoso, no qual outras conclusões cheias de "lugares-comuns" e "palavras ocas" seriam também aprovadas.

Retomou a palavra o relator, afirmando que o parecer pela publicação não se deu por razões sentimentais, achando mesmo a tese "vazia de expressão, mais destinada a causar impressão..."[236]. Pompeu de Souza voltou atrás frente a imponência de Aurélio Buarque de Holanda? Ou talvez, tenha sido por pressão vinda da platéia, que não se calava interrompendo a sessão várias vezes. Tanto barulho para que a tese fosse então aprovada para a publicação nos anais.

Ainda foi aprovada naquela noite a tese "A reforma agrária permitiria o estabelecimento de uma das bases materiais mais sólidas para a democratização da cultura no Brasil" do Dr. Aguinaldo Costa. A leitura do parecer pela publicação provocou a manifestação contrária do ex-comunista Arnaldo Pedroso d'Horta. A defesa da tese de Costa tirou alguns líderes da entidade de suas cadeiras. Pronunciaram-se: Antonio Candido, Paulo Zinng, Argeu Ramos, Odilo Costa Filho e, por fim, Carlos Lacerda, que comandou a aprovação da tese por aclamação. Mas nenhum ressentimento ficou guardado, porque alguns meses depois, Pedroso d'Horta assinou junto com Antonio Candido, Paulo Zinng e Paulo Emílio Sales Gomes o manifesto do novo grupo União Democrática Socialista, defendendo um regime socialista e uma democracia sem classes[237].

E para fechar a noite dos consensos, foi rejeitada a tese "Limitação dos acentos gráficos" do trotskista Aristides Lobo. O autor fazia parte do grupo trotskista de Mário Pedrosa, que articulava a publicação de *Vanguarda Socialista*, revista semanal que contou com artigos de Edmundo Muniz, Geraldo Ferraz, Rachel de Queirós, Patrícia Galvão, Azevedo Lima, Hílcar Leite e o próprio

---

[236] idem, p. 70.
[237] John F. Dulles, *op. cit.*, p. 271.

Pedroso d'Horta, tendo quase todos envolvimento com o PCB no início dos anos trinta. Terminada a sessão alguns convidados se dirigiram à casa do jornalista paulista e diretor da Empresa Gráfica Revista dos Tribunais, Nelson Palma Travassos para mais uma festa de confraternização.

Na quinta-feira, coincidindo com o aniversário da cidade de São Paulo, a programação dos trabalhos do congresso ficou reservada as comissões. Mas aproveitando a data, foi inaugurada a Seção de Arte da Biblioteca Municipal e Sérgio Milliet, como diretor da biblioteca, proferiu um discurso, seguido pelo presidente da ABDE, Aníbal Machado, que falou sobre as artes plásticas no Brasil. Porém, antes da inauguração, que aconteceu por volta das 13 horas, alguns delegados participaram do coquetel oferecido aos congressistas na União Cultural Brasil-Estados Unidos. Apenas alguns delegados foram convidados, como também para o jantar oferecido pelo casal Lasar Segall na noite anterior.

A quarta sessão plenária, sexta-feira às 14 horas, no CPP, teve início com a leitura da mensagem do embaixador dos EUA no Brasil aos escritores. Depois de alguns informes e acertos, foram apresentados, finalmente, os relatórios finais da "Comissão de cultura".

A primeira tese apresentada foi a de Humberto Bastos, que solicitava apoio do congresso na exigência junto ao governo federal para a formação do Instituto Nacional de Educação a fim de coordenar uma campanha nacional de alfabetização. Após sua rejeição, foi apresentado o parecer sobre a tese de Dalcídio Jurandir e Astrojildo Pereira sobre o mesmo assunto.

O parecer do carioca José Honório Rodrigues foi taxativo: "Trata-se de valiosa contribuição, estudando os meios práticos de combate ao analfabetismo". O paulistano Paulo Mendes de Almeida, chefe da Procuradoria Geral do Estado, pronunciou-se contrário alegando impedimento regimental. No mesmo sentido, falou Marinho Rego. Por outro lado, em defesa de Pereira e Jurandir, retomou a palavra Honório Rodrigues e pronunciou-se ainda Alberto Guimarães. Este último, baiano que era, lembrou aos congressistas que a proposta havia sido inspirada na experiência dos jovens universitários baianos que iniciavam uma campanha de alfabetização "popular" em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação.

A tese foi colocada em votação e o tumulto foi grande, tendo a mesa diretora que fazer a votação novamente. Porém, no fim, foi aprovada. Mas Marinho Rego, tendo perdido a votação, pediu que se incluísse um adendo à proposta de Dalcídio Jurandir e Astrojildo Pereira. De pronto,

Caio Prado Júnior se pronunciou contrário, afirmando que tal adendo contrariava as propostas da tese. E quando seguiu-se a votação, Marinho Rego perdeu novamente.

Sérgio Buarque de Holanda leu o parecer da tese "O estudante pobre em face da cultura" de José Lazarini e Irineu Stronger. Tal tese propunha a inclusão de um certo número de vagas gratuitas nas escolas secundárias e universitárias, que seriam distribuídas aos estudantes "pobres". O parecer de Holanda foi negativo, pois a tese seria "demasiada ingênua, para não dizer inocente."[238] Mas teve que voltar atrás, pois o restante da comissão discordou de seu parecer, propondo que a tese fosse publicada nos anais. O socialista Paulo Emílio Sales Gomes saiu em defesa da tese e obteve o apoio necessário para que ela fosse aprovada.

Buarque de Holanda leu, em seguida, o parecer elaborado por Lívio Xavier sobre a tese "Estudos regionais", cuja autoria pertence ao folclorista baiano e comunista Édison Carneiro. O parecer de Lívio Xavier foi estranhamente elogioso para um trotskista, recomendando a aprovação da tese:

> "[...] por tratar-se de assunto de interesse geral qual seja a publicação mais sistemática e divulgação mais ampla das monografias de caráter regional que estudem do ponto de vista da sua formação particularista a história e a economia do Brasil."[239]

Sendo aprovada por unanimidade. Em seguida, Fernando de Azevedo leu um documento sobre a democratização da cultura, assinado por ele, Cruz Costa, Carlos Lacerda, Antonio Candido, Pedro Mota Lima, entre outros socialistas e democratas, além de Astrojildo Pereira. O documento foi uma espécie de fechamento unitário, ou quase, das discussões sobre cultura e indicava os caminhos a serem seguidos pelos escritores:

"Considerando que à cultura incumbe o dever de se entregar inteiramente ao estudo, debate e solução dos grandes problemas do país e à defesa e amparo das classes que até hoje viveram privadas de seus benefícios; [...] Considerando que o problema da democratização da cultura está intimamente ligado ao da criação de uma ordem social, mais justa e mais humana em que haja igualdade de oportunidade para todos; [...] Sugere à ABDE, como instituição de classe, e a todos escritores que a constituem que [...] 1. cooperem na defesa do conceito de liberdade [...]; 2. defendam os direitos e a dignidade da pessoa humana [...]; 3. reconheçam e defendam [...] uma vida social democrática de tal modo organizada que permita e favoreça as diferenças

---

[238] *I Cong. Bras. de Escr...*, *op. cit.*, p. 88.
[239] idem, p. 90.

individuais [...]; 4. contribuam para a reestruturação do sistema nacional de educação [...]; 5. procurem promover e prestigiar a participação maior das massas na cultura [...]; 6. Apóiem e estimulem as investigações regionais [...]; 7. procurem dilatar a ação desses poderosos instrumentos de informação [cinema, jornal, revista, livro e, sobretudo o rádio], de influência educativa e artística e de irradiação da cultura; 8. tenham presente que a literatura e a arte desempenham um papel social [e] podem realizar uma fecunda comunhão entre o povo e os criadores da cultura; 9. que considerem, pois, os escritores a função que lhes cabe ou que podem exercer no processo de democratização da cultura, o qual não se realiza somente, como se supõe, de fora para dentro, sob pressão de causas externas (reformas e medidas de caráter econômico, social, político, escolar, etc.), mas pela força interna da criação e de renovação, de uma cultura de mandato social, enraizada na vida do povo, e alimentada nas suas tradições e lembranças, nas suas necessidades e nos seus problemas, nos seus sofrimentos e nas suas aspirações; 10. que apóiem e estimulem toda a literatura inspirada em nossa melhor tradição liberal [...]"[240]

O documento parece ter sido o mais bem elaborado daqueles que foram apresentados pela "Comissão de cultura" e, ainda assim, não foi votado; foi apenas encaminhado, como sugestão, para a comissão de coordenação e redação. Ao mesmo tempo em que o documento expressou uma certa unidade de opiniões gerais sobre o papel "social" do escritor e suas tarefas futuras, ele revelou conflitos de outra natureza.

No congresso, Astrojildo Pereira não expressava o seu repúdio à CNOP. Circulando e juntando-se aos socialistas e democratas, afastado do grupo de escritores organizados em torno de Jorge Amado, Astrojildo fez aprovar com outras correntes de opinião o seu programa de ação para os intelectuais.

Carlos Lacerda fora militante do PCB até 1938, quando formava com Jorge Amado, Rubem Braga, Moacir Werneck de Castro e Samuel Wainer um grupo chamado "os cinco mosqueteiros com idéias comunistas". Mas, no ano seguinte, Lacerda escreveu um artigo, não assinado, sobre o PCB em *O Observador Econômico e Financeiro*, no qual fez um breve balanço das atividades comunistas no Brasil e que naquele momento os comunistas haviam adotado a tática da Frente Popular. O artigo não agradou a direção do partido e espalharam a notícia de que ele era um

---

[240] idem, p. 95.

trotskista. Lacerda se afastou, então, dos outros mosqueteiros e viu o seu nome associado ao trotskismo, como "provocador" e agente da GESTAPO[241].

Agora, no congresso, liderava com outros escritores uma bancada que se denominava "democrática", constituída por socialistas e democratas independentes que formariam futuramente algumas pequenas organizações como, por exemplo, a Esquerda Democrática, a União Democrática Socialista, o Partido Socialista Brasileiro e, em outros casos, como o de Lacerda, a União Democrática Nacional - formada no mês seguinte da realização do congresso. Carlos Lacerda foi um dos líderes e mentores da UDN, apresentada como uma grande frente anti-Vargas. Como os comunistas defendiam a "união nacional", que incluía a defesa das eleições para uma constituinte com Getúlio Vargas na Presidência da República. Carlos Lacerda, anti-varguista que era, não poderia concordar com a posição dos comunistas. Antonio Candido e Sérgio Buarque de Holanda nunca estiveram perto do PCB, mas acabariam juntos fundando o PSB no ano seguinte.

Mas deixemos de querer antecipar as coisas, porque houve ainda um outro conflito e este, talvez, não seja assim tão transparente como os conflitos partidários. E como tal, ele começou a se esboçar com a apresentação dos relatórios da "Comissão de teatro, rádio, cinema e imprensa".

O primeiro relatório apresentado foi o da sub-comissão de imprensa, presidida por Paulo Zinng, que tendo apenas uma tese para apreciar resolveu apresentar algumas "recomendações" ao congresso, que variou entre a condenação da censura organizada pelo DIP aos veículos de comunicação e o estabelecimento de uma tabela de salários da ABDE. Plínio Melo, diretor do Sindicato dos Jornalistas Profissionais, pediu a palavra e afirmou que o congresso soube exprimir muito bem o pensamento dos jornalistas profissionais, aplaudindo de pé o relatório de Zinng.

Vinícius de Moraes apresentou, então, o relatório da sub-comissão de cinema, a qual presidia. Não tendo nenhuma tese a ser apresentada, o relator elaborou algumas propostas a serem encaminhadas pela ABDE. O relatório começa afirmando a ligação de longa data entre a literatura e o cinema e termina propondo, entre outras, a obrigatoriedade de "críticos livres" de cinema na grande imprensa e nos periódicos especializados em literatura e cultura, a criação de uma Filmoteca Pública, a obrigatoriedade de exibição de "bons filmes educativos", que haja tradução dos letreiros de filmes

---

[241] Dulles relata que, no artigo, a referência a Lênin saiu: "degenerado gênio Lênin", por invenção do revisor. John F. Dulles, *op. cit.*, pp. 190-192.

estrangeiros, que ABDE "recomende aos poderes competentes a criação de clubes de cinema no país [...]"[242]

Moraes acabava de traduzir a biografia-exaltação de Stalin que Henri Barbusse publicara em 1935. A tradução, *Stalin: um mundo visto através de um homem*, seria publicada ainda em 1945[243]. É fácil, então, descobrir qual era a sua posição política. Mas, nem por isso é de se estranhar que a quase totalidade das propostas que elaborou dizia respeito à solicitação que a ABDE deveria fazer aos órgãos públicos e às autoridades competentes - aplaudidas de pé, foram as propostas enviadas à comissão de coordenação e redação. Com certa facilidade poderíamos afirmar que as propostas de Moraes são reformistas, mas isso ajudaria pouco a entender o porque desta ser uma alternativa comumente usada por grande parte dos escritores, cujas teses apareceram e foram aprovadas no Congresso. Uma possível explicação poderia ser encontrada na própria experiência profissional de Vinícius de Moraes. Assim como outros escritores, Moraes fez parte do quadro de funcionários do governo federal. A despeito do cargo de censor de cinema que passou a ocupar em 1936 junto ao Ministério da Educação e Saúde[244], Moraes acreditava na intervenção do estado como forma de sanar os problemas sociais brasileiros.

Entretanto, restam ainda alguns fios a serem puxados, para que a trama comece a tomar forma. Por isso, voltemos à programação do congresso.

A comissão de teatro apresentou apenas duas teses. Álvaro Moreyra leu o parecer positivo sobre a tese de Joracy Camargo, "O teatro do povo". Ainda que o parecer tenha sido pela aprovação da tese, a comissão não concordou com tudo que Camargo afirmou. A discordância dizia respeito a esta passagem da tese:

> "A preguiça mental do nosso povo, que decorre da sua própria formação apressada, pela influência do clima, longe de afastá-lo do teatro, ao contrário, obriga-o a procurar a única forma de expressão artística que lhe satisfaz a irresistível tendência para a materialidade, ou

---

[242] idem, p. 100.

[243] Imagem 17: reprodução de capa do livro de Henri Barbusse, *Stalin. Um mundo novo visto através de um homem* (trad. Vinicius de Moraes e Tati de Melo Morais), Rio de Janeiro, Companhia Editora Leitura, 1945, Coleção Homens do Mundo n.° 3.

[244] Alceu Amoroso Lima, Telegrama a Gustavo Capanema, 21 de novembro de 1936. No telegrama, Lima agradece ao ministro o emprego de censor dado ao poeta.CG/Lima, A. b0052 - Arquivo Gustavo Capanema - CPDOC - FGV. In: Beatriz Kushnir, *Cães de guarda..., op. cit.*, pp. 71-72.

> melhor, para fazer da idéia uma realidade viva e plástica. [...] Aí está a razão pela qual o nosso público, na falta dos antigos espetáculos de circo, com suas pantominas de poucas palavras e de ação intensa, se movimentou em massa, apaixonadamente, para os campos de futebol, o esporte que passou a constituir o verdadeiro teatro nacional."[245]

O parecer de Moreira corrigiu a definição de "povo" de Camargo, não comprometendo o argumento central de sua tese, na qual o teatro deveria servir à educação e elevação cultural do "povo":

> "Não se deve falar no baixo nível mental do nosso povo. Deve-se falar no baixo nível mental do teatro que se dá ao nosso povo - com exceções que os intérpretes insistem em derrotar. E às exceções pertence Joracy Camargo. Aliás sua tese é um desabafo e um protesto."[246]

Essa concepção eugênica que informa a definição do povo, tão corrente naquele período, como já vimos neste capítulo, também apareceu como pano de fundo de várias outras interpretações surgidas no congresso. No entanto, aqui ela tem uma função mais devastadora, pois ilumina o papel ou a função social que o escritor pleiteia para si. A partir daqui e seguindo os argumentos da tese de Camargo encontramos talvez, um ponto de afinidade entre os dois, a definição de "teatro do povo", que:

> "[...] tratará sempre de temas coletivos, transplantando para o palco os conflitos da maioria, sem o esquematismo e o psicologismo a que estão obrigados os autores da pequena-burguesia."[247]

Aparece, então, uma outra concepção de teatro, oposta ao "teatro de massas". O teatro da pequena-burguesia que, segundo a tese, buscava os dramas existenciais, não tinham nenhuma utilidade para a vida do "povo". Crítica muito similar àquelas feitas à literatura "sorriso da sociedade", na qual o escritor está afastado dos dramas cotidianos dos trabalhadores e da "gente simples". O escritor, mesmo invertendo o seu papel de "bobo do rei", não escapa dessa concepção eugênica, tornando-se aquele que intervém na formação de um "povo" de "nível mental" elevado:

> "Precisamos tornar os indivíduos da massa úteis a si mesmo e à coletividade habilitando-o a reivindicar coletivamente a satisfação de suas necessidades, pelo esclarecimento dos conflitos

---

[245] idem, p. 185.
[246] idem, p. 101.
[247] idem, p. 186.

em que se debatem, para que os responsáveis diretos pelos seus destinos encontrem maior facilidade na solução dos problemas da maioria, e possam contar com a colaboração do povo na obra de sua própria salvação."[248]

Os "responsáveis diretos pelos seus [povo/massas] destinos"? A idéia missionária reaparece, então, na forma de intervenção direta dos escritores, "como líderes naturais de todas as correntes populares", na administração pública. É muito provável que avaliassem que a administração pública de Getúlio Vargas não tenha sido o lugar mais propício para este tipo de intervenção; lugar que, em todo caso, foi para alguns. E talvez por isso, ambos estivessem presentes no Instituto Nacional de Música no Rio de janeiro, alguns meses depois, recebendo das mãos de Prestes a carteirinha de filiado comunista[249].

Os congressistas aprovaram a tese de Camargo e, indo adiante, aprovaram a tese de Pompeu de Souza, cujo título é esclarecedor "Pela criação de um teatro nacional". No mesmo sentido da tese que a precedeu, esta afirma que o teatro no Brasil "não presta porquê é escrito por incapazes", porquê produzem interpretações baseadas em "sub-literatura". E concluiu que só quando "verdadeiros escritores" escreverem peças, poderá o teatro sair da "sub-cultura" em que se encontra. O teatro deveria, segundo a tese, livrar-se do interesse comercial que o dominou. E isto só seria possível se o teatro continuar a receber e exigir mais financiamentos do "poder público".

Intervenção direta do escritor e patrocínio do poder público, eis a receita que comunistas e não-comunistas encontravam em conjunto contra os males dos interesses comerciais no teatro brasileiro. E nesse mesmo sentido foram diferentes as teses apresentadas pela sub-comissão de rádio.

No entanto, a questão não era a suposta sub-cultura ou sub-literatura que estes novos e poderosos veículos de comunicação expressavam. Mas eram os novos espaços que estes veículos

---

[248] idem, pp. 190 e 191.

[249] Imagem 18: reprodução fotográfica do momento da entrega da carteira de membro do Partido Comunista do Brasil por Prestes a Astrojildo Pereira, Teatro Ginástico, Rio de Janeiro, abril de 1946 - C.Amb 54,38 - Acervo Fotográfico - Fundo: Astrojildo Pereira - CEDEM - UNESP. Ver também: *Tribuna Popular*, Rio de Janeiro, 21 de abril de 1946, onde constam os seguintes participantes do evento, além de Astrojildo Pereira, Alina Paim, Álvaro Moreyra, Ana Stela Chic, Arnaldo Estrela, Aydano do Couto Ferraz, Brasil Gerson, Candido Portinari, Carlos Sclair, Clóvis Graciano, Dias da Costa Dionélio Machado, Dalcídio Jurandir, Edison Carneiro, Eneida de Moraes, Graciliano Ramos, James Amado, Jorge Amado, Jorge Medauar, José Geraldo Vieira, Juraci Camargo, Laura Austragésilo, Leôncio Basbaum, Lia Corrêa Dutra, Mário Schemberg, Miguel Costa Filho, Oduvaldo Viana, Oscar Niemeyer, Oswaldo Peralva, Pedro Mota Lima, Rui Facó, entre outros.

criavam ao atingirem uma quantidade maior de pessoas. Espaços, nos quais os escritores e seus livros saiam perdendo. A industrialização da cultura que acabou criando um público consumidor infinitamente maior do que o dos livros, tornou-se inimigo do escritor. Essa cultura de massas que foi sendo criada colocou o escritor numa posição em que viu dividido o seu prestígio público com o apresentador do Repórter Esso, com a estrela Ava Gardner, com a dupla humorística Jararaca e Ratinho, etc. Assim, para os escritores era preciso que se criasse uma legislação que os protegesse social e economicamente nesse novo mundo amplo dos meios de comunicação, assim como Astrojildo Pereira chamou a atenção para o poder de influência que eles detinham.

O Congresso acabava de entrar em sua fase de encerramento. A terceira parte da plenária do dia 26, tratou da questão dos direitos autorais. Desta discussão, participaram os escritores mais engajados na militância da ABDE e como as teses apresentadas são repetitivas, apenas elencarei os pontos discutidos e aprovados, que acabaram formando o documento "Os direitos autorais do escritores" (ante- projeto de lei).

O ponto central dos direitos autorais é o de direito à propriedade literária. Deste ponto emergiram várias propostas. Numa delas, era previsto que se o autor morresse sem deixar herdeiros, a sua obra caia imediatamente no domínio público, que significa o uso da obra sem pagamento de direitos autorais. No entanto, a ela foi adendada a proposta de que, ao cair em domínio público, a obra deveria reverter o pagamento de uma porcentagem dos direitos autorais a uma Caixa Assistencial dos Escritores ou de um Fundo ligado diretamente à ABDE.

Outra tese propôs que a ABDE criasse tabelas de remunerações tanto para traduções, como para colaborações esporádicas em jornais e revistas. Foi incluída, também a proposta de criação de uma outra tabela pela ABDE que estabeleceria os patamares mínimos de remuneração de escritores contratados.

Duas outras teses apresentaram propostas à semelhança da recém-promulgada Consolidação das Leis do Trabalho: uma que estabelecia a Carteira de Trabalho do Escritor e outra que atribuía ao Instituto Nacional do Livro, ligado ao Ministério da Educação, a tarefa de fiscalizar o cumprimento dos direitos autorais e aplicar multas se necessário.

Em meio a essa discussão, a mesa diretora do congresso recebeu a indicação da tese de Aristides Lobo, intitulada "O conteúdo mistificador de domínio público". A tese que representava

o grupo trotskista, mais tarde organizado em torno do jornal *Vanguarda Socialista*, lembrou aos congressistas um problema interessante:

> "Eis porquê se me afigura razoável pedir que o I Congresso Brasileiro de Escritores não se converta por uma compreensão inadequada do problema em órgão dos editores, isto é, exatamente dos que já possuem o privilégio de acumular a mais-valia resultante da exploração do trabalho literário e artístico. Enquanto vivemos sob o império do modo de produção capitalista, devemos reclamar a perpetuidade dos direitos autorais e a sua transferência, exclusivamente, aos herdeiros do autor, os quais serão os seus descendentes diretos ou, na falta destes, os escritores organizados em associação."[250]

Aristides Lobo não expôs suas razões para denunciar que os interesses dos editores não é o mesmo que os dos escritores, mas percebeu que ambos interesses apareciam juntos nas propostas aprovadas. Tais propostas, passadas pelo crivo da "Comissão de direitos autorais" e por ela apresentada ao plenário, eram também formuladas por editores e empresários gráficos presentes ao Congresso.

Por isso, a discussão em torno do problema do "domínio público" da obra não foi pensada em termos de interesses antagônicos como imaginou Lobo. Ao contrário, Caio Prado Júnior (proprietário da Livraria e Editora Brasiliense), Nelson Palma Travassos (proprietário da Empresa Gráfica Revista dos Tribunais), José Martins (proprietário da Livraria Martins Editora), entre outros, participaram ativamente das discussões, propondo teses ao mesmo tempo ligadas à proteção legal dos escritores frente ao mercado editorial e medidas que possibilitassem a criação e o desenvolvimento de um parque industrial gráfico. Nesta luta, escritores não mediram esforços em ter aliados importantes como os próprios editores e os proprietários das indústrias de papel[251], ao mesmo tempo em que se consolida o papel do Estado como interventor (seja como promotor, financiador, regulador ou controlador) dos aspectos culturais.

---

[250]Idem, p. 117.

[251] É o que se nota quando se apresenta a lista de contribuições financeiras recebidas para a realização do congresso, que contava com, por exemplo, Indústria de Papel Simão Ltda. (Cr $ 5000,00), Indústrias de Papel Klabin - propriedade de Horácio Lafer (5000,00), Cia. Editora Nacional (5000,00), Livraria José Olympio Editora (5000,00), Editora Globo (5000,00), Livraria Martins Editora (5000,00), etc. *OESP*, 21/janeiro/1945. Como referência de preço indico que o preço do jornal *Correio da Manhã* custava ao leitor nos dias de semana, 0,40 e nos domingo, 0,50.

Portanto, nas discussões sobre direitos autorais encontraram-se interesses econômicos de três setores diretamente envolvidos na sobrevivência material do escritor: o Estado, o mercado editorial e a indústria de papel. E como forma de se proteger diante de um mercado crescente e dos novos meios de comunicação, os escritores estabeleceram como propostas a proteção salarial e de reconhecimento profissional, na qual o Estado é o sujeito regulador de tais medidas; o investimento no mercado editorial nacional, no qual se estabeleceria a prioridade de publicações de autores nacionais para a formação de um "verdadeiro público brasileiro"; e o direito de propriedade sobre a criação do escritor, traduzida numa legislação que regularia os direitos autorais.

Os problemas profissionais a serem enfrentados pelos escritores e suas relações com a Declaração de Princípios aprovada, no encerramento, do Congresso, tem aqui sua importância. Em torno do I Congresso Brasileiro de Escritores criou-se uma memória que atingiu tanto seus participantes que o rememoram, quanto a bibliografia acadêmica que tem investigado a ação dos intelectuais. Essa memória foi construída tendo como base a idéia de que o congresso representou, por um lado, a última pá de cal no Estado Novo e, por outro, a unidade política entre os intelectuais dos mais diferentes matizes político-partidários [252].

A política-institucional aparece, então como a preocupação central dos escritores no seu I Congresso que, tendo estabelecido sua "missão histórica", propunham dar voz ao "povo brasileiro", lançando o grito de guerra que o "Brasil" inteiro esperava ouvir:

> "Os escritores conscientes da sua responsabilidade na interpretação e defesa das aspirações do povo brasileiro, e considerando necessária uma definição do seu pensamento e de sua atitude em relação às questões políticas básicas do Brasil, neste momento histórico, declaram e adotam os seguintes princípios:
>
> Primeiro - A legalidade democrática como garantia da completa liberdade de expressão do pensamento, da liberdade de culto, da segurança contra o temor da violência e do direito a uma existência digna.
>
> Segundo - O sistema de governo eleito pelo povo mediante sufrágio universal, direto e secreto.

---

[252]Ver, entre tantos outros, Carlos Guilherme Mota, *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*, São Paulo, Editora Ática, p. 137. Dulles, *op. cit.*, p. 261 a 263. Dóris Fagundes Haussen, *Rádio e Política*, Porto Alegre, Edipucrs, p. 23. Gattai, *op. cit.*, p. 28. Moraes, *op. cit.*, p. 208. Antonio Candido, apud: Dulles, *op. cit.*, p. 262.

Terceiro - Só o pleno exercício da soberania popular em todas as nações, torna possível a paz e a cooperação internacionais, assim como a independência econômica dos povos.

CONCLUSÃO - O Congresso considera urgente necessidade de ajustar-se a organização política do Brasil aos princípios aqui enunciados, que são aqueles pelos quais se batem as forças armadas do Brasil e das Nações Unidas."[253]

Voltamos à dignidade do escritor e com ela podemos retomar outros dos seus significados. O congresso foi organizado e dirigido, em sua maioria, por escritores que, de alguma maneira, participaram do governo de Vargas ou que circularam com certa liberdade pelos espaços culturais permitidos pelo Estado Novo ou conquistados nesse período. Foi de dentro desses espaços que os escritores se pronunciaram e reafirmaram as atribuições sociais para si próprios, em todo caso, legitimando o governo para se auto-legitimar.

No início de 1945, Getúlio Vargas e o seu projeto político, posto em prática através do Estado Novo, lutava para permanecer no poder, mas havia dado amostras do barco furado em que se encontrava. A (re?)democratização institucional já era pensada como inevitável e as transformações já começavam a tomar forma na realidade. Não havia muito a ser feito pelos escritores, a não ser, se não quisessem sucumbir com o Estado Novo e com a guerra, posicionar-se a favor da democracia. Era o espaço político-institucional dos escritores que estava em jogo e, por isso, esta foi a questão central do congresso. A democracia foi um tema secundário. Dessa forma, a idéia de um congresso unitário e consensual, que seria capaz de apresentar os escritores como uma força social organizada, foi alcançada.

No entanto, essa memória começou a ser construída no momento em que se decidiu organizar o Congresso. Todas as notícias, artigos e entrevistas publicadas em grandes jornais, em especial os de São Paulo, reafirmam essa proposição. Em primeiro lugar, a iniciativa do Congresso apresentou-se aos escritores como o marco de uma nova fase na "vida intelectual e cultural" do país, já que, através do Congresso, os escritores poderiam formar uma família (a metáfora orgânica não é estranha para o período, porquê aqui estão envolvidos os aspectos profissionais e éticos) e assim

---

[253] *I Cong. Bras. de Escr...*, *op. cit.*, pp. 154 e 156.

surge a concepção de que poderiam ser uma força social organizada e, por isso, capaz de intervir nos seus próprios destinos e nos da "nação"[254].

Em segundo lugar, o Congresso apresentou-se com um outro marco: a intervenção dos escritores nas questões políticas. A idéia de que naquele momento se fazia necessária e urgente uma intervenção coletiva, como "classe", dos escritores era parte conclusiva das apreciações sobre a situação nacional e mundial, num premente pós-guerra. Se antes a avaliação era de que o nazi-fascismo havia colocado o "mundo civilizado" em perigo, agora, quando o nazi-fascismo já era força derrotada, seria necessário retomar e fixar os parâmetros desse "mundo civilizado". Nesse sentido, a defesa das mais amplas liberdades democráticas foi um dos elementos aglutinadores em torno da organização do Congresso e da mobilização dos escritores para um possível resultado positivo deste, que levaria os escritores como "classe" no caminho da intervenção na realidade social, imaginada como um futuro a ser construída em novos termos.

A conclusão dessa visão de mundo era a de que a época da "arte pela arte" havia chegado definitivamente ao fim e o futuro da literatura só poderia estar nas mãos dos que a produziam. Portanto, o tema da democratização da cultura, levantado muito antes por Astrojildo Pereira, torna-se a força constitutiva da identidade entre os escritores participantes do Congresso. Foi esse solo comum que tornou possível a realização do evento e a construção dessa imagem consensual e unitária dos escritores, que abriram mão de seus problemas específicos (profissionais e literários) em função da reconstrução nacional e internacional de uma ordem democrática[255]. A discussão em torno da dignidade do escritor girava, portanto, entre esses dois aspectos, o material e o ético-moral, traduzido pelo novo sentido que dariam à política daí em diante.

---

[254] Astrojildo Pereira, "Entrevista", *Folha Carioca*, 29 de novembro de 1944. Florestan Fernandes, "A mobilização da inteligência", *Folha da Manhã*, 21 de janeiro de 1945. Cruz Costa, "A inteligência brasileira foi chamada a cumprir seu dever para com o povo", *Folha da Manhã*, 24 de janeiro de 1945. Paulo Zingg, "Depoimento", *Folha da Noite*, 2 de janeiro de 1945. Manuel Bandeira, "Entrevista", *Folha da Noite*, 26 de janeiro de 1945. Augusto Frederico Schmidt, "Entrevista", *Folha da Noite*, 26 de janeiro de 1945. Osório Borba, "Toque de reunir", *Tribuna de Santos*, 23 de janeiro de 1945. Especificamente sobre a história e outras experiência de luta pelos direitos autorais: Philip Carr, "Autores e seus direitos - Sociedade dos autores na França", *Folha da Manhã*, 13 de janeiro de 1945. Philip Carr, "Autores e seus direitos - Sociedade de autores na Grã-Bretanha e nos EUA",*Folha da Manhã*, 16 de janeiro de 1945.

[255] Idem, ibidem. Carlos Drummond de Andrade, "Entrevista", *Folha Carioca*, 29 de novembro de 1945. Rubens do Amaral, "A mobilização da inteligência", *Folha da Manhã*, 7 de janeiro de 1945.

Um novo projeto literário aparece em um artigo de Astrojildo Pereira sobre os resultados do Congresso. Nesse projeto, que se apresenta de forma unitária e consensual no Congresso, a relação entre "cultura e política" passou a ser encarada como indissolúvel[256].

No entanto, a formação de dois grupos majoritários entre os escritores no Congresso, os "comunistas" e os "democratas", obedeceu exatamente às diferenças que brotaram durante a formulação desse novo projeto. Mas a gestação desse projeto havia durado toda a década anterior e, nesse processo, as posições foram sendo tomadas. A própria composição da "Comissão de Assuntos políticos" era a expressão dos principais nomes que se integrariam em diferentes agremiações partidárias nos meses seguintes.

Entre os membros da Comissão, Carlos Lacerda foi um dos articuladores da União Democrática Nacional; Paulo Emílio Sales Gomes organizou a União Democrática Socialista; José Eduardo do Prado Kelly, Osório Borba e Arnon de Mello eram liberais de centro, tendo partido da oposição a Vargas quando este fechou o Congresso Nacional em 1937, participando das futuras eleições ao lado da UDN; Alberto Passos Guimarães, Astrojildo Pereira, Dionélio Machado, Raul Riff, Jorge Amado e Caio Prado Júnior receberiam das mãos de Luiz Carlos Prestes o "carnê de membro do Partido Comunista do Brasil, num grande evento público realizado no Rio de Janeiro, no Teatro Ginástico, em abril de 1946[257].

Ainda que os futuros comunistas não tivessem as mesmas posições no Congresso, já que Caio Prado Júnior e Astrojildo Pereira eram contrários à "política de união nacional", que propunha naquele momento a convocação das eleições para a Assembléia Constituinte com Getúlio Vargas na presidência, decisão do mesmo grupo que havia organizado a Conferência da Mantiqueira em 1943 e se intitulou Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP). Durante a realização do Congresso, essa linha política, que foi ratificada por Prestes ao sair da prisão em abril de 1945, ainda era motivo de conflitos entre os comunistas. De qualquer forma, o fato de Getúlio Vargas não ter sido mencionado, para o bem ou para o mal, na *Declaração de Princípios* do escritores foi uma vitória política da bancada comunista alinhada à CNOP.

---

[256] Astrojildo Pereira, "Notícias do 1° Congresso Brasileiro de Escritores", manuscrito, s/d - ARCH A 2.1 (2)-4, Fundo Astrojildo Pereira - ASMOB - CEDEM - UNESP.
[257] "Intelectuais e o PCB", *Tribuna Popular*, 21 de abril de 1946.

Depois da queda de Vargas e da (re)entrada formal de Astrojildo Pereira no PCB, ele continuou se preocupando com os problemas literários. Não fez parte da direção nacional, mas foi membro da recém-criada Comissão Nacional de Educação e Propaganda, órgão ligado ao Comitê Central, através de Pedro Pomar, que tentava articular todas as iniciativas culturais dos militantes comunistas.

Em uma das frentes culturais do partido, Astrojildo Pereira articulou, com o aval do CC, uma revista especializada em literatura, na qual pretendia aglutinar escritores e intelectuais não só pertencentes ao partido. A idéia de uma revista que englobasse algumas correntes políticas de esquerda e diferentes correntes literárias vinha dos tempos do Estado Novo, no qual *Diretrizes* foi sua expressão maior.

No seu número de estréia, na apresentação da revista, Astrojildo Pereira revelou quais colaboradores que intencionava abranger. Como ponto de partida, definiu literatura como uma atividade "militante", em oposição a passatempo ou divertimento, e nesse sentido uma atividade que não pode ser "neutra". Mas advertiu:

> "*Literatura*, no entanto, não é uma revista sectária. Se objetivo específico de participar - consiste em servir com amor à cultura brasileira, ao povo brasileiro; servir, muito naturalmente, pelos meios adequados a uma publicação deste gênero. Tal objetivo e tais meios são comuns a escritores filiados a mais de um partido, ou não filiado a nenhum: a uns e a outros teremos oportunidade de solicitar apoio e colaboração."[258]

A composição do conselho editorial da revista mostra essa tentativa de ampliar os organizadores da revista para os não-comunistas, sendo eles: Aníbal Machado, Arthur Ramos, Manuel Bandeira, Orígenes Lessa, Graciliano Ramos e Álvaro Moreira - desses, os quatro primeiros não pertenciam ao partido.

A percepção de que estavam numa "nova era", marcada pela derrota do nazi-fascismo, elaborada no ensaio "Posição e tarefas da inteligência" e retomada com vigor no I Congresso Brasileiro de Escritores, foi na revista realçada e reforçada. Na apresentação, essa visão aparece como norteadora das tarefas dos intelectuais:

---

[258] Astrojildo Pereira, "Apresentação", *Literatura*, Rio de Janeiro, nº 1, ano I, setembro de 1946, p. 1.

"Vivemos numa época extraordinária, que se caracteriza sobretudo pela participação, na vida política, de camadas cada vez mais amplas do povo [...] e isto quer dizer que o problema da cultura deixa de ser um problema só das elites para se converter num problema também de massas. Ora, este fato, de toda evidência, abre novas perspectivas ao trabalho intelectual e cria novas obrigações para os trabalhadores intelectuais. Os homens da ciência, os pensadores, os artistas, os poetas, os escritores em geral não podem fugir ao influxo poderoso dos acontecimentos em curso, e é certo que muitos já estão compreendendo a necessidade de tomar posição ao lado do povo e contribuir, com o seu saber, a sua arte e a sua experiência para a obra de elevação do nível cultural das massas. A estes intelectuais é que dirigimos inicialmente nosso apelo para uma efetiva e cordial cooperação de esforços afins."[259]

Procurar a coerência entre os objetivos aqui expostos e os artigos publicados pela revista é necessária, já que a elaboração desses objetivos tiveram sua origem no ensaio "Posição e tarefas da inteligência". Retomar o ensaio, na sua relação prática com a elaboração da revista, é indispensável para conhecer mais de perto a experiência de Astrojildo Pereira no seu retorno ao PCB, não como um dirigente de partido mas como um "intelectual", e como essa experiência iluminou a participação de outros intelectuais no partido.

No editorial do segundo número da revista, Astrojildo retomou a idéia de que uma nova fase na vida cultural do país estava em curso, não à toa é intitulado "Nova fase". Através dele, Astrojildo sugeriu que o I Congresso Brasileiro de Escritores soube "interpretar e exprimir, a suprema aspiração do povo brasileiro" [260]. Retomou também a concepção de que a grande tarefa dos intelectuais comprometidos com a construção dessa nova fase era a da defesa da democratização da cultura. Essa fase, afirmou, era a culminância de um longo processo histórico no qual os intelectuais sempre estiveram, desde a Inconfidência Mineira, passando pelos movimentos abolicionistas e republicanos, aos dias de hoje, ao lado das "massas populares" na defesa da democracia. Imprescindível, portanto, que tomem seus lugares no processo em curso, entrosando a atividade literária e artística e a "vida social".

A retomada de aspectos sustentados no artigo "Posição e tarefas da inteligência" nas páginas da revista *Literatura* não são perceptíveis só nos editoriais escritos por Astrojildo. Nelson

---

[259] Idem, *ibidem*, p. 1.
[260] Astrojildo Pereira, "Editorial - Nova fase", *Literatura*, Rio de Janeiro, nº 2, outubro de 1946.

Werneck Sodré, num artigo nesse mesmo número, aprofundou alguns temas literários situados por Astrojildo no referido artigo de 1944.

Intitulado "Post-modernismo", o artigo de Sodré refaz o percurso da história literária brasileira a partir de 1930. Define o movimento modernista como uma "agitação" cultural, a qual legou à literatura dos anos trinta a denuncia como forma de expressão, pouco inovando do ponto de vista estético. O balanço do movimento modernista dos anos vinte é positivo naquilo que trouxe como "atitude", postura e compromisso do escritor com a "realidade nacional e popular" para os anos trinta. A literatura surgida nos anos trinta, e que ele "provisoriamente" denominou de "post-modernismo", incorporou na sua atividade esse aspecto positivo e deu maior força e evidência ao trabalho literário quando colocou no "plano da ficção os grandes problemas coletivos". A conclusão dessa fase é pensada como expressão de um futuro próximo:

> "Embora, após o preciso lustro que findou em 1935, tenhamos entrado numa fase tormentosa, quando a crise política acabou por confinar as atividades do espírito a níveis incompatíveis com a grandeza e a dinâmica que só o clima de liberdade pode conceder, é ainda cedo para admitir que o romance, entre nós, tenha entrado em positiva fase de declínio. Pode ser que a inegável descaída de nível, entre o que vamos fazendo, no gênero, agora, e aquilo que se fez, imediatamente depois de 1930, seja mais um fenômeno temporário, de que emergiremos com novos recursos. O importante, para caracterizar o post-modernismo, é que jamais tivemos, em tão curto espaço de tempo, uma sucessão tão numerosa de obras perduráveis. Elas se marcam, na história literária do país, como singulares valores."[261]

Nelson Werneck Sodré se contrapôs às considerações feitas em "Decadência do Romance brasileiro", de Graciliano Ramos, escrito em 1941 e publicado no nº 1 de *Literatura,* 1946. Aquela análise, de 1941, não podia prever o resultado do conflito mundial com a derrota do nazi-fascismo, nem a importância que a União Soviética foi adquirindo para o desfecho vitorioso dos Aliados na guerra. Esses aspectos, de certo, mudaram substancialmente a configuração das forças políticas atuantes na política nacional e internacional. Mesmo colocando o artigo de Graciliano Ramos em seu devido lugar temporal, o fato de ter permitido a sua republicação numa outra conjuntura, é um sinal de que os seus argumentos e conclusões permaneciam inalterados.

---

[261] Nelson Werneck Sodré, "Post-modernismo", *Literatura,* Rio de Janeiro, nº 2, outubro de 1946, p. 10.

Enquanto Graciliano Ramos olhava para o passado, em seu artigo "Decadência do romance brasileiro", concebendo uma história da literatura que havia perdido alguma coisa no meio do caminho, em especial, a sinceridade e a espontaneidade; Nelson Werneck Sodré olhava para o futuro próximo, projetando naquela crise literária apenas um momento que seria logo superado pela construção do regime democrático. E Astrojildo Pereira, no mesmo caminho de Sodré, vai mais longe em "Posição e tarefas da inteligência".

Como vimos, Astrojildo afirmou que a importância do movimento modernista dos anos vinte foi para a literatura a mesma que o tenentismo teve para a política. Esse paralelismo não é fortuito, está calcado nos desdobramentos políticos de ambos os movimentos: esquerda, centro e direita[262]. Portanto, assim como Sodré, Astrojildo atribuí ao movimento modernista e aos seus desdobramentos a intervenção do intelectual nos problemas da "nação". Porém, o ponto em que os argumentos de Astrojildo extrapolam os de Sodré é a formulação de um programa de ação para os intelectuais, condensado na participação daqueles comprometidos com a construção de uma "nação" democrática. A "democratização da cultura" deve ser o centro de toda a atividade intelectual, buscando sempre maneiras de combater o analfabetismo. O "terreno firme" no qual Astrojildo quer colocar seu programa de ação para os intelectuais são as medidas práticas desse combate, tornado campanha. Nessa insistência em relação ao combate ao analfabetismo, ele acaba retomando a tradição dos "populistas" russos do início do século XX, reapropriada pelos bolcheviques quando nomearam Anatoli Lunatcharski para o Comissariado da Instrução, no início de 1918[263].

De qualquer forma, a edição dos dez números da revista *Literatura*, as temáticas que procurou abordar e os escritores que congregou, nos informam sobre o lugar privilegiado por Astrojildo Pereira, e por aqueles que o acompanharam na empreitada, de militância política, ou seja, o campo literário. Dessa maneira, como um caso exemplar, Astrojildo foi capaz de conjugar política e literatura, sem sobreposições e enfrentando as tensões originadas dessa experiência.

---

[262] Astrojildo Pereira", "Posição e tarefas da inteligência", *op. cit.*, pp. 284-285.

[263] Para uma discussão sobre o papel de Anatoli Lunatcharski no governo bolchevique a a campanha contra o analfabetismo realizado pelo Comissariado da Instrução Pública, que abrangeu diversos grupos intelectuais que apoiavam os bolcheviques e a revolução, ver: Sheila Fitzpatrick, *The Russian Revolution: 1917-1932*, Oxford, Oxford University, 1981.

Conclusão - Zé Brasil: trabalhadores intelectuais e a estética do povo

Pouco depois da anistia aos presos políticos, da libertação de Prestes e antes da queda de Getúlio Vargas, vários escritores assumiam sua identidade comunista. O evento organizado pela direção do partido de entrega das carteirinhas de filiados pelas mãos de Prestes aos intelectuais é simbólico desse sentimento de pertencimento identitário.

Em 11 de julho de 1945, o partido realizou uma conferência, organizada por Jorge Amado e Pedro Pomar, na qual esteve presente também o poeta chileno Pablo Neruda, aos intelectuais paulistanos, como uma das suas primeiras atividades legais para a intelectualidade. Essa conferência foi publicada no ano seguinte pelas Edições Horizonte, uma editora organizada pelo partido, sob o título *O Partido Comunista e a liberdade de criação*. A publicação reproduziu na íntegra os discursos de Neruda, Jorge Amado e Pedro Pomar. Nela se expressaram as linhas gerais de um projeto cultural do partido e os traços mais amplos do que se esperava de um "intelectual comunista".

Pablo Neruda fez um discurso curto, de saudação ao encontro. Tratou da responsabilidade de todos aqueles que se comprometiam com o partido, em especial, da responsabilidade dos intelectuais que naquele momento tinham como tarefa unificar e edificar a cultura nacional. Sem esquecer da União Soviética, que "sigue siendo una guia infinitamente luminosa en el crepusculo matutino de la Paz", Neruda lembrou aos intelectuais sua importância na conquista da "liberdade dos homens"[1].

A intervenção de Jorge Amado teve outro caráter. Na introdução, faz uma espécie de louvação ao partido, relembrando algumas lutas que dirigiu, seus mártires e heróis, presos ou mortos no cumprimento de suas tarefas militantes. Lembrou-se de Monteiro Lobato nas lutas que havia travado em torno do petróleo nacional, as quais custaram-lhe um processo e um tempo na prisão. Recordou os tempos de prisão de Graciliano Ramos, de sua postura ilibada e corajosa ao se recusar a assinar uma declaração redigida pela polícia de que não era e nunca havia pertencido ao PCB.

---

[1] Pablo Neruda, "Discurso", idem *et alli*, *O Partido Comunista e a liberdade de criação*, Rio de Janeiro, Edições horizonte, 1946, pp. 7-9.

Do ponto de vista literário, afirmou que o PCB fora durante os anos trinta um grande apoiador e incentivador da renovação literária "mais próxima dos problemas do povo". Relembrou a luta travada contra as "formas caducas de literatura" e a defesa da "arte moderna":

> "Nunca deixamos, é claro e evidente, de discutir certo populismo das novelas, certas experiências puramente formais e perigosas nos quadros, certo saudosismo feudal da sociologia e da história. Mas víamos nossos romancistas, nossos pintores e nossos sociólogos, homens que estavam buscando um caminho e que traziam sua arte, por vezes através de atalhos difíceis, para perto do povo, para perto de suas necessidades. Víamos que os romancistas buscavam criar sobre a realidade da vida brasileira, levantando uma nova carta geográfica do Brasil, que os pintores procuravam criar sobre a dor do povo com as cores do povo, que os sociólogos iam buscar o esquecido negro das senzalas e o mulato insultado para dar-lhes sua importância na nossa história e na nossa formação."[2]

Esse é um balanço construído para dar sentido à presença dos vários escritores no partido, para dizer-lhes que, para aqueles que fizeram da busca pela realidade brasileira sua missão e que deram origem a obras próximas do povo, sua morada natural era o partido comunista. Mas não deixou de chamar a atenção para o I Congresso Brasileiro de Escritores, concebido como o coroamento dessas lutas culturais travadas pelos escritores nos anos trinta.

Para argumentar sobre a política do partido, "a união nacional", usa o recurso da autoridade de Prestes, "maior dirigente que é também um herói do povo e um homem de cultura". O argumento passou pela "justeza" do caminho a ser trilhado, caminho "de todos os intelectuais honestos do Brasil", no qual o partido abre suas portas e convida os intelectuais a se unirem. Alertou para os problemas com os dissidentes em São Paulo, reafirmando os equívocos de tal grupo.

Provavelmente, a direção nacional do partido escolheu São Paulo para a realização desse encontro exatamente pelos problemas que estavam tendo para impor a política de união nacional entre um grupo de intelectuais paulistas. Nesse grupo, Caio Prado Júnior era um destacado ativista . O escritor de *Evolução política do Brasil*, quando voltou ao Brasil, em 1939 retomou sua atividade de escritor, colaborando em alguns jornais, como em *O Observador Econômico e Financeiro*. Ao

---

[2] Jorge Amado, "Discurso", idem, *ibidem*, pp. 28-29.

mesmo tempo, iniciou a preparação do livro *Formação do Brasil Contemporâneo*, que veio a ser publicado em 1942, pela Livraria Martins Editora.

Tendo participado da contenda entre os comunistas em São Paulo, ao lado de Hermínio Sacchetta, em 1937, a respeito da posição em relação aos candidatos às eleições presidenciais, que de resto não ocorreram, Caio Prado acabou sendo estigmatizado pelo outro grupo do partido. Acabou afastando-se das discussões partidárias sem, no entanto, deixar de manter relações com alguns de seus militantes. Mas nunca deixou de contribuir financeiramente com dirigentes da organização[3].

No final de 1943, Caio Prado, Monteiro Lobato e Artur Neves fundaram a Editora Brasiliense Ltda[4]. Como acionista majoritário[5], Prado Jr. ocupava-se integralmente dos trabalhos da editora. No ano seguinte, fundou a revista *Hoje*, transformada em jornal diário em outubro de 1945[6]. Nesse período, Prado Júnior retoma suas atividades junto a militantes do partido e a intelectuais com os quais mantinha relações desde os anos trinta, articulando um movimento político contrário à "união nacional". Como vimos no capítulo anterior, Caio Prado havia participado do I Congresso Brasileiro dos Escritores ao lado dos "democratas" e não ao lado da bancada "comunista" articulada por Jorge Amado.

No período em que se constituiu a União Democrática Nacional, frente ampla composta por lideranças políticas e intelectuais em oposição ao Estado Novo e a Getúlio Vargas[7],

---

[3]Informe Reservado, "Lista de comunistas intelectuais", SP, 6/01/1936 - Prontuário de Afonso Schmidt/nº 11 - DEOPS - AESP .

[4] Relatório, "Fundação da Editora Brasiliense", São Paulo, novembro de 1944 - doc. 14 - Dossiê 50-z-165. Relatório, "Atividades de Caio Prado Júnior", São Paulo, 25/10/62 - doc. 167 - pasta 1 - Dossiê 30-k-33 - DEOPS - AESP.

[5] A editora foi constituída com o capital dos seguintes sócios: Caio Prado (pai), com CR$ 240.000,00; Leadro Dupré, com CR$ 100.000,00; Artur Neves com CR$ 100.000,00, Caio Prado Júnior com CR$ 50.000,00; Hermes Lima com CR$ 10.000,00. Relatório, idem, doc. 167 - ibidem. Contando que Prado Jr. administrava a parte acionista de seu pai, ele era o sócio majoritário.

[6] Relatório, "Fundação da revista *Hoje*", São Paulo, julho de 1944 - doc. 174 - pasta 1 - Dossiê 30-k-33 - DEOPS - AESP. Sobre a mudança da revista em jornal diário ver: Relatório, "Atividades de propaganda comunista", São Paulo, outubro de 1945 - doc. 106 - Dossiê 30-k-0 - DEOPS - AESP.

[7] Maria Victória Benevides, *A UDN e o udenismo: as ambigüidades do liberalismo brasileiro. 1945-1965*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981.

Caio Prado participou como um de seus articuladores[8]. Caio Prado, Tito Batini, Mário Schemberg e outros comunistas haviam formado o "Comitê de Ação", organismo paulista que não reconhecia a Comissão Nacional de Organização Partidária (como vimos, era um órgão criado por um grupo de comunistas na Conferência da Mantiqueira em 1943). Esse "Comitê de Ação" definiu, em meados de 1945, criar da "Aliança Democrática Popular" com objetivo de reunir todas as esquerdas num único movimento contra Vargas[9].

Antes de Prestes sair da prisão, a expectativa dos comunistas era grande, já que alguns grupos haviam se formado, assim como era grande também a expectativa dos setores liberais e de esquerda em relação ao seu posicionamento frente a situação nacional. O Cavaleiro da Esperança havia se transformado no mais novo herói brasileiro e passava a ser o legítimo representante no Brasil da URSS, que pela sua participação decisiva na guerra contra o nazifascismo, adquiriu rapidamente grande prestígio político e social[10].

Algumas lideranças desses grupos comunistas foram procurar Prestes ainda na prisão, cobrando uma posição em relação à situação nacional. Pedro Motta Lima, jornalista do jornal *O Globo*, foi um dos primeiro a visitá-lo e dele obteve um artigo escrito em maio de 1944, no qual recomendava aos comunistas apoio a Vargas nas medidas de combate ao nazifascismo e de redemocratização do país[11]. Tal artigo caiu como uma bomba no "Comitê de Ação" e, imediatamente, Caio Prado solicitou uma entrevista com Prestes. No dia 25 de março a *Folha da Manhã* publicou a notícia, intitulada "Luís Carlos Prestes negou ter feito qualquer declaração política até o momento", a qual informa sobre os resultados da conversa de Prestes com Caio Prado[12].

---

[8] Paulo T. Iumatti, *Os diários políticos de Caio Prado Júnior: 1945*, São Paulo, editora brasiliense, pp. 36-37.

[9] Idem, ibidem, p. 40.

[10] Dênis de Moraes e Francisco Viana, *Prestes: lutas e autocríticas*, Petrópolis, Editora Vozes, 1982. Marco Aurélio de Almeida Garcia, "Um Cavaleiro da Lembrança", in: *Teoria & Debate*, São Paulo, maio de 1990.

[11] John W. F. Dulles, *op. cit.*, pp. 267.

[12] S/a, "Luís Carlos Prestes negou ter feito qualquer declaração política até o momento", *Folha da Manhã*, São Paulo, 25 de março de 1945.

Não bastasse a publicação da notícia, que já denota a importância de Caio Prado entre os comunistas e as forças políticas de São Paulo, um relatório de polícia avaliou que Caio Prado era para os comunistas de São Paulo o mesmo que Prestes para os comunistas no Brasil[13]. No entanto, ao sair da prisão, em 18 de abril, Prestes declarou-se ao lado da posição de "união nacional" (eleições constituintes com Vargas na presidência), reconfirmada na reunião, em agosto, de organização do Comitê Nacional do partido, em que foram nomeados antigos militantes do CNOP (Comissão Nacional de Organização Provisória). Dessa forma, a posição de Caio Prado foi mais uma vez derrotada e o "queremismo" foi a linha de ação que norteou toda a campanha eleitoral do partido para as eleições de dezembro de 1945.

Porém, a reunião com os intelectuais em São Paulo ocorreu antes dessa confirmação, o que permitiu um certo clima de unidade. Voltando, então, ao discurso de Jorge Amado, que depois de passar algumas páginas adjetivando pejorativamente os "trotskistas", fez um apelo aos intelectuais ali reunidos para o cumprimento do "artigo 13" do estatuto do partido. O novo artigo, acrescentado na reunião ampliada da CNOP, proibe qualquer tipo de relação dos militantes do partido com os "trotskistas". Além dos dissidentes de 1937-1938, correspondiam a essa definição todos aqueles que se dizendo de esquerda não pertenciam ao PCB. O apelo de Jorge Amado chegou a ser caricatural:

> "Nós, escritores e artistas do Partido, honramo-nos e orgulhamo-nos do artigo 13 porque, sim, não queremos relações de espécie alguma com traidores do Partido. Não queremos relações com fascistas, com provocadores, não queremos relações com Francisco Franco, não queremos relações com Goebels, não queremos relações com Plínio Salgado. Não queremos assim relações com aqueles que são os mais tristes e torvos asseclas dos fascistas, seus mais vergonhosos criados".[14]

Para finalizar a cantilena, Jorge Amado fez um convite aos intelectuais para ingressarem no PCB:

> "Vinde ajudar o povo, vinde ser sua voz. [...] vinde ser o cimento que ligará as camadas da população, as classes, as raças, a gente toda do Brasil. Esse é o vosso papel, vosso dever, vossa missão. Sois responsáveis perante o povo, pois fostes dotados de dom de criação e ele

---

[13] Relatório S-1, São Paulo, 23 de março de 1945 - doc. 13- Dossiê 30-k-33 - DEOPS - AESP.

[14] Jorge Amado, "Discurso", idem, *ibidem*, p. 33.

vos foi dado para bem servirdes ao povo. O Partido Comunista está à frente do povo na sua festa de construção de uma Pátria democrática, única e progressista. Apelo para todos vós para que participeis desta construção."[15]

O discurso de Pedro Pomar foi o mais longo, no qual delineou a relação entre a política do partido e as artes, dando um sentido a essa de total subordinação àquela. Informou aos convidados que aquela reunião fora organizada porque a direção do partido, em especial Luiz Carlos Prestes, estava preocupada com as influências dos "esquerdistas e trotskistas" entre os intelectuais próximos aos comunistas. Avaliou que os intelectuais eram os mais vulneráveis a estas influências e, por isso, estava no encontro para esclarecimentos sobre a linha política do partido e sobre o que os comunistas esperavam dos intelectuais que afirmavam estar ao lado da luta do povo trabalhador.

Ao falar da história do partido, Pomar chamou a atenção para o estudo da "ciência do marxismo-leninismo". Segundo ele essa era uma das tarefas mais importantes a serem realizadas pelos intelectuais, o que os guiaria sempre no caminho correto da luta popular. E, ao mesmo tempo, isso permitiria que o próprio trabalho intelectual fosse redirecionado para os problemas mais importantes do trabalhador e do país, contribuindo de forma decisiva para a educação do povo e para o combate aos "esquerdistas" que atacavam na prática o "verdadeiro marxismo-leninismo".

Nesse sentido, argumentou que a "democracia" deveria ser entendida como um momento especial que possibilita uma maior "organização do povo" e, por isso, deveria ser defendida com todas as energias. No entanto, essa defesa teria que levar em conta a resolução dos problemas sociais, realçando que o eixo de luta deveria ser o da "democracia social", que uma vez conquistada, abriria enormes e infindáveis possibilidades para a construção da "democracia cultural".

A política de "união nacional" seria, portanto, um desdobramento dessa análise mais geral da sociedade brasileira:

> "A União Nacional é uma forma revolucionária de luta porque neste instante é a única capaz de nos conduzir rapidamente para uma fase superior em nosso progresso social."[16]

Retoma, então, o internacionalismo no qual se baseiam as organizações comunistas no mundo, para caracterizar a política de "união nacional" como a única que pode tornar possível a

---

[15]Jorge Amado, "Discurso", idem, *ibidem*, p. 35.

[16] Pedro Pomar, Discurso, idem, *ibidem*, p. 13.

conquista mundial da paz. Declara que, no entanto, não era compatível com a política de "união nacional" esconder os antagonismos, os conflitos entre as classes sociais. Ao contrário, para que os comunistas fossem coerentes com seus propósitos, era necessária a defesa intransigente dos interesses da classe trabalhadora[17]. Mas o que se viu na prática sindical foi outra coisa.

Em meados de 1945, o partido, através de sua frente sindical, começou a organizar o MUT (Movimento Unificado dos Trabalhadores), espécie de central sindical sob a hegemonia dos comunistas. No final do ano, teve início uma onda de greves em São Paulo, condenadas pela direção do partido, orientada pela política de "união nacional" e pelos acordos com Getúlio Vargas, condenou. As greves foram consideradas como um "estopim perigoso a ser usado pelos setores reacionários contrários à democratização"[18].E nesse sentido, o jornal do PCB, *Hoje*, dirigido por Caio Prado Júnior cumpriu as orientações da direção, em suas diversas reportagens sobre as greves, destacando o desempenho "pacífico" do MUT e de seus militantes nas atividades reivindicatórias dos sindicatos, propugnando sempre pelas ações alternativas às greves, como a negociação direta com os patrões e pressionando o governo federal no sentido de controle dos preços dos alimentos[19].

O que se percebeu entre a militância comunista nos sindicatos foi uma prática diferenciada das orientações da direção do partido. Houve, dentre eles, aqueles que procuraram conter o movimento grevista, entrando nas fábricas e colocando-se nos seus postos de trabalho. Mas, no sindicato, tiveram que "conviver" com os antigos interventores do Ministério do Trabalho, o que permitiu uma certa reavaliação prática da linha política do partido adotada. As várias concepções sobre a luta sindical e quais os caminhos a serem seguidos entre os comunistas, e a força que o movimento vinha ganhando com vitórias importantes conquistas através das greves, pressionou a direção do partido para uma política mais flexível, sem, entretanto, conseguir encaminhar de maneira clara a luta sindical para o equacionamento dos conflitos entre a luta política e a luta por justiça social[20].

---

[17] Idem, *ibidem*, p. 14.

[18] Hélio da Costa, *Em busca da memória. Comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*, São Paulo, Editora Página Aberta, 1995, pp. 70-71.

[19] Idem, *ibidem*, p. 58.

[20] Idem, *ibidem*, p. 77.

Os termos com os quais as lutas do movimento dos trabalhadores foram recebidos pelos intelectuais foram traduzidos, em suas práticas profissionais, numa visão romantizada dos trabalhadores e mas não necessariamente subordinada à "linha justa". Um artigo de Dalcídio Jurandir, publicado em *A Classe Operária*, no qual discute a necessidade de criação de uma literatura específica para o trabalhador, já que quando voltam do trabalho o que querem saber é de "uma cama, um sono para ver se conseguem aliviar a velha fadiga". Não se fala aqui de uma literatura de ficção (romance, conto, novela, crônica), mas da forma com que todo material escrito para o trabalhador deveria ser feito:

> "Em primeiro lugar, para ler, o trabalhador exige mesmo letra de imprensa, de tipo grande, que veja bem, e que a linguagem seja simples para que possa compreender logo, rapidamente. [...] Ele quer ler e facilmente compreender e para essa tarefa é que devem caprichar os escritores e jornalistas do povo. [...] um artigo tratando com palavras simples e tratando de um assunto que o trabalhador compreenda, oferece ótimos resultados. Com essa maneira é que podemos nos educar, poderemos conduzir o proletariado e o povo para uma grande consciência política, para o conhecimento afiado da democracia, dos seus direitos, sabendo porque o nosso país necessita de ordem, porque somos atrazados [sic], porque a cultura e a civilização não podem ser feitas no Brasil sob a direção da classe operária." [21]

A conferência e o artigo caricato(s) de Dalcídio Jurandir, no jornal oficial do PCB, expõem por quais caminhos a direção "organizaria" os escritores, e os intelectuais de maneira geral, no partido. Formado o Comitê Nacional, em agosto de 1945, criou-se a Secretaria Nacional de Educação e Propaganda.

Essa secretaria era de responsabilidade de Amarílio Vasconcelos, membro do Comitê Nacional, que rapidamente organizou uma comissão para colocar em funcionamento os "intelectuais" do partido. A idéia era centralizar todas as atividades desses novos e velhos militantes, por isso fizeram parte dessa comissão: Astrojildo Pereira (educação); Campos (propaganda); Eugênia Machado (assistente); Juarez Altafina (controle e ensino da imprensa do partido); Raul Bezerra (arquivo e fichário); Ilton Silvio Santos (bibliotecas); Oscar Niemeyer, Marcos Jhimovitch e Raul Deveza (arte); Perícles do Amaral (rádio), Eugênia Álvaro Moreyra (teatro); Rui Santos (cinema),

---

[21] Dalcídio Jurandir, "Leitura para o trabalhador", *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1946, p. 7.

Salomão Sclair (fotografia), Mario Lago (música); Graciliano Ramos (seção de literatura); Ana Montenegro (seção de traduções), Bezerra (seção de revisão)[22]. Além desse nomes, haviam "empresas" ligadas à secretaria: *Liberdade Filmes e Gravações Ltda.*; *Inter Press* (Victos Konder); *A Classe Operária* (Rui Facó, Percy Deane); *Distribuidora Anteu Ltda.* (Edmundo Rodrigues da Silva); *Revista do Povo* (Egidio Squeff, Salomão Sclair, Carlos Sclair, Paulo Mercadante); *Edições Horizonte Ltda.*(Henoch dos Santos), *Editorial Vitória Ltda.* (Pedro Mota Lima, Benito Papi). Na Comissão de Literatura estavam Graciliano Ramos, Lia Corrêa Dutra, Édison carneiro, Raymundo Souza Dantas, Jorge Medauar, Floriano Golçalves, Egídio Squeff, Dias da Costa, Oswaldo Alves, Alberto Passos Guimarães; e na Comissão de Traduções estavam Ana Montenegro, Laura Austragésilo, Alina Paim, Joaquim Silveira.

No relatório de atividades da secretaria, entre agosto e dezembro de 1945, encaminhado à Comissão Executiva do CN, observa-se que todo o trabalho esteve voltado para as eleições: comícios com a participação de artistas de rádio[23]; produção de cartazes, cédulas e folhetos para propaganda dos candidatos do partido, *releases* das atividades para a grande imprensa e controle de publicações dessas atividades na imprensa dirigida pelo partido[24]; realizou-se uma exposição de

---

[22] Amarílio Vasconcelos, Relatório- "Membros da SNEP", Rio de Janeiro, 1945 - Fundo: Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo (1936-1937) - Seção de Documentos Legislativos - Centro de Documentação e Informação - Câmara dos Deputados - DF. Agradeço a Dainis Karepovs, que gentilmente me cedeu toda essa documentação referente à SNEP. Como me informou Karepovs, para o fato dessa documentação (1945-1947) estar sob a guarda de um fundo de meados dos anos trinta não há ainda explicação, a não ser a própria desorganização dos mecanismos de controle, censura e repressão.

[23] A Cooperativa "Teatro do Povo", dirigida por Eugenia Álvaro Moreira, mobilizou Nestor de Oliveira, Deocliciano, Paulo Guanabara, a dupla Macha e Sara, Jaracaca e Mario Lago para a realização de vários *shows* para os candidatos do partido. Eugenia Álvaro Moreira, Relatório de Atividades (Cooperativa Teatro do Povo), 1946 - Fundo: Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo (1936-1937) - Seção de Documentos Legislativos - Centro de Documentação e Informação - Câmara dos Deputados - DF.

[24] A "imprensa do partido" era composta pelos seguintes periódicos: *Itinerário*, *O Momento*, *O Estado de Goiás*, *Libertador*, *Revista do Povo*; e os seguintes diários: *Hoje*, *Folha Capixaba*, *Tribuna Popular* e *Folha do Povo*. Amarílio Vasconcelos, Relatório- "Atividades da SNEP", Rio de Janeiro, 1946 - idem, ibidem.

artes plásticas, organizada por Oscar Niemeyer[25]; 700 fotografias foram postas à venda[26]; foi fundada a Universidade do Povo[27]; e as Edições Horizontes e a Editorial Vitória publicaram vários títulos[28].

A empresa "Liberdade - filmes e gravações", sob a direção de Rui Santos, também participou ativamente da campanha eleitoral, desde as filmagens e as fotografias dos primeiros comícios do PCB com a presença de Prestes até fotografias para ilustração de cartazes de campanha[29] e a produção de dois documentários dirigidos por Rui Santos[30].

Jorge Amado foi eleito deputado federal constituinte por São Paulo, ao lado de mais três comunistas. Integrou-se à bancada comunista no Congresso Nacional, a qual era composta por Luiz Carlos Prestes (senador) e mais 15 deputados federais. Jorge Amado mobilizou seus esforços, durante a atuação parlamentar, pela ampliação das liberdades individuais e políticas. Usou diversas vezes da tribuna para denunciar perseguições policiais aos movimentos sindicais, tendo formulado

---

[25] "Exposição dos Artistas Plásticos ao Partido Comunista do Brasil", 25 de outubro de 1945, Casa do Estudante do Brasil, na qual participaram cerca de 80 artistas, que doaram 120 obras para a campanha de finanças do PCB - idem, ibidem..

[26] Destas fotografias, a de Luiz Carlos Prestes, Jorge Amado e Pablo Neruda foi autografada e amplamente vendida entre aos militantes e simpatizantes do PCB. Ver: Imagem 19 - Foto de Ruy Santos, 1945 - Série: Álbum Fotográfico - Fundo: Jorge Amado (organizado por Zélia Gattai) - Fundação Casa de Jorge Amado - BA.

[27] Sob direção da Célula Paul Langevin, ligada diretamente ao Comitê Nacional, que realizavam cursos, como pro exemplo, "Problemas econômicos do Brasil" (Prof. Américo Wanick), "Filosofia" (Prof. Letelba Brito), "Antropologia" (Prof. Arthur Ramos), "Torneiro Mecânico, ajustagem e têmpera" (Prof. Henrique Covre Costa), "Desenho de Máquinas" (Prof. J. Penha), "Alfabetização" (vários), entre outros. Relatório- "Atividades da SNEP", Rio de Janeiro, 1946 - idem, ibidem. Não havia uma única "célula de intelectuais", como afirmou Dênis de Moraes, *O velho graça*, Rio de janeiro, José Olympio Editora, 1992, p. 218. A célula Theodore Dreiser a que ele se refere era um organismo do partido (espécie de fração comunista) que atuava na Edições Horizonte. Idem - ibidem.

[28] Entre as publicações selecionadas no referido relatório, encontram-se, em sua maioria documentos do PCB, do PCUS, de Prestes, Stálin e alguns manuais de divulgação soviética e comunista. Idem, ibidem.

[29] Imagem 20: cartaz de campanha eleitoral de Jorge Amado, candidato a deputado federal constituinte, em 1945. Foto de Ruy Santos, 1945 - Série: Álbum Fotográfico - Fundo: Jorge Amado (organizado por Zélia Gattai) - Fundação Casa de Jorge Amado.

[30] *São Paulo a Luiz carlos Prestes*, direção e fotografia de Rui Santos e narração de Amarílio Vasconcelos (secretário da SNEP), 9' e 14", 1945. É um documentário sobre os preparativos do primeiro comício do partido com a presença de Prestes em São Paulo, no Estádio do Pacaembu, em 15 de julho de 1945. Esse documentário foi amplamente exibido. Relatório- "Atividades da SNEP", Rio de Janeiro, 1946 - idem, ibidem. Para uma primeira aproximação analítica com o documentário, ver: Antônio Cícero Cassiano Sousa, "Comício: *São Paulo a Luiz carlos Prestes*. O Partido Comunista no Cinema", in: *Revista Eletrônica*, Núcleo de Estudos Contemporâneos, s/d - http://sites.uol.com.br/nec~uff/.

inclusive um parecer positivo à indicação de Prestes a respeito do Decreto-Lei nº 9070, do governo Dutra, que proibia o direito de greve, denunciando a presença de agentes da DOPS nas atividades sindicais[31].

Uma de suas mais importantes emendas aprovadas foi a da liberdade religiosa[32]. Essa emenda surgiu depois dos anos de convívio com os candomblés na Bahia, que eram vistos por Amado sempre sofrendo constantes perseguições e proibições. No ano de 1946, em viagem política pelo Ceará, o escritor baiano ao lado da mulher, Zélia Gattai, viram o palanque onde ia discursar ser incendiado por um grupo de beatas, carolas e fanáticos do lugar. A população revoltada com a presença do comunista na cidade, colocou os forasteiros pra correr[33].

Voltando ao Rio, Jorge Amado conversou com Prestes sobre sua idéia de emenda e este lhe deu o aval para articular a proposta. Achou conveniente, então, procurar líderes de outras bancadas, avaliando que assim seria mais fácil sua aprovação. Procurou pelo escritor baiano, da bancada da UDN, Luiz Viana Filho, que de pronto assinou o projeto. Depois, foi Gilberto Freyre, que encampou a emenda. E assim, procurando líderes sensíveis ao tema, Amado teve sua emenda aprovada[34].

Em 1945, com a campanha eleitoral já em andamento, Graciliano Ramos foi chamado pelo Comitê Nacional para sair candidato a deputado federal por Alagoas. Reticente, aceitou. Não fez campanha, não saiu às ruas, não subiu em palanques, não produziu cartazes, não distribuiu panfletos. Escreveu uma carta aos "habitantes de Palmeira dos Índios":

> "Arrisco-me a nova palestra, ou antes sou orçado a ela. [...] Não é que se lembraram de fazer de mim candidato a deputado? Vejam só. Pois nesse caráter dirijo-me ao público de que disponho na terra dos marechais e generais [...] Entreguei-me de corpo e alma a um Partido, o único, estou certo, capaz de nos livrar da horrível situação em que vivemos, e este Partido

---

[31] Sérgio Soares Braga, *Quem foi quem na Assembléia Constituinte de 1946. Um perfil socio-econômico e regional da Constituinte de 1946*, Brasília, Câmara dos Deputados /Centro de Documentação e Informação, 1998, pp. 722-24 (vol. II).

[32] Hoje ainda presente em nossa atual Constituição (Inciso 6°, art. 5°).

[33] Jorge Amado, *Navegação de cabotagem*, op. cit., p. 71.

[34] Idem, *ibidem*, pp. 72-74. Ver também: Pasta: Atuação na Constituinte/1946 e Pasta: Atuação na Câmara dos Deputados/1947 - Série: Atuação Parlamentar - Fundo: Jorge Amado - FCJA - BA.

apresenta-se às urnas. Sou forçado a pedir a vocês, para os nossos melhores candidatos (insisto em declarar-me completamente livre de qualquer pretensão), os vinte e quatro votos que me poderiam, com boa vontade, conceder. [...]"[35]

Suas "pretensões eleitorais" o levaram para um trabalho ligado às editoras do partido, colaborando em diversos jornais e revistas e publicando coletâneas de crônicas. Mais tarde passou a atuar, em tempo integral, como comunista na ABDE, onde chegou a ser presidente nas gestões de 1951 e 1952, quando a organização já havia passado por uma grande dissensão interna, o que causou o esvaziamento e a importância política que havia adquirido em 1945. Em 1952, fez uma viagem à URSS e dela saiu publicado, postumamente, *Viagem* (São Paulo, Martins Editora, 1954), no ano seguinte à publicação de *Memórias do Cárcere* (Rio, José Olympio, 1953).

Em 7 maio de 1947, no entanto, por determinação do Tribunal Superior Eleitoral a sigla do PCB foi considerada ilegal - um ano depois daquele relatório da DOPS-RJ[36] que parecia querer articular a ilegalidade do PCB. Nesse momento, acontecia a Assembléia Constituinte de São Paulo, onde encontramos Caio Prado Júnior e Mário Schemberg na bancada comunista[37].

Os debates da Assembléia Constituinte de São Paulo refletiam as medidas que eram tomadas pelo governo Dutra. Em 14 de maio, uma semana depois da instalação da Constituinte na Assembléia Legislativa de São Paulo, o pronunciamento do dep. Juvenal Sayon (UDN) causou mal-estar entre os presentes. O tom do discurso expressou a situação delicada em que se encontrava o PCB, depois de sua cassação. Discutindo o problema da divisão entre os jornalistas, cujos valores éticos apregoados vão definir cada grupo existente, especifica sua oposição ao grupo dos jornalistas "gusanos"[38]:

"O segundo grupo é composto dos vermelhos, vermelhinhos e vermelhões de todos os matizes, de toda as nuances (sic), abundando entre os mesmos os furta-cores, os que são mas... não são;

---

[35] Graciliano Ramos, "Meus raros amigos de Alagoas", s/l, s/e, s/d. Pasta: 1 - Cota: 12 - Título: Discursos - Série: Manuscritos - Fundo: Graciliano Ramos - IEB - USP.

[36] Nota 30 - Introdução.

[37] *Anais da Assembléia Constituinte do Estado de São Paulo de 1947*, São Paulo, Indústria Gráfica Siqueira S.A., 1947.

[38] Espécie de verme que, como os cupins, se alimentam da madeira. Cf. Aurélio Buarque de Holanda, *Dicionário da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1975.

> os que não são... mas... são; compreendendo, enfim, todos aqueles que são, mas por ignorância, covardia ou tática procuram disfarçar apenas com o rótulo a essência daquilo que realmente constituem. [...] inscritos nas hostes de um Partido, cuja matriz está sediada fora do Brasil, fora mesmo do continente americano, atuando, porém, na retaguarda de todos os povos soberanos e democráticos, através de filhos que nem ao menos sabem disfarçar a sinistra empreitada que aceitaram, de trair ao seu povo, levando para as praças públicas, os estandartes, as bandeiras de uma potência estrangeira, cujos interesses colocam acima dos interesses supremos do Brasil."[39]

Seguiu-se um "bate-boca", que foi retomado alguns dias depois pelo deputado Milton Caires de Britto (PCB), que chamou a atenção para os indícios de retorno a um governo nos moldes do Estado Novo. Ao tomar a palavra, o deputado da UDN retomou os ataques à política e aos militantes do PCB.[40]

Rubens do Amaral (UDN) intervém no debate para chamar a atenção, não dos "crimes" dos comunistas, mas para denunciar a censura que recomeçava a se instalar na imprensa. Em seguida, Armando Mazzo (PCB) passou a ler as moções de pesar pela cassação do registro do PCB, aprovadas nas Assembléias Legislativas de Goiás, Sergipe e Bahia. Concluído esse discurso, o presidente da mesa encerrou a sessão[41].

Cinco dias depois, a DEOPS do DF, enviava instruções aos Setores de Segurança Pública dos Estados e da capitais, para que mobilizassem as forças policiais disponíveis para o fechamento das sedes do PCB[42].

No dia 21 de maio, entrou em votação uma moção em nome da bancada do PSD (Partido Social Democrático - dep. Padre João Baptista de Carvalho e Ulysses Guimarães) em apoio às recentes medidas do governo federal para garantir "a segurança e a vitalidade das instituições

---

[39] Juvenal Sayon, Pronunciamento, 7 de maio de 1947. In: *Anais da Assembléia Constituinte do Estado de São Paulo de 1947*, São Paulo, Indústria Gráfica Siqueira S.A., 1947, pp. 106-107 (vol. 1).

[40] *Ibidem*, pp. 355-358.

[41] *Ibidem*, pp. 359-360.

[42] Delelgado-DEOPS, "Instruções para o fechamento das sedes do PCB", Rio de Janeiro, 19 de maio de 1947 - Pasta: 25 - Setor: comunismo - DOPS - APERJ.

democráticas" do país. O dep. José Milliet Filho, em nome da bancada do PTB, interpelou a votação, afirmando que a moção era nada mais que um apoio à cassação do PCB e que com essa atitude seu partido não poderia concordar. Em seguida, falou pela bancada do PCB, Milton Caires de Brito que denunciou as várias medidas arbitrárias que vinham sendo tomadas pelo governo federal para impedir as atividades de seu partido e de seus parlamentares. O orador seguinte, dep. Osny Silveira, falou em nome da bancada da UDN a favor da moção. A correlação de forças não era favorável aos comunistas, o PSD tinha 26 e a UDN 9 deputados, os comunistas, 11 e os deputados do PTB contavam 14. Ainda havia a bancada do Partido Social progressista (PSP), com 9 deputados e que geralmente votava com a UDN. Mesmo assim, a bancada do PTB encaminhou uma emeda aditiva para tentar reformular os trechos ambíguos da moção favorável à cassação do PCB. Finalmente, a votação deu por encerrada a discussão e a moção foi aprovada tal como apresentada[43].

No dia 31 de maio, o delegado da DEOPS escreveu um relatório, que foi enviado ao Ministério da Justiça e à presidência da República, comunicando que haviam sido fechados em todo país 97 comitês (estaduais e municipais) e 560 células do PCB. Em separado foi um relatório sobre o DF, no qual comunicou o fechamento do Comitê Nacional e de "todas" as células existentes do partido[44].

Dai em diante, até a cassação dos mandatos dos parlamentares do PCB, em janeiro de 1938, sua bancada na Assembléia de São Paulo moveu todos seus esforços para denunciar, através de cada deputado comunista, os atos arbitrários das instituições "democráticas". Como, por exemplo, a palestra de Caio Prado sobre as calúnias publicadas nos jornais paulistanos sobre a armação de um plano dos comunistas para tomarem de assalto aquela casa parlamentar[45]; ou a denuncia de Roque Trevisan (PCB) sobre o fechamento pela polícia da União Geral dos Trabalhadores de Ribeirão Preto[46]; ou, ainda, a do dep. Armando Mazzo (PCB) a respeito da intervenção do Departamento

---

[43] *Anais, ibidem*, pp. 566-583. Consta nos *Anais* a presença de um grande número de pessoas nas galerias, que tumultuavam a sessão a cada palavra contra o PCB.

[44] Delelgado-DEOPS, "Relatório sobre diligência de fechamento das sedes do PCB", Rio de Janeiro, 31 de maio de 1947 - Pasta: 25 - Setor: comunismo - DOPS - APERJ.

[45] Sessão de 11 de junho/1947. *Anais, ibidem*, pp. 679-685.

[46] Sessão de 7 de junho de 1945. *Anais, ibidem*, pp. 552-555.

Estadual do Trabalho (DET) no Sindicato da Construção Civil e da Cerâmica para Construção de Santo André, nomeando "estranhos à classe" para sua diretoria[47]. Nessa linha continuou a atuação dos comunistas na Assembléia, que promulgou a Constituição do Estado em 9 de julho de 1947, até a cassação dos mandatos dos parlamentares do PCB em 12 de janeiro de 1948, quando ficaram proibidos de entrar no plenário. De maneira mais intensa, os parlamentares federais constituintes do PCB vivenciaram os mesmos dramas[48].

Jorge Amado exilou-se na França, onde como representante do PCB, participou ativamente do "movimento pela paz", organizado pelos partidos comunistas em torno da defesa da URSS. Visitou a URSS e os países da "cortina de ferro", foi agraciado com o Prêmio Stálin da Paz, tornou-se escritor comunista de fama internacional. De volta ao Brasil, publicou, em 1952 pela Editorial Vitória, *O mundo da paz*, verdadeira ode à URSS e a Stálin, nunca reeditada e posteriormente negada pelo escritor, assim como havia feito com *Lenita*, nos anos trinta. Publicou, ainda, em 1954, *Os subterrâneos da liberdade*, obra de ficção sobre os anos do Estado Novo, com intenção épica mas de efeito polêmico, como se pode constatar pela crítica do período[49].

Astrojildo, enquanto dirigia a revista *Literatura* e preparava um volume sobre a obra de Machado de Assis, elegeu-se suplente de vereador na Câmara do DF, em 1947. Ao lado de Graciliano Ramos, atuou na ABDE. Quando saiu o último número da revista *Literatura*, em outubro de 1948, escreveu em seu editorial:

> "[...] que os trabalhadores intelectuais do mundo inteiro estão concordantes quanto aos perigos que ameaçam a paz e a cultura; que os intelectuais, conscientes das responsabilidades que lhes cabem, solidários com as grandes massas populares, cientes da unidade e indivisibilidade da

---

[47] Sessão de 12 de junho de 1945. *Anais, ibidem*, pp. 752-754.

[48] Luiz Carlos Prestes e a bancada comunista na constituinte ficaram algumas semanas escondidos quando o Tribunal Superior Eleitoral determinou o fechamento do PCB, em 7 de maio. Para uma análise mais pontual sobre os debates no Congresso Nacional sobre a cassação do PCB e, posteriormente, dos mandatos de seus parlamentares, ver: Sérgio Braga, *op. cit.*, em especial, pp. 83-91.

[49] Para ficarmos apenas com um exemplo, o mais significativo talvez, ver o artigo de Hermínio Sacchetta, "Nos porões da decência". São paulo, 1954. Sacchetta por ver seu nome envolvido no romance, através do personagem Saquila - caracterizado como um traidor dos comunistas e da classe operária, elaborou severas críticas ao "realismo" de Amado ao caracterizar personagens e situações de acordo com seus interesses políticos conjunturais.

cultura universal, sabem que a paz e a cultura estão ameaçadas e sabem qual é esse perigo, e estão unidos para combatê-lo. [...]"[50]

Em dezembro de 1947, pouco antes da cassação dos mandatos dos parlamentares do PCB, o presidente da ABDE, o escritor Guilherme Figueiredo renunciou, denunciando que alguns sócios e membros da diretoria estavam organizando atividades em nome da entidade, "que não escondiam atrás de si interesses visivelmente partidários". A gota d'água foi uma decisão da diretoria em protesto contra a cassação dos mandatos dos parlamentares do PCB. Por não concordar com a decisão de "caráter político partidário", renunciava ao cargo.[51]

A partir dai, a ABDE perdeu seu caráter unitário e transformou-se numa organização sob a hegemonia do PCB, definitivamente isolado quando a chapa de Afonso Arinos vence as eleições para a diretoria, em 1949. Sendo acusada pela outra chapa, encabeçada por Homero Pires, de ter entre seus eleitores "escritores-fantasmas" e ter tumultuado de forma violenta a assembléia na qual a chapa vitoriosa seria empossada, resolveram retirar-se da entidade[52]. A chapa de Homero Pires (Edison Carneiro, Graciliano Ramos, Astrojildo Pereira, Rafael Correia de Oliveira, Leonfe Tulipan, Antonio Rangel, Cleto Seabra Veloso, Nelson Carneiro, Artur Ramos, Santa Rosa, Neves Manta, Paulo Pedrosa) assumiu a diretoria e teve que conviver com uma organização que havia perdido mais de 50% de seus sócios e com o próprio isolamento político[53].

Antes disso, porém, quando Monteiro Lobato escreveu o folheto *Zé Brasil* e que foi publicado pela Editorial Vitória em 1947, a criação estética determinada pela opção política havia chegado em seu ponto mais alto. A história do Zé Brasil, contada por Lobato, é uma crítica (feita anteriormente) ao Jeca Tatu (roceiro indolente). Sertanejo pobre, Zé Brasil observava num dos únicos "livros" que tinha em casa, o do Fontoura, a história do Jeca Tatu: "Tal qual eu. Tudo que ele tinha,

---

[50] Astrojildo Pereira, "Editorial", *Revista Literatura*, nº 10, ano III, outubro de 1948.

[51] Guilherme Figueiredo, "Renuncio à presidência da ABDE", *Diário de Notícias*, Rio, 7 de dezembro de 1947.

[52] Afonso Arinos de Melo Souza, "Renunciou a diretoria da ABDE", Rio, *Diário de Notícias*, abril de 1949.

[53] "Editorial", *Boletim Mensal de Literatura - ABDE*, Rio, nº 1, agosto de 1949.

eu também tenho. A mesma opilação, a mesma maleita, a mesma miséria e até o mesmo cachorrinho. Pois não é que o meu cachorro se chamava Jolí?"[54]

A história de Zé Brasil conta a vida cotidiana de um "agregado de meia", colocando em discussão as condições sociais em que vivia e a estrutura agrária do país. Logo no início aparece um interlocutor imaginário onipresente, que vai questionando a sua própria condição na organização do trabalho agrário, que lhe diz: "Mas Zé, se essas terras do Taquaral fossem divididas por essas cento e tantas famílias que já vivem lá, não acha que ficava tudo melhor?" [55]

Zé Brasil concordou, mas não encontrava maneira de que tal solução fosse posta em prática, afinal "quem pensaria nos pobres?". "Não é assim, Zé. Apareceu um homem que pensa em você, que por causa de você foi condenado pela lei desses ricos que mandam em tudo - e passou nove anos no cárcere.", respondeu-lhe o interlocutor. Esse homem é Luiz Carlos Prestes. Ainda assim, Zé Brasil estava desconfiado, reticente, não acreditava que as coisas poderiam mudar. E o interlocutor responde; "E por que não há de ser assim? Basta que vocês queiram. Se todos os que sofrem essa injustiça da falta de terras próprias num país tão grande como este, se reunirem em redor de Prestes, a situação acabará mudando completamente."

O interlocutor passa, então, a tentar convencê-lo de que a mudança é uma possibilidade real: o povo é a maioria no país, mas falta-lhe "conhecimento", falta-lhe "saber como as coisas são" e diz que "os jornais comunistas e os de Prestes" falam ao povo a verdade sobre sua situação. E, finalmente, Zé Brasil "compreende": "Prestes! Prestes!... Por isso é que tanta gente morre por ele. Estou compreendendo agora. É o único homem que quer o nosso bem. O resto, eh, eh, eh! É tudo mais ou menos o coronel Tatuira..."[56]

O que pretendi examinar foi como as trajetórias desses escritores, entre os anos trinta e quarenta, poderiam iluminar temas ligados à história do PCB (regras e códigos praticados no cotidiano da militância, por exemplo), o que nos levou a perceber o enorme descompasso entre os

---

[54] Monteiro Lobato, *Zé Brasil* (ilustrações de PercyDeanne), Rio de Janeiro, Editorial Vitória, 1947, pp. 5-6. Doc. nº 177 - Série: Folhetos - DESPS - APERJ. Ver imagem 18: reprodução da capa ilustrada por Percy Deanna em *Zé Brasil,* idem, ibidem.

[55] Idem, p. 16.

[56] Idem, p. 26.

objetivos da direção do partido em relação a eles e que, mesmo no intervalo da legalidade essas relações não se afirmaram através dos propósitos da política oficial. Os escritores que se filiaram no partido nesse período emprestaram seu prestígio, mas o fizeram, ainda que sutilmente, de maneira autônoma.

Ao mesmo tempo, procurei traçar alguns aspectos da história das relações entre intelectuais e estado e, ao que pudemos notar, a noção de cooptação é um termo de mediação unilateral dessas relações que só pode ser entendida por quem pretende cooptar e, mesmo assim, só poderia ter sua validade reconhecida se fosse aceita por ambos os lados, o que, de resto, não aconteceu. Essas relações foram pautadas por uma cultura "do favor", estabelecidas até que uma das partes se sentisse prejudicada, como foi o caso de Graciliano Ramos.

Outros aspectos surgirão da história da literatura (romance social-romance proletário, sociologia, história do Brasil, regionalismo, crítica literária, engajamento) e o que observamos foram as várias tentativas de estabelecimento de parâmetros comuns aos escritores, sempre rompidos e questionados na medida em que a criação literária não tomava pra si os marcos e os pontos inaugurais (modernismo, romance de trinta) estabelecidos. A isso se liga a construção da identidade nacional (negro-mestiçagem, trabalhador-mundo do trabalho, povo-nação), ponto de conflitos e de aproximações.

Ao passo que, ao abordar essas trajetórias também em seu aspecto profissional, encontramos a construção dos personagens tipificados, como temas da própria criação literária, no escravo, no negro, no trabalhador e no povo. Os pontos de contato entre a produção literária desses escritores, esses "novos" temas e as formulações políticas do PCB deram origem a um processo de romantização desses personagens. Quando passaram a se definir como trabalhador intelectual, estabelecendo como elemento de identidade a ligação com o partido, a estetização do mundo do trabalho estava completa.

Fontes e Bibliografia

a. Fontes

a.1. Jornais, Revistas e Folhetos

A Manhã - Rio de Janeiro - jornal diário, órgão oficial da ANL (abril/novembro de 1935).

A Classe Operária - 1928 a 1931/1934 a 1938/1942 a 1949/1951/1953 a 1960.

Boletim de Ariel. Mensário Crítico-Bibliográfico. Letras-Artes-Ciências. Rio de Janeiro - dir. Gastão Cruls - redator-chefe Agripino Grieco - n.º 1/agosto-1931 ao n.º 7/abril-1935.

Clima - São Paulo - Dir. Lourival Gomes Machado, 1941.

Cultura Política. Revista Mensal de Estudos Brasileiros - Dir. Almir de Andrade – Rio de Janeiro -1941 a 1945.

Cultura. Mensário Democrático (2) - Cons. Dir.: Afonso Schimdt, Álvaro Moreira, Monteiro Lobato, Graciliano Ramos, Oswald de Andrade, Sérgio Milliet – São Paulo - 1938/1939/1940.

Diretrizes. Política, Economia e Cultura (1) - Rio de Janeiro - Dir. Azevedo Amaral - 1938 a 1947. Suplemento Literário - Dir. Vito Pentagna - 1939 a 1941.

Hoje - São Paulo - 1945 a 1947/1950/1951.

Literatura - Rio de Janeiro - Dir. Resp. Astrojildo Pereira - 1946 a 1948.

O Observador Econômico e Financeiro - janeiro de 1940 a dezembro/44.

Para Todos (1) - Rio de Janeiro - Dir. Álvaro Moreyra -1928/1938/1939/1945/1950.

Para Todos (2) – Rio de Janeiro – Dir. Jorge Amado – n.º 1/maio de 1956 a n.º 53 e 54/ agosto de 1958.

Problemas. Revista Mensal de Cultura (1) - Rio de Janeiro - Dir. Arnaldo D'Horta Pedroso -1937 a 1939.

Problemas. Revista Mensal de Cultura Política (2) - Rio de Janeiro - Dir. Carlos Mariguella - 1945 a 1958.

Tribuna Popular - Rio de Janeiro - 1945 a 1948/1950 a 1958.

a.2. Obras literárias

Alina Paim, *A hora próxima*, Rio de Janeiro, Coleção Romances do Povo, Editorial Vitória, 1955.

Carlos Drummond de Andrade, *A rosa do povo*, 1ª edição, São Paulo, Livraria José Olympio Editora, 1945.

Dalcídio Jurandir, *Linha do parque*, Rio de Janeiro, Editorial Vitória, s/d.

Dionélio Machado, *Os ratos*, São Paulo, Editora Bels, 1973.

Graciliano Ramos, *Linhas tortas*, (1ª edição 1962) Rio de Janeiro, Editora Record, 1994.

Graciliano Ramos, *Alexandre e outros heróis*, (1ª edição 1962) São Paulo, Livraria Martins Editora, 1964.

Graciliano Ramos, *Caetés*, (1ª edição 1933).

Graciliano Ramos, *São Bernardo*, (1a. edição 1934).

Graciliano Ramos, *Angústia*, (1a. edição 1936).

Graciliano Ramos, *Vidas secas*, (1a. edição 1938) São Paulo, Livraria Martins Editora, 1969.

Graciliano Ramos, *Infância*, (1a. edição 1945).

Graciliano Ramos, *Insônia*, (1a. edição 1947).

Graciliano Ramos, Jorge Amado, José Lins do Rego, Aníbal Machado e Rachel de Queiroz, *Brandão entre o mar e o amor*, São Paulo, Livraria Martins Editora, 1973.

Jorge Amado, *O país do carnaval*, (1ª edição 1931) São Paulo, Livraria Martins Editora, s/d.

Jorge Amado, *ABC de Castro Alves*, (1ª edição 1941) São Paulo, Livraria Martins Editora, 1953.

Jorge Amado, *Cacau*, (1ª edição 1933) São Paulo, Livraria Martins Editora, s/d.

Jorge Amado, *Capitães da areia*, (1ª edição 1937) São Paulo, Livraria Martins Editora, s/d.

Jorge Amado, *Jubiabá*, (1ª edição 1935) São Paulo, Livraria Martins Editora, s/d.

Jorge Amado, *Mar morto*, (1ª edição 1936) São Paulo, Livraria Martins Editora, s/d.

Jorge Amado, *O amor do soldado*, 1ª edição, Rio de Janeiro, Edições do Povo, 1947 – FCJA.

Jorge Amado, *O Cavaleiro da Esperança*, (1ª edição 1942/Buenos Aires) Rio de Janeiro, Editora Record, 1980.

.Jorge Amado, *Os subterrâneos da liberdade*, (1ª edição 1954) 4ª edição, São Paulo, Livraria Martins Editora, 1954.
.Jorge Amado, *Terras do sem fim*, (1ª edição 1943) São Paulo, Livraria Martins Editora, s/d.
.Jorge Amado, *São Jorge dos Ilhéus*, (1ª edição 1944) São Paulo, Livraria Martins Editora, s/d.
.Jorge Amado, *Seara Vermelha*, (1ª edição 1946) São Paulo, Livraria Martins Editora, s/d.
.Jorge Amado, *Suor*, (1ª edição 1934) São Paulo, Livraria Martins Editora, s/d.
.Jorge Amado, *O Gato Malhado e a Andorinha Sinhá. Uma história de amor*, (escrito em 1948) Rio de Janeiro, Editora Record, 1976.
.Jorge Amado, *Gabriela, cravo e canela*, (1ª edição 1958) São Paulo, Livraria Martins Editora, s/d.
.Oswald de Andrade, *O homem e o cavalo*, (1ª edição 1934) São Paulo, Editora Globo, 1990.
.Oswald de Andrade, *Serafim Ponte Grande*, São Paulo, Global Editora, 1984.
.Oswald de Andrade, *Telefonema*, São Paulo, Editora Globo, 1996.
.Patrícia Galvão, *Parque industrial*, 1933.
.Rossine Camargo Guarnieri, *Três poemas: para Luís Carlos Prestes, Louvação ao Partido Comunista do Brasil, Canto de esperança em louvor a Stalingrado*, São Paulo, PCB, 1945.

a.3.Memórias, Diários e Relatos de Viagem

.Antonio Candido, "O Congresso dos Escritores", in: idem, *Teresina etc.*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1980.
.Caio Prado Júnior, *URSS, um novo mundo*, (1ª edição) São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1934. [ifch-320.947-p882u]
.Caio Prado Júnior, *O mundo do socialismo*, 1ª edição, São Paulo, Editora Brasiliense, 1962.
.Cassiano Ricardo, *Viagem no tempo e no espaço*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1970.
.Carlos Drummond de Andrade, *O observador no escritório*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1984.
.Carlos Lacerda, *Depoimento*, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1978.
.Dionélio Machado, *Memórias de um pobre homem*, Porto Alegre, Instituto Estadual do Livro, 1990.
.Edmar Morel, *Moscou, ida e volta*, Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti Editores, 1952.
.Érico Veríssimo, *Solo de clarineta*, Porto Alegre, Editora Globo, 1974.
.Graciliano Ramos, *Memórias do cárcere*, (1ª edição 1953) Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1954.
.Graciliano Ramos, *Viagem*, 1ª edição, São Paulo, Livraria José Olympio Editora, 1954.
.Jorge Amado, *Navegação de Cabotagem*, Rio de Janeiro, Editora Record, 1992.
.Jorge Amado, "Lembrança de Pablo", in: *Folha de São Paulo*, 19 de setembro de 1993.
.Jorge Amado, *O mundo da paz*, (1ª edição 1951) Rio de Janeiro, Editorial Vitória, 1952.
.Nelson Werneck Sodré, *Memórias de um soldado*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1967.
.Nelson Werneck Sodré, *Memórias de um escritor*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1970.
.Sérgio Milliet, *Diário Crítico*, São Paulo, Martins Fontes Editora/EDUSP, 1981, vol. I/II/III/IV.

a.4. ensaios

.Álvaro Cunhal, *A arte, o artista e a sociedade*, Lisboa, Editorial Caminho, 1998..Arthur Ramos, *As culturas negras no novo mundo. O negro brasileiro – III*, 2ª edição ampliada, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1946, Série 5ª/Brasiliana.
.Astrojildo Pereira, *Crítica Impura (autores e problemas)*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1963.
.Augusto Schmidt (org.), *Homenagem a Graciliano Ramos*, Rio de Janeiro, Editora Alba, 1943.
.A. A. Zhanov, *Literatura y Filosofia a la Luz del Marxismo*, Montevideo, Ediciones Pueblos Unidos, junho/1948.
.Caio Prado Júnior, *Evolução política no Brasil. Ensaio de interpretação dialética da história brasileira*, (1ª edição 1933) 2ª edição, São Paulo, Editora Brasiliense, 1947.

.Carlos Nelson Coutinho, *Literatura e Humanismo. Ensaios de crítica marxista*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1967.
.Édison Carneiro, *Castro Alves. Ensaio de Comprehensão*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1937.
.Emílio Zola, *Acuso...*, [1ª edição 1898] Lisboa, Guimarães Editores, 1998.
.Florestan Fernandes, "Romance social no Brasil", Folha da manhã, 23 de julho de 1944.
.Georg Lukács, *Marxismo e teoria da literatura*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1968.
.George Plekhanov, *Arte e vida social. Cartas sem endereço*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1969.
.Graciliano Ramos, *Relatórios e outros documentos*, Rio de Janeiro, Editora Record, 1994.
.Jorge Amado, *Homens e coisas do Partido Comunista*, Rio de Janeiro, Editora Horizonte, 1946.
.Jorge Amado, Pablo Neruda e Pedro Pomar, *O Partido Comunista e a liberdade de criação*, Rio de Janeiro, Editora Horizonte, 1946.
.José de Barros Martins (org.), *Jorge Amado: 30 anos de literatura*, São Paulo, Livraria Martins Editora, 1961.
. Karl Marx e Friedrich Engels, *Sobre arte e literatura*, Lisboa, Editorial Estampa, 1977.
.Leon Trotski, *Literatura e revolução*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1969.
.Louis Aragon, *Tratado do estilo*, (1ª edição 1928) Lisboa, Edições Antígona, 1995.
.Lourival Gomes Machado, *Retrato da Arte Moderna no Brasil*, São Paulo, Departamento de Cultura, 1947.
.Mário Neme (org.), *Plataforma da Nova Geração*, Porto Alegre, Editora Globo, 1945.
.Máximo Gorki, "Discurso Pronunciado por ocasião do I Congresso de Escritores Soviéticos", 1934.
.Monteiro Lobato, "Tira a camisa do pobre", in: *Revista da Academia Paulista de Letras*, São Paulo, n.º 9/março de 1940.
.Nelson Werneck Sodre, *Raizes Históricas do nacionalismo brasileiro*, Rio de Janeiro, ISEB, 1960.
.Nelson Werneck Sodre, *Formação histórica do Brasil*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1971.
.Nelson Werneck Sodre, *História da literatura brasileira*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1969.
.Nelson Werneck Sodre, *Contribuição à história do PCB*, São Paulo, Global Editora, 1984.
.Nelson Werneck Sodre, *A luta pela cultura*, Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 1990.
.Nelson Werneck Sodre, *Literatura e história no Brasil Contemporâneo*.
.Nelson Werneck Sodre, *O naturalismo no Brasil*, Belo Horizonte, Editora Oficina de Livros, 1992.
.Paulo Prado, *Retrato do Brasil. Ensaio sobre a tristeza brasileira*, São Paulo, s/editora, 1929.
.Otto Maria Carpeaux, *Pequena bibliografia crítica da literatura brasileira*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, 1951.
.Valentin Facioli (org.), *Breton-Trotski. Por uma arte revolucionária independente*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1985.

a.5 Atuação Parlamentar

.Caio Prado Júnior, *Anais da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo*, 1946/1948.
.Jorge Amado, *Anais da Câmara de Deputados*, 1946/1948.
.Mário Schenberg, *Anais da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo*, 1946/1948.

a.6 outros

Anais do I Congresso Brasileiro de Escritores, São Paulo, ABDE, janeiro/1945.
Anais do II Congresso Brasileiro de Escritores, Belo Horizonte, ABDE, outubro/1947.
Anais do III Congresso Paulista de Escritores, São Paulo, Sociedade Paulista de Escritores, 1952.

a.7 Acervos Consultados:

.Centro de Documentação e Memória (CEDEM/UNESP):
ASMOB - Fundo Astrojildo Pereira

CEMAP - Fundo Roberto Morena
.Instituto de Estudos Brasileiros – Universidade de São Paulo:
Fundo: Graciliano Ramos
.Sistema de Arquivos da Unicamp:
Fundo: Sérgio Buarque de Holanda.
.Arquivo Edgard Louenrouth-Unicamp:
Fundo: Astrojildo Pereira
Fundo: Arthur Bernardes
Coleção de Periódicos
Coleção de Livros
Coleção de Documentos: National Archives/EUA - Série: Comunismo
.Arquivo Público do Estado de São Paulo:
Fundo: Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda
Fundo: DEOPS
.Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro:
Fundo: DESPS
Fundo: DOPS
Fundo: DPS - Série: Fichas Verdes; Série: Dossiês
.Arquivo Público do Estado de Pernambuco:
Fundo: DOPS
.Arquivo Público do Estado da Bahia:
Fundo: Secretaria Estadual de Segurança Pública
.Fundação Casa de Jorge Amado
Coleção de Jornais e livros
Coleção de Imagens
Série: documentos de terceiros
Série: documentos pessoais
Série: Atuação no parlamento
.Biblioteca Municipal de Salvador-BA:
Coleção de Periódicos
.Biblioteca Nacional:
Seção de Manuscritos - Fundo: Nelson Werneck Sodré; Fundo: Manuel Bandeira; Fundo: Arthur Ramos; Fundo: Edmar Morel; Fundo: Teatro e censura.
Seção de periódicos
.Arquivo Nacional:
Fundo: Ministério da Justiça de Negócios Interiores:
Série: Assuntos políticos
Série: Justiça
Série: Negócios Interiores
Série: Organização Penitenciaria
Série: Segurança Pública
Série: Segurança Nacional
Fundo: Tribunal de Segurança Nacional
Processos: Caio Prado Júnior; Nise da Silveira; Patricia Galvão; João Raimundo; José Calvino Filho.
.Fundação Casa de Rui Barbosa - Arquivo Museu de Literatura Brasileira:
Fundo: José Olympio
Fundo: Carlos Drummond de Andrade
Fundo: Manuel Bandeira
.Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo/Arquivo Histórico:
Anais dos anos 1946/1947/1948 (atuação parlamentar de Caio Prado Júnior e Mário Schemberg)

b. Bibliografia

b.1. Teoria e história dos intelectuais

.Andy Croft, "Proletarian writers in Britain and America", *Labour History Review*, n.º 59/3, 1994, pp. 81-83.
.Annie Cohen-Solal, *Sartre*, Porto Alegre, LP&M, 1985.
.Antonio Gramsci, *Os intelectuais e a organização da cultura*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1978.
.Antonio Tabucchi, *Afirma Pereira*, Lisboa, Quetzal Editores, 1997..David Caute, *El comunismo y los intelectuales franceses. 1914-1966*, Barcelona, Oikos-Tau Ediciones, 1968.
.David Caute, *Les compagnous de route. 1917-1968*, Paris, Éditions Roberte Laffont, 1979.
.Dominique Desanti, *Les Staliines, une expérience politique. 1944-1956*, Paris, Fayard/Marabout, 1975..Edward W. Said, *Cultura e imperialismo*, são Paulo, Editora Companhia das Letras, 1995.
.Edward W. Said, *Representations of the Intellectual*, New York, Pantheon Books, 1994.
.Eric J. Hobsbawm, *"Os intelectuais e o Antifascismo"*, in: idem (org.), *História do marxismo*, São Paulo, Editora Paz e Terra, 1987, vol. IX.
Eric J. Hobsbawm, "The Historians' Group of the Communist Party", in: *Rebels and their causes: essays in honour of A. L. Morton*, London, Lawrence and Wishout, 1978.
.Eric J. Hobsbawm, "The Moscow line and international Communist policy 1933-1947", in: Chris Wrigley, *Walfare, diplomacy and politics: Essays in honour of A. J. P. Taylor*, Londres, 1986.
.Eric J. Hobsbawm, *A era dos extremos. O breve século XX. 1914-1991*, São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
.Eric J. Hobsbawm, *Estratégias para uma esquerda racional*, São Paulo, Editora Paz e Terra, 1991.
.Eric J. Hobsbawm, *Revolucionários*, São Paulo, Editora Paz e Terra, 1982..Fredric Jameson, *Marxismo e forma : teorias dialeticas da literatura no seculo XX* ,tradução: Iumna Maria Simon, São Paulo, Hucitec,1985.
.Frédérique Matonti, "Les intellectuels et le Parti: le cas français", In: Michel Dreyfus (et alli), *Le siècle des communismes*, Paris, Les Éditions de l'Atelier/Éditions Ouvrières, 2000, pp.405-424.
.Gerard Vincent, "Ser comunista? Uma maneira de ser", in: *História da vida privada*, São Paulo, Companhia das Letras, 1995, vol. V.
.Harold Swayze, *O controle politico na literatura na URSS. 1946-1959*, São Paulo: Dominus,1965..Herbert Marcuse, *Marxismo soviético: uma análise crítica*, Rio de Janeiro, Editora Saga, 1969.
.Herbert R. Lottman, *A rive gauche. Escritores, artistas e políticos em Paris. 1930-1950*, Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1987.
.Jacques Le Goff, "Comment écrivire une biographie aujourd'hui", in: *Le Débat*, n.º 54, mars-avril 1989.
.J. A. Bernard, *Le parti communiste français et la question littéraire. 1921-1939*, 1972.
.James D. Bloom, *Left Letters: The Culture Wars of Mike Gold, and Joseph Freeman*, Columbia University Press, 1992.
.João Madeira, *Os engenheiros de almas*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998.
.Jürgen Habermas, "Heinrich Heine e o papel do intelectual na Alemanha", in: *Cadernos de Filosofia Alemã*, São Paulo, USP, n.º 3, 1997.
.Jürgen Habermas, "Conhecimento e Interesse", in: *Os pensadores*, São Paulo, Abril Cultural, 1980.
.Lucien Goldmann, *A sociologia do romance*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1967.
.Michael Löwy, *Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários*, São Paulo, 1979.
.Michel Winock, *O século dos intelectuais*, Rio de Janeiro, Bertrand do Brasil, 2001.
.Pierre Bourdieu, *O poder simbólico*, Lisboa, Difel.
.Pierre Bourdieu, *A economia das trocas simbólicas*, São Paulo, Editora Perspectiva, 1992.
.Pierre Bourdieu, "Esboço de uma teoria da prática", in: Renato Ortiz (org.), *Pierre Bourdieu. Sociologia*, São Paulo, Editora Ática.

.Pierre Bourdieu, "A ilusão biográfica", in: Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado, *Usos & Abusos da História Oral*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 1996.
.Pierre Bourdieu, *As regras da arte. Gênese e estrutura do campo literário*, São Paulo, Editora Companhia das Letras, 1996.
.Raymond Willians, *Marxismo e literatura*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.
.Régine Robin, *Le réalisme socialiste*, França, Payot, 1986.
.Roger Chartier, *A história cultural. Entre práticas e representações*, Lisboa, Difel/Bertrand, 1990.
.Roger Chartier (org.), *Práticas da leitura*, São Paulo, Editora Estação Liberdade, 1996.
Terry Eagleton, *Marxismo e crítica literária*, Porto Alegre, Edições Afrontamento, 1976.
.Terry Eagleton, *Ideologia da Estética*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1993.
.Theodor W. Adorno, "Posição do narrador no Romance Contemporâneo"", in: *Os Pensadores*, São paulo, Abril Cultura, 1980.
.Vittorio Strada, "Da 'revolução cultural' ao 'realismo socialista'", in: Eric J. Hobsbawm, *História do Marxismo – o marxismo na época da III Internacional: problemas da cultura e da ideologia*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1987.
.Vittorio Strada, "Do 'realismo socialista' ao zdhanovismo", in: Eric J. Hobsbawm, *História do Marxismo – o marxismo na época da III Internacional: problemas da cultura e da ideologia*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1987.
.Walter Benjamin, "O autor como produtor", in: *Magia, técnica, arte e política*.
.Walter Benjamin, "O narrador - observações acerca da obra de Nicolau Leskow", in: *Os Pensadores*, São Paulo, Abril Cultura, 1980.
.Walter Benjamin, "O surrealismo - o mais recente instantâneo da inteligência européia", in: *Os Pensadores*, São Paulo, Abril Cultura, 1980.

b.2 Comunismo e cultura no Brasil

.Antonio A. Canelas Rubim, *Partido comunista, cultura e política cultural*, São Paulo, USP, 1986, Tese de Doutoramento apresentada à FFLCH.
.Antônio A. Canelas Rubim, "Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil", in: João Quartim de Moraes (org.), *História do Marxismo no Brasil. Volume III – Teorias. Interpretações*, São Paulo, Editora da Unicamp, 1998.
.Edgard Carone, *O marxismo no Brasil*, Rio de Janeiro, Dois Pontos Editora, 1986.
.Gildo Marçal Brandão, "Sobre a fisionomia intelectual do Partido Comunista (1945-1964)", in: *LUA NOVA*, São Paulo, no. 15, outubro/1988.
.Gildo Marçal Brandão, *A Esquerda positiva. As duas almas do Partido Comunista. 1920/1964*, São Paulo, Editora Hucitec, 1997.
.João Quartim de Moraes, "A influência do Leninismo de Stálin no Comunismo Brasileiro", in: Daniel Aarão Reis Filho (org.), *História do marxismo no Brasil. O impacto das revoluções*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1991.
.Joel Silveira e Geneton Moraes Neto, *Hitler/Stálin. O pacto maldido*, Rio de Janeiro, Editora Record, 1989.
.José Castilho Marques Neto, *Solidão revolucionária. Mário Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1993.
.Leandro Konder, "Os Intelectuais", in: José Marques de Melo (org.), *Comunicação e transição democrática*, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985.
.Leandro Konder, *A democracia e os comunistas no Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Graal, 1980.
.Leandro Konder, *A derrota da dialética: a recepção das idéias de Marx no Brasil até o começo dos anos 30*, São Paulo, Editora Campus, 1988.
.Leandro Konder, *Intelectuais brasileiros e marxismo*, Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1991.
.Leôncio Martins Rodrigues, "O PCB: os dirigentes e a organização", in: *História Geral da Civilização Brasileira*, São Paulo, Editora Difel, 1981, vol. X, Tomo III - O Brasil Republicano.

.Leila maria Gonçalves Leite Hernandez, *Movimentos políticos-ideológicos no Brasil: ANL e AIB*, São Paulo, Dissertação de Mestrado, FFLCH, USP, 1979.
.Marcelo Ayres Camurça Lima, "A concepção da história na cultura comunista", in: *Estudos*, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1991, no. 86.
.Marcelo de A. Camurça, "Intelectualidade rebelde e militância política: adesão dos intelectuais ao partido comunista brasileiro (1922-1960)", in: *Locus. Revista de História*, Juiz de Fora, Editora UFJF, vol. 4, n.º 1, 1998.
.Marco Aurélio de Almeida Garcia, "Contribuições para uma história da esquerda brasileira.", in: Reginaldo Moraes (org.), *Inteligência brasileira*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.
.Marco Aurélio de Almeida Garcia, "Um Cavaleiro da Lembrança", in: *Teoria & Debate*, São Paulo, maio de 1990.
.Paulo Sérgio Pinheiro, *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil. 1922-1935*, São Paulo, Companhia das Letras, 1991.
.Paulo Sérgio Pinheiro, *Política e trabalho no Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1977.

b.3. Sobre intelectuais e literatura no Brasil

.Alfredo Bosi, *História concisa da literatura brasileira*, São Paulo, Editora Cultrix, 1994.
.Alfredo W. B. de Almeida, *Jorge Amado: política e literatura. Um estudo sobre a trajetória intelectual de Jorge Amado*, Rio de Janeiro, Editora Campus, 1979.
.Alice Raillard, *Conversando com Jorge Amado*, Rio de Janeiro, Editora Record, 1990.
.Ana Paula Palamartchuk, "Jorge Amado: escritor de putas e vagabundos?", in: Sidney Chalhoub e Leonardo Affonso de M. Pereira (org.), *A história contada. Capítulos de História Social da Literatura no Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1997.
.Angela de Castro Gomes, "O redescobrimento do Brasil", in: Lúcia Lippi de Oliveira *et alli*, *Estado Novo: ideologia e poder*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.
.Angela de Castro Gomes, "A construção do homem novo: o trabalhador brasileiro", in: Lúcia Lippi de Oliveira *et alli*, *Estado Novo: ideologia e poder*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.
.Angela de Castro Gomes, *Essa gente do Rio... Modernismo e nacionalismo*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas Editora, 1999.
.Antônio Arnoni Prado, "Uma visita à casa de Balzac – crônica, memória e história na crítica de SBH", in: *Revista USP, Dossiê Intérpretes do Brasil – anos 30*, São Paulo, n.º 38, junho/julho agosto 1998.
.Antonio Candido e Aderaldo Castella, *Presença da literatura brasileira. Modernismo*, São Paulo, Difel, 1975.
.Antonio Candido, *Brigada ligeira e outros escritos*, São Paulo, Editora Unesp, 1992.
.Antonio Candido, *Ficção e confissão*, Rio de Janeiro, Editora 34, 1992.
.Antonio Candido, *Literatura e sociedade*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1965.
.Antonio Candido, *Tese e antítese*, São Paulo, Editora Nacional, 1964.
.Antonio Candido, "Sobre a retidão", in: Antônio Arnoni Prado, *Libertários no Brasil –memórias, lutas, cultura*, São Paulo Editora Brasiliense, 1986.
.Aracy Amaral, *Arte para quê? – a preocupação social na arte brasileira: 1930-1970*, São Paulo, Nobel Editora, 1987.
.Benjamin Abdala Júnior, *Literatura - História e Política*, São Paulo, Editora Ática, 1989.
.Bernardo Ricupero, "CPJr.: o 1° marxista brasileiro", in: *Revista USP, Dossiê Intérpretes do Brasil – anos 30*, São Paulo, n.º 38, junho/julho agosto 1998.
.Bernardo Ricupero, *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*, São Paulo, Editora 34/Fapesp, 2000.
.Carlos Alberto Dória, "Graciliano e o paradigma do papagaio", in: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n.º 35, 1993, pp. 19-34.
.Carlos Guilherme Motta, *Ideologia da cultura brasileira. 1933-1974*, São Paulo, Editora Ática, 1980.
.Carlos Nelson Coutinho, "Os intelectuais e a organização da cultura no Brasil", in: *Temas de Ciências Humanas*, 1981.

.Carlos Zilio, *A querela do Brasil. A questão de identidade da arte brasileira: a obra de Tarsila, Di Cavalcanti e Portinari. 1922-1945*, Rio de Janeiro, Funarte, 1982.
.Cláudia F. Baeta Leal, *Anarquismo em verso e prosa. Literatura e propaganda na imprensa libertária em São Paulo. 1900-1916*, Campinas, Dissertação de Mestrado apresentada ao Depto. De Teoria literária/IEL/Unicamp, 1999.
.Daniel Barbosa Andrade de Faria, "O riso do mágico suicida", Brasília, mineo., 1999.
.Daniel Pécaut, *Os intelectuais e a política no Brasil*, São Paulo, Editora Ática, 1990.
.Dênis de Moraes, *O imaginários vigiado. A imprensa comunista e a recepção do realismo socialista*, Tese de Doutoramento em Comunicação/UFRJ, 1994.
.Dênis de Moraes, *O velho Graça. Uma biografia de Graciliano Ramos*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1992.
.Denise Moura, "SBH e seus mundos desvelados", in: *Revista USP, Dossiê Intérpretes do Brasil – anos 30*, São Paulo, n.º 38, junho/julho agosto 1998.
.Eduardo de Assis Duarte, *Jorge Amado: romance em tempo de utopia*, Rio de Janeiro, Editora Record, 1996.
.Elide Rugai Bastos e Walquíria D. Leão Rego (orgs.), *Intelectuais e Política. A moralidade do compromisso*, São Paulo, Olho d'Água, 1999.
.Fernando Novaes, "Caio Prado Júnior Historiador.", in: *Revista Novos Estudos CEBRAP*, no. 2, vol. 2, São Paulo, julho de 1983.
.Fernando Novaes, "Caio Prado Júnior na historiografia", in: Reginaldo Moraes (org.), *Inteligência Brasileira*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.
.Florestan Fernandes e Francisco Iglésias (org.), *Caio Prado Júnior*, São Paulo, Editora Ática, 1992.
.Gabriel Cohn, *Comunicação e indústria cultural*, São Paulo, Editora Nacional/Edusp, 1971.
.Haroldo de Campos, *Pagu: vida-obra*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1987.
.Hermenegildo Bastos, *Memórias do Cárcere, literatura e testemunho*, Brasília, Editora UnB, 1998.
.J. A. Castello, "Reflexões sobre a narrativa ficcional dos anos 30", Simpósio sobre a Revolução de 30. Porto Alegre, Erus, 1980.
.Heloísa Pontes, *Destinos Mistos: o grupo Clima no sistema cultural paulista (1940-1968)*, Tese de Doutoramento em Sociologia/FFLCH/USP, 1996.
.Ilka Maria de Oliveira, *A literatura na revolução. Contribuições de Astrojildo Pereira e Alina Paim para uma política cultural do PCB nos anos 50*, Campinas, Dissertação de Mestrado apresentada ao Dpto. De Teoria Literária-IEL-Unicamp, 1998.
.Jean Roche, *Jorge Bem/Mal Amado*, São Paulo, Editora Cultrix, 1987.
.Jorge Luiz Ferreira, *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*, Tese de Doutoramento em História/FFLCH/USP, 1996.
.Leandro Konder, *Barão de Itararé*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1983.
.Leandro Konder, "História dos intelectuais nos anos 50", in: Marcos Cezar de Freitas (org.), *Historiografia brasileira em perspectiva*, São Paulo, Editora Contexto/Edusp.
.Leandro Konder, "CPJr.: nadador e aviador", in: *Revista USP, Dossiê Intérpretes do Brasil – anos 30*, São Paulo, n.º 38, junho/julho agosto 1998.
.Lúcia Lippi de Oliveira, "Tradição e política: o pensamento de Almir de Andrade", in: idem *et alli*, *Estado Novo: ideologia e poder*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.
.Lúcia Lippi de Oliveira, "Autoridade e política: o pensamento de Azevedo Amaral", in: idem *et alli*, *Estado Novo: ideologia e poder*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.
.Luciana Regina Pomari, *Érico Veríssimo: entre a literatura e a história (1930-1940)*, Assis, Dissertação de Mestrado em História/UNESP, 1996.
.Luciano Martins, "A gênese de uma intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil. 1920-1945", in: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 2, n.º 4/junho 1987.
.Maria Angela D'Incao, *História e ideal. Ensaios sobre Caio Prado Júnior*, São Paulo, Editora Brasiliense e UNESP, 1989.

.Maria Angela D'Incao e Eloísa Scarabôtolo (orgs.), *Dentro do texto, dentro da vida: ensaios sobre Antonio Candido*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
.Maria Lúcia Fernandes Guelfi, "Romantismo no século XX", in: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n.º 35, pp. 124-144.
.Maria Luisa Nunes, "The Preservation of African Culture in Brazilian Literature: The Novels of Jorge Amado", in: *Luso-Brazilian Review*, Madison, vol. X, n.º 1, june/1973.
.Maria L. Tucci Carneiro, "O fogo e os rituais da purificação: a teoria do maleficio", in: *Resgate. Revista de cultura*, Campinas, Papirus Editora/Centro de Memória Unicamp, n.º 3/1991.
.Maria L. Tucci Carneiro, *Livros proibidos, idéias malditas. O Deops e as minorias silenciadas*, São Paulo, Editora Estação Liberdade/Secretaria do Estado da Cultura, 1997.
.Marilena Chauí, *Seminários*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1984, Coleção "O Nacional e o Popular na Cultura Brasileira".
.Marilena Chauí, "Crítica e ideologia", in: *Cadernos CEAF*, Rio de Janeiro, agosto/1978.
.Marilena Chauí e, *Ideologia e mobilização popular*, São Paulo, CEDEC, 1978.
.Marilena Chauí, *Brasil. Mito fundador e sociedade autoritária*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2000. [xerox]
.Marisa Lajolo, *Monteiro Lobato. Um brasileiro sob medida*, São Paulo, Editora moderna, 2000. [estante
.Martin Cezar Feijó, *O revolucionário cordial. Astrojildo Pereira e as origens de uma política cultural*, São Paulo, Boitempo Editorial, 2001.
.Milton Lahuerta, *Elitismo, autonomia, populismo: os intelectuais na transição dos anos 40*, Campinas, Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política-IFCH-Unicamp, 1992.
.Moacir Werneck de Castro, *Mário de Andrade: exílio no Rio*, Rio de Janeiro, Editor Rocco, 1989.
.Mônica Pimenta Velloso, "Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual", in: Lúcia Lippi de Oliveira *et alli*, *Estado Novo: ideologia e poder*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.
.Nelson A. Vieira, *Testimonal Fiction and Historical Allegory: Racial and Political Repression in Jorge Amados's Brazil*,
.Nelson Cerqueira, *A política do partido comunista e a questão do realismo em Jorge Amado*, Salvador, Fundação Casa de Jorge Amado, 1988.
.Nicolau Sevcenko, *A literatura como missão*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1983.
.Octávio Ianni, *Sociologia e literatura*, Campinas, Cadernos Primeira versão n.º 72, IFCH/Unicamp, setembro/1997. [pasta - literatura]
.Paulo Mercadante, *Graciliano Ramos. O manifesto trágico*, Rio de Janeiro, Topbooks Editora, 1984.
.Otília Beatriz Fiori Arantes, *Mário Pedrosa. Itinerário crítico*, São Paulo, Scritta Editorial, 1991.
.Paulo Sérgio Pinheiro, "O ano de 1945", in: *Folha de São Paulo*, 11 de julho de 1998. Resenha de *Diários Políticos de CPJr.*
.Paulo Teixeira Iumatti, *Diários políticos de Caio Prado Júnior: 1945*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1998.
.Pedro R. Bodê de Moraes, *Fidalgos do café e livros no Brasil. Monteiro Lobato e a criação de editoras nacionais*, Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, Museu Nacional/UFRJ, 1995.
.Pedro Meira Monteiro, *A queda do aventureiro. Aventura, cordialidade e os novos tempos em* ***Raízes do Brasil***, Campinas, Editora da Unicamp/Fapesp, 1999.
.Regina Maria Rodrigues Behar, *PCB: duas políticas culturais. 1945-1958*, Dissertação de Mestrado em História/UNB, 1992.
.Ricardo Ramos, *Graciliano: retrato fragmentado*, São Paulo, Editora Siciliano, 1992.
.Robert M. Levine and John Crocitti (org.), *The Brazil Reader - history, culture, and politics*, Duke University Press, 1999.
.Roberto DaMatta, "Mulher. *Dona Flor e seus dois maridos*: um romance relacional", in: idem, *A casa & a rua. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Rocco, 1997.
.Roberto Schwartz, *Ao vencedor as batatas*, São Paulo, Editora Duas Cidades, 1981.
.Roberto Schwartz, "Originalidade da crítica de Antonio Candido", in: *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n.º 32, março/1992.

.Rubem Murilo Leão Rego, 'CPJr.: sentimento do Brasil", in: *Revista USP*, *Dossiê Intérpretes do Brasil – anos 30*, São Paulo, n.º 38, junho/julho agosto 1998.
.Sérgio Micelli, *Intelectuais e classe dirigentes no Brasil: 1920-1945*, São Paulo, Difel, 1979.
.Tadeu Chiarelli, "Nacionalismo como auto-regeneração: o caso Lobato", in: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n.º 35, pp. 194-198.
.Tadeu Chiarelli, *Um Jeca nos Vernissages: Monteiro Lobato e o desejo de uma arte nacional no Brasil*, São Paulo, EDUSP, 1995.
.Valentim Facioli, "Dettera: ilusão e verdade – sobre a (im)propriedade em alguns narradores de Graciliano Ramos", in: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n.º 35, 1993, pp. 43-68.
.Walnice Nogueira Galvão, "Amado: respeitoso, respeitável", in: idem, *Saco de gatos. Ensaios críticos*, São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1976.
.Walnice Nogueira Galvão, "Figurantes mudos", in: *Folha de São Paulo*, 11 de julho de 1998. Resenha Antonio Candido, *SBH*.
.Wilson Martins, *A crítica literária no Brasil*, (1ª edição 1952) Rio de Janeiro, Francisco Alves Editora, vol. I e vol. II.

b.4. Outros

.Alcir Lenharo, *Sacralização da política*, Campinas, Editora Papirus, 1986.
.Alcir Lenharo, "Estado Novo, Estado Velho: novas direções historiográficas", in: *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, AESP, n.º 35, 1986/87. [pasta - hb]
.Angela de Castro Gomes, *A invenção do trabalhismo*, São Paulo/Rio de Janeiro, Vértice/Editora Revista dos Tribunais/IUPERJ, 1988.
.Angela de Castro Gomes (org.), *Vargas e a crise dos anos 50*, Rio de Janeiro, Editora Relumé-Dumará, 1994.
.Antônio Costa pinto, "A ideologia do fascismo revisitada: Zeev Sternhell e os seus críticos", *Ler História*, Lisboa, n.º 6, 1985, pp. 109-120. [xerox-pasta: hb]
.Armando Boito Júnior, *O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1982.
.Claudio H. M. Batalha, "A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências", Campinas, mineo., 1998.
.Edgar S. de Decca, *1930. O silêncio dos vencidos*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1981.
.Elizabeth Cancelli, *O mundo da violência: a policia na era Vargas*, Brasília, Editora da UNB, 1993.
.Fernando Moraes, *Chatô – O rei do Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras.
.Francisco Weffort, *O populismo na política brasileira*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1978.
.Francisco Weffort, "Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-1964", in: *Revista de Cultura Contemporânea*, Rio de Janeiro, Parte I: n.º 1/julho/1978, Parte II: n.º 2/janeiro/1979 e Parte III: n.º 3/agosto/1979.
.John D. French, *O ABC dos operários. Conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950*, São Paulo/Editora Hucitec, São Caetano do Sul/Prefeitura, 1995.
.José Luiz Werneck da Silva, *O feixe e o prisma: uma revisão do Estado Novo*, Rio de Janeiro, Zahar Editora, 1991.
.José Miguel Wisnik, "Algumas questões de música e política no Brasil", in: Alfredo Bosi, *Cultura brasileira: temas e situações*, São Paulo, Editora Ática, 1992.
.Jorge Ferreira (org.), *O populismo e sua história*, Rio de Janeiro, Editora civilização Brasileira, 2001.
.Laurence Hallewell, *O livro no Brasil*, São Paulo. T. A. Queiroz/EDUSP, 1985.
.Magaret Todaro Williams, "Integralism and the Brazilian Catholic Church", in: *Hispanic American Historical Review*, vol. 54, n.º3, August, 1974. [xerox]
.Marcilia Gama da Silva, *A DOPS e o Estado Novo: os bastidores da repressão em Pernambuco. 1930-1945*. Recife, Dissertação de Mestrado apresentada ao CFCH - UFPE, 1997.
.Maria Helena Capelato, "Estado Novo: novas histórias", in: Marcos Cezar de Freitas (org.), *Historiografia brasileira em perspectiva*, São Paulo, Editora Contexto/Edusp.

.Michael M. Hall, "Corporatism, fascism, and the origens of Brazilian Labor Law", Campinas, mineo., 1998.
.Reynaldo Pompeu de Campos, *Repressão judicial no Estado Novo: esquerda e direita no banco dos réus*, Rio de Janeiro, 1982.
.Sérgio Soares Braga, *Quem foi quem na Assembléia Constituinte de 1946. Um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946*, Brasília, Centro de Documentação e Informação/Câmara dos Deputados, 1998.
.Silvana Goulart, *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e Estado Novo*, São Paulo, Editora Marco Zero/CNPq, 1990.
.Simon Schwartzman (org.), *Estado Novo. Um auto-retrato (Arquivo Gustavo Capanema-FGV)*, Brasília, Editora da UnB, 1982.
.Vamireh Chacon, *Estado e povo no Brasil. Experiências do Estado Novo e da Democracia Populista: 1937-1964*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, Brasília, Câmara dos Deputados, 1977.

Anexo

Caderno de Imagens

Imagem 1


ASTROJILDO PEREIRA
UNIÃO OPERARIA
1º de Maio
CRUZEIRO - E. DE S. PAULO
A GRÉVE DA LEOPOLDINA
Preço 200 réis
COLEÇÃO "SPARTACUS"
RIO DE JANEIRO
1920

Imagem 2



S. Paulo, 20 de Março de 1931.

Snr. .....

CAIXA POSTAL 2580 - S. PAULO

A

Cordeaes Saudações.

Temos a satisfação de levar ao conhecimento de V. S. que acabamos de fundar nesta cidade uma empreza editora, com a denominação de EDITORIAL MARENGLEN, a qual se propõe a editar sobretudo obras modernas referentes ás questões sociaes, communismo, socialismo, situação da União Soviética, etc.

Os autores mais famosos e mais conhecidos mundialmente como Caders do movimento revolucionario contemporaneo — Lénine, Staline, Molotov, Lozovsky, Manuilsky, Go ki e outros — serão editados em traducções extremamente cuidadas.

A par destes, Marx e Engels, fundadores da socialismo scientifico, ambos pouco menos que inéditos em lingua portugueza, entram nos nossos planos de edições populares de grande tiragem.

Temos ainda em projecto editar as obras de publicistas brasileiros que se especializaram em taes questões.

Neste momento de profunda renovação da mentalidade brasileira, existe a bem dizer verdadeira fome de literatura social e revolucionaria. Mas até aqui, com rarissimas exepções, essa fome tem sido escassamente satisfeita em idiomas extrangeiros, o que quer dizer alcançando apenas um circulo limitado de leitores. Ora o objectivo principal da nossa casa consiste em fazer a mais larga difusão, na lingua nacional, de toda uma bibliotheca moderna referente a estes assumptos, em volumes, cuidadosamente traduzidos do original e editados com esmerado gosto material.

Estamos certos - e para isso não pouparemos esforços - de que a nossa iniciativa corresponderá opportunamente a uma necessidade imperativa do momento actual, e que, assim, encontraremos no mercado de livros o apoio indispensavel ao bom exito da nossa empreza.

As condições commerciaes que adoptamos são as de praxe neste ramo de negocio.

Attenciosas saudações.

O Gerente

As nossas primeiras edições serão as seguintes:

O que é o Plano de 5 Annos — Brochura de divulgação popular, do famoso plano de industrialização da União Sovietica.

As gréves, a insurreição e a luta pelo poder, de A. Lozovsky, secretario geral da Internacional Syndical Vermelha — Volume de cerca de 100 paginas, de grande actualidade.

Dois Balanços, de J. Staline - Importante Relatorio apresentado ao Congresso do P. C. da U. S., no qual o autor faz o confronto entre a crise do regimen capitalista e o desenvolvimento ascensional da economia sovietica. Volume de cerca de 150 paginas.

Manifesto Communista, de Marx e Engels—Reedição do famoso documento, que constitue a base das doutrinas communistas.

Programma da Internacional Communista. Brochura de mais de 60 paginas.

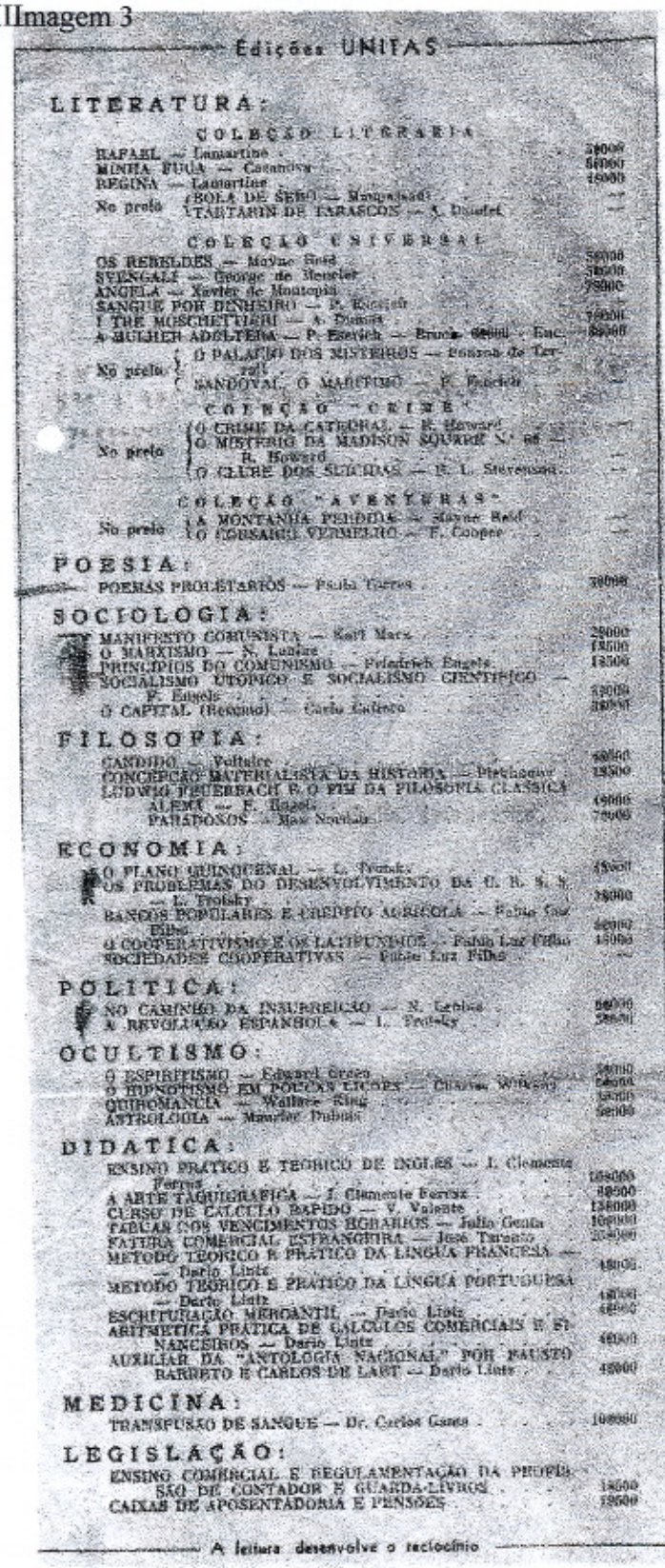
Dez annos de I. S. V., de A. Lozovsky.

O Imperealismo, ultima etapa do capitalismo, — de V. I. Lénine.

O Estado e a Revolução, de V. I. Lénine.

O Leninismo theorico e pratico, de J. Staline.

IIImagem 3



Edições UNITAS

LITERATURA:

COLEÇÃO LITERARIA

RAFAEL — Lamartine
MINHA FUGA — Casanova
REGINA — Lamartine
No prelo — BOLA DE SEBO — Maupassant
No prelo — TARTARIN DE TARASCON — A. Daudet

COLEÇÃO UNIVERSAL

OS REBELDES — Mayne Reid
SVENGALI — George du Maurier
ANGELA — Xavier de Montepin
SANGUE POR DINHEIRO — P. Escrich
I TRE MOSCHETTIERI — A. Dumas
A MULHER ADULTERA — P. Escrich — Bruno Gnoli — Enc.
No prelo — O PALACIO DOS MISTERIOS — Ponson du Terrail
No prelo — SANDOVAL, O MARTIMO — P. Escrich

COLEÇÃO "CRIME"

No prelo — O CRIME DA CATEDRAL — R. Howard
No prelo — O MISTERIO DA MADISON SQUARE N.º 68 — R. Howard
No prelo — O CLUBE DOS SUICIDAS — R. L. Stevenson

COLEÇÃO "AVENTURAS"

No prelo — LA MONTANHA PERDIDA — Mayne Reid
No prelo — O CORSARIO VERMELHO — F. Cooper

POESIA:

POEMAS PROLETARIOS — Paulo Torres

SOCIOLOGIA:

MANIFESTO COMUNISTA — Karl Marx
O MARXISMO — N. Lenine
PRINCIPIOS DO COMUNISMO — Friedrich Engels
SOCIALISMO UTOPICO E SOCIALISMO CIENTIFICO — F. Engels
O CAPITAL (Resumo) — Carlo Cafiero

FILOSOFIA:

CANDIDO — Voltaire
CONCEPÇÃO MATERIALISTA DA HISTORIA — Plekhanov
LUDWIG FEUERBACH E O FIM DA FILOSOFIA CLASSICA ALEMÃ — F. Engels
PARADOXOS — Max Nordau

ECONOMIA:

O PLANO QUINQUENAL — L. Trotsky
OS PROBLEMAS DO DESENVOLVIMENTO DA U. R. S. S. — L. Trotsky
BANCOS POPULARES E CREDITO AGRICOLA — Fabio Luz Filho
O COOPERATIVISMO E OS LATIFUNDIOS — Fabio Luz Filho
SOCIEDADES COOPERATIVAS — Fabio Luz Filho

POLITICA:

NO CAMINHO DA INSURREIÇÃO — N. Lenine
A REVOLUÇÃO ESPANHOLA — L. Trotsky

OCULTISMO:

O ESPIRITISMO — Edward Green
O HIPNOTISMO EM POUCAS LIÇÕES — Charles Wilson
QUIROMANCIA — Wallace King
ASTROLOGIA — Maurice Dubois

DIDATICA:

ENSINO PRATICO E TEORICO DE INGLES — J. Clemente Ferraz
A ARTE TAQUIGRAFICA — J. Clemente Ferraz
CURSO DE CALCULO RAPIDO — V. Valente
FARDAR NOS VENCIMENTOS HORARIOS — Julio Genta
FATURA COMERCIAL ESTRANGEIRA — Jose Taranto
METODO TEORICO E PRATICO DA LINGUA FRANCESA — Dario Lintz
METODO TEORICO E PRATICO DA LINGUA PORTUGUESA — Dario Lintz
ESCRITURAÇÃO MERCANTIL — Dario Lintz
ARITMETICA PRATICA DE CALCULOS COMERCIAIS E BANCARIOS — Dario Lintz
AUXILIAR DA "ANTOLOGIA NACIONAL" POR FAUSTO BARRETO E CARLOS DE LAET — Dario Lintz

MEDICINA:

TRANSFUSÃO DE SANGUE — Dr. Carlos Gama

LEGISLAÇÃO:

ENSINO COMERCIAL E REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE CONTADOR E GUARDA-LIVROS
CAIXAS DE APOSENTADORIA E PENSÕES

A leitura desenvolve o raciocinio

Imagem 4

MANIFESTO

DOS TRABALHADORES INTELECTUAES

AO POVO BRASILEIRO

Os trabalhadores intelectuaes abaixo assignados não podem ficar alheios á serie já longa de inominaveis perseguições que o Governo da Republica Nova vem exercendo contra o que se convencionou chamar "delicto das idéas", continuando assim a tradição da Republica Velha: acabam dos trabalhadores. Na sua forma, a brutal reacção contra as massas trabalhadoras, que luctam contra os baixos salarios, o desemprego e a fome, que luctam, em summa, contra a escravidão a que as submette a burguezia nacional a serviço dos grupos imperialistas estrangeiros (inglezes, norte-americanos e francezes), esse governo tem praticado as peiores excessos e as violencias mais reprovaveis, desde as prisões e os deportações até aos espancamentos e aos assassinatos em massa de seu descontentamento.

Não é possivel que assistamos sem um protesto ás barbaridades com conta em que se tem desenrolado os instrumentos de crimes dominante no nosso paiz. Mas, ao mesmo tempo em que denunciamos perante a nação os crimes dos que se acham no poder e o manejam ao exclusivo labor dos interesses do capital estrangeiro e dos magnatas das industrias e do café, consideramos ser dever de honra desmascarar os falsos liberaes, os chamados reformistas da esquerda e seus alliados, "generaes", "legiões" e "partidos sopelistas", cuja trapalhada pseudo-radical e cujo demagogia não devem illudir a ninguem.

Protestando, como protestamos, contra a ditadura fascista e as torturas da sua "Santa Inquisição", queremos deixar bem claro, ao mesmo tempo, que não aplaudimos nem pactuamos com a Constituição dos liberaes de operetta e que julgamos de nosso dever combatel-os e desmascaral-os em todas as opportunidades que se nos apresentarem como inimigos que são dos trabalhadores e dos intellectuaes não corrompidos.

E' tambem do nosso dever explicar ao povo as causas profundas da reacção, que hoje por toda parte se intensifica. Ellas são claras e ao alcance de todos. Qualquer pessoa medianamente intelligente já ha de ter percebido que não se trata de medidas isoladas, tomadas aqui e ali arbitrariamente, sem uma conexão intima e profunda, mas sim de um plano de conjuncto habilmente concertado e que coincide — pondo-se attenção a este detalhe importantissimo — com a aggravação da crise capitalista e com o recrudescimento, sobre todo o "front" capitalista internacional, da offensiva contra a União Sovietica, cuja admiravel obra de reconstrucção, a elevação do nivel de vida dos trabalhadores, o desapparecimento dos antagonismos entre a cidade e o campo, o prodigioso desenvolvimento cultural, e o exito formidavel do plano quinquennal constituem, em todos esses não obstante reforçam as posições do socialismo num territorio que occupa a sexta parte do globo, como trophéu, repercutindo no mundo inteiro, levantam as iras de explorados e opprimidos o brado cadente de sua esperança.

Os progressos maravilhosos da economia sovietica (só nos primeiros cinco annos os salarios augmentaram na U. R. S. S. um quarto em media de 19 %, emquanto baixavam de 40 %, 50 % e até mais em todos os outros paizes!) contrastam singularmente com a decomposição e a desaggregação do "ordem" capitalista, demonstrando desde maneira a possibilidade pratica da edificação socialista num só paiz.

A noticia de que o governo do Chile havia "descoberto" um complot communista na America Latina; a sensacional denuncia feita pelo ex-deputado e escriptor Mauricio de Medeiros, da existencia de um tratado secreto entre o Brasil e a Italia, para a entrega e Mussolini dos anti-fascistas aqui residentes; os frequentes attentados á liberdade de pensamento e de reunião; as cruéis perseguições aos israelitas, açuladas ostensivamente pelo clero; os barbaros fuzilamentos de marinheiros no Perú e dos operarios agricolas do Matto Larangeira; tudo isso revela a sociedade o estrangeiro plano de ataque ás massas trabalhadoras.

O golpe armado de outubro promette ao povo não a liberdade. Dá-lhe miseria e cadeia. Vem demonstrar praticamente — este é o seu lado positivo, a sua contradicção dialetica — que as revoluções burguezas não podem promover pelo simples motivo de que nada podem dar e que só a revolução dos explorados contra os exploradores é a verdadeira revolução do povo.

Essas reflexões contra a liberdade de pensamento não podem nem devem passar em o nosso protesto!

Intellectuaes de todo o Brasil, uniamo-nos e protestemos contra ellas, pois, assim fazendo, estamos defendendo o nosso proprio direito, o direito inalienavel e sagrado da opinião! Não nos illudamos! A reacção policial atingirá a todos nós. Todos nós, hoje ou amanhã, desde os daquelle modo, seremos victimas delia! Devemos, pois, reagir contra este lamentavel estado de coisas a que chegamos!

Os trabalhadores intellectuaes abaixo assignados reclamam ampla liberdade de acção e propaganda para o Partido Communista, Juventude Communista, Federação Sindical Regional e Confederação Geral do Trabalho do Brasil e Soccorro Vermelho Internacional (secção brasileira) os quaes não tem existencia legal, pois essa illegalidade é uma excepção absurda e monstruosa no centro politico brasileiro e muito mais insoffrivel e ridicula quando não se observa em nenhum paiz capitalista mais avançado, como por exemplo a Allemanha, a França, a Inglaterra e os Estados Unidos.

Mais: **Protestam contra as prisões, deportações, espancamentos e assassinatos de operarios!**

Protestam contra o nefando "delicto de pensamento" creado pela mentalidade reaccionaria da Republica Nova!

Protestam contra a guerra imperialista contra a União Sovietica, patria dos trabalhadores!

Pela liberdade de acção e propaganda do Partido Communista, Juventude Communista, Federação Sindical Regional e Confederação Geral do Trabalho do Brasil e Soccorro Vermelho Internacional (secção brasileira).

Pela liberdade de imprensa proletaria revolucionaria!

Pelo reconhecimento da U. R. S. S.

Contra o terror branco!

Contra a intervenção na U. R. S. S.!

Assignados:

OSWALDO COSTA
ENEIDA
CID FRANCO
CLOVIS DE GUSMÃO
AFFONSO SCHMIDT
NABOR CAYRES DE BRITO
AMADEU AMARAL JUNIOR
MIGUEL MACEDO
HERCULANO MACUCO
ANTONIO FIGUEIREDO
NELSON PORTO
PAULO TORRES
REGINALDO FERNANDES
NISE DA SILVEIRA
OCTAVIO MALTA
PAULO MOTTA LIMA
ADELMO DE MENDONÇA
MARIO MAGALHÃES
MIGUEL COSTA FILHO
J. HONORIO
JOSE' DUCUZARTL

IIImagem 5ImImagem 4

Contra a guerra imperialista, o fascismo e a brutal reação policial

Trabalhadores das cidades e dos campos, soldados e marinheiros, negros e indios, estudantes e intelectuaes pobres, formae todos, sem distinção de raça, nacionalidade, credos politicos ou religiosos;

TRABALHADORES! O dia 1.o de Agosto significa em todo mundo, um dia de luta, das massas trabalhadoras exploradas e oprimidas, contra as guerras imperialistas por uma nova partilha do mundo e o assalto á União Sovietica, patria dos trabalhadores, onde se constróe vitoriosamente o socialismo.

TRABALHADORES! Com o aumento da crise economica que abrange todos os ramos da economia capitalista, e que já se transforma em crise geral do capitalismo, traz como consequencia, devido as contradições do sistema capitalista, uma maior agravação dos antagonismos entre os paizes imperialistas, que intensificam a preparação da guerra mundial, e em primeiro lugar a guerra contra a U.R.S.S., na mudança das relações de força entre o mundo capitalista e o mundo socialista, desempenha um papel enorme o crescimento do peso especifico da União Sovietica que se consolidou definitivamente em suas posições socialistas e que, atravez do 2.o plano quinquenal, fixou-se a tarefa de liquidar definitivamente as classes.

TRABALHADORES! Dois unicos caminhos existes para saida da crise. Um é o capitalista: — o caminho da guerra imperialista que representa o assassinato coletivo de milhões e milhões de trabalhadores, mais fome, mais miseria e mais opressão. O outro é o caminho proletario: — O caminho da revolução OPERARIA E CAMPONEZA que comporta a derrubada do regimem capitalista e do estabelecimento da DICTADURA DO PROLETARIADO que acabara com as crises, com a fome, o desemprego, com as guerras e com toda a EXPLORAÇÃO DO HOMEM PELO HOMEM.

TRABALHADORES! A guerra imperialista significa o aniquilamento de milhões de homens que o regimen capitalista não póde e nem quer alimentar, assim como a destruição de formidaveis riquezas materiaes que tambem não podem ser aproveitadas na situação atual da crise e miseria. No regimen socialista, os homens e as riquezas materiaes são aproveitadas para a construção de uma sociedade nova, sem fome, sem miseria e sem exploração.

TRABALHADORES! Com a agravação da crise mundial os paizes imperialistas jogam todo o peso das suas contradições nos paizes coloniaes e semi-coloniaes, procurando a custa de uma maior exploração dos trabalhadores semi-coloniaes, retirar os meois necessarios para custear a reação, dentro dos seus paizes, contra os trabalhadores que reclamam PÃO, TRABALHO E LIBERDADE!

TRABALHADORES! Sendo o Brasil um paiz semi-colonial, sofremos nós toda esta dura exploração, ainda mais agravada com as despezas de guerra que o Brasil tem, gastado mais de um milhão de contos por ano com a fabricação de 100.000 mascaras contra gazes, nas oficinas Aliba, 50.000 no Rio Grande do Sul, 30.000 em São Paulo; fabrica de trotyl, poderoso explosivo; usinas de combinações microbianas em Ribeirão Preto, fabricações de canhões, granadas, polvora sem fumaça, metralhadoras, munições e compra de vasos de guerras tanques; custeio das missões naval e militar, americana e franceza; e enquanto Góes Monteiro, partidario de um «governo forte», exige ainda um exercito de 100.000 homens afora 100.000 das policias e marinha, exige a militarisação intensiva abrangendo dos 21 aos 45 anos, para a ativa, reserva e guarda territorial, inclusive as mulheres.

TRABALHADORES! Na guerra passada o Brasil marchou ao lado dos aliados, e na proxima guerra ele não poderá ficar neutro, terá que marchar ao lado de um paiz imperialista, na guerra de rapina pela conquista de novos mercados e a salto á gloriosa UNIÃO SOVIETICA, pois o governo lacaio de Getulio, Góes Monteiro, Armando Salles e Cia., se acham ligados estreitamente os seus interesses e dos grupos feudaes burguezes nacionaes com os interesses dos bandos imperialistas, e prontos para arrastarem os trabalhadores para a matança, dizendo que eles vão defender a «patria», quando na verdade vão a defender os interesses dos seus exploradores.

TRABALHADORES! A guerra na america do Sul já foi iniciada entre a Bolivia e o Paraguai onde já foram sacrificados em beneficios de seus exploradores e opressores, para mais de 100.000 trabalhadores.

A guerra se está preparando com todo o aparato na velha Europa. Vejam os seus indicios na Austria, com a colocação de forças armadas nas fronteiras da Italia e da Alemanha, tendo como seus dirigentes os fascistas, reacionarios feudaes burguezes mascarados de socialismo... E' o preambulo para o ataque á patria do proletariado de todo o mundo, á U. R. S. S.

Trabalhadores das cidades e dos campos, soldados e marinheiros, negros e indios estudantes e intelectuaes pobres, organisae fortes comités de luta contra as guerras imperialistas, o fascismo e a reação policial, nas emprezas nos campos, quarteis e navios e nas escolas cidades, bairros, e ruas.

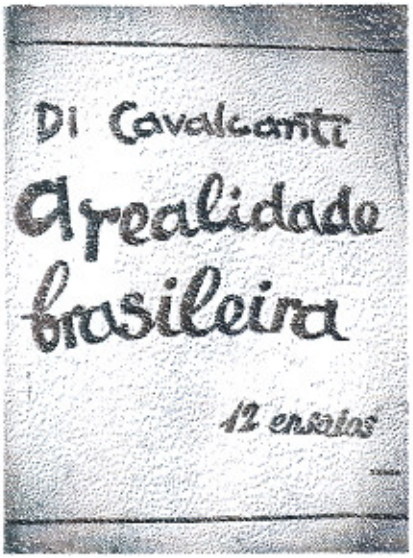
Todos á rua por um 1.o de Agosto Vermelho.

Viva o 1.o de Agosto! dia internacional de luta contra as guerras de rapina. Abaixo a guerra, o fascismo e a reação policial!

Abaixo o ministerio de Góes Monteiro preparador de guerra!

Comité de luta contra a guerra, contra o fascismo e a reação. — (Região de S. Paulo)

Imagem 6


Di Cavalcanti
A realidade brasileira
12 ensaios




Brasilidade


Assembléia dos Homens do Brasil


O Brasil situado no problema do mundo

Imagem 7



Imagem 8

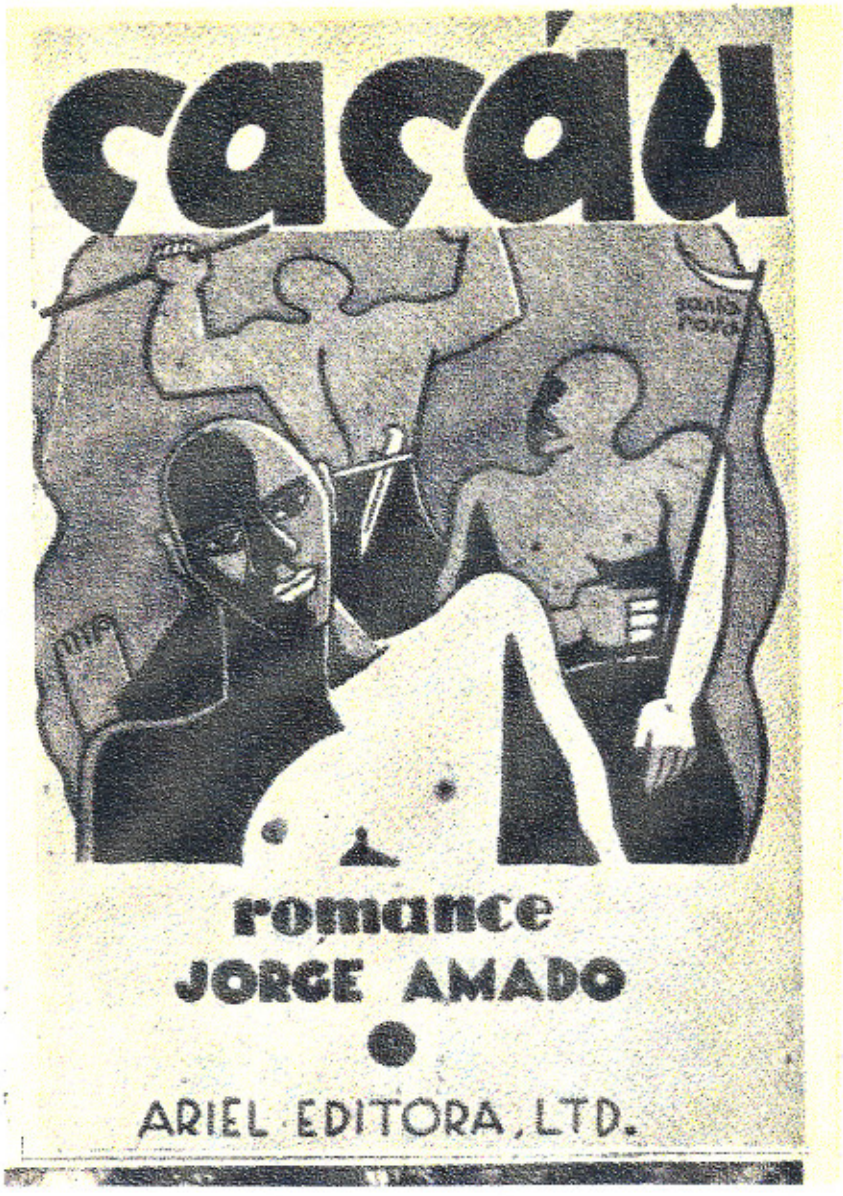


Imagem 9



Imagem 10

de S. Paulo, Astrogildo Pereira, intelectual que não rompeu com a ideologia pequeno burgueza, membro da antiga direção menchevista, apezar da mesma auto-crítica, persiste em seus erros, vae «para as lorinhas como espectadores isto é, caminha para a contra-revolução. Tal é o valor de uma auto crítica bolchevic, leninista bem conduzida e sustentada.

Sirva o caso de Cubinelli a todo o Partido para reforçar e aperfeiçoar o uso da auto-crítica e a aplicação da disciplina proletaria revolucionaria, principaes meios de formar o nosso Partido como um partido leninista, revolucionario, de classe, guia unico das massas oprimidas do Brazil.

O B.P. do C.C. do P.C.B.

NÓS E A PEQUENA BURGUEZIA

Com a agravação da crise capitalista, que joga as largas massas operarias e camponezas na mais aguda miseria, as camadas não proletarias (pequenos commerciantes, pequenos camponezes, estudantes e intellectuaes pobres, pequenos funccionarios, etc.), a parte da pequena burguezia, mais ligada pur sua situação economica ao proletariado, tambem já sentem as consequencias da crise (greves de bancarios em Santos e S. Paulo; greves de estudantes contra o aumento das taxas, etc). Isso faz, com que no seio da pequena burguezia, se processe dois factos: uma parte formada pelos elemenios empobrecidos das familias tradicionaes, por elementos ligados por parentesco aos feudaes-burguezes, etc., se fascistise, auxiliando os feudaes-burguezes e os imperialistas na obra de fascistisar o Estado, creando centros «patrioteiros», ligas nacionalistas, falando em «brasilidade» e outras cousas mais; a outra parte, mais pobre, sentindo mais fortemente as consequencias da crise, percebendo mais claramente a exploração que sofre por parte dos fazendeiros, industriaes e imperialistas, se dirigem para o proletariado, para o seu partido, o Partido Communista.

Isso faz com que interroguemos qual a posição do partido ante esse caso concreto. Deve o Partido escorraçar esses elementos? Deve abrir suas portas? Penso que a posição do nosso Partido deve ser: por meio de seus orgãos de massa, como o Socorro Vermelho e outros, deve se ligar a esses elementos, não dando assim immediatamente a direção e sim assegurando uma direção proletaria, controlar a sua influencia. Atravez do seu concurso nestas organizações é que o Partido poderá medir a sinceridade e a dedicação desses elementos na defeza do proletariado, educando-os tambem proletariamente, no combate ás tendencias pequeno-burguezas. Não é por acaso que essas precauções devam existir, mas sim é por uma questão de classe, de origem.

O proletariado não tem nada o que perder e por isso é uma classe revolucionaria até ao fim e a pequena burguezia pela sua situação e condições economicas e politicas e devido ao meio em que vive, não póde comprehender de que o Partido Communista tem que ser dirigido pelos operarios. Exemplo concreto temos com o nosso camarada Astrogildo e outros mais que depois de tantos annos de luta e sacrificio e não comprehendendo a reviravolta do nosso partido, a sua proletarisação, no momento em que o proletariado precisa do seu concurso para preparação dos seus quadros, esses camaradas abandonam o proletariado e passam para o lado dos nossos inimigos traindo o proletariado. E os outros que não o acompanharão são camaradas dedicados e revolucionarios que trabalham junto com os operarios para a formação do seu partido, para dirigir a revolução proletaria baseada no governo dos conselhos de operarios, camponezes, soldados e marinheiros.

Camaradas, não quero dizer com essas palavras acima que não devamos acolher em nosso partido os pequeno-burguezes sinceros, mas sim o que é preciso é combater dentro do nosso partido as illusões pequeno-burguezas, a confiança em caudilho e que por isso tem trazido muitas consequencias perniciosas, muitos prejuizos e vacilações para a nossa organização e prejudicado a formação de nossos quadros.

CUIAMBÉBE.

BIBLIOTHECA DO PARTIDO

A Crise Brazileira e a sua Solução revolucionaria

(Theses e Resoluções) folheto 126 pag. 1$000

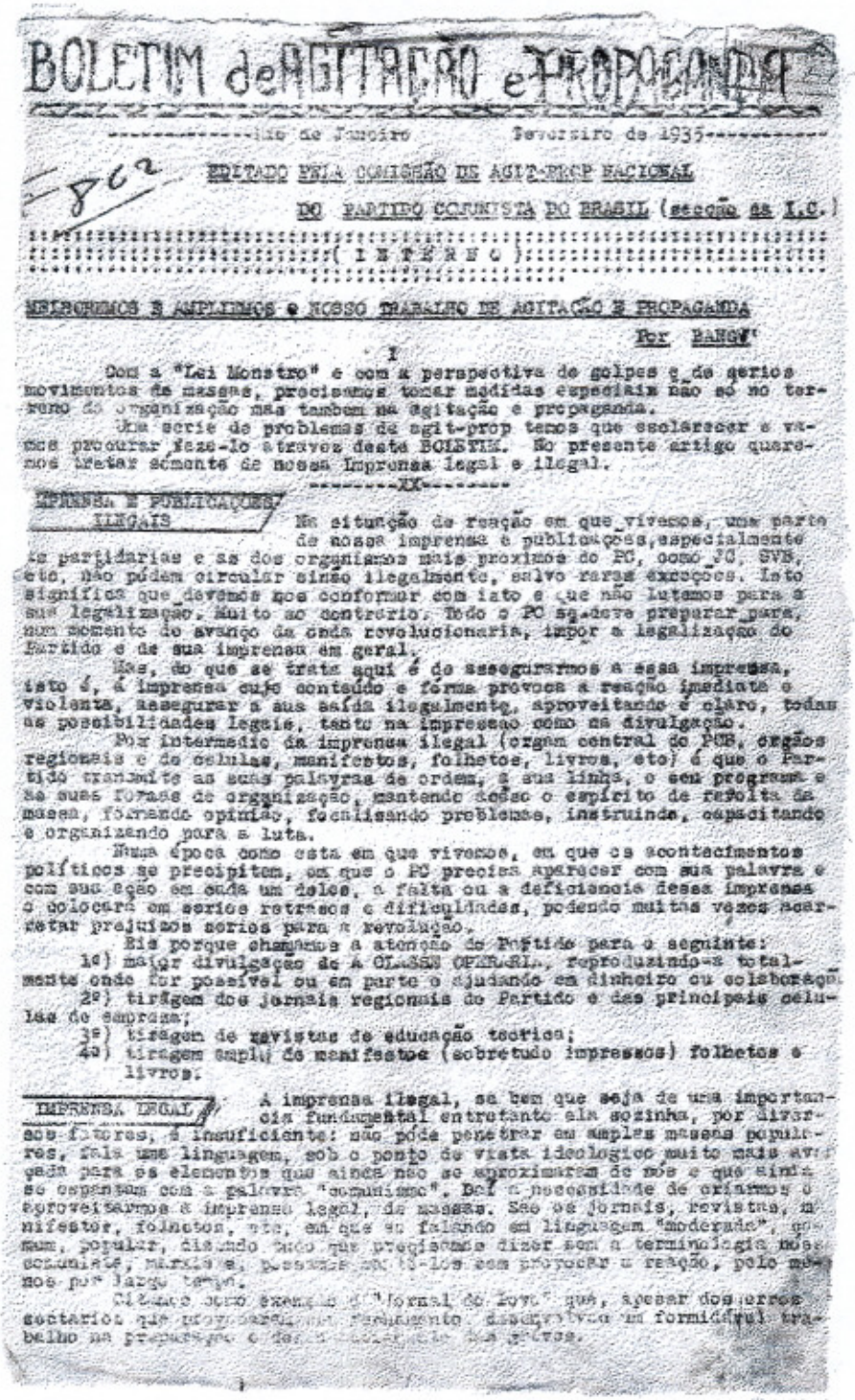
A Luta pelo Marxismo-Leninismo na America Latina

Carta de Stalin e Resolução do B.S.A. da I.C. $000

PEDIDOS AOS ORGÃOS DO PARTIDO

Camaradas! Divulgae e defendei o nosso orgão central A CLASSE OPERARIA

Imagem 11-a



BOLETIM de AGITAÇÃO e PROPAGANDA

---------- de Janeiro Fevereiro de 1935----------

EDITADO PELA COMISSÃO DE AGIT-PROP NACIONAL

DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (secção da I.C.)

(I N T E R N O)

MELHORAMOS E AMPLIEMOS O NOSSO TRABALHO DE AGITAÇÃO E PROPAGANDA

Por BANGU

I

Com a "Lei Monstro" e com a perspectiva de golpes e de serios movimentos de massas, precisamos tomar medidas especiais não só no terreno de organização mas tambem na agitação e propaganda.

Uma serie de problemas de agit-prop temos que esclarecer e vamos procurar faze-lo atraves deste BOLETIM. No presente artigo queremos tratar somente de nossa Imprensa legal e ilegal.

--------XX--------

IMPRENSA E PUBLICAÇÕES ILEGAIS

Na situação de reação em que vivemos, uma parte de nossa imprensa e publicações, especialmente as partidarias e as dos organismos mais proximos do PC, como JC, SVB, etc, não pódem circular sinão ilegalmente, salvo raras excepções. Isto significa que devemos nos conformar com isto e que não lutemos para a sua legalização. Muito ao contrario. Todo o PC sabe-se preparar para, num momento de avanço da onda revolucionaria, impor a legalização do Partido e de sua imprensa em geral.

Mas, do que se trata aqui é de assegurarmos a essa imprensa, isto é, á imprensa cujo conteúdo e fórma provoca a reação imediata e violenta, assegurar a sua saída ilegalmente, aproveitando é claro, todas as possibilidades legais, tanto na impressão como na divulgação.

Por intermedio da imprensa ilegal (orgam central do PCB, orgãos regionais e de celulas, manifestos, folhetos, livros, etc) é que o Partido transmite as suas palavras de ordem, a sua linha, o seu programa e as suas formas de organização, mantendo acêso o espirito de revolta da massa, formando opinião, focalisando problemas, instruindo, capacitando e organizando para a luta.

Numa época como esta em que vivemos, em que os acontecimentos politicos se precipitam, em que o PC precisa aparecer com sua palavra e com sua ação em cada um delles, a falta ou a deficiencia dessa imprensa o colocará em serios retrasos e dificuldades, podendo muitas vezes acarretar prejuizos serios para a revolução.

Eis porque chamamos a atenção do Partido para o seguinte:

1º) maior divulgação de A CLASSE OPERARIA, reproduzindo-a totalmente onde for possivel ou em parte o ajudando em dinheiro ou colaboração.
2º) tiragem dos jornais regionais do Partido e das principais celulas de empresa;
3º) tiragem de revistas de educação teorica;
4º) tiragem ampla de manifestos (sobretudo impressos) folhetos e livros.

IMPRENSA LEGAL

A imprensa ilegal, se bem que seja de uma importancia fundamental entretanto ela sozinha, por diversos fatores, é insuficiente: não póde penetrar em amplas massas populares, fala uma linguagem, sob o ponto de vista ideologico muito mais avançada para os elementos que ainda não se aproximaram de nós e que ainda se espantam com a palavra "comunismo". Daí a necessidade de criarmos e aproveitarmos a imprensa legal, de massas. São os jornais, revistas, manifestos, folhetos, etc, em que se falando em linguagem "moderada", ao mesmo, popular, dizendo tudo que precisamos dizer sem a terminologia mais comunista, marxista, possamos assim-los sem provocar a reação, pelo menos por largo tempo.

Citamos como exemplo o "Jornal do Povo" que, apesar dos erros sectarios que propagava, um movimento absolutamente de formidável trabalho na preparação e desenvolvimento da greve.

Imagem 11-b

PROBLEMAS DE ORGANISAÇÃO INTIMAMENTE LIGADOS Á PREPARAÇÃO DE NOVOS ATIVISTAS

---o---

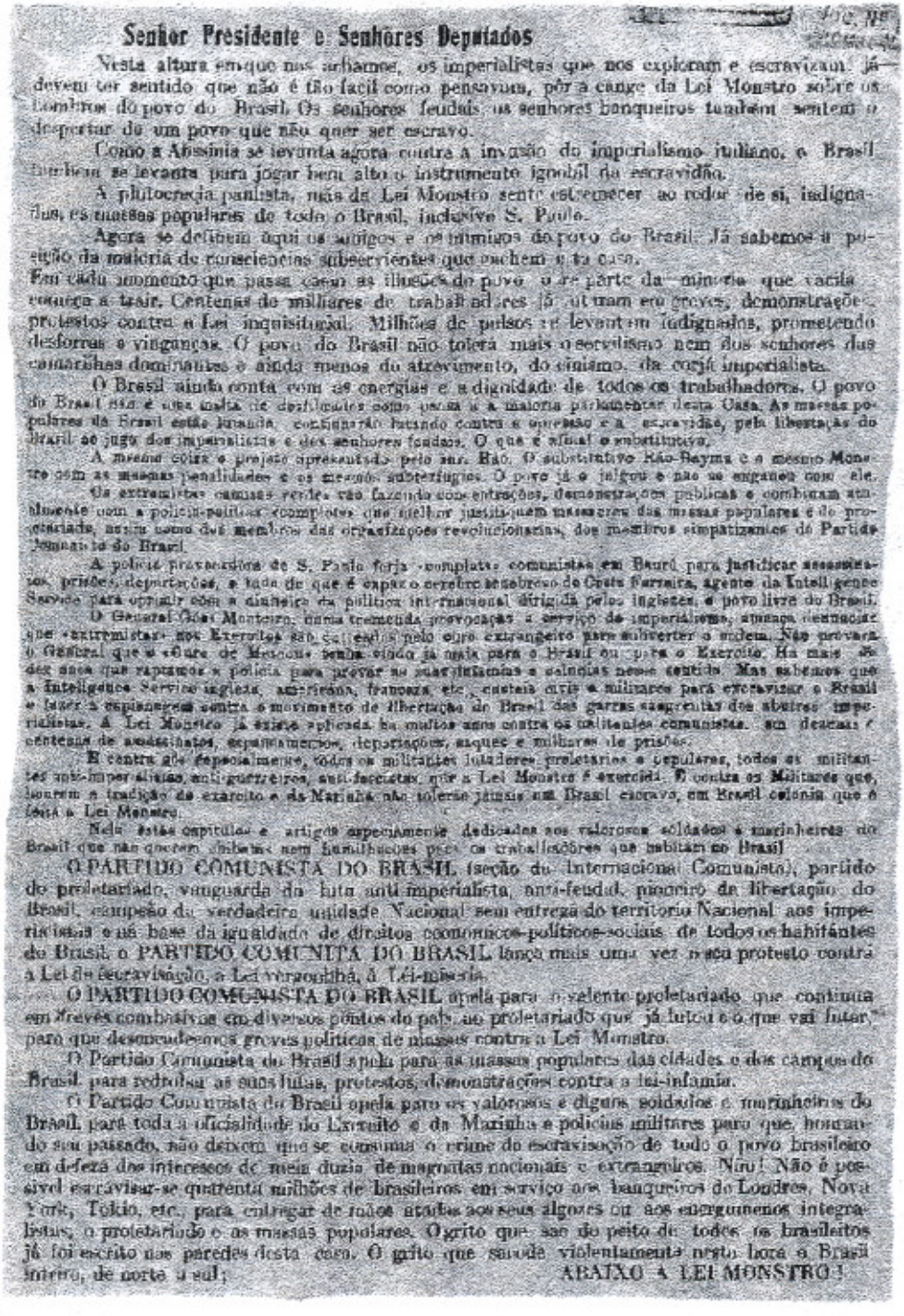
Seria um erro apresentar-se o problema da formação de novos ativistas, se o lizessemos desligado da aplicação da linha do Partido, que é organisar e dirigir a luta da massa trabalhadora por seus direitos e reivindicações, transformando-as em vastos movimentos anti-feudais e anti-imperialistas pela libertação do Brasil.

Por isso, a linha do Partido não é uma cousa abstráta, e sim, uma intérprete fiél dos sentimentos e do estado de espirito das amplas massas, e é daí que se tiram as conclusões táticas a seguir, sempre de acôrdo com o fatôr subjetivo, que é a fôrça do Partido, que se méde pela quantidade e qualidade de seus quadros, e a fôrça da massa organisada que o segue.

CONTRA AS GENERALIDADES

E' necessario dar fórmas concrétas a todas as nossas atividades, combatendo em todas as suas fórmas a atividade geral e abstráta, e mai ainda a interpretação e aplicação generalisadas da linha do Partido, devendo esta ser particularisada em cada setôr, fabrica ou localidade si quizermos que o nosso trabalho dê resultados positivos. Toda a atividade e compreensão da linha do Partido não se demonstram atravez de bons informes dados a esta ou aquela direção, mas si são os fátos concrétos, isto é, lutas, neste ou

Imagem 12



Senhor Presidente e Senhores Deputados

Nesta altura em que nos achamos, os imperialistas que nos explicam e escravizam, já devem ter sentido que não é tão facil como pensavam, pôr a canga da Lei Monstro sôbre os hombros do povo do Brasil. Os senhores feudais, os senhores banqueiros também sentem o despertar de um povo que não quer ser escravo.

Como a Abissinia se levanta agora contra a invasão do imperialismo italiano, o Brasil também se levanta para jogar bem alto o instrumento ignobil da escravidão.

A plutocracia paulista, mais da Lei Monstro sente estremecer ao redor de si, indignadas, as massas populares de todo o Brasil, inclusive S. Paulo.

Agora se definem aqui os amigos e os inimigos do povo do Brasil. Já sabemos a posição da maioria de consciencias subservientes que enchem esta casa.

Em cada momento que passa caem as ilusões do povo e *se parte da minoria* que vacila renuncia a trair. Centenas de milhares de trabalhadores já estão em greves, demonstrações, protestos contra a Lei inquisitorial. Milhões de punhos se levantam indignados, prometendo desforras e vinganças. O povo do Brasil não tolera mais o servilismo nem dos senhores das companhias dominantes e ainda menos do atrevimento, do cinismo, da covardia imperialista.

O Brasil ainda conta com as energias e a dignidade de todos os trabalhadores. O povo do Brasil não é uma malta de desordeiros como pensa a maioria parlamentar desta Casa. As massas populares do Brasil estão lutando, continuarão lutando contra a opressão e a escravidão, pela libertação do Brasil ao jugo dos imperialistas e dos senhores feudais. O que é afinal o substitutivo.

A *mesma* coisa o projeto apresentado pelo sen. Rão. O substitutivo Rão-Bayma é o mesmo Monstro com as mesmas penalidades e os mesmos subterfugios. O povo já o julgou e não se engana com ele.

Os extremistas comuns vendem são fazendo concentrações, demonstrações publicas e combinam abertamente com a policia-politica, complotes que melhor justifiquem massacres das massas populares e do proletariado, assim como dos membros das organizações revolucionarias, dos membros simpatizantes do Partido Comunista do Brasil.

A policia provocadora de S. Paulo forja completos comunistas em Baurú para justificar assassinatos, prisões, deportações, e tudo de que é capaz o cerebro tenebroso de Costa Ferreira, agente da Inteligence Service para oprimir com a violencia da politica internacional dirigida pelos inglêses, o povo livre do Brasil.

O General Góes Monteiro, numa tremenda provocação a serviço do imperialismo, ameaça denunciar que «extremistas» nos Exercitos são pagos pelo ouro estrangeiro para subverter a ordem. Não provará o General que o «Ouro de Moscou» tenha vindo já mais para o Brasil ou para o Exercito. Ha mais de dez anos que vasculham a policia para provar as suas infamias e calunias nesse sentido. Mas sabemos que a Inteligence Service inglesa, americana, franceza etc., custeia civis e militares para escravizar o Brasil e fazer a espionagem contra o movimento de libertação do Brasil das garras sangrentas dos abutres imperialistas. A Lei Monstro já existe aplicada ha muitos anos contra os militantes comunistas, com deserdos e centenas de assassinatos, espancamentos, deportações, saques e milhares de prisões.

E contra ela especialmente, todos os militantes lutadores proletarios e populares, todos os militantes anti-imperialistas, anti-guerreiros, anti-fascistas, que a Lei Monstro é exercida. E contra os Militares que, honram a tradição do exercito e da Marinha não toleram jamais um Brasil escravo, um Brasil colonia que é feita a Lei Monstro.

Nada estes capitulos e artigos especialmente dedicados aos valorosos soldados e marinheiros do Brasil que não querem choberas nem humilhações para os trabalhadores que habitam no Brasil

O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (seção da Internacional Comunista), partido do proletariado, vanguarda da luta anti imperialista, anti-feudal, pioneiro da libertação do Brasil, campeão da verdadeira unidade Nacional sem entrega do territorio Nacional aos imperialistas e na base da igualdade de direitos economicos-politicos-sociais de todos os habitantes do Brasil, o PARTIDO COMUNITA DO BRASIL lança mais uma vez o seu protesto contra a Lei de escravisação, a Lei vergonhosa, a Lei-infamia.

O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL apela para o valente proletariado que continua em greves combativas em diversos pontos do país, ao proletariado que já luta e o que vai lutar, para que desencadeemos greves politicas de massas contra a Lei Monstro.

O Partido Comunista do Brasil apela para as massas populares das cidades e dos campos do Brasil, para redobrar as suas lutas, protestos, demonstrações contra a lei-infamia.

O Partido Comunista do Brasil apela para os valorosos e dignos soldados e marinheiros do Brasil, para toda a oficialidade do Exercito e da Marinha e policias militares para que, honrando seu passado, não deixem que se consuma o crime de escravisação de todo o povo brasileiro em defesa dos interesses de meia duzia de magnatas nacionais e estrangeiros. Não! Não é possivel escravisar-se quinhentos milhões de brasileiros em serviço aos banqueiros de Londres, Nova York, Tokio, etc., para entregar de mãos atadas aos seus algozes ou aos energumenos integralistas, o proletariado e as massas populares. O grito que sae do peito de todos os brasileiros já foi escrito nas paredes desta casa. O grito que sae de violentamente neste luta o Brasil inteiro, de norte a sul:

ABAIXO A LEI MONSTRO!

Imagem 13



Imagem 14



Imagem 15



Imagem 16



Imagem 17

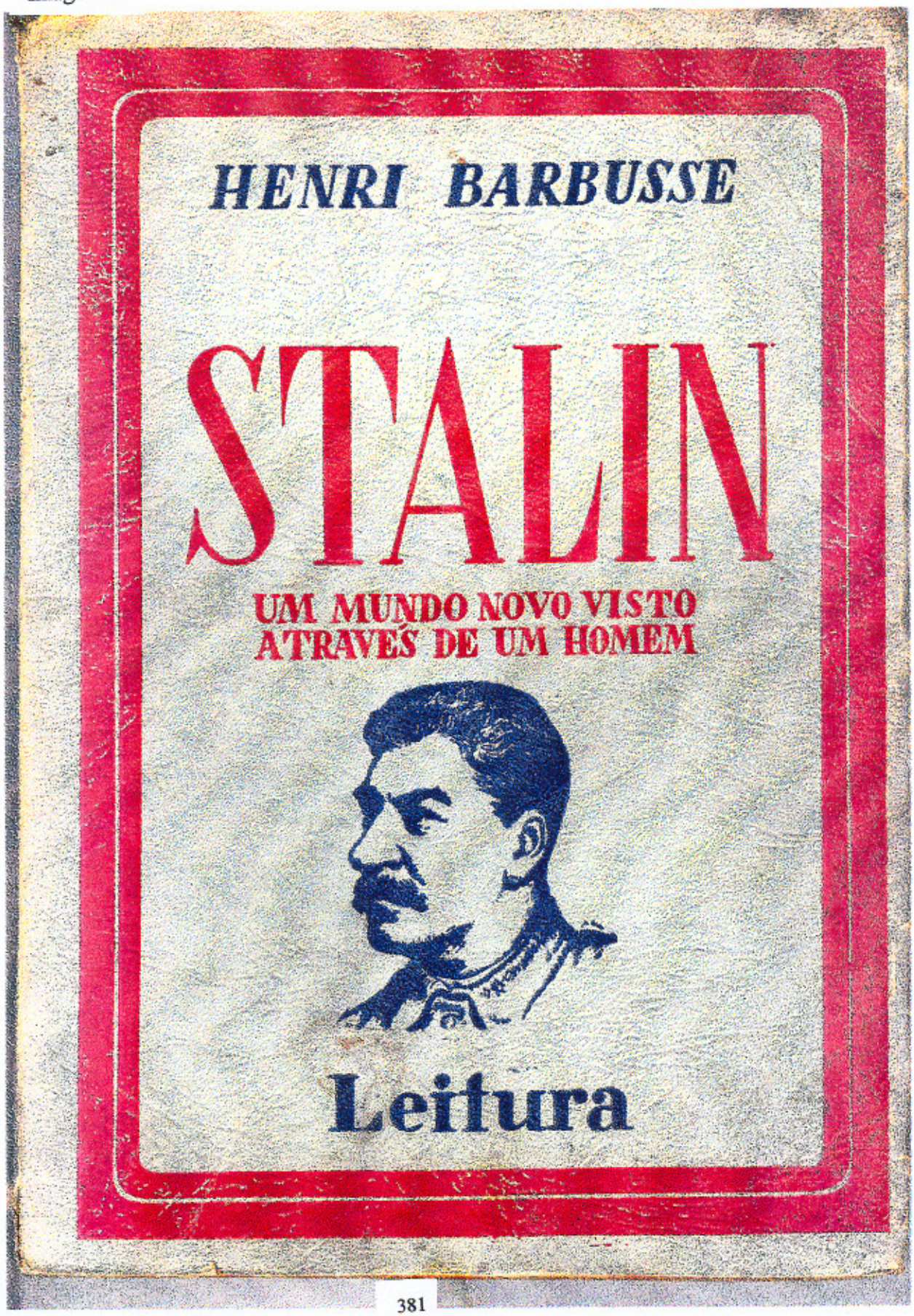

HENRI BARBUSSE
STALIN
UM MUNDO NOVO VISTO ATRAVÉS DE UM HOMEM
Leitura

Imagem 18

